

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATÁLIA CRISTINA GRANATO

O PROCESSO DA REVOLUÇÃO DE 1930 NO PARANÁ: ATORES POLÍTICOS E  
DISSIDÊNCIAS OLIGÁRQUICAS

CURITIBA

2021

NATÁLIA CRISTINA GRANATO

O PROCESSO DA REVOLUÇÃO DE 1930 NO PARANÁ: ATORES POLÍTICOS E  
DISSIDÊNCIAS OLIGÁRQUICAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Granato, Natália Cristina

O processo da revolução de 1930 no Paraná : atores políticos e dissidências oligárquicas. / Natália Cristina Granato. – Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

1. Paraná - História – Revolução - 1930. 2. Oligarquia – Paraná. 3. Paraná – Política e governo. I. Oliveira, Ricardo Costa de, 1964-. II. Título.

CDD – 320. 98162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **NATÁLIA CRISTINA GRANATO** intitulada: **O PROCESSO DA REVOLUÇÃO DE 1930 NO PARANÁ: ATORES POLÍTICOS E DISSIDÊNCIAS OLIGÁRQUICAS.**, sob orientação do Prof. Dr. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 08 de Abril de 2021.

Assinatura Eletrônica

08/04/2021 17:02:30.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

09/04/2021 07:33:14.0

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE  
ANDRADE)

Assinatura Eletrônica

08/04/2021 17:55:59.0

MARIA JULIETA WEBER CORDOVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA )

Assinatura Eletrônica

08/04/2021 18:24:18.0

CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

---

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 88824

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 88824**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe e ao meu irmão, por todo o apoio e incentivo para a realização desta tese;

Obrigada a todos os membros da qualificação e defesa: Professor Carlos Alberto Medeiros Lima, Professora Mônica Helena Harrich Silva Goulart, Professor Alessandro Cavassin Alves e Professora Maria Julieta Weber Cordova;

Agradeço ao meu orientador, o Professor Ricardo Costa de Oliveira, por ser a minha maior inspiração acadêmica desde a minha graduação em Ciências Sociais;

Também agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e à Universidade Federal do Paraná.

## RESUMO

Essa tese pretende investigar as organizações oligárquicas dissidentes e os seus agentes que se envolveram nos acontecimentos que resultaram na Revolução de 1930 no Paraná. Entendemos que as dissidências oligárquicas foram gestadas durante a República Velha e tiveram um momento de inflexão na crise dos anos 1920. Averiguaremos quais foram os impactos que a Revolução de 1930 gerou na política paranaense nas suas organizações e seus agentes, entendendo a política como um campo de lutas entre agentes que disputam posições no campo político. O método sociológico de investigação relaciona os indivíduos (ou agentes) e a estrutura social (pensada a partir de instituições como partidos, câmaras e assembleias políticas). A presente tese procura levantar informações biográficas que situam esses agentes no interior da estrutura social. Nosso referencial teórico é o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que desenvolveu as noções de *habitus*, campo e capital. Entendendo a Revolução de 1930 como um processo de “modernização conservadora”, problematizaremos de que maneira antigos grupos oligarcas no Paraná reconverteram seus *habitus* e capitais para se adequarem às novas “regras do jogo” impostas pela Revolução de 1930, a saber: a centralização e a incorporação de novos interesses e grupos na arena política.

Palavras-chave: Revolução de 1930; Paraná; Oligarquias Dissidentes.

## **ABSTRACT**

This thesis intends to investigate the dissident oligarchic organizations and their agents that were involved in the events that resulted in the 1930 Revolution in Paraná. We understand that oligarchic dissidents were created during the Old Republic and had a turning point in the crisis of the 1920s. We will investigate what were the impacts that the Revolution of 1930 had in the Paraná politics in its organizations and its agents, understanding the politics as a field of struggles between the agents that dispute positions in the political field. The sociological method of investigation relates individuals (or agents) and the social structure (thought from institutions such as political parties, chambers and assemblies). The present thesis seeks to gather biographical information that situates these agents within the social structure. Our theoretical framework is the French sociologist Pierre Bourdieu, who developed the notions of habitus, field and capital. Understanding the 1930 Revolution as a process of “conservative modernization”, we will discuss how old oligarch groups in Paraná reconverted their habitus and capitals to adapt to the new “rules of the game” imposed by the 1930 Revolution, namely: centralization and the incorporation of new interests and groups in the political arena.

Keywords: Revolution of 1930; Paraná; Dissident Oligarchies.

## LISTA DE SIGLAS

AC	Acre
ACP	Associação Comercial do Paraná
AIB	Ação Integralista Brasileira
AL	Aliança Liberal
AL	Alagoas
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
AM	Amazonas
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BA	Bahia
BC	Batalhão de Cavalaria
BOC	Bloco Operário- Camponês
CE	Ceará
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DF	Distrito Federal
DHBB	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
ES	Espírito Santo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GO	Goiás
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista do Brasil (1922)
PD	Partido Democrático (São Paulo)
PD PR	Partido Democrático Paranaense
PDN	Partido Democrático Nacional



PE	Pernambuco
PI	Piauí
PL	Partido Liberal
PLP	Partido Liberal Paranaense
PR	Paraná
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Paranaense
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PSN	Partido Social Nacionalista
RAM	Regimento de Artilharia Montada
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SP	São Paulo
TJ	Tribunal de Justiça (Paraná)
UFPR	Universidade Federal do Paraná
URP	União Republicana Paranaense

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. A REVOLUÇÃO DE 1930 E OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A SUA ANÁLISE</b> .....	27
2.1 INTERPRETAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930 .....	28
2.2 ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DE 1930: O MOVIMENTO TENENTISTA E A CONTESTAÇÃO MILITAR ÀS PRÁTICAS POLÍTICAS OLIGÁRQUICAS.....	34
2.3 OS PARTIDOS POLÍTICOS DE CONTESTAÇÃO OLIGÁRQUICA NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1920 .....	40
2.3.1 O Partido Democrático de São Paulo e o pioneirismo oligárquico dissidente.....	40
2.3.2 O Partido Democrático Nacional e a primeira reunião de oligarquias estaduais dissidentes .....	46
2.3.3 O surgimento da Aliança Liberal e sua consolidação como frente de oposição .....	51
2.4 AS ELEIÇÕES DE 1930 E O PLANEJAMENTO DA REVOLUÇÃO DE 1930 .....	61
2.5 A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 1930.....	69
2.5.1 As contribuições de Barrington Moore Júnior e Arno Mayer para o estudo das sociedades com modernização conservadora.....	70
2.5.2 A política da conciliação no Brasil.....	75
2.6 A ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 1930 A PARTIR DA NOÇÃO DE CLASSE SOCIAL .....	80
2.7 A TEORIA DE PIERRE BOURDIEU SOBRE O CAMPO POLÍTICO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 1930 .....	86
2.8 A FAMÍLIA COMO ELEMENTO SOCIOLÓGICO PARA A ANÁLISE DA POLÍTICA 93	
<b>3. O PARANÁ E OS ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DE 1930: GRUPOS POLÍTICOS, FORÇAS SOCIAIS E DISPUTAS OLIGÁRQUICAS</b> .....	98
3.1 A ECONOMIA E A SOCIEDADE PARANAENSE NA TRANSIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA .....	99
3.2 A POLÍTICA PARANAENSE E A TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA .....	109
3.3 A BURGUESIA ERVATEIRA E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ .....	114
3.3.1 A ACP e seus primeiros presidentes: afirmação de uma classe.....	119
3.4 AS DISPUTAS OLIGÁRQUICAS NAS DÉCADAS DE 1900 E 1910 NO PARANÁ ....	124
3.5 AS OLIGARQUIAS DISSIDENTES DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1920 .....	128
3.5.1 O movimento tenentista no Paraná.....	130
3.5.2 O empresariado na política dissidente: as gestões de João Guilherme Guimarães e David Carneiro na ACP.....	133
3.5.3 A política dissidente partidária: o Partido Democrático Paranaense.....	142

3.5.4 A política dissidente partidária: A Aliança Liberal no Paraná.....	152
<b>4. A REVOLUÇÃO DE 1930 E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A POLÍTICA PARANAENSE.....</b>	<b>162</b>
4.1 A REVOLUÇÃO DE 1930 NO PARANÁ.....	163
4.2 PERFIL DOS AGENTES POLÍTICOS QUE EXERCIAM PODER NA CONJUNTURA DA REVOLUÇÃO DE 1930.....	180
4.2.1 O Poder Executivo Paranaense no governo de Affonso Camargo.....	181
4.2.2 Senadores do Paraná com mandato atravessado pela Revolução de 1930.....	186
4.2.3 Deputados federais do Paraná com mandato atravessado pela Revolução de 1930.....	193
4.2.4 Deputados estaduais do Paraná com mandato atravessado pela Revolução de 1930.....	196
4.2.5 O Poder Judiciário Paranaense no contexto da Revolução de 1930.....	205
<b>5. A INTERVENTORIA DE MÁRIO TOURINHO E OS CONFLITOS POLÍTICOS LOCAIS NO CONTEXTO PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930.....</b>	<b>215</b>
5.1 A CENTRALIZAÇÃO COMO PRÁTICA POLÍTICA NO CONTEXTO PÓS-REVOLUCIONÁRIO.....	216
5.1.1 Os primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a política de nomeações ministeriais.....	219
5.1.2 A Instituição das Interventorias nos Estados.....	224
5.2 AS PRIMEIRAS MEDIDAS DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO PARANAENSE.....	227
5.3 A INTERVENTORIA DE MÁRIO TOURINHO: MEDIDAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES COM A CLASSE DOMINANTE LOCAL.....	231
5.4 AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E AS NOMEAÇÕES DA INTERVENTORIA DE MÁRIO TOURINHO.....	234
5.5 O PODER MILITAR NO PARANÁ DURANTE A INTERVENTORIA DE MÁRIO TOURINHO.....	243
5.5.1 O tenentismo pós-1930 e o surgimento das Legiões Revolucionárias.....	246
5.5.2 Legiões Revolucionárias no Paraná e a oposição à interventoria de Mário Tourinho.....	250
5.6 OS DESAFIOS DA INTERVENTORIA DE TOURINHO E A PROCESSO DE CRISE POLÍTICA.....	265
5.6.1 A criação do Conselho Consultivo do Paraná.....	268
5.6.2 A intensificação da crise na interventoria de Tourinho e o relatório de João Alberto.....	273
<b>6. A INTERVENTORIA DE MANOEL RIBAS E O ALINHAMENTO COM O GOVERNO VARGAS.....</b>	<b>283</b>
6.1 A NOMEAÇÃO DE MANOEL RIBAS PARA A INTERVENTORIA DO PARANÁ.....	283
6.2 AS CONEXÕES SOCIAIS E FAMILIARES DE MANOEL RIBAS E OS DESAFIOS DO CARGO DE INTERVENTOR FEDERAL.....	290
6.2.1 O cenário político de 1932 e a composição da equipe de governo da interventoria Ribas.....	298
6.2.2 As primeiras ações da interventoria de Manoel Ribas.....	309
6.3 A REVOLTA PAULISTA DE 1932 E A AÇÃO DA INTERVENTORIA DE MANOEL RIBAS.....	314

6.4 A INTERVENTORIA DE MANOEL RIBAS APÓS A REVOLTA DE 1932 .....	330
<b>7. O CAMPO POLÍTICO PARANAENSE DURANTE O PERÍODO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO (1933-1935) .....</b>	<b>335</b>
7.1 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL DE 1933.....	335
7.2 O DEBATE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE PARTIDOS .....	339
7.3 O CENÁRIO POLÍTICO PARANAENSE NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 1933	341
7.4 O CONSELHO CONSULTIVO DURANTE O ANO DE 1933 .....	347
7.5 A ORGANIZAÇÃO DAS OPOSIÇÕES À MANOEL RIBAS .....	352
7.6 O PODER POLÍTICO PARANAENSE NO CONTEXTO DA CONSTITUINTE.....	358
7.6.1 O Paraná e as Eleições de 1934.....	360
7.7 FORÇAS EM ASCENSÃO: A AIB E A ANL.....	370
7.7.1 A Ação Integralista Brasileira e seus reflexos no Paraná .....	371
7.7.2 A Aliança Nacional Libertadora e a esquerda paranaense.....	377
7.8 AS ELEIÇÕES DE 1935 E AS FORÇAS POLÍTICAS EM DISPUTA NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE .....	382
7.9 A ALIANÇA NACIONAL LIBERADORA E A AÇÃO DOS MILITANTES DO PARANÁ .....	395
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>400</b>
<b>9. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>405</b>
<b>10. APÊNDICES .....</b>	<b>426</b>
<b>11. ANEXOS .....</b>	<b>438</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O período republicano no Brasil teve sua primeira fase entre os anos de 1889 e 1930, ou seja, da Proclamação da República por intermédio de um golpe militar até a Revolução de 1930, outro golpe de militares revoltosos com o apoio de oligarquias dissidentes que protestavam contra as práticas políticas vigentes até então. A república propagou os ideais liberais como a defesa da república federativa, que resultou na autonomia política, financeira e administrativa dos estados, em detrimento de políticas nacionais e medidas centralizadoras nos campos político, econômico e social da nação brasileira. As oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais se revezavam na ocupação da presidência, exercendo hegemonia em relação às oligarquias do restante dos estados brasileiros, que tinham seus interesses sobrepujados. Tal prática ficou conhecida como “Política dos Governadores”.

Esse sistema político oligárquico nutriu inúmeras dissidências ao longo do processo republicano, e as insatisfações contra as práticas políticas vigentes cresceram. No Paraná, a divisão entre agrupamentos hegemônicos e dissidentes se concretizou desde os resultados das eleições à presidência do estado em 1907. O candidato vitorioso, João Cândido Ferreira, teve sua votação anulada. Os detalhes sobre esse momento de inflexão no jogo político oligárquico foram relatados pelo seu vice, Ottoni Maciel, no livro “Bastidores Políticos”. As dissidências se acumularam nas décadas de 1910 e 1920, o que fez surgir organizações como o Partido Autonomista, o Partido Democrático Paranaense e a Aliança Liberal no Paraná.

Estavam criadas as condições para que o principal movimento político da história do Brasil fosse desencadeado. No Paraná, a Revolução de 1930 teve o apoio de diversos grupos dissidentes e frações de classe, descontentes com a dinâmica política registrada pela república oligárquica.

A Primeira República era caracterizada pela preponderância dos mesmos grupos, famílias e frações de classe exercendo a dominação política nos estados como símbolo de prestígio e distinção em relação aos outros grupos sociais, excluídos do sistema oligárquico. Esta dominação, porém, não se dava sem conflitos no interior destes grupos dominantes, e as oligarquias regionais disputavam entre si recursos políticos e econômicos, barganhando favores ante à máquina administrativa. O estado do Paraná, alinhado ao governo Washington Luís, ocupava um papel coadjuvante na cena nacional.

Além disso, seu sistema oligárquico era altamente excludente, visto que poucos clãs familiares<sup>1</sup> exerciam o poder político. Isso colaborou para o crescimento dos grupos oligárquicos dissidentes no estado.

O caráter moralizador das dissidências políticas também apontava para os vícios da república oligárquica. Esse regime propagava princípios democráticos como a realização de eleições e voto<sup>2</sup> dos brasileiros homens alfabetizados maiores de 21 anos. No entanto, registravam-se muitas falhas nesse processo, como a baixa participação eleitoral, com taxas de 2,1% da população nas eleições de 1914 (o eleitorado superou 5% da população somente em 1930), além da predominância de mecanismos de dominação como o empreguismo, o nepotismo, a corrupção eleitoral, entre outros (SOARES, 1973). No campo, o poder econômico e social dos proprietários de terras, sob a lógica oligárquica, era imposto através de uma rede de dependências, que envolvia o eleitor, o coronel, o partido e o Estado” (CASALECCHI, 1987, p.13).

A década de 1920 foi caracterizada pelos primeiros passos da urbanização e industrialização, trazendo consigo as inquietações se segmentos sociais como os operários, os comerciários, os profissionais liberais, entre outros. No processo de inclusão destes novos atores políticos, revela-se a incapacidade do sistema oligárquico na aglutinação de diferentes interesses (MARTINS, 1984, p.680), o que culminou na sua crise, acentuada pelos efeitos da quebra da Bolsa de Valores em 1929.

Além da crise econômica mundial, observa-se que o sistema oligárquico não conseguia absorver de maneira eficaz mudanças sociais como a intensificação da industrialização e da urbanização nas diversas regiões do país. As frações oligárquicas dissidentes possuíam o ímpeto de alcançar uma modernização política, com maiores possibilidades de participação política, algo impossibilitado pelo regime oligárquico fechado, com características de tradicionalismo e imobilismo (CAMARGO, 1983).

Nosso objeto de investigação é a política paranaense no contexto da Revolução de 1930. O método sociológico de investigação relaciona os indivíduos (ou agentes) e a

---

<sup>1</sup> Considera-se membros da família a parentela: membros da família nuclear, composta por cônjuges e filhos, e da família extensa, composta por membros como tias, tios e primos. A parentela é composta por relações consanguíneas de ancestrais comuns e relações sociais, marcadas por cerimônias religiosas, tais como casamentos, batizados. Nesse sentido, família está relacionada às relações de parentesco. Ver definições em LEWIN, 1987.

<sup>2</sup> A maioria da população brasileira era rural, em grande parte sujeita à dominação pessoal exercida pelos grandes proprietários de terras, manipulada pelos coronéis e chefes políticos locais. Tal dominação era garantida pelo sistema político oligárquico que era caracterizado pela inexistência de voto secreto, falseamento das eleições e não-reconhecimento dos candidatos eleitos que não pertenciam às facções oligárquicas dominantes por parte das Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas dos municípios e dos estados (SAES, 1989; 1996).

estrutura social (pensada a partir de instituições como partidos, câmaras e assembleias políticas). A presente tese procura levantar informações biográficas que situam esses agentes no interior da estrutura social. Nosso referencial teórico é o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que desenvolveu as noções de *habitus*, campo e capital.

A sociologia da prática desenvolvida por Bourdieu remete a análise dos campos em uma perspectiva relacional entre o agente e as estruturas. O *habitus*, ou seja, o social incorporado por cada membro da sociedade, varia segundo a posição que os agentes ocupam em determinado espaço do mundo social. A sociologia da prática política analisa a relação entre as posições sociais, as disposições (ou *habitus*) e as tomadas de posição. O *habitus* é um princípio gerador de práticas que opera sob a lógica de classificação e distinção no espaço social e seus campos.

Nesta tese, a análise das biografias dos agentes considera os deslocamentos dos indivíduos no espaço social, em particular no campo político paranaense. Verificaremos as posições que os agentes ocupam nesse espaço (BOURDIEU, 1998, p.190).

Sabendo-se que o campo político está imerso em uma lógica de lutas pelo poder, ele apresenta agentes com atributos sociais que conferem força e prestígio às suas atuações. Quanto maior o acúmulo de capitais por parte dos agentes, maior é a probabilidade de êxito no interior do campo. Os agentes atuam através da cooperação e do conflito, objetivando o acúmulo de capitais.

Porém, a luta por prestígio, reconhecimento e poder, atributos associados ao campo político, não se apresenta como uma disputa entre iguais, dado que a sociedade de classes, no capitalismo, apresenta a monopolização de recursos materiais e simbólicos para poucos indivíduos. Desse modo, a investigação social encontra a necessidade da análise sobre as classes e as formas de reprodução social empreendidas pelas classes dominantes para a autoperpetuação no poder. Em um momento de inflexão como a Revolução de 1930, essas operações registram altas complexidades.

Para a investigação das forças políticas desse campo no contexto de 1930, marcado por mudanças políticas, pretendemos levantar informações sobre os capitais portados por estes agentes, através do estudo de suas biografias. O levantamento de capitais sociais, familiares, políticos, econômicos, culturais, etc., relacionados às trajetórias biográficas dos agentes de poder imersos no campo político paranaense será crucial no decorrer desta tese. Para Bourdieu, a perpetuação de poderes e privilégios opera a partir das famílias, com base nas estratégias de reprodução, fecundidade, matrimônio,

herança e em relações que envolvem as diferentes espécies de capitais (BOURDIEU, 1996, p.35).

Utilizaremos dados biográficos, via método prosopográfico, que abrangem elementos como o local e ano de nascimento, a formação, a atuação, os capitais econômicos, os principais cargos políticos ocupados e as conexões familiares e sociais desses agentes no campo político paranaense. Segundo Lawrence Stone (2011), o método prosopográfico, ou biografia coletiva, é relacionado à investigação das características comuns de um grupo de atores através de um estudo coletivo de suas trajetórias de vida.

O enfoque metodológico centrado na biografia permite assinalar aspectos sociais de grupos políticos, seus padrões de recrutamento e as lógicas de reprodução social. Nesse sentido, a análise da biografia de um indivíduo não corresponde apenas ao seu aspecto singular, abrangendo as características do grupo social ao qual ele está inserido (MONTEIRO, 2014, p.15).

O levantamento de capitais sociais, familiares, políticos, econômicos, culturais, etc., relacionados às trajetórias biográficas dos agentes de poder imersos no campo político paranaense será crucial no decorrer desta tese. Concentraremos nossas atenções na análise dos atributos e heranças sociais destes agentes, relacionando-a com suas práticas no “jogo político” no qual os mesmos estavam inseridos. Através do *habitus*, os agentes de um determinado campo possuem um senso de jogo que efetiva a ação nas diferentes situações. Na análise do campo político no contexto da Revolução de 1930, é preciso considerar as lutas que visavam conservar ou transformar as relações de forças entre os agentes.

Averiguaremos quais foram os impactos que a Revolução de 1930 gerou na política paranaense nas suas organizações e seus agentes, entendendo a política como um campo de forças e lutas entre agentes que disputam posições no campo político. Com as mudanças que a mesma proporcionou, verificaremos quais foram os agentes que tiveram seus capitais potencializados com o processo revolucionário. Entendendo a Revolução de 1930 como um processo de “modernização conservadora”, problematizaremos de que maneira antigos grupos oligarcas no Paraná reconverteram seus *habitus* e capitais para se adequarem às novas “regras do jogo” impostas pela Revolução de 1930, a saber: a centralização e a incorporação de novos interesses e grupos na arena política.

O foco de investigação da tese corresponde às organizações oligárquicas dissidentes e os seus agentes que se envolveram nos acontecimentos que resultaram na Revolução de 1930 no Paraná. Entendemos que as dissidências oligárquicas foram



gestadas durante a República Velha e tiveram um momento de inflexão na crise dos anos 1920, ocasião em que passam para uma oposição mais organizada e com um programa definido, diferente de disputas pragmáticas aos quais estavam acostumadas, que resultavam em adesões e reconciliações, sem ruir as bases do sistema oligárquico.

O termo oligarquia é aqui entendido como uma unidade, que possui diferentes facções, no interior da classe dominante. Os interesses dessas frações são os mesmos, ou seja, estão vinculados à posse do Estado e de seus aparelhos para servir aos seus interesses e usufruir benesses (BORGES, 1979, p.26).

É importante assinalar que o jogo político antes da crise dos anos 1920 é mais vinculado às disputas oligárquicas do que propriamente a uma oligarquia dissidente. Os atores descontentes com a falta de capacidade do Estado em aglutinar grupos e frações diferentes irão proporcionar a força para o aprofundamento da crise política da década de 1920, que terá na Revolução de 1930 um momento de inflexão.

Nesta tese, investigaremos quais são as origens das cisões oligárquicas que formarão, mais tarde, organizações partidárias dissidentes, tais como o Partido Democrático Paranaense e a Aliança Liberal.

A partir da década de 1920, as crises oligárquicas se evidenciaram de maneira mais efetiva, observando-se a desintegração das defesas ideológicas do regime republicano. Para os principais atores envolvidos com a Revolução de 1930, a solução para essa crise seria ancorada às reformas políticas, prevendo uma renovação modesta, que não atingisse a outros setores sociais e econômicos (FAORO, 2001). O não aprofundamento das transformações era um objetivo fundamental para as oligarquias que empreenderam o movimento de outubro.

Com a vitória do movimento revolucionário de 1930, vários agentes perderam os seus poderes, ou tiveram seus capitais políticos enfraquecidos. Identificaremos os padrões de dominação dos agentes que possuíam mandatos e cargos quando a Revolução de 1930 eclodiu. Investigaremos os perfis dos secretários de estado do governo Affonso Camargo (1928-1930), dos deputados estaduais, federais e senadores com mandato em 1930 e dos desembargadores do Tribunal de Justiça em exercício em 1930. Apontaremos os expurgos sofridos por eles e se houve retorno à vida pública após o processo revolucionário.

Em contrapartida, outros agentes políticos tiveram seus capitais políticos potencializados com processo revolucionário, entre civis e militares. No decorrer dos capítulos, identificaremos o perfil dos principais cargos nos poderes executivo, legislativo e judiciário paranaenses. Nosso recorte refere-se aos secretários de estado, membros do

Conselho Consultivo e desembargadores nomeados pelas interventorias de Mário Tourinho (1930-1931) e Manoel Ribas (1932-1936). O recorte temporal possui abrangência até 1936, o ano anterior ao golpe que instaurou o Estado Novo, em uma conjuntura muito diferente do objeto em questão, que procura analisar o Governo Provisório (1930-1934) e o Governo Constitucional (1934-1936), períodos com liberdade política e avanços democráticos, que ressignificaram a política nacional. No Paraná, importantes agentes e grupos se colocaram na arena de lutas políticas para a disputa de poder. Realizaram-se eleições para deputados estaduais e federais, nos anos de 1933, 1934 e 1935. Analisaremos os resultados dessas eleições e o perfil político desses agentes, dos novos grupos sociais e dos partidos políticos criados nesse contexto. Também averiguaremos se os membros das oligarquias decaídas do período pré-1930 conseguiram retornar às altas posições de poder.

Na análise sobre o perfil biográfico desses agentes, nosso enfoque será direcionado aos “componentes classistas”, tais como a origem familiar, as relações sociais, a formação e a relação com grupos econômicos e políticos, juntamente com os condicionantes institucionais, averiguando a trajetória profissional e os vínculos com os clãs oligárquicos (MICELI, 2007, p.662).

As bases de dados utilizadas nesta tese correspondem às fontes jornalísticas, em especial aos jornais “O Dia” e “Correio do Paraná”. As fontes jornalísticas estão disponíveis na página da Hemeroteca Digital<sup>3</sup>, da Biblioteca Nacional.

Outro conjunto de dados utilizados corresponde aos documentos do Arquivo Pessoal de Getúlio Vargas, disponíveis na página do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, em formato digital. No formato da microfilmagem, obteve-se o acesso ao Arquivo Oswaldo Aranha, através de um pedido de cópias dos documentos ao CPDOC<sup>4</sup>, não disponíveis na página desta instituição. Trata-se de uma base de dados fundamental para o levantamento de fontes de comunicação entre os interventores e o governo central. As cartas e telegramas desse arquivo também explicitam o canal direto entre os “tenentes revolucionários” e o

---

<sup>3</sup> Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 18.fev.2021.

<sup>4</sup> A página do CPDOC-FGV disponibiliza a busca dos documentos de arquivos pessoais, no sistema Acessus. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em 18.fev.2021. A disponibilização dos documentos não digitalizados ou não microfilmados ocorre através do contato para o e-mail da Sala de Consulta, no qual é necessário informar o código do arquivo desejado e a quantidade de folhas correspondentes.

Ministério da Justiça, constantemente acionado pelos agentes políticos paranaenses, sem o intermédio da interventoria.

Na análise desses documentos, pretendemos examinar o contexto social em que eles foram produzidos, identificando os indivíduos e grupos sociais que o documento faz alusão, bem como o contexto do autor e seus destinatários. Indagaremos quais são os interesses dos autores dos documentos e se eles falam por si ou em nome do grupo social/instituição em que estão inseridos, em uma investigação sobre a “origem social, a ideologia ou os interesses particulares” dos autores (CELLARD, 2008, p.301).

As informações biográficas foram obtidas a partir da busca nominal dos agentes na “Genealogia Paranaense”, obra de seis volumes escrita por Francisco Negrão. Através dessa base de dados, obtemos informações das redes sociais, matrimoniais e familiares dos agentes políticos investigados. A busca nominal também será empreendida nos levantamentos biográficos publicados por Maria Nicolas, correspondendo aos deputados estaduais, federais e senadores. As fontes e dados completos serão disponibilizados nas fichas biográficas localizadas nos anexos desta tese.

A perspectiva sobre a biografia busca localizar os ambientes interpessoais desses agentes e relacionar essas biografias individuais com as estruturas e instituições sociais nas quais as biografias se desenvolvem (MILLS, 1965). Juntamente com o enfoque sobre a biografia, integra-se a amplitude da concepção histórica com a perspectiva sociológica (MILLS, 1965, p.159).

Em termos metodológicos, esta tese seguirá uma investigação qualitativa, que envolve a revisão bibliográfica associada às teorias sociológicas que embasam a análise, dialogando com os acontecimentos gerais, envolvendo a conjuntura nacional, e os eventos específicos, que envolvem o contexto político paranaense. Nessa investigação, buscaremos analisar as ações, interpretações e ideologias envolvidas nesse meio social (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008).

A compreensão do contexto no qual o objeto se encontra é crucial para a pesquisa e sua problemática. Nesse sentido, através da análise documental, pretende-se “conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural” que propiciou a produção dos documentos (CELLARD, 2008, p.300).

Ao deparar-se com um objeto histórico, o que importa não é o mero evento, mas sim o pensamento nele expresso (RODRIGUES, 1978, p.28). Na análise sobre a Revolução de 1930, nossas inquietações estarão relacionadas aos pensamentos expressados pelos eventos que marcam o processo em questão.

Além desses pontos, interessa à presente pesquisa a averiguação do processo histórico que caracteriza a Revolução de 1930 e seus desdobramentos no Paraná. Trata-se de um evento de transição, na qual a pesquisa averigua quais são as regularidades, mudanças e rupturas vivenciadas pelo contexto (CELLARD, 2008, p.299).

Na análise do processo histórico, José Honório Rodrigues (1978) ressalta que é necessário observar as ações pessoais, impessoais, as personalizações ou as despersonalizações, os fatos, os eventos, os sucessos, os acontecimentos, as ações, os feitos, as façanhas e as biografias dos sujeitos nele envolvidos (RODRIGUES, 1978, p.30). O autor assinala que nenhum fato ou ato histórico existe de maneira isolada, sendo eles imersos no processo histórico em questão, explicado com o auxílio de definições e construções conceituais. Em síntese, Rodrigues pontua as seguintes características dos fatos históricos:

- “a) todo fato histórico é contemporâneo;
- b) é eficaz, isto é, produz ou produziu efeitos;
- c) é produtivo na satisfação das necessidades de vida;
- d) é capaz de satisfazer às necessidades novas;
- e) é singular e individual, isto é, ele se distinguiu de todos, é único, é qualificado;
- f) é irreversível;
- g) é impessoal, enquanto o ato é pessoal;
- h) é único e complexo;
- i) é dialético- processual, relaciona-se com todos os demais, está no centro das conexões causais, cria relações sociais, políticas e econômicas;
- j) é breve na ação, durável nos efeitos” (RODRIGUES, 1978, p.34).

É nesse sentido que pretendemos analisar “o processo da Revolução de 1930” no Paraná, interdialogando os agentes com a estrutura social, os desdobramentos e consequências da Revolução de 1930 para a política paranaense, as novidades que esse evento proporcionou, bem como as conexões entre os campos sociais, políticos e econômicos.

Nesta tese, assume-se o termo “Revolução de 1930”, pois esse fato histórico possuiu traços modernizantes a longo prazo e marcou um ponto de inflexão em relação ao jogo político anterior. No entanto, também reconhecemos que esse processo conservou estruturas sociais, não se tratando de uma revolução no sentido clássico do termo.

Um dos autores precursores da revisão do termo “Revolução de 1930” é Edgar de Decca. Segundo o autor, discursos que enfatizam o protagonismo dos “tenentes e oligarcas” tendem a silenciar narrativas que revelam classes em conflito, especialmente

no decorrer da década de 1920. Sua obra “1930- O silêncio dos vencidos” assinala a ação do Bloco Operário e Camponês (BOC) em São Paulo, com uma proposta de revolução democrático-burguesa. Essa organização, que surgiu em 1928, é negligenciada pelos discursos históricos hegemônicos sobre o movimento de 1930 (DECCA, 1988). A revolução democrática-burguesa seria realizada pela vanguarda do proletariado, em aliança com os camponeses, organizados no interior do BOC. Segundo Edgar de Decca, amedrontadas com a possibilidade de revolução, e principalmente, com a capacidade de arregimentação operária em torno do BOC, as classes dominantes e os setores médios urbanos organizaram o movimento de 1930 (DECCA, 1988, p.205). A Revolução de 1930 teria, a partir dessas noções, uma definição mais atrelada ao sentido “contrarrevolucionário” ou “conservador” do que propriamente “revolucionário”.

“Golpe de 1930” é outro termo utilizado pelo revisionismo. Alguns autores enfatizam que tanto em 1930 quanto em 1964, golpes militares ocorreram para impor ordens autoritárias de direita (NAPOLITANO, 2019, p.412).

O revisionismo também está presente na comparação entre a “Primeira República” (1889-1930) e a “Segunda República” (1930-1964). Parte-se da ideia de que o termo “Revolução de 1930” foi forjado pelos próprios atores que foram vitoriosos nesse processo. Nesse discurso ideológico, o passado foi abandonado, juntamente com as práticas políticas oligárquicas, coronelísticas, regionalistas, manipuladoras e fraudulentas.

Alguns trabalhos assinalam que esses discursos possuem grandes vínculos com o pensamento autoritário no Brasil de crítica ao liberalismo. De acordo com Ângela Maria de Castro Gomes e Martha Abreu, o discurso que enfatiza o legado da Revolução de 1930 silencia a “rica movimentação de atores”, sejam eles intelectuais, trabalhadores, setores de classes médias e populares, e o incremento da participação política na década de 1920 (GOMES; ABREU, 2009, p.4).

Diante dessa revisão crítica sobre o termo, reafirmamos o sentido da expressão “Revolução de 1930”. Não utilizaremos o termo “Golpe de 1930” por não considerar que o movimento de 1930 implantou um regime autoritário, substituindo uma suposta democracia liberal vigente na Primeira República. No decorrer dos capítulos, apontaremos as falhas e a precariedade do contexto político pré-1930. Ainda que ele registrasse importantes movimentações em prol da organização das classes e segmentos sociais, a Primeira República era excessivamente excludente e elitista, reprimindo com violência as manifestações como greves, colunas tenentistas e contestações operárias.

Considera-se o termo “Golpe de 1930” como reducionista, pois não analisa as conquistas sociais e políticas obtidas entre os anos de 1930 e 1937. Nesse período, instituiu-se o Código Eleitoral de 1932 e promulgou-se a Constituição de 1934. A participação social foi incrementada nesse período, juntamente com a organização de partidos, além da aglutinação de interesses de setores sociais diversificados, do operariado aos tenentes, dos empresários aos grandes proprietários rurais.

Longe de instaurar uma “ordem autoritária de direita”, o processo político da Revolução de 1930 expressou a organização de diversos grupos e classes sociais. Nesta tese, nos detemos à análise de 1930 a 1937. A partir do golpe que instaurou o “Estado Novo” é possível falar em ordem autoritária, o que não se aplica ao contexto do Governo Provisório (1930-1934). Este primeiro momento da Revolução de 1930 inaugurou diferentes canais de comunicação entre Estado e sociedade, com foco na centralização e na abertura às demandas de setores populares e oligarquias não hegemônicas. Tão pouco a definição de “ordem autoritária” se aplica ao período do Governo Constitucional (1934-1937), caracterizado pela realização de eleições legislativas e pela organização de partidos.

Limitar o “potencial revolucionário” à experiência do operariado paulista organizados em torno do BOC também significa silenciar as lutas sociais de diversos grupos espalhados pelo território brasileiro. Nesta tese, pretendemos analisar a ação política do movimento tenentista antes e depois da Revolução de 1930, com foco na investigação da organização política de protesto oligárquico no Paraná.

Entendemos a Revolução de 1930 como um processo complexo, que envolveu várias etapas e imersa em grandes contradições. Avanços e recuos caminharam juntos em diferentes momentos políticos. Pretendemos investigar a ação dos atores, nacionais e locais, na nova lógica de poder inaugurada pelo movimento de outubro.

No decorrer dos capítulos, apontaremos os movimentos de mudança e conservação observados na sociedade brasileira e paranaense no contexto pós-1930. Para isso, apontaremos algumas interpretações sobre a “Revolução de 1930”, juntamente com uma análise sobre a noção de “modernização conservadora”.

No capítulo 1, abordaremos os fundamentos teóricos e metodológicos para a análise da Revolução de 1930, apresentando algumas das principais interpretações escritas pela produção acadêmica que se debruçou sobre a temática. Em seguida, partiremos para a análise contextual desse fato histórico, através do estudo das duas principais frentes que levaram à eclosão do movimento revolucionário: o movimento

tenentista, e a ampliação de organizações partidárias de contestação oligárquica. Esse panorama contextual incorporará os elementos teóricos para a análise da Revolução de 1930, no seu aspecto de modernização conservadora, que envolve a relação entre os agentes e a estrutura social em um processo de mudanças limitadas pela manutenção das estruturas sociais vigentes. Incorporaremos a ideia de modernização conservadora aos elementos teóricos de Pierre Bourdieu a respeito do campo político e dos capitais, juntamente com as análises sobre o conceito de família, fundamental para o entendimento das dinâmicas sociais de reprodução das posições políticas. Outro elemento teórico corresponde ao conceito de classe social, que relaciona o poder econômico com o poder político, em especial através da ideia de representação política de classe

No capítulo 2, investigaremos o Paraná e os antecedentes da Revolução de 1930, englobando os grupos políticos, as forças sociais e as disputas oligárquicas envolvidas nesse processo. A contextualização local da política de contestação oligárquica será desenvolvida através da identificação dos atores envolvidos com o jogo político hegemônico e dissidente. Para entender o contexto social, bem como os grupos políticos e econômicos em disputa nos momentos que antecederam a Revolução de 1930, torna-se necessária a compreensão dos momentos que marcaram a transição do Império para a República, em termos políticos, e as principais mudanças que ocorreram na economia paranaense, encaminhando a sociedade local à urbanização e à industrialização. O processo de modernização econômica e política, no entanto, foi acompanhado da conservação das estruturas sociais e das formas de dominação política. Direcionaremos o nosso olhar aos atores políticos que protagonizaram os acontecimentos que envolveram mudanças, acomodações e ressignificações, que tonaram possível a manutenção ou a exclusão do jogo político nos momentos de inflexão política. Também identificaremos quais eram as principais forças econômicas em disputa no Paraná da Primeira República e suas relações com a política oligárquica. Buscaremos entender as formas e estratégias de luta política que essas frações de classe procuraram estabelecer em busca de poder e representatividade política. Apontaremos as principais características da economia paranaense e os seus principais ciclos para entender quais eram as forças econômicas que disputavam espaço no campo político paranaense na Primeira República.

No capítulo 3, abordaremos como a Revolução de 1930 se desenvolveu no Paraná, apontando quais foram os agentes políticos e militares centrais para a sua vitória, bem como os vínculos sociais que eles possuíam. Também identificaremos os impactos iniciais que esse movimento provocou na política paranaense. No primeiro momento,

abordaremos a Revolução de 1930 no Paraná, desde os seus preparativos até os principais atores envolvidos com a preparação e a consolidação do movimento na esfera local. Assinalaremos a trajetória de Plínio Tourinho, o chefe militar do movimento revolucionário, bem como a trajetória de seu irmão, Mário Tourinho, designado interventor federal no Paraná a partir da vitória do movimento no estado. No segundo momento, avaliaremos os impactos provocados pela Revolução de 1930 no Paraná. Para isso, identificaremos quais eram os agentes que possuíam mandatos ou altos cargos em outubro de 1930 e mapearemos os capitais sociais e políticos detidos por estes agentes, para verificar qual era o padrão de dominação e reprodução das altas posições que os mesmos ocupavam no contexto anterior à Revolução. No decorrer desse levantamento, buscaremos assinalar os impactos provocados pela Revolução de 1930, como as prisões decretadas, fugas e investigações feitas para os “alvos” do movimento revolucionário, chamados pejorativamente de “carcomidos” e perrepietas”. Também investigaremos as permanências que o novo regime promoveu, dado o caráter de modernização conservadora apresentado pela Revolução de 1930 e pela tendência histórica da política e da sociedade brasileira.

O capítulo 4 investigará a interventoria de Mário Tourinho e os conflitos políticos locais no contexto pós-Revolução de 1930. Analisaremos quais foram as principais mudanças políticas promovidas pelo Governo Provisório de Vargas após a Revolução de 1930. Investigaremos os primeiros atos da Revolução de 1930 a nível nacional, para assinalar as principais práticas e tendências políticas registradas a partir de outubro de 1930. Sabendo-se que a lógica da centralização foi incrementada com o processo revolucionário, a análise sobre a interventoria de Tourinho é perpassada a partir das suas relações com o governo federal. Com a centralização, a ação política dos agentes de oposição à interventoria se realizou diretamente no Palácio do Catete, através de viagens e telegramas aos ministros e membros do governo, sem o intermédio do poder estadual. Essa novidade promovida pela política revolucionária também será objeto de análise desta tese. Em seguida, investigaremos as primeiras medidas da interventoria de Tourinho, identificando os principais agentes envolvidos com a jogo político paranaense, modificado a partir das novas regras e práticas institucionais. Sua atuação no campo econômico e no campo administrativo será analisada paralelamente à política de nomeações empreendidas pela sua gestão. Também analisaremos o poder militar no Paraná, tendo como foco a organização das legiões revolucionárias, que se revelavam como importantes canais de pressão política, na esfera estadual e na esfera federal. Com



a forte tendência de centralização, essas organizações foram fundamentais para a operacionalização das novas lógicas políticas colocadas pelo contexto pós-revolução de 1930. Nessa nova dinâmica, o setor militar foi o principal responsável pela crise política enfrentada pela interventoria de Mário Tourinho. Nesse capítulo, verificaremos quais foram as ações feitas por estes grupos que resultaram na exoneração de Mário Tourinho.

No capítulo 5, pretende-se abordar o cenário de poder do início de 1932, que possibilitou a nomeação de Manoel Ribas como interventor federal. Esse contexto estava marcado pela instabilidade política nos estados, divididos entre forças oligárquicas dissidentes e tenentes. O Paraná também vivenciava as contradições do regime pós-1930, mas não repetiu a tendência de substituição do chefe do executivo estadual ao longo do ano de 1932, ao contrário: Ribas permaneceu no cargo até 1945, tornando-se um dos governantes estaduais mais longevos da Era Vargas. Para explicar esse sucesso, nos deparamos com alguns elementos da trajetória de Ribas que ajudam a possibilitar sua permanência no posto. Analisaremos quais são os capitais sociais e familiares desse agente supostamente “externo” à política paranaense. Outro momento de suma importância para o incremento dos capitais políticos de Manoel Ribas é a sua posição frente à Revolta Paulista de 1932. No decorrer desse capítulo, investigaremos a campanha do Paraná nas batalhas contra os rebelados paulistas e seus principais atores envolvidos, em grande parte pertencentes ao “tenentismo revolucionário” paranaense. Também analisaremos o campo de poder local após a vitória sobre São Paulo, enfatizando o alinhamento ao governo federal em termos sociais, políticos e econômicos.

O sexto capítulo é dedicado à análise do campo político paranaense durante o período de constitucionalização (1933-1935). Pretendemos assinalar que a conciliação entre as forças tenentistas e as forças oligárquicas era fundamental para a manutenção dos interventores nos seus cargos. No Paraná, Manoel Ribas conseguiu angariar as oligarquias e os membros do “tenentismo revolucionário”. Seu governo era composto por elementos da classe dominante tradicional, oligárquica e elitista, ao mesmo tempo em que agregava integrantes da esquerda revolucionária, que ajudaram inclusive a organização da Aliança Nacional Libertadora. O interventor também possuía ligações com elementos ligados ao integralismo. Na prática, a liderança de Ribas agregava a múltiplos e diversos grupos e atores políticos. O capítulo também investigará como Manoel Ribas organizou o PSD com sucesso no Paraná, mesmo encarando algumas dissidências políticas. Também apontaremos como ocorreu a organização dos partidos políticos, de oposição ou apoio ao interventor. Serão analisados os perfis do Poder Legislativo paranaense no contexto pós-

1930, através dos deputados federais e estaduais eleitos em 1933, 1934 e 1935. Paralelamente à essas análises, demonstraremos os reflexos da Ação Integralista Brasileira e da Aliança Nacional Libertadora no campo político paranaense.

## **2. A REVOLUÇÃO DE 1930 E OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A SUA ANÁLISE**

A Revolução de 1930 teve o mérito de desencadear a evolução política do país, envolvendo o passado e o futuro (SILVA, 1972a, p.19). Tradicionalmente considerada um “marco na história contemporânea do país” pela sociologia política e pela historiografia, ela tem um importante significado político (MARTINS, 1983, p.671).

Nos primeiros dias da deposição de Washington Luís, “o povo chegou a julgar-se dono do poder”, enquanto os decaídos se viram “forçados a buscar refúgio para evitar insultos” (BASBAUM, 1981, p.13). Considerada um “divisor de águas” na política brasileira, seu estudo é essencial para entender os rumos tomados pelo país desde então.

Tratando-se de um movimento progressista, implantou um Estado centralizador que configurou uma nova ordem política no país. A longo prazo, a Revolução de 1930 reorientou a economia brasileira, direcionando uma economia essencialmente rural para os ramos secundários e industriais (MELLO, 1984). Ela proporcionou inovações ao sistema político, ao plano social, à modernização e reorganização do aparelho do Estado, à incorporação de novos atores ao cenário político, além de possibilitar a expansão das atividades industriais no país (MARTINS, 1983, p.672).

Em síntese, é um dos principais momentos da história brasileira, pois seu processo desencadeou em um novo rumo de desenvolvimento político e social (YOUNG, 1979, p.15). A modernização social e política foi perpassada pela centralização estatal, reformas e implementação de políticas públicas coordenadas nacionalmente.

Muitos anseios dos movimentos políticos contestatórios dos anos 20 se efetivaram no decorrer do processo político inaugurado no período pós-Revolução de 1930. Esse capítulo objetiva assinalar os antecedentes ocorridos na década de 1920 que desencadearam no movimento outubrista.

Na primeira seção, apontaremos as principais interpretações sobre a Revolução de 1930. Em seguida, partiremos para a análise contextual desse fato histórico, através do estudo das duas principais frentes que levaram à eclosão do movimento revolucionário: o movimento tenentista, que fez o Brasil enxergar a urgência da realização de mudanças na política brasileira, e a ampliação de organizações partidárias de contestação oligárquica, que multiplicaram as dissidências, insatisfeitas com os rumos que a política brasileira vinha tomando.

Essas frentes de contestação oligárquica serão estudadas pela tese, assinalando os principais fatos e características do movimento tenentista, desde o Levante de Copacabana, ocorrido em 1922, até a conclusão da marcha da Coluna Prestes, ocorrida em 1926. Na segunda frente que contribuiu na derrubada da Primeira República, analisaremos a formação do Partido Democrático de São Paulo, a formação partidária que deu força à contestação oligárquica dissidente. Por fim, nos debruçaremos sobre a formação da Aliança Liberal, cujo principal mérito foi efetivar uma candidatura de oposição para concorrer ao cargo da presidência da república, fazendo frente às oligarquias hegemônicas e ao situacionismo federal. A contestação oligárquica, que reuniu tenentes e oligarcas dissidentes, desencadeou na Revolução de 1930, o mais importante fato político do Brasil republicano.

Esse panorama contextual incorporará os elementos teóricos para a análise da Revolução de 1930, no seu aspecto de modernização conservadora, que envolve a relação entre os agentes e a estrutura social em um processo de mudanças limitadas pela manutenção das estruturas sociais vigentes. Incorporaremos a ideia de modernização conservadora aos elementos teóricos de Pierre Bourdieu a respeito do campo político e dos capitais, juntamente com as análises sobre o conceito de família, fundamental para o entendimento das dinâmicas sociais de reprodução das posições políticas.

## **2.1 INTERPRETAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930**

As primeiras interpretações sobre a Revolução de 1930 foram feitas por atores políticos que participaram do movimento e relataram os acontecimentos em livros autobiográficos e memorialísticos. Este é o caso de Barbosa Lima Sobrinho, Virgílio Santa Rosa, Virgílio Melo Franco, Nelson Werneck Sodré, Leônidas de Resende, Hermes Lima e Caio Prado Júnior (ANDRADE, 1988, p.13).

Luciano Martins (1983, p.673), ao comentar as interpretações sobre a Revolução de 1930, assinala a validade das linhas teóricas que enfatizam a ausência de conflitos entre as classes industriais e agrárias. A crise da oligarquia não é marcada por um conflito de classes ou interesses econômicos, que oporia camadas urbanas e industriais em relação às classes rurais e agrárias. Em São Paulo, o fazendeiro de café, por exemplo, foi capaz de contratar mão-de-obra assalariada, de construir estradas de ferro, de organizar a

comercialização de café e de estabelecer-se politicamente para garantir a sua dominação (MARTINS, 1983, p.674).

A oligarquia vale-se de elementos tradicionais, que frequentemente desenvolvem traços modernizantes. No contexto de crise da Primeira República, as velhas estruturas evidenciaram a capacidade de resistência, através da reformulação e readaptação às novas condições (BORGES, 1979, p.23).

Frequentemente, a Revolução de 1930 foi estudada paralelamente ao objeto referente ao desenvolvimento da burguesia brasileira. Jacob Gorender (1981), autor de orientação marxista, defendeu a tese de que a emergência do capitalismo no Brasil sucedeu ao modo de produção escravista colonial, e isto indica o caráter subordinado da afirmação do capitalismo brasileiro ante as forças sociais dominantes do ciclo anterior. O estado de São Paulo, líder na produção industrial do país, representa o avanço do capitalismo desacompanhado da melhoria das condições de trabalho.

Nelson Werneck Sodré enfatizava que a Revolução de 1930 era um importante momento da revolução democrático-burguesa no Brasil. Autores como Florestan Fernandes e Boris Fausto contestaram essa linha de interpretação.

Um estudo clássico sobre o movimento político que pôs fim ao ciclo da República Velha intitula-se “A Revolução de 1930: História e Historiografia”, de Boris Fausto. Segundo o autor, não existiam conflitos entre o setor agrário exportador com base na grande propriedade semifeudal, em relação aos interesses voltados para o mercado interno (FAUSTO, 1975, p.9).

O modelo dualista, propagado pelas teses clássicas do Partido Comunista e por teóricos como Nelson Werneck Sodré, foi criticado por autores como Andrew Gunder Frank e Caio Prado Júnior, que enfatizavam a inexistência de contradições antagônicas entre o setor capitalista exportador e o mercado interno (FAUSTO, 1975, p.9).

Para Caio Prado Júnior, a interpretação de que o Brasil seria uma economia semifeudal ou com traços semifeudais não procedia. Segundo o autor, o Brasil era uma economia capitalista, com fortes traços agrários (FAUSTO, 1975).

Dualismos como setor agrário versus setor moderno, campo versus cidade, economia semifeudal versus economia capitalista, rural versus urbano, não seriam plausíveis na realidade (FAUSTO, 1975). Caio Prado Júnior era um crítico das teses do Partido Comunista, agremiação na qual era militante.

As teses do 2º e do 3º Congresso do PCB, realizados em 1925 e 1928, respectivamente, estavam alinhadas com a obra “Agrarismo e Industrialismo”, de autoria

de Octávio Brandão. Segundo ele, a burguesia industrial e comercial, ajudada pelo imperialismo norte-americano, promoveria uma oposição agregaria o proletariado e os tenentes em uma frente de combate ao imperialismo inglês e as forças do agrarismo feudal (DULLES, 1977).

Na linha crítica às teorias dualistas, encontram-se autores como, além dos já citados Gunder Frank e Prado Júnior, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos. Esse autor assinalou a rápida expansão do capitalismo no Brasil proporcionada pela Revolução de 1930, movimento marcado pela “ascensão da burguesia ao plano dirigente da sociedade” (FAUSTO, 1975, p.17). Outro autor dessa linha, Ruy Mauro Marini, destacou que a Revolução de 1930 foi o resultado de uma crise na economia cafeeira, juntamente com a pressão das classes industriais para participar do poder (FAUSTO, 1975, p.19).

Boris Fausto discutiu essas interpretações com dados empíricos sobre a indústria nos anos 1920. A partir deles, constata-se a dependência da indústria em relação ao setor agro-exportador, que correspondia a 69,7% da população ativa (FAUSTO, 1975, p.22). A posição política da indústria também revelava-se como conservadora: grande parte dos industriais e dos cafeicultores apoiaram Júlio Prestes. A Associação Comercial de São Paulo, que representava os interesses do comércio e da indústria, era base de apoio a Washington Luís. Na ocasião do levante de 1932, essa mesma entidade, juntamente com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, lutou contra Vargas e seu governo.

Por sua vez, a oligarquia dissidente, composta de opositores majoritariamente reunidos no Partido Democrático de São Paulo, era composta de velhos oligarcas, legítimos herdeiros da “tradição paulista”. Nesse sentido, o PD não expressava um impulso dos setores modernos e industriais, “mas uma aliança das classes médias de São Paulo com elementos descontentes do setor agrário” (FAUSTO, 1975, p.38). A tese geral de Boris Fausto é a de que não há conexão entre a Revolução de 1930 e a burguesia industrial de São Paulo, do Distrito Federal, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

No que diz respeito à Aliança Liberal, suas lideranças oligárquicas dissidentes eram, em geral, indiferentes e hostis às reivindicações específicas dos industriais, pois seus manifestos não possuíam traços industrialistas, apesar das inovações como proteção social (FAUSTO, 1975).

Diante da incapacidade da burguesia a promover os seus interesses de classe, o movimento de 1930, como uma “revolução pelo alto”, ocorreu para afirmar a ação do

Estado frente a sociedade (FAUSTO, 1975, p.50). Os atores desse movimento seriam “vanguardistas” em direção à defesa dos interesses da burguesia.

A Revolução de 1930 também foi analisada por teóricos do populismo. A partir desse momento, Francisco Weffort (2003;1965) e Octávio Ianni (1968;1965) apontam a emergência do Estado Populista na política brasileira. Para ambos os autores, a Primeira República caracterizava-se pela dominação exclusiva de uma classe. Francisco Weffort (2003) define que no período anterior a 1930 havia o predomínio de uma oligarquia dirigente baseada nos “interesses exclusivistas do café”, exportadora e portadora de uma política “tradicional” de valorização do café (WEFFORT, 2003, p.50). Essa política entrou em colapso, em grande parte devido à crise econômica mundial de 1929, que gerou superprodução interna de café.

A partir do momento em que setores da economia menos vinculados aos interesses cafeeiro-exportadores começaram a questionar esse regime, começa-se uma formulação de uma política de Estado voltada para a promoção de um capitalismo industrial. Esse processo, contudo, não conduziu a um “conflito aberto entre setores industrialistas e setores tradicionais” (WEFFORT, 2003, p.51).

Em uma interpretação parecida, Florestan Fernandes (1976) assinala que no Brasil, o capitalismo se defrontou com estruturas econômicas, sociais e políticas construídas sob o regime colonial. No processo de modernização, o grande proprietário proveniente de estruturas coronelísticas de dominação se converteu em homem de negócios, combinando elementos da estrutura econômica colonial e agrária com características do cenário capitalista que se expandia. Observa-se a “coexistência e interinfluência das formas econômicas arcaicas e modernas” (FERNANDES, 1976, p.176).

Essas ideias estão relacionadas ao que Weffort (2003, p.72) assinalou sobre a Revolução de 1930. Para ele, esse evento foi um movimento operado “de cima”, antecipando-se a uma suposta participação das “massas populares”. Essa participação seria promovida e tutelada pelo Estado<sup>5</sup>.

Weffort (2003, p.71) aponta que os responsáveis pela eclosão da Revolução de 1930 não foram os proletários, e sim, parte da classe média e chefes oligarcas dissidentes.

---

<sup>5</sup> Para Moniz Bandeira (2010, p.98), o conceito de populismo menospreza o sentido da luta de classes presentes nas reivindicações do proletariado brasileiro quando afirma que a legislação trabalhista foi uma doação de Vargas aos trabalhadores em troca do atrelamento dos mesmos ao movimento sindical tutelado pelo Estado. Bandeira afirma que a legislação trabalhista foi antes resultado de lutas dos trabalhadores.

A classe média abre a contestação ao sistema oligárquico e ao domínio político de uma só classe, almejando o voto universal e secreto, além da moralização política (reivindicações presentes nas revoltas tenentistas da década de 1920), mas não conseguem ir além dessas reivindicações (WEFFORT, 2003, p.129). O protesto político das classes médias é resultado do incremento da industrialização e da urbanização, processo que propiciou a tendência à ampliação das bases sociais do Estado e a diversificação dos atores sociais na arena política (WEFFORT, 2003, p.72).

O fenômeno da industrialização “acompanha um crescimento dos setores mais anacrônicos da economia tradicional”, sobretudo a agricultura (WEFFORT, 2003, p.62). Grupos “arcaicos” e “modernos” da economia, portanto, não se diferenciam radicalmente.

Embora o novo regime não seja oligárquico, os antigos grupos de poder não foram afetados no nível regional e local no que se refere às suas respectivas hegemonias (WEFFORT, 2003, p.79). As bases regionais de sustentação políticas foram mantidas, e o regime populista não foi capaz de superá-las (WEFFORT, 2003, p.97).

No Brasil pós-revolução de 1930 sob o ponto de vista de Weffort (2003), observa-se que nenhum grupo (classe média, oligarquia cafeeira e agrária, etc) “detém com exclusividade o poder político” (WEFFORT, 2003, p.53). O Estado se assume como uma entidade acima dos interesses de classe imediatos, atuando como “soberano” em relação à sociedade. Trata-se de um “Estado de Compromisso”, pois o Estado é relativamente independente da sociedade e impõe-se como instituição a todos os grupos sociais, “inclusive aos grupos economicamente dominantes” (WEFFORT, 2003, p.55). Temos um Estado “árbitro” que decide em nome dos interesses nacionais.

A partir dessa revisão crítica da literatura sobre a Revolução de 1930 empreendida por Boris Fausto e pelos teóricos do populismo, cabe às pesquisas que se dedicam ao estudo desse contexto histórico as seguintes indagações: quais eram as disputas entre as frações de classes sociais no movimento de 1930? Havia algum tipo de dualismo entre as forças sociais em luta?

Para responder a estas questões, é importante que os pesquisadores se afastem de explicações gerais sobre o Brasil que se embasam unicamente a partir dos dados de São Paulo. Nesse sentido, torna-se imprescindível que as pesquisas sobre a Revolução de 1930 analisem os contextos socioeconômicos e políticos dos estados, para evitar generalizações e erros de interpretação. Nesta tese, direcionamos essa revisão crítica a partir da realidade histórica que se registrou no Paraná, considerando suas especificidades e processos sociais.



Assim, é necessária a investigação do panorama econômico do Paraná, considerando a relação entre o setor agrário e o setor urbano-industrial para chegar às conclusões próprias que façam correspondência à realidade paranaense. Também cabe analisar como se configurou a ação política dos setores patronais e as oligarquias dissidentes na Revolução de 1930, sendo necessário o estudo das organizações como a Associação Comercial do Paraná, o Partido Democrático Paranaense e a Aliança Liberal, consideradas as suas especificidades locais e suas relações com os setores sociais do estado.

Também cabe destacar o caráter reformista da Revolução de 1930, especialmente no sistema político e na estrutura administrativa (SKIDMORE, 2010, p.39). O programa tenentista reformas defendido na década de 1920, prevendo o voto secreto, o combate à corrupção administrativa, às fraudes eleitorais e a centralização do Estado foi colocado em prática pelo movimento político inaugurado pela Revolução de 1930. Nesse sentido, torna-se importante destacar as mudanças políticas e institucionais que ocorreram no Brasil e nos estados.

Outro ponto fundamental refere-se à renovação geracional de elites proporcionada pelo processo pós-revolucionário. Aspásia Camargo (1983, p.12) assinala que a Revolução de 1930 gerou um novo pacto político, no qual as velhas lideranças oligárquicas foram substituídas por novas oligarquias. Essas mudanças operaram a partir da “renovação geracional das elites”, que acompanharam as mudanças das funções desempenhadas pelo aparelho de Estado. Os argumentos em que Aspásia Camargo sustenta a esta constatação se referem aos seguintes indicadores: 1) pelo gradual alijamento de poder oligárquico, mesmo aqueles que participaram do processo revolucionário, definitivamente afastados a partir de 1932; 2) pelo deslocamento das novas gerações para o primeiro plano nos centros de poder; 3) pela incorporação dos jovens oficiais tenentistas na direção política, paralelamente à absorção do programa político tenentista.

A “Revolução das elites” recompôs os pactos sociais e se beneficiou dos “espaços vazios deixados pelo alijamento dos antigos quadros, de mentalidade mais rígida”, ao mesmo tempo em que enquadrou e isolou temporariamente os “diversos segmentos da elite e da contra-elite” (CAMARGO, 1983, p.16).

Essa interpretação também deve ser provada através de dados empíricos que constatem o fenômeno da renovação oligárquica. Para isso, torna-se necessário um estudo dos agentes que exerceram cargos políticos no Paraná no contexto da Revolução de 1930.

No decorrer dessa tese, analisaremos as trajetórias dos agentes que exerciam cargos na legislatura anterior à Revolução de 1930, comparando-as com as trajetórias dos agentes que ocuparam cargos depois do movimento revolucionário, para constatar se houve ou não a renovação das oligarquias. Durante o seu percurso inicial, a Revolução de 1930 empreendeu conquistas democráticas, como o voto secreto e a Justiça Eleitoral, e as oligarquias se beneficiaram desse sistema nas eleições dos anos 1930 (MARTINS, 1983, p.679). Assim, teremos uma dedicação especial aos eleitos pelos pleitos de 1933, 1934 e 1935, nos cargos legislativos, identificando os partidos e grupos políticos aos quais os mesmos pertenciam.

Em linhas gerais, as interpretações sobre a Revolução de 1930 abarcam hipóteses gerais, sendo necessárias investigações que correspondam às realidades locais, consideradas a partir das suas especificidades. Assim, é possível desenvolver o diálogo entre o local e o nacional, que se fortaleceu a partir de 1930, através da centralização estatal e dos controles exercidos em relação às interventorias nos estados.

A próxima seção tratará da primeira linha de frente na contestação à política oligárquica na década de 1920: o movimento tenentista. Conforme a interpretação de Edgard Carone (1975) sobre esse fenômeno, trata-se de um movimento com diversificadas correntes, lideranças e direcionamentos. No entanto, a intenção dessa tese é demonstrar apenas as suas características centrais, que possam subsidiar as análises do processo político posterior.

## **2.2 ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DE 1930: O MOVIMENTO TENENTISTA E A CONTESTAÇÃO MILITAR ÀS PRÁTICAS POLÍTICAS OLIGÁRQUICAS.**

Em todas as revoltas, conspirações e golpes no Brasil republicano, realizadas entre os anos de 1922 e 1964<sup>6</sup>, houve a participação dos jovens tenentes rebeldes da década de 1920. A ação política desse grupo foi decisiva para os rumos que a história tomou.

---

<sup>6</sup> As revoltas, conspirações e golpes se referem aos seguintes marcos históricos: Revolta do Forte de Copacabana de 1922, Revolta tenentista de 1924, que se alastrou em São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul, Coluna Prestes, que percorreu mais de 25 mil quilômetros no Brasil profundo, ocorrida entre os anos de 1925 a 1927, Revolução de 1930, Rebelião paulista de 1932, Levante comunista de 1935, Golpe do Estado Novo, em 1937, o Golpe de 1945, que depôs Getúlio Vargas, a crise política de 1954, que resultou no suicídio de Vargas, o golpe preventivo de 1955, destinado a garantir a posse de Juscelino Kubitschek, a crise política de 1961, que impediu a posse de João Goulart e o golpe de 1964.

O Exército é uma das instituições mais poderosas e influentes da república, desde a sua proclamação, ocorrida em 1889. Como uma instituição que desenvolve identidade nos indivíduos, o Exército pode ser definido a partir de suas características institucionais, observando o processo de recrutamento, o treinamento do corpo de oficiais, a estrutura interna, a localização geográfica dos efetivos militares e a sua ideologia organizacional (CARVALHO, 2019, p.30). A novidade que o movimento tenentista trazia era o alto grau de contestação e ação de jovens tenentes, que ocupavam baixas posições na hierarquia militar.

Como antecedentes das revoltas tenentistas, assinalamos a importância das cisões oligárquicas registradas nas eleições presidenciais anteriores à eclosão dos movimentos, que inflamaram os jovens oficiais. A primeira eleição presidencial com registro de confrontação política ocorreu em 1910, que registrou a divisão dos eleitores entre “civilistas” e “hermistas”. O primeiro grupo era apoiado pelos estados da Bahia, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro, que lançaram o nome de Rui Barbosa para a presidente. Já o segundo grupo mobilizou militares e os estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais em prol do nome de Hermes da Fonseca, gaúcho que saiu vitorioso das eleições. Em 1919, o Brasil assistiu a outra eleição presidencial competitiva. Epiácio Pessoa, apoiado pelos estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul, foi o único nordestino a exercer a presidência na Primeira República, vencendo as eleições contra Rui Barbosa (LEVINE, 1980).

Por sua vez, as eleições presidenciais 1922 proporcionaram mais fôlego às cisões no interior do sistema oligárquico. Ela foi disputada pelo candidato oficial da oligarquia mineira, Arthur Bernardes, também apoiado por São Paulo. Seu opositor era representante da oligarquia fluminense, Nilo Peçanha, também apoiado pelos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. O primeiro, como o esperado, venceu a disputa, mas nesta ocorreu o fato conhecido posteriormente como “Episódio das Cartas Falsas”. Nele, o candidato situacionista à presidência Arthur Bernardes supostamente fazia comentários desrespeitosos ao destacado militar Hermes da Fonseca em cartas escritas por ele<sup>7</sup>. Posteriormente, provou-se que as cartas eram falsas, porém esse episódio entrou para a

---

<sup>7</sup> Artur Bernardes chama Hermes da Fonseca de “sargentão sem compostura” e “anarquizador”. Os militares reagem a esses insultos em uma moção de repúdio: “se o Sr. Bernardes for eleito, impediremos aqui o seu reconhecimento pelo Congresso; se for reconhecido, impediremos a sua posse de qualquer modo!” (CARONE, 1975, p.24).

história por insuflar a revolta dos militares contra os ataques provenientes das oligarquias hegemônicas (CARONE, 1975; BASBAUM, 1997).

Entre a eleição e a posse de Artur Bernardes, os militares dividiram-se em duas facções: a dos legalistas, que defendiam a “ordem” e a dos revoltosos, que articulavam movimentos armados. O primeiro grupo tinha quase totalidade da estrutura oficial das Forças Armadas. O segundo grupo possuía um chefe de grande prestígio para estimular e apoiar as suas ações: o general Hermes da Fonseca. Segundo Nelson Werneck Sodré, assim surgiu o tenentismo, composto de militares jovens nos postos iniciais da carreira que contavam com a proteção de um chefe, que encarnava o Exército e sua capacidade de ação (SODRÉ, 1985, p.26).

Em linhas gerais, a competitividade das eleições de 1922 ocorreu devido aos dissensos oligárquicos, que “impediram o lançamento de candidaturas consensuais ou quase consensuais” (LYNCH, 2014, p.135).

Três dias após a prisão de Hermes da Fonseca, o Levante de Copacabana estourava no Rio de Janeiro, dando início ao movimento de protesto composto por jovens oficiais conhecido posteriormente pelo nome “Tenentismo”.

A rebelião no Forte de Copacabana contou com nomes como Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Foi a pioneira em propagar a necessidade da reforma dos costumes políticos, e foi liderada por jovens tenentes, uma vez que a alta oficialidade recusou-se a lutar contra o *status quo* republicano.

Os oficiais, revoltados com a prisão de Hermes da Fonseca, dispararam canhões contra instalações do Exército a partir da madrugada do dia 5 de julho, o que levou ao abandono temporário do comando militar no interior do Ministério da Guerra. Em contrapartida, as forças legais bombardearam o Forte de Copacabana. Os rebeldes resistiram até a tarde do dia 6 de julho, ocasião em que se renderam e marcharam pela Avenida Atlântica, ao encontro dos oficiais legalistas. Após esse incidente, foi decretado estado de sítio no Brasil e Arthur Bernardes tomou posse da presidência em novembro de 1922 (CPDOC-FGV<sup>8</sup>).

As ações rebeldes da jovem oficialidade armada tiveram continuidade protesto tenentista ocorrido a partir de 1924. Sem uma ideologia clara, una e coesa, as contestações ao sistema oligárquico começaram com aspirações moderadas, em prol da moralização

---

<sup>8</sup> CPDOC-FGV. 18 do Forte. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos20/CrisePolitica/18Forte>. Acesso em 12.jun.2020.

das práticas políticas do país. Em seus programas, os tenentes propagavam a defesa e valorização do Exército, da liberdade de opinião e imprensa, do voto secreto, do equilíbrio entre os poderes, da instrução pública, do acesso à justiça, da mudança do sistema de nomeação dos magistrados, entre outros, além da crítica aos vícios do sistema oligárquico como o nepotismo, a “incompetência técnica” na administração, a “falta de integridade moral”, a “perversão dos costumes políticos”, entre outros (CARONE, 1975).

A tática dos tenentes consistia em aliciar jovens oficiais para rebelar unidades isoladas, agindo rapidamente nos momentos de eclosão dos conflitos. Após o estopim, aguardavam adesões de oficiais superiores com maior prestígio (CARVALHO, 2019, p.78).

O movimento tenentista trazia em seu bojo a necessidade de reforma no sistema político brasileiro, marcado por fraudes eleitorais, máquinas coronelísticas, manipulação e mandonismo. A manipulação do sistema político oligárquico era reconhecida pela própria classe dos políticos, seja da situação ou da oposição. A crise dos anos 1920 explicitaram as contradições do regime que não formava consensos: “as fraudes só se tornaram um problema magno quando, pelo desenvolvimento econômico e pela irrupção de novos atores sociais, a coordenação dos poderios oligárquicos começou a falhar” (LYNCH, 2014, p.118).

João Alberto, uma das lideranças do tenentismo, afirmava que apenas uma revolução poderia destruir esse sistema, moralizando as práticas políticas. Segundo John Wirth (1979), um teórico que inspirou o movimento tenentista foi Alberto Torres. Trata-se de uma união entre os ideais nacionalistas e autoritários que propagavam reformas políticas no Brasil. Esses ideários ecoaram na Revolução de 1930.

Com a perseguição de Artur Bernardes à oficialidade do Exército, juntamente com o julgamento dos revolucionários de 1922, impulsiona-se a continuidade do movimento de protesto tenentista. Em 5 de julho de 1924, a cidade de São Paulo estava tomada por revoltosos, espalhados em locais como a Estação da Luz, os Batalhões da Força Pública e o Palácio Campos Elíseos. As classes conservadoras posicionam-se a favor do governador Carlos de Campos, entendendo os acontecimentos como desrespeitosos às instituições políticas do país, manifestando contrariedade à ocupação da sede do governo, definido como “profundamente democrático, dedicado aos interesses e prosperidade do estado de São Paulo” (CARONE, 1975, p.59).

Como resposta, o governo federal espalhou suas tropas e atacou os bairros mais populosos de São Paulo para conter o movimento revoltoso. A população civil entrou em

pânico, “o Brás apresentava um aspecto de verdadeira desolação (...) foi um dos mais castigados pelos disparos” (CARONE, 1975, p.65). Com os sucessivos ataques, os tenentes rebelados se retiraram da cidade de São Paulo, na madrugada de 27 de julho de 1924.

Os levantes tenentistas espalharam revoltas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul, entre outras unidades da federação (FORJAZ, 1983).

Em 1924, retirou-se com sua tropa da cidade gaúcha de Santo Ângelo, o líder tenentista Luís Carlos Prestes, formando o movimento que posteriormente seria conhecido como a “Coluna Prestes”. A data de 2 de abril de 1925 ficou marcada pelo encontro das tropas gaúchas e paulistas dos tenentes, em Foz do Iguaçu. A Coluna Prestes atravessou o Brasil com suas propostas modernizantes e moralizantes ante o sistema oligárquico tradicional, agregando em seus programas as inquietações sociais, principalmente com a figura de Prestes<sup>9</sup>.

A épica marcha tenentista também contou com as lideranças de Miguel Costa, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Djalma Dutra Soares e Oswaldo Cordeiro de Farias. Com este bravo espírito, “uma verdadeira mística popular cresceu imediatamente em torno da aventura, e seus líderes ganharam estatura de heróis nacionais” (LEVINE, 1980, p.17). Os tenentes percorriam o Brasil denunciando a situação de miséria e opressão vivenciada pelo povo, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros no território nacional, na marcha épica realizada pela Coluna Prestes.

As origens sociais dos jovens tenentes associavam-se às famílias tradicionais empobrecidas. A partir desse dado, identifica-se a não-relação direta entre os tenentes e a classe média, ao contrário do que boa parte da literatura sobre o movimento tenentista afirma (SANTA ROSA, 1976; SODRÉ, 1965).

A Revolução de 1930, fruto da aliança ente oligarcas dissidentes e tenentes, não foi uma revolução das classes médias (FAUSTO, 1975). Boris Fausto investigou as origens sociais dos mais proeminentes tenentes. Luís Carlos Prestes era filho de um militar e de uma professora primária. João Alberto Lins de Barros era membro de uma família tradicional do Nordeste, filho de um professor secundário. Siqueira Campos possuía um tio político com posses em São Paulo, filho de um funcionário do Departamento de Águas. Eduardo Gomes era filho do jornalista Luís Gomes, do periódico

---

<sup>9</sup> O mesmo começou a dialogar com as ideias comunistas a partir de 1927, aderindo ao Partido Comunista depois de sua passagem por Moscou no início da década de 1930, filiando-se oficialmente em 1934.

carioca *Jornal do Brasil*. Juarez Távora era descendente de nobres portugueses e membro de uma família com tradições políticas no Ceará. Exceções referem-se à Miguel Costa e João Cabanas, filhos de imigrantes espanhóis (FAUSTO, 1975, p.80). As principais lideranças tenentistas sentiam-se responsáveis em dirigir o destino do país, desviado dos seus verdadeiros objetivos, sendo necessária uma ruptura na ordem estabelecida, segundo eles mesmos julgavam (FAUSTO, 1975, p.92).

Nesse sentido, havia elementos de distinção de classe entre os jovens oficiais, que não se aproximaram dos movimentos proletários. Mesmo com grande apelo popular, a rebeldia militar nos anos 1920 não mobilizou as massas, dado o seu caráter elitista e hierárquico. A visão militarista do movimento revolucionário também dificultou contatos com lideranças civis, pois os tenentes tinham uma visão técnica e autoritária da política.

Os tenentes também não se viam como representantes de uma categoria social ou corporação específica, mas como porta-vozes das “aspirações nacionais” que eles mesmos julgavam representar (FORJAZ, 1978, p.27).

Em linhas gerais, os tenentes da Revolta de 1924 e da Coluna Prestes defendiam um programa que previa a defesa do voto secreto, a limitação do Poder Executivo, o equilíbrio entre os três poderes, a moralização do Poder Legislativo e a autonomia ao Poder Executivo, além do combate a corrupção e as fraudes eleitorais (FORJAZ, 1983). Tratava-se de um programa que pretendia “republicanizar a república”, resgatando valores nacionais previstos na Constituição de 1891. Essas aspirações impulsionaram movimentos contestatórios durante a década de 1920, que culminaram na Revolução de 1930.

Um ponto de inflexão do movimento tenentista verificou-se com a falta de diálogo com as oligarquias dissidentes, que também estavam descontentes com os rumos que a política vinha tomando. Os tenentes tinham ressalvas quanto a possíveis alianças e a ideologia dos jovens oficiais era crítica em relação aos políticos civis, pois os mesmos frequentemente se perpetuavam no poder em benefício de poucos privilegiados, o que seria condenável (LAUERHASS JÚNIOR, 1986, p.74).

Para os tenentes, a “republicanização da república” era um objetivo a ser cumprido unicamente pelo exército, o “real guardião da constitucionalidade” e o verdadeiro “árbitro da legitimidade” (LAUERHASS JÚNIOR, 1986, p.74).

Na próxima seção, serão analisadas as organizações políticas oligárquicas dissidentes que surgiram na década de 1920, no cenário marcado pelo impulso contestatório e pela popularidade dos movimentos tenentistas.

### 1.3 OS PARTIDOS POLÍTICOS DE CONTESTAÇÃO OLIGÁRQUICA NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1920

Essa seção possui a intenção de demonstrar a importância das organizações partidárias de dissidência oligárquica que surgiram na segunda metade da década de 1920. Trata-se de uma importante frente de contestação ao regime instituído, que apontou as falhas do sistema bem como a necessidade de reformas a serem empreendidas pela política vigente. Essas organizações partidárias foram importantes para o desencadeamento da Revolução de 1930 e do questionamento das oligarquias hegemônicas. Juntamente com o elemento militar, os políticos civis que faziam parte das oligarquias dissidentes nos estados foram os principais atores do processo revolucionário de 1930 e seus acontecimentos posteriores.

Destas agremiações, analisaremos o Partido Democrático de São Paulo, o Partido Democrático Nacional e a Aliança Liberal, frentes políticas partidárias fundamentais para o entendimento do processo político revolucionário que se desenrolou a partir da derrota de Getúlio Vargas para Júlio Prestes nas eleições de 1930. Os desfechos armados, que necessitaram da parceria entre elementos civis e militares, foram perceptíveis a partir de outubro de 1930. Com o estudo dos atores políticos e do processo histórico desse contexto, entendemos os avanços e recuos registrados pelo movimento de 1930.

Após a contextualização das instituições e dos agentes envolvidos no processo de 1930, teremos o suporte histórico para dialogar com as teorias sociológicas e metodológicas utilizadas no decorrer desta tese.

#### 2.3.1 O Partido Democrático de São Paulo e o pioneirismo oligárquico dissidente

O Partido Democrático foi uma organização política que começou suas atividades durante a década de 1920, com a fundação da seção paulista, em fevereiro de 1926. Uma de suas principais premissas era a de “republicanizar a república”, ou seja, resgatar os valores democráticos, morais e políticos esquecidos ou fragilizados pelas práticas ao longo das décadas, principalmente devido à hegemonia política exercida pelo Partido Republicano Paulista, contestada pelos membros da agremiação. O discurso ideológico de democracia versus oligarquia era o mote da contraposição entre o Partido Democrático e o Partido Republicano, recorrente em muitos manifestos e declarações (PRADO, 1986).



Durante a década de 1920, três partidos estavam em formação no estado de São Paulo: O Partido Popular, chefiado por Antônio Prado, o Partido Evolucionista, chefiado por Marrey Júnior, e o Partido Liberal, sob a liderança de Waldemar Ferreira. Todos eles tinham em comum o apoio aos movimentos tenentistas e a pauta de reforma nas instituições e costumes políticos (NOGUEIRA FILHO, 1965, p.150-151). O Partido Democrático de São Paulo juntou estas forças oligarcas dissidentes em torno de um só programa, que tinha seis objetivos:

“1º) Defender os princípios liberais consagrados na Constituição, tornando uma realidade o governo do povo pelo povo e opondo-se a qualquer revisão constitucional que implique restrições às garantias e liberdades individuais. 2º) Pugnar pela reforma eleitoral, no sentido de garantir a liberdade do voto, reclamando para isso o voto secreto e medidas asseguradoras do alistamento, do escrutínio, da apuração e do reconhecimento. 3º) Vindicar para a lavoura, para o comércio e para a indústria a influencia a que tem direito, por sua importância, na direção dos negócios públicos. 4º) Suscitar e defender todas as medidas que interessam à questão social. 5º) Pugnar pela independência econômica da magistratura nacional e pelo estabelecimento de uma organização judiciária em que a nomeação dos juizes e a composição dos tribunais independam completamente de outro qualquer poder político. 6º) Pugnar pela independência econômica do magistério público e pela criação de um organismo integral de instrução, abrangendo o ensino primário, secundário, profissional e superior” (NOGUEIRA FILHO, 1965, p.156).

Entre as interpretações mais influentes na historiografia sobre o Partido Democrático, encontra-se a de Boris Fausto. O autor analisa esta agremiação com a intenção de articular seu perfil com as ações dissidentes que culminaram na Revolução de 1930, movimento que supostamente estaria relacionado aos interesses modernizadores da indústria, em contraposição aos setores tradicionais que afirmavam os interesses de grupos mais específicos, como os agroexportadores. Para Fausto (1986, p.38), o PD de São Paulo representava a aliança das classes médias tradicionais com oligarquias dissidentes do setor agrário, não se associando com a modernização industrial a partir do momento em que se afirmava portador de uma visão agrarista da sociedade brasileira. A associação entre o PD de São Paulo, as classes médias e setores dissidentes da economia cafeeira é demonstrada com a constatação de que seus principais integrantes eram profissionais liberais e filhos de fazendeiros de café descontentes com a hegemonia do Partido Republicano Paulista. Uma das fontes citadas que corroboram com esta argumentação refere-se às 599 assinaturas de lançamento do Partido Democrático, das

quais 89% referiam-se a profissionais liberais, em contraposição ao pequeno número de 11 industriais que assinaram a fundação do partido (FAUSTO, 2004, p.444).

Contrapondo-se a tal interpretação, Maria Lígia Coelho Prado (1986, p.17) assinala as limitações de correlacionar apenas a variável profissão com a classe social dos assinantes da fundação do Partido Democrático. Este método utilizado por Fausto associou os profissionais liberais com as classes médias. Em uma pesquisa biográfica que focalizava os dirigentes da agremiação, Prado levantou outras variáveis, como atividades econômicas e laços de parentesco dos membros do PD, assinalando que os mesmos pertenciam não às classes médias, mas às classes proprietárias (PRADO, 1986, p.18). Diante de tais dados, a autora destaca que a oposição entre o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Republicano Paulista era mais retórica do que concreta, visto que ambos representavam os interesses das principais frações da classe economicamente dominante.

Na análise dos capitais sociais dos seus dirigentes, constatamos que longe de representar e ser composto por elementos das “classes médias”, o Partido Democrático de São Paulo possuía em seu interior dirigentes ligados às oligarquias dissidentes e à antiga propriedade. Nesse sentido, citamos as trajetórias de Paulo de Moraes Barros, Francisco Morato e José Adriano Marrey Júnior.

Paulo de Moraes Barros<sup>10</sup> nasceu em Piracicaba (SP), no ano de 1866, e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1888. Atuou como empresário e superintendente da firma Moraes Barros e Irmãos, e também exerceu os postos de diretor da Companhia Cafeeira do Rio Feio e presidente da Tecelagem Paraíba. Conforme estes dados, assinalamos o pertencimento ao alto empresariado de São Paulo, nos setores da cafeicultura e da indústria. Sua origem social o vincula com a classe dominante tradicional paulista. Seu pai, Manuel de Moraes Barros, foi senador por São Paulo. Um dos seus tios, Prudente de Moraes, foi presidente do Brasil entre 1894 e 1898. A carreira política de Paulo de Moraes Barros com o cargo de prefeito de Piracicaba pelo Partido Republicano Paulista, em 1889. Pela mesma legenda, ocupou o cargo de deputado federal de 1909 a 1911. No governo estadual de São Paulo, foi secretário da agricultura, na gestão de Rodrigues Alves. No entanto, durante os anos 1920, vincula-se à política oligarca

---

<sup>10</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV.

Verbetes Paulo de Moraes Barros, assinado por Regina Hipólito. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barros-paulo-de-morais>. Acesso em 03.nov.2018.

dissidente, atuando no Partido Democrático de São Paulo e, posteriormente, no Partido Democrático Nacional.

Francisco Morato<sup>11</sup> nasceu em Piracicaba (SP), no ano de 1868, formando-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1888. Fazendeiro em Piracicaba, também exerceu a função de promotor público. Sua origem social o associa com as tradicionais classes dominantes paulistas. Presidiu o Instituto dos Advogados de São Paulo e foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Era sócio de Barão de Resende em um escritório de advocacia, onde trabalhava com o seu colega de partido, Paulo Morais Barros. Morato é um elemento das classes dominantes tradicionais de São Paulo que se vincula à política dissidente na Primeira República.

Por sua vez, José Adriano Marrey Júnior<sup>12</sup> nasceu na cidade mineira de Itamarandiba, no ano de 1885, e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1906. Sua origem social o associa com a classe dominante oligárquica, sendo filho do comendador José Adriano Marrey. Iniciou sua carreira política pelo Partido Republicano de São Paulo, exercendo os cargos de vereador em São Paulo, de 1915 a 1920, deputado estadual, de 1919 a 1926 e deputado federal, de 1927 a 1930, desta vez pelo Partido Democrático de São Paulo, momento em que sua trajetória política o vincula às oligarquias dissidentes.

Um nome importante do Partido Democrático de São Paulo que não pertencia à diretoria, mas exerceu grande influência política foi José Maria Whitaker. Membro de uma abastada família, um dos seus irmãos, Firmino Antônio da Silva Whitaker Filho, foi ministro do Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1927 e 1934. Comerciante de café, fundou o Banco Comercial do Estado de São Paulo em 1912. Entre 1920 e 1922, foi presidente do Banco do Brasil. (DHBB CPDOC FGV<sup>13</sup>).

No livro de memórias do secretário-geral do PD, Paulo Nogueira Filho destacou: “Com ser burguês, tenho a consciência de ser progressista”. Nesse sentido, longe de representar uma renovação de classes e setores sociais na política, o Partido Democrático

---

<sup>11</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbete Francisco Morato, assinado por Jorge Miguel Mayer. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-antonio-de-almeida-morato> Acesso em 03.dez.2018

<sup>12</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbete Marrey Júnior, assinado por Jorge Miguel Mayer. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marrey-junior-jose-adriano> . Acesso em 03.nov.2018.

<sup>13</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete José Maria Whitaker. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/whitaker-jose-maria>. Acesso em 17.mar.2020.

de São Paulo tinha em seus quadros membros das oligarquias proprietárias agrárias, ligadas à burguesia, não sendo o porta-voz da classe média urbana ou das “modernas” forças sociais, supostamente industriais ou desenvolvimentistas.

Paulo Nogueira Filho (1965) também destaca que o Partido Democrático de São Paulo falhou em não ter contato com a classe trabalhadora e não prever, em seu programa, uma atenção especial à causa operária. Em linhas gerais, trata-se de uma organização partidária de oligarcas descontentes com a política praticada pelos grupos hegemônicos paulistas.

O Partido Democrático de São Paulo defendia as reformas políticas e o voto secreto. Jovens lideranças oligárquicas de legenda se aproximaram com maior intensidade das medidas sociais que levavam à proteção aos trabalhadores, como é o exemplo de Paulo Nogueira Filho, que apontou a realização de ações na fazenda de propriedade de sua família:

“Na fazenda de Campinas, proponho reformas em benefício da elevação do nível de vida dos trabalhadores. Elas assustam meus pais... Na “Fábrica Santa Branca” de tecidos de seda, em São Paulo, propugno por princípios de racionalização do trabalho, a par com a adoção de medidas sociais que efetivo. Entre elas, figuraram, em 1923, a do salário mínimo e a participação de empregados e trabalhadores nos lucros da empresa” (NOGUEIRA FILHO, 1965, p.21).

Mesmo diante destas declarações, medidas em prol das demandas operárias eram insuficientes e escassas na agenda do Partido Democrático de São Paulo. Em detrimento da imagem de um partido que se destacava pelo reformismo social, o PD de São Paulo representava as demandas das classes proprietárias, cujas frações se encontravam em conflito. O ponto de inflexão que aprofundou a crise nos anos 1920 foi o crescente descompasso entre as políticas governamentais e os interesses dos cafeicultores. Muitos deles passaram para a oposição ao governo federal e filiaram-se a organizações oligárquicas dissidentes como o PD de São Paulo. Com a crise na lavoura cafeeira registrada na década de 1920, a tendência de adesão à dissidência aumentou. O rompimento entre o conselheiro Antônio Prado e Washington Luís ofereceu mais fôlego ao Partido Democrático e à organização da “elite ilustrada” (CASALECCHI, 1987).

É importante ressaltar o caráter conservador das dissidências oligárquicas da década de 1920. Longe de possuírem uma postura reformista ou revolucionária, as lideranças dissidentes possuíam posturas fortemente elitistas, como podemos visualizar

no seguinte trecho do discurso de Reynaldo Porchat, futuro dirigente do PD, na Associação Paulista de Defesa Social, em 1925:

“é fato e uma verdade que a grande massa do povo, onde a ignorância prima sobre o saber não pode só por si fazer a seleção dos homens. A elite, que se forma automaticamente por seleção natural em toda a agremiação de homens, é quem reúne um conjunto de predicados que a tornam apta a dirigir e orientar a democracia, pois, se exerce sob a direção da elite” (CASALECCHI, 1987, p.172).

Os oligarcas dissidentes do Partido Democrático estavam distantes do movimento operário, não defendendo pautas como o direito à greve, por exemplo. Os comícios democráticos excluíam a classe operária urbana, os trabalhadores do campo e os membros da classe média, atingidos pelo alto custo de vida (CASALECCHI, 1987, p.178).

As mudanças propagadas pelos oligarcas dissidentes paulistas eram conservadoras, na medida em que defendiam o respeito à tradição, a repulsa à propagação da desordem e a luta dentro da lei (CASALECCHI, 1987, p.176).

No entanto, o Partido Democrático de São Paulo contava com a “ala moça”, mais aberta ao diálogo com outras forças sociais em expansão no contexto de crise oligárquica. Nesse sentido, alguns jovens democráticos, liderados por Nogueira Filho, se dispuseram a dialogar com os tenentistas Siqueira Campos e Luís Carlos Prestes (SILVA, 2004, p.48). Isso representou um avanço da possibilidade de união das forças políticas da oposição no final dos anos 1920, que registrou o agravamento das divergências no interior das oligarquias dominantes, paralelamente ao aprofundamento da crise econômica (FORJAZ, 1978, p.66).

O governo Washington Luís era liderado por forças políticas conservadoras, “naturalmente interessadas em conservar a ordem de quem eram os responsáveis e os principais beneficiários” (SILVA, 2004, p.37). Juntamente com o protesto tenentista anti-oligárquico, novas forças sociais ganharam força na década de 1920, exigindo mais participação no cenário político, como é o caso das classes médias urbanas e das classes operárias.

Além destas frações de classe sem espaço no sistema oligárquico, a década de 1920 registrou um aumento de grupos e facções provenientes da própria oligarquia que passaram para a dissidência.

Em São Paulo, a hegemonização do poder político pelo Partido Republicano Paulista desagradava até as mais poderosas oligarquias paulistas, que se uniram enquanto

fração dissidente, formando o Partido Democrático de São Paulo, no ano de 1926. Com um programa de moralização dos costumes políticos, o PD de São Paulo era composto por oligarcas dissidentes com notáveis carreiras políticas desenvolvidas durante a Primeira República, tais como o antigo chefe político do Império, o conselheiro Antônio Prado, além de notáveis membros da classe dominante paulista, como Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho e Marrey Júnior (PRADO, 1986; GRANATO, 2018).

O desempenho eleitoral do PD de São Paulo mostrava-se como promissor. Nas eleições de 1927, o Partido Democrático de São Paulo elegeu três deputados federais: Marrey Júnior, Francisco Morato e Paulo Morais Barros (FORJAZ, 1978, p.47).

Esses resultados simbolizam o apoio popular às oligarquias dissidentes e às forças oposicionistas, sinalizando o enfraquecimento do projeto político oligárquico hegemônico pelas seções estaduais dos partidos republicanos. A partir da década de 1920, eles passaram a conviver com as oposições militares e com as organizações partidárias dissidentes. O Partido Democrático de São Paulo teve o mérito de mostrar ao Brasil que a oligarquia paulista estava dividida. Outros estados, como o Rio Grande do Sul, já conviviam com cisões oligárquicas, mas a partir do momento em que o estado mais poderoso do pacto político oligárquico demonstra a sua oposição às lógicas de perpetuação no poder no seu interior, o impulso em prol da efetivação de novos projetos tornou-se mais forte. A partir do ideário do Partido Democrático, surgiu o Partido Democrático Nacional, agremiação que será tratada na seção a seguir.

### 2.3.2 O Partido Democrático Nacional e a primeira reunião de oligarquias estaduais dissidentes

A multiplicação de descontentamentos com a política oligárquica verificou-se na união de diretórios do Partido Democrático nos estados no interior do Partido Democrático Nacional<sup>14</sup>. Tratava-se de uma frente de oposições regionais que angariava espaço político em termos nacionais, reunindo as organizações de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Maranhão, Ceará e Pernambuco (FORJAZ, 1983, p.478). Além desses estados, o diretório do Partido Democrático Paranaense também

---

<sup>14</sup> Essa seção possui correspondência com o seguinte trabalho: GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Nacional de 1927 a 1929: um estudo dos capitais familiares e políticos dos seus dirigentes. Trabalho apresentado no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Florianópolis (SC), 9 a 12 de julho de 2019 (GT Família, Instituições e Poder).

angariava apoio ao diretório nacional, tendo como principal liderança política local o industrial da erva-mate David Carneiro.

O Partido Democrático Nacional (PDN) angariou manifestações de apoio popular às reivindicações dos grupos dissidentes. Nas regiões Norte e Nordeste, caravanas foram realizadas em prol de reformas, tendo como oradores Maurício de Lacerda, Assis Brasil e Nereu Ramos, aproximando as oligarquias dissidentes sulinas e nortistas (FORJAZ, 1978, p.52).

O PDN representou a união das duas organizações de oligarcas dissidentes mais poderosas do Brasil: o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Libertador do Rio Grande do Sul. A primeira diretoria da agremiação era composta por sete políticos provenientes de oligarquias dissidentes de três estados diferentes. São eles: Joaquim Francisco de Assis Brasil, presidente do PDN, exercendo previamente o cargo de deputado federal pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, Paulo de Moraes Barros, secretário-geral do partido, exercendo o posto de deputado federal pelo Partido Democrático de São Paulo e Adolfo Bergamini, secretário-geral do PDN, de destacada atuação como deputado federal pelo Distrito Federal. Os outros membros da diretoria do Partido Democrático Nacional referem-se a Francisco Morato e José Adriano Marrey Júnior, deputados federais pelo Partido Democrático de São Paulo, Plínio de Castro Casado e João Batista Luzardo, deputados federais pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul.

Já assinalamos os capitais sociais de Paulo de Moraes Barros, Francisco Morato e José Adriano Marrey Júnior, membros do Partido Democrático de São Paulo. Nesse momento, identificaremos as características gerais das trajetórias de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Plínio de Castro Casado e João Batista Luzardo, membros da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul. Também destacaremos a atuação de Adolfo Bergamini, membro do Partido Democrático do Distrito Federal, e integrante da diretoria do Partido Democrático Nacional.

O estudo destas trajetórias é importante para traçar o perfil das organizações partidárias que faziam parte das dissidências oligárquicas nos estados na década de 1920. Ao analisarmos os perfis dos dirigentes gaúchos do PDN, visualizamos os padrões de atuação das oligarquias dissidentes em dois estados estratégicos: o Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.

Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>15</sup> nasceu na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudou com Júlio de Castilhos, no ano de 1882. Seu grupo acadêmico teve contato com ideias republicanas, abolicionistas e positivistas, o que influenciou a prática política no interior do Partido Republicano Riograndense. Assis Brasil foi um dos fundadores desta agremiação, juntamente com Júlio de Castilhos. As conexões oligárquicas com os grupos que exerceram a hegemonia política durante a República Velha são evidentes na trajetória de Assis Brasil. Sua família é formada por estancieiros e latifundiários. Casou-se com Cecília Prates de Castilhos, irmã de Júlio de Castilhos, o que intensificou suas ligações com o líder republicano que exerceu duas vezes o cargo de governador do Rio Grande do Sul, a primeira em 1891 a segunda de 1893 a 1898.

Apesar de ter participado da fundação do Partido Republicano Riograndense, sua trajetória política o associa às dissidências e oposições aos quadros dominantes estabelecidos. Em 1908, fundou o Partido Republicano Democrático, cujo programa inspirou a fundação do Partido Libertador, em 1928. Em 1922, candidatou-se à presidência do Rio Grande do Sul, em oposição à Borges de Medeiros. Tornou-se uma das principais lideranças da Aliança Libertadora, que reuniu diversas oposições e dissidentes republicanos a partir de 1924. Foi neste ano também que participou da revolta tenentista de 1924, continuando suas atividades opositoras no seu exílio no Uruguai. Na volta ao Brasil, foi eleito deputado federal pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, em 1927. Suas principais bandeiras referem-se à defesa da anistia aos revolucionários tenentistas e à oposição ao governo Washington Luís. Ao contrário dos democráticos paulistas, Assis Brasil mobilizou diálogos com os tenentes exilados Luiz Carlos Prestes, Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa para ensaiar possibilidades de luta armada contra as oligarquias. Nesse sentido, percebe-se que as oligarquias dissidentes gaúchas estavam dispostas a radicalizar o caráter reformador das estruturas políticas oligárquicas, estabelecendo a necessária conexão com os tenentes.

Outro dirigente gaúcho do PDN era Plínio de Castro Casado<sup>16</sup>, nascido em Porto Alegre, no ano de 1870. Juntamente com Assis Brasil e Júlio de Castilhos, formou-se pela

---

<sup>15</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. CPDOC/FGV. Verbetes Assis Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil> Acesso em 30.nov.2018. Verbetes assinado por Regina da Luz Moreira.

<sup>16</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV.. Verbetes Plínio Casado, assinado por Silvia Pantoja. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-de-castro-casado> . Acesso em 03.dez.2018.



Faculdade de Direito de São Paulo em 1892. Seu perfil social e político também o associa com as oligarquias, sendo filho do major Manuel Bento da Fontoura Casado. Em 1897, foi eleito deputado federal pelo Partido Federalista. No entanto, assim como Assis Brasil, apoiou os movimentos tenentistas e associou-se às oligarquias dissidentes no período pré-1930. Como professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, teve como alunos João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas, de quem era amigo pessoal. Exerceu o cargo de deputado federal pela Aliança Libertadora a partir de 1924, tendo uma ação de denúncia às fraudes eleitorais e oposição ao governo Borges de Medeiros. Trata-se de uma liderança com forte influência sobre as novas gerações de oligarcas dissidentes no Rio Grande do Sul, com destaque para Getúlio Vargas.

Por sua vez, João Batista Luzardo<sup>17</sup> nasceu em Uruguaiana (RS), no ano de 1892. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1916 e pela Faculdade de Direito da mesma cidade, no ano de 1918. Seus vínculos sociais o associam com as oligarquias locais, sendo proveniente de uma família de estancieiros comerciantes e transportadores de mercadorias em Uruguaiana, descendendo de imigrantes bascos. Seu pai, Severo Luzardo, era coronel da Guarda Nacional. Fazer parte da Guarda Nacional no Império era um elemento de distinção econômica, pois esta instituição incorporava os grupos de renda mais alta do país, correspondendo o valor mínimo de 100 mil réis (CARVALHO, 2019).

João Luzardo era estancieiro de gado na região de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, nas proximidades da cidade gaúcha de Uruguaiana e a uruguaia. Sua carreira política é vinculada aos grupos dissidentes. Foi opositor de José Antônio Flores da Cunha, na ocasião em que este era prefeito de Uruguaiana. Como redator no jornal federalista *A Nação*, escreveu diversos artigos oposicionistas e foi preso. Nas eleições de 1922, apoiou a oposição a Borges de Medeiros, pelo nome de Assis Brasil. Com a derrota de Assis Brasil, Luzardo e Plínio Casado lutaram pela impugnação de Borges de Medeiros. Luzardo chegou a participar do movimento armado para a derrubada de Borges de Medeiros, em 1923, cujo desfecho foi o Pacto de Pedras Altas, que manteve Borges de Medeiros no governo, mas reformou alguns artigos da Constituição gaúcha, entre eles o que proibia a reeleição. De 1924 a 1930, atuou como deputado federal pela Aliança Libertadora, como opositor ao governo federal. Neste cargo, negociou com os

---

<sup>17</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbete Batista Luzardo, assinado por Renato Lemos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-luzardo> . Disponível em: 03.dez.2018.

revolucionários paulistas na ocasião da revolta tenentista de 1924, e apoiou a Coluna Prestes. Foi preso novamente por esta circunstância. Visualizamos na sua trajetória a forte vinculação das oligarquias dissidentes com os movimentos tenentistas da década de 1920, algo que se distingue radicalmente das oligarquias paulistas.

O único dirigente do Partido Democrático Nacional que era proveniente do Distrito Federal (Rio de Janeiro) é Adolfo Bergamini<sup>18</sup>. Nascido na cidade mineira de Cataguases, no ano de 1886, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1919. Sua origem social é correspondente à imigração italiana. Seu pai, Antônio Bergamini, foi um arquiteto que trabalhou na construção de uma estada de ferro encapada pela Leopoldina Railway. Adolfo Bergamini conseguiu se inserir na política na década de 1920, com uma atuação combativa frente às oligarquias hegemônicas do Distrito Federal. Atuou como deputado federal entre 1924 e 1930 ao lado de João Batista de Azevedo Lima e João Batista Luzardo, exercendo oposição aos governos Artur Bernardes e Washington Luís. Sua atuação parlamentar se solidarizou com os tenentes de 1924. Na Câmara dos Deputados, juntamente com Azevedo Lima, Maurício de Medeiros e José Marrey Júnior, combateu a lei que previa punições aos movimentos grevistas e intervenções em sindicatos.

Na trajetória de Adolfo Bergamini, novamente um oligarca dissidente se relaciona com o movimento tenentista. Esse atributo do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal é diferencial em relação aos oligarcas paulistas, o que será decisivo nos desfechos posteriores, que envolvem a criação da Aliança Liberal e o desencadeamento da Revolução de 1930. Em ambas ocasiões, os oligarcas dissidentes paulistas se recusaram a estabelecer diálogos com as lideranças tenentistas, o que gerou um profundo desgaste político a longo prazo. Apenas as jovens lideranças paulistas como Paulo Nogueira Filho estavam dispostas a dialogar com os tenentes, mas isso não se concretizou entre os membros mais importantes e experientes do Partido Democrático de São Paulo.

No Rio de Janeiro, as eleições de 1928 foram marcadas pela notável presença de candidatos comprometidos com as reivindicações trabalhistas, como a jornada diária de oito horas, o salário mínimo e a proteção do trabalho de mulheres e menores. Além de Adolfo Bergamini, os cariocas também contavam com o tribuno Maurício de Lacerda, e ambos se destacaram como grandes oradores que ganharam a simpatia das massas

---

<sup>18</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbete Adolfo Bergamini, assinado por Sílvia Pantoja. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bergamini-adolfo>. Acesso em 03.dez.2018.

populares a partir de seus discursos, em comícios e na Câmara Federal. Estes políticos defendiam os sindicatos, as categorias dos trabalhadores, a população dos bairros populares e a aproximação civil com os tenentes (CAMARGO, 1983).

Maiores aproximações entre o tenentismo e as forças políticas civis só se efetivaram com a campanha da Aliança Liberal, através de lideranças do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal. Mesmo assim, a coligação política seria visivelmente dividida entre oligarcas dissidentes e tenentes. Enquanto a margem de atuação dos oligarcas dissidentes focava as eleições, os tenentes preferiam a sublevação nos quartéis para a intervenção política (FORJAZ, 1983).

A próxima agremiação estudada será a Aliança Liberal, que efetivou uma forte candidatura nacional de um elemento proveniente do movimento oligárquico dissidente. A partir da Aliança Liberal, o esquema oligárquico hegemônico foi profundamente questionado, o que facilitou o avanço do movimento oposicionista posterior às eleições de 1930.

### 2.3.3 O surgimento da Aliança Liberal e sua consolidação como frente de oposição

Segundo Barbosa Lima Sobrinho, negociações para o surgimento de uma aliança entre Rio Grande do Sul e Minas Gerais começaram em 17 de junho de 1929 (LIMA SOBRINHO, 1975). Nesse contexto, Minas Gerais e Rio Grande do Sul se sentiram prejudicados pela escolha do sucessor presidencial ser paulista, em um acordo estabelecido entre Washington Luís e o seu vice, Fernando Prestes, pai do candidato oficial pelo Partido Republicano Paulista, Júlio Prestes de Albuquerque (SILVA, 1972a, p.20).

Júlio Prestes era um nome em ascensão na política nacional, desempenhando o papel de líder da maioria no Congresso entre 1926 e 1928. Abdicou do posto para concorrer às eleições de 1928. Tornou-se então presidente de São Paulo, o estado mais poderoso da Primeira República (SILVA, 2004).

Em linhas gerais, o liberalismo oligárquico era um regime fechado, não democrático e altamente excludente em relação aos diversos interesses da sociedade brasileira, incluindo os setores oligárquicos dissidentes.

Os grupos dissidentes participavam do processo oligárquico e não se diferenciavam radicalmente dos agentes que hegemonizavam o poder. Além disso, os

principais blocos estaduais oligárquicos dissidentes, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não estavam diretamente associados aos interesses cafeeiros (FAUSTO, 1975, p.102).

Negociações se estabeleceram entre o gaúcho João Neves e o mineiro Francisco Campos, emissário que levou as proposições para Antônio Carlos e José Bonifácio. Seus conteúdos consistiam na defesa de um nome gaúcho para a sucessão presidencial, que poderia ser o de Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas. Caso São Paulo aceitasse apoiar um nome mineiro à presidência, o cargo de vice-presidente deveria ser ocupado por um gaúcho (LIMA SOBRINHO, 1975, p.42).

Neste momento, Vargas era relutante quanto uma negociação entre os estados, acusando João Neves de cometer uma precipitação antecipando acordos entre os estados. A liderança gaúcha que aprovava tais negociações era Borges de Medeiros, um nome de projeção nacional e prestígio entre os chefes do Partido Republicano Mineiro, tais como Antônio Carlos, Melo Franco e Melo Viana (LIMA SOBRINHO, 1975, p.43). Vargas ainda registrava a sua lealdade a Washington Luís, avisando ao presidente que alguns movimentos sobre a sucessão presidencial estavam ocorrendo e o seu nome era o indicado para concorrer ao cargo a partir de ordem de Borges de Medeiros, chefe político gaúcho a quem devia obediência (LIMA SOBRINHO, 1975, p.51).

Não apenas pela lealdade que prestava ao presidente Washington Luís que Vargas demonstrava ser um oligarca que não oferecia riscos ao status quo dominante na Primeira República. Sua trajetória política comprova o seu alinhamento decidido com as oligarquias dominantes.

Getúlio Vargas era descendente de uma família dominante na região de fronteira com a Argentina. Seu pai, o general Manuel Nascimento Vargas, era dirigente do Partido Republicano Riograndense em São Borja desde a Revolução Federalista. Seguindo os passos do pai, Vargas começou a carreira militar, porém abandonou esse projeto para dedicar-se à política estudantil, e destacou-se em um discurso proferido ao recém-presidente eleito, Afonso Pena, em uma visita ao Rio Grande do Sul, no ano de 1906. A oratória do jovem oligarca impressionou a Borges de Medeiros na ocasião (LOVE, 1983, p.64).

Vargas estudou na Faculdade de Direito de Porto Alegre na mesma turma de João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, chamada por Joseph Love de “Geração de 1907” (LOVE, 1975).

Após a sua formatura em Direito, Vargas iniciou sua carreira como Promotor Público em Porto Alegre. Eleito deputado estadual, exerceu mandatos entre 1909 e 1924,

tornando-se líder do governo no legislativo estadual. Entre 1924 e 1926, exerceu o mandato de deputado federal, exercendo a posição de líder da delegação gaúcha na Câmara dos Deputados (LOVE, 1983, p.64). Durante o seu mandato, no que tange às questões sociais, Vargas foi favorável às leis de arrocho. No que tange aos movimentos tenentistas, impugnou a anistia aos revolucionários e criticou o levante de 5 de julho de 1924. Sobre a reforma política, nunca foi favorável ao voto secreto (LIMA SOBRINHO, 1975, p.66).

Seu desempenho político a nível nacional proporcionou na nomeação para o cargo de Ministro da Fazenda de Washington Luís. Desse modo, Vargas ocupava a pasta mais importante para o governo (SILVA, 2004, p.37). Esse cargo também simbolizava um ato de aproximação entre o governo e o Rio Grande do Sul, reconhecendo esse estado como uma “terceira força” na política nacional. Enquanto ministro, Vargas colocou em prática alguns princípios que faziam parte do seu pensamento, tais como o antiliberalismo, intervencionismo estatal e da necessidade de um impulso industrial (FONSECA, 2004).

No entanto, Vargas tinha ambições políticas relacionadas ao seu estado, nas vésperas das eleições de 1928. Sua carta de demissão da pasta demonstrou respeito e lealdade em relação ao presidente Washington Luís.

Nas eleições de 1928, o Rio Grande do Sul conseguiu sufragar o nome de um presidente diferente do que estava habituado há 15 anos. Borges de Medeiros governou o estado de 1913 a 1928. Após o Pacto de Pedras Altas, o oligarca foi impedido de reeleger-se pela 6ª vez consecutiva.

A vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1928 representou a emergência de uma nova geração de políticos no Rio Grande do Sul que, na sua maioria, eram filhos de republicanos históricos (LOVE, 1983, p.63).

O governo Vargas foi caracterizado por uma política de conciliação entre os grupos políticos divergentes no Rio Grande do Sul, entre republicanos e libertadores. Na área econômica, angariou importantes concessões do governo federal, como o apoio à agricultura e à pecuária, além da criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (LOVE, 1983).

Traços de Getúlio Vargas demonstram a sua grande capacidade de reserva e dissimulação. Segundo Barbosa Lima Sobrinho, Vargas “examinava primeiro a discrição e o interesse das pessoas com quem se comunicava, para dosar as revelações que lhes poderia fazer, agindo em tudo isso com a sutileza, a segurança e a malícia de um grande psicólogo” (LIMA SOBRINHO, 1975, p.186).

Nesse sentido, Getúlio Vargas é uma das grandes lideranças políticas conservadoras da Aliança Liberal. O seu conjunto reflete a grande proximidade com o sistema oligárquico e a grande propriedade de terras, tais como Borges de Medeiros, Artur Bernardes, João Pessoa, Epitácio Pessoa e Flores da Cunha (FORJAZ, 1988, p.69).

Outra liderança conservadora dos movimentos pela Aliança Liberal era Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, bisneto de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência do Brasil. Pertencia a uma renomada família política imperial. O avô de Antônio Carlos, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, foi Ministro da Fazenda em duas ocasiões: entre 1822 e 1823 e entre 1840 e 1841.

Antônio Carlos era um dos chefes do Partido Republicano Mineiro, ocupando cargos como a prefeitura de Belo Horizonte, entre 1905 e 1906, o Ministério da Fazenda, entre 1917 e 1918, a presidência de Minas Gerais, entre 1926 e 1930 (CPDOC FGV<sup>19</sup>).

O oligarca mineiro foi líder do governo Arthur Bernardes, no período de 1922 a 1926. Durante a gestão Washington Luís, presidente desde 1926, fez parte do situacionismo, apoiando quase a integralidade das medidas governamentais (LIMA SOBRINHO, 1975). Por estas ações, aguardava a indicação do seu nome para a sucessão presidencial (SILVA, 2004, p.44).

Apenas em 1929 passou para a dissidência em relação aos grupos dominantes (LIMA SOBRINHO, 1975, p.66). Enquanto presidente de Minas Gerais, praticou algumas ações reformistas, como a instituição do voto secreto, uma das principais bandeiras tenentistas (SILVA, 2004, p.44).

Arthur da Silva Bernardes, contestado ex-presidente devido às repressões ao movimento tenentista, também foi favorável à Aliança Liberal. Seu pai, Antônio da Silva Bernardes, era português e o primeiro advogado de Viçosa, Minas Gerais, cidade em que também desempenhou o cargo de Promotor Público. Sua mãe, Maria Aniceta Pinto Bernardes, pertencia a família pertencia à família, Vieira de Sousa, fundadora do município de Rio Casca, próximo a Viçosa. Como chefe do Partido Republicano Mineiro, exerceu diversos cargos políticos, dentre os quais os mandatos de deputado federal nas legislaturas de 1909-1910 e 1915-1918, presidente de Minas Gerais entre 1918 e 1922 e

---

<sup>19</sup> CPDOC FGV. Verbetes Antônio Carlos. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-ribeiro-de-andrada-1>. Acesso em 01.mar.2020.

o de presidente da república de 1922 a 1926. Na ocasião em que apoiou a Aliança Liberal, exercia o cargo de senador por Minas Gerais, entre 1927 e 1930 (CPDOC FGV<sup>20</sup>).

Esses membros da política tradicional mineira encaravam a Aliança Liberal como “um simples movimento em torno dos acontecimentos, e não uma criação idealista, ou doutrinária” (LIMA SOBRINHO, 1975, p.67). Nesse sentido, líderes como Epiácio Pessoa e Arthur Bernardes estavam fechados a ideias novas, demonstrando, em suas trajetórias, a repressão de aspirações que comprometiam ou questionavam o sistema oligárquico e a lógica de perpetuação do poder familiar (ANDRADE, 1988, p.48).

A bibliografia sobre a Aliança Liberal assinala o caráter conservador da agremiação. Os chefes da Aliança Liberal combateram as reivindicações para o voto secreto e a anistia aos revolucionários até as vésperas do programa para a sucessão presidencial (LIMA SOBRINHO, 1975, p.68). Esses traços revelam a característica da modernização conservadora, permanente na política brasileira.

Em linhas gerais, a Aliança Liberal foi o reflexo das dissenções da política oligárquica, atingindo “as mais antigas, consagradas e representativas lideranças da República Velha” (CAMARGO, 1983, p.18). Os velhos oligarcas estavam insatisfeitos com o regime que ajudaram a fundar, tamanho o caráter fechado e anacrônico da hegemonia paulista, que também encontrava resistências internas.

Ao mesmo tempo em que a Aliança Liberal se afirmava como uma força política de nível nacional, a crise do café assolava a economia brasileira, o que favorecia os oligarcas dissidentes. Além disso, o Brasil passava por uma crise econômica, na qual houve a diminuição do poder aquisitivo da população urbana e rural, além do aumento da migração do campo para as grandes cidades, agravando o desemprego e a pobreza (BASBAUM, 1981).

Mesmo com essas condições favoráveis, o cauteloso Getúlio Vargas ainda apelava pela adesão dos paulistas aos seguintes pontos levantados pelo programa da Aliança Liberal:

- 1º- Decretação da anistia geral, antes do encerramento do Congresso;
- 2º- Compromisso do candidato de promover uma reforma eleitoral que assegure a moralidade do voto, aceitando o voto secreto, se a favor deste se manifestar a maioria da representação nacional;
- 3º- Compromisso de rever as leis, chamadas de repressão aos delitos de imprensa e policial;

---

<sup>20</sup>CPDOC FGV. Verbete Artur Bernardes. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-silva-bernardes>. Acesso em 01.mar.2020.

- 4º- Compromisso de reconhecimento dos representantes do Congresso, na eleição de 1º de março, de acordo com os diplomas;
- 5º- Restabelecimento das relações de apoio recíproco entre o governo federal e os Estados dissidentes, devendo o preenchimento das vagas para os cargos federais, nos mesmos, ser feita de acordo com as indicações dos respectivos governos e remover, ou exonerar, os que tomarem atitudes perturbadoras da normalidade dessas relações, ou das ideias políticas locais” (LIMA SOBRINHO, 1975, p.83).

Se Júlio Prestes aceitasse o conjunto das propostas ou parte delas, seria possível o cancelamento da candidatura liberal. Em negociação com Washington Luís, Paim Filho, emissário gaúcho de Getúlio Vargas, apresentou estes pontos para o chefe paulista, à revelia de Minas Gerais, Paraíba e outros líderes gaúchos. Entretanto, o programa foi rejeitado pelos paulistas (LIMA SOBRINHO, 1975).

Grande parte dos representantes da lavoura cafeeira aderiu ao programa da Aliança Liberal, que aproximou os oligarcas dissidentes dos tenentes (FORJAZ, 1978, p.68). Desse modo, a campanha da Aliança Liberal seguiu o seu curso, sendo oficialmente lançada no dia 5 de agosto de 1929. Sua abertura ocorreu na Câmara dos Deputados, com a presença de Oswaldo Aranha. Otimista, escreveu suas impressões a Vargas: “A escravatura ainda subsiste, mercantilizada por São Paulo. Vencido ou vencedor, farás a campanha da redenção do caráter brasileiro” (SILVA, 2004, p.111).

Devemos assinalar que uma das maiores estrelas da Aliança Liberal foi Oswaldo Aranha. Esse agente político foi decisivo na maioria das ações do processo político pré e pós-revolucionário. Nascido na cidade gaúcha de Alegrete no ano de 1884, filho do coronel Euclides Egídio de Sousa Aranha, proprietário da estância Alto Uruguai, localizada no município de Itaquí, no Rio Grande do Sul. A família Aranha era descendente da baronesa de Campinas, esposa do plantador pioneiro de café no estado de São Paulo. Um dos tios de Oswaldo Aranha era político em São Paulo. O pai de Oswaldo Aranha era chefe Partido Republicano Rio-Grandense em Itaquí. Pelo lado materno, Aranha era descendente de Luís de Freitas Vale, o barão de Ibirocaí, chefe político em Alegrete, no Rio Grande do Sul. Manuel de Freitas Vale, um dos tios de Aranha, exerceu a prefeitura da cidade por vários mandatos. Oswaldo Aranha pertencia a uma família oligarca com atuação em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Seus irmãos, Ciro Aranha e Luís Aranha, foram revolucionários de 1930, e exerceram cargos políticos no processo



político (DHBB CPDOC FGV<sup>21</sup>). Oswaldo Aranha mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar Direito. Na ocasião, estabeleceu fortes vínculos de amizade com Virgílio de Melo Franco, Rubens Antunes Maciel e José Antônio Flores da Cunha, figuras decisivas no posterior processo político de 1930. Após a realização de uma especialização em Paris, regressou ao Rio Grande do Sul, para instalar um escritório de advocacia em Uruguaiana. Neste momento da carreira, estreitou os laços com o também recém-formado Getúlio Vargas.

Oswaldo Aranha foi o principal articulador de lideranças e grupos políticos na Aliança Liberal. Durante a campanha, conseguiu-se o apoio do Partido Democrático e suas seções nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco e Paraná (SILVA, 2004, p.112). Com vigorosa atuação na política gaúcha como defensor do grupo político de Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha lutou contra as insurreições de protesto à quinta reeleição consecutiva do governador, comandando uma força civil e militar situacionista. Tornou-se prefeito de Alegrete entre 1925 e 1927, um reduto oposicionista de Borges de Medeiros. Com grande prestígio no Partido Republicano Riograndense, Aranha foi eleito deputado federal e exerceu um papel fundamental na Aliança Liberal e na Revolução de 1930 (CPDOC FGV<sup>22</sup>).

Os estados aliancistas uniram todos os seus líderes políticos em prol da Aliança Liberal. No Rio Grande do Sul, a Frente Única Gaúcha, composta pelo Partido Republicano Riograndense e pelo Partido Libertador, apoiou integralmente o nome de Getúlio Vargas para a presidência. Na Paraíba, o Partido Republicano lançou o nome de João Pessoa para a vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas. Em Minas Gerais, todo o Partido Republicano se mobilizou pela eleição que ameaçava a hegemonia paulista na política. No Paraná, a Aliança Liberal contou com o apoio de Ottoni Maciel, Joaquim Macedo e Gaspar Saldanha, quadros políticos provenientes das oligarquias dissidentes.

A Aliança Liberal representava um amálgama de homens com ideias e passados diversos, definição dada pelo próprio Getúlio Vargas na análise de sua composição (ANDRADE, 1988, p.46). A organização política agregava velhos oligarcas dissidentes dos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, como Borges de Medeiros,

---

<sup>21</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete Oswaldo Aranha. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-euclides-de-sousa-aranha>. Acesso em 17.mar.2020.

<sup>22</sup> CPDOC FGV. Verbete Oswaldo Aranha. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-euclides-de-sousa-aranha>. Acesso em 03.mai.2020.

João Pessoa, Antônio Carlos, Artur Bernardes e Epiácio Pessoa. Somados a eles, as jovens lideranças oligarcas despontavam nos partidos dos estados, decisivos para a continuidade dos ideais revolucionários, tais como Virgílio Melo Franco, Batista Luzardo, Oswaldo Aranha, Lindolpho Collor e João Neves Fontoura.

Além da velha e da nova geração das oligarquias dissidentes, os tenentes revolucionários de 1922, 1924 e da Coluna Prestes se juntaram à Aliança Liberal, sob a chefia de Siqueira Campos, João Alberto, Estilac Leal, Juarez Távora, entre outras lideranças históricas. Sob influência destes nomes, os mais jovens oficiais, recém-saídos das Escolas Militares, como Juracy Magalhães, Jurandir Mamede e Agildo Barata, juntaram-se à Aliança Liberal (ANDRADE, 1988, p.48). Nesse movimento de aproximação, Oswaldo Aranha também colocou em prática o diálogo entre a Aliança Liberal e Luís Carlos Prestes, o mais popular líder tenentista.

Lideranças reacionárias da Aliança Liberal, tais como Borges de Medeiros e Antônio Carlos, não pensavam em revolução e repudiavam qualquer pensamento direcionado ao não-reconhecimento dos resultados das urnas (LIMA SOBRINHO, 1975, p.93). Além deles, Barbosa Lima Sobrinho oferece outros exemplos de repúdio revolucionário: “Nem por sombras devemos admitir a possibilidade de nos ligarmos a essa gente”, disse Francisco Campos sobre a aliança com os exilados da Coluna Prestes. Arthur Bernardes combateu os levantes tenentistas nas ocasiões em que exerceu os cargos de presidente do Brasil e senador por Minas Gerais. João Pessoa não tolerou os tenentes quando exerceu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar: “Nunca contarão comigo para um movimento armado. Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução”, disse o paraibano (LIMA SOBRINHO, 1975, p.94).

Avanços e recuos foram feitos pela Aliança Liberal ao longo da campanha. Nesse contexto, Oswaldo Aranha escreveu uma carta ao senador paulista Freitas Vale, seu tio, com um tom de desânimo ante ao processo político:

“A eleição pura e simples, em moldes republicanos, é irrealizável neste país de governadores e donatários. A eleição brasileira, herança da escravidão, sem lei, sem liberdade, sem responsabilidade, sem fiscalização, mas com derrubadas, subornos, violências e fraude, não leva em convicção nem ao vencido, nem ao vencedor. É uma comédia presidida pelo arbítrio do poder que, por vezes, não se vexa de fazer o bufo tragicômico da pantomina” (SILVA, 2004, p.114).

A Aliança Liberal realizou grandes comícios nas capitais dos maiores estados brasileiros. Em São Paulo, Vargas atraiu uma multidão. No Rio de Janeiro, os comícios eram populares e recorrentes, mesmo com a repressão policial do governo federal para dispersar os seus participantes (SILVA, 2004, p.131).

Nas caravanas realizadas no Norte e no Nordeste do país, Vargas recomendava que não se tivesse um discurso revolucionário, e sim, liberal. No entanto, quando as massas não recebiam tal discurso com entusiasmo, os líderes da Aliança Liberal recorriam à recursos de oratória que exaltavam a figura de Luís Carlos Prestes, chamado de cavaleiro da esperança, empolgando a todos (SILVA, 2004, p.139)

A Plataforma da Aliança Liberal foi recebida com entusiasmo, pois suas propostas não se dirigiam às elites, mas ao povo brasileiro (SILVA, 2004, p.132). Redigida por Lindolpho Collor<sup>23</sup>, jovem oligarca gaúcho, o Manifesto da Aliança Liberal enfatiza que o programa apresentado por ela subordinava-se às exigências da coletividade, considerada na sua totalidade. Dirigida à diversos setores da sociedade, inclusive aos trabalhadores, ela apresentava inovações, prevendo um Código do Trabalho para amparar os operários (COLLOR, 2002). Nesse sentido, a questão social não era mais encarada como um “caso de polícia”, e sim deveria ser resolvida através de concessões por parte da elite política (SKIDMORE, 2010, p. 33).

O discurso aliancista era essencialmente opositor em relação ao governo Washington Luís, tecendo críticas às burlas eleitorais, à falta de liberdade de pensamento e às práticas de compra de votos e caciquismo. Em contraste a isso, a Aliança Liberal exigia a renovação dos costumes políticos, somada à restauração das práticas democráticas, pois os brasileiros tinham o direito de ter o voto “integralmente respeitado” (COLLOR, 2002). A campanha também explicita conciliação entre diversas forças sociais, prometendo a valorização ao serviço militar, com apoio ao Exército e à Marinha, prevendo também a estabilidade e a melhoria da remuneração do funcionalismo público.

---

<sup>23</sup> Nascido em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, no ano de 1890, suas origens sociais vinculam-se aos primeiros imigrantes alemães que aportaram no Brasil. A inserção da família junto aos luteranos possibilitou a sua formação superior em Farmácia, realizada com grandes dificuldades financeiras. Iniciando sua carreira como jornalista, logo encontrou espaço no circuito intelectual do Rio de Janeiro. Regressando ao Rio Grande do Sul, a convite de Borges de Medeiros tornou-se redator do jornal “A Federação”, órgão do Partido Republicano Riograndense. Aos 31 anos, tornou-se deputado estadual, juntamente com outras jovens lideranças, como João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas. Na legislatura seguinte, foi eleito deputado federal, cargo ao qual foi reeleito. Participou ativamente da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 (DHBB CPDOC FGV. Verbete Lindolfo Collor. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lindolfo-leopoldo-boekel-collor>. Acesso em 17.mar.2020.)

Paralelamente a defesa dos interesses desses setores, a plataforma da Aliança Liberal criticava a política de proteção ao café empreendida pelo governo do Washington Luís, que beneficiaria mais aos produtores estrangeiros do que aos produtores nacionais. Alguns cafeicultores paulistas eram contrários às políticas protecionistas adotadas pelo governo, o que explica a adesão de parte deles à oligarquia dissidente. O programa econômico defendido pela Aliança Liberal enfatizava a agricultura, prevendo a produção em massa para o abastecimento do mercado interno e a exportação de excedentes (COLLOR, 2002).

A Plataforma da Aliança Liberal não previa um incremento da industrialização, bem como o programa de Júlio Prestes, registrando a desaprovação quanto às “indústrias artificiais”, que importavam matéria-prima (FORJAZ, 1978, p.71).

Isso demonstra que Getúlio Vargas e sua equipe inicialmente não possuíam projetos especiais a industrialização, pois as primeiras medidas foram favoráveis a agropecuária. Com o desenvolvimento do governo Vargas, o processo de industrialização ganhou força (GORENDER, 1981, p.63).

Em linhas gerais, a Plataforma da Aliança Liberal defendia a realização de reformas políticas, administrativas, sociais e econômicas no Brasil, que se efetivaram nos anos posteriores.

Os comícios da Aliança Liberal também registravam uma notável participação popular, com a presença de vários setores sociais. O jornal "Correio da Manhã" calculou que cerca de 100 mil cariocas ouviram o discurso do candidato Getúlio Vargas, sem se intimidarem com as ameaças de repressão por parte governo federal, lotando o centro do Rio de Janeiro. A campanha da Aliança Liberal era oposta à do candidato oficial, Júlio Prestes, cujas reuniões realizavam-se em salões fechados em sem o contato com o povo (MEMORIAL<sup>24</sup>). Estas constatações eram restritas ao contexto urbano. Os trabalhadores rurais permaneceram a margem do movimento de contestação oligárquica, subordinados aos coronéis (FORJAZ, 1978, p.72).

A campanha da Aliança Liberal foi a maior manifestação da oposição já registrada no sistema político oligárquico. A ruptura no interior das oligarquias foi profundamente atingiu “a própria facção hegemônica da estrutura de poder” (FORJAZ, 1978, p.73). Porém, mesmo diante dessa forte campanha, a candidatura oficial de Júlio Prestes era

---

<sup>24</sup> MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Aliança Liberal faz comício gigante (02/01/1930). Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/as-eleicoes-presidenciais-ganham-as-ruas>. Acesso em 17.mar.2020.

imbatível. As oligarquias hegemônicas de todos os estados apoiaram o candidato do presidente Washington Luís, excetuando-se os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba (FORJAZ, 1978, p.69).

#### **2.4 AS ELEIÇÕES DE 1930 E O PLANEJAMENTO DA REVOLUÇÃO DE 1930**

Com fraudes eleitorais nos dois lados, os resultados deram a vitória para Júlio Prestes, o candidato oficial (LIMA SOBRINHO, 1975, p.98). Segundo o Atlas Histórico do Brasil<sup>25</sup>, o total de eleitores correspondia a 2 milhões e 900 mil, ou 10,8% da população adulta. Desse montante, apenas 1 milhão e 900 mil eleitores votaram. Os votos obtidos por Júlio Prestes totalizaram 1 milhão e 91 mil votos, concentrados nos estados de São Paulo, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, Minas Gerais e Paraná. O candidato opositor Getúlio Vargas obteve 783 mil votos, concentrados no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, São Paulo e Distrito Federal.

Testemunho dos acontecimentos de 1930, Barbosa Lima Sobrinho expõe os avanços, recuos e acomodações da Aliança Liberal ao longo de sua campanha. Seu depoimento demonstra a originalidade das reivindicações da Aliança Liberal, ao mesmo tempo em que assinala a restrição do poder político às oligarquias, com reacionarismo e moderação quanto à participação popular (LIMA SOBRINHO, 1975).

Mesmo com a derrota eleitoral, movimentos em prol da continuidade da Aliança Liberal continuaram através da ação de líderes gaúchos como João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Maurício Cardoso e Lindolpho Collor (LIMA SOBRINHO, 1975, p.102). No estado de Minas Gerais, Virgílio Melo Franco<sup>26</sup> e Francisco Campos<sup>27</sup> encabeçavam esse movimento, e Paulo Nogueira Filho seguia o mesmo rumo em São

---

<sup>25</sup>CPDOC FVV. Atlas Histórico do Brasil. Revolução de 1930. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1930/mapas/eleicao-presidencial-de-1930>. Acesso em 12.jun.2020.

<sup>26</sup> Virgílio Martins de Melo Franco, foi magistrado em Minas Gerais e Goiás, exercendo os cargos de deputado provincial e geral no Império e senador entre 1892 e 1923, no período republicano (DHBB CPDOC FGV). A família Melo Franco exercia grande poder no interior do Partido Republicano Mineiro.

<sup>27</sup> Nascido na cidade mineira de Dolores do Indaiá, em 1891, era filho de magistrado Jacinto Álvares da Silva Campos e descendente do bandeirante Antônio Rodrigues Velho, um dos fundadores da cidade mineira de Pitangui, no século XVIII. Segundo o verbete biográfico de Francisco Campos no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, muitas lideranças da Revolução de 1930 em Minas Gerais faziam parte do mesmo tronco familiar, sendo eles, além de Francisco Campos, Benedito Valadares, Gustavo Capanema, os Melo Franco, José de Magalhães Pinto, Olegário Maciel e Ovídio de Abreu. Matinho Álvares da Silva Campos, tio-avô de Francisco Campos e de Benedito Valadares, foi ministro, deputado e presidente da província do Rio de Janeiro durante o Império (DHBB CPDOC FGV).

Paulo (FORJAZ, 1978; CPDOC FGV<sup>28</sup>). Elementos radicais da campanha mobilizaram esforços pela continuidade do projeto aliancista em abril de 1930, congregando elementos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Essa nova geração de oligarcas descendentes das classes dominantes agrárias (exceto Collor) foi fundamental para aproximar o projeto reformista das oligarquias dissidentes dos tenentes revolucionários (FORJAZ, 1978, p.75).

Um dos epicentros da preparação ao movimento revolucionário foi a ação de Oswaldo Aranha na encomenda da quantia aproximada de 16 mil contos em armas da Tchecoslováquia para armar a revolução, chefiada militarmente por Luís Carlos Prestes, com a participação dos tenentes Juarez Távora, ao Norte, Leopoldo Neri da Fonseca em Minas Gerais e Siqueira Campos em São Paulo (LIMA SOBRINHO, 1975, p.105). Os velhos oligarcas dissidentes eram contrários ao aprofundamento do diálogo entre os tenentes e os aliancistas (FORJAZ, 1978, p.77).

Além da encomenda de armas, uma quantia em dinheiro foi enviada por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha para Luís Carlos Prestes. Mesmo com a investida de Getúlio Vargas em relação a Prestes liderar a Revolução de 1930, o “Cavaleiro da Esperança” foi irreduzível quanto a chefiar o movimento. Isso foi demonstrado após a viagem de João Alberto e Siqueira Campos para Buenos Aires, com o objetivo de angariar o apoio de Prestes. Com o acidente de avião na volta ao Brasil, Siqueira Campos morreu e João Alberto sobreviveu, nadando até a costa uruguaia. Prestes, grande amigo de Siqueira Campos, não via motivos para continuar leal ao acordo pré-estabelecido com Aranha, lançando um manifesto (SILVA, 1974, p.142).

Nele, Prestes afirmou que o movimento que estava em marcha no Brasil era oligárquico imperialista. A revolução empreendida pelos oligarcas não teria os mesmos ideais propagados pelos tenentes de 1924 a 1927. Nas palavras de Luís Carlos Prestes:

“São idênticos os propósitos reacionários das oligarquias em luta. A tudo assistimos calados, sacrificando o prestígio moral da revolução, sempre crentes no milagre que seria a eventualidade de uma luta armada entre as duas correntes em choque, e que desta luta entre os dois interesses pudesse talvez surgir a terceira corrente, aquela que viesse satisfazer realmente as grandes necessidades de um povo empobrecido, sacrificado e oprimido por meia dúzia de senhores, que, proprietários

---

<sup>28</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. CPDOC/FGV. Verbete Afrânio de Melo Franco. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-afranio-de-melo> Acesso em 17.mar.2020. Verbete Francisco Campos. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-luis-da-silva-campos>. Acesso em 17.mar.2020.

da terra e dos meios de produção, se julgam a elite capaz de dirigir um povo de analfabetos e desfibrados, na opinião deles, e dos seus sociólogos de encomenda (...). A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panaceias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar a grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes” (PRESTES, apud FORJAZ, 1978, p.92-93).

A revolução em marcha não se rebelaria contra a grande propriedade de terras e o imperialismo inglês e anglo-americano, os verdadeiros inimigos do povo, segundo Prestes, inspirado pelas teses da Internacional Comunista para a América Latina (FORJAZ, 1978, p.97).

Na visão de Prestes, os tenentes seriam cooptados pelos políticos, e a revolução não provocaria mudanças no sistema político e não comprometeria o latifúndio e o imperialismo, os “grandes responsáveis pela opressão e pela miséria que recaíam sobre o povo brasileiro (ANDRADE, 1988, p.50).

Com a adesão de Prestes à ideologia comunista, o movimento tenentista sofreu uma profunda divisão. Isso será decisivo para os acontecimentos posteriores, da eclosão do movimento de 1930 até os movimentos políticos desenvolvidos após 1930, entre eles a Aliança Nacional Libertadora, organizada em 1935.

Em resposta ao manifesto de Prestes, Juarez Távora combateu o alinhamento do seu ex-companheiro de lutas tenentistas ao comunismo. Távora era favorável à realização de reformas constitucionais, opostas à “fetichismos doutrinários” e “transplantações exóticas”, liberais ou comunistas (TÁVORA, apud FORJAZ, 1978, p.99). A Revolução de 1930 envolveu quase todos os tenentes da Coluna Prestes, juntamente com suas principais lideranças, tais como Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa (SILVA, 1972a).

O manifesto de Prestes desapontou a maioria dos seus companheiros tenentes, comprometidos com a orquestração do movimento de 1930 (ANDRADE, 1988, p.51). A adesão da maioria dos tenentes ao movimento proposto por Getúlio Vargas gerou o afastamento dos mesmos à liderança de Luís Carlos Prestes (VIANNA, 1995). Desse modo, o movimento de 1930 passou a contar com o apoio dos tenentes e com o entusiasmo e simpatia das classes médias urbanas e trabalhadoras. Segundo o manifesto de Juarez Távora, a revolução não poderia ser restrita a um grupo, por ser um “patrimônio comum” de todos os grupos indignados, tendo lugar para “o comunista extremado, o

anarquista, o socialista, o revolucionário moderado, o liberal e o conservador; para o civil e o militar; para o burguês e para o proletário” (TÁVORA, apud FORJAZ, 1978, p.101).

Juarez Távora considerava-se um porta-voz das algumas aspirações tenentistas que preconizavam a harmonia social através de uma perspectiva corporativista que previa a representação proporcional das classes sociais, conselhos técnicos e a ação central do Estado na resolução dos problemas da sociedade. Muitos tenentes foram contrários as posições de Távora, fortemente influenciadas por Alberto Torres, um dos principais teóricos do autoritarismo brasileiro (FORJAZ, 1978, p.105).

No entanto, essas manifestações de apelo popular geraram receios dos grupos oligárquicos dissidentes, temerosos às consequências revolucionárias que o movimento poderia angariar. Relacionada a essas ideias, Florestan Fernandes aponta que a ação da classe dominante (a burguesia) é predominantemente reacionária e conservadora, “dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico” (FERNANDES, 1976, p.206). Assim, os setores tradicionais não se destroem e nem se transformam para dar lugar ao “novo”. Ao contrário, “velho” e “novo” se fundem, “prevalecendo a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes” (FERNANDES, 1976, p.210).

Desconfiado da exaltação revolucionária, Antônio Carlos enviou Francisco Campos para Porto Alegre, com a missão de averiguar qual era o clima político na capital gaúcha. Francisco Campos chegou à percepção da existência de dois grupos, um radical, chefiado por Oswaldo Aranha e João Neves, e outro moderado, com os expoentes Borges de Medeiros e Firmino Paim Filho. Vargas continuava a ser um enigma nesse contexto (LIMA SOBRINHO, 1975, p.108). Frente a este cenário de recuo por parte das oligarquias hegemônicas, os tenentes desacreditavam da aliança com os civis, preferindo focar na luta armada para chegar ao poder, meta prioritária dos elementos militares (CAMARGO, 1983, p.29).

No decorrer do processo, líderes como Antônio Carlos e Getúlio Vargas eram temerosos quanto à possibilidade da eclosão de um movimento revolucionário, em meados de junho de 1930. A famosa frase “Façamos a Revolução, antes que o povo a faça”, propagada por Antônio Carlos, demonstra o caráter conservador do movimento de 1930. A respeito desse aspecto reacionário das classes dominantes, Florestan Fernandes assinala: “as reservas de opressão e repressão de uma sociedade de classes em formação foram mobilizadas para solapar e impedir que as massas populares conquistassem um espaço político próprio” (FERNANDES, 1976, p.208).



O conceito de “revolução passiva” é recorrente entre trabalhos que analisam o movimento de 1930. Para Luiz Werneck Vianna, o processo político em curso possuía “compromissos com a velha ordem social”. No decorrer da história do Brasil, os traços modernizantes foram introduzidos “por cima”: “a revolução burguesa seguiu em continuidade à sua forma ‘passiva’, obedecendo ao lento movimento de transição da ordem senhorial escravocrata para uma ordem senhorial competitiva” (VIANNA, 1997, p.17). Na análise de Vianna, o movimento de 1930 não rompeu com as bases agrárias, sendo elas as fontes de recursos políticos e sociais da conversão das elites tradicionais em elites modernas.

Associado à este contexto, no “binômio conservação-mudança, o termo mudança passa a comportar consequências que escapam inteiramente à previsão do ator” (VIANNA, 1997, p.18). Nesse sentido, a imprevisibilidade do que o movimento de 1930 poderia causar era temida pelos políticos tradicionais. O não aprofundamento das mudanças era uma meta central para conservar as estruturas sociais vigentes.

Inconformado, Oswaldo Aranha pediu demissão do cargo de secretário de Interior e Justiça do Rio Grande do Sul. Em um telegrama histórico para Virgílio Melo Franco, Aranha desabafou: “Minha convicção você e eu vítimas mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção chefe tão fraco, que desanima próprios soldados. Minha disposição inabalável abandonar definitivamente vida política” (LIMA SOBRINHO, 1975, p.112).

O jogo virou com o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930. O evento foi causado por um conflito interno ao Partido Republicano da Paraíba, na questão do credenciamento de candidatos à Câmara Federal. Na ocasião, João Pessoa excluiu os nomes de João Suassuna, ex-presidente do estado, e outros membros do partido, o que ocasionou uma revolta armada na cidade de Princesa, reduto do coronel José Pereira, que se tornou o líder das oposições a João Pessoa. O presidente do estado vinha sofrendo oposições à sua reforma tributária e à política de diminuição da influência política de seus rivais internos no Partido Republicano. Como reação, João Pessoa solicitou ajuda do governo federal para combater as revoltas internas. Em todos os estados que passavam por esta crise, havia intervenção federal, o que foi negado por Washington Luís para o caso da Paraíba. Sua atitude omissa impulsionou o aumento da resistência por João Pessoa, com crescente popularidade na Paraíba e no Brasil, transformando-se em um “herói da resistência às arbitrariedades do governo federal” (FORJAZ, 1978, p.84). Um partidário de José Pereira, João Duarte Dantas, teve a sua casa invadida pela polícia

estadual, a procura de armas. Na ocasião, encontraram-se cartas que comprometiam a sua moral, publicadas pela imprensa pró-João Pessoa. Como ato de vingança, João Dantas assassinou João Pessoa em uma confeitaria, ato que teve repercussão nacional, com grande parte da imprensa acusando o governo federal pelas responsabilidades ante ao fatídico ato (FORJAZ, 1978, p.85).

Uma multidão protestou nas ruas da Paraíba, depredando, saqueando e incendiando as casas dos adversários políticos do líder paraibano. Presos saíram das cadeias enfurecidos, destruindo propriedades dos inimigos políticos de João Pessoa. Tiros, bombas de dinamite e incêndios eram vistos por todas as partes (LIMA SOBRINHO, 1975, p.126).

A articulação ao movimento revolucionário foi intensificada depois dos acontecimentos na Paraíba. A primeira data fixada para o levante foi o dia 26 de agosto de 1930. No entanto, tal data precisou ser postergada para uma organização mais robusta dos revolucionários.

Antônio Carlos, um dos líderes da revolução, deixou o governo de Minas Gerais em 7 de setembro de 1930, para transmitir o cargo ao seu sucessor, Olegário Maciel. Este concordou em dar continuidade ao apoio mineiro à conspiração, tendo como aliado Arthur Bernardes (LIMA SOBRINHO, 1975, p.137).

No dia 3 de outubro de 1930 a revolução estourou no Rio Grande do Sul e se espalhou pelo restante do país. As tropas saíram do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro, não por acaso os estados com maior número de militares, com grande predominância de tenentes. Essa realidade, aliada ao baixo controle hierárquico, conferia ao movimento condições propícias de rebelião, pois “as lentas promoções forneciam o combustível da insatisfação profissional” (CARVALHO, 2019, p.60).

O primeiro estado percorrido pelas tropas gaúchas foi Santa Catarina, através de várias colunas. Uma delas foi chefiada por Miguel Costa, ao longo da estrada São Paulo-Rio Grande. Outra percorreu a faixa litorânea, chefiada pelo general Valdomiro Lima. João Alberto também chefiou uma coluna em direção a São Paulo. Enquanto percorriam seus trajetos, vários voluntários se ofereciam para fazer parte do contingente.

Em Santa Catarina, apenas os destacamentos de Florianópolis e Porto União ensaiaram resistência oficial, que foi momentânea, já que a adesão às tropas revolucionárias ocorreu sem esforços. Apenas uma parte do litoral de Santa Catarina resistiu à ofensiva revolucionária.

Em linhas gerais, o Paraná aderiu à revolução no imediato momento em que ela foi deflagrada no Rio Grande do Sul. No entanto, um relevante evento ocorreu no território paranaense em termos de resistência oficialista. Sob a liderança de Plínio Tourinho, foram designados o capitão Álvaro Barroso de Souza Júnior e o capitão Amorety Osório em direção ao 9º R.A.M, com o objetivo de cooptar militares para o movimento revolucionário e evitar o confronto armado (FRANCO, 2010, p.144).

Na chegada ao regimento, o capitão Álvaro Barroso e o capitão Amorety Osório se depararam com o major Correia Lima<sup>29</sup>, comandante do 9º R.A.M, que resistiu à ordem de prisão dada por Amorety Osório, que portava uma arma. Correia Lima tentou arrancar a pistola apontada para ele com gestos brutos. A arma disparou e o major Correia Lima morreu no local (FRANCO, 2010, p.144).

Esse evento demonstra que o movimento revolucionário de 1930 no Paraná não foi pacífico, e no decorrer do seu processo, alguns rancores foram nutridos pelos oficiais legalistas. Pode-se afirmar que essa ocasião materializou a organização política militar em campos opostos: de um lado, uma ala direita se fortalecia, com resistência à Revolução de 1930 e aos seus ideais, tendo como mártir o Major Correia Lima. De outro, avista-se a liderança de oficiais como o capitão Amorety Osório, vinculado ao movimento tenentista e grande entusiasta do movimento revolucionário e das posições políticas de esquerda. No decorrer da década de 1930, associou-se às Legiões Revolucionárias, sendo um dos chefes da Aliança Nacional Libertadora, em 1935.

Em síntese, com exceção deste episódio envolvendo o Major Correia Lima, não houve maiores resistências por parte das tropas federais instaladas no Paraná, pois o general Monteiro de Barros cruzou os braços e não executou nenhuma ação para favorecer ou obstruir a revolução. No dia 5 de outubro, a polícia estadual e o corpo de bombeiros aderiram ao movimento. O presidente Affonso Camargo e seus amigos fugiram em direção a Santos, através do litoral paranaense (SILVA, 1972a, p.226). Estava aberto o caminho para a revolução, e o quartel-general foi estabelecido em Ponta Grossa.

O estado do Paraná, que faz fronteira com São Paulo, foi essencial para a vitória da revolução de 1930. Segundo Barbosa Lima Sobrinho:

---

<sup>29</sup> Luís de Araújo Correia Lima nasceu em Porto Alegre, no ano de 1891. Descendente de família militar, era filho do general Gonçalo Correia Lima. Sua carreira no exército foi marcada pela idealização dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). O surgimento do CPOR no Rio de Janeiro, em 1927, e Correia Lima foi seu primeiro comandante. Além disso, Correia Lima combateu o levante tenentista de 1924. CPOR Porto Alegre. Disponível em: <http://www.cporpa.eb.mil.br/index.php/patrono>.

“Em Curitiba, o 15 B.C, o 9º R.A.M e o 5º R.C.D tomam a frente da rebelião. Um pelotão saía à procura do presidente Afonso Camargo, para prendê-lo, mas já não o encontrava em palácio. Outro pelotão dirigia-se à polícia, que, atrasada alguns meses no pagamento de seus soldos, não achou motivos para defender um governo que assim a tratava. Desse modo, às 5:30 da manhã de 5, o 9º R.A.M anunciava, com 21 tiros de canhão, a vitória do movimento, que se completara dentro de algumas horas. Assumia a presidência do Estado o general Mário Tourinho” (LIMA SOBRINHO, 1975, p.147).

As guarnições de Curitiba e Ponta Grossa levaram-se sob a liderança dos capitães Mena Barreto Monclaro, Ayrton Plaisant e Oldemar Freire Pinto. O emissário do Rio Grande do Sul para fazer parte do levante no Paraná era o tenente Vicente Mário de Castro, indicado por João Alberto (SILVA, 1972a, p.225).

Na campanha em direção ao território paulista, João Alberto respondia pelas ações militares na Capela da Ribeira, marchando a partir da estrada de Cerro Azul, no Paraná. Valdomiro Lima adentrava São Paulo a partir do litoral. O quartel-general das forças revolucionárias foi instalado em Ponta Grossa, sob a chefia do tenente-coronel Góes Monteiro (LIMA SOBRINHO, 1975, p.153).

No todo revolucionário, o movimento eclodiu no dia 3 de outubro no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. No estado gaúcho, povo e exército se uniram à causa, armando aproximadamente 30 mil homens. No dia 5 de outubro, o movimento já era vitorioso no Paraná, abrindo caminho para as tropas atravessarem a fronteira paulista (SILVA, 1974).

O movimento revolucionário ganhou mais força a partir de 10 de outubro de 1930, com a conspiração de Lindolpho Collor juntamente com alguns generais influentes que comandavam as tropas na capital federal, visando a deposição de Washington Luís (ANDRADE, 1988, p.52).

Na região Nordeste, aproximadamente 30 mil homens foram mobilizados pelo movimento, espalhando-se da Paraíba aos estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia, sob o comando de Juarez Távora. De Minas Gerais, forças rebeladas invadiram o Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo (SILVA, 1972a).

Civis e militares engajaram-se na causa revolucionária<sup>30</sup>. As oligarquias dissidentes aliancistas nos estados multiplicaram apoio ao movimento revolucionário,

---

<sup>30</sup> No entanto, nem todas as Forças Armadas se envolveram na Revolução de 1930. A Marinha praticamente ignorou o movimento: “Por suas características organizacionais, recrutamento aristocrático dos oficiais,

com exceção a São Paulo, pois o Partido Democrático não apoiou essa etapa de contestações (ANDRADE, 1988, p.56).

Em linhas gerais, o tenentismo semeou os ideais de reforma política que se efetivaram a partir da Revolução de 1930 e vários dos seus chefes participaram ativamente das posteriores transformações políticas e sociais do país (ANDRADE, 1988, p.38).

## **2.5 A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 1930.**

Boa parte da literatura sobre a Revolução de 1930 no Brasil caracteriza este processo como “modernização conservadora”. Boris Fausto (1975, p.116) salienta que tal processo não modificou as relações de produção baseadas no grande latifúndio, e “o colapso da hegemonia burguesa do café não conduz ao poder político de outra classe ou fração de classe com exclusividade”.

Com uma interpretação parecida, José Carlos Pereira (1984), defende que a Revolução de 1930 não tinha em sua origem um conteúdo industrialista, nem constituiu um movimento liderado pela burguesia industrial ascendente contra o agrarismo predominante na Primeira República. A Revolução de 1930 buscou a incorporação das aspirações das classes em ascensão (burguesia industrial, operariado urbano) nas pautas do Estado (ou seja, quebrou o monopólio exclusivo das oligarquias rurais sobre o Estado). Mas isso não significa que tais classes hegemônicas da República Velha foram excluídas do processo político que estavam em reformulação.

Gláucio Ary Dillon Soares (1973, p.36) também salienta conservação da infraestrutura econômica vigente e a modificação do sistema político promovidos pela Revolução de 1930.

Por sua vez, Luciano Martins (1980, p.673) caracteriza a Revolução de 1930 como uma “crise da oligarquia”, pois se a estrutura agrária não foi modificada, logo as bases sociais do coronelismo foram mantidas, bem como a hegemonia do voto rural. Tal processo resultou na modernização da manipulação eleitoral e do patrimonialismo e também proporcionou a inclusão de atores emergentes na cena política, algo que “o

---

isolamento e treinamento mais profissional, a Marinha era uma força menos sensível a pressões políticas e menos hostil às elites políticas civis” (CARVALHO, 2019, p.81).

sistema representativo da confederação oligárquica fora incapaz de resolver” (MARTINS, 1980, p.680).

Outra autora que compartilha deste ponto de vista é Maria do Carmo Campello de Souza, salientando que os interesses econômicos dominantes do período anterior não foram marginalizados. Segundo a autora, a Revolução de 1930 redefiniu os “canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central” (SOUZA, 1976, p.85).

Ainda no espectro da conservação em detrimento da mudança, Florestan Fernandes aponta que o liberalismo no Brasil foi limitado pelas marcas da escravidão e do estamento senhorial. O autor assinala a persistência do patrimonialismo, do mandonismo, do privatismo e do localismo. O poder político conservou as antigas formas de dominação, traduzindo-se em um estilo estamental de pensamento e ação. A posse do aparelho estatal era um símbolo da preservação do prestígio social e dos privilégios de uma classe dominante pouco numerosa e avessa às mudanças, ainda que essas fossem tão necessárias à expansão do emergente sistema competitivo capitalista (FERNANDES, 1976).

Segundo essas interpretações, não houve uma reformulação radical da estrutura socioeconômica pré-existente, mas sim, mudanças políticas em prol da centralização do aparelho central, fenômeno que será investigado no decorrer desta tese.

O próximo item abordará as teorias que desenvolveram a reflexão sobre o conceito de modernização conservadora de maneira geral. A partir disso, estabeleceremos diálogos com o processo político registrado pelo contexto da Revolução de 1930 no Brasil.

### **2.5.1 As contribuições de Barrington Moore Júnior e Arno Mayer para o estudo das sociedades com modernização conservadora**

Podemos afirmar que a Revolução de 1930 foi um dos mais importantes momentos da revolução burguesa no Brasil, ou seja, ela se inseriu no conjunto de mudanças que marcaram a modernização brasileira, e incrementou, no decorrer de seu processo, a urbanização, a industrialização, o crescimento econômico e a aglutinação de diversificados setores da sociedade.

Segundo Arno Mayer (1977, p.56), uma revolução se define por “uma transformação fundamental e brusca das relações, instituições, valores, símbolos e mitos

existentes nas elites, na posição social e nas classes”. Utilizaremos o termo “Revolução de 1930” para a referência deste acontecimento histórico, social, econômico e político que transformou a república brasileira, entendendo que as revoluções em geral, incluindo os seus modelos clássicos europeus, promoveram mudanças sem o rompimento total com o passado e sua estrutura social. Uma dinâmica parecida ocorreu na Revolução de 1930, observando a simbiose entre velhas e novas forças sociais.

Na análise das revoluções europeias, Arno Mayer (1987) destaca a persistência da tradição e do Antigo Regime nos países que passaram por processos de inflexões e rupturas. Sua interpretação diverge do modelo clássico das revoluções, na qual uma classe substitui a outra enquanto classe dominante, e toda a ordem social, econômica, institucional e política é transformada no decorrer do próprio processo revolucionário. Distante deste modelo, Arno Mayer afirma que a burguesia, enquanto classe em ascensão, não substitui a aristocracia e o poder da terra e da antiga propriedade. O autor também assinala que as forças da inércia tentam conter as forças modernas na sociedade em transformação.

Quando se encontram inseridas em um processo revolucionário, as antigas forças ressurgem para perpetuar seus poderes e reproduzir suas posições ao longo dos séculos, visto que estes agentes se referem a grupos minoritários no interior da sociedade, com grande coesão entre si a traços que se referem a família, a propriedade e a formação (MAYER, 1987).

Através do estudo das experiências revolucionárias vivenciadas pela Europa, Arno Mayer (1987) assinala que mesmo após as revoluções, as elites agrárias continuaram intactas, com poderes duradouros ante a burguesia, cooptada e enobrecida, que negava-se a si mesma para imitar os modos da nobreza, associados ao estilo de vida, as casas de campo, as escolas de elite e aos títulos nobiliários.

O desenvolvimento industrial, próprio do modo de produção capitalista, precisou se adaptar às estruturas sociais, culturais e políticas anteriores. A permanência do Antigo Regime nas sociedades pós-revolucionárias fez com que as antigas classes dominantes continuassem a deter um imensurável poder político. A dependência recíproca entre fatores econômicos, sociais e políticos propiciou esse feito. A burguesia se adaptou à nobreza, coesa e autoconfiante, dotada de uma unidade de representações coletivas, antigas e ativas, portadora de preferências políticas, sociais e culturais compartilhadas e reproduzidas (MAYER, 1987).

Uma das principais características da Revolução de 1930 foi o caráter de modernização conservadora que ela operou em seu processo político. A respeito desse conceito, Barrington Moore Júnior (1975, p.499) compara os processos de transição para o capitalismo em países como o Japão e a Alemanha, nos quais a modernização conservadora fez com que a produção capitalista se enraizasse na agricultura e na indústria, sem rupturas ou movimentos revolucionários populares. No decorrer desse processo, uma série de medidas para a racionalização da ordem política foi feita, através do fortalecimento do governo central, da uniformização do sistema administrativo, incluindo códigos de leis e sistemas de tribunais, além da revigoração da máquina militar e de seu poder, associados às forças políticas dominantes.

No caso brasileiro, observamos alguns eventos parecidos no período pós-revolucionário. A racionalização da ordem política foi feita através da criação da justiça eleitoral nacional, estabelecendo regras e ordenamentos legais para a realização de eleições livres e idôneas, observando a moralização dos costumes políticos, uma das principais promessas do movimento revolucionário. Outro ponto de destaque refere-se à centralização política, que retirou o poder e a autonomia total dos estados, substituindo essas máquinas por um sistema político, jurídico e administrativo propriamente nacional. Esse processo também incluiu a eliminação dos impostos estaduais sobre a produção, que passou a ser regulamentada pelo Estado nacional. Desse modo, a unidade política e econômica foi promovida no desenvolver da modernização conservadora, observando as características próprias do Brasil. A área militar também foi centralizada, enfraquecendo as antigas milícias estaduais.

Barrington Moore Júnior (1975, p.506) também destaca a aparição de “uma constelação de chefes políticos notáveis” no curso da modernização conservadora. No Brasil, isso pode ser verificável na figura do chefe da Revolução de 1930, Getúlio Vargas, que permaneceu no poder até 1945. Juntamente com ele, uma série de lideranças se destacaram no decorrer do seu período de governo, tais como Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema, Juarez Távora, Lindolpho Collor e outros variados nomes, sem contar nos interventores federais nos estados, escolhidos por Getúlio Vargas, que no decorrer dos anos tornaram-se sólidas autoridades políticas.

Nos países de modernização conservadora, os chefes eram conservadores no espectro político do seu tempo, utilizando a antiga ordem, da qual eram dissidentes, como “um instrumento de reforma, modernização e unificação nacional” (MOORE JÚNIOR, 1975, p.506).



No Brasil, a transição entre a Primeira República e o período pós-1930 é caracterizada pela modernização política e econômica do antigo ordenamento, questionando-o sem destruí-lo. Suas lideranças eram provenientes desta antiga ordem, e a trajetória de Getúlio Vargas exemplifica esse movimento, sendo ele mesmo um político bem-sucedido no governo Washington Luís, ocupado o cargo de Ministro da Fazenda, e abandonando-o para assumir a presidência do Rio Grande do Sul. Nesse momento, incorporou-se à dissidência, exercendo oposição ao governo ao qual tinha feito parte.

As revoluções ocorrem nos momentos em que as antigas estruturas de poder se encontram enfraquecidas e desatualizadas em relação ao desenvolvimento das forças produtivas. Além desses aspectos, o âmbito político encontra-se em crise, dada a intensificação da luta pelo poder e da instabilidade. Desse modo, “uma ala do poder dominante se alia às forças das classes dominadas e tenta desestruturar a velha sociedade, a fim de apossar-se do poder” (ANDRADE, 1988, p.18).

Os regimes conservadores utilizaram-se do aparelho estatal unificado para a construção da economia industrial, servindo como “motor de acumulação do capitalismo primário, compilando recursos e dirigindo-os para a construção de fábricas” (MOORE JÚNIOR, 1975, p.507). O êxito da modernização conservadora depende da habilidade de suas chefias para “arrastar os elementos reacionários menos perceptivos, concentrados entre as classes superiores proprietárias” (MOORE JÚNIOR, 1975, p.507).

No primeiro momento da Revolução de 1930, Vargas não possuía como ação prioritária a industrialização do país, porém a modernização econômica desenvolveu-se no decorrer do processo pós-revolucionário. O seu governo desempenhou um importante papel em incorporar as demandas das classes trabalhadoras, paralelamente ao impulso em prol da urbanização e da indústria. Nesse sentido, o processo da modernização conservadora no Brasil ocorreu através da mobilização da fração mais moderna da classe dominante, ou seja, a urbano-industrial, juntamente com os setores populares, impulsionando a economia nacional.

No entanto, o governo encontrou resistências dos elementos reacionários “menos perceptivos” ao desenvolvimento econômico patrocinado pelo Estado Nacional, e necessitou da habilidade de seu chefe, Getúlio Vargas, na neutralização destas forças. Uma das principais evidências históricas desse processo ocorreu na ocasião da Revolta de 1932, liderada por São Paulo, o estado mais rico e próspero do país, que contava com a fração de classe dominante mais dinâmica da economia brasileira, a industrial. Esta fração de classe, aliada aos elementos representativos da antiga propriedade rural,

reativou a aliança política própria do período pré-1930, saudosista do comando exercido por São Paulo ante a federação e da monopolização política exercida pelo antigo Partido Republicano Paulista. Mesmo que o Estado Nacional varguista impulsionasse a industrialização e o desenvolvimento econômico, atendendo às demandas de São Paulo (o primeiro Ministro da Fazenda nomeado pelo governo provisório foi o banqueiro José Maria Whitaker), as antigas oligarquias, reunidas no PRP, e as oligarquias dissidentes, reunidas no Partido Democrático de São Paulo, uniram-se em uma frente única para destituir o governo através das armas. O caráter dessa revolta foi reacionário, pois essas lideranças oligárquicas que representavam os interesses das frações de classe dominante de São Paulo repudiavam a centralização do poder político, que anteriormente era hegemonizado pelos paulistas, além de outras ações do governo central que revoltaram os líderes da Revolução de 1932, como as concessões feitas aos setores populares em termos de direitos trabalhistas. Esses e outros pontos da Revolta de 1932 exemplificam as crises enfrentadas pelo governo de modernização conservadora liderado por Getúlio Vargas.

Para a contenção dos focos de insatisfação, o governo fortaleceu a instituição militar, paralelamente ao processo de desenvolvimento da máquina política e burocrática, centralizadas e nacionais. Barrington Moore Júnior (1975) indica que esses elementos são importantes no processo de modernização conservadora, oferecendo condições para a contenção de pressões reacionárias ou sublevações populares, que oferecem o risco de radicalização política e disseminação de contestações.

Sendo a Revolução de 1930 um movimento que provocou mudanças essencialmente políticas, o risco desse movimento aprofundar-se em uma revolução social foi levado em consideração por membros das diversas frações de classe dominante, sejam elas as mais tradicionais, ligadas à antiga propriedade rural, sejam elas as mais modernas, relacionadas ao empresariado urbano-industrial.

Essas frações de classe dominante não eram rivais entre si, pois as novas formas de propriedade eram associadas à antiga propriedade, daí a aversão às mudanças e aos processos políticos e econômicos que poderiam impulsionar racionalmente a modernização e o desenvolvimento do país. Nesse sentido, as dicotomias campo versus cidade, rural versus urbano, agrário versus industrial, não se verificavam na prática política que poderia aliar os setores mais dinâmicos da economia, como o empresariado industrial e os trabalhadores urbanos, em prol de uma revolução brasileira que acelerasse

o desenvolvimento econômico e político do Brasil, colocando em questionamento o poder exercido pela antiga propriedade, rural e arcaica.

As frações de classe dominante mais modernas preferiam a aliança com as antigas frações dominantes para evitar movimentos reformistas que previam a ampliação de direitos a diversificados setores que faziam parte do jogo societário do contexto da década de 1930.

A modernização conservadora teve o Estado como instituição fundamental para manter as heranças sociais, garantindo o sistema anterior e suas bases econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que presidia as mudanças em setores estratégicos, incorporando parcialmente interesses emergentes (CAMARGO, 1983, p.12).

Em linhas gerais, a modernização conservadora exprime a conexão reacionária “tecida entre as elites dominantes para controlar o centro de decisão política do Estado sem causar profundas rupturas com o antigo regime” (PIRES, 2008, p.1). O desenvolvimento econômico e político do Brasil foi atravessado pelo pacto entre a burguesia industrial e os proprietários de terra em prol da manutenção da dominação política, ditando o ritmo da inserção das forças produtivas no capitalismo brasileiro. Esse pacto também restringiu o acesso dos diversificados grupos e classes sociais à terra, ao trabalho e ao capital (PIRES, 2008, p.1).

O próximo item estabelecerá diálogos com a obra de José Honório Rodrigues e seu estudo sobre os movimentos de conciliação e reforma no Brasil, que podem ser relacionados com a noção de modernização conservadora

### **2.5.2 A política da conciliação no Brasil**

Uma das características centrais da política brasileira refere-se à conciliação de forças, que é um dos elementos que fazem parte do processo de conservação das estruturas sociais.

Um autor que fundamenta a noção de conciliação política e social no Brasil é José Honório Rodrigues. Para ele, a política da conciliação proporcionou a agregação das facções dissidentes nos círculos dominantes de poder (RODRIGUES, 1965, p.11).

Isso acirra uma das maiores características do processo histórico brasileiro: o desequilíbrio entre as aspirações populares e as instituições arcaicas (RODRIGUES, 1965, p.12). O contexto social e político do Brasil na década de 1920 é marcado pelo

aprofundamento dos conflitos entre as forças que ansiavam reformas, representados pelos setores urbano-industriais, em especial compostos pelo operariado e pelos tenentes, em relação às frações oligárquicas que hegemonizavam e concentravam o poder e as decisões políticas de maneira autoritária.

O processo político que resultou na Revolução de 1930 é fruto do descompasso entre os anseios de uma minoria privilegiada e dominante que concentrava o poder autocraticamente, em relação à maioria da população, descontente com as condições de vida a que estavam sujeitas. Oligarquias dominantes eram contestadas por diversos setores da população, incluindo oligarquias dissidentes e parcelas consideráveis das classes médias, dos membros das Forças Armadas, do empresariado urbano e do crescente operariado.

Mesmo que a Revolução de 1930 tenha sido um movimento armado fruto de uma crise social e política aprofundada na década de 1920, pode-se afirmar que o seu processo tende a uma estabilidade institucional, isto que “as instituições econômico-sociais permanecem as mesmas, independentes dos nomes transitórios que as comandem” (RODRIGUES, 1965, p.13). Na análise sobre os processos históricos de conciliação e reforma no Brasil, José Honório Rodrigues assinala que os momentos de inflexão política no Brasil voltam-se para a tendência de estabilidade sobre as instituições sociais e econômicas. No entanto, é justamente a partir dessa tendência que os focos instabilidade ressurgem, dada à urgência de reformas e ajustes a serem realizados no campo social e institucional.

Os principais eventos históricos que marcam a sociedade e a política brasileira são marcados pelo antagonismo entre forças renovadoras, ligadas à reforma e à criação, e as forças arcaicas, ligadas à conservação e à dominação (RODRIGUES, 1965). Nesse sentido, um evento como a Revolução de 1930 deve ser analisado a partir das disputas entre os agentes da mudança, que possuem os anseios reformistas, e os agentes da inércia, interessados em manter o ordenamento social antiprogressista e antinacional, comprometendo a reprodução deste mesmo ordenamento, devido às crescentes insatisfações que tal lógica autoritária promove.

A manutenção da ordem social no Brasil está associada à política da conciliação entre as divergências apresentadas pelas minorias dominantes, através das lógicas da pacificação e da confraternização (RODRIGUES, 1965, p.80). Nessa linha de pensamento, José Honório Rodrigues afirma que o movimento de 1930 foi “incapaz de reorientar radicalmente a estrutura econômica do país” e não reformulou as relações de

classe anteriores. Em contrapartida, o outubrismo empreendeu um efetivo esforço institucional para a emergência de um “Estado modernizante, gestor incontestável da coisa pública, imbuído de firmes tendências social-intervencionistas” (RODRIGUES apud MELLO, 1984, p.61).

O movimento renovador impulsionado pela Revolução de 1930 pode ser interpretado como um evento histórico que reuniu agentes reformistas que repactuaram as lógicas da estrutura de poder para conciliar a antiga estrutura social com os novos anseios de grupos dissidentes descontentes com a antiga ordem. Nesse sentido, o contexto de 1930 não se configura como um momento de ruptura, mas refere-se à conciliação, envolvendo novos acordos para renovar e manter o próprio ordenamento político e social, que estava entrando em colapso.

O contexto de 1930 requeria um governo que realizasse as aspirações nacionais, que envolviam o desenvolvimento econômico das produções industriais e agropecuárias, a reforma do ensino, a reforma eleitoral, entre outras demandas necessárias para a nação brasileira. O cenário de crescimento da urbanização, da industrialização, das classes médias e do proletariado, somado às consequências das crises econômicas verificadas após a Primeira Guerra Mundial, tornou possível o crescimento vertiginoso dos grupos oligárquicos dissidentes, recorrentemente impossibilitados de ascender às posições de comando e submetidos ao ostracismo político (RODRIGUES, 1965).

O primeiro fato que marcou o contexto de crise na década de 1920 foi o Levante do Forte de Copacabana, ocorrido em 1922, dando início ao movimento tenentista que se propagou pelo território nacional ao longo da década de 1920. Por sua vez, o levante tenentista de São Paulo, realizado em 1924, conseguiu dominar a capital por 18 dias, espalhando os ideais de reforma eleitoral e a necessidade da redação de uma nova Constituição. Em reação, o governo federal enviou cerca de 15 mil soldados legalistas para reprimir a rebelião, o que provocou a fuga dos rebelados de São Paulo em direção ao estado do Mato Grosso, onde cerca de 400 homens foram dizimados, e também em direção ao Paraná, local em que a coluna paulista se juntou à coluna comandada por Luís Carlos Prestes, que iniciou uma revolta tenentista na cidade gaúcha de Santo Ângelo e prosseguiu em direção ao Paraná. Juntas, as colunas Miguel Costa/Luís Carlos Prestes percorreram cerca de 25 mil quilômetros entre 1924 e 1926 (RODRIGUES, 1965).

A agitação operária, comandada por grupos de comunistas e anarquistas, também cresceu no decorrer dos anos 1920, não sendo mais possível que a questão social fosse tratada como “caso de polícia”, tal qual o entendimento do presidente Washington Luís.

As relações sociais no campo, caracterizadas pela grande propriedade e pela monocultura, também estavam deterioradas pela exploração pelas péssimas condições vivenciadas pela população, resultantes da manutenção das lógicas coloniais, mesmo após o fim da escravidão. As revoltas que insurgiram no campo eram relacionadas ao banditismo social, como o cangaço, duramente reprimidos pelas forças policiais (RODRIGUES, 1965).

Além destas questões sociais e econômicas, o final da Primeira República também foi marcado pelo aprofundamento da crise do sistema federativo, no qual somente os estados mais poderosos tinham os seus interesses levados em consideração pela União. Por sua vez, grande parte das oligarquias estaduais também passavam pelo questionamento interno das oligarquias dissidentes, insatisfeitas com o estado de alienação frente às demandas dos diversos grupos e interesses sociais em jogo.

Um dos pontos essenciais desse contexto de crescimento das oligarquias dissidentes foi a criação da Aliança Liberal que, segundo José Honório Rodrigues (1965, p.87), atende à lógica de “reforma transformada em revolução”.

A Plataforma da Aliança Liberal trazia as aspirações de reforma eleitoral, anistia aos tenentes, cumprimento da legislação de proteção ao trabalho, entre outros anseios. Em prol da sobrevivência da ordem, os anseios reformistas buscavam conciliar diversos interesses para evitar possíveis surtos revolucionários de baixo para cima (RODRIGUES, 1965).

A lógica de “Revolução pelo alto”, dirigida pelas oligarquias dissidentes aliadas aos tenentes, foi dominante no movimento de 1930. A liderança de Getúlio Vargas era caracterizada pela conciliação entre as facções oligárquicas, impulsionando também reformas conciliatórias que apaziguavam os ânimos dos setores populares. A modernização da nação empreendida a partir da era Vargas considerava as elites, as classes médias e o povo, observando as suas demandas diversas. Na interpretação de José Honório Rodrigues, a incorporação do proletariado era uma novidade que evitava o conflito entre o povo trabalhador e a minoria dominante, afastando o risco de desintegração da sociedade. Neste sentido, a liderança de Vargas não é simplesmente dominadora, mas sim, criadora (RODRIGUES, 1965, p.92).

No entanto, a reação da minoria dominante conservadora insatisfeita com as ações arrojadas do governo Vargas em relação à proteção ao trabalhador não tardou em acontecer. Um dos momentos de inflexão ocorreu com a Revolta Paulista de 1932.

Segundo José Honório Rodrigues, ao longo do período Vargas, o governo agiu ora de maneira conciliável, ora de maneira inconciliável. Mesmo diante das tentativas de reformas e conciliações que objetivavam neutralizar os interesses dos grupos dominantes e conceder benefícios ao povo, as autênticas transformações sociais foram impossibilitadas pelo domínio oligárquico da minoria privilegiada e seus protegidos, que se perpetua a partir das práticas do nepotismo, do filhotismo, do genrismo e do compadrio (RODRIGUES, 1965, p.103).

A Revolução de 1930 foi um movimento armado vitorioso no Brasil que não pretendia promover alterações profundas. No entanto, as diversas forças sociais que se envolveram no seu processo conquistaram alguns triunfos, harmonizando conflitos e evitando rupturas radicais com o passado (RODRIGUES, 1965).

A partir das considerações de José Honório Rodrigues, assinalamos que a modernização conservadora no Brasil fez com que nenhuma reforma fosse completa, dada a oposição das classes dominantes brasileiras em relação às mudanças sociais que incorporam diferentes forças e anseios sociais. Sempre que esta minoria dominante se vê ameaçada, ela recorre a golpes e convulsões que evitam reformas, como foi o caso do movimento contra-revolucionário deflagrado em São Paulo em julho de 1932.

As origens do conservantismo nacional estão nas práticas das famílias proprietárias de terras que dominam o cenário social desde a Colônia, e passaram a dominar hegemonicamente a política a partir da Independência. Trata-se de uma minoria de privilegiados que possui um espírito discriminatório e racista ante à população nacional (RODRIGUES, 1965).

Para pensarmos a modernização conservadora no Brasil, nos remetemos à Revolução de 1930 como um momento de discussão sobre as reformas estruturais que o Brasil necessitava. No entanto, a tendência para a rejeição destas propostas pelos oligarcas e latifundiários provocava a derrota destes anseios de reformas, pois era de interesse destes grupos a manutenção da estrutura social rígida e inerte (RODRIGUES, 1965, p.183).

Com a ascensão da burguesia urbana e industrial, as classes latifundiárias tradicionais e mercantis tiveram que dividir o poder político. José Honório Rodrigues observa que essas classes sociais em ascensão não representavam uma renovação em termos de origens sociais, possuindo um conservadorismo intrínseco, que respeitava “os valores hierárquicos da sociedade arcaica”, desejando também “fazer parte do mundo do privilégio”, tendo horror às camadas mais baixas. Assim, a nascente burguesia urbano-

industrial não era progressista e não atuava em prol da destruição do antigo regime em prol de sua afirmação e soberania política, ao contrário, preferia se aliar às classes arcaicas, não superando-as politicamente e atuando na perspectiva anti-reformista e anti-popular (RODRIGUES, 1965, p.220).

A modernização conservadora no Brasil também é percebida com a influência as classes latifundiárias arcaicas em barrar a extensão da legislação trabalhista das cidades para o campo, mantendo a sua estrutura de dominação e controle sobre as populações rurais (RODRIGUES, 1965, p.226).

Os partidos políticos no Brasil, longe de representarem a modernização das instituições políticas, representam o atraso das práticas políticas, relacionadas ao predomínio dos interesses pessoais em detrimento dos interesses públicos, bem como perpetuam lideranças alheias à sociedade (RODRIGUES, 1965, p.237).

José Honório Rodrigues aprimora a sua argumentação sobre o conceito de modernização conservadora a partir da retomada das ideias do pensador alemão Wilhelm Dilthey, na obra “O mundo histórico”. Nas suas palavras:

“Cada época contém sua ligação com a anterior, contém a repercussão, a ação persistente das forças que nela se desenvolveram e, ao mesmo tempo, contém também o afã criador que prepara a que se segue. Assim como surgiu das insuficiências da anterior, leva com ela os limites, as tensões, os sofrimentos que preparam a seguinte” (DILTHEY, cit. RODRIGUES, 1978, p.26).

Nesse sentido, a Revolução de 1930 representa um amálgama de velhos e novos interesses, conciliados entre si, em benefício das minorias dominantes que impõem os seus interesses para a coletividade. A próxima seção objetiva aprimorar o entendimento da noção de classe social para pensar os elementos de poder em jogo no movimento revolucionário.

## **2.6 A ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 1930 A PARTIR DA NOÇÃO DE CLASSE SOCIAL**

A Revolução de 1930 foi um acontecimento político que mobilizou forças sociais interessadas na derrubada do esquema oligárquico montado da Primeira República. Esses setores da sociedade estavam insatisfeitos com a hegemonização do poder exercida por alguns grupos políticos do Partido Republicano Paulista, que se revezavam na presidência



da república, sem abrir possibilidades de renovação oligárquica com relação a outros estados.

No estado de São Paulo, as próprias oligarquias agrárias e cafeeiras também estavam insatisfeitas com os rumos tomados pela política oficial. Elas se organizaram em torno do Partido Democrático de São Paulo, agremiação que surgiu em 1926.

Outras oligarquias poderosas que estavam insatisfeitas com a dinâmica de poder vigente eram provenientes dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O primeiro disputava com São Paulo o domínio político da presidência. O segundo era um estado que já estava acostumado com lutas intraoligárquicas no decorrer da Primeira República.

Esta tese objetiva analisar a relação entre o poder político e a estrutura de classes para pensar a luta entre facções sociais no contexto da Revolução de 1930. Para isso, nos embasamos nas considerações do teórico neomarxista Nicos Poulantzas.

Nosso ponto de partida teórico é o materialismo histórico como base para o entendimento da noção de classe social. Tal perspectiva, em linhas gerais, entende que o modo de produção da vida material condiciona a vida social, política e espiritual dos indivíduos. Esta relação entre a esfera social e econômica remete à ideia de que as classes sociais são “grupos de agentes sociais” definidos “principalmente, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica” (POULANTZAS, 1973, p.7, grifos no original). Uma das premissas de Nicos Poulantzas corresponde à ideia de que “as funções econômicas ou ideológicas do Estado correspondem aos interesses políticos da classe dominante” (POULANTZAS, 1977, p.52).

O conceito de classe dominante refere-se aos grupos que ocupam os lugares dominantes no nível da luta de classes, detendo esta posição através da posse do poder dominante (POULANTZAS, 1977, p.110). É importante assinalar que nem sempre a classe economicamente dominante é também politicamente dominante. Para Poulantzas, é necessária a análise de uma dada formação para verificar a correspondência entre o poder econômico e o poder político. De todo o modo, a investigação sobre o Estado como instituição que centraliza o poder político deve ter o olhar direcionado às classes sociais que detêm o poder político. Segundo o autor:

“Isto não quer dizer, contudo, que os centros de poder, as diversas instituições de caráter econômico, político, militar, cultural, etc, sejam simplesmente instrumentos, órgãos ou apêndices do poder das classes sociais. Elas possuem a sua autonomia e especificidade estrutural que,

enquanto tal, não pode ser imediatamente redutível a uma análise em termos de poder” (POULANTZAS, 1977, p.111, grifos no original).

Desse modo, o autor afasta-se das análises que reduzem as diversas instituições da sociedade ao poder político possuído pelas classes sociais. Sua abordagem, no entanto, prima pela investigação da relação entre as diversas instituições e o poder, considerado no campo da luta de classes (POULANTZAS, 1977, p.112).

A análise política e econômica de classes é perpassada pela luta de classes, na qual os interesses que visam a manutenção das relações sociais existentes confrontam-se com os interesses que visam a transformação das relações sociais (POULANTZAS, 1977, p.84).

Nesse sentido, o Estado e as reflexões sobre as interferências do poder econômico sobre o político e o político sobre o econômico, devem ser pensadas a partir do âmbito relacional da luta de classes (POULANTZAS, 1977, p.147).

O Estado é pensado por Poulantzas a partir da teoria marxista, que o considera como fator de coesão nas formações sociais. É relacionado à ordem e à regulação do equilíbrio no sistema social. A prática política relacionada ao Estado que provoca transformações é o “motor da história” nesse raciocínio (POULANTZAS, 1979, p.55).

A função do Estado é proporcionar a coesão da formação social, sendo ele o lugar em que “se condensam as contradições” entre as instâncias que compõem a sociedade. Seguindo os argumentos de Friedrich Engels, Poulantzas assinala a ideia de que o Estado é o resumo oficial da sociedade, em que diversos interesses econômicos opostos disputam em seu interior. Enquanto instituição garantidora da coesão, o Estado não permite que estas classes antagonistas se aniquilem entre elas e prejudicando a sociedade através do exercício do poder colocado acima da sociedade, que dissimula o conflito e o mantém nos limites da ordem (POULANTZAS, 1979, p.57).

Poulantzas também dialoga com Lênin nas proposições que relacionam o poder político como espaço de condensamento das lutas econômicas, ou as lutas de classe. Nessa perspectiva, o Estado impede a explosão dos conflitos entre as classes, impedindo a destruição da formação social (POULANTZAS, 1979, p.58).

Nessa perspectiva, o Estado cumpre a função de garantir ou fomentar a coesão na formação social, associada à execução de funções econômicas, ideológicas e políticas em relação ao campo da luta de classes (POULANTZAS, 1977, p.180). Para garantir essa

coesão, o Estado capitalista mobiliza o impedimento da organização política das classes dominadas, mantendo-as em isolamento econômico (POULANTZAS, 1977, p.181).

Nicos Poulantzas assinala a variedade de frações de classe dominante nas formações sociais em um determinado modo de produção dominante. A diversidade de frações, interesses e lutas entre as classes é contemplada neste paradigma. A pluralidade de frações de classe dominante (comercial, industrial, financeira) está associada à noção de bloco de poder e do campo das práticas políticas, integrando questões como representação de classes, partidos políticos e deslocamentos das contradições de classe.

Fundamentamos nossas reflexões sobre a Revolução de 1930 associadas à análise da representação de interesses de determinadas frações de classe dominante e a organização social e política das mesmas, tendo em vista a relação entre as esferas política e econômica. Entendemos que a classe economicamente dominante no Paraná no período analisado era fracionada entre a burguesia industrial ervateira e madeireira, frações que aspiravam a uma maior dominação política e consolidavam a organização própria de classe, colocando os seus interesses como interesses gerais. Este período também se caracteriza com a afirmação do desenvolvimento do capitalismo na sua fase industrial, ainda que de forma incipiente. Tendo como referência algumas considerações de Nicos Poulantzas, ao afirmar-se a burguesia como a classe dominante, entendemos que a mesma é formada por um conjunto de frações burguesas dominantes que participam da dominação política e estabelecem alianças. Esta noção define-se como “bloco no poder”, que comporta frequentemente os interesses de outras classes além da burguesia, como o exemplo europeu da aristocracia fundiária (POULANTZAS, 1973, p.31).

O conceito de bloco no poder constitui:

“uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica. A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, encontra-se nele constantemente presente (...) (POULANTZAS, 1977, p.233, grifos do autor)”.

A noção de bloco no poder está associada à autonomia relativa do Estado em relação ao campo da luta de classes e das frações que fazem parte dele. Marx e Engels analisaram o fenômeno do bonapartismo, que ressalta a autonomia relativa do Estado frente às classes e frações de classe dominante. O bonapartismo, segundo essa interpretação, seria constitutivo do Estado na sua forma capitalista (POULANTZAS, 1977).

Além de relativamente autônomo ante as classes e frações de classe dominante, o Estado ainda cumpriria a função de árbitro ante a estes interesses, constatação enfatizada por Engels. Cumprindo as funções relacionadas à coesão e à arbitragem, a ação do Estado, como instituição coletiva, garantidora da reprodução do sistema e da unidade do poder, é oposta aos interesses privados, egoístas e imediatos das classes economicamente dominantes. Relacionado a estas proposições, o bonapartismo, enquanto tipo capitalista de Estado que organiza a dominação de classe, “consegue precisamente apresentar-se como emanção do interesse geral e como representativo da unidade do povo-nação” (POULANTZAS, 1977, p.282).

Mas esta unidade não é realizada pelo Estado de maneira não conflituosa entre as frações de classe dominante. Segundo Nicos Poulantzas:

“constatamos uma incapacidade da classe burguesa ou das frações desta classe de se erigirem ao nível hegemônico, através dos seus próprios partidos na cena política, incapacidade de transformar, pelos seus próprios meios de organização, o seu interesse específico em interesse político, o qual polariza os interesses das outras classes e frações do bloco no poder: elas não podem constituir, assim, a unidade das classes ou frações desse bloco. Isto resulta, principalmente, do fracionamento profundo, já a partir das próprias relações de produção, da classe burguesa em frações antagônicas de classe” (POULANTZAS, 1977, p.294).

Os conflitos e contradições existentes entre as frações de classe dominante são tão acirrados que elas mesmas se tornam incapazes de governar, necessitando do aparelho estatal para garantir a unidade e organização da pluralidade de frações de classe para a repartição do poder. A ênfase no poder executivo é uma característica comum no Estado capitalista, como reflexo da incapacidade política das frações de classe dominante em organizarem a hegemonia do povo-nação através da representação dos partidos políticos (POULANTZAS, 1977, p.312).

Além dessas premissas, Poulantzas (1977, p.327) aponta a lógica de desempenho da burocracia no Estado capitalista. Funcionando como uma categoria específica, ela contribui para o funcionamento das próprias instituições de poder político.

Em um contexto amplo, a Revolução de 1930 gerou a diminuição do poder político de grupos e frações de classe dominante. Parcelas deste poder direcionaram-se a outras frações de classe dominante e também à classe dominada, possibilidade apontada na análise de Nicos Poulantzas (1977, p.115). Na análise sobre a ideologia dominante, relacionada às concepções de mundo da classe politicamente dominante em uma

formação social, percebe-se que esta também é redimensionada, no caso da ocorrência de mudanças sociais, como é o caso do objeto de estudo em questão. Segundo Nicos Poulantzas, a ideologia geral de uma formação social é determinada “pelo conjunto de representações, valores, noções, crenças, (...), por meio dos quais se perpetua a dominação de classe” (POULANTZAS, 1977, p.203).

As reflexões sobre as frações de classe dominante nas formações sociais também estão associadas à ideia de modernização conservadora, que deve muito à interpretação sobre o Estado prussiano, sob a liderança de Bismarck. Marx e Engels caracterizavam o contexto de modernização alemão como uma forma de “revolução a partir de cima”, na qual a antiga classe dominante (no caso, a aristocracia agrária) continuou a exercer a dominação política, a despeito das mudanças nas relações de produção registradas pelo país. Nicos Poulantzas, intérprete de Marx e Engels, assinala que esse processo gera um padrão de desenvolvimento capitalista diferenciado, pois este não seria empreendido diretamente e somente pela burguesia, a classe mais interessada no desenvolvimento do capitalismo, porém não capacitada para exercer o protagonismo histórico nestas mudanças (POULANTZAS, 1977).

Para o caso brasileiro, o padrão diferenciado do desenvolvimento capitalista verificou a penetração de empresas modernas em estruturas sociais arcaicas. O subdesenvolvimento apontado por Celso Furtado apresenta a ideia de modernização conservadora (PIRES, 2008).

Os compromissos entre a nova e a velha classe dominante foram feitas para as mesmas se manterem no poder, criando empecilhos de acesso das classes sociais nas decisões do Estado. Esse acordo também proporcionou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com a influência do setor agrário, objetivando a manutenção do monopólio da terra e do poder político das oligarquias rurais e excluindo politicamente os setores subalternos do campo (PIRES, 2008, p.17).

Esses fenômenos apontados não são especificidades do Brasil. Segundo Nicos Poulantzas, a característica comum das revoluções burguesas refere-se à ausência da capacidade política da burguesia conduzir a sua própria revolução e dirigir um processo revolucionário rumo à democracia política (POULANTZAS, 1977, p.178).

## 2.7 A TEORIA DE PIERRE BOURDIEU SOBRE O CAMPO POLÍTICO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA REVOLUÇÃO DE 1930

Para pensar a “classe dominante paranaense” no contexto da Revolução de 1930, é necessário o direcionamento do olhar sociológico sobre quem são os agentes que ocupam postos de poder, quais são os atributos sociais dos quais eles são portadores que que espécies de capitais esses agentes acumulam para ocupar as altas posições na política paranaense. Um autor que desenvolve o conceito de classe dominante e norteia algumas de nossas reflexões neste trabalho é Pierre Bourdieu, tendo em vista que tal conceito refere-se a uma “população verdadeiramente real” que detém o poder devido à sua quantidade de “força social” (ou capital), relacionada à sua posição social. Desta forma, esta classe possui vantagens em relação às outras desde o momento de sua entrada nas lutas pelo “monopólio do poder” (BOURDIEU, 1989, p.28). Nesse sentido, a classe economicamente dominante luta pelo poder, utilizando-se de variadas estratégias.

Outro conceito sociológico fundamental para pensar os atributos sociais dos agentes políticos refere-se ao *habitus*. Esse conceito foi desenvolvido para tentar superar a dicotomia entre o subjetivismo, incapaz de “dar conta da necessidade do mundo social” e o objetivismo, que toma as realidades construídas “fora da história do indivíduo e do grupo” (BOURDIEU, 2009, p.86). Bourdieu dedicou suas atenções o conceito de *habitus*, para articular o ator e a estrutura social, o homem e a história (ORTIZ, 1983). O *habitus* corresponde ao mundo social incorporado pelos indivíduos através da socialização, tornando as práticas e representações dos indivíduos que compartilham *habitus* parecidos regradas e regulares. Assim, os agentes formam predisposições para as suas ações. Em linhas gerais, o *habitus* diz respeito a um sistema de percepções, pensamentos, categorias, apreciações e ações, incorporadas pelos agentes. Assim, as estruturas objetivas se relacionam às subjetividades dos agentes, que as reproduzem, da maneira consciente e inconsciente.

Segundo Bourdieu (2004, p.158-159), o *habitus* varia segundo a posição que os agentes ocupam em determinado espaço do mundo social. Os espaços sociais são denominados por Bourdieu de campos. Cada campo específico possui diferentes tipos de capital, como o econômico, o político, o social e o simbólico. Quanto maior o acúmulo destes capitais pelos agentes que fazem parte da classe dominante, maior é a possibilidade destes agentes afirmarem suas posições na estrutura social.

Pensando a política paranaense no contexto da Revolução de 1930 a partir das indagações teóricas de Pierre Bourdieu, nos deparamos com os agentes do campo político integrantes de organizações político-partidárias que participaram dos acontecimentos “revolucionários”, dotados de determinados *habitus*. Concentraremos nossas atenções na análise dos atributos e heranças sociais destes agentes, relacionando-a com suas práticas no “jogo político” no qual os mesmos estavam inseridos.

Averiguaremos quais foram os impactos que a Revolução de 1930 gerou na política paranaense nas suas organizações e seus agentes, entendendo a política como um campo de forças e lutas entre agentes que disputam posições no campo político. Com as mudanças que a mesma proporcionou, verificaremos quais foram os agentes que tiveram seus capitais potencializados com o processo revolucionário. Entendendo a Revolução de 1930 como um processo de “modernização conservadora”, problematizaremos de que maneira antigos grupos oligarcas no Paraná reconverteram seus *habitus* e capitais para se adequarem às novas “regras do jogo” impostas pela Revolução de 1930, vistas na primeira seção do projeto: a centralização e a incorporação de novos interesses e grupos na arena política. A estrutura do campo e sua lógica de funcionamento, bem como as possibilidades de transformação, serão analisadas juntamente com a hierarquia de posições e as origens sociais dos agentes do campo político paranaense.

Temos como hipótese a ideia de que as frações de classe economicamente dominantes no Paraná durante o período analisado objetivavam uma maior parcela do poder político ante as classes dominantes tradicionais que reproduziam a dominação política de modo hegemônico. Este movimento é perceptível na ação de classe da Associação Comercial do Paraná e em outros grupos que contestavam o padrão de dominação vigente na República Velha que exerciam oposição aos grupos políticos dominantes. No presente trabalho, destacamos as ações contestatórias que antecederam a Revolução de 1930, marco fundamental que estabeleceu um rearranjo de forças sociais e políticas que beneficiaram, em longo prazo, os interesses das frações burguesas emergentes. Tal inflexão, porém, não estabeleceu rupturas radicais com os interesses das classes dominantes tradicionais, visto que muitos dos agentes pertencentes às mesmas reproduziram a dominação política após a Revolução de 1930.

Podemos afirmar que há um *habitus* característico de um grupo político ou de uma fração de classe dominante, bem como a incorporação de determinados *habitus* nos agentes em seus respectivos campos, reforçando o pertencimento dos mesmos no microcosmo social aos quais estão inseridos.

A teoria bourdieusiana sobre o campo descreve-o como um microcosmo, uma parcela do mundo social, também conhecido como macrocosmo, que é relativamente autônomo em relação à totalidade do mundo social (BOURDIEU, 2011, p.195). A relativa autonomia se deve ao fato de que os campos não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas, ao contrário, eles se articulam entre si (BONNEWITZ, 2003, p.62). A autonomia preservada e característica de cada campo refere-se à ideia de que cada um deles possui suas próprias regras ou leis, “que são diferentes das leis do mundo social ordinário” (BOURDIEU, 2011, p.195).

Com essa abordagem teórica, Bourdieu propõe o estudo de uma teoria geral dos campos. Esse estudo permite descrever a forma específica de mecanismos e conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho) característicos de cada campo. Compreender a gênese social de um dado campo possibilita ao pesquisador “apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 1989, p.69), entre outras categorias.

Nesse sentido, a gênese dos campos se define como a “história das lutas entre os agentes para subsistir e reproduzir material e simbolicamente” (CARNEIRO, 2006, p.44). O espaço social é polarizado entre os agentes dominantes, que correspondem às classes superiores, e os agentes dominados, que correspondem às classes populares. Cada campo possui, portanto, os agentes dominantes e os agentes dominados, ou seja, aqueles que acumulam capitais e aqueles que portam capitais de baixo valor ou prestígio social dentro das lutas por posições e capitais.

O campo político, como os demais campos, é caracterizado como um campo de forças e de lutas, que possui agentes com determinadas condutas correspondentes às suas posições na “estrutura da relação de forças” relacionadas ao campo em determinado momento (BOURDIEU, 2011, p.201). Desse modo, o “campo político” possui agentes dotados de capitais políticos desiguais. Bourdieu estabelece uma relação entre o campo de poder e o conceito de “classe dominante”, pois esse conceito refere-se a uma “população verdadeiramente real” que detém o poder devido à sua quantidade de “força social” (ou capital), relacionada à sua posição social. Desta forma, a classe dominante possui vantagens em relação à classe dominada nas lutas pelo “monopólio do poder” (BOURDIEU, 1989, p.28).

Portanto, a análise da luta política deve levar em consideração os determinantes econômicos e sociais dos agentes que se encontram na política. Assim, torna-se necessária



a investigação sobre a posição que os agentes políticos ocupam no macrocosmo (social), considerando os diferentes campos (político, econômico, social, cultural, etc). Para essa análise é necessário considerar a *trajetória* desses agentes, ou seja, a série de posições sucessivamente ocupadas por eles (BOURDIEU, 1996, p.68). Essa reflexão deve contemplar as posições que os agentes políticos ocupam no microcosmo, social em questão, neste caso, o campo político. A consideração dessas duas dimensões deve ser empreendida na análise sociológica que investiga as práticas dos agentes políticos, pois os agentes (indivíduos ou instituições), são caracterizados:

“pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sobre a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil.” (BOURDIEU, 2004, p.24).

Um importante ponto da teoria bourdieusiana refere-se à premissa de que as estruturas sociais tendem a contribuir para a conservação da ordem social. Ao analisarmos um fato histórico como a Revolução de 1930, observamos um movimento de mudança que reavalia os capitais dos agentes inseridos no campo político. Assim, cabe a investigação de quais são os mecanismos de perpetuação da ordem social, e os seus movimentos de mudanças, ressignificações e rupturas.

Bourdieu oferece uma série de considerações sobre o microcosmo do campo político, considerado a partir de suas especificidades. O autor assinala a importância da investigação sobre a posição que os agentes políticos ocupam no interior do campo político, somada à verificação se a tendência de concentração de poder nas mãos de uma oligarquia se confirma (BOURDIEU, 2011 p.196). Assim, avalia-se as lógicas de reprodução no interior o campo político pelos agentes interessados na perpetuação do poder que eles ocupam no campo.

Outro ponto de reflexão bourdieusiana refere-se à relação entre os agentes políticos com os partidos. O autor conecta a noção de partido com o conceito de classe social, também assinalada por Bourdieu como a relação entre “a luta das organizações políticas e a luta das classes” (BOURDIEU, 1989, p.175). Bourdieu indica que os integrantes das classes dominantes se organizam em grupos de pressão, ou partidos políticos para a conquista do poder. Desse modo, classes sociais se organizam em partidos

políticos e impõem os seus interesses nestas instituições, através de um programa que orienta o pensamento e a ação dos militantes e eleitores (BOURDIEU, 1989, p.166-167).

A relação entre o “coletivo”, composto de instituições, movimentos e partidos políticos, e o “individual”, dimensão associada aos militantes e eleitores é uma reflexão pertinente no pensamento de Bourdieu. Para ele, a reprodução social e política ocorre através de mecanismos de dominação e perpetuação social. A transmissão de capitais é muito importante para essa operação. As instituições como a família e a escola são centrais para a reprodução de poder e privilégios ao longo das gerações, ratificando heranças econômicas, culturais, educacionais e sociais.

Dessa forma, o estudo dos capitais de um conjunto de agentes políticos envolve a verificação dos capitais que antecedem aos cargos políticos ocupados pelos agentes. Nesse sentido, é necessário identificar os capitais intelectuais portados pelos agentes na lógica de reprodução de posições sociais, pois o sistema escolar ratifica a transmissão de heranças culturais e familiares. Assim, na análise dos capitais dos agentes políticos imersos no contexto da Revolução de 1930, torna-se necessário o levantamento das origens sociais e familiares destes agentes, que se soma aos capitais de formação, ou seja, informações sobre os estudos universitários e os títulos obtidos por estes agentes. Trata-se de uma importante estratégia para o aprimoramento dos círculos de amizade e profissão e a ampliação das redes sociais dos agentes políticos.

Sabendo-se que a família e a escola são as instituições responsáveis pelas primeiras formas de socialização e formação dos indivíduos, presume-se que elas são decisivas para o desenvolvimento de suas trajetórias. Através delas, angariam-se, além da entrada na sociedade e no mundo do saber, possibilidades de matrimônio e redes sociais diversificadas, que agregam a outras famílias e ampliam as relações econômicas, profissionais e principalmente políticas.

O capital político é uma forma de capital simbólico “firmado na crença e no reconhecimento” que os agentes em questão conferem a uma pessoa (BOURDIEU, 1989, p.187, grifos no original). Assim, notoriedade, popularidade e reputação são componentes do capital político que podem ser adquiridos ao longo das trajetórias sociais dos agentes. É possível identificar essa lógica no exercício de profissões liberais que permitem tempo livre e o capital cultural suficiente para a atividade política.

Outra reflexão importante sobre o capital político está relacionada à associação entre os agentes e os partidos políticos. Essas organizações acumularam “no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade” (BOURDIEU, 1989,

p.191, grifos no original). Os partidos também controlam o “acesso à notoriedade pessoal, monitorando, por exemplo o acesso às posições mais prestigiadas na hierarquia interna (a de secretário-geral ou de porta-voz)” (BOURDIEU, 1989, p.193, grifos no original). Nessa lógica de funcionamento dos partidos políticos, grande parte do capital acumulado pelos seus agentes está relacionada à posição que estes ocupam no macrocosmo social, considerando os diferentes campos e capitais, que incluem o econômico, o cultural, o social, o familiar, etc. O capital acumulado também está relacionado ao microcosmo social, no caso do campo político, nas posições que os agentes ocupam no interior das organizações partidárias, como no exemplo descrito acima. Tal jogo é dinâmico e está em permanente movimento.

Na análise da Revolução de 1930, nos depararemos com agentes políticos pertencentes a partidos políticos que foram extintos pelo movimento revoltoso. Assim, restará aos políticos uma recomposição de capitais adequada às novas lógicas de reprodução do poder político e aos novos tipos de organização política que foram incrementadas a partir desse contexto.

Outra espécie de capital refere-se ao social, que vincula os agentes a um grupo de propriedades comuns, em associações, clubes e redes, que constituem e fortalecem seus capitais, percebidos e reconhecidas entre os próprios membros. Os capitais sociais definem-se como um “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizados de interconhecimento e inter-reconhecimento” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p.113).

Os capitais culturais e educacionais também são importantes para a posição dos agentes na estrutura social. Uma das instituições responsáveis pela reprodução das desigualdades sociais é a escola, que valoriza a cultura das classes favorecidas, via socialização familiar e a linguagem própria do ensino, aprovando as disposições próprias desta classe, através da legitimação dos “dons inatos” destas classes. Desse modo, “a escola transforma a herança social em mérito escolar” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p.68).

Aliado a todas as espécies de capitais (sociais, políticos, econômicos, culturais, intelectuais), os capitais simbólicos são vinculados à honra, à posição e à diferenciação. Segundo a interpretação de Monique de Saint-Martin, as “razões práticas” que operam sobre o capital simbólico embasam-se nas categorias de percepção e nos princípios de visão e divisão, ou seja, os sistemas de classificação, ou “esquemas classificatórios,

esquemas cognitivos que são, pelo menos em parte, o produto da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado” (JOURDAIN; NAULIN, 2017, p.111).

O capital simbólico vincula-se ao capital de autoridade, na medida em que apenas o Estado possui a prerrogativa a “legitimação, a instância de legitimação por excelência que consagra, soleniza, ratifica, registra” (BOURDIEU, 2014, p.272). O poder simbólico do Estado se materializa tanto na objetividade, sob as formas de estruturas e mecanismos específicos, quanto na subjetividade das mentes, através das estruturas ideológicas e dos esquemas de percepção e pensamento. Nesse sentido, o Estado concentra diferentes tipos de capitais de força e de poder, envolvendo a coerção, a economia, a cultura, a informação e as dominações simbólicas (BOURDIEU, 1996, p.97).

Em relação aos agentes inseridos na conjuntura da Revolução de 1930, cabe uma reflexão sobre os capitais portados por eles em termos sociais, econômicos, educacionais e familiares. Partindo do pressuposto de que os agentes políticos mobilizam estratégias para a “conservação” ou “apropriação” de capitais de diferentes espécies para a reprodução da ordem política, a conjuntura de 1930 ressignifica os capitais acumulados pelos agentes até então. Cabe a eles a adaptação a este novo sistema, reconvertendo capitais, ou a negação das mudanças, neutralizando os seus capitais.

O campo é a estrutura objetiva em que se realizam as disputas e lutas por poder e prestígio entre os agentes. Para Bourdieu, eles não são meras partículas conduzidas pelas forças de do campo justamente, porque os mesmos são dotados de *habitus*, ou seja, uma estrutura de disposições adquiridas ao longo de suas trajetórias. É nesse sentido que os agentes também são vistos como “jogadores”, peças que mobilizam estratégias pré-determinadas pela estrutura social incorporada em si mesmos. Os agentes podem semelhanças com as disposições que o campo apresenta, tornando a adesão às forças do campo um processo confortável. Os agentes podem também praticar oposição às forças e lógica do campo. Nessa perspectiva, Bourdieu considera que:

“Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados (...). Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentam modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições” (BOURDIEU, 2004, p.28-29).

O campo político possui uma lógica própria dotada de regras próprias, em um “espaço de conflitos no qual os agentes dominantes visam reproduzir a sua dominação”

(BONNEWITZ, 2003, p.44-45). Na comparação do campo com um jogo, percebemos que os agentes tendem a possuir o objetivo de “conservar e/ou acumular o máximo de capital respeitando as regras do jogo” (BONNEWITZ, 2003, p.61). Há também, porém, a possibilidade dos jogadores procurarem “transformar estas regras, por exemplo, desacreditando a espécie de capital sobre a qual repousa a força de seus adversários” (BONNEWITZ, 2003, p.61).

No momento de transformação de regras no campo político, registrado pela Revolução de 1930, analisaremos quais são os agentes envolvidos nesse jogo de forças, e quais foram as mudanças e permanências registradas quanto à ocupação de poder, bem como as estratégias adotadas nesse sentido.

Entendemos que o “campo político paranaense” é um campo de forças e lutas entre agentes que disputam posições no espaço político. Tais lutas foram acirradas com o processo que desencadeou na Revolução de 1930, e este evento fez com que agentes que ocupavam determinados espaços no campo político na Primeira República tivessem suas forças e posições reduzidas ou anuladas; ao passo em que houve agentes que tiveram suas forças e espaços potencializados a partir de tal conjuntura.

## **2.8 A FAMÍLIA COMO ELEMENTO SOCIOLOGICO PARA A ANÁLISE DA POLÍTICA**

Para a análise dos atributos sociais dos agentes que fazem parte das organizações revolucionárias do Paraná no contexto da Revolução de 1930, estabeleceremos diálogos com as produções sociológicas que destacam o papel da família como lugar central de formação de práticas e representações dos agentes (neste caso, políticos), transmissora de relações sociais.

Daniel Bertaux (1979, p.10) enfatiza que as famílias em grande parte determinam o lugar dos agentes na estrutura social e de classe. Ele chega a esta proposição a partir do estudo de trajetórias sociais dos indivíduos, utilizando-se também de dados estatísticos que confirmam sua teoria. Sua tese é eloquente: “famílias burguesas produzem burgueses; as famílias operárias produzem operários” (BERTAUX, 1979, p.53). Se um agente nasce em uma família proprietária de capitais, ele será um herdeiro e reproduzirá esses capitais e o estilo de vida de sua família. Nesse sentido, a herança é a transmissão de uma *relação*. Em termos sociológicos, uma relação social, jurídica, econômica, política e cultural. Uma

relação que se impõe aos indivíduos, que compartilham coletivamente das condições em que se encontram. Segundo Bertaux, “antes mesmo de se nascimento, o filho ou a filha de um proprietário já é um proprietário em potencial, uma relação instituída liga-os aos bens de sua família, independente da vontade sua ou de seus pais” (BERTAUX, 1979, p.79). Assim como a herança, o casamento é uma relação de reprodução das condições de classe. A coesão no interior da classe dominante se perpetua segundo essas lógicas entre os seus membros, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais, pois os membros desta classe sempre reservarão para si um bom lugar na estrutura social (BERTAUX, 1979, p.148).

Um autor que assinala a importância da família, genealogia e sua relação com a reprodução da dominação política é Ricardo Costa de Oliveira (2000; 2004; 2012) e sua produção acadêmica sobre o Paraná, desde a sua emancipação, em 1854, até a atualidade. O autor argumenta que aproximadamente 50 famílias históricas do período colonial perpetuam a sua dominação social, política, cultural e econômica ao longo dos séculos, em detrimento das transformações políticas e dos registros de modernização empreendidas pelo capitalismo. Essas famílias articulam os seus poderes para a dominação (OLIVEIRA, 2000, p.2).

Dessa maneira, o autor assinala que a classe dominante paranaense é formada “a partir de um reduzido conjunto de famílias, bastante aparentadas entre si e compartilhando inúmeros ascendentes em comum” (OLIVEIRA, 2000, p.5). No Brasil, se observa a tendência de continuidade e reprodução dos poderes políticos e econômicos pela classe dominante desde a Colônia.

O principal material empírico que comprova as ideias desenvolvidas por Oliveira (2000) corresponde à Genealogia Paranaense, de Francisco Negrão, que separa por volumes os descendentes dos primeiros povoadores do Paraná Tradicional<sup>31</sup> a partir de títulos genealógicos. A partir do método genealógico, Negrão registrou as famílias e as alianças matrimoniais entre si. O volume I corresponde aos descendentes de Baltazar Carrasco dos Reis, o volume II corresponde aos descendentes de João Rodrigues Seixas, o volume III corresponde aos descendentes de João Rodrigues de França. O maior número de descendentes listados por Negrão corresponde a Rodrigues de França, influente empreendedor no litoral (OLIVEIRA, 2003, p.32).

---

<sup>31</sup> Região correspondente aos espaços de antiga ocupação territorial, agregando o Litoral (Guaratuba, Antonina e Morretes), a região de Curitiba, os Campos Gerais (Lapa, Castro) e os Campos de Guarapuava (OLIVEIRA, 2003, p.28).

A partir do volume IV, são variados títulos genealógicos, a saber: Títulos Laras, Moraes Cordeiro, Mateus Leme, Teixeira de Azevedo, Xavier Pinto, Teixeira Coelho, Pereira Braga e Oliveira Cardoso. Já o Volume V possui como Títulos as famílias Corrêa de Bittencourt, Cardoso de Lima, Taques, Oliveira Vianna, Goés Siqueira, Alves, Marques da Cunha e Azevedo da Silveira. Por sua vez, o Volume VI corresponde aos Títulos Macedo, Laynes, Morocine Borba, Martins Lopes, Brandão de Proença, Simas, Souza Pinto, Rodrigues Vianna, Gonçalves Marques, Marques de Jesus, Silva Pereira, Santos, Nascimento de Farias, Maravalhas, Pereiras, Mendonça, Pereira Branco, Freitas de Saldanha, Alvares de Araújo, Soares da Costa, Xavier da Silva, Falcão Bastos, Moreira da Rocha, Gonçalves dos Santos, Pletz, Muller, Kalckman e Bley. (OLIVEIRA, 2000, pp.380-385).

A família também é uma forma de reprodução de posições sociais para Pierre Bourdieu. Capitais familiares adquiridos pelo matrimônio correspondem às diferentes estratégias utilizadas pelos atores, nas quais:

“se pretendem sempre, pelo menos nas famílias mais favorecidas, fazer um “bom casamento” e não somente um casamento, isto é, maximizar os benefícios econômicos e simbólicos associados à instauração de uma nova relação, elas são comandadas em cada caso pelo valor do patrimônio material e simbólico que pode ser engajado na transação (...)” (BOURDIEU, 2009, p.245).

Nas trocas matrimoniais, os elementos femininos são objetos, e não os sujeitos das relações. Mesmo tendo o elemento da desigualdade como uma forte característica dos intercâmbios familiares, na qual as mulheres ocupam posições subalternas aos homens, elas também se revelam como agentes estratégicos nas relações entre as famílias. Nas classes altas, por exemplo, verifica-se que as mulheres são portadoras das condições sociais de seus maridos, dedicando tempo às atividades sociais, tais como as reuniões de família e festas, muitas vezes ostentando objetos que simbolizam a opulência e a distinção social, como vestidos, joias e outros bens materiais. Esse conjunto de práticas faz parte dos jogos de dominação simbólica dos quais esses agentes estão inseridos.

A perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu considera que a família proporciona condições de acumulação e transmissão de privilégios econômicos, culturais e simbólicos da sociedade. Esta instituição reproduz, biológica e socialmente, as lógicas de acumulação e transmissão de capitais, ao longo das gerações (BOURDIEU, 1996, p.128).

Na análise do campo político paranaense no contexto da Revolução de 1930, é necessária a verificação das relações familiares que os agentes de poder possuíam, bem como suas redes sociais com as famílias que hegemonizavam o poder político na Primeira República e no contexto posterior ao movimento revolucionário.

Na teoria de Bourdieu, o *habitus* presente nos indivíduos é produto de uma estrutura que tende a se reproduzir, e as estratégias matrimoniais praticadas pelos agentes sociais se relacionam com essa ideia. A partir da análise de suas etnografias, Bourdieu observa uma tendência nas sociedades nas quais “as estruturas de parentesco desempenham uma função política” (BOURDIEU, 2009, p.280). O poder simbólico nesse sentido, está associado aos nomes próprios, ao prestígio embasado na posição genealógica e nos títulos, que proporcionam aos agentes “direitos privilegiados sobre o patrimônio do grupo” (BOURDIEU, 2009, p.280). Dessa maneira, o casamento possui a função a reprodução das relações sociais que o produziu.

As instituições possuem a tendência de inércia, que se explica pelo fato de serem arraigadas de tradições sociais. As transmissões de capitais estão relacionadas à reprodução das posições no espaço social, conservando a ordem existente.

A investigação sociológica desvenda as lógicas relativas à manutenção e também aos movimentos de mudança social. Um fato histórico como a Revolução de 1930 proporcionou momentos de instabilidade política, dados os movimentos dinâmicos registrados a partir de então.

Outro ponto importante na teoria de Pierre Bourdieu refere-se à *doxa*. Esse conceito diz respeito ao conjunto de crenças que não são completamente enunciadas, mas existem por si mesmas. Bourdieu define a *doxa* a partir de sua relação com as condições sociais de produção e as “verdades enunciadas”, supostamente universais. Ou seja, a análise sobre os discursos é perpassada pela conexão com os interesses sociais e econômicos em jogo (BOURDIEU, EAGLETON, 1996).

A classe dominante tenta impor sua visão específica como universal, comum a todos, e isso se configura em uma estratégia fundamental para a sua reprodução. Assim, a reflexão sobre a *doxa* é perpassada pelo *habitus* (a estrutura social incorporada e reproduzida pelos agentes, de maneira consciente e inconsciente), pelo capital linguístico (tratando-se de uma análise do discurso) e pelos jogos de poder, manifestados sob as formas de dominação (no sentido objetivo) em relação às formas de violência simbólica (incluindo-se o sentido subjetivo).



Os discursos reproduzidos pelos agentes possuem visões de mundo dominantes e externas que são incorporadas pelos agentes como algo que faz parte deles mesmos. A *doxa* também possui uma dimensão prática, uma vez que as visões de mundo, internalizada nos agentes e presentes nas instituições, se materializam em ações que reafirmam essas visões de mundo.

Os próximos capítulos desta tese mobilizarão os conceitos e categorias vistos nesse capítulo para as análises dos dados biográficos, considerando os capitais acumulados pelos agentes políticos envolvidos no contexto da Revolução de 1930 no Paraná. Para esta análise, retomaremos ao que foi exposto neste capítulo a respeito da contextualização social, interpretativa e histórica sobre a Revolução de 1930, considerando o fortalecimento das oligarquias dissidentes e a formação de agremiações políticas de contestação à política hegemônica. Também entenderemos a política paranaense e o protesto oligárquico a partir de sua relação com as classes sociais em ascensão no início do século XX, identificando as formas de organização partidária e extrapartidária dessas frações de classe. Pretende-se investigar os seus interesses e lutas políticas, e a sua ação na Revolução de 1930, movimento considerado como um processo de modernização conservadora, que conciliou velhos e novos interesses, bem como trouxe à tona as demandas específicas de setores sociais não contemplados pela lógica oligárquica hegemônica.

### **3. O PARANÁ E OS ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DE 1930: GRUPOS POLÍTICOS, FORÇAS SOCIAIS E DISPUTAS OLIGÁRQUICAS**

O capítulo anterior apresentou os elementos históricos que são pré-requisitos para o entendimento da Revolução de 1930, enfatizando o papel da oposição, composta por tenentes e por partidos políticos organizados por oligarcas dissidentes descontentes com o processo político.

Para a análise da Revolução de 1930, torna-se necessária a contextualização local da política de contestação oligárquica, através da identificação dos atores envolvidos com o jogo político hegemônico e dissidente. O processo de modernização conservadora marcou o evento político da Revolução de 1930, juntamente com os eventos econômicos e históricos anteriores, que possibilitaram o ambiente político e social que desencadeou no movimento de 1930.

Para entender o contexto social, bem como os grupos políticos e econômicos em disputa nos momentos que antecederam a Revolução de 1930, torna-se necessária a compreensão dos momentos que marcaram a transição do Império para a República, em termos políticos, e as principais mudanças que ocorreram na economia paranaense, encaminhando a sociedade local à urbanização e à industrialização. O processo de modernização econômica e política, no entanto, foi acompanhado da conservação das estruturas sociais e das formas de dominação política. Para concretizar essa constatação, torna-se necessário o direcionamento do nosso olhar aos atores políticos que protagonizaram os acontecimentos que envolveram mudanças, acomodações e ressignificações, que tonaram possível a manutenção ou a exclusão do jogo político nesses momentos.

Nossos elementos teóricos correspondem ao conceito de classe social, que relaciona o poder econômico com o poder político, em especial através da ideia de representação política de classe. Para operacionalizar esse conceito, identificaremos quais eram as principais forças econômicas em disputa no Paraná da Primeira República e suas relações com a política oligárquica. Procuraremos identificar as novas e as antigas forças econômicas, muitas vezes relacionadas entre si, e as formas de representação política. No contexto republicano oligárquico, as formas de participação política eram restritas, até para as frações de classe mais dinâmicas da economia paranaense. Buscaremos entender as formas e estratégias de luta política que essas frações de classe procuraram estabelecer em busca de poder e representatividade política.

Outros elementos analíticos correspondem às noções de capitais e campo político, para o entendimento das formas de luta e atuação política dos atores envolvidos com esses momentos de transição e modernização conservadora que tiveram o seu grande apogeu na Revolução de 1930.

Esse capítulo dialogará com os elementos teóricos do capítulo anterior, com a contextualização empírica do objeto de estudo em questão, que se refere ao Paraná na Revolução de 1930. Nesse sentido, apontaremos as principais características da economia paranaense e os seus principais ciclos para entender quais eram as forças econômicas que disputavam espaço no campo político paranaense na Primeira República.

Após essa contextualização econômica e social, aprofundaremos a análise dos atores políticos que fizeram parte da transição política do Império para a República, identificando as formas de reprodução das altas posições na sociedade paranaense, em termos econômicos e políticos.

### **3.1 A ECONOMIA E A SOCIEDADE PARANAENSE NA TRANSIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA**

A classe dominante brasileira tem a sua formação e desenvolvimento estabelecidos sob as bases escravocratas e coloniais que se caracterizam pela exploração brutal da mão-de-obra, pela violência de sua dominação e pela acumulação exorbitante de capitais. Tal processo gerou altas taxas de concentração de renda na sociedade brasileira e fortaleceu a classe dominante nativa que se associava facilmente com os capitais estrangeiros e o mercado internacional (CAMPOS; BRANDÃO, 2017). É com esta tese de continuidades e mudanças burguesas que delinearemos as transformações socioeconômicas que definem o Paraná nos séculos XIX e XX.

É possível falar em sociedade paranaense a partir da emancipação política do estado, datada do ano de 1853. A província do Paraná, separada de São Paulo, gerou protestos dos grupos dominantes que não queriam dividir o território paulista (IGLÉSIAS, 2004, p.61). No entanto, os grupos dominantes locais tiveram força política suficiente para obter a vitória e garantir o território paranaense, instaurando os seus próprios projetos para a região.

Para compreender como a sociedade paranaense se constituiu, é necessário que haja a retomada dos principais aspectos que definiram o poder econômico das classes

sociais, decisivos para o entendimento dos capitais políticos dos agentes de poder ao longo dos séculos.

David Carneiro divide a economia do Paraná em sete fases. No período colonial, a primeira fase que se estabeleceu foi a correspondente ao ouro, seguido do trigo e do tropeirismo. No período monárquico, observam-se as fases da erva-mate e da madeira. Por sua vez, no período republicano, há o predomínio do café e de novas técnicas de produção (CARNEIRO, 1962, p.8).

O período histórico correspondente ao final da Primeira República e a Revolução de 1930 corresponde ao contexto de modernização do capitalismo e ascensão das classes industriais associadas ao mate e à madeira, que conviveram com as antigas classes dominantes, baseadas na grande propriedade de terras, concentradas na região dos Campos Gerais. Para entender a confluências dessas forças sociais dominantes no Paraná, apontaremos as principais características dos ciclos econômicos do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, ou seja, as fases que possuem correspondência direta com as principais famílias e grupos dominantes na economia local que tiveram destacadas posições sociais e políticas ao longo dos séculos.

A fase do tropeirismo se desenvolveu a partir do século XVIII, e essa economia foi determinante para o Paraná devido à sua localização geográfica entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. O estado fazia parte da rota de transporte do gado, em direção à Sorocaba. Tal economia pecuária gerou concentração de riqueza em algumas mãos, juntamente com o poder político (CARNEIRO, 1962, p.46). Trata-se de uma economia colonial, na qual a classe dominante é composta pelos senhores de terras, herdeiros de sesmarias que reproduziam a dominação econômica e política ao longo dos séculos (OLIVEIRA, 2000). A posse de terra se relacionava ao trabalho escravo e às relações familiares, decisivas para a reprodução desta classe dominante senhorial. Esta classe dominante se concentrava no litoral, Curitiba e Campos Gerais, regiões de antiga colonização, também conhecida como “Paraná Tradicional”.

David Carneiro caracteriza o tropeirismo como um período de apogeu social, no qual os criadores de gado e tropeiros foram comandantes de milícias, fundadores de cidades e políticos do fim do império e do início da república, destacando-se os nomes do médico José Correia, dos bacharéis Francisco e Salvador Correia, atuantes na Lapa, além de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Leocádio Correia, Manoel Pedro dos Santos Lima, entre outros. (CARNEIRO, 1962, p.48).

Outros expoentes do tropeirismo correspondem à Luciano Carneiro Lobo, José Felix da Silva, João da Silva Machado (o Barão de Antonina), Francisco de Paula e Silva Gomes, José Caetano de Oliveira (Barão de Tibagi), Antônio de Sá Camargo (Barão e Visconde de Guarapuava), David dos Santos Pacheco (Barão dos Campos Gerais), Bonifácio José Batista (Barão de Monte Carmelo), Domingos Ferreira Pinto (Barão de Guaraúna), Francisco de Paula e Silva Gomes, o Coronel Joaquim de Rezende Correia de Lacerda, entre outros (CARNEIRO, 1962).

O poder político local manteve-se monopolizado pela classe dos grandes proprietários rurais e tropeiros entre os séculos XVIII e XX. Segundo Francisco Magalhães Filho (1996, p.137), esta classe conquistou maior domínio e influência com o processo de independência do Brasil e a emancipação política em relação a São Paulo, ocorrida em 1853. Famílias de fazendeiros como os Marcondes e os Araújo, predominantes nos Campos Gerais, exercem notáveis influências na política paranaense.

Nos Campos Gerais, os melhores campos de criação localizavam-se em Palmas, Clevelândia e Guarapuava. Cada quilômetro quadrado comportava, em 1920, cerca de 20 cabeças de gado bovino. (CORREIA, 1920, p.57)

O comércio de gado entrou em declínio a partir do início do século XX, dando lugar ao ciclo econômico da erva-mate. Embora o produto fosse consumido desde o século XVI, foi somente com a exportação da erva chanchada para o mercado platino, a partir do século XIX, que se efetivaram possibilidades de desenvolvimento. Tal produção foi incrementada com inovações no processo de produção, condições infraestruturais para o transporte e à exportação, estabelecimento de contatos com os mercados platinos e a inventividade local de novas técnicas criadas por Francisco Camargo Pinto (MAGALHÃES FILHO, 1996, p.137-138).

O ciclo econômico anterior, o tropeirismo, de caráter comercial baseado no escravagismo, contrastava com o ciclo da erva-mate, que, mesmo em sua etapa inicial semi-industrial, que se utilizava de mão-de-obra escrava, empreendeu o desenvolvimento forças produtivas e se afirmou como um ciclo propriamente industrial. Este feito se desenvolveu através do estímulo do comércio exterior e o rompimento com a estrutura escravagista (MAGALHÃES FILHO, 1996, p.138). O apogeu da economia ervateira ocorreu na década de 1920, consolidando uma fração de classe econômica e politicamente dominante nos setores industrial, comercial e financeiro.

A atividade ervateira se desenvolveu paralelamente a outras atividades comerciais, como a agricultura e a criação de gado e era associada aos “modos de

dominação tradicionalmente estabelecidos no Brasil” (LIMA, 2017, p.89), o que reforça o caráter conservador das modernizações econômicas realizadas no nível local.

Durante este processo, a população do Paraná se multiplicou, como pode ser conferido na tabela abaixo.

TABELA 1: POPULAÇÃO DO PARANÁ (1890-1950)

Ano	População
1890	249.491
1900	331.124
1920	685.711
1940	1.243.838
1950	2.115.547

Fonte: MARTINS, 1941; PADIS, 1971

Para fins de comparação, na primeira metade do século XX, o Paraná teve sua população multiplicada em seis vezes, proporção maior do que a registrada pela média nacional (cuja população triplicou no mesmo período) e até mesmo em relação ao crescimento demográfico de São Paulo, estado que teve a população quadruplicada nas cinco primeiras décadas do século XX (SALLES, 2010, p.51).

Juntamente com o crescimento demográfico, a prosperidade econômica do Estado foi verificada com a transformação de Curitiba, a capital paranaense, incrementada com símbolos da modernidade como jardins, fábricas, iluminação pública e instituições culturais e educacionais como teatros, cinemas e a Universidade do Paraná, criada em 1912 (DAGOSTIM, 2011; WACHOWICZ, 1983). Curitiba vivenciou o crescimento da erva-mate e da madeira juntamente com uma diversidade de produtos industrializados, com o surgimento de fábricas de banha, fósforo, presunto, salsicha, cerveja, vidro, papel, piano, sabão, vela, aguardente, cola, charque, queijo, manteiga, calçado e couro, farinha, fubá, tijolos, telhas, louças, gelo, licor e águas gasosas (CORREIA, 1920, p.60)

Nesse processo de transformações sociais, econômicas e demográficas, observamos características políticas da recém proclamada república, que correspondem a aspectos que conservaram tendências observadas no período imperial. O quadro a seguir

traz informações sobre os presidentes que ocuparam o executivo paranaense, no período da Primeira República.

A primeira agremiação a surgir no Paraná após a queda do Império foi o Partido Republicano<sup>32</sup>, em dezembro de 1889. Boa parte de seus membros pertenciam ao Clube Republicano de Curitiba, organização criada em 1885 (GOMES, 2020). Mesmo com a existência de algumas organizações dissidentes ao longo da Primeira República, o Partido Republicano hegemonizou a política oligárquica nas primeiras décadas do novo regime.

O quadro a seguir exemplifica os padrões de dominação econômica e política existentes no Paraná a partir das trajetórias dos presidentes do estado, considerando os seus capitais econômicos e políticos.

QUADRO 1: PRESIDENTES DO PARANÁ (1892-1930)

Nome	Período	Principais Capitais Sociais e Econômicos	Cargos Políticos/ Filiações Partidárias
Generoso Marques dos Santos	1891	Curitiba, 1844. Grande Propriedade em Curitiba. Título Carrasco dos Reis.	Inspetor de Instrução Pública, vereador, Presidente da Câmara de Curitiba, deputado geral. Membro do Partido Liberal. Senador, deputado estadual. Chefe da União Republicana
Francisco Xavier da Silva	1892-1893 1894-1896 1900-1904 1908-1912	Castro, 1838. Grande Propriedade escravista nos Campos Gerais. Título Xavier da Silva.	Vereador e Prefeito de Castro, Deputado Provincial, Senador por seis legislaturas.
José Pereira dos Santos Andrade	1896- 1900	Paranaguá, 1842. Filho do Comendador Antônio Ricardo dos Santos, vice-presidente do Paraná, 1887. Grande propriedade ervateira e comercial. Título Moraes Cordeiro	Deputado Provincial. Membro do Partido Conservador. Senador
Vicente Machado da Silva Lima	1904-1906	Castro, 1860. Grande propriedade no Litoral e Campos Gerais. Título Carrasco dos Reis.	Deputado Provincial; Deputado Estadual;

<sup>32</sup> No início da Primeira República, os principais ideólogos republicanos referiam-se aos seguintes nomes: “Rocha Pombo, Vicente Machado, Manoel Correia de Freitas, Justiniano de Mello e Silva, Leôncio Correia, Eduardo Mendes Gonçalves, Chichorro Júnior, Albino Silva, Menezes Doria e Nestor Victor” (CORRÊA, 2006, p.69).

João Cândido Ferreira	1906-1907	Lapa, 1864. Grande propriedade nos Campos Gerais. Título Carrasco dos Reis.	Prefeito Lapa; Deputado Estadual; Deputado Federal
Carlos Cavalcanti de Albuquerque	1912-1916	RJ, 1864. Filho de um herói da Guerra do Paraguai. Casado com uma irmã de Caetano Munhoz da Rocha. Título Carrasco dos Reis.	Deputado Estadual; Deputado Federal; Senador.
Affonso Camargo	1916-1920 1928-1930	Guarapuava, 1873. Grande propriedade nos Campos de Guarapuava. Título Carrasco dos Reis.	Deputado Estadual; Deputado Federal; Senador; Vice-presidente PR
Caetano Munhoz da Rocha	1920-1928	Antonina, 1879. Grande Comércio e grande propriedade ervateira. Título Carrasco dos Reis.	Deputado Estadual; Prefeito Paranaguá; Vice-presidente PR

Fontes: OLIVEIRA, 2000; CARNEIRO, VARGAS, 1994; NICOLAS, 1984; NICOLAS, 1977.

Observamos, nesta lista de presidentes do Paraná, a predominância de governantes provenientes de famílias da região do Paraná Tradicional ligadas à antiga propriedade. Nesta região, que abrange uma parcela do território de antiga colonização, destacando-se o Planalto Curitibano, os Campos Gerais e os Campos de Guarapuava, a grande propriedade estava relacionada ao ciclo econômico do tropeirismo e ao regime de trabalho escravocrata, que predominavam econômica, social e politicamente no período imperial. Com exceção a Carlos Cavalcanti de Albuquerque e Caetano Munhoz da Rocha, os demais presidentes citados se enquadram neste perfil, o que liga a antiga propriedade com os representantes da cúpula da “nova” política republicana. Na análise destes dois agentes que não se enquadram totalmente na forma de acumulação relacionado à antiga propriedade, percebe-se ligações familiares destes em relação às formas anteriores de acumulação. Caetano Munhoz da Rocha era proveniente de uma família proprietária de grandes empreendimentos no ramo da erva-mate. Munhoz da Rocha era alinhado social e politicamente com as grandes lideranças do Partido Republicano Paranaense e com aos agentes políticos da antiga propriedade, não representando uma ruptura com as práticas políticas a ela relacionadas. Os primeiros presidentes do Paraná no período republicano, Francisco Xavier da Silva e Vicente Machado da Silva Lima, já tinham assumido cargos e mandatos no período imperial, mais uma evidência que indica o processo de modernizadora no período de transição entre o regime monárquico e o regime imperial.



Tendo o cenário político acima descrito, verifica-se a ascensão da economia ervateira, no contexto das décadas de 1920 e 1930. A burguesia ervateira organizou os seus negócios articulando o mercado interno ao externo, através de exportações com os países platinos, além da mobilização de grandes capitais acima dos padrões regionais do período e das inovações para a incrementação da produção industrial, “conectando o mundo rural da erva-mate com os mercados urbanos” (OLIVEIRA, 2000, p.52). Ricardo Costa de Oliveira (2000) destaca também que o processo de afirmação da dinâmica capitalista sob a forma moderna no Paraná ganhou fôlego com a intensificação do trabalho livre assalariado com a massa de imigrantes, além da queda do número de escravos na região de expansão da erva-mate (Litoral e Campos Gerais), em contraposição às atividades pastoris predominantes na região dos Campos Gerais.

A economia da erva-mate era próspera e contava com um importante mercado exportador para a Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, consumidores do produto proveniente majoritariamente dos ervais de Palmas, Guarapuava, União da Vitória, São Mateus e outros municípios pertencentes à região do Vale do Iguaçu. Também eram exportadores de erva-mate os municípios de São João do Triunfo, Palmeira, Entre Rios, Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis, Castro, Curitiba, Campo Largo, Rio Negro, São José dos Pinhais, Araucária, Tamandaré, Deodoro e Bocaiúva (CORREIA, 1920, p.53). O próximo quadro mostra os números crescentes da economia ervateira paranaense.

TABELA 3- EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE NO PARANÁ POR KG  
(1870-1918)

Décadas	Média anual de exportação
1870-1879	13.430.927 kg
1880-1889	16.390.795 kg
1900-1909/ 1910-1918	Entre 25 e 61 milhões de kg

Fonte: CORREIA, 1920, p.52

Segundo Magalhães Filho, a erva-mate e a madeira possibilitaram o desenvolvimento de uma burguesia industrial diversificada em suas atividades. Em 1913, o setor industrial possuía torno de 300 estabelecimentos e 5.000 operários, divididos em empresas de beneficiamento de erva-mate, serrarias a vapor, fabricação de fósforos,

carpintaria, fiação e tecelagem. Nesse ano, o Paraná ocupava o “5º lugar no Brasil no Brasil no que refere à produção industrial” (MAGALHÃES FILHO, 1996, p.141). Tal número é expressivo e demonstra a importância da fração de classe industrial para a sociedade paranaense do período.

A erva-mate foi a principal fonte de renda do estado entre o final do século XIX e o início do século XX. Segundo Luiz Carlos Pereira Tourinho, em 1926, a exportação de erva-mate atingiu o apogeu, resultado de um crescimento avassalador que pode ser conferido na tabela a seguir, que apresenta dados em toneladas. O quadro também apresenta o dado de exportação da erva-mate no ano de 1930, exemplificativo do seu declínio econômico:

TABELA 4- EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE NO PARANÁ POR  
TONELADA (1860-1930)

Ano	Exportação
1860	6 mil toneladas
1880	12 mil toneladas
1900	48 mil toneladas
1926	80 mil toneladas
1930	50 mil toneladas

Fonte: TOURINHO, 1990, p.385-386

A erva-mate era um produto de protagonismo na economia paranaense na década de 1920. A exportação de erva-mate cancheada e beneficiada representava 24 % da receita do estado, ante a 6,3% da exportação de madeira, o segundo produto mais vendido do estado segundo os dados do exercício de 1926 e 1927 (TOURINHO, 1990, p.385). O apogeu da erva-mate é simbolizado pelas luxuosas residências nos bairros Alto da Glória e Batel e pelo estilo de vida levado pelas famílias ervateiras, que constantemente viajavam para a Europa, para os Estados Unidos e para a Argentina, o país vizinho que era o mais importante mercado consumidor do produto, desfrutando da sua capital, Buenos Aires. Destas viagens, os ricos ervateiros traziam novas ideias quanto à produção e a sociedade em geral. Um desses exemplos é a ação de David Carneiro frente aos operários de suas fábricas nos anos 1910 no que se refere à regulamentação do trabalho, como a jornada

diária de 8 horas, seguro de vida, assistência médica, previdência social e outros direitos (CARNEIRO, 1981).

As principais fábricas e marcas de erva-mate eram: a Ervateria Americana e Mate Real, de propriedade de David Carneiro; a Xavier de Miranda e Cia, fundada em 1865 em Morretes, cujo grupo também era proprietário das marcas Delícia e Guilherme. Outra grande fábrica era a Ervateria Guimarães, fundada em 1830 por Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nacar, cuja administração na década de 1920 estava sob controle dos seus descendentes, João Guilherme Guimarães, Arcésio e Acrísio Guimarães. As marcas de erva-mate da família Guimarães correspondiam aos nomes Natália, Nacar Guimarães, Arcésio, Acrísio, Ivonira, Iracema, César e Angelita. O maior industrial de erva-mate na história do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, era proprietário da Tibagy, fundada em 1880. Sua administração passou a ser dirigida por Francisco Fido Fontana, filho do italiano Francisco Fasce Fontana, o criador do Passeio Público e proprietário da marca Fontana, fábrica inaugurada em 1834. Outra marca de destaque refere-se à Timbu, fundada em 1840 por Manoel Ribeiro de Macedo e gerida por José Ribeiro de Macedo, José Ribeiro de Macedo Filho e Manoel Waldemar de Macedo (TOURINHO, 1990, p.387).

Além desses grandes grupos, outros destacados industriais da erva-mate referiam-se a Manoel Macedo, proprietário da fábrica Santa Graça; Vitorino José Correia, proprietário da fábrica Santa Maria; Ascânio Miró, proprietário da fábrica Dom Manoel, fundada em 1890; Agostinho Ermelino de Leão Júnior, proprietário da fábrica Leão Júnior, fundada em 1901; Boaventura de Azevedo, proprietário da marca Iguassu, fundada em 1852 e Nicolau Mader, filho de colonos alemães instalados em Rio Negro, que se tornou proprietário da marca Mader, inaugurada em 1898 (TOURINHO, 1990, p.388). Entre os compradores e exportadores de erva-mate, destacava-se Bandeira Ribas, José Luiz Ferreira e Hildebrando de Araújo (TOURINHO, 1990, p.390).

Salientamos a ideia de que a burguesia ervateira se afirmou enquanto classe economicamente dominante sendo um produto de uma metamorfose, na qual não se colocou como oposta aos interesses da propriedade tradicional, e muitas vezes se organizou em núcleos familiares que se afirmam economicamente nas formas de acumulação capitalista baseadas na grande propriedade e no escravismo que se adaptaram às novas formas de produção que caracterizam o capitalismo moderno, baseado no trabalho assalariado livre e na organização industrial. Nesse sentido, Ricardo Costa de

Oliveira assinala que as antigas famílias da classe dominante tradicional participaram das mudanças e da implantação do nascente modelo burguês (OLIVEIRA, 2000).

Assinala-se, porém, alguns traços modernos da economia ervateira, favorável a relações sociais e econômicas de livre mercado e centrada nas cidades e seus arredores, ao contrário da economia agrária tropeira. Magnus Pereira enfatiza a capacidade industrial da economia ervateira, contrário às interpretações relacionadas às teses cepalinas que a consideravam como uma economia arcaica e que não preencheria requisitos para o desenvolvimento industrial. Segundo o autor, devido ao seu relevante mercado exportador, os processos de produção do mate estão relacionados a uma “indústria bastante tecnificada, mesmo diante dos padrões mundiais da época” (PEREIRA, 1996, p.10).

Paralelamente ao desenvolvimento econômico, observa-se o descaso dos governantes quanto aos setores básicos de atenção à população. Tendo o exemplo da área da educação, o ano de 1917 registrou o número de 23.110 alunos matriculados na escola primária, número que não ultrapassava 25% da população de crianças em idade escolar para receber essa instrução. Em relação à educação superior, a Universidade do Paraná contava com 143 alunos matriculados no ano de 1917 (CORREIA, 1920, p.47). Esses dados mostram a irrisória cobertura de acesso à educação aos contingentes populacionais paranaenses.

O ano de 1917 também assistiu à maior greve geral registrada no Brasil, ocorrida em São Paulo. Grande contingente do operariado curitibano aderiu a este movimento, em solidariedade ao movimento paulista. A crise econômica, registrada neste contexto, se aprofundou com os altos índices inflacionários, sentidos pelo operariado. No Paraná, esta crise foi acentuada pela concorrência estrangeira, especialmente do país vizinho, a Argentina, nas atividades econômicas da extração de pinho e cultivo da erva-mate (FONSECA; GALEB, 1996, p.24-25). Os efeitos desta crise foram sentidos pela classe operária, que cada vez mais se organizava em sociedades protetoras e beneficentes em prol das reivindicações por melhores condições de trabalho. Outro fator que contribuiu decisivamente para esta organização foi a atuação de imigrantes e seus descendentes, que trazem ideias socialistas e anarquistas da Europa. Em julho de 1917, o operariado curitibano aderiu à greve geral, reivindicando a regulação do trabalho e a melhoria das condições de vida dos operários, agravada pela crise econômica e pela carestia (GRANATO, 2018).

A classe dominante paranaense tentou mobilizar recursos para a resolução desta greve. Reuniões se realizavam na sede da Associação Comercial do Paraná, sob a presidência do Coronel Zacarias de Paula Xavier, e ocorriam com a presença do chefe de polícia Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, e de líderes sindicalistas da Federação Operária de Resistência (FONSECA; GALEB, 1996, p.48), além os empresários proprietários dos estabelecimentos em greve. No entanto, as negociações não surtiram efeitos em prol da finalização da greve. O chefe de polícia, Lindolpho Pessoa defendeu a repressão violenta ao movimento grevista, através de prisões e do uso da força policial ostensiva (RELATÓRIO, 1917, p.7). Esta posição também foi assumida pela Associação Comercial do Paraná, que clamou pela necessidade do recomeço dos trabalhos sob a garantia da força policial (A GREVE O QUE SE, 21. Jul.1917, p.2).

Nesse sentido, com a intensificação da greve, a polícia deixou de agir de modo moderado e passou a aplicar práticas rigorosas que garantissem o reestabelecimento da “ordem pública” (GRANATO, 2018). O desfecho da greve envolveu a repressão violenta dos operários grevistas. No dia 24 de julho de 1917, Curitiba voltou a “normalidade”, com o reestabelecimento do funcionamento dos bondes e com a regularização do fornecimento de alimentos (FONSECA; GALEB, 1996, p.52). A questão social foi tratada como um caso de polícia nesta ocasião. Mesmo com a repressão, este evento demonstrou que as forças populares estavam em ebulição, descontentes com o cenário social e econômico vivenciados no contexto da Primeira República.

Em linhas gerais, o contexto social do início do século XX foi marcado pela transição do ciclo econômico tropeiro para o ervateiro. A próxima seção analisará as mudanças políticas vivenciadas pelo Paraná entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

### **3.2 A POLÍTICA PARANAENSE E A TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA**

A primeira fração de classe dominante que exerceu hegemonia na política paranaense desde os primórdios do Paraná, emancipado de São Paulo em 1853, refere-se aos “senhores dos Campos Gerais”. Eles garantiram a continuidade de valores e instituições favoráveis aos seus interesses, como o trabalho escravo, a legislação local e a regulamentação dos mercados de abastecimento. Apropriando-se da estrutura estatal da

província do Paraná, a classe dominante campeira colocou “em vigor uma detalhada regulamentação da economia do mate contra a qual a burguesia ervateira, mesmo que majoritária em alguns municípios, nada podia fazer” (PEREIRA, 1996, p.27).

A burguesia tropeira, mesmo monopolizando o poder político, assistiu a ascensão econômica da fração ervateira, e essa transição em termos políticos não ficou isenta de conflitos entre os interesses de ambas frações de classe dominante. De acordo com Magnus Pereira (1996), os membros da classe dominante tropeira, que portavam o poder legislativo e fiscal do estado, esforçavam-se em não conceder espaço político à burguesia do mate, mesmo no contexto do final do século XIX, marcado pelo domínio econômico do Paraná a partir da economia ervateira. Com a república, a burguesia do mate aumentou sua influência junto ao estado, mas não ultrapassou a influência dos “bacharéis dos Campos Gerais, herdeiros políticos dos antigos fazendeiros” (PEREIRA, 1996, p.21).

Com as disputas pelo poder político no Paraná, alguns membros de clãs familiares importantes na sociedade paranaense viam-se prejudicados no campo político durante a Primeira República. Esse é o caso de membros das famílias Correia e Guimarães. De acordo com Sandro Aramis Richter Gomes (2018, p. 535), a partir da falta de espaço político destes membros, a atuação em entidades da classe empresarial tornou-se um refúgio a esses políticos excluídos do jogo político hegemônico.

As próximas seções do trabalho demonstrarão a importância da Associação Comercial do Paraná como um espaço de contestação à política oligárquica que negligenciava as demandas do setor ervateiro.

Na análise sobre a burguesia paulista, José Ênio Casalecchi assinala que uma parcela desta classe possuía demandas de participação e reivindicações específicas. Sua ascensão econômica pressionava o sistema a “abrir o pacto político oligárquico” (CASALECCHI, 1987, p.13).

O caso paranaense demonstra que a maior parte da fração mais dinâmica da burguesia, composta pelos ervateiros, requeria maior espaço político. Como estratégia adotada, vinculou-se à política oligárquica dissidente, e os primórdios deste tipo de ação política se delinearão na Associação Comercial do Paraná.

Tal estratégia foi necessária, visto que no período marcado entre o final do Império e o início da República, a burguesia ervateira, que ocupava posições coadjuvantes na política provincial, viu o seu prestígio declinar mais intensamente nos primeiros anos da república. Para ilustrar esse movimento, citamos o exemplo de Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nacar, chefe do Partido Conservador no Paraná que foi vice-

presidente da província do Paraná e presidente interino em duas ocasiões: nos anos de 1873 e 1877. Segundo Alessandro Cavassin Alves (2014), os clãs Macedo e Guimarães dominavam a política paranaense no período imperial, ajudadas pela lógica de alternância entre os grupos políticos que disputavam os espaços de poder nacionais, oscilando entre o Partido Conservador e o Partido Liberal.

No decorrer do período republicano, o domínio político desses clãs familiares decaiu. No caso dos filhos de Manoel Antônio Guimarães, o poder político ficou restrito às municipalidades. João Guilherme Guimarães acomodou-se no cargo de Prefeito de Paranaguá durante duas gestões, sem espaço para atuação política exercendo altos cargos no poder executivo ou no Congresso Legislativo (GOMES, 2018, p.539). Na análise dos resultados das primeiras eleições realizadas pela república, Sandro Gomes assinala a candidatura de algumas lideranças do litoral ao cargo de deputado estadual, sendo estes Antônio Ribeiro de Macedo, João Guilherme Guimarães, Theodorico Júlio dos Santos, João Manoel Ribeiro Vianna e Joaquim Antônio de Macedo. Apenas João Manoel Ribeiro Vianna alcançou a vitória, não sendo eleito, no entanto, para legislaturas posteriores (GOMES, 2018, p.541). Os demais membros do Partido Republicano Paranaense, representantes do litoral, da economia ervateira e pertencentes aos clãs Macedo e Guimarães, tiveram votações muito baixas. Segundo Sandro Gomes (2018), ao perderem espaço no bloco situacionista, ou os políticos rebaixados passavam para a oposição, ou obtinham diálogo com os representantes eleitos para o Congresso Legislativo via representação empresarial de classe.

A república trouxe consigo uma nova forma de organização de governo, a federativa, na qual os estados eram autônomos para ter suas próprias constituições, contrair empréstimos no exterior, decretar impostos, possuir códigos eleitorais e judiciários próprios. Todas estas prerrogativas eram previstas na Constituição de 1891, que diminuiu drasticamente as interferências da União nos estados (SOUZA, 2001).

Os partidos políticos da Primeira República eram regionalizados e personalistas. A ligação direta entre os estados e a economia internacional, proporcionada pela república, veio ao encontro das reivindicações dos cafeicultores paulistas, integrantes do setor nacional que detinha o monopólio da exportação mundial do café (SOUZA, 2001).

Nesse processo, a Primeira República foi marcada pela hegemonia dos estados economicamente mais fortes, com premissas liberais na legislação e nos códigos, porém oligárquicas no funcionamento efetivo. A democracia liberal era portadora da ambiguidade de restrição da participação política de setores que não fizessem parte da

minoria oligárquica, em sua maior parte agrária, que monopolizava o poder nos estados. Os valores democráticos e liberais eram teóricos, sem aplicabilidade prática, visto que a inclusão de grupos sociais no processo político “poderia pressionar os fundamentos da estrutura de poder necessários à manutenção do sistema produtivo monocultor-latifundiário existente” (SOUZA, 2001, p.169). Ao mesmo tempo em que se denominava liberal na teoria, a república se colocava como oligárquica, na prática (CASALECCHI, 1987, p.13).

Na transição do império para a república, o exército incrementou sua ação política como uma espécie de “partido que funcionava fora do jogo constitucional”, com grande prestígio no jogo do poder (FRANCO, 1974, p.55).

Nesse contexto, o Paraná era uma oligarquia “fraca” em relação à federação, e a política restringia-se ao contexto local, pois seus representantes não faziam frente aos poderes hegemônicos nacionais.

A primeira cisão no regime oligárquico federativo ocorreu nas eleições de 1897, destinadas à escolha do presidente da República. O Congresso, dividido entre membros do antigo Partido Republicano Federal e do Partido Republicano, assistiu a esta divisão entre os candidatos à presidência Lauro Sodré e Campos Salles. O Paraná tomou a posição de apoiar Lauro Sodré à presidência, juntamente com os estados do Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No entanto, a máquina governista vinculada ao presidente e seu poder nos estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo elegeu Campos Salles à presidência (SOUZA, 2001).

Uma característica do sistema oligárquico na república federativa foi o esquema de poder entre os grandes coronéis dos municípios e as oligarquias estaduais que monopolizavam o poder. Os coronéis exerciam o controle das massas eleitorais nos municípios, o que tornava a participação eleitoral manipulada e incapacitada de exercer autonomia. É importante ressaltar que o centro das decisões políticas residia nos estados, e não nos municípios, pois as máquinas estaduais controlavam os aparatos judiciários, militares e policiais, formando um aparelho forte que obrigava os municípios a aderir e cumprir as regras do jogo. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza “as facções municipais só subsistiam enquanto emanações dos desejos do poder estadual e em nome da oligarquia instaurada no Estado” (SOUZA, 2001, p.186).

As cisões na política oligárquica paranaense foram registradas no interior do Partido Republicano e através de entidades de classe, que buscavam maiores espaços na



política na defesa de seus interesses. Esse é o caso da Associação Comercial do Paraná (ACP).

As tensões entre a classe ervateira, representada pela ACP, e o governo do estado, dominado majoritariamente por representantes da antiga propriedade dos Campos Gerais, foram recorrentes desde o início da república. A tese de Sandro Gomes (2018) assinala alguns importantes momentos que evidenciam essas tensões. Em 1896, José Ribeiro de Macedo, presidente da ACP, demandou a Xavier da Silva, presidente do Paraná, a isenção do imposto de trânsito para mercadorias que transitassem pelas vias férreas, pois isso seria inconstitucional, cabendo apenas a União a criação e a cobrança de uma taxa como essa. Em contrapartida, Xavier da Silva desconsiderou o pedido e considerou a cobrança da taxa como devida, não encaminhando essa discussão para o Congresso Legislativo. Em outra ocasião, datada de 1889, a Associação Comercial do Paraná divergiu com Vicente Machado, então chefe político governista, quanto à cobrança do imposto do selo sobre atos administrativos que, segundo a entidade, deveria ser cobrada apenas pela União e não pelo estado. Machado foi contrário à proposta, fazendo críticas à ACP. Esses momentos demonstram que o poder econômico dos membros da ACP não se convertia em influência política junto ao Legislativo e ao Executivo estadual, mesmo com uma das formas de angariar maiores espaços com essas esferas de poder fosse a aproximação de alguns membros da ACP com os quadros políticos hegemônicos. No entanto, isso não deixou de afastar os chefes políticos do governo estadual dos negociantes ervateiros da ACP, que aumentou no decorrer da Primeira República. Exemplificando tal processo, a crítica à criação de impostos era uma das frentes de atuação de João Guilherme Guimarães no interior da ACP, nos anos 1910. Isso gerou embates públicos entre esse dirigente e o então presidente do Paraná, Affonso Camargo, aprofundando as divergências entre João Guilherme Guimarães e os chefes do poder estadual, iniciadas com as polêmicas criadas entre ele e Vicente Machado, o que afastou definitivamente João Guilherme Guimarães da política situacionista hegemônica (GOMES, 2018).

Tendo estas informações em perspectiva, a próxima seção analisará com maiores detalhes as estratégias da fração ervateira para a obtenção de mais poder político e influência junto ao aparelho estatal estadual. A maior forma de atuação desta fração de classe foi através da Associação Comercial do Paraná. Na presente tese, assinalamos que esta entidade foi a primeira organização oligárquica dissidente no contexto da Primeira República, visto que um dos seus objetivos estava relacionado a uma abertura no esquema oligárquico que tornasse possível uma participação maior dos interesses dos empresários

ervateiros na política. As oligarquias dissidentes vinculadas a esta fração aumentaram no decorrer das primeiras décadas do século XX, aliadas a outras formas de organização, como os partidos políticos. Verificaremos os vínculos entre esta fração de classe e as instituições partidárias que surgiram desde então.

### **3.3 A BURGUESIA ERVATEIRA E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ**

Conforme o visto na seção anterior, algumas frações de classe perderam espaço político na transição do Império para a República. Muitos agentes passaram para a dissidência oligárquica, como foi o caso do ex-prefeito de Paranaguá, João Guilherme Guimarães. Se estes agentes não tinham grande espaço de atuação nas formas partidárias de organização política, uma forma alternativa de defender os interesses econômicos referia-se às associações de classe. Uma das principais formas de afirmação social da classe ervateira se deu através da Associação Comercial do Paraná. Criada no ano de 1890, em um contexto de intensas mudanças políticas, sociais e econômicas, foi uma das entidades de representação dos interesses da classe empresarial pioneiras<sup>33</sup> no Brasil. Segundo a interpretação de Odah Regina Guimarães Costa, este período é caracterizado pela “desagregação da estrutura tradicional agrária dos Campos Gerais”, aliada à “revisão da escala de valores em relação ao trabalho escravo e trabalho livre” (COSTA, 1981, p.73). Politicamente, o Paraná assistiu às transformações que a emancipação política provocou, bem como da implantação do regime republicano (COSTA, 1981, p.73). Economicamente, o Paraná vivenciou a introdução de novos processos operacionais e incrementação de maquinaria moderna, em especial nas indústrias de erva-mate e madeira. Empresários ervateiros conseguiram fazer configurações novas de negócios, colocando-os em plano nacional e internacional, com sua atuação no mercado platino (COSTA, 1981).

A criação da Associação Comercial do Paraná é interpretada por Ricardo Costa de Oliveira (2000, p.48), como um dos momentos mais relevantes para a formação da burguesia paranaense, em um processo de “metamorfose”, na qual as novas gerações da

---

<sup>33</sup> A mais antiga Associação Comercial é a do estado do Rio de Janeiro, que tem a sua fundação no ano de 1834, segundo o verbete do DHB, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Já a Associação Comercial de São Paulo foi fundada em 1894 (LEOPOLDI, 2000), quatro anos após a fundação da Associação Comercial do Paraná.

classe dominante tradicional se reconstituem com características renovadas. Como evidências deste fenômeno, o autor destaca que dos 39 empresários que fundaram a Associação Comercial do Paraná, 28 possuíam “fortes vínculos de parentesco com famílias originárias do período colonial” (OLIVEIRA, 2000, p.53). Trata-se, portanto, de agentes da classe dominante descendentes das principais famílias dos grandes proprietários dos séculos anteriores. (OLIVEIRA, 2000, p.53).

Outro momento de afirmação da classe dominante local neste contexto de transformações sociais e econômicas foi a criação da Junta Comercial do Paraná, com a promulgação da Lei estadual nº32 de 2 de julho de 1892, autarquia responsável pelo cadastramento e registro legal das empresas no estado do Paraná<sup>34</sup>. O primeiro presidente da ACP, Ildefonso Pereira Correia, também é um dos primeiros comerciantes matriculados na Junta Comercial. Trata-se de um agente dedicado à organização do comércio, da indústria e das classes produtoras em geral, “com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Paraná, com base no trabalho e na colaboração da iniciativa privada” (COSTA, 1981, p.71). A Junta Comercial do Paraná também contava com nomes como José Ribeiro de Macedo, Manoel Antônio Guimarães, João Guilherme Guimarães, Manoel Miró e Zacarias de Paula Xavier (RELAÇÃO de comerciantes matriculados na Junta Comercial. A República. 15.dez.1892).

Os estatutos de fundação da ACP, que datam de 1890, afirmam que os objetivos da Associação se referem à defesa dos interesses das classes que a compõe, “representando legal e pacificamente aos poderes da República e do Estado contra vexames e esforços que prejudicarem seus legítimos interesses e o seu desenvolvimento” (CARNEIRO, 1981, p.86).

Desde o seu primórdio, a ACP objetiva a intensificação da atividade política empresarial junto ao Estado. Relacionamos tal dado com a ideia desenvolvida por Pedro Campos e Rafael Brandão segundo a qual a classe dominante possui uma significativa capacidade de organicidade e atuação política, se apoiando com recursos públicos e sociais “produzidos e apropriados pelo aparelho de Estado” (CAMPOS; BRANDÃO, 2017, p.16).

Para a análise da Associação Comercial do Paraná, temos como noção norteadora a ideia de organicidade de classe. No entanto, a organicidade de classe não corresponde

---

<sup>34</sup> JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. INSTITUCIONAL. QUEM SOMOS. Disponível em: <http://www.juntacomercial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>. Acesso em 08.abr.2018.

diretamente à ideia de unicidade de classe. A classe dominante brasileira, como diversas classes dominantes nos países capitalistas, possui em sua composição diversas frações sociais, que se diferem quanto a questões que envolvem o mercado, a localidade, as atividades e as diferentes concepções políticas ou ideológicas. Pedro Campos e Rafael Brandão assinalam que uma análise da classe dominante passa por uma discussão sobre sua formação, perfil, atuação social e política, particularidades, “além dos seus principais agentes e líderes” (CAMPOS; BRANDÃO; 2017, p.18), sendo necessária também um olhar direcionado às “famílias do capitalismo e escravismo” (CAMPOS; BRANDÃO; 2017, p.19).

O contexto socioeconômico que marca o Paraná nas décadas de 1920 e 1930 é o da disputa entre frações de classes dominantes pelo poder político, envolvendo velhas e novas forças sociais.

Muitos membros da fração de classe mais dinâmica da economia paranaense, a burguesia ervateira, estavam presentes na política oligárquica dominante, dirigida pelo clã Munhoz da Rocha e pelo clã Camargo, ligados aos antigos proprietários dos Campos Gerais, o que indica a confluência entre velhas e novas forças sociais. No entanto, a burguesia ervateira, enquanto fração de classe em ascensão, também se fazia presente na política oligárquica dissidente, que articulava organizações como a Associação Comercial do Paraná e o Partido Democrático Paranaense. É importante assinalar que a presença na política dominante era restrita e limitada pelos agentes que monopolizavam o poder local. A relação entre a burguesia ervateira e as classes dominantes tradicionais tinha uma conexão genealógica, verificável através de proposografias e levantamentos biográficos dos atores sociais. Tendo em vista que a Associação Comercial do Paraná era um órgão central de representação dos interesses da burguesia ervateira na política local, temos como amostra a análise dos dados biográficos dos presidentes da entidade desde o ano de sua fundação, 1890, até o ano de 1931, período que abrange o ciclo da Primeira República e seu declínio. O quadro a seguir traz algumas informações genealógicas sobre os presidentes da ACP.

#### QUADRO 2: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS DOS PRESIDENTES DA ACP

Presidente	Títulos Genealógicos <sup>35</sup>	Localização Paranaense	Genealogia
------------	------------------------------------	------------------------	------------

<sup>35</sup> Considera-se como portador do título genealógico a condição por nascimento, casamento ou casamento de seus filhos.

Ildefonso Pereira Correia	Rodrigues de França	Volume III
José Ribeiro de Macedo	Rodrigues de Seixas	Volume II
João Ribeiro de Macedo	Rodrigues de Seixas	Volume II
Zacharias de Paula Xavier	Carrasco dos Reis Rodrigues de Seixas	Volume I Volume II
David Antônio da Silva Carneiro	Carrasco dos Reis	Volume I
João Phamphilo de Assumpção	Rodrigues de Seixas	Volume II
João Guilherme Guimarães	Rodrigues de França	Volume III
David Antônio da Silva Carneiro Júnior	Carrasco dos Reis	Volume I

Fontes: OLIVEIRA, 2000; NEGRÃO, 1926; NEGRÃO, 1927; NEGRÃO, 1928; NEGRÃO, 1929; NEGRÃO, 1946; NEGRÃO, 1950.

Verificamos que os 8 primeiros presidentes da ACP eram portadores de títulos genealógicos, um dado que conecta suas origens sociais com os estratos mais antigos da classe dominante tradicional. Isso indica uma conexão familiar entre as velhas e novas forças econômicas do estado, confirmando o fenômeno da metamorfose verificável no sistema social brasileiro e paranaense durante as primeiras décadas do século XX.

Embora esses agentes exemplifiquem uma relação direta entre as velhas e as novas classes dominantes, em termos genealógicos, também observamos que esses agentes representam a fração de classe que se tornou dominante economicamente. No entanto, a fração burguesa comercial e industrial não se transformou classe dominante politicamente com facilidade nas primeiras décadas da história republicana. Para analisarmos essa afirmação, visualizaremos informações sobre atividades econômicas e políticas dos presidentes da ACP no quadro a seguir.

QUADRO 3: PRESIDENTES DA ACP<sup>36</sup>: PERIODIZAÇÃO DAS GESTÕES, ATIVIDADES ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Presidente/ Gestões	Atividades Econômicas	Atividades Políticas
Ildefonso Pereira Correia (1890-1893)	Industrial e exportador de erva-mate e madeira	Juiz de paz da Vila de Antonina. Vice-presidente da província (1888), deputado provincial (1888-1889); Presidente da Câmara Municipal de Curitiba (1887). Membro do Partido Liberal.

<sup>36</sup> GALERIA de Presidentes da ACP (1889-2017). Disponível em: <https://acpr.com.br/institucional/historia/> Acesso em 03. Abr. 2018.

<p>José Ribeiro de Macedo (1893-1895) (1913-1917)</p>	<p>Industrial e exportador de erva-mate</p>	<p>Juiz de paz eleito em 1873 em Porto de Cima, PR, p.476, Vereador em Porto de Cima, PR, 1883, 1877 (p.483), Presidente da Câmara de Porto de Cima; Deputado Provincial por várias legislaturas. Vice-Presidente da Província. Inspetor Escolar e chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório (CARNEIRO, 1981, p.80). Chefe local do Partido Conservador.</p>
<p>Zacharias de Paula Xavier (1895-1897) (1901-1909) (1917-1919)</p>	<p>Industrial e exportador de erva-mate. Proprietário da primeira fábrica de louças do Brasil (Fábrica Colombo).</p>	<p>Membro do Partido Republicano Federal. Deputado provincial por várias legislaturas (1892)</p>
<p>David Antônio da Silva Carneiro (1897-1899)</p>	<p>Industrial e exportador de erva-mate. Diretor responsável pela organização dos negócios da família de Ildefonso Pereira Correia, como as marcas “Impressora Paranaense”, “Serrarias São Sebastião”, “Volteio” e “Seis de Agosto”</p>	<p>Pertencia ao Partido oposicionista ao PRF, liderado por Vicente Machado. Deputado Provincial (1912)</p>
<p>João Ribeiro de Macedo (1899-1901)</p>	<p>Industrial e exportador de erva-mate. Proprietário da Fonte mineral Ouro Fino</p>	<p>Coronel e chefe político local no município de Teixeira Soares. Vereador em Campo Largo (1887-1890).</p>
<p>João Phamphilo de Assumpção (1909-1913) (1927-1931)</p>	<p>Jurista e advogado</p>	<p>Consultor Jurídico do Estado</p>
<p>João Guilherme Guimarães (1919-1923)</p>	<p>Industrial e exportador de erva-mate</p>	<p>Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá. Prefeito de Paranaguá. Afastou-se da política após desentendimentos com Vicente Machado. Fundador do Partido Democrático Paranaense.</p>
<p>David Antônio da Silva Carneiro (1923-1927)</p>	<p>Industrial e exportador de erva-mate</p>	<p>Membro do Partido Autonomista (oposição ao PRP), fundado em 1920 e candidato à Câmara Municipal de Curitiba. Candidato à presidência do Paraná nas eleições de 1927, pelo Partido Democrático. Fundador do Partido Democrático Paranaense.</p>

Fonte: Vide anexo 1. Quadro: Elaboração da autora

Na análise das atividades econômicas dos 8 presidentes da ACP do período em questão, assinalamos a presença dominante da indústria ervateira, desenvolvida por 7 presidentes. Outras atividades como o comércio e a indústria de mercadorias diversificadas também se fazem presentes, porém de maneira secundária. Todos os presidentes da entidade durante o período analisado desenvolviam suas atividades no litoral e em Curitiba, justamente as regiões onde se desenvolviam as atividades industriais ervateiras.

Quanto às atividades políticas dos presidentes da ACP analisados, destacamos que, embora os estatutos da entidade desautorizassem a ação partidária dos seus membros (CARNEIRO, 1981, p.86), verificamos o exercício de cargos eletivos e de confiança de maneira recorrente. No entanto, assinalamos que tal presença na política não estava associada às posições de destaque e hegemonia, algo a ser conquistado pelos empresários, tal como demonstra a militância de João Guilherme Guimarães e David Carneiro em prol da afirmação de classe no campo de disputas de poder, enquanto ambos eram presidentes da entidade.

Na interpretação das atividades políticas dos presidentes da ACP, verificamos regulares atuações com aspectos reformistas, contra-hegemônicos ou dissidentes em relação ao poder dominante, o que indica que a atuação política empresarial foi decisiva para criar o ambiente político que ocasionou a Revolução de 1930, décadas mais tarde. A próxima seção analisará as trajetórias das principais lideranças empresariais do estado, que exerceram a presidência da Associação Comercial do Paraná nas primeiras diretorias, desde a criação da entidade.

### 3.3.1 A ACP e seus primeiros presidentes: afirmação de uma classe

Esta seção pretende analisar as gestões dos seis primeiros presidentes da ACP, a saber: Ildefonso Pereira Correia, José Ribeiro de Macedo, Zacharias de Paula Xavier, David Antônio da Silva Carneiro, João Ribeiro de Macedo e João Phamphilo de Assumpção. Pretendemos averiguar quais eram as conexões estabelecidas entre essas lideranças do empresariado local e a política dominante do estado, durante os primeiros anos da Primeira República. A análise dos capitais e trajetórias desses agentes objetiva identificar quais eram os vínculos sociais, econômicos e políticos desses agentes em relação ao poder oligárquico hegemônico.

O primeiro presidente da entidade, *Ildefonso Pereira Correia*, o “Barão do Serro Azul”, era membro de uma família histórica que exerceu uma notável influência política e econômica que perpetuava a sua dominação desde o século XVIII (OLIVEIRA, 2000, p.388). Portador dos títulos “Ordem da Rosa” e “Barão do Serro Azul”, era filho do ex-deputado Manoel Francisco Correia Junior e irmão do senador Manoel Francisco Correia (ALVES, 2014, p.300). Sua irmã, Francisca Correia, casou-se com Antônio Alves de Araújo, era sobrinha do líder conservador Manoel Eufrásio Correia (ALVES, 2014, p.247).

Durante o seu tempo, foi um dos maiores exportadores de erva-mate do país, com uma ação empreendedora que acarretou na acumulação de um volumoso capital econômico. A prática comercial de Ildefonso Pereira Correia foi incrementada em Montevideu e Buenos Aires, na segunda metade da década de 1860. Juntamente com o seu irmão, Pedro de Alcântara Correia, conheceu o mercado platino, o maior consumidor de erva-mate brasileira, fazendo contatos com os exportadores que tinham preferência pela erva-mate do Paraguai. Devido à guerra com este país e à suspensão das importações, Ildefonso viu a possibilidade de dominar o mercado platino na exportação de erva-mate paranaense, localizada estrategicamente para o desenvolvimento dos negócios com estes países (COSTA, 1981).

Paralelamente ao desenvolvimento de suas atividades econômicas, tornou-se um reconhecido líder político, prestigiado pelo Imperador Dom Pedro II e sua filha, a Princesa Isabel. Defendia as causas industriais e pautas como a abolição dos escravos e o fomento à imigração para subsidiar a mão-de-obra que a economia do estado precisava. No Império, pertencia ao Partido Conservador, e durante a Revolução Federalista, já no período republicano, em um contexto em que Curitiba estava sitiada pelas tropas rebeldes, negociou com os mesmos e foi acusado de traição pelas tropas governistas, sendo vítima delas em 1894 (CARNEIRO, 1981). A trajetória do Barão do Serro Azul assinala, portanto, uma enorme quantidade de capitais econômicos e políticos no período imperial. Com a proclamação da república, Ildefonso Pereira Correia foi vítima do desenrolar dos conflitos políticos, sucumbindo frente a eles.

*José Ribeiro de Macedo*, o segundo presidente da Associação Comercial do Paraná, também pertencia ao Partido Conservador durante o Império, tal qual seu antecessor. Pertence a uma das famílias históricas que perpetuavam-se enquanto classe dominante desde meados do século XVIII, sendo portador do título genealógico



Rodrigues de Seixas e Macedo e descendendo de Baltazar Carrasco dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p.391).

Teve notoriedade durante o período imperial, sendo o chefe local dos Partido Conservador e alcançando o cargo de vice-presidente da província, além de receber do Império o título de comendador. Também ocupou por vários mandatos o cargo de deputado provincial, sendo defensor de reformas liberais como a emancipação dos escravos e a instrução primária. Por sua influência, Porto de Cima decretou a libertação de todos os escravos cerca de um ano antes da lei Áurea (CARNEIRO, 1981, p.80). Algumas fontes o associam como defensor da república e da criação da Universidade do Paraná, juntamente com Rocha Pombo, no ano de 1892, 20 anos antes da concretização de tal feito (CARNEIRO, 1981, p.81).

No entanto, com a Proclamação da República, envolveu-se com a criação do Partido Democrático Paranaense<sup>37</sup>, agremiação que proclamava a regeneração dos costumes políticos e que apresentava posições de contrariedade em relação ao Partido Republicano Federal, situacionista e liderado por Vicente Machado, e o Partido Republicano, de cunho oposicionista. A recém-criada agremiação de José Ribeiro de Macedo, porém, não possuía representatividade eleitoral ante à máquina montada pelos partidos dominantes na Primeira República (GOULART, 2008). A carreira política de José Ribeiro de Macedo não foi exitosa durante a república, muito em parte devido ao seu pertencimento a um partido que ideologicamente propunha-se a representar os mais diversos interesses de classe, como os industriais, os operários, os capitalistas, os lavradores, os artesãos, além de representar somente os interesses dos ervateiros e dos grandes proprietários rurais (GOULART, 2008, p.309). Mônica Goulart (2008, p.310), aponta que o Partido Democrático Paranaense, a despeito deste discurso, possuía como candidatos membros conectados à classe dominante tradicional. No entanto, vale destacar que o segundo presidente da Associação Comercial, ao se filiar a um partido como este e tendo a sua carreira política cair no ostracismo posteriormente, torna-se um *outsider* da política dominante estabelecida em círculos restritos de poder durante a Primeira República e é portador de um discurso que consideramos reformista, pois aponta para a variada representação de classes, visando a harmonia e a conciliação de interesses.

*Zacharias de Paula Xavier* é o terceiro presidente da ACP e ocupou tal cargo durante três mandatos. Notabilizou-se pelo seu capital econômico associado à indústria

---

<sup>37</sup> Embora esta agremiação possuísse o mesmo nome do Partido Democrático Paranaense, agremiação criada anos depois, em 1927, tratam-se de dois partidos políticos diferentes.

da erva-mate e empreendimentos inovadores, como a fábrica de louças da qual era proprietário. Ao contrário dos seus antecessores, na transição para a república, filiou-se ao partido situacionista, o Partido Republicano Federal, chegando a ser deputado restringindo-se, porém, ao mandato que começou em 1892 (GOULART, 2008; NICOLAS, 1954). No entanto, sua carreira política indica que ele não alcançou do êxito no período republicano, a despeito das posições que detinha durante o Império, sendo o mesmo portador do título de coronel e portador de parentesco com notáveis políticos como o seu pai, o Major Antônio de Paula Xavier, vereador em Campo Largo, e o seu cunhado, Caetano José Munhoz, grande industrial ervateiro e deputado provincial pertencente ao Partido Conservador. Sua genealogia o liga a influentes e notáveis famílias que reproduziam sua influência no Império e na República, através das gerações sucessoras e dos casamentos empreendidos por elas. Deste modo, assinalamos que Zacarias de Paula Xavier era um agente que, a despeito do seu capital econômico, não detinha capitais políticos de notoriedade durante a Primeira República.

A forma de se inserir nos círculos de poder foi através da atuação na defesa dos interesses do empresariado, prioritariamente pela suspensão de alguns impostos estaduais sobre a produção ervateira. Nesse sentido, Zacarias de Paula Xavier atuou na presidência da Associação Comercial do Paraná em prol das demandas de sua classe (GOMES, 2019, p.197). Na política partidária, Zacarias Xavier não alcançou a notoriedade que tinha na transição entre o período imperial e o período republicano. Uma tentativa em se reinserir na política foi em 1919, na ocasião em que Manoel de Alencar Guimarães fundou o Partido Autonomista, agremiação composta de oligarcas dissidentes ao situacionismo hegemônico pelo Partido Republicano Paranaense (GOMES, 2019, p.197). Zacarias Xavier, juntamente com outros empresários ingressantes no Partido Autonomista, não obteve êxito político frente à conjuntura apresentada.

O quarto presidente da ACP é o coronel *David Antônio Carneiro*. A família Carneiro faz parte do plantel de famílias históricas da classe dominante paranaense que exerce notável influência desde meados do século XIX, sendo portadora do título Soares da Costa (OLIVEIRA, 2000, p.387). David Carneiro Júnior fez um mapeamento genealógico da família no qual identifica sua origem no território brasileiro com a vinda de um capitão de milícias português para Pernambuco em 1656, atuante no combate aos invasores holandeses. (MACHADO, 2012, p.21). A presença da família Carneiro no Paraná data da transferência de David Antônio da Silva Carneiro para o Paraná. Nascido em Iguape, São Paulo, seu primeiro cargo político foi o de Coletor de Rendas de

Antonina, substituindo o seu parente, o padre José Alves Carneiro, da investidura do cargo. Desde então, inseriu-se nos negócios da erva-mate, sendo funcionário e posteriormente sócio de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. Estabeleceu-se com a empresa David Carneiro e Cia, a partir de 1894 (OLIVEIRA, 2000, p.277). Após o fuzilamento de do Barão do Serro Azul pelas tropas legalistas na ocasião da Revolução Federalista, o clã Carneiro nutriu rancores em relação ao regime republicano nas décadas posteriores (MACHADO, 2012).

A perpetuação da influência da família Carneiro se intensificou quando os filhos de David Carneiro estabeleceram matrimônios com as famílias históricas Monteiro de Carvalho e Loyola, entre outras conexões que ligam a família Carneiro à classe dominante tradicional (OLIVEIRA, 2000, p.420).

O mandato posterior ao de David Carneiro foi exercido por *João Ribeiro de Macedo*. Tal como o seu irmão, o Coronel José Ribeiro de Macedo, ex-presidente da ACP, pertencia a uma família com relevantes capitais políticos no Império que não obteve cargos de alta notoriedade durante a república, restringindo a sua atuação política às posições de coronel e chefe político local dos ervais da linha Sul do 2º Planalto, na região do município de Teixeira Soares (GOULART, 2008, p.109), além do exercício do cargo de vereador em Campo Largo no período que marca o fim do Império e o início da república, entre 1887 e 1890 (ALVES, 2014, p.493). Detentor de laços de parentesco com famílias históricas e volumoso capital econômico, José Ribeiro de Macedo não ocupava posições politicamente dominantes durante a Primeira República, fenômeno que ocorria também com outros membros da linhagem Ribeiro de Macedo<sup>38</sup>.

*João Phamphilo de Assumpção* ocupou a presidência da ACP por dois mandatos. Possuindo laços de parentesco com históricas famílias da classe dominante, sendo portador do título genealógico Rodrigues de Seixas (OLIVEIRA, 2000, p.420). Seus capitais econômicos vinculam-se às atividades jurídicas que exercia e lhes proporcionavam notável influência local. Phamphilo de Assumpção não exerceu nenhum cargo eletivo no estado durante a Primeira República, o mesmo se revelava como um advogado que exerceu o cargo de consultor jurídico do Paraná.

Na transição entre a gestão de Phamphilo de Assumpção e João Guilherme Guimarães, seu sucessor, a burguesia industrial e sua ação de classe empresarial tiveram a afirmação efetiva da participação política a nível local. Guimarães foi um dos

---

<sup>38</sup> Na Assembleia Legislativa da Primeira República, membros da família como José Ribeiro de Macedo Jr, Francisco Ribeiro de Macedo, ocuparam mandatos (GOULART, 2008).

defensores da atuação dos empresários e comerciantes na política (CARNEIRO, 1981, p.100), ou das chamadas “classes produtoras” do país (os agricultores, pecuaristas, industriais e comerciantes).

Ressalta-se que a compreensão da atuação relacionada à Associação Comercial do Paraná é essencial para o entendimento das articulações oligárquicas dissidentes no contexto da Primeira República. O desenvolvimento da fração de classe empresarial é um dos principais fatores constitutivos do processo que levou à Revolução de 1930 no Paraná. Estes elementos se articularam em organizações partidárias e dissidências políticas que se organizaram ao longo das primeiras décadas do século XX. A próxima seção se dedicará em analisar o desenvolvimento destas manifestações da oposição, assinalando a participação dos atores políticos empresariais no contexto oligárquico.

### **3.4 AS DISPUTAS OLIGÁRQUICAS NAS DÉCADAS DE 1900 E 1910 NO PARANÁ**

A seção anterior identificou os capitais e as atuações políticas dos primeiros presidentes da Associação Comercial do Paraná. Esse estudo identificou a gênese da contestação oligárquica entre os meios empresariais paranaenses, pois através da análise de suas trajetórias, constatamos que esses agentes possuíam posições notáveis no período imperial, e tiveram os seus capitais diminuídos com a república.

Por sua vez, no campo político paranaense, a formação da oligarquia dissidente no Paraná se deu através do não-reconhecimento da vitória da chapa formada por João Cândido Ferreira e Ottoni Maciel para a presidência e vice-presidência do estado, respectivamente.

O livro “Bastidores Políticos” revela um dos mais importantes momentos de rupturas no interior da classe dominante paranaense. Pode-se argumentar que a maior inflexão entre os grupos oligárquicos ocorreu em 1907, e prolongou-se durante toda a Primeira República. Na obra, Maciel assinala que começou a sua carreira associada ao com o maior chefe político local, Vicente Machado. Essa parceria era de longa data, pois o seu pai, o coronel Pedro Ferreira Maciel, foi um militante republicano junto à liderança de Vicente Machado. Com a morte do seu correligionário, Ottoni Maciel tornou-se um dos principais chefes do Partido Republicano Federal, juntamente com o médico Victor Ferreira do Amaral e os coronéis Luiz Antônio Xavier, Joaquim Monteiro de Carvalho e

Silva, Theodorico Júlio dos Santos e Olegário Rodrigues de Macedo (MACIEL, 1925, p.10).

Na ocasião das eleições de 20 de outubro de 1907, a chapa João Cândido Ferreira-Otoni Maciel foi vitoriosa. No entanto, um parecer do Congresso Legislativo anulou o resultado das eleições. Segundo Otoni Maciel, os seguintes deputados estaduais votaram **a favor** da anulação: Brasilino Moura, Antônio José Correia, Caio Machado da Silva Lima, Correia de Freitas, Barauna, Campos Mello, Jayme Reis, Lauro Loyola, Azevedo Macedo, Generoso Marques, Caetano Munhoz da Rocha, João de Abreu, Osório Guimarães, Araújo Pimpão, Romário Martins, Emilio Gomes, Raul Julião, Telêmaco Borba, Frederico Wirmond e Sá Barreto. Em contrapartida, os seguintes deputados votaram **contra** a anulação: Brasília Luz, Benjamim Pessoa, João Pernetta, Manoel Carrão e Edgard Stelfeld (MACIEL, 1925, p.26). Benjamin Pessoa inclusive foi um dos defensores da constitucionalidade do mandato de Ferreira e Maciel. É interessante assinalar que tais posicionamentos foram decisivos para categorizar os agentes políticos entre membros que se vincularam às oligarquias hegemônicas e os que se vincularam às oligarquias dissidentes, no processo político posterior. Nas palavras de Otoni Maciel:

“Estava consumado o nefando atentado. Triunfara pela primeira vez em nossas plagas o novo processo de transformação política e a coligação inaugurou o seu predomínio em nome do consagrado da família paranaense, embora dividindo em vencedores e vencidos os políticos em atividade (MACIEL, 1925, p.26)”.

Após essa decisão, os nomes de João Cândido Ferreira e Otoni Maciel foram substituídos por Xavier da Silva e Generoso Marques dos Santos para a presidência e a vice-presidência do estado, respectivamente. Nessa ocasião, Otoni Maciel criticou a ação de Alencar Guimarães enquanto presidente do Congresso Legislativo, ao encaminhar a votação que anulou o resultado das eleições de 1907 e conceder a posse a Xavier da Silva (MACIEL, 1925, p.62).

Outra fonte histórica que narra os acontecimentos de 1907 é o Manifesto de Otoni Maciel, escrito em 20 de fevereiro de 1908, no qual ele denuncia as burlas na legislação com a anulação da eleição que o designou como vice-presidente (DOCUMENTO 1).

A manobra política fez com que o Partido Republicano Federal deixasse de existir, representando o fim da era de influência e legado político representado pela figura de Vicente Machado na política paranaense. Os agentes políticos, que antes estavam divididos entre o Partido Republicano Federal e o Partido Republicano, reconciliaram

antigos “pica-paus” e “maragatos”, que entraram em tensão durante a Revolução Federalista (CARNEIRO, VARGAS, 1994) uniram-se em um bloco hegemônico no interior do Partido Republicano Paranaense.

Nesse sentido, a “Coligação Republicana de 1908” uniu antigos adversários políticos em um único bloco, formando o Partido Republicano Paranaense. Essa agremiação era chefiada por Xavier da Silva, Carlos Cavalcanti, Generoso Marques dos Santos e Manoel Alencar Guimarães (GOULART, 2004). Entre 1908 e 1915, a atuação exercida por Manoel Alencar Guimarães no jogo político foi notória, exercendo grande influência para as nomeações em cargos no estado, incluindo inúmeros parentes, que formavam uma *oligarquia nacarina*, composta por descendentes do Visconde de Nácar (GOMES, 1018, p.559).

No entanto, as cisões na política paranaense continuaram a existir. Ottoni Maciel (1925), aponta o fato de que embora o movimento de fundir os dois partidos que existiam no Paraná em um mesmo grupo político, a divisão entre dois grupos heterogêneos continuou a existir. É importante assinalar que essa junção teve um resultado duplo: ao mesmo tempo em que conciliou alguns agentes no campo do poder, aumentou desavenças entre adversários políticos. Antigas lideranças partidárias que não se adequaram a estas mudanças passaram a fazer parte da dissidência ao situacionismo do Partido Republicano até o término da Primeira República, como é o caso de nomes como Benjamin Pessoa, João David Pernetta, Caio Gracho Machado da Silva Lima, entre outros.

O esgotamento do poder político de Alencar Guimarães e de membros do seu clã ocorreu a partir de 1915, ano em que ocorreu outra divisão no bloco situacionista ocorre na política paranaense: a chamada “Concentração Republicana”. Manoel Alencar Guimarães, que anteriormente conduziu a votação de anulação da vitória de João Cândido Ferreira e Ottoni Maciel, em 1915 passou para a dissidência, justamente por ser contrário a hegemonização do Partido Republicano pelos clãs Camargo e Munhoz da Rocha (CARNEIRO; VARGAS, 1994). Exercendo o mandato de senador, Alencar Guimarães exerceu oposição ao então presidente do estado, Carlos Cavalcanti e ao chefe político do Partido Republicano Paranaense, Affonso Camargo.

A Concentração Republicana representou a segunda grande crise no sistema político oligárquico no interior do Partido Republicano Paranaense, no qual o exercício de cargos políticos municipais e estaduais era direcionado majoritariamente a membros de grupos políticos restritos que monopolizavam o exercício do poder. Os membros que se viam prejudicados com este esquema de divisão de poder ou os que não encontravam

espaço suficiente para potencializar a ação política, passavam a criticar os agrupamentos poderosos, exercendo posições de dissidência, no interior ou fora do esquema político dissidente.

Outras lideranças ligadas a Manoel Antônio Guimarães, tais como o seu tio, João Guilherme Guimarães e o seu correligionário, Antônio Augusto Carvalho Chaves, não conseguiram se eleger nas eleições legislativas após a Concentração Republicana (GOMES, 2018). Isso demonstra a fragilidade das dissidências oligárquicas em angariar espaço político.

Em 1919, a Concentração Republicana organizou-se como Partido Autonomista, agremiação de oposição ao Partido Republicano Paranaense. Sandro Gomes (2019) assinala que esse partido conseguiu criar uma quantidade significativa de diretórios em municípios no interior do Paraná com abertura para dissidências do situacionismo, porém apresentou pouca competitividade eleitoral entre 1919 e 1921, não apresentando quadros que representavam a renovação em relação à política hegemônica, pois muitos dos seus membros possuíam cargos no legislativo e no executivo estadual. O Partido Autonomista, fundado pelo então senador Manoel de Alencar Guimarães, era o único partido oposicionista no Paraná na época do seu surgimento.

Na análise sobre o Partido Autonomista, assinalam-se os conflitos entre a fração ervateira empresarial e a fração dos antigos senhores latifundiários na disputa pelo poder político. Eles são evidenciados com os nomes de Zacarias de Paula Xavier e João Viana Seiler na composição do Partido Autonomista. O comerciante e exportador ervateiro Zacarias de Paula Xavier era membro do Partido Conservador durante o Império, agremiação sob o comando de Ildefonso Pereira Correia, o primeiro presidente da Associação Comercial do Paraná e um dos homens mais ricos do país. Zacarias Xavier foi eleito deputado estadual em 1892, e não conseguiu nenhum outro cargo político após esse mandato, continuando sua atuação na defesa dos interesses do empresariado, na Associação Comercial do Paraná.

O Partido Autonomista (PA) não conseguiu angariar uma renovação em relação ao Partido Republicano Paranaense, pois os seus quadros reuniam justamente políticos destituídos do PRP. Além disso, os autonomistas centralizavam as decisões, concentradas nas antigas lideranças oligárquicas (GOMES, 2018).

A partir dos estudos sobre o sistema político partidário na Primeira República, Sandro Gomes (2018, p.577) defende que “a oposição não estava ausente das instituições políticas do Paraná”, demonstrando os focos de atuação oligárquica dissidente no período,

entre elas as demonstradas nas eleições. De acordo com o autor, a situação sempre permitia a candidatura de um candidato oposicionista nos pleitos realizados, o que configurava uma oposição consentida (GOMES, 2018).

As dissidências oligárquicas no Paraná nos anos 1910 não possuíam força política. O Partido Autonomista, formado majoritariamente por um conjunto de empresários ligados à ACP, concorreu nas eleições de 1919. Alencar Guimarães candidatou-se ao cargo de vice-presidente do Paraná, sendo derrotado pelo candidato governista Eurides Cunha, que obteve 76,8% dos votos. Este ano também registrou eleições para o legislativo estadual, com 30 vagas. A oposição registrou 20 candidatos, frente à 30 candidatos do PRP. Nos resultados, os candidatos do PRP somaram 76% dos votos, ante a 24% dos candidatos oposicionistas (GOMES, 2019, p.198-199).

Os candidatos da oposição derrotados nas eleições de 1919 foram os seguintes: Alceu do Amaral Ferreira, Antônio Augusto de Carvalho Chaves, Antônio da Rocha Loures Villaça, Benjamin Batista Lins de Albuquerque, Carlos da Silva Eiras, Djalma Poly Coelho, Flávio de Carvalho Guimarães, Hugo Gutierrez Simas, João Cândido de Oliveira, João de Almeida Barbosa Júnior, João Guilherme Guimarães, João Teófilo Gomy Júnior, João Vianna Seiler, José Nunes Sardenberg, Manoel Correia de Freitas, Lauro do Brasil Loyola, Leopoldino José de Abreu, Octávio Ferreira do Amaral e Silva, Osório Ribas Guimarães e Ulisses Falcão Vieira (GOMES, 2019, p.200).

### **3.5 AS OLIGARQUIAS DISSIDENTES DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1920**

A década de 1920 foi decisiva para a organização do protesto oligárquico por vias partidárias. A oposição começou a ganhar mais fôlego e espaço político. A política oligárquica definia-se pela disputa por posições e status, pela prática de conchavos e apadrinhamentos e pelo descaso com o povo, especialmente o do interior (TOURINHO, 1990). Ante a este cenário, o protesto político às oligarquias não vinculado ao sistema partidário ganhou força na década de 1920, com o movimento tenentista e suas manifestações de 1922, 1924 e a Coluna Prestes, cujas manifestações no Paraná serão analisadas em momentos posteriores.

Após a Concentração Republicana, o Partido Republicano Paranaense passou a ser monopolizado por dois nomes: Affonso Camargo e Caetano Munhoz da Rocha. Ambos revezaram-se na presidência do Paraná entre 1916 e 1930. Diante do acúmulo de



poder desses clãs no Partido Republicano Paranaense, a atuação das oligarquias dissidentes cresceu durante a década de 1920, e elas passaram a se organizar, muitas vezes conjuntamente, em duas importantes instituições do Paraná: via organização empresarial de classe, como é o caso da Associação Comercial do Paraná, e via organização política partidária, como é o caso do Partido Democrático Paranaense, herdeiro do Partido Autonomista.

O ano de 1920 foi marcado pelas eleições municipais. O Partido Autonomista lançou candidaturas em todas as regiões do estado. No entanto, todos os seus candidatos perderam para o Partido Republicano Paranaense, mesmo com o incremento da oposição que, a partir de 1919, passou a contar com um jornal em defesa dos seus interesses: a *Gazeta do Povo* (GOMES, 2019).

Os membros do Partido Autonomista lançaram-se candidatos à Câmara Municipal de Curitiba e juízes municipais, sendo eles, o empresário industrial ervateiro David Carneiro, Arcênio Guimarães, Alceu Ferreira, Alberto A. Guimarães, Lins de Vasconcellos, João Vianna Seiler, Júlio de Oliveira Esteves, Leopoldo Gomes Correia, Manoel Pereira de Macedo, José Rodrigues Vieira e José Guimarães Miró (GOULART, 2008, p.337). Percebemos nesta listagem membros da classe dominante tradicional, pertencentes a famílias com grande influência política no período imperial como os clãs Guimarães, Miró e Macedo, participantes de um partido inconformado com os ditames dos chefes do Partido Republicano. Estes mesmos nomes estão presentes na contestação empresarial na ACP, e mais tarde, na organização do Partido Democrático Paranaense.

Em 1921, ocorreram as eleições para o legislativo federal, com 4 vagas. Manoel de Alencar Guimarães candidatou-se pela oposição, pelo Partido Autonomista. Com 2.600 votos, ele não obteve a vitória. Os deputados federais eleitos foram todos do Partido Republicano Paranaense: Afonso Alves de Camargo, Lindolfo Pessoa da Cruz Marques, Plínio Gonçalves Marques e Luiz Bartolomeu de Sousa e Silva, todos alcançando entre 10 e 11 mil votos (GOMES, 2019, p.208). Esses números demonstram a supremacia do situacionismo frente à oposição no Paraná, o que resultou na extinção do Partido Autonomista em 1921.

Com as sucessivas derrotas eleitorais, alguns oligarcas dissidentes, como Manoel de Alencar Guimarães, reaproximaram-se do grupo político hegemônico da aliança Camargo/Munhoz da Rocha. Em 1926 Alencar Guimarães foi nomeado por Caetano Munhoz da Rocha para organizar o Prontuário de Leis Administrativas, Decretos e Atos do Governo do Estado, um cargo temporário e de pouca relevância política. Após o

exercício dessa função, Guimarães obteve o cargo de Inspetor Consular, de nível federal, vinculando-se ao grupo político de Washington Luís (GOMES, 2018, p.589).

O exemplo de Manoel de Alencar Guimarães assinala os movimentos feitos por um agente da oposição que volta-se para a situação em situações oportunas à sua carreira política individual. O seu sucesso é relacionado à adesão ao situacionismo do que ao oposicionismo, escolha recorrente entre boa parte dos atores políticos do Paraná neste contexto. Nesse sentido, a desconfiança de grupos tenentistas em relação aos oligarcas dissidentes é justificada, e suas relações são marcadas por tensões e conflitos registrados nas décadas de 1920 e 1930.

O cenário nacional marcado pelo movimento tenentista proporcionou ao Paraná um incremento para as oposições, que não conseguiam se organizar satisfatoriamente nas organizações oligárquicas dissidentes civis. A próxima seção analisará as manifestações do movimento tenentista no Paraná.

### 3.5.1 O movimento tenentista no Paraná

O movimento tenentista da década de 1920 encontrou ecos no Paraná, obtendo apoio de setores populares e simpatia de importantes agentes políticos na Primeira República, que ansiavam a renovação dos costumes políticos e a realização de eleições idôneas que permitissem a alternância e a disputa de poder.

Há poucas informações sobre o movimento tenentista no estado. As informações sobre tenentismo concentram-se nos fatos ocorridos na região Oeste do Paraná (Catanduvas e Foz do Iguaçu) e em Curitiba.

A partir de julho de 1924, os revolucionários tenentistas viram-se encurralados pelas forças legalistas em São Paulo. Mantendo a organização em tropas, os rebeldes retiraram-se da capital percorrendo o interior paulista, rumo ao sudoeste paranaense, onde se fixaram por aproximadamente seis meses (FORJAZ, 1983). Os tenentes de São Paulo encontraram-se com os tenentes do Rio Grande do Sul em Foz do Iguaçu.

O jornalista Milton Ivan Heller, em seu livro “De Catanduvas ao Oiapoque: o martírio de rebeldes sem causa”, relatou o drama dos rebeldes vindos de São Paulo em Catanduvas, cidade localizada na região Oeste do Paraná, a caminho de Foz do Iguaçu. Segundo o autor, os tenentes rebelados provenientes do Rio Grande do Sul e de São Paulo percorreram a estrada de Guarapuava em direção a Foz do Iguaçu passando pela cidade

de Catanduvas, local em que se concentravam recuperando-se dos combates anteriores. No entanto, muitos tenentes foram presos em Catanduvas, e a maior parte deles foi enviada para um presídio militar localizado na região do Oiapoque, no Amapá, fronteira com a Guiana Francesa. A falta de água e alimentação, além da contração de doenças contagiosas, fez que aproximadamente 400 tenentes morressem, sem assistência médica ou auxílio, o que levou à indignação da população em relação ao governo Arthur Bernardes (HELLER, 2007).

Mesmo com esses percalços, o encontro entre as colunas de Isidoro Dias Lopes e Luiz Carlos Prestes ocorreu em Foz do Iguaçu, o que uniu os movimentos tenentistas de São Paulo e Rio Grande do Sul (FORJAZ, 1983).

IMAGEM 1: TENENTES E HABITANTES DE FOZ DO IGUAÇU NO MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS, ABRIL DE 1925



FONTE: FGV-CPDOC, 1980, p.66.

Foz do Iguaçu, enquanto região de fronteira, era tratada com descaso pelas autoridades, inexistindo escolas, órgãos públicos e lideranças locais. Frequentemente,

estrangeiros subjugavam o território brasileiro, explorando os recursos naturais e desrespeitando a população nacional, através da violência (DIAS, 2011).

Os tenentes rebeldes ficaram estarecidos com a situação social encontrada em Foz do Iguaçu, no ano de 1925. Mais tarde, nas décadas de 1930 e 1940, a questão geopolítica de Foz do Iguaçu será discutida pelas autoridades. Na interventoria de Mário Tourinho, a proposta de nacionalizar o território do Iguaçu gerará conflitos internos, revelando-se como um dos motivos que levarão à queda de Tourinho, em dezembro de 1931. Mais tarde, esse movimento resultará em uma intervenção, que criou o Território Federal do Iguaçu, no ano de 1943, sob a anuência de Manoel Ribas.

A coluna tenentista foi alvo de ações bélicas oficialistas comandadas por Góes Monteiro, que seria um dos chefes militares da Revolução de 1930. Esses ataques levaram as forças rebeldes ao Paraguai e mais tarde ao exílio (FRANCO, 2010, p.85).

Já na capital paranaense, tenentes como Luiz Celso Uchôa Cavalcanti, Delso Mendes da Fonseca, Henrique Cunha, Hugo Bezerra e Sampson da Nóbrega Sampaio conspiraram com lideranças políticas civis, em prol dos anseios do movimento tenentista. Entre os paranaenses solidários ao movimento, encontravam-se nomes como Francisco Souza Neto, o médico Luiz Parigot de Souza, o industrial Hugo Guimarães Santos e o capitão da Polícia Militar Gastão Marques (COSTA, 1994, p.301). A receptividade que os tenentes encontraram em Curitiba fez com que uma conspiração fosse planejada em prol de um golpe orquestrado com o apoio de membros da Polícia Militar e unidades do exército em Ponta Grossa, para derrubar o governo estadual e conceder o poder a um civil de notoriedade: o industrial David Carneiro. Segundo Samuel Guimarães da Costa, a projeção política de David Carneiro rememorava o prestígio do Barão do Serro Azul no estado (COSTA, 1994, p.301). O governo de Caetano Munhoz da Rocha soube da conspiração e ordenou ao chefe de polícia, o desembargador Luiz de Albuquerque Maranhão, a prisão dos revoltosos. Porém, os conspiradores conseguiram evadir para o Rio de Janeiro, através do Porto de Antonina. Seguido dos acontecimentos, em uma carta a David Carneiro, os tenentes pediram recursos à maior liderança dissidente do Paraná e também lamentaram o fracasso do movimento do Paraná (COSTA, 1994, p.302).

Apesar deste evento, os feitos da Coluna Prestes continuaram a servir como exemplo aos grupos opositores à política hegemônica no Paraná, agregando as classes populares, as classes médias urbanas e a “nata” econômica da sociedade, representados por David Carneiro e pelo grupo de empresários a sua volta, conforme verificaremos na próxima sessão.

A próxima seção analisará a presença dos empresários na política durante as gestões de João Guilherme Guimarães e David Carneiro, decisivas para a organização da classe dominante paranaense em termos de protesto anti-oligárquico.

### 3.5.2 O empresariado na política dissidente: as gestões de João Guilherme Guimarães e David Carneiro na ACP

Os presidentes da ACP que personificam a participação na política dos empresários nas organizações oligárquicas dissidentes são João Guilherme Guimarães e David Carneiro. Ambos envolveram-se na criação do Partido Democrático Paranaense, na década de 1920, organização oligárquica anti-hegemônica que será analisada por esta tese posteriormente. A análise destas organizações é fundamental para analisar as forças sociais dissidentes que deram sustentação à eclosão da Revolução de 1930 no Paraná, resultado de um quadro de crise econômica e contestação política vivenciado pela estrutura social brasileira.

João Guilherme Guimarães, nascido na cidade de Paranaguá em 1857, era filho de Manoel Antônio Guimarães, uma das mais importantes figuras da erva-mate, sendo um dos maiores exportadores do seu tempo. Exerceu vários cargos políticos, como Vereador e Juiz em Paranaguá, deputado na Assembleia Provincial de São Paulo, antes da emancipação do Paraná, e Deputado Provincial no Paraná, cargo no qual ocupou a presidência da Assembleia. Foi vice-presidente do Paraná por várias ocasiões, além de ter exercido o cargo de presidente do Paraná entre 1873 e 1877. Também ocupou o cargo de deputado geral, entre 1886 e 1889 (CARNEIRO, 1962, p.99). No seu primeiro casamento, contraiu núpcia com uma das filhas de Manoel Francisco Correia (o Velho), Maria Clara Correia. Viúvo, contraiu segunda núpcia com sua cunhada, Rosa Narcisa Correia, mãe de João Guilherme. A influência política de Manoel Antônio Guimarães teve como auge a ocasião em que hospedou o imperador Dom Pedro II e comitiva na sua residência em Paranaguá, em 1880. Naquele mesmo ano, foi nomeado Visconde pelo imperador. Fundou a firma Guimarães e Cia, uma das mais antigas do Paraná e do Brasil à dedicação ao comércio de erva-mate. (COSTA, 1995, p.64).

O clã Guimarães faz parte do plantel de famílias históricas da classe dominante paranaense (OLIVEIRA, 2000, p.389). Sua atuação local data de meados do século XVIII, no contexto em que o coronel português Manoel Gonçalves Guimarães se

estabeleceu como grande proprietário de terras, tropeiro, contratador de impostos de Porto de Cima e Rio Negro e minerador em Tibagi (OLIVEIRA, 2000, p.389). Foi casado com Maria Magdalena de Lima, filha do capitão-mor de Paranaguá Manoel Nunes de Lima, e descendente do sargento-mor Domingos Cardoso de Lima, proprietário escravos e de minas de ouro em Assungui e Anhaia. O casal Manoel Guimarães e Maria Magdalena de Lima teve vários filhos, entre eles Anna Ubaldina de Guimarães, casada com João da Silva Machado, o Barão de Antonina, primeiro senador do Paraná, além de Joaquim Antônio Guimarães, o pai de Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nacar (OLIVEIRA, 2000, p.390). Destacamos que a família Guimarães possuía notável influência econômica e política durante o Império. A mesma família é um símbolo das metamorfoses de transição de ciclos econômicos dominantes do Paraná. Suas ramificações possuem um passado embasado no tropeirismo, na grande propriedade e na escravidão, que passaram, no ciclo econômico posterior, a desenvolver negócios na extração e industrialização da erva-mate no litoral paranaense. O poder político da geração de Manoel Antônio Guimarães era mais notório do que a geração posterior do clã familiar, a exemplo do seu filho, João Guilherme Guimarães. Os únicos cargos que o mesmo exerceu foi como vereador e prefeito de Paranaguá. Na ocasião em que ocupou este indispôs-se com o chefe político local, Vicente Machado, na qual o mesmo solicitou a remessa de uma boa quantidade de dinheiro de Paranaguá para os cofres do Estado. Negando tal pedido, abandonou a prefeitura (CARNEIRO, 1981, p.100). Após este episódio, abandonou a política por um tempo, retomando suas atividades na década de 1920, de uma maneira contra hegemônica em relação aos círculos dominantes, juntamente com o seu sucessor na Presidência da ACP, João Guilherme Guimarães, participaram da organização do Partido Democrático Paranaense, “grupo que se mobilizou em torno desta nova agremiação já tinha passado pelos partidos anteriores, e não tiveram capital político para se firmarem no comando do Estado, ou então ter o seu apoio para continuar fazendo parte do situacionismo político” (GOULART, 2008, p.338). Trata-se, portanto, de um representante da classe economicamente dominante que não ocupava posições políticas que satisfizesse a representação das frações de classe empresarial que ocupava.

João Guilherme Guimarães foi o primeiro presidente do Partido Democrático Paranaense, que possuía como endereço o Palácio do Comércio, sede da Associação Comercial do Paraná, e foi organizado no interior desta entidade através da realização de conferências entre industriais e comerciantes que sentiam a necessidade da organização

política coletiva, por meio de uma agremiação política e da fundação de jornais independentes. (MANIFESTO, 28.jan.1927, p.2). Guimarães foi um dos defensores da atuação dos empresários e comerciantes na política (CARNEIRO, 1981, p.100), ou as chamadas “classes produtoras” do país (os agricultores, pecuaristas, industriais e comerciantes), e atuou intensivamente em prol da representação política do empresariado no Partido Democrático e na Associação Comercial do Paraná.

O presidente da ACP que sucedeu a Guimarães foi David Carneiro. Conforme já visualizamos na trajetória do seu pai, homônimo e também presidente da ACP, este agente possui vínculos de parentesco com importantes famílias da classe dominante tradicional paranaense. Também possuía notórios capitais econômicos, associados ao capital industrial e comercial ervateiro. Incrementou seus capitais sociais através do casamento com Alice Bueno Monteiro, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, empresário e chefe político pertencente ao Partido Republicano, que também exercia a função de presidente da Junta Comercial do Paraná, configurando-se como um exímio membro da oligarquia dominante (MACHADO, 2012, p.25). Os capitais políticos do sogro de David Carneiro eram notáveis, exercendo diversos cargos, o mais importante deles, a presidência do Paraná, em 1890, 1907 e 1908, e também como membro da Junta Governativa do Paraná em 1892.

No entanto, a atuação política de David Carneiro não o colocava entre os círculos dominantes do poder, visto que pertencia ao Partido oposicionista ao situacionismo do Partido Republicano Federal, liderado por Vicente Machado. O cargo mais significativo que ocupou foi Deputado na Assembleia Legislativa em 1912, sendo membro da Comissão de Comércio, Agricultura e Indústria e Redação (GOULART, 2008, p. 472). No entanto, desfez-se do seu mandato de deputado ao Congresso do Estado quando “entendeu que o Partido que o elegera não consultava aos grandes e reais interesses do estado” (FALLANDO, 25.set.1923, capa). Após o exercício de tal cargo, não se ajustou à política dominante local, sendo um ativo agente contra hegemônico durante a República Velha.

Também assinalamos as características reformistas e progressistas de David Carneiro acerca da questão social. O empresário era um entusiasta do auxílio aos operários. Em 1910, implementou em suas indústrias um sistema de regulamentação do trabalho que proporcionava aos seus operários direitos, como de assistência médica e de previdência social, além de auxílio dentário e habitacional, este último para os funcionários com mais de 10 anos de serviço nas suas firmas. Segundo o historiador

David Carneiro, seu descendente, esta regulamentação foi pioneira no Brasil (CARNEIRO, 1981, p.105). Em suas viagens para a Europa, David Carneiro aprendeu ainda mais com as experiências referentes aos direitos do trabalho e à administração. Também implementou em suas empresas a jornada de 8 horas e o seguro de vida (CARNEIRO, 1981, p.111).

Tal preocupação moral em relação às condições de vida dos trabalhadores não era um fato isolado. Segundo o historiador David Carneiro, o empresariado curitibano não ofereceu grandes resistências às reivindicações operárias como a jornada diária de 8 horas de trabalho. O autor argumenta que, em 1911, as empresas gráficas implantaram a jornada de 8 horas para os tipógrafos (CARNEIRO, 1981, p.112).

Um fato relevante na Primeira República foi a greve geral de julho de 1917, na qual a totalidade do operariado curitibano aderiu ao movimento, exceto a *Ervateira Americana*, de propriedade de David Carneiro. O mesmo sugeriu aos seus funcionários o exame dos panfletos de reivindicações sindicais de São Paulo. Como desfecho, os funcionários decidiram não interromper o trabalho, pois já contavam com os benefícios requeridos pelo movimento (CARNEIRO, 1981, p.112). No entanto, lançaram um manifesto de solidariedade moral aos grevistas. As lideranças dos grevistas inclusive respeitaram a decisão dos funcionários da *Ervateira Americana* e apoiaram a ideia de lançamento da candidatura de David Carneiro à Câmara Federal, nas eleições de 1918, o que foi recusado por David Carneiro, por não sentir, na estrutura político-partidária vigente, “condições para a representatividade que desejaria e poderia exercer”, preferindo ser porta-voz da comunidade empresarial e de órgãos da imprensa que difundiriam ideias propagadas por sua classe (CARNEIRO, 1981, p.113). David Carneiro também era um dos correligionários do Partido Autonomista, agremiação oposicionista que surgiu nos anos 1910.

Importantes membros do clã Guimarães revelam-se como opositores ao Partido Republicano, e principalmente à Affonso Camargo, como demonstra a filiação de Alencar Guimarães ao Partido Autonomista, (GOULART, 2008, p.337), anos após o seu afastamento do situacionismo, ocorrido durante o governo Carlos Cavalcanti.

Affonso Camargo era alvo das dissidências porque seu capital político foi firmado com base no autoritarismo e seu primeiro governo foi marcado por sérias dificuldades financeiras. Além disso, Camargo era contestado pela liderança de Generoso Marques dos Santos, seu ex-padrinho político que, no decorrer da luta política oligárquica, foi renegado por Affonso Camargo (GOULART, 2020; GOULART, 2008).



A contestação oligárquica por parte de frações de classe dominante não contempladas integralmente no jogo político hegemônico na Primeira República ganhou força com a criação de órgãos da imprensa que exerciam a oposição à predominância do Partido Republicano no Paraná, como a Gazeta do Povo, fundada em 1919 por David Carneiro, Benjamin Lins, Agostinho de Leão Júnior, Oscar Joseph de Plácido e Silva, entre outros (UMA HISTÓRIA, 02 fev.2009). Os dois primeiros participaram da fundação do Partido Democrático Paranaense, em 1927. Assinalamos a presença dos interesses das frações de classe da burguesia industrial ervateira e madeireira, insatisfeitas com os rumos da política dominante do período. Isso se intensificou com a fundação do jornal “O Dia”, outro órgão de imprensa que se estabeleceu a partir de 1923 como portavoz dos interesses destas frações de classe, sob a liderança de David Carneiro, com uma equipe de redatores que incluía Caio Machado, Ottoni Maciel, o fundador da Gazeta do Povo, Benjamin Lins, Joaquim de Castro, Rodrigo de Freitas, Alceu Chiorro, entre outros. Tornou-se, em poucos meses, o jornal líder em tiragem, “arauto dos principais reclamos do povo e do empresariado paranaense” (CARNEIRO, 1981, p.114). Sua composição revela o traço de dissidência, visto que Carneiro era independente desde que se afastou do cargo de deputado estadual, no início dos anos 1910, Benjamin Lins atuava como advogado e jornalista combativo ao governo e Ottoni Maciel se afastou do governo desde 1919, a despeito das posições que ocupava no Partido Republicano e na Câmara Federal (MINORIAS, 14.fev.1924, capa).

Entusiasta da participação dos empresários na política, como presidente da ACP, no ano de 1924, propagou a seguinte tese “Quem paga imposto é que sustenta a nação. Quem sustenta a nação deve governar” (CARNEIRO, 1981, p.107). Assim, procurou mobilizar o comércio e a indústria paranaense para a luta política.

No momento em que David Carneiro tomou posse na Associação Comercial do Paraná, e “sua independência despertou suspeitas dos governantes da época, encastelados na mansidão do coronelismo” (CARNEIRO, 1981, p.115). Desde este momento, intensificou a propagação de críticas aos círculos políticos dominantes do da República Velha. O campo político, segundo o jornal “O Dia”, se definia como um “ambiente hostil” a todos os agentes de valor, tal como David Carneiro, que conseguiam atuar acima da “mediocridade em evidência” (O DESENVOLVIMENTO, 12.dez.1923, capa). A diretoria da ACP se autodenominava como representante dos interesses das “classes conservadoras” ou “produtoras”, das quais faziam parte os mais importantes agentes da indústria e da lavoura paranaense. Tais classes eram compostas, segundo David Carneiro,

de muitos homens de “espírito culto, com “conhecimento das necessidades” e “capacidade de trabalho”, que se faziam presentes na Associação Comercial do Paraná (PALAVRAS, 14.jul.1923, capa).

David Carneiro, na ocasião em que tomou posse na presidência da ACP, enalteceu as qualidades do empresariado paranaense, que possuía preparação na teoria e na prática do comércio, “riqueza material”, e “robustez intelectual e moral” (A POSSE, 15, Jul.1923, p.8). A categoria poderia contar com a diretoria, que defenderia os seus interesses com “consciência coletiva de classe” e “sentimentos patrióticos” (A POSSE, 15, jul.1923, capa). Comércio e indústria eram indissociáveis, segundo a visão de David Carneiro, sendo o primeiro o criador do “coeficiente de utilidades”, com a satisfação dos “desejos humanos” (A POSSE, 15. Jul.1923, capa). Os interesses das classes conservadoras seriam defendidos através do combate às crises de câmbio e do transporte, além dos altos impostos que “empobrecem a nação” (A POSSE, 15. Jul.1923, capa). O progresso das “forças organizadas de produção” dependeria da organização classista na ACP e na política paranaense. O seguinte trecho da posse de David Carneiro assinala tal atuação:

“A Associação Commercial fará politica! Fará a politica larga dos principios, dentro da ordem e na defeza das nossas conquistas liberaes; fará a politica que cria valores moraes e desenvolve os valores materiaes.

Fará a politica de construcção pacifica, de acordo com a sua orbita de acção e da sua finalidade estrictamente conservadora, procurando apoiar aquelles que desbravem a estrada do progresso das dificuldades que ponteiam todos os governos de terras novas como a nossa” (A POSSE, 15. Jul.1923, capa).

A política a ser exercida pelas “classes produtoras” seria diferente da política “estelionante” e “mesquinha” das petições individuais, nas palavras de David Carneiro. Esta política patronal seria exercida dentro da ordem, com a defesa das conquistas liberais, harmonizando e unindo os interesses dispersos em um ideal comum, em prol da estabilidade das maiores riquezas do Paraná, o mate e a madeira ” (A POSSE, 15. Jul.1923, p.8). Durante a gestão de David Carneiro, conflitos públicos com membros da oligarquia dominante do Partido Republicano Paranaense se tornaram recorrentes. Um acontecimento assiduamente noticiado teve relação com a defesa da erva-mate e a postura da Câmara de Comércio Argentino-Brasileiro. Atritos entre David Carneiro e Lysimaco Ferreira da Costa foram divulgados pelos jornais, através de editoriais governistas e de oposição. Em contrapartida, David Carneiro, através de seu advogado, Benjamin Lins,

abriu um processo contra Lysimaco Ferreira da Costa, cujos advogados de defesa eram Marins Camargo e Carvalho Chaves (O PROCESSO, 25.jan.1924, capa).

Propagador da ideia de que a questão social deveria ser discutida, David Carneiro atuava como apaziguador de greves, como a dos condutores de veículos, ocorrida no início da sua gestão à frente da ACP (A GRÉVE, 26.set.1923, capa). Carneiro também praticava a caridade no Natal distribuindo dinheiro para os seus empregados, em prol da “solidariedade harmônica” entre as “duas grandes forças motoras da atividade universal”, compreendendo a moralidade da relação entre o capitalismo e o trabalhismo (À MARGEM, 25.dez.1923, capa).

Relacionamos tais ações com a ideia desenvolvida por Pedro Cesar Dutra Fonseca (2004), a respeito das raízes do pensamento desenvolvimentista que se desenrolou no governo Vargas. O autor afirma que as mesmas tiveram sua formação na República Velha, através das correntes precursoras dos nacionalistas, dos defensores da indústria, dos papelistas e dos positivistas. A atuação da Associação Comercial do Paraná propagava a defesa dos interesses da indústria, tal qual as demais associações comerciais do período, bem como tinha uma aproximação com o pensamento positivista. Segundo Pedro Fonseca (2004), tal escola estava presente nas formações das faculdades de Direito e nas Forças Armadas. Como parte do plantel das principais ideias do positivismo, destacam-se a cientifização da política e da administração, a ação consciente do Estado, a diversificação da economia e a questão trabalhista, entendendo o proletariado como uma classe a ser integrada à sociedade moderna, afastando-o da influência comunista. Isso se daria com uma ação indireta do Estado, que induziria e persuadiria os empresários a uma atuação harmoniosa diante da classe trabalhadora, conciliando capital e trabalho e opondo-se aos conflitos como as greves (FONSECA, 2004, p.17).

A atuação de David Carneiro afrente da ACP era aclamada por setores importantes da classe dominante paranaense, em especial suas frações industriais *ervateiras* e *madeireiras*, favoráveis a uma intervenção política efetiva para a defesa de seus interesses. Um dos pontos altos da reunião destas frações de classe se deu no banquete oferecido por diversos de seus membros<sup>39</sup> para David Carneiro (O BANQUETE,

---

<sup>39</sup> Entre tais membros, incluem-se: Fidelis Reginato, dr. Benjamin Lins, Ildefonso S. França, Alberico Xavier de Miranda, Firmino Dias, Flávio Macedo, Arcésio Guimarães, João Seiler, Joaquim Chamusco, Abílio Abreu, Agostinho Leão Júnior, Ivo Leão, Coronel Ottoni Maciel, Dr. Eduardo Wirmund de Lima, Rodolpho Weigang, Agostinho Souza, David Motta, , dr. Caio Machado, Adalberto Correia, José Hauer Júnior, Antônio Jorge Machado Lima, José David da Silva, Rogério Lobo, Luiz Guimarães , Normando Grizolia, Herculano Rocha, Francisco Luz, Heitor Requião, José Carvalho de Oliveira, dr. Enéas Marques, Antônio Couto Pereira, Tobias de Macedo, capitão Francisco Gomes, Cezar Biacaia, Manoel Gonçalves,

03.mai.1924, capa). Tais classes vislumbravam modificações na política local e nacional, que incluíam uma defesa decidida do comércio, da indústria e da agricultura. A satisfação das demandas destas classes era tida como uma defesa de toda a nação brasileira, pois as mesmas teriam legitimidade moral e intelectual. Nas palavras de David Carneiro:

“O nosso partidarismo, se assim é possível qualifica-lo, consiste em dar a homens dignos e capazes, a verdadeira credencial de representantes do povo, adicionando aos votos interesseiros e covardes, de um eleitorado sem bandeira, os votos de consciência da elite que trabalha e produz riqueza nacional nas suas múltiplas manifestações” (A SITUAÇÃO, 25.mai.1924, capa).

Na ocasião em que se candidatou a deputado federal, tinha a intenção de denunciar ao Congresso Nacional a oligarquia dominante e opressiva que governava o Estado do Paraná (CARNEIRO, 1981, p.107).

David Carneiro foi atuante na fundação do Partido Democrático no Paraná. Esta agremiação contava com as lideranças como o Conselheiro Antônio Prado, em São Paulo, Assis Brasil, no Rio Grande do Sul e Maurício de Lacerda, no Rio de Janeiro (CARNEIRO, 1981, p.116). Tal organização fazia parte de um plantel de movimentos sociais antioligárquicos que se intensificaram nos anos 1920, caracterizados pela incrementação da urbanização e da industrialização, que traziam as inquietações se segmentos sociais como os operários, os comerciários, os profissionais liberais, entre outros. Estes agrupamentos sociais se organizaram em sindicatos, partidos e outras organizações de protesto social para lutar contra o sistema político e social oligárquico. Nesse contexto, o Partido Democrático surgiu como uma dissidência dos grupos estaduais oligárquicos hegemônicos, que se auto intitulava como uma organização que defendia os interesses de amplos setores sociais, clamando em prol dos anseios da indústria, do comércio, da classe média e da classe trabalhadora.

A campanha empreendida por David Carneiro obteve vitória nas urnas. Porém, Câmara Federal não a reconheceu, repetindo o que fez com todos os integrantes da oposição ao governo na ocasião. Tal episódio provocou o desgaste físico de David Carneiro, que faleceu no ano seguinte (CARNEIRO, 1981, p.117).

---

Plácido Macedo, Braulio V. de Lima, David Carneiro Júnior, entre outros. (O BANQUETE, 03.mai.1924, capa).

A análise das gestões de João Guilherme Guimarães e David Carneiro, duas lideranças empresariais de oposição às oligarquias hegemônicas, relacionam a falta de legitimidade das forças políticas dominantes ante aos empresários comerciais e industriais e a consequente organização dos mesmos em organizações oligárquicas dissidentes. Esse processo foi decisivo para a eclosão da Revolução de 1930 no Paraná, sustentada pelo apoio de vários setores sociais, incluindo o empresariado.

Na análise dos oito primeiros presidentes da ACP, assinalamos que os mesmos se apresentavam como representantes dos interesses das frações de classe dominante em ascensão durante o processo de modernização capitalista, que se referem à burguesia industrial ervateira e madeireira. As atividades econômicas exercidas pelos mesmos revelam uma aproximação com a economia ervateira, que viveu seu apogeu até a década de 1930. No geral, observamos que esses agentes ocupavam posições coadjuvantes na política local e se inseriram no campo como oligarquias dissidentes durante a Primeira República, exercendo o protesto às oligarquias tradicionais e à falta de espaço de representação política de seus interesses de classe.

Também observamos uma tendência geracional que indica o declínio do poder político de algumas famílias da classe dominante durante a passagem do Império para a consolidação do jogo político da Primeira República. Isso pode ser observado na trajetória política da família Guimarães, um dos “clãs”<sup>40</sup> políticos de maior influência no período imperial (a exemplo de Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nacar) que se organizava no interior do Partido Conservador, representando os interesses da burguesia ervateira do litoral. Neste trabalho, analisamos a trajetória da geração familiar posterior à do Visconde de Nacar, representado pelo presidente da Associação Comercial do Paraná, João Guilherme Guimarães, um dissidente oligárquico que é um dos organizadores de uma das principais organizações de protesto à política dominante, sendo presidente do Partido Democrático Paranaense

Em síntese, destacamos a presença das principais lideranças da ACP na política dissidente. A próxima seção analisará outra organização oligárquica dissidente com grande influência na contestação política da década de 1920: o Partido Democrático Paranaense.

---

<sup>40</sup> Na tese em que analisa a Assembleia Legislativa de 1853 a 1889, Alessandro Cavassin Alves (2015, p.384) assinala que a política paranaense durante todo o período provincial era exercida por três clãs familiares: (1) o clã Sá Ribas, (2) o clã que unificava as famílias Alves de Araújo, Oliveira e Sá e Camargo e (3) o clã Guimarães Correia.

### 3.5.3 A política dissidente partidária: o Partido Democrático Paranaense

O Partido Democrático foi uma organização política que começou suas atividades durante a década de 1920, com a fundação da seção paulista, em fevereiro de 1926. Após a criação do Partido Democrático de São Paulo, outros estados fundaram suas seções democráticas. No Paraná, a legenda foi fundada no início de 1927. No entanto, não há um trabalho específico que trate desta agremiação. A organização foi mencionada na tese de Mônica Goulart (2008) sobre a Assembleia Legislativa do Paraná, juntamente com o seu manifesto de lançamento. Também há outras menções esparsas, em livros de memórias os volumes escritos por Luiz Carlos Pereira Tourinho (1990) ou de estudos histórico-jornalísticos como a obra de Samuel Guimarães da Costa (1995).

Em linhas gerais, o discurso político do Partido Democrático Paranaense está evidenciado no seu manifesto<sup>41</sup> de lançamento eleitoral, datado de janeiro de 1927. O documento projeta a candidatura de David Carneiro a deputado federal nas eleições daquele ano como um elemento de união das discordâncias do “povo”, da indústria e do comércio em relação às práticas adotadas pelo Partido Republicano que evidenciavam a “decadência dos costumes políticos” e o “falseamento da democracia” (MANIFESTO, 25. Jan. 1927, p.3).

Trata-se de uma nova agremiação que concilia os interesses das “classes conservadoras” (ou seja, as classes proprietárias, em especial as associadas à indústria e o comércio) com os interesses da “classe operária”, classes não contempladas adequadamente pelo jogo político da situação hegemônica pelo Partido Republicano.

A renovação democrática teria a liderança da Associação Comercial do Paraná, reunida no interior do Partido Democrático, que moralizaria os costumes políticos através de um sentimento de patriotismo e coletivismo, e conciliaria as forças do capital e do trabalho por um novo pacto de solidariedade. A tarefa de “democratizar a República” seria realizada pelo esforço comum do “povo”. No caso do Paraná, este anseio tinha a diretoria do Partido Democrático como seu aliado, contando com os seguintes membros que assinaram a carta: João Guilherme Guimarães, Antônio Augusto Carvalho Chaves, Benjamin Lins, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, Antônio Jorge Machado Lima, Ângelo Guarinello e Fidélis Reginato (MANIFESTO, 25. Jan. 1927, p.3).

---

<sup>41</sup> O Manifesto de lançamento da candidatura de David Carneiro está localizado no DOCUMENTO 2, disponível nos anexos.

Esta seção objetiva apresentar um levantamento biográfico e genealógico da primeira diretoria do Partido Democrático Paranaense, pretendendo traçar um perfil geral dos membros dominantes de tal agremiação. Os primeiros perfis biográficos e genealógicos dos dirigentes serão dos paranaenses que compunham a agremiação. Por sua vez, os perfis dos dirigentes não nascidos no Paraná serão contemplados no segundo momento.

O principal nome do Partido Democrático Paranaense era o de **David Carneiro**, já analisado na seção sobre a Associação Comercial do Paraná. O mesmo ocorre em relação ao primeiro presidente do PD Paranaense, o comendador **João Guilherme Guimarães**. O clã Guimarães também se fez presente na diretoria do Partido Democrático, através da atuação de um dos sobrinhos de João Guilherme, o influente **Manoel de Alencar Guimarães**. Nascido em 1865 (pertencendo à mesma geração do seu tio), este agente desempenhou os cargos de juiz municipal, chefe de polícia, secretário de estatística, deputado estadual em 1892, deputado federal em 1894, reelegendo-se em 1900. Exerceu interinamente a presidência do estado em 1908. Senador por cinco legislaturas, liderou a dissidência no Partido Republicano Paranaense, denominada “Coligação Republicana”, rompendo com o então presidente do estado Carlos Cavalcanti e criticando Affonso Camargo<sup>42</sup>. Com tais rompimentos, viu sua carreira política no Paraná declinar, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde, em 1922, exerceu o cargo de tesoureiro na Comissão do Centenário da Independência, a convite do presidente Epitácio Pessoa. No ano de 1927, durante o governo Washington Luiz, foi nomeado Inspetor Consular para a América do Sul e Sul da África (CASA CIVIL<sup>43</sup>).

Esses dados expressam o fato de que importantes membros da família Guimarães participavam de dissidências em relação ao situacionismo e se engajaram no Partido Democrático, abrindo possibilidades de incrementação de capitais políticos após a Revolução de 1930. No caso da família Guimarães, constatamos a insatisfação política de membros da classe dominante tradicional, que exerciam protagonismo na economia local, dada a vinculação entre o Partido Democrático e a Associação Comercial do Paraná (ACP). Este partido possuía como endereço o Palácio do Comércio, sede da ACP, e foi organizado no interior desta entidade através da realização de conferências entre

---

<sup>42</sup> Manoel de Alencar Guimarães. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>. Acesso em 12 abr.2018.

<sup>43</sup> CASA CIVIL. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>. Acesso em 18. Abr.2018.

industriais e comerciantes que sentiam a necessidade da organização política coletiva, por meio de uma agremiação política e da fundação de jornais independentes. (MANIFESTO, 28.jan.1927, p.2). João Guilherme Guimarães foi um dos defensores da atuação dos empresários e comerciantes na política (CARNEIRO, 1981, p.100), ou as chamadas “classes produtoras” do país (os agricultores, pecuaristas, industriais e comerciantes), e atuou intensivamente em prol da representação política do empresariado no Partido Democrático e na Associação Comercial do Paraná. Também fundou os jornais políticos “A Ordem”, “O Constituinte”, e “A Nação” e também era um dos maiores acionistas da Gazeta do Povo<sup>44</sup>, jornal de oposição aos círculos dominantes oligárquicos, fundado em 1919.

Outro membro do PD do Paraná era **Joaquim Pereira de Macedo**. Nascido na cidade de Porto de Cima, em 1858, era filho do comerciante Manoel Ribeiro de Macedo e Francisca Pereira de Macedo. As conexões com a classe dominante tradicional são evidentes na sua genealogia. Tendo como referência a Genealogia Paranaense, de Francisco Negrão verificamos que o agente é portador do Título Rodrigues Seixas (Vol.II), por nascimento, pertencendo à família Macedo. Um dos filhos do casal, Manoel Pereira de Macedo, casou-se com Hilda de Macedo Cortes, outra ramificação importante da família Macedo. Outro Título do qual é portador é o Rodrigues de França (Vol.III), pois uma das filhas do casal, Alcina Macedo, contraiu matrimônio com Acyr Guimarães, redator-chefe da Gazeta do Povo. Por sua vez, também é portador do Título Pletz (Vol.VI), pelo casamento com Adelaide de Azevedo Müller de Macedo, filha do Coronel José Mathias Müller

Joaquim Macedo era industrial da erva-mate e do trigo, proprietário do único moinho existente até então. Sua atuação política começou no litoral, exercendo a superintendência do ensino de Porto de Cima. Tinha notoriedade no Império, sendo nomeado pela Princesa Isabel para o cargo de coronel comandante superior da Guarda Nacional no município de Palmeira Nesta cidade, também ocupou a delegacia de polícia, a prefeitura e a vice-prefeitura (NICOLAS, 1984). Foi deputado constituinte, deputado estadual na primeira legislatura republicana, em 1892, e presidente da Assembleia Legislativa, em 1900 (GOULART, 2008, p. 249 e 518). Em Curitiba, foi vereador e prefeito de 1908 a 1911. Observa-se na trajetória de Joaquim Macedo uma atividade

---

<sup>44</sup>JOÃO Guilherme Guimarães <http://msinstituto.blogspot.com.br/2016/07/joao-guilherme-guimaraes.html>



política intensa nos primeiros anos da República e um declínio entre as décadas de 1910 e 1920.

Outro membro da classe dominante tradicional e dirigente do Partido Democrático é **Antônio Jorge Machado Lima**. Portador dos títulos genealógicos Carrasco dos Reis e Rodrigues de França, nasceu em Ponta Grossa, no ano de 1886, é um dos filhos do casal Vicente Machado da Silva Lima e Maria Antônia Machado Lima. Seu pai foi Deputado Provincial (de 1886 a 1889), Deputado Estadual (de 1891 a 1892, de 1896 a 1903) Senador pelo Paraná (1895-1902) e presidente do Paraná (1893-1894 e 1904-1907), um dos mais notáveis políticos do período pré-1930 (GOULART, 2008; OLIVEIRA, 2000; ALEP<sup>45</sup>; CASA CIVIL<sup>46</sup>). Membro de uma família estabelecida no Paraná desde meados do século XVIII, sendo descendente de Mateus Leme (CORRÊIA, 2004, p.244), um dos povoadores de Curitiba, Antônio Machado era casado com Zaira Abreu Machado, filha do senador Cândido Ferreira de Abreu. Seus familiares<sup>47</sup> tinham uma conexão imensa de conexões com a classe dominante tradicional paranaense.

Antônio Machado da Silva Lima formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1907. Desempenhou o cargo de promotor público em Palmeiras e Antonina entre 1908 e 1909 e procurador fiscal e consultor jurídico da Fazenda Nacional na Delegacia Fiscal do Paraná, de 1909 a 1930. Fundou e dirigiu o jornal A Tarde, em 1928, opositor dos governos estadual e federal e amplo divulgador da Aliança Liberal no Paraná. Também detinha capitais culturais, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

A rebeldia em relação às oligarquias dominantes do estado na trajetória de Antônio Machado é de longa data. Participou da dissidência liderada pelo senador Alencar Guimarães, exercendo oposição aos políticos dominantes, a partir do ano de

---

<sup>45</sup> ALEP. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/deputados>

<sup>46</sup> CASA CIVIL. Vicente Machado da Silva Lima. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>

<sup>47</sup> A irmã de Machado era casada com um filho de Carlos Cavalcanti (GOULART, 2008, p.128). Um irmão de Antônio Machado com grande influência na política é Caio Graccho Machado Lima, deputado estadual, de 1908 a 1909 e de 1930 a 1931. Foi um dos fundadores do PSD na década de 1930 (DAGOSTIM, 2011; GOULART, 2008). Fez parte do Conselho do Departamento Administrativo do Estado do Paraná de 1940 a 1941, e de 1946 a 1947, sendo membro do Círculo de Estudos Bandeirantes e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (DAGOSTIM, 2011, p.159). Um primo influente dos dois irmãos foi Ranulfo Pinheiro Lima, deputado federal em São Paulo, eleito no ano de 1935 (ALVES, 2003, p.229). Esta geração de irmãos e primos herdou capitais político das gerações anteriores, especialmente àquela inserida na política da República Velha. Um dos tios dos irmãos Antônio e Caio foi José Machado Pinheiro Lima, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (OLIVEIRA, 2000, p.391) e presidente desta mesma instituição em 1903, sendo este o pai do já citado Ranulfo Pinheiro Lima. Outro tio influente é Benigno Augusto Pinheiro Lima, coronel, deputado estadual de 1906 a 1907 e chefe político em Antonina (CORRÊIA, 2006, p.245; ALEP).

1914. Nas próximas etapas da tese, averiguaremos a atuação de Antônio Jorge Machado no período pós-1930.

**Fidélis Manoel Reginato**, outro dirigente do Partido Democrático Paranaense, era um conhecido cidadão casado com Antônia Peixoto Reginato, portadora do título Oliveira Cardoso (NEGRÃO, 1929, p.364). Não há maiores informações biográficas sobre este agente, consta que o mesmo foi apoiador da Revolução de 1930.

A diretoria do Partido Democrático Paranaense também contava com **Ulysses Falcão Vieira**, nascido em Curitiba, no ano de 1885, filho de José Rodrigues Vieira e Cecília Falcão Vieira, portadora do título Corrêa de Bittencourt (NEGRÃO, 1926, V5, p.32-33). Formado em Direito, atuou como delegado de polícia em Curitiba e promotor público em Rio Negro, no ano de 1912 (BIOBIBLIOGRAFIA, 2011, p.54). Em 1914 foi eleito deputado na Assembleia Legislativa. (NICOLAS, 1984, p.326). No entanto, nas eleições de 1918, não obteve sucesso eleitoral. Seus capitais sociais e acadêmicos eram de notoriedade, exercendo a presidência do Clube Curitibano, e do Centro de Letras do Paraná. Foi um dos fundadores e primeiro presidente da Academia Paranaense de Letras, entre os anos de 1936 e 1937, de 1936 a 1942 (BIOBIBLIOGRAFIA, 2011). Também foi diretor- proprietário do Diário da Tarde, professor de Direito da Universidade do Paraná e um dos redatores da Constituição Estadual de 1934 (BIOBIBLIOGRAFIA, 2011, p.54).

O único membro da diretoria do Partido Democrático Paranaense que não é mencionado pela Genealogia Paranaense é o Coronel **Francisco Xaxier Teixeira de Carvalho**. Exercia a função de advogado em Curitiba.

Um dos maiores expoentes do Partido Democrático Paranaense foi **Antônio Augusto de Carvalho Chaves**. Nascido no ano de 1875, na cidade de Macaíba, no Rio Grande do Norte, era filho de Joaquim Gonçalves Chaves Filho e Francisca de Carvalho Chaves. Seu pai foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Recife (BEVILAQUA, 1977). Em 1883, sua família transferiu-se para o Paraná. Realizou o primário no Colégio Partenon Paranaense e o secundário e no colégio de propriedade do Professor Arthur Ferreira de Loyola, ambos localizados em Curitiba, formando boa parte da classe dominante paranaense do período (DICIONÁRIO CPDOC FGV). Casado com Rosa de Carvalho Chaves, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1895 (DICIONÁRIO CPDOC FGV; CARNEIRO; VARGAS, 1994), seguindo os passos do seu pai, exercendo também o cargo de promotor público em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo (DICIONÁRIO CPDOC FGV; CARNEIRO; VARGAS, 1994). Em 1896, retornou ao Paraná para exercer o cargo de secretário do Interior, Justiça e Instrução

Pública, no governo de Francisco Xavier da Silva, cargo que exerceu até o ano de 1900, quando assumiu outra secretaria, a de Finanças, Comércio e Indústria, permanecendo até 1904, ano em que se elegeu deputado federal, sendo reeleito sucessivamente até 1914 (DICIONÁRIO CPDOC FGV; CARNEIRO; VARGAS, 1994). Também acumulou o cargo de deputado estadual em alguns anos deste período, chegando a ser vice-presidente da Assembleia Legislativa em 1910 (GOULART, 2008, p. 520).

Outro membro da diretoria do Partido Democrático foi **Benjamin Américo de Freitas Pessoa**, que nasceu na cidade de Bananeiras, na Paraíba, no ano de 1858, filho de Antônio Targino de Freitas Pessoa e Francisca da Cruz de Freitas Pessoa. Seu pai foi juiz de paz em Bananeiras (SOUZA, 1998). A família Targino e a família Pessoa são tradicionais no estado da Paraíba (MONTEIRO, 2016), acumulando capitais sociais, políticos, econômicos e jurídicos. Casado com Constância de Faria Pessoa, formou-se em 1879 pela Faculdade de Direito de Recife. Logo após sua formatura, iniciou sua carreira no Paraná, atuando como juiz nos municípios de Campo Largo e de Antonina. Também ocupou o cargo de auditor de guerra no 5º Distrito Militar do Paraná (TJ PARANÁ<sup>48</sup>). A partir do ano de 1894, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Exerceu o cargo de deputado na Assembleia Legislativa entre os anos de 1897 e 1914, no qual ocupou o cargo de 1º vice-presidente da ALEP por 3 anos, de 1904 a 1907 (GOULART, 2008).

Por sua vez, **Benjamin Baptista Lins D’Albuquerque** nasceu na Paraíba, no ano de 1876. Filho do Capitão João Lins de Albuquerque Júnior e de Anna Carolina Baptista Lins de Albuquerque (AUTORIDADES<sup>49</sup>), pertencia a uma tradicional família paraibana, pelo tronco Albuquerque (MONTEIRO, 2016). Embora seus descendentes afirmem o pertencimento deste agente às classes mais baixas<sup>50</sup>, sua trajetória revela uma herança de capitais sociais e acadêmicos de relevância local. Segundo a página do Museu Maçônico Paranaense, Lins foi Grão Mestre do Grande Oriente e do Supremo Conselho do Paraná,

<sup>48</sup> Des. Benjamin Américo de Freitas Pessoa. [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-benjamin-americ-de-freitas-pessoa/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-benjamin-americ-de-freitas-pessoa/397262?inheritRedirect=false)

<sup>49</sup> Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades\\_PR/GOIndPR902\\_918-Benjamin\\_Lins.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/GOIndPR902_918-Benjamin_Lins.htm)

<sup>50</sup> “A família de papai era muito pobre. Desde cedo ele teve de trabalhar para pagar o colégio e depois a faculdade. Naquele tempo, muitos “bacharéis do Norte” vinham para o Sul em busca de progresso e faziam sucesso porque eram cultos e inteligentes. Havia até o ditado: “São Paulo exporta café, o Norte exporta talentos.” Meu pai foi severo, mas generoso” Entrevista com Enólia Lins de Loyola e Silva, filha de Benjamin Lins. Gazeta do Povo, 2.2.2009. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90-anos/independencia/meu-pai-foi-severo-mas-generoso-beaoayfw1e3sjk08j1i5rc5q>

entre os anos de 1914 a 1918 (AUTORIDADES<sup>51</sup>). Ainda segundo esta publicação, estudou na Faculdade de Direito do Recife. Após a formatura, em 1907 se instalou em Curitiba, abrindo um escritório de advocacia em sociedade com Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Outras informações biográficas apontadas pela página do Museu Maçônico indicam que Benjamin Lins foi um dos responsáveis pela consolidação das leis municipais de Curitiba no ano de 1909, durante a gestão de Luiz Xavier a frente da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. Neste período também começa a gestar a criação de uma Universidade no Paraná, fundada em 19 de dezembro de 1912. Benjamin Lins foi um dos primeiros professores de Direito na Universidade. Em 1923, retomou suas atividades jornalísticas críticas ao situacionismo, sendo um dos fundadores do jornal “O Dia”, juntamente com David Carneiro.

Outro dirigente do Partido Democrático foi **Ângelo Guarinello**. Nascido em Pindamonhangaba, São Paulo, no ano de 1876, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e migrou para Curitiba, onde iniciou suas atividades profissionais. Desenvolvia intensas atividades literárias como poeta e fabulista, sendo integrante do Centro de Letras do Paraná a partir da década de 1920, exercendo diversas funções. É considerado um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras, sendo o primeiro ocupante da cadeira nº40 desta instituição (BIOBIBLIOGRAFIA, 2011, p.276). Casou-se com Eleonora Gaissler, filha de Leocádia de Souza Gaissler e do coronel Paulo Emílio Gaissler, capitalista de Curitiba, e portadora do título Oliveira Cardoso (NEGRÃO, 2004, Volume IV, p.566). Guarinello não exerceu atividades políticas relevantes em sua trajetória.

Em resumo, o perfil social e genealógico dos dirigentes do Partido Democrático Paranaense pode ser conferido no quadro a seguir:

#### QUADRO 4: PERFIL SOCIAL E GENEALÓGICO DOS DIRIGENTES DO PARTIDO DEMOCRÁTICO PARANAENSE

Nome	Origens Sociais/Títulos Genealógicos	Profissão/Atividades econômicas
João Guilherme Guimarães	Título Rodrigues de França/Xavier Pinto	Industrial de erva-mate.

51

Disponível

em:

[http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades\\_PR/GOIndPR902\\_918-Benjamin\\_Lins.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/GOIndPR902_918-Benjamin_Lins.htm). Informações retiradas do livro: “A Maçonaria no Paraná” – Vol. 7 de 7, página 136 e 141 – Registro de Direitos Autorais nº 240.200.

Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Título Rodrigues Seixas	Profissional liberal e alto funcionário público.
Benjamin Pessoa	Título Rodrigues Seixas	Jurista. Desembargador do Tribunal de Justiça do PR.
Manoel de Alencar Guimarães	Título Rodrigues de França. Parentesco com João Guilherme Guimarães	Família proprietária de engenhos de erva-mate.
Joaquim Pereira de Macedo	Título Rodrigues Seixas/Xavier Pinto/Rodrigues de França/Pletz	Industrial de erva-mate e de trigo.
Ulysses Falcão Vieira	Título Corrêa de Bittencourt	Profissional liberal, presidente do Clube Curitibano.
Benjamin Lins	Título Rodrigues Seixas	Profissional liberal. Professor Universitário
F.X.T. Carvalho		Profissional liberal e alto funcionário público.
Antônio Jorge Machado Lima	Título Carrasco dos Reis/Rodrigues de França	Família proprietária nos Campos Gerais.
David Antônio da Silva Carneiro Júnior	Título Carrasco dos Reis/Rodrigues de França/ Soares da Costa	Industrial ervateiro.
Ângelo Guarinello	Título Oliveira Cardoso	Profissional liberal e intelectual
Fidélis Manoel Reginato	Título Oliveira Cardoso	

Fontes: Anexo 2- Ver citações nos esboços biográficos.

Verificamos que, com exceção a Francisco Xaxier Teixeira de Carvalho, todos os demais dirigentes do PD pertenciam à classe dominante tradicional, seja através do nascimento, ou através de laços matrimoniais estabelecidos com famílias tradicionais na sociedade paranaense. Também verificamos a recorrência de agentes ligados à economia ervateira, a fração de classe dominante mais poderosa do Paraná em termos econômicos. 4 dos 12 dirigentes eram grandes industriais ervateiros. Destaca-se o notável número de profissionais liberais e juristas pertencentes ao diretório do Partido Democrático (6 de 12), muitas vezes associados ao alto funcionalismo público, à intelectualidade e a clubes sociais.

O quadro a seguir apresenta um resumo das principais atividades políticas dos dirigentes do Partido Democrático Paranaense.

QUADRO 5- PERFIL POLÍTICO DIRIGENTES DO PARTIDO DEMOCRÁTICO PARANAENSE

Nome	Política Pré-1930	Grupos dissidentes/vínculos institucionais, década de 1920
João Guilherme Guimarães	-Partido Republicano; -Vereador; -Prefeito de Paranaguá.	-Fundador da Gazeta do Povo; -Presidente da ACP; -Presidente do PD PR.
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	-Partido Republicano; -Secretário de Estado, 1896-1900; -Deputado Federal, 1904-1914; -Deputado Estadual;	-Partido Democrático; -Apoiador da Revolução de 1930;
Benjamin Pessoa	-Partido Republicano; Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná; -Deputado Estadual (1897-1914).	-Partido Democrático.
Manoel de Alencar Guimarães	-Partido Republicano; -Chefe de polícia; -Secretário de estado; -Deputado estadual; -Presidente da ALEP, 1908-1914; -Deputado Federal; -Senador, 1908-1920; -Inspetor Consular.	-Partido Autonomista, crítico ao camarguismo; -Partido Democrático.
Joaquim Pereira de Macedo	-Partido Republicano; -Coronel da Guarda Nacional, delegado de polícia e prefeito de Palmeira; -Deputado estadual, 1892; -Presidente da ALEP; -Prefeito de Curitiba, 1908-1911; 1930-1932.	-Partido Democrático; -Presidente da Aliança Liberal do Paraná;
Ulysses Falcão Vieira	-Partido Republicano; - Deputado Estadual (1914-1918).	-Presidente da Academia Paranaense de Letras; -Diretor do Diário da Tarde; -Partido Democrático.
Benjamin Lins	-Partido Republicano; -Secretário de Estado, 1909.	-Partido Democrático; -Fundador da Gazeta do Povo e O Dia; -Aliança Liberal.
F.X.T. Carvalho		-Partido Democrático; -Aliança Liberal.

Antônio Jorge Machado Lima	Partido Republicano.	-Partido Democrático; -Fundador A Tarde; -Aliança Liberal; -Presidente do diretório revolucionário do Paraná.
David Carneiro Júnior	Candidato a deputado federal, eleições de 1927	-Presidente da ACP; -Membro do Partido Autonomista; -Fundador da Gazeta do Povo e O Dia
Ângelo Guarinello		-Membro da Academia Paranaense de Letras. Fundador do Centro de Letras do PR
Fidélis Manoel Reginato	Membro da diretoria da Associação Comercial do Paraná (décadas de 1920 e 1930).	-Partido Democrático; -Apoiador da Revolução de 1930.

Fontes: Vide Anexos. Quadro: Elaboração da autora.

Na análise dos dados biográficos dos de 12 dirigentes-fundadores do Partido Democrático Paranaense, verificamos que a organização oligárquica dissidente era composta de membros com fortes conexões familiares em relação à classe dominante tradicional. Constatamos que 11 dos 12 dirigentes eram portares de títulos genealógicos, através do nascimento ou dos matrimônios contraídos por eles mesmos ou pelos seus filhos. Tais dirigentes acumularam diversas espécies de capitais econômicos e culturais antes de deterem mais recursos políticos, potencializados pela Revolução de 1930, conforme verificaremos nas próximas etapas desta tese.

As atividades econômicas de seus dirigentes remetiam-se, com recorrência, à indústria ervateira, a atividade mais rentável e promissora do período, juntamente com a madeira. Esse argumento é fortalecido com o fato do Partido Democrático ter sua organização no interior da Associação Comercial do Paraná, organização identificada com a defesa dos interesses da indústria e do comércio, ou seja, frações de classe dominante descontentes com as políticas adotadas pelas oligarquias hegemônicas do Partido Republicano. Esta agremiação também busca contemplar algumas aspirações do movimento operário, apresentando um discurso reformista que evoca a necessidade de conciliação entre o capital e o trabalho.

Destacamos também que a maioria dos membros da diretoria do Partido Democrático e suas famílias exerciam atividades políticas de relevância entre o final do Império e o início da República e em um dado momento deste período (no primeiro

momento, na Coligação Republicana e no segundo momento, entre o final da década de 1910 e a década de 1920), passaram a se identificar como dissidentes destas oligarquias, rompendo com as mesmas e participando de diversas organizações de oposição e protesto oligárquico, entre elas, o Partido Democrático. Esse é o caso dos membros do clã Guimarães que aglutinaram-se na agremiação dissidente. Já nos casos de Joaquim Pereira de Macedo e Antônio Jorge Machado da Silva Lima, verifica-se que eles e os membros de suas famílias tiveram relevância política em um dado momento da Primeira República, perdendo as suas oposições com o passar dos anos, encontrando-se em ostracismo na década de 1920, ou seja, no contexto em que se criou o Partido Democrático Paranaense.

#### 3.5.4 A política dissidente partidária: A Aliança Liberal no Paraná

A Aliança Liberal surgiu no mês de agosto de 1929 como uma coligação nacional de oposição ao situacionismo do presidente Washington Luís e seu candidato oficial, o paulista Júlio Prestes.

Antes do lançamento da campanha presidencial da Aliança Liberal, Getúlio Vargas cogitava angariar alianças com oligarcas descontentes com São Paulo. Em uma carta para João Neves, escrita em 2 de agosto de 1929, Vargas relatava que conversou com um membro da AL que se chamava Arthur Caetano, amigo de Affonso Camargo, o presidente do estado. Embora alinhado com Júlio Prestes, ele não estava satisfeito com as lideranças do Partido Republicano Paulista, pretendendo lançar ao governo do estado Lindolpho Pessoa, parente de Epitácio Pessoa. Vargas estava esperançoso quanto a possibilidade de ter “bons elementos de oposição” no Paraná apoiando a Aliança Liberal, tais como Gaspar Saldanha e Menezes Dória, esperando uma boa votação no estado<sup>52</sup>.

No entanto, o presidente do estado, Affonso Camargo, não efetivou aproximação com os oligarcas dissidentes da Aliança Liberal, preferindo dar continuidade ao seu apoio ao presidente Washington Luís e o Partido Republicano Paulista. Mesmo com essa aproximação fracassada, a organização oligárquica dissidente no Paraná se apresentava de maneira robusta, a exemplo do que já observamos na atuação do Partido Democrático Paranaense.

---

<sup>52</sup> Carta de Getúlio Dornelles Vargas a João Neves comentando encontro com Artur Caetano e as informações que este lhe deu sobre a situação política, econômica e financeira de São Paulo, e sobre a possibilidade de apoio do Paraná. Porto Alegre. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVC1929.08.02/4.



A Aliança Liberal do Paraná era dirigida por uma comissão executiva, composta pelos seguintes membros: Ottoni Ferreira Maciel, Roberto Glasser, João Cândido Ferreira, Francisco de Paula Soares Netto, Antônio Couto Pereira, João Ribeiro de Macedo Filho, João David Pernetta, Octávio da Silveira, Vicente Mário de Castro, Francisco José Guérios, Oscar Joseph de Plácido e Silva.

O perfil dos agentes integrantes da Aliança Liberal revela uma grande aproximação com as classes dominantes tradicionais do Paraná. O quadro a seguir demonstra quais eram os títulos genealógicos e conexões familiares com que estes agentes tinham vínculos, bem como quais eram os capitais econômicos que os mesmos detinham.

QUADRO 6: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS DOS MEMBROS DA ALIANÇA LIBERAL DO PARANÁ

Nome/UF nascimento	Título Genealógico/ Conexões Familiares	Capitais Econômicos/sociais
Ottoni Ferreira Maciel/ Palmeira, PR	Carrasco dos Reis (Vol.I) Rodrigues Seixas (Vol.II)	Fazendeiro e agropecuário
Roberto Glasser/ RS	Pai: Abraão Glasser, Deputado Estadual, 1920- 1921	Comerciante, industrial e agropecuário. Secretário- Geral da ACP
João Cândido Ferreira/ Lapa, PR	Título Rodrigues Seixas (Vol.II) Título Carrasco dos Reis (Vol.I).	Fazendeiro e professor universitário
Francisco de Paula Soares Netto/ RS	Primo de Salvador César Obino, chefe do Estado maior do Exército, décadas de 1940 e 1950	Família de membros militares. Professor Universitário
Antônio Couto Pereira/ CE	Título Cardoso de Lima (Vol.V); Título Rodrigues de França (Vol.III)	Família de Fazendeiros no Ceará. Presidente do Clube Coritiba (décadas de 1920, 1930 e 1940).
João Ribeiro de Macedo Filho/ PR	Pai: Joaquim Pereira de Macedo, Prefeito de Curitiba, 1930-1931. Título Rodrigues de Seixas (Vol.II).	Família de industriais e ervateiros.
João David Pernetta/ PR	Casado com Laura Beltrão Pernetta. Título Rodrigues de França (Vol.III).	Família de artistas e intelectuais. Professor Universitário.
Octávio da Silveira/ RS		Professor Universitário.
Vicente Mário de Castro		Capitão do Exército

Oscar Joseph de Plácido e Silva/ AL		Professor Universitário e Proprietário da Gazeta do Povo
--	--	--

Fontes: Ver anexo 3. Quadro: organização da autora.

Verificamos a recorrência de membros da Aliança Liberal vinculados genealogicamente à classe dominante tradicional. Dos 10 integrantes da diretoria da agremiação política, 5 eram portadores de títulos elencados na obra de Francisco Negrão.

A sua principal liderança, Ottoni Ferreira Maciel, era portador do título Rodrigues Seixas por nascimento (NEGRÃO, 1927), sendo filho do Coronel Pedro Ferreira Maciel, um integrante da política imperial que desempenhou o cargo de deputado provincial de 1887 a 1889. Através do casamento com Maria da Glória Amaral, Ottoni Maciel passou a ser portador do título Carrasco dos Reis. Como cunhados, destacamos as figuras de João Cândido Ferreira (eleito presidente do estado em 1907), Victor Ferreira do Amaral, (médico, fundador da Universidade do Paraná, secretário de estado e deputado federal) e Octávio Ferreira do Amaral e Silva (deputado estadual e professor na Universidade do Paraná). A família de sua esposa também possuía conexões com importantes linhagens da sociedade paranaense, tais como as associadas aos sobrenomes Marcondes, Pimpão, Westphalen, Suplicy, entre outros.

João Cândido Ferreira, cunhado de Ottoni Maciel, era outra liderança da Aliança Liberal que possuía vínculos genealógicos vinculados à classe dominante tradicional. Descendente de Rodrigues Seixas e Xavier Pinto, também possuía laços de parentesco com Diego Antônio Feijó, regente do Império (NEGRÃO, 1927). Os seus irmãos mais ilustres foram citados no parágrafo anterior. Trata-se de uma poderosa e influente família do Paraná Tradicional que exerce influência até os dias atuais.

O cearense Antônio Couto Pereira vinculou-se à classe dominante tradicional paranaense através do casamento com Laura Barros Alves, portadora do título Cardoso de Lima (NEGRÃO, 1946, p.54) e do título Rodrigues de França (NEGRÃO, 1928, p.58). Couto Pereira casou-se em segundas núpcias com Odette Pereira Correia, portadora do título Pereiras (NEGRÃO, 1950, p.262), outra integrante da classe dominante do estado, vinculada à região litorânea.

João Ribeiro de Macedo Filho é portador do título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, 1927), possuindo parentesco com os presidentes da Associação Comercial do Paraná, José Ribeiro de Macedo e João Ribeiro de Macedo. O seu pai, Joaquim Pereira de Macedo, foi deputado estadual por diversas legislaturas, presidente da assembleia

estadual e prefeito de Curitiba por duas ocasiões: de 1908 a 1912 e de 1930 a 1931 (NICOLAS, 1984; RELAÇÃO<sup>53</sup>). Um dos irmãos de João Macedo Filho é Eurico Pereira de Macedo, desembargador do Tribunal de Justiça de 1966 a 1969 (DESEMBARGADORES<sup>54</sup>).

Por sua vez, João David Pernetta era membro de uma família de artistas e intelectuais, tais como Emiliano, Evaristo, Manoel e Júlio Pernetta. Vinculou-se à classe dominante tradicional paranaense através do casamento com Rosa Gutierrez Beltrão e Francisco da Cunha Machado Beltrão, portadora do Título Rodrigues de França. Entre os irmãos de Laura Beltrão, destacam-se: Francisco Gutierrez Beltrão, Secretário de Obras Públicas, Juiz e Deputado Estadual; Capitão Tenente Osman Gutierrez Beltrão, oficial da Guarda Nacional (NEGRÃO, 1928, p.316-317).

Francisco Paula Soares Netto, nascido no Rio Grande do Sul, era membro de família militar. Um dos seus primos, Salvador César Obino, foi chefe do Estado maior do Exército entre as décadas de 1940 e 1950 (DHBB). Outro gaúcho, Roberto Glasser, era membro de uma família política que se estabeleceu no Paraná da Primeira República. Seu pai, Abraão Glasser, foi Deputado Estadual no biênio de 1920-1921 (NICOLAS, 1984). Apenas Octávio da Silveira (gaúcho), Vicente Mário de Castro (sem informações do local de nascimento) e Oscar Joseph de Plácido e Silva (alagoano) não possuíam vínculos familiares com importantes grupos da sociedade paranaense do período.

Todos os membros da Aliança Liberal do Paraná eram portadores de capitais econômicos e sociais de considerável volume, ocupando importantes posições no estado. Destaca-se a recorrência da grande propriedade agrícola (5 dos 10) como um meio de renda principal dos agentes analisados.

A análise da carreira política dos diretores da Aliança Liberal no Paraná indica que quase todos eram oligarcas típicos da Primeira República, que se tornaram dissidentes com o passar dos acontecimentos políticos marcaram o período.

**Otoni Maciel** iniciou a sua atividade política como vereador no município de Palmeira, sendo presidente da Câmara por vários mandatos. Ingressou na Assembleia Legislativa no ano de 1892, renunciando ao mandato na ocasião. Exerceu o posto de deputado estadual entre os anos de 1897 e 1901 (NICOLAS, 1984). Em 1907,

---

<sup>53</sup> RELAÇÃO dos prefeitos de Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>. Acesso em 25.set.2019.

<sup>54</sup> DESEMBARGADORES. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-eurico-pereira-de-macedo/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-eurico-pereira-de-macedo/397262?inheritRedirect=false). Acesso em 25.set.2019.

candidatou-se ao cargo de vice-presidente do estado, na mesma chapa do seu cunhado, João Cândido Ferreira, este postulante ao cargo de presidente do Paraná. Vencida a eleição, o titular, João Cândido Ferreira renunciou ao cargo, atitude seguida por Ottoni Maciel. Esses acontecimentos foram descritos por Ottoni Maciel na obra “Bastidores Políticos”.

A retomada da carreira política de Ottoni Maciel ocorreu na ocasião em que foi eleito deputado estadual para o biênio de 1915 e 1914. No entanto, não deu continuidade ao exercício de mandatos ou cargos ligados ao grupo político dominante. Durante a década de 1920, vinculou-se à política oligárquica dissidente, apoiando o movimento tenentista, colaborando com o jornal “Gazeta do Povo” e também fazendo parte do grupo de fundadores do jornal “O Dia” (NICOLAS, 1984). Tanto a Gazeta do Povo como o jornal O Dia possuíam orientação de contestação ao cenário político hegemônico pelo PRP. Com o movimento nacional em prol da eleição de Getúlio Vargas, foi o principal líder da Aliança Liberal no Paraná.

Com uma trajetória política parecida com a do seu cunhado, **João Cândido Ferreira** também é um exemplo de um oligarca que se tornou dissidente a partir do momento em que perdeu espaço político para outros grupos dominantes em um dado contexto da Primeira República, tal como foi relatado na contextualização de Ottoni Maciel sobre os acontecimentos políticos de 1907 e 1908.

João Cândido Ferreira iniciou sua carreira política como prefeito de sua cidade natal, Lapa, em 1892. Formado em Medicina, na ocasião do Cerco da Lapa, foi empossado Chefe do Serviço Médico Militar em 1894 (CARNEIRO; VARGAS, 1994). Exerceu o cargo de deputado estadual no ano de 1889 e entre os anos de 1897 e 1898. Foi eleito deputado federal e exerceu a legislatura entre 1900 e 1902 (NICOLAS, 1974). Quando Vicente Machado chefiou o executivo paranaense, ocupou o posto de vice-presidente do estado. Conforme o já assinalado, no ano de 1907, foi eleito presidente do estado, tendo como vice-presidente o seu cunhado Ottoni Maciel. No entanto, renunciou ao cargo por desavenças e manobras políticas (CARNEIRO; VARGAS, 1994).

**João David Pernetta** é outro exemplo de um oligarca que se tornou dissidente durante a Primeira República. Exerceu o cargo de deputado estadual entre 1806 e 1915 e deputado federal entre 1915 e 1920 (NICOLAS, 1984; NICOLAS, 1974). Na Câmara Federal, chegou a ocupar o cargo de 1º secretário. Durante a década de 1920, vinculou-se às oligarquias dissidentes e não ocupou nenhum cargo político. Sua volta ao campo do poder se deu a partir da sua participação na Aliança Liberal.

A **nova geração** de políticos que pertencia à Aliança Liberal corresponde a aqueles que não ocuparam cargos políticos no momento anterior a 1930. São eles: Francisco de Paula Soares Netto, Antônio Couto Pereira, João Ribeiro de Macedo Filho, Octávio Silveira, Vicente Mário de Castro e Oscar Joseph de Plácido e Silva.

Boa parte da “nova geração” possuía fortes vínculos de prestígio social, sejam eles como o capital familiar militar, como é o caso de **Francisco de Paula Soares**, ou em relação aos vínculos familiares oligárquicos, como é o caso de **Antônio Couto Pereira** e **João Ribeiro de Macedo Filho**. Os três agentes desenvolveram suas carreiras políticas após a Revolução de 1930, incrementando os seus capitais, conforme veremos nos próximos capítulos.

Três integrantes da diretoria da Aliança Liberal do Paraná que não possuíam vínculos com as oligarquias dominantes e não ocuparam cargos políticos antes da Revolução de 1930 foram Octávio da Silveira, Vicente Mário de Castro, Oscar Joseph de Plácido e Silva e Roberto Glasser.

**Octávio da Silveira** foi apoiador dos levantes tenentistas de 1922, 1924 e da Coluna Prestes. Em 1930, integrou a Aliança Liberal. Desempenhou importantes atividades políticas após a Revolução de 1930, analisadas em momentos posteriores da presente tese.

**Vicente Mário de Castro** era capitão do exército, participando ativamente dos movimentos tenentistas na década de 1920. Na ocasião das eleições de 1930, apoiou a Aliança Liberal. No período pós-1930, exerceu destacados papéis no cenário revolucionário.

**Oscar Joseph de Plácido e Silva** foi um dos fundadores da Gazeta do Povo, jornal de orientação crítica em relação às oligarquias dominantes. Alagoano, foi aluno da primeira turma da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. No entanto, não desempenhou nenhum cargo político relevante no período pós-1930.

Por sua vez, **Roberto Glasser** exerceu o cargo de deputado estadual no biênio 1914-1915. Porém, não teve capitais necessários para dar continuidade à sua vinculação à política dominante, não ocupando cargos políticos nos anos posteriores. A sua retomada à Assembleia Legislativa se deu a partir da sua vitória nas eleições para o biênio 1930-1931 (NICOLAS, 1984). Com a dissolução do poder legislativo pela Revolução de 1930, Glasser interrompeu o seu mandato. Após a Revolução de 1930, associou-se aos irmãos Tourinho no campo político paranaense.

O principal nome da Aliança Liberal no Paraná, Ottoni Maciel, tinha contato com os aliancistas João Neves da Fontoura, Afonso Pena Júnior e Simões Lopes (O DIA. O caso do sr.Ottoni Maciel com a Aliança Liberal. 04.jan.1930). Mesmo com prestígio nacional, seu nome era contestado localmente por membros do Comitê Cívico pró-Getúlio Vargas. Maciel era acusado de cometer atitudes discricionárias dentro da agremiação (O DIA. A Comissão Executiva da Aliança Liberal está solidária consigo mesma. 05.jan.1930, p.1). Curitiba foi considerada a cidade irradiadora do movimento aliancista no Paraná, e a liderança de Ottoni Maciel corroborou isso (FRANCO, 2010).

A dissidência da Aliança Liberal do Paraná foi liderada por **Francisco Guérios**, opositor de Ottoni Maciel (O DIA. Resposta Necessária. 07.jan.1930). Embora Guérios não fizesse parte da diretoria local da Aliança Liberal, seu nome era importante nos círculos de oposição oligárquica no estado. Guérios acusou Maciel de não prestar as contas do partido, e isso entraria em contradição com os princípios que envolviam a regeneração política que a aliança propagava (O DIA. Queremos é a prestação de contas. 08.jan.1930, p.1).

Juntamente com Francisco Guérios, **Walter Gastão Buttell** fazia parte da oposição aos “liberais ottonistas” que se travestiam de “revolucionários”, a exemplo do que ocorria com lideranças nacionais, tais como Arthur Bernardes, Eptácio Pessoa e Antônio Carlos (O DIA. Desfazendo infâmias. 02.fev.1930, p.1). Trata-se de outro nome que não fazia parte da diretoria da AL que, no entanto, exercia uma notável influência política nos círculos renovadores da política local. Nos próximos capítulos, abordaremos a militância política destes dois agentes políticos no contexto pós-revolucionário.

No dia 1º de março de 1930, realizou-se a eleição presidencial no Brasil. Alguns dias após o início da apuração, o jornal “O Dia” apresentou os resultados da votação por eleitor nos municípios do Paraná. O cálculo do percentual foi feito por esta tese para fins didáticos.

TABELA 1: Resultados da Eleição Presidencial por município- Paraná, 1930.

Município	Prestes	%	Vargas	%	Total
Curitiba	2687	70%	1171	30%	3858
Antonina	603	97%	21	3%	624
Araucária	360	82%	79	18%	439
Eptácio Pessoa	730	100%	2	0%	732
Piraquara	299	87%	44	13%	343
Ribeirão Claro	897	97%	24	3%	921
Rio Branco	785	99%	7	1%	792
Guaratuba	420	82%	90	18%	510

Paranaguá	1219	84%	240	16%	1459
Foz do Iguaçu	310	97%	10	3%	320
Guaraqueçaba	594	97%	21	3%	615
Tibagi	1800	95%	97	5%	1897
Campo Largo	478	57%	365	43%	843
Morretes	291	60%	198	40%	489
Castro	1236	89%	156	11%	1392
Piari	458	84%	88	16%	546
Palmeira	1111	70%	487	30%	1598
São José dos Pinhais	762	66%	388	34%	1150
Lapa	977	62%	607	38%	1584
Tamandaré	2547	95%	123	5%	2670
Jaguariaíva	1181	93%	89	7%	1270
Colônia Mineira	383	96%	17	4%	400
Cerro Azul	1165	98%	28	2%	1193
Bocaiúva	315	88%	43	12%	358
Campina Grande	800	89%	101	11%	901
Rio Negro	716	61%	454	39%	1170
Ipiranga	1008	83%	206	17%	1214
Entre Rios	361	97%	12	3%	373
São Mateus	547	73%	206	27%	753
Teixeira Soares	276	81%	66	19%	342
Afonso Camargo	760	99%	5	1%	765
Jaboty	461	95%	25	5%	486
Porto de Cima	22	71%	9	29%	31
Triunfo	407	52%	378	48%	785
Imbituva	385	41%	557	59%	942
Ponta Grossa	650	58%	479	42%	1129
Cambará	792	84%	152	16%	944
Mallet	379	63%	222	37%	601
Palmas	576	71%	231	29%	807
Clevelândia	484	69%	218	31%	702
Tomazina	573	68%	269	32%	842
Colombo	692	91%	68	9%	760
Palmira	133	89%	16	11%	149
Assunguy	506	99%	3	1%	509
União da Vitória	728	49%	772	51%	1500
Santo Antônio da Platina	1382	93%	99	7%	1481
Carlópolis	224	98%	4	2%	228
São José da Boa Vista	980	99%	5	1%	985
Rio Azul	538	95%	26	5%	564
Iraty	1255	75%	408	25%	1663
Jacarezinho	1107	66%	563	34%	1670
Guarapuava	1830	72%	697	28%	2527

Conchas	134	68%	64	32%	198
Reserva	648	80%	159	20%	807
Sertanópolis	644	99%	9	1%	653
Prudentópolis	1362	77%	404	23%	1766
São Jerônimo	984	100%	0	0%	984
Total	43952	80%	11282	20%	55234

Fonte: O DIA. Organização dos dados e do quadro: elaboração da autora.

A tabela apresenta dados de quase totalidade da apuração dos votos no Paraná relativos às eleições presidenciais de 1930. Assinala-se o alto índice de votação do candidato governista, Júlio Prestes, na maioria dos municípios do Paraná.

É importante assinalar que os clãs dirigentes da política paranaense tinham grande alinhamento com o governo federal, o que explica os altos índices de votos para o candidato oficial. Após a vitória do candidato situacionista, Affonso Camargo assinalou que o Paraná foi um dos primeiros estados a lançar e apoiar o nome de Júlio Prestes, também prestigiado por outros 17 estados que ficaram ao lado da “ordem e da lei”, afastados do campo da anarquia e desordem (FRANCO, 2010, p.77).

Os únicos municípios que deram a vitória à Getúlio Vargas foram Imbituva e União da Vitória. Os dados da apuração oficial confirmaram a ampla vitória que Júlio Prestes teve sobre Getúlio Vargas: enquanto o candidato do governo obteve 44.041 votos (79% dos eleitores) no Paraná, o candidato da Aliança Liberal obteve 11.467 votos (21% dos eleitores). Embora esses dados estivessem comprometidos pelas fraudes que ocorriam no processo eleitoral, eles elucidam o fato de que a campanha da Aliança Liberal no Paraná foi vigorosa, mas não representou maiores ameaças ao situacionismo hegemônico.

Mesmo com a derrota nas eleições de 1930, os políticos que organizaram a Aliança Liberal nos estados continuaram a militância em prol do postulado de moralização dos costumes políticos, exercendo a função de dissidência em relação às oligarquias hegemônicas. Em junho de 1930, Getúlio Vargas lançou um manifesto favorável à manutenção de forças políticas pró-Aliança Liberal:

“Tratando-se de uma campanha de feição nitidamente popular, como a que apoiou a minha candidatura, cabe ao povo manifestar-se se está ou não de acordo com o seu enceramento (...) o país está a exigir profunda modificação, não só dos novos hábitos e costumes políticos como também em muitas de suas leis, sobretudo a eleitoral” (O DIA. O manifesto do sr. Getúlio Vargas. 04.jun.1930, p.1).



No Paraná, os aliancistas deram prosseguimento à campanha em prol de reformas nos costumes políticos, exercendo a dissidência em relação aos grupos hegemônicos. Entretanto, os atores políticos que proporcionaram a vitória do movimento revolucionário localmente foram os militares, e não os civis ou os oligarcas dissidentes reunidos em torno da Associação Comercial do Paraná, do Partido Democrático Paranaense ou da Aliança Liberal.

O próximo capítulo apresentará como a Revolução de 1930 se desenvolveu no Paraná, apontando quais foram os agentes políticos e militares centrais para a sua vitória, bem como os vínculos sociais que os mesmos possuíam. Também identificaremos os impactos iniciais que esse movimento provocou na política paranaense. Perceberemos que as consequências mais profundas que o movimento proporcionou serão desenvolvidas nos anos posteriores à Revolução.

#### **4. A REVOLUÇÃO DE 1930 E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A POLÍTICA PARANAENSE**

Esse capítulo pretende apresentar o processo da Revolução de 1930 e os seus impactos sobre processo político nacional e estadual. No primeiro momento, abordaremos a Revolução de 1930 no Paraná, desde os seus preparativos até os principais atores envolvidos com a preparação e a consolidação do movimento na esfera local. Assinalaremos a trajetória de Plínio Tourinho, o chefe militar do movimento revolucionário, bem como a trajetória de seu irmão, Mário Tourinho, designado interventor federal no Paraná a partir da vitória do movimento no estado.

No segundo momento, avaliaremos os impactos provocados pela Revolução de 1930 no Paraná. Para isso, identificaremos quais eram os agentes que possuíam mandatos ou altos cargos em outubro de 1930. A partir dessa identificação, mapearemos quais eram os capitais sociais e políticos detidos por estes agentes, para verificar qual era o padrão de dominação e reprodução das altas posições que os mesmos ocupavam no contexto anterior à Revolução. Analisaremos os integrantes do poder executivo do Paraná, tendo como recorte o presidente do estado, Affonso Camargo, e os secretários de estado do seu governo. Também identificaremos o perfil dos agentes com mandato legislativo de representação do Paraná, tendo como recorte as seguintes instituições: Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. Na terceira esfera do poder local, o poder judiciário, apresentaremos o perfil dos desembargadores do Tribunal de Justiça, designados pelos presidentes de estado.

No decorrer desse levantamento, buscaremos assinalar os impactos provocados pela Revolução de 1930, como as prisões decretadas, fugas e investigações feitas para os “alvos” do movimento revolucionário, chamados pejorativamente de “carcomidos” e perrepistas”.

Também investigaremos as permanências que o novo regime promoveu, dado o caráter de modernização conservadora apresentado pela Revolução de 1930 e pela tendência histórica da política e da sociedade brasileira. Ao longo da exposição sobre as carreiras desses agentes, identificaremos quais deles deram continuidade às suas atividades políticas e judiciais. Os elementos teóricos apresentados no capítulo 1, que correspondem à família, classe social e capitais serão mobilizados nas análises sobre as trajetórias dos agentes que detinham o poder no Paraná no final da Primeira República.

O estudo das trajetórias biográficas é perpassado pelos levantamentos dos capitais políticos, econômicos, culturais e sociais que os agentes em questão possuíam. As fichas biográficas completas, bem como as fontes utilizadas, estão detalhadas nos anexos desta tese.

#### **4.1 A REVOLUÇÃO DE 1930 NO PARANÁ**

Os preparativos para a eclosão da Revolução de 1930 no Paraná foram liderados por Plínio Tourinho. Conforme já assinalamos, o estado foi um dos primeiros a deflagrar e consagrar a Revolução, no dia 05 de outubro de 1930, dois dias após a deflagração no Rio Grande do Sul. O entendimento dessas movimentações é perpassado pela compreensão do papel dos seus articuladores locais e pelo entendimento de suas trajetórias.

O Paraná possui uma localização geográfica estratégica, seu território foi passagem para os revolucionários provenientes do Rio Grande do Sul, com direção à resistência oficialista de São Paulo. Segundo o historiador André Franco (2010), os grupos políticos dissidentes paranaenses procuraram cooptar o maior número de militares, das tropas federais e estaduais, para o movimento rebelde. Para evitar uma reação oficialista liderada pelo presidente do estado, Affonso Camargo, os preparativos para a Revolução de 1930 se concentraram nas cidades estratégicas para o sucesso da sublevação militar contestatória. Curitiba, Ponta Grossa, Palmas e Castro sofreram muitas interferências dos agentes dissidentes para a angariação de forças militares. A política de cooptação focava nos oficiais indecisos, juntamente com os descontentes com as políticas de promoção e transferência promovidas pelo exército. Essas cidades concentravam um grande número de aquartelados, com significativo poder bélico, entre as quais:

“Organizações militares de infantaria (15º Batalhão de Caçadores-Curitiba e 13º Regimento de Infantaria- Ponta Grossa), cavalaria (5º Regimento de Cavalaria Divisionário – Castro), artilharia (9º Regimento de Artilharia Montada e o 5º Grupo de Artilharia de Montanha – Curitiba) e engenharia (5º Batalhão de Engenharia – Palmas) formavam um conjunto tático que possibilitava excelentes condições para o desdobramento de uma posição defensiva fortificada por parte da 5ª Região Militar. Destaca-se ainda a posição perpendicular de diversos acidentes capitais ao longo do provável eixo de progressão rio-grandense, no sentido sul-norte, aspecto relevante na montagem de defesa das forças legalistas” (FRANCO, 2010, p.101).

Outro fator decisivo para a vitória do movimento revoltoso foi o fato do Paraná possuir em suas tropas vários oficiais tenentistas remanescentes, que se aquartelaram no estado desde a passagem da Coluna Prestes (FRANCO, 2010). A força dos rebelados foi incrementada pela decisiva ação de Plínio Tourinho, o principal responsável pelo planejamento de estratégias para o movimento. Concentraremos nossas atenções a este agente político nos próximos parágrafos.

Plínio Tourinho, o chefe revolucionário local, era proveniente de uma “família histórica” da “classe dominante tradicional paranaense”. Esses conceitos foram desenvolvidos por Ricardo Costa de Oliveira (2000; 2004; 2012), para a análise que relaciona a detenção do poder político com o pertencimento às famílias que dominam a política paranaense há séculos, desde os tempos coloniais. O autor argumenta que aproximadamente 50 famílias históricas do período colonial perpetuam a sua dominação ao longo dos séculos, em detrimento das transformações políticas e modernização no capitalismo. Essas famílias articulam os seus poderes econômicos, políticos e culturais para a dominação (OLIVEIRA, 2000, p.2). O pertencimento às mais poderosas e influentes famílias nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais é perpassado em grande parte pela detenção de títulos genealógicos, herdados através do nascimento e das relações matrimoniais.

A compreensão da trajetória militar do principal chefe revolucionário paranaense é essencial para o entendimento dos eventos posteriores. Plínio Alves Monteiro Tourinho nasceu em Curitiba no ano de 1882. Filho de Francisco Antônio Monteiro Tourinho e de Maria Leocádia Alves, era irmão de Mário Alves Monteiro Tourinho.

O pai dos irmãos Tourinho, Francisco Antônio Monteiro Tourinho, nasceu em 1837, em Imbuhy, estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, foi Capitão do Estado-maior de 1º classe (NEGRÃO, 1946, p.298-299). Chegou ao Paraná no ano de na década de 1860, apresentando ao Presidente da Província o seu plano de estudos sobre as estradas de Mato Grosso, Paraguai e Corrientes, na Argentina, aproveitando o Rio Ivahy para comunicação com o Mato Grosso. Francisco Tourinho e Antônio Rebouças são considerados patronos dos trabalhos geodésicos e topográficos da Província do Paraná. Os trabalhos de Francisco Tourinho, muitos publicados nos boletins do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, assinalavam a necessidade de integração de Curitiba com cidades como Joinville, União da Vitória, Guarapuava, Palmas e Clevelândia, além da região das Missões, localizada no Uruguai (NEGRÃO, 1946,

p.302). Foi um dos mais importantes engenheiros militares do Paraná, atuando como funcionário de fiscalização do governo imperial na construção da estrada Dona Francisca. Em 1867, foi nomeado diretor interino da construção da estrada da Graciosa, em substituição ao engenheiro Rebouças, no período de conclusão da obra (NEGRÃO, 1946, p.298). A mãe dos irmãos Tourinho era Maria Leocádia Alves, filha de Antônio José Alves e Maria Joaquina da Costa Alves, sendo sua família portadora do Título Alves. Seu pai era capitão-mor de Antonina. A família Alves estabeleceu-se no Paraná a partir do final do século XVIII, cujos membros são descendentes do capitão-mor de Antonina Manoel José Alves, rico estaleiro naval da região litorânea (NEGRÃO, 1946, p.278).

Os irmãos Tourinho, através de relações familiares, são portadores dos títulos Góes de Siqueira e Pereira. Os membros do tronco Góes de Siqueira foram companheiros do povoador Gabriel de Lara na sua jornada em Paranaguá, por volta de 1640. Estavam presentes nos atos oficiais, na organização militar, social e política das povoações de fundação. Um dos fundadores refere-se a Gabriel de Góes. Outro membro da linhagem corresponde a Luiz de Góes, um dos signatários da ata de levantamento do Pelourinho de Curitiba, em 1668, ao lado de Gabriel de Lara (NEGRÃO, 1946, p.257-228).

Plínio Tourinho começou sua carreira no exército enquanto voluntário no 6º Regimento de Artilharia em Curitiba, no ano de 1899. Enquanto homem público, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, instituição em que exerceu o cargo de professor de engenharia e astronomia geodésica. Também pertenceu ao Instituto dos Engenheiros do Paraná e do Clube Militar do Rio de Janeiro. Além disso, chefiou a Revolução de 1930 no Paraná. Casou-se com Ester Pereira Tourinho, filha do Major Lucio Leocádio Pereira e de Esther Ferreira Pereira. O sogro de Plínio Tourinho era industrial e portador dos títulos Góes de Siqueira e Pereira (NEGRÃO, 1946, p.253). Dois dos nove filhos do casal Tourinho foram destacados políticos e membros do Exército, sendo eles: Airton Pereira Tourinho, general e comandante militar na Amazônia, no período de 1967 a 1968, além de ser comandante da Escola Superior de Guerra, de 1976 a 1978 e Luiz Carlos Pereira Tourinho, deputado federal pelo Paraná de 1955 a 1959.

Exercendo a função de Engenheiro Militar, Tourinho chefiou as obras dos quartéis do 5º Batalhão de Caçadores de Rio Claro (SP), do 13º Regimento de Infantaria (Ponta Grossa, PR), do picadeiro do 9º Regimento de Artilharia Montada e do edifício 15º Batalhão de Caçadores (ambos localizados em Curitiba). Trabalhou na fiscalização das obras do quartel de cavalaria, em Castro (PR); na organização dos projetos dos quartéis

do 14º Batalhão de Caçadores (Florianópolis, SC) e do 5º Grupo de Artilharia (Lapa, PR), além de armazéns de subsistência militar (NEGRÃO, 1946, p.357).

Em resumo, sua trajetória política e militar foi extensa, ocupando variados cargos, A carreira de Plínio Tourinho pode ser conferida no quadro a seguir:

#### QUADRO 7- CARREIRA POLÍTICA E MILITAR DE PLÍNIO TOURINHO

Ações e postos ocupados/local	Período
Voluntário no 6º Regimento de Artilharia/ Curitiba, PR	1899
Cabo no 6º Regimento de Artilharia/ Curitiba, PR	1899
Ingresso na Escola Militar de Rio Pardo/RS	1899
Promoção a Segundo-tenente	1907
Conclusão dos cursos de Ciências Físicas e Militares e Engenharia Militar na Escola Militar do Brasil, Praia Vermelha/Rio de Janeiro, RJ.	1912
2º Batalhão de Arma/ Paranaguá, PR	1912
Promoção a Primeiro-tenente, adjunto do Serviço do Estado-Maior da Região/ Curitiba, PR	1912
Promoção a Capitão	1919
Promoção a Major, chefe da comissão fiscalizadora da construção de quartéis na Região - Paraná-Santa Catarina	1925
Líder da Revolução de 1930 no Paraná, ocupando a patente de general-de-brigada/ Curitiba, PR.	1930
Delegado Militar/ Curitiba, PR.	1930
Delegado Militar Revolucionário da 5º Região Militar/ Curitiba, PR.	1931
Promoção a Tenente-coronel	1931
Chefe do Serviço de Engenharia Regional do Paraná/ Curitiba, PR.	1931
Deputado Federal à Assembleia Nacional Constituinte, Partido Liberal.	1933-1935
Deputado Federal, Partido Social Nacionalista	1935-1937
Promoção a Coronel	1936
Chefe do Serviço de Engenharia da 5º Região Militar	1938

Fontes: DHBB<sup>55</sup>; NEGRÃO, 1946, p.357.

Além das atividades militares, Plínio Tourinho foi um ativo participante da vida civil, exercendo o magistério nos níveis secundário e superior, sendo, inclusive, um dos fundadores da Universidade do Paraná, juntamente com Nilo Cairo e Victor Ferreira do Amaral. No curso de Engenharia, exerceu o cargo de diretor da faculdade e foi catedrático das disciplinas de Astronomia, Geodésia e Cartas (NEGRÃO, 1946, p.358).

<sup>55</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete Plínio Tourinho. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-alves-monteiro-tourinho>. Acesso em 04.mai.2020.

A vinculação de Plínio Tourinho com as lutas revolucionárias de contestação ao regime oligárquico é verificável durante toda a sua trajetória. Tratava-se de um elemento que não atuou na Revolução de 1930 apenas às vésperas de sua eclosão, como muitos oficiais que aderiram ao movimento quando este já se encontrava vitorioso. A trajetória de Plínio Tourinho expressa a sua vinculação íntima com os movimentos revolucionários contestatórios ao longo da República Velha.

Plínio Tourinho envolveu-se em movimentos de contestação no interior do exército, quando era estudante da Escola Militar da Praia Vermelha, que tinha uma grande influência positivista, com ensino direcionado à Matemática, à Filosofia e às Letras, com mais enfoque do que as disciplinas militares propriamente ditas. Quem era formado em uma escola como essa era chamado de “doutor”, ou “bacharel fardado”. No conjunto de instituições de ensino militar, se forjou o conceito de “soldado cidadão”, uma ideologia que justificou intervenções militares na política brasileira (CARVALHO, 2019, p.45).

Tourinho participou do movimento de 14 de novembro de 1904, chefiado pelo general Travassos e por Lauro Sodré, que exigia dos governantes a observância à ordem constitucional e às liberdades individuais e coletivas. Por esta participação, foi preso na fortaleza de São João e transferido para o Rio Grande do Sul, vendo-se excluído das fileiras do exército. Em Curitiba, dedicou-se às atividades que desenvolvia como professor de matemática (NEGRÃO, 1946, p.358).

Com a anistia aos envolvidos cedida pelo Congresso em 1905, Plínio Tourinho pode retornar aos seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha (NEGRÃO, 1946, p.359). Francisco Negrão, ao narrar a trajetória militar e política de Tourinho, destaque que o movimento de 1904 foi o primeiro despertar da “consciência brasileira” contra a “opressão governamental”, que alastrava práticas de “má administração da riqueza pública”, do “parasitismo” de “políticos profissionais” que se perpetuavam no poder através de fraudes eleitorais e organizações oligárquicas (NEGRÃO, 1946, p.359).

Outra ocasião de sublevação militar correspondeu às conspirações que tinham como objetivo o não reconhecimento do candidato oficial, Arthur Bernardes, para ocupar o cargo de presidente. Antes da realização das eleições, ocorridas em março de 1922, altas patentes de militares já se reuniram em Curitiba, no mês de janeiro de 1922, para conspirações voltadas a impedir a posse do candidato oficial. Nomes como o General Barbedo, o General Clodoaldo da Fonseca e o Almirante Brasil Silvado reuniam-se para congregar membros da guarnição do Paraná para este propósito. Plínio Tourinho aceitou chefiar o movimento contra as oligarquias, marcado para o dia 22 de abril de 1922. Ele

angariou o apoio de 38 oficiais comprometidos com a sublevação. No entanto, a revolta fracassou antes de iniciar, o que acarretou na posse de Arthur Bernardes no quadro de normalidade da república. Os quatro estados que não reconheceram a sua posse sofreram consequências políticas locais. Os estados do Rio de Janeiro e Bahia, que tiveram os seus presidentes eleitos nas eleições de 1922, foram substituídos por políticos escolhidos pelo governo central, Pernambuco e Rio Grande do Sul também sofreram com represálias, sendo que este último “teve seu solo juncado de cadáveres, graças a uma revolução instigada e amparada pelo próprio presidente da República” (NEGRÃO, 1946, p.361).

Em 1924, o general Isidoro Dias Lopes encontra Plínio Tourinho em Curitiba para encaminhamentos de sublevação anti-oligárquica. Esse encontro aconteceu no escritório de Antônio Couto Pereira, localizado no Edifício da Associação Comercial. Participaram deste encontro os Capitães França Gomes e Juarez Távora, Alberto Krüger e Marinho Pereira. Nele, o general Isidoro pretendia acordar que forças do Paraná participariam do movimento conspiratório, que já contava com o apoio de grandes parcelas das guarnições dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, pois esse apoio seria estratégico para revolta em São Paulo. Plínio Tourinho rejeitou o acordo naquele dia da reunião, para consultar as suas tropas. Em resposta, o general Isidoro Lopes afirmou que continuaria a sublevação, que estourou em São Paulo no dia 5 de julho de 1924. No desenrolar dos fatos, São Paulo ficou isolado, e as tropas do Paraná seguiram fiéis às ordens do presidente Arthur Bernardes. Nessa ocasião, Plínio Tourinho foi preso no Rio de Janeiro, embora não tenha participado da conspiração (NEGRÃO, 1946, p.363). No entendimento de Francisco Negrão, embora os movimentos de 1904, 1922 e 1924 tenham fracassado, eles plantaram a semente da revolução, desenrolada em 1930. Os governos dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba iniciaram a rebelião, que obteve o apoio de outros estados no decorrer do processo. Nas palavras de Francisco Negrão:

“O Paraná, pela sua situação geográfica, pelo civismo e bravura de seu povo, não poderia ficar indiferente a essa ação coletiva de reivindicação dos direitos nacionais, tanto mais quando, era ele um grande sacrificado, graças a ação nefasta e criminosa de seus últimos governos, que lhe sugaram todas as suas rendas e energias, sacrificando o seu patrimônio em benefício das oligarquias de famílias que se mantinham no poder e se revezavam alternativamente nos altos cargos da Administração do Estado, que exauriam em proveito próprio e no de seus apaniguados” (NEGRÃO, 1946, p.365).



Em junho de 1930, por ordem de Getúlio Vargas, o capitão Djalma Dutra designou Plínio Tourinho para chefiar a revolução no Paraná. Vargas e Tourinho tiveram formação militar na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, juntamente com Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Plínio Tourinho, então chefe do Serviço de Engenharia da 5ª Região Militar, chefiaria um seletivo grupo de oficiais composto dos seguintes nomes:

QUADRO 8: LIDERANÇAS MILITARES DA REVOLUÇÃO DE 1930 NO PARANÁ

Nome	Lotação
Major Cícero Costard	Quartel General da 5ª Região Militar
Major Alcebíades Richeter	Quartel General da 5ª Região Militar
Capitão Álvaro Barroso	Quartel General da 5ª Região Militar
Capitão Antônio Viégas da Silva	Quartel General da 5ª Região Militar
Capitão Catão Mena Barreto	15º Batalhão de Caçadores
Capitão Nelson Pinto Dias	5º Batalhão de Cavalaria
Capitão João da Nóbrega	5º Grupo de Artilharia da Montanha
Capitão Carlos Amorety Osório	9º Regimento de Artilharia Montada
Capitão Idálio Sardemberg	9º Regimento de Artilharia Montada
Capitão Ayrton Plaisant	13º Regimento de Infantaria, Ponta Grossa

Fonte: NEGRÃO, 1946, p.365.

Inicialmente, o movimento estava marcado para o dia 07 de setembro de 1930, mas devido a desentendimentos entre as lideranças do Sul, a eclosão foi adiada. Nesse processo, Plínio Tourinho enviou seu emissário, Antônio Couto Pereira, para uma conferência em Porto Alegre com Getúlio Vargas, que definiu a data para a eclosão da revolução: 03 de outubro de 1930. No Paraná, as tropas governistas estavam de prontidão a partir do dia 1º de outubro, sob o comando do General Eduardo Monteiro de Barros (5ª Região Militar) e do General de Brigada Maximino Barreto (9ª Brigada de Infantaria). Medidas de ordem militar e espionagem foram feitas para o combate aos revoltosos.

IMAGEM 2: PRIMEIRAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS DO PARANÁ, MALLET, 03 DE OUTUBRO DE 1930



FONTE: FGV-CPDOC, 1980, p.128.

A primeira cidade tomada no Paraná foi Mallet, sob o comando do Major Antônio Z.P. Xavier (assinalado, em frente à tropa), na data de 03 de outubro de 1930. Não demorou muito para que as principais cidades do Paraná fossem ocupadas pelo avanço das tropas.

Os destacamentos do Exército formados pelo 15º Batalhão de Caçadores, do 13º Regimento de Infantaria, do 9º Regimento de Artilharia Montada e do 5º Grupo de Artilharia de Montanha, comandados pelo Coronel João Pereira de Castro Júnior, seguiram para Porto União, constituindo a primeira linha de resistência do Sul do Brasil. Plínio Tourinho entrou em entendimento com estas tropas, que passaram a atuar em forma de resistência passiva às ordens do comando legalista da região. Assim, a autoridade do Coronel Castro Júnior passou a não prevalecer sobre a sua tropa, o que acarretou na sua desistência em seguir com a coluna em nome da oficialidade, antecipando o sucesso da revolução no Paraná. O Major Corrêa Lima, o único oficial fiel ao governo, ofereceu resistência e acabou se ferindo fatalmente por um tiro. Após movimentos nos quartéis, a vitória da revolução já era uma realidade na madrugada do dia 05 de outubro de 1930.

Uma multidão de apoiadores enchia as ruas de Curitiba. A vitória no Paraná quase representou a vitória completa da revolução. Nas palavras de Francisco Negrão:

“Pela sua situação geográfica e pela unidade de vistas de seu povo e da guarnição militar, como pelos recursos bélicos existentes nos depositos do Exército, o seu concurso à causa foi dos mais inestimáveis. A mocidade Paranaense forneceu a Revolução, um contingente superior a 15 mil homens em armas. As classes sociais mobilizaram-se espontaneamente, tudo fornecendo a Revolução – 1º que também se associou a mulher Paranaense, que prestou assinalados serviços e isso no momento em que a situação era duvidosa e incerta para a causa” (NEGRÃO, 1946, p.370).

O êxito alcançado foi motivado pelas estratégias adotadas por Plínio Tourinho, somadas ao alto número de oficiais tenentistas infiltrados nos quartéis curitibanos. A rápida adesão das tropas ao movimento revoltoso foi verificada em diversos locais. Em Curitiba, o capitão Catão Mena Barreto assumiu o comando do 15º BC, e recusou-se a cumprir ordens da 5ª Região Militar, chefiada pelo general Monteiro de Barros. Em Ponta Grossa, o 13º Regimento de Infantaria era chefiado pelos rebelados Ayrton Plaisant e Oldemar Freire Pinto. Porém, a cidade de Castro registrou focos de resistência oficialista, no 5º Regimento de Cavalaria, chefiado pelo Coronel Álvaro Carvalho e pelo fiscal major Paulo Nascimento. Ambos partiram para Itararé, em São Paulo, para lutar ao lado dos oficiais legalistas (FRANCO, 2010, p.145).

A organização da revolução em Curitiba se desenvolveu especialmente nos seguintes locais: os quartéis do Exército, da Polícia Civil e da Polícia Militar, além das dependências da Universidade do Paraná (FRANCO, 2010). Na visita de Getúlio Vargas a Curitiba, as lideranças revolucionárias foram ovacionadas por artistas, professores universitários, coletivos de mulheres, imprensa e outros grupos pré-revolução. A Comissão Executiva da Aliança Liberal, nas figuras de Joaquim Pereira de Macedo, Ottoni Maciel, Benjamin Lins, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho e Roberto Glasser, estavam presentes nos eventos que reuniram grandes massas populares que apoiavam o movimento (PILOTO, 1982, p.119).

IMAGEM 3: MANIFESTAÇÃO DE APOIO À REVOLUÇÃO. CURITIBA, 05 DE OUTUBRO DE 1930



FONTE: FGV-CPDOC, 1980, p.130.

Uma mística se criou em torno de Plínio Tourinho como herói da Revolução de 1930 no Paraná desde os seus primórdios. O jornal “O Dia”, de orientação revolucionária, assim o definiu nos primeiros dias da Revolução: “Plínio Tourinho é o espírito másculo e liberal, que encarna todas as virtudes cívicas de que carece um homem, neste momento de agitações” (O DIA, 05 de outubro de 1930, p.1). Plínio foi considerado o “soldado da vitória” do movimento, também chefiado por outros militares do Paraná e de Santa Catarina, tais como o capitão Antônio Viegas da Silva, o Major Cícero Costard e o Major João de Mendonça Lima (O DIA, 07 de outubro de 1930, p.1). Alguns dias depois da tomada do poder pelas forças revolucionárias, Plínio Tourinho foi promovido ao posto de General, sendo homenageado e exaltado publicamente por diversas autoridades e chefes do movimento de outubro. Amigo pessoal de Vargas, seu prestígio revolucionário tornou possível a posse do seu irmão como interventor nomeado diretamente pelo presidente.

Os inúmeros telegramas que recebia de autoridades militares, além das lideranças de maior relevo no governo federal, tal como Oswaldo Aranha, conformam sua influência

e prestígio durante os momentos iniciais do governo provisório: “Ninguém mais do que o Paraná que, com espírito revolucionário e bravura cívica do seu povo, abriu as portas da vitória, tem o direito de opinar e deliberar nos destinos da Revolução” (O DIA, 09 de novembro de 1930, p.1). A imagem a seguir mostra Plínio Tourinho (ao centro) ao lado de Arnaldo Marques Mancebo (à esquerda) e Miguel Costa (à direita).

IMAGEM 4: COMANDO MILITAR REVOLUCIONÁRIO NO PARANÁ, CURITIBA, OUTUBRO DE 1930



FONTE: FGV-CPDOC, 1980, p.137.

O imaginário da Revolução de 1930 no Paraná também foi construído a partir da ideia de que as forças armadas cumpriram seus deveres “cívicos e patrióticos” pela “regeneração da pátria”, na defesa dos princípios da Aliança Liberal e da moralização dos costumes políticos. Com a vitória do movimento, resgatou-se uma imagem de que a campanha da Aliança Liberal tinha “despertado a energia cívica das massas” de Curitiba e do Paraná, reproduzindo a ideia de plena consonância de valores entre a eleição de março e o movimento de outubro de 1930 (O DIA, 20 de outubro de 1930, p.1).

IMAGEM 5: RECEPÇÃO FESTIVA PARA GETÚLIO VARGAS. CURITIBA, 19 DE OUTUBRO DE 1930.



FONTE: FGV-CPDOC, 1980, p.133.

Simbolizando o triunfo revolucionário no Paraná, a recepção de Getúlio Vargas em Curitiba registrou-se como apoteótica. Uma multidão composta por “todas as classes sociais” festejou pelas ruas durante um dia inteiro, clamando e aplaudindo a sua ascensão:

“Imponente, magnífica foi a recepção que o presidente da nova república brasileira, general em chefe das forças nacionais, dr. Getúlio Vargas, teve em nossa capital. O Paraná, liberto de uma oligarquia infeliz e corrupta, soube aclamar o apóstolo vitorioso da causa da liberdade. Jamais Curitiba rendeu homenagem tão sincera e grandiosa a personalidade de evidência política e social. Verdadeira expressão de carinho, aliada a vibração cívica mais eloquente, rodearam o paladino das reivindicações nacionais, símbolo palpitante da democracia brasileira que vive na altaneira figura de Getúlio Dornelles Vargas” (O DIA, 21 de outubro de 1930, p.1).

Uma carreata circulou pelas ruas da capital, da Sete de Setembro à Barão do Rio Branco. No primeiro carro, estavam presentes Getúlio Vargas e Mário Tourinho. No segundo, Plínio Tourinho, João Neves da Fontoura, Alcebíades de Miranda e Goés Monteiro. Outros doze carros traziam autoridades estaduais e nacionais do movimento.

Na chegada ao palácio do governo, situado na Barão do Rio Branco, Vargas discursou enfatizando a estratégica posição geográfica do Paraná, que estava sendo decisiva para o avanço do movimento de 1930: “Salve, Paraná, terra jovem e vigorosa, cujos filhos derramam na fronteira de São Paulo o seu sangue generoso pela redenção da república” (O DIA, 21 de outubro de 1930, p.4). No dia seguinte, Vargas foi recepcionado na Universidade do Paraná, cercado por autoridades como o arcebispo João Braga, Plínio e Mário Tourinho, Brazilio Luz, João Macedo Filho e Joaquim Macedo. Os diretores Vieira Cavalcanti (Faculdade de Direito), Manoel Carrão (Faculdade de Medicina) e Teixeira de Freitas (Faculdade de Medicina) também prestigiaram o presidente (O DIA, 22 de outubro de 1930, p.2). Após os festejos em Curitiba, Vargas retornou a Ponta Grossa, onde estava instalado o Quartel General das forças em operações revolucionárias.

IMAGEM 6: GETÚLIO VARGAS EM PONTA GROSSA, 17 DE OUTUBRO DE 1930



FONTE: FGV-CPDOC, 1980, p.132,

O próximo quadro apresenta a trajetória de Mário Tourinho, interventor federal do Paraná nomeado devido à influência do seu irmão, Plínio Tourinho.

#### QUADRO 9- CARREIRA POLÍTICA E MILITAR DE MÁRIO TOURINHO

Ações e postos ocupados/local	Período
Soldado no 2º Corpo de Cavalaria/ Curitiba, PR	1885-1886
Soldado no 8º Regimento de Cavalaria/ Curitiba, PR	1886

Segundo-Sargento/ Curitiba, PR	1887-1889
Ingresso na Escola Preparatória do Exército, em Realengo/ Rio de Janeiro, RJ	1889
Ingresso na Escola Militar da Praia Vermelha, obtendo a posição de aspirante a oficial de artilharia/ Rio de Janeiro, RJ	1890-1893
Ingresso na Escola Militar de Porto Alegre, RS	1893
2º Tenente de Artilharia, no destacamento do General Francisco de Paula Argollo, na ocasião da Revolução Federalista/ PR	1893
2º Tenente no 3º Regimento de Campanha, lutando nas tropas federais na ocasião do Cerco da Lapa, sob o comando do Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, inicialmente rendida e posteriormente vitoriosa com a contraofensiva governamental/ PR	1893-1894
Lotação no 6º Regimento de Artilharia de Campanha/ Curitiba, PR	1895
Ingresso na Escola de Tática e Tiro de Rio Pardo/ RS	1896
Retorno à Escola Militar da Praia Vermelha/ RJ	1898
Retorno ao 6º Regimento de Artilharia de Campanha/ Curitiba, PR	1899
Ajudante de ordens do general Francisco Rocha Calado/ PR	1900
Retorno à Escola Militar da Praia Vermelha/ RJ	1901
1º Tenente no 6º Regimento de Artilharia de Campanha/ Curitiba, PR	1901-1909
1º Tenente no 2º Regimento de Artilharia/ Curitiba, PR	1909
Capitão no 2º Regimento de Artilharia/ Curitiba, PR	1910
Capitão no 7º Regimento de Artilharia Montada/ Curitiba, PR	1915
Combatente nas tropas legalistas em confronto com os rebeldes do Contestado, sob o comando do coronel Francisco Raul Estillac Leal/ região de fronteira entre PR e SC.	1915-1916
Comando da 4ª Bateria Isolada da Fortaleza da Barra de Paranaguá/PR	1917
Major da 4ª Bateria Isolada da Fortaleza da Barra de Paranaguá/PR	1918
Transferido para o 2º Regimento de Artilharia Montada, Curitiba/PR	1919
Comandante da Força Pública do Estado	1919
Tenente-Coronel e Comandante do 2º Grupamento Independente de Artilharia Pesada, passando para o 9º Regimento de Artilharia Montada	1922
Comandante do grupo de artilharia legalista em combate às insurreições tenentistas de São Paulo/SP	1924
Coronel no comando do 3º Regimento de Artilharia Montada, Curitiba/PR	1924
Comandante do Destacamento “Mário Tourinho”/ Curitiba, PR	1925
Combateu as tropas tenentistas rebeldes comandadas por Luís Carlos Prestes/ Curitibaanos, SC	1925
Comandante do 9º Regimento de Artilharia Montada, Curitiba/PR	1926
Diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS	1926
General de divisão na reserva	1928
Interventor Federal no Paraná	1930-1931

Fontes: DHBB CPDOC- FGV<sup>56</sup>, NEGRÃO, 1946, p.312-316

<sup>56</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete Mário Tourinho. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-alves-monteiro-tourinho>. Acesso em 04.mai.2020.



Mário Alves Monteiro Tourinho nasceu em Antonina, estado do Paraná, no ano de 1871, filho de Francisco Antônio Monteiro Tourinho e de Maria Leocádia Alves, sendo membro de uma tradicional família local. Já analisamos suas raízes genealógicas nos parágrafos sobre o seu irmão, Plínio Tourinho.

O primeiro casamento de Mário Tourinho foi com Osminha Pinto Rebello (NEGRÃO, 1927, p.149), filha de Nicolau Pinto Rebello, juiz de paz, vereador, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comerciante e industrial, e de Hermínia Leopoldina Marques Rebello, filha do Major João Gonçalves Marques e de Leopoldina Leoniza Marques (NEGRÃO, 1927, p.146). Através do matrimônio, Mário Tourinho tornou-se portador do título Rodrigues Seixas. Com o falecimento de sua primeira esposa, Tourinho casou-se com a sua cunhada, Leopoldina Pinto Rebello Tourinho. Outros cunhados de Tourinho correspondem a Maria Eugênia Rebello Rossany, casada com o General Frederico Luiz Rossany, engenheiro militar; Eugênio Pinto Rebello, Tesoureiro da Delegacia Fiscal do Paraná, um dos diretores do Banco de Curitiba; Hermínia Pinto Rebello, casada com o coronel de artilharia e general Servando Loyola e Silva, que exerceu o cargo de comandante do Regimento de Segurança do Estado (NEGRÃO, 1927, p.148). Essas relações aprimoraram os capitais sociais de Mário Tourinho.

A carreira de Mário Tourinho foi marcada por muitas posições e progressões na hierarquia militar, chegando ao ápice na conquista do cargo de general, em 1928. Apenas após ter se tornado oficial da reserva, Mário Tourinho viu-se integrado à vida civil, sem as amarras militares, caracterizadas por relações de dependência e hierarquia (NEGRÃO, 1946, p.316).

Na condição de oficial de reserva, Mário Tourinho passou a demonstrar apoios públicos para as causas reformistas e sociais que envolviam o contexto pré-revolucionário brasileiro. No entanto, todas as articulações para a eclosão da Revolução de 1930 foram realizadas pelo seu irmão, Plínio Tourinho. Essa conexão familiar foi essencial para a sua nomeação enquanto chefe do Governo Provisório do Paraná, desde outubro de 1930, durante o processo revolucionário.

Plínio Tourinho, tinha livre entrada nos palácios do governo provisório, viajando constantemente ao Rio de Janeiro para despachar com Vargas. Na volta ao Paraná, era recepcionado por associações de classe e por autoridades militares e políticas, incluindo o secretariado da interventoria de Mário Tourinho e antigos membros da Aliança Liberal, sendo aclamado como herói da revolução de outubro e “estadista da república nova” (O DIA. Regressou, ontem, a esta capital, o major Plínio Tourinho, 14.jan.1931, p.1).

Homenagens e manifestações de conclamação à sua figura eram recorrentes, incluindo-se jantares e desfiles militares. O jornal O Dia assim definia a figura de Plínio Tourinho:

“símbolo do varão de Plutarco, encarnação viva do homem para a hora difícil da suprema agonia nacional, alma empolgante e generosa do idealista em ação, do idealista de todas as batalhas e para todos os desfechos, ninguém maior do que ele para nosso guia, nosso intérprete e nosso general” (O DIA. Plínio Tourinho deve ficar onde colocou a Revolução. 17.jan.1931, p.1).

Um reconhecimento do governo central à figura de Plínio Tourinho foi consagrado na sua nomeação ao cargo de chefe do Estado Maior da 5ª Região Militar. (O DIA. A primeira ordem do dia do novo comandante da Região. 04.fev.1931, p.2).

Na esteira da popularidade do seu irmão, Mário Tourinho exercia a interventoria do Paraná prestigiado por sua boa relação com Getúlio Vargas e por sua trajetória militar. O governo provisório estava satisfeito com o Paraná nos primeiros meses de interventoria, pela capacidade de harmonização de interesses, neutralização de divergências e pelo fato do Paraná ser um dos poucos estados que não importunavam o governo com “pedidos políticos abusivos” (O DIA. O Paraná é um seio de Abraão: nem divergências políticas, nem exigências absurdas. 06.jan.1931, p.1).

Na análise da biografia de Mário Tourinho, assinalamos alguns traços pertinentes que são decisivos para a explicação de sua carreira na política. O primeiro é o fato do primeiro interventor do Paraná nomeado por Getúlio Vargas ser um membro da classe dominante tradicional local. Ao contrário de outros estados<sup>57</sup>, Vargas não nomeou um agente externo ao Paraná e às classes dominantes locais. Essa característica, somada ao fato de ser irmão do comandante militar da Revolução de 1930 no estado, contribuiu para a sua manutenção no cargo frente aos recorrentes registros de crises econômicas, políticas e militares, atravessadas pela sua gestão.

Além dos irmãos Tourinho, outras lideranças foram decisivas para a consolidação da Revolução de 1930 no Paraná. Faziam parte do Diretório Revolucionário nomes como Ottoni Maciel, João Cândido Ferreira, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, Antônio Jorge Machado da Silva Lima, Octávio da Silveira, Roberto Glasser, Catão Mena Barreto

---

<sup>57</sup> Casos nos quais os primeiros interventores nomeados não eram nascidos nos estados em que iriam atuar: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Acre, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Dos 22 estados do Brasil, 10 interventores nomeados eram nascidos fora do estado ao qual iriam governar (Dados obtidos nos verbetes biográficos dos interventores federais nos estados, disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC-FGV).

Monclaro, Francisco Paula Soares Neto, Francisco Pereira, Vicente Mário de Castro, José Pereira de Macedo, Francisco Guérios, Oscar Joseph Plácido e Silva, Antônio Couto Pereira, Ivo Leão, José Cabezon, Nerval Silva e Amorety Osório (PILOTO, 1982, p.160). Assinalamos a presença de agentes civis e militares no diretório, composto de membros da Aliança Liberal e do tenentismo revolucionário.

Segundo Luiz Carlos Pereira Tourinho (1991), as lideranças militares que foram decisivas para o sucesso do movimento de 1930 compreendiam aos seguintes nomes (alguns deles já citados): os gaúchos Amorety Osório (capitão do exército) e Francisco Paula Soares (membro da Aliança Liberal e tenente-médico do exército), ambos atuando em Curitiba. Tourinho também citou a ação do capitão Ayrton Plaisant em Ponta Grossa, a despeito de seu perfil “inculto e emocional”, para influenciar um destacamento revolucionário (TOURINHO, 1991, p.147).

Em linhas gerais, o Paraná possuiu três frentes que exerciam oposição às oligarquias hegemônicas: a tenentista, que não possuiu tanta força de aglutinação de forças políticas de protesto, a empresarial, através da atuação na Associação Comercial do Paraná e a partidária, que era parcialmente interligada com a empresarial, na medida em que compartilhava dos mesmos agentes que faziam parte de suas direções. O Partido Democrático Paranaense e a Aliança Liberal foram notáveis organizações partidárias de reunião das oligarquias dissidentes insatisfeitas com os rumos que a política paranaense vinha tomando. Estas organizações foram sucessoras de agremiações de oposição que surgiram na década de 1910 e que também registraram ecos da insatisfação com as práticas políticas que concentravam o poder em grupos oligárquicos altamente coesos e restritos a clãs familiares.

Com a vitória da Revolução de 1930, os dirigentes aliancistas publicaram o Programa da Aliança Liberal do Paraná<sup>58</sup>. O tom desse documento possuía um caráter reformista, com foco na moralização dos costumes políticos:

“Amparada pela opinião pública, a Aliança Liberal continuará a pugnar pela efetivação do programa que sagrou com o sangue dos correligionários ilustres, manter-se-á sempre fiscalizando a execução das reformas que lhe deram vida, lutando pela perpetuidade do regime de respeito à livre manifestação do pensamento, de moralidade, na arrecadação e no emprego do dinheiro público, de integridade da justiça, do respeito à autonomia municipal, bater-se-á pela eleição livre e respeitada, pelo voto secreto, pela transformação dos impostos, em obras de utilidade coletiva, pela Justiça absolutamente autônoma, com

---

<sup>58</sup> O Programa da AL está disponível no Documento 3, localizado nos anexos.

atribuições para interferir no processo eleitoral em qualquer de suas fases, pela não reeleição de ninguém e pela regulamentação da provisão dos cargos administrativos, de modo a impedir a praga do profissionalismo político (O Dia. 9 de novembro de 1930).

O Programa da AL foi assinado por Benjamin Baptista Lins D’Albuquerque, Joaquim Pereira de Macedo, Ottoni Ferreira Maciel, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, Antônio Jorge Machado Lima, Octávio da Silveira e Roberto Glasser. Esses agentes vibraram a vitória do movimento de outubro, com grandes esperanças quanto ao futuro do Paraná. Estes agentes sentiam que seriam beneficiados pelos recentes acontecimentos, uma vez que eles faziam parte da principal organização oligárquica dissidente, que apoiou a candidatura de Vargas à presidência da república.

A próxima seção analisará os impactos que a Revolução de 1930 provocou sobre a política paranaense. Essa análise é importante para a identificação dos agentes que perderam espaços de poder com o movimento revolucionário e também indica informações prévias dos agentes que tiveram um grande incremento de capitais políticos com o processo político posterior ao movimento revolucionário.

#### **4.2 PERFIL DOS AGENTES POLÍTICOS QUE EXERCIAM PODER NA CONJUNTURA DA REVOLUÇÃO DE 1930**

Nessa seção, pretende-se investigar o perfil dos agentes políticos que exerciam o poder no momento em que a Revolução de 1930 eclodiu no Paraná. Buscaremos informações biográficas e genealógicas dos integrantes dos três poderes no Paraná, mapeando os perfis e capitais políticos destes agentes. No primeiro momento, analisaremos o poder executivo do Paraná, tendo como recorte o presidente do estado, Affonso Camargo, e os secretários de estado do seu governo. Na segunda seção, apresentaremos o perfil dos agentes com mandato legislativo de representação do Paraná, tendo como recorte as seguintes instituições: Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. Na terceira seção, apresentaremos o perfil dos agentes mais importantes do poder judiciário do Paraná: os desembargadores do Tribunal de Justiça, designados pelos presidentes de estado.

Em linhas gerais, esse mapeamento contempla a esfera estadual, excluindo-se os municípios, dada a dificuldade de obtenção de informações biográficas e à numerosa quantidade e diversidade de poderes locais. Além disso, verifica-se o peso político

reduzido dos agentes municipais em relação aos detentores de poder na representação a nível estadual, o que induz a uma concentração de atenção à esta parcela da classe dominante paranaense.

Utilizamos o método prosopográfico para a análise do perfil social dos integrantes dos três poderes na política paranaense (Executivo, Legislativo e Judiciário). Prosopografia ou biografia coletiva, segundo Lawrence Stone (2011), é uma técnica que investiga características comuns de um grupo de atores através de um estudo coletivo de suas trajetórias de vida. Coletaremos variáveis biográficas como nome, filiação, local de nascimento, cargos políticos ocupados, profissão e partido político de origem dos agentes que faziam parte.

Todos os agentes que ocupavam posições de poder no executivo e no legislativo foram depostos e tiveram seus capitais políticos comprometidos com a deflagração do movimento de outubro. Muitos deles não conseguiram dar continuidade às suas carreiras políticas no período pós-1930. Já o poder judiciário paranaense apresentou uma relativa estabilidade, devido ao fato de que apenas dois desembargadores foram afastados de suas funções. No decorrer das próximas seções, averiguaremos as consequências da Revolução de 1930 para a carreira destes agentes.

#### 4.2.1 O Poder Executivo Paranaense no governo de Affonso Camargo

Conforme já assinalamos, o auge da organização oligárquica dissidente ocorreu no final da década de 1920. Esses movimentos já ensaiavam a mudança política que ocorreria no Brasil. Nesse contexto, o governo em vigência no Paraná era o de Affonso Camargo. Este agente foi um dos nomes mais importantes da política paranaense no período da Primeira República. Affonso Alves de Camargo nasceu em Guarapuava, no ano de 1873, sendo filho de Pedro Alves da Rocha Loures e de Francisca de Camargo Loures. Pertencendo a uma família tradicional na sociedade paranaense, é portador do título genealógico Carrasco dos Reis (NEGRÃO, 1927).

Mudou-se para São Paulo em 1891, e em 1894, foi diplomado no curso de Direito. Retornando ao seu estado natal, passou a exercer o cargo de promotor público em Curitiba. Entre 1898 e 1915, ocupou o posto de deputado estadual. Nos anos de 1914 e 1915, exerceu a presidência da Assembleia Legislativa. Concomitante à estas posições, ocupou o cargo de vice-presidente do Paraná, entre os anos de 1908 e 1916, na chapa do

presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Em 1916 foi eleito presidente do estado. Após o exercício de seu mandato, foi eleito deputado federal em 1921. Tornou-se novamente presidente do Paraná em 1928, permanecendo no cargo até 1930, ano em que foi deposto pelas forças revolucionárias do estado (NEGRÃO, 1926, p.449).

Casado com Etelvina Pinto Rebello de Camargo, incrementou seus vínculos com a classe dominante tradicional paranaense, sendo sua esposa portadora do título Rodrigues de Seixas (NEGRÃO, 1927).

A influência de Affonso Camargo no Congresso Legislativo era notável, fazendo parte do grupo político que exerceu hegemonia após a Coligação Republicana de 1908. Nos anos 1910, os capitais políticos do clã Camargo aumentaram vertiginosamente, perpetuando o poder juntamente com o clã Munhoz da Rocha. Affonso Camargo e Caetano Munhoz da Rocha foram os principais mandatários do Partido Republicano Paranaense, exercendo hegemonia por mais de duas décadas.

No entanto, observa-se diferenças no âmbito administrativo entre as duas gestões. Enquanto o governo de Caetano Munhoz da Rocha criou a Secretaria Geral do Estado, por razão de economia, o governo de Affonso Camargo criou três secretarias, algo criticado na época. Para a Secretaria de Interior, Justiça e Instrução Pública, designou o seu cunhado, José Pinto Rebello Júnior. Para a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, o escolhido foi Francisco Gutierrez Beltrão. Completando a lista de secretários mais influentes, Camargo nomeou Lysimaco Ferreira da Costa para a Secretaria de Fazenda, Indústria e Comércio (TOURINHO, 1990, p.378).

Os principais secretários de Affonso Camargo pertenciam ao seu grupo político, integrados aos clãs hegemônicos na política paranaense. Os capitais socioeconômicos da equipe de secretários de Affonso Camargo podem ser conferidos a seguir<sup>59</sup>:

#### QUADRO 10: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS E SOCIAIS DOS SECRETÁRIOS DE AFFONSO CAMARGO

Nome/UF/nascimento	Título Genealógico/ Conexões Familiares	Capitais Econômicos/sociais
José Pinto Rebello Júnior. Curitiba, 1888	Título Rodrigues Seixas. Título Cardoso Lima. Cunhado de Affonso Camargo e de Lindolpho Pessoa da Cruz Marques.	Membro de família proprietária na região de Curitiba

<sup>59</sup> As informações biográficas completas podem ser conferidas no anexo 4.

Francisco Gutierrez Beltrão. Paranaguá, 1875	Título Rodrigues de França. Filho de Francisco da Cunha Machado Beltrão, desembargador do Tribunal de Justiça de SC. Sogro de João David Pernetta, deputado estadual e secretário de Mário Tourinho.	Grande Propriedade. Juiz de Terras.
Lysimaco Ferreira da Costa. Curitiba, 1883	Título Xavier Pinto pelo casamento com Esther Martins Franco. Genro de Arthur Martins Franco, deputado estadual por várias legislaturas, comissário de terras, deputado federal e Secretário de Finanças do Paraná. Genro de Leonor Monteiro de Carvalho Franco, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, vice-presidente do Paraná, industrial e diretor do Banco de Curitiba.	Família Proprietária. Grande funcionalismo público.

FONTES: NEGRÃO, 1927, 1928, 1929, 1946; OLIVEIRA, 2000.

José Pinto Rebello Filho era cunhado de Affonso Camargo, pois o presidente era casado com a sua irmã, Etelvina Pinto Rebello. Outro cunhado mandatário no Partido Republicano Paranaense era Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, casado com outra irmã de José Pinto Rebello Filho, Celmira Pinto Rebello da Cruz (NEGRÃO, 1927; 1946).

O grau de pertencimento destes agentes às famílias tradicionais da política paranaense era alto, com o exercício de influência nos poderes executivo e legislativo, visto que José Pinto Rebello Filho e Affonso Camargo ocupavam notáveis posições no Congresso Legislativo e no governo do Paraná. Rebello Filho foi deputado estadual entre 1922 e 1927, e Affonso Camargo ocupou altas posições no legislativo e no executivo, conforme o visto anteriormente. Posteriormente, na ocasião da Revolução de 1930, fugiu para São Paulo, juntamente com o seu cunhado, Affonso Camargo (IHGPR). Depois de alguns dias como foragidos, ambos se apresentaram à Delegacia Revolucionária de São Paulo, em 10 de novembro de 1930.

Francisco Gutierrez Beltrão era um grande proprietário de terras, que também exerceu o cargo de deputado estadual entre 1900 e 1905 (NICOLAS, 1984), assim como Affonso Camargo e Pinto Rebello. Beltrão era juiz de terras e pertencia a uma das mais importantes famílias da classe dominante paranaense, sendo portador do título Rodrigues de França. Uma de suas filhas, Laura Beltrão Pernetta, era casada com João David Pernetta, deputado estadual entre 1900 e 1915 e secretário de Interior e Justiça do interventor Mário Tourinho. Beltrão não foi preso na ocasião da Revolução de 1930, e seu genro exerceu uma das mais importantes posições no governo revolucionário, o que demonstra que a trajetória desta família é caracterizada pela modernização conservadora, não abalando profundamente os poderes econômicos e políticos deste grupo.

Por sua vez, Lysímaco Ferreira da Costa era professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, instituição em que também exerceu o cargo de inspetor. Com uma carreira voltada para o campo educacional, devido à sua atuação universitária e no Ginásio Paranaense, foi nomeado Diretor Geral do Ensino em 1925, no governo Caetano Munhoz da Rocha. Vinculado a um importante clã da sociedade paranaense, incrementou seus capitais através do casamento com Ester Martins Franco. Seu sogro era Arthur Martins Franco, deputado estadual por várias legislaturas, comissário de terras, deputado federal e Secretário de Finanças do Paraná. Genro de Leonor Monteiro de Carvalho Franco, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, vice-presidente do Paraná, industrial e diretor do Banco de Curitiba (NEGRÃO, 1929).

A partir destes dados, constatamos que os capitais econômicos Lysímaco Ferreira da Costa vinculam esse agente à classe dominante paranaense, o que assinala a conexão entre o poder político e o poder econômico. A principal secretaria para o governo Affonso Camargo era a Fazenda, dada a representatividade dos interesses da classe dominante frente ao Estado.

No entanto, o Paraná passava por uma profunda crise orçamentária, que aprofundava o déficit fiscal no decorrer dos anos. Segundo Luiz Carlos Pereira Tourinho, a Secretaria da Fazenda fixou as despesas para o ano de 1929 para a quantia de 86.798 contos, enquanto o estado só tinha arrecadado 46.395 contos, o que configurava um déficit de 40.403 contos, ou seja, 87% da arrecadação (TOURINHO, 1990, p.382). Segundo o autor, se o governo Affonso Camargo não tivesse sido interrompido pela Revolução de 1930, esses números significariam o aumento da crise fiscal que atravessava o estado.

Mesmo diante das dificuldades financeiras pelas quais o Paraná atravessava, a gestão de Lysímaco Ferreira da Costa notabilizou-se por um importante feito: a fundação do Banco do Estado do Paraná, o Banestado, no ano de 1928. Outro destaque à sua carreira foi a sua nomeação para integrar o conselho administrativo da Caixa Econômica Federal do Paraná.

Com a eclosão da Revolução de 1930, Lysímaco Ferreira da Costa foi preso pelo movimento revolucionário (IHGEPR). As supostas irregularidades fiscais e orçamentárias praticadas pela sua gestão à frente da pasta da fazenda foram investigadas pelos tribunais revolucionários instaurados após a Revolução de 1930.

Em resumo, o perfil dos três secretários do governo Affonso Camargo revela um coeso pertencimento à classe dominante tradicional, vistos os seus títulos genealógicos,



bem como assinala trajetórias relacionadas à atuação no poder legislativo (Pinto Rebello e Gutierrez Beltrão, deputados por vários biênios) e no poder executivo (Lysímaco Costa, diretor de ensino no governo anterior).

Também se assinala a estreita vinculação de Affonso Camargo, o chefe do poder executivo paranaense, com a classe dominante local, seja em termos de propriedades econômicas ou por influência política. Camargo era um dos principais chefes do poder legislativo local nas décadas anteriores. O clã familiar Camargo aliou-se ao clã Munhoz da Rocha, integrando um complexo de poder altamente homogêneo e avesso à concessão de espaços às oligarquias dissidentes.

Combater esse complexo de poder oligárquico foi um dos principais objetivos do movimento revolucionário pós-1930. Nos primeiros momentos da revolução, a punição aos integrantes do governo Affonso Camargo foi empreendida para materializar o propósito moralizador do novo regime. Conforme as ideias de José Honório Rodrigues, a história do Brasil se divide em momentos conciliação e inconciliação. Os meses que sucederam a revolução buscaram mostrar à sociedade as mudanças de práticas políticas, registrando ações que não eram conciliatórias com os agentes de poder do período anterior, também chamados de “carcomidos”, com um teor ideológico de que eles estavam “ultrapassados” para o “Novo Brasil” que estava em ascensão. Após esses primeiros momentos, as forças políticas diversas que faziam parte do jogo político pós-revolucionário procuraram estabelecer novos pactos políticos. No entanto, esse processo foi lento e gradual.

Nesse sentido, na análise das carreiras políticas de Affonso Camargo, José Pinto Rebello Júnior, Francisco Gutierrez Beltrão e Lysimaco Ferreira da Costa, verifica-se que todos eles foram presos pela Revolução de 1930, com a exceção de Francisco Beltrão. Isso indica uma queda significativa dos capitais políticos destes agentes. Em linhas gerais, a Revolução de 1930 comprometeu negativamente as carreiras políticas dos principais agentes que ocupavam o poder executivo paranaense, na esfera estadual.

A próxima seção analisará as carreiras política dos agentes que ocupavam cargos legislativos no Paraná no momento da eclosão da Revolução de 1930.

#### 4.2.2 Senadores do Paraná com mandato atravessado pela Revolução de 1930

A presente seção analisará os capitais políticos e familiares dos senadores do Paraná da legislatura anterior à Revolução de 1930, que assumiram o mandato a partir de 1928. A análise sobre o poder legislativo é de suma importância para a análise da dinâmica política no contexto da Primeira República, pois a instituição legislativa apresenta-se como espaço privilegiado de poder. Segundo Christian Lynch, na esfera legislativa, “os representantes das elites deliberam sobre como dirigir os investimentos públicos na dinamização daqueles setores da economia a que se vinculam seus interesses” (LYNCH, 2014, p.26). Nas bancadas do Senado, da Câmara Federal e das Assembleias Legislativas, os discursos embasados na ideologia liberal, que assinalam a livre concorrência, estão imersos em um contexto marcado pela baixa participação política e defesa dos interesses das minorias privilegiadas.

Pretendemos identificar quais são os atributos sociais, políticos e familiares de suas trajetórias, averiguando quais foram os impactos que a Revolução de 1930 provocaram nas suas carreiras<sup>60</sup>.

O primeiro dos três senadores da conjuntura da Revolução de 1930 analisados é **Carlos Cavalcanti de Albuquerque**. Nascido no Rio de Janeiro em 1864, é filho de Inocêncio José Cavalcanti de Albuquerque, militar, combatente e morto na Guerra do Paraguai e Joaquina da Mota Cavalcanti de Albuquerque (CASA CIVIL<sup>61</sup>). Sua família possuía tradição militar, sendo sobrinho do General José de Almeida Barreto, que participou da Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, em 1848, além de combater na Guerra do Paraguai, ao lado de seu irmão, de 1866 a 1868. Foi participante ativo da Proclamação da República, em 1889, eleito senador pela Paraíba, em 1890, aliado de Deodoro da Fonseca, opositor de Floriano Peixoto. Membro do Partido Autonomista, na Paraíba, e do Partido Democrata, na capital federal, também foi Ministro do Supremo Tribunal Militar (DHBB CPDOC FGV<sup>62</sup>). Seguindo o *habitus* familiar, Carlos Cavalcanti de Albuquerque formou-se na Escola de Cadetes de Porto Alegre em 1879. Exerceu os

<sup>60</sup> As reflexões preliminares sobre os senadores do Paraná no período que antecedeu a Revolução de 1930 foram publicadas pela autora. Ver GRANATO, N. C. Os senadores do Paraná no contexto da Revolução de 1930: capitais políticos e familiares. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v. 3, p. 46-63, 2017.

<sup>61</sup> Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>

<sup>62</sup> CPDOC FGV. Verbete ALMEIDA BARRETO. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARRETO,%20Almeida.pdf>

cargos de Chefe do Estado-Maior da 1ª Região Militar e comandante do 1º Regimento de Infantaria da Vila Militar.

Residindo no Paraná, casou-se com Francisca Munhoz da Rocha, irmã de Caetano Munhoz da Rocha. Tal união matrimonial foi decisiva para a consolidação de sua carreira política no estado, somando com os capitais políticos, econômicos e culturais herdados de sua própria família, estabelecida no Paraná desde meados do século XIX, detentora do título genealógico Carrasco dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p.387). Seu casamento proporcionou-lhe a integração à uma das famílias tradicionais mais influentes e antigas do Paraná, que dividia com a família Camargo a hegemonia política durante o período anterior à Revolução de 1930. Ocupou os cargos de Deputado Federal pelo Paraná, de 1900 a 1905 e de 1909 a 1911, Presidente do Paraná, pelo Partido Republicano, de 1912 a 1916 (venceu oposições internas ao seu vice, Affonso Camargo, lideradas por Alencar Guimarães e Generoso Marques dos Santos, seu governo foi atravessado pela Guerra do Contestado) e Senador pelo Paraná, de 1921 a 1930. (GOULART, 2008, p.132; NICOLAS S/D; OLIVEIRA, 2000, p.387-388).

Cavalcanti de Albuquerque ocupou cargos políticos de destaque por três décadas, de 1900 a 1930 (CASA CIVIL<sup>63</sup>; DHBB CPDOC FGV<sup>64</sup>). Sua família associou-se às principais famílias políticas do Paraná, que revezavam a presidência do estado por quase duas décadas seguidas. Um dos filhos de Carlos Cavalcanti era casado com uma irmã de Vicente Machado, ex-presidente do estado (GOULART, 2008, p.128). Outra conexão genealógica refere-se à Eudoro Cavalcanti de Albuquerque, desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, casado com Amasília Camargo, irmã de Afonso Camargo, presidente do Paraná de 1916 a 1920 e de 1928 a 1930. A esposa de Carlos Cavalcanti de Albuquerque era parente de Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná de 1920 a 1928 (OLIVEIRA, 2000, p.387). Estas famílias foram alvos da Revolução de 1930. Afonso Camargo foi destituído do cargo de presidente do Paraná em 1930. Eudoro Cavalcanti de Albuquerque, familiar de Carlos Cavalcanti de Albuquerque e cunhado de Afonso Camargo foi exonerado do cargo de desembargador do Tribunal de Justiça (TJ

---

<sup>63</sup> Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>

<sup>64</sup> Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Carlos%20Cavalcanti%20de.pdf>

PARANÁ<sup>65</sup>). Caetano Munhoz da Rocha teve seu mandato de senador cassado pelos acontecimentos revolucionários.

No entanto, a reconciliação após a Revolução de 1930 se verificou em algumas trajetórias destes agentes perseguidos nos momentos iniciais da revolução. Depois de um curto período de tempo, Eudoro Cavalcanti de Albuquerque recuperou seu cargo de desembargador. Após a decretação do Estado Novo, Caetano Munhoz da Rocha retomou à vida política, como membro do Conselho Administrativo do Estado.

Outros políticos, como Afonso Camargo e Carlos Cavalcanti de Albuquerque não retomaram as suas carreiras políticas. Fora dos círculos de poder, Cavalcanti de Albuquerque incrementava seus capitais intelectuais, sendo professor catedrático de Economia Política da Faculdade de Engenharia do Paraná. Isso aponta uma queda de capitais políticos destes agentes, ocasionada pela Revolução de 1930.

O segundo senador que exercia mandato no período pré-revolucionário é **Marins Alves de Camargo**, pertencente à família Camargo, um dos principais alvos da Revolução de 1930 na sua primeira fase. Nascido em Guarapuava, no ano de 1882, era filho de Pedro Alves da Rocha Loures e de Francisca de Paula Camargo Loures. Pertence a uma família estabelecida no Paraná desde meados do século XIX, detentora dos títulos genealógicos Carrasco dos Reis e Moreira da Rocha (OLIVEIRA, 2000, p.387). Camargo é descendente de Antônio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava) e do Padre José Antônio de Camargo Araújo, deputado provincial (OLIVEIRA, 2000, p.387). Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1903. Membro e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, co-fundador e diretor do Ginásio Curitibano, Marins Camargo também exerceu os cargos de Promotor Público de Curitiba (1904-1905) e Professor da Universidade do Paraná da cátedra de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito, acumulando além de capitais políticos, familiares e econômicos, os capitais culturais e acadêmicos (CASA CIVIL<sup>66</sup>; DHBB CPDOC FGV<sup>67</sup>).

O familiar mais influente de Marins Camargo na política é o seu irmão Afonso Alves de Camargo, vice-presidente do Paraná, de 1912 a 1916, presidente do Paraná de

---

<sup>65</sup> Eudoro Cavalcanti de Albuquerque. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-eudoro-cavalcanti-de-albuquerque/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-eudoro-cavalcanti-de-albuquerque/397262?inheritRedirect=false)

<sup>66</sup> Marins Alves de Camargo. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=104>

<sup>67</sup> Marins Camargo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMARGO,%20Marins.pdf>

1916 a 1920 e de 1928 a 1930, deputado federal de 1921 a 1922 e senador de 1922 a 1927. Também podemos citar a influência de sua sobrinha, Flora Camargo, casada com Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Paraná de 1951 a 1954.

Sendo membro de uma das famílias mais importantes da política paranaense no período pré-1930, Marins Camargo ocupou diversos cargos: foi Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 1912 (Governo Carlos Cavalcanti de Albuquerque); Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 1913 (Governo Carlos Cavalcanti de Albuquerque). Secretário Geral do Estado, 1920-1922 (Governo Caetano Munhoz da Rocha) (GOULART, 2008, p.540). Influente quadro do Partido Republicano, exercendo a sua presidência, foi também deputado estadual, sendo presidente da Assembleia Legislativa em 1920 (GOULART, 2008, p.523). Marins Camargo também foi vice-presidente do Paraná durante a segunda gestão de Caetano Munhoz da Rocha (1924-1928) e senador pelo Paraná de 1928 a 1930. Cassado pela Revolução de 1930, Marins Camargo não retomou a sua carreira política em cargos eletivos (embora tenha presidido a seção regional do Partido Republicano no período pós-1945), assim como o seu irmão, Afonso Camargo. Apenas a geração posterior aos mesmos retomou parte da influência que exerciam na República Velha, com menor potência. Seu sobrinho Paulo Afonso Alves de Camargo (filho de Afonso Camargo) foi deputado estadual por sete legislaturas consecutivas, iniciando em 1955, pelo Partido Republicano e finalizando em 1982, pela Aliança Renovadora Nacional. Outro sobrinho seu foi Mário Afonso Alves de Camargo (filho de Afonso Camargo), vereador em Curitiba eleito pelo Partido Republicano em 1951, tornando-se presidente da Câmara Municipal em 1953. Seu sobrinho-neto foi Affonso Camargo Neto, cujo cargo mais elevado foi o Ministério dos Transportes no governo José Sarney<sup>68</sup>.

Apesar das gerações futuras a Marins Camargo terem obtido notoriedade política, assinalamos que o senador em questão declinou a sua carreira com a Revolução de 1930, chegando inclusive a ser preso pelo movimento outubrista (O DIA, 05 de outubro de 1930, p.1).

---

<sup>68</sup> Afonso Camargo Neto também foi Presidente do Diretório Regional do PDC; Diretor, Departamento de Águas e Energia Elétrica do Paraná, 1961; Presidente Fundador, CODEPAR, 1962; Secretário do Interior e Justiça do Estado do Paraná, 1963; Secretário de Finanças, 1974, Presidente do Banco do Estado do Paraná; Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, 1974; Vice-Governador do Paraná, 1964-1965, PDC; Senador, 1979-1987, ARENA; Senador (Constituinte), 1987-1995, PMDB; Deputado Federal, 1995-1999, PPB. Federal, 1999-2003, PFL. Deputado Federal, 2003-2007, PR, PSDB; Deputado Federal, 2007-2011, PSDB. (GRANATO, 2016)

O terceiro senador paranaense do período pré-1930 é **Caetano Munhoz da Rocha**. Nascido em Antonina no ano de 1879, é filho de Bento Munhoz da Rocha e Maria Leocádia Munhoz Carneiro. Membro de uma família estabelecida no Paraná desde meados do século XVIII, quando o espanhol Bento Antônio Munhoz e sua esposa Michielina Assumpção passaram a residir no Paraná (OLIVEIRA, 2000, p.392). Desde então, o acúmulo de capitais políticos, econômicos e culturais teve ascensão progressiva. Através do casamento entre Florêncio José Munhoz (filho de Bento Antônio Munhoz) com Luízia Licia de Lima (descendente de Mateus Leme e Baltazar Carrasco dos Reis), a família se torna integrante dos herdeiros dos primeiros povoadores de Curitiba, sendo detentora do título genealógico Carrasco dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p.392).

Ao longo de sua trajetória, Caetano Munhoz casou-se por três vezes. Sua primeira esposa foi Olga de Souza. Contraiu sua segunda núpcia com Domitila Almeida, filha do Coronel Alfredo Xavier de Almeida e Maria Lúcia Grein de Almeida (GOULART, 2008, p.197). Casou-se pela terceira vez com com Sílvia Lacerda Braga, filha do Coronel Antonio da Cunha Braga e Vitória de Lacerda Braga (GOULART, 2008, p.197).

Teve, ao todo, 21 filhos, um deles foi Bento Munhoz da Rocha Neto (casado com Flora Camargo Munhoz da Rocha, filha de Afonso Camargo, aliado de Caetano Munhoz da Rocha, conforme o visto anteriormente), deputado federal constituinte em 1946, governador do Paraná, pelo Partido Republicano, de 1951 e 1955, ministro da Agricultura, governo Café Filho, 1955, e deputado federal de 1959 a 1962, pelo Partido Republicano. Possui outros familiares influentes no campo político paranaense. Sua irmã, Francisca Munhoz da Rocha, casou-se com Carlos Cavalcanti de Albuquerque, ex-presidente do Paraná e senador (OLIVEIRA, 2000, p.392).

Outro parente importante é José Munhoz de Mello, que iniciou sua carreira política na geração posterior à sua, especialmente no período pós-1946. Foi deputado federal constituinte de 1946 (OLIVEIRA, 2000, p.392), promotor público nas décadas de 1930 e 1940, desembargador do TJ<sup>69</sup>, nomeado em 1948, onde também foi presidente de 1953 a 1958. Prefeito de Londrina pelo PSD, também dá nome a um município no Noroeste do Paraná<sup>70</sup>. Possuidor de capitais acadêmicos de notoriedade, foi professor e diretor da Faculdade de Direito na Universidade Federal do Paraná. Também citamos o

---

<sup>69</sup> TJ PARANÁ. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-jose-munhoz-de-mello/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-jose-munhoz-de-mello/397262?inheritRedirect=false)

<sup>70</sup> PREFEITURA DE MUNHOZ DE MELLO. Disponível em: <http://www.munhozdemello.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1267>

parentesco com Laertes de Macedo Munhoz, deputado estadual (OLIVEIRA, 2000, p.393) pela UDN por duas legislaturas (1947-1950/1951-1955), eleito também em 1935. Pela linhagem Macedo, este também herdou densos capitais políticos desta família estabelecida no Paraná desde meados do século XVIII (OLIVEIRA, 2000, p.390-391). Foi presidente da ALEP entre 1953 e 1954, Secretário do Interior e Justiça do Governo Bento Munhoz da Rocha Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado no Governo de Adolpho de Oliveira Franco, presidente da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, membro da Academia Paranaense de Letras, na cadeira 31, cujo patrono é seu pai, Alcides de Macedo Munhoz. Possuía grande acúmulo de capitais acadêmicos, sendo professor de Direito Penal na Universidade Federal do Paraná, onde foi vice-reitor de 1964 a 1967, promotor público, advogado geral do Estado.

Em 1953, três Munhoz ocupavam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Paraná (OLIVEIRA, 2000, p.392): respectivamente: Bento Munhoz da Rocha Netto, Laertes Munhoz da Rocha e José Munhoz de Mello. Isso revela que a geração de Caetano Munhoz da Rocha transferiu muitos capitais políticos, sociais e culturais para a geração posterior à sua. Tendo isso em mente, os parágrafos posteriores se dedicarão à exposição da trajetória de Caetano Munhoz.

Caetano Munhoz da Rocha formou-se em Medicina, na Faculdade Nacional de Medicina, localizada no Rio de Janeiro, em 1902. Atuou como Médico na Santa Casa de Misericórdia e Inspetoria de Saúde dos Portos e Ervateiro. Sua família foi responsável pela introdução da tecnologia do vapor na indústria do mate (OLIVEIRA, 2000, p.392). Acumulou capitais culturais notáveis, pertencendo ao Círculo dos Estudos Bandeirantes e ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sendo presidente deste em 1919 (CASA CIVIL<sup>71</sup>).

Ocupou diversos cargos ao longo de sua carreira política. Foi Deputado Estadual, Partido Republicano, de 1904 a 1917. Também exerceu o cargo de Prefeito de Paranaguá, Paraná durante duas gestões, de 1908 a 1912 e de 1912 a 1915. Foi vice-presidente do Paraná, de 1916 a 1920, paralelamente ao exercício do cargo de Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, no governo de Affonso Camargo, Presidente do Paraná, de 1920 a 1928, e Senador, de 1928 a 1930.

Seu mandato de senador foi cassado pela Revolução de 1930. Devido ao fato de ser ex-presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, apresentou-se à polícia e às

---

<sup>71</sup> Caetano Munhoz da Rocha. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>

autoridades revolucionárias no dia 11 de novembro de 1930, sendo preso temporariamente e liberado pelo chefe de polícia, o coronel Viégas da Silva, algumas horas depois (O DIA, 12 de novembro de 1930, p.1).

No retorno à política, foi eleito deputado estadual pela União Republicana Paranaense, reunião de políticos que exerciam poder no período pré-1930 que exercia oposição a Getúlio Vargas. Com o Estado Novo, teve o seu mandato cassado (CASA CIVIL, GOULART, 2008, OLIVEIRA, 2000, DHBB- CPDOC FGV<sup>72</sup>). Retomou à carreira política em pouco tempo, quando foi convidado a exercer a presidência do Departamento Administrativo do Estado de 1939 a 1940 (DAGOSTIM, 2011, p.158), durante o Estado Novo.

Na análise dos senadores do Paraná no período pré-1930, destacamos que todos eram aparentados entre si e pertenciam aos clãs Camargo/Munhoz da Rocha, hegemônicos na política paranaense desde a década de 1910. Estes clãs oligárquicos concentravam muitos poderes no período anterior à 1930.

Após a Revolução de 1930, a influência e o poder político destes senadores diminuíram drasticamente. Cavalcanti de Albuquerque, por exemplo, não retomou a sua carreira política após 1930, e nem a geração de descendentes seus obteve grandes êxitos no campo de poder local. O senador Marins Alves de Camargo também não retomou sua carreira política no período pós-1930, mas a geração da família Camargo posterior à sua alcançou grandes postos nos círculos de poder local no período pós-1945, permanecendo na ditadura militar e redemocratização. Já o terceiro senador analisado do período pré-1930, Caetano Munhoz da Rocha, afastou-se momentaneamente da política com a Revolução, mas retomou sua carreira pouco tempo depois, obtendo cargos importantes no período pós-1930, contando com boas relações junto à Getúlio Vargas e a máquina política local nas décadas de 1930 e 1940, em detrimento de suas ligações com o período anterior à Revolução, o que indica claramente que tal acontecimento se deu através de uma “modernização conservadora”. A geração posterior à Caetano Munhoz da Rocha angariou importantes cargos e influência política no período pós-1945. Essa síntese sobre capitais pode ser conferido no quadro a seguir:

---

<sup>72</sup> Verbete Caetano Munhoz da Rocha. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROCHA,%20Caetano%20Munhoz%20da.pdf>



QUADRO 11- IMPACTOS NACARREIRA POLÍTICA DOS SENADORES COM MANDATO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO DE 1930

Senador	Herança de capitais políticos/familiares	Carreira política pós-1930	Transmissão de capitais políticos/familiares
Carlos Cavalcanti de Albuquerque	Sim	-	-
Marins Alves Camargo	Sim	-	Sim
Caetano Munhoz da Rocha	Sim	Sim	Sim

Analisando as trajetórias dos senadores, os clãs Camargo e Munhoz da Rocha perderam uma parcela considerável de poder com a Revolução de 1930, e alguns destes grupos exerceram oposição ao governo Vargas e Manoel Ribas, através da União Republicana Paranaense. Outros agentes, entre eles, o ex-presidente do estado, Caetano Munhoz da Rocha, procuraram estabelecer uma política de conciliação com o regime, especialmente após a decretação do Estado Novo, em 1937. Somente com a democratização após 1945, estes grupos conseguiram se organizar com mais efetividade. Esses pontos serão retomados em etapas posteriores desta tese.

A próxima seção analisará as carreiras políticas dos deputados federais que tiveram seus mandatos atravessados pela Revolução de 1930, averiguando os impactos que esse evento causou para os detentores de poder político no período pré-1930.

#### 4.2.3 Deputados federais do Paraná com mandato atravessado pela Revolução de 1930

A presente seção procura discutir quais eram os capitais políticos e familiares dos deputados federais do Paraná da legislatura anterior à Revolução de 1930, procurando mapear um perfil biográfico e social destes agentes, identificando as principais condicionantes que tornaram possível a ocupação do cargo antes da Revolução de 1930. O perfil de deputados federais abrange a análise do biênio de 1930-1931, cujos mandatos foram atravessados pela Revolução de 1930 e interrompidos pelo processo revolucionário. Verificaremos se os agentes que compõe esse total de deputados tiveram

continuidade nas carreiras políticas no decorrer da década de 1930, levantando informações de redes familiares e sociais dos quais os mesmos pertenciam<sup>73</sup>.

O quadro a seguir traz as informações de local e ano de nascimento, bem como os capitais familiares e os títulos genealógicos dos deputados federais que tiveram seus mandatos atravessados pela Revolução de 1930 no Paraná<sup>74</sup>.

QUADRO 12- DEPUTADOS FEDERAIS COM MANDATO EM 1930: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS

Nome	Local de nascimento/ano	Capitais Familiares/ Títulos Genealógicos
Plínio Gonçalves Marques	Antonina (PR), 1893	Gonçalves Marques (nascimento, Vol.VI) Rodrigues Seixas (matrimônio, Vol.II)
Arthur Martins Franco	Campo Largo (PR), 1876	Xavier Pinto (nascimento, Vol.IV); Rodrigues Seixas (matrimônio, vol. II)
João Cid Moreira Garcês	Curitiba (PR), 1885	Rodrigues Seixas (matrimônio, vol. II) Cardoso de Lima (nascimento, vol.V)
Eurides Cunha	Campo Largo (PR), 1872	Família com chefes políticos municipais

Fontes: NEGRÃO; OLIVEIRA, 2000, 1977; NICOLAS, 1977; DHBB CPDOC FGV.

O perfil dos 4 deputados federais com mandatos atravessados pela Revolução de 1930 indica o pertencimento de longa data à classe dominante tradicional, sendo três deles portadores de títulos genealógicos: Plínio Marques, Arthur Franco e Moreira Garcês. Por sua vez, Eurides Cunha era ligado a laços de parentesco com chefes políticos locais. Os três portadores de títulos genealógicos por nascimento também incrementaram seus capitais sociais e familiares através de matrimônios com mulheres pertencentes a famílias tradicionais, também portadoras de títulos genealógicos, o que potencializa as relações entre famílias e aumenta as possibilidades de poder e atuação na sociedade paranaense.

<sup>73</sup> As reflexões preliminares sobre os capitais dos deputados federais e estaduais com mandato no período que antecedeu a Revolução de 1930 foram publicadas pela autora. Ver GRANATO, N. C. O Poder Legislativo Paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo dos capitais familiares e políticos dos deputados federais e estaduais (1930-1937). Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v. 5, p. 1-39, 2019.

<sup>74</sup> As referências completas estão no anexo 6.

Todos os deputados federais também nasceram na região categorizada como “Paraná Tradicional”, região de antiga ocupação territorial.

Para complementar as informações genealógicas e suas relações com a classe dominante, o próximo quadro apresenta os capitais econômicos dos deputados federais com mandato no Paraná durante a Revolução de 1930.

#### QUADRO 13- DEPUTADOS FEDERAIS COM MANDATO EM 1930: CAPITAIS ECONÔMICOS

Nome	Capitais econômicos/sociais
Plínio Gonçalves Marques	Grande comércio no Litoral
Arthur Martins Franco	Propriedade de terras nos Campos Gerais
João Cid Moreira Garcês	Grande comércio em Curitiba
Eurides Cunha	Propriedade de terras e pecuária em Curitiba e Campo Largo

Fontes: NEGRÃO; OLIVEIRA, 2000, 1997; NICOLAS, 1977; DHBB CPDOC FGV.

Através das informações deste quadro, constatamos que os quatro deputados federais pertenciam a classe economicamente dominante, sendo as suas propriedades ligadas ao comércio e a agricultura na região do Paraná Tradicional. A dominação contemplava os campos político, econômico e social, em uma lógica de reprodução dos privilégios e da estrutura de classes, no momento de transição da monarquia para a república e de transformações sócio-econômicas.

Em linhas gerais, o perfil dos deputados federais que se elegeram antes da Revolução de 1930 e que tiveram os mandatos atravessados por este evento histórico indica que a totalidade de seus membros eram nascidos no Paraná e pertenciam à classe dominante tradicional local, acumulando capitais sociais, familiares, políticos e econômicos com reprodução de longa duração.

O próximo quadro oferecerá informações quanto aos capitais políticos e informações sobre a formação destes agentes, muitas vezes associadas a carreira política dos mesmos.

#### QUADRO 14– CAPITAIS POLÍTICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS COM MANDATO EM 1930

Nome	Formação	Cargos Políticos/períodos
Plínio Gonçalves Marques	Medicina, RJ	Deputado Estadual, 1916- 1921; Deputado Federal, 1921-1930.
Arthur Martins Franco	Engenharia Civil, SP	Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, 1912 a 1916; Deputado estadual, 1920-1923; Deputado federal, 1923 a 1930;

João Moreira Garcês	Engenharia Civil, SP	Diretor de Obras Públicas, 1912-1919; Secretário de Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, 1919; Prefeito de Curitiba, 1920-1928; Deputado Federal pelo Paraná, 1929-1930; Prefeito de Curitiba, 1938-1940;
Eurides Cunha	Direito, SP	Deputado estadual, 1910-1918; Prefeito de Jaguariaíva 1912-1920; Vice-presidente do estado, 1920-1924, Deputado Federal, 1925-1928; Prefeito de Curitiba, 1928-1930; Deposto pela Revolução de 1930.

Fontes: NEGRÃO; OLIVEIRA, 2000, 1997; NICOLAS, 1977

Os quatro deputados federais que tinham mandatos na ocasião da Revolução de 1930 possuíam formações superiores fora do estado do Paraná, dado que a primeira universidade do estado foi fundada em 1912. Dois deles se formaram em Engenharia Civil, um em Direito e um em Medicina, os cursos mais tradicionais e prestigiados da época, reservando um acúmulo de capital intelectual considerável para estes agentes. Quanto aos capitais políticos, todos os deputados pertenciam ao Partido Republicano Paranaense e atuaram em prol do governo, como base de apoio.

Com a Revolução de 1930, os quatro deputados federais foram depostos. Plínio Marques, Arthur Franco e João Garcês perderam o cargo de deputado federal e Eurides Cunha, o de Prefeito de Curitiba. A Revolução de 1930 abalou a carreira política deste conjunto de deputados. Plínio Marques, Arthur Franco e Eurides Cunha não tiveram cargos políticos após os acontecimentos de 1930. Apenas João Moreira Garcês obteve cargos após 1930, sendo nomeado prefeito de Curitiba pelo interventor Manoel Ribas em 1938. Tais dados demonstram uma ruptura nas carreiras do conjunto de deputados federais analisados. A próxima seção analisará o perfil dos deputados estaduais eleitos na legislatura anterior à Revolução de 1930.

#### 4.2.4 Deputados estaduais do Paraná com mandato atravessado pela Revolução de 1930

Nessa seção, apresentaremos as informações sociais genealógicas dos deputados estaduais que tiveram seus mandatos atravessados pela Revolução de 1930 no Paraná. O quadro a seguir traz as informações de local e ano de nascimento, bem como os capitais familiares e os títulos genealógicos destes agentes<sup>75</sup>.

<sup>75</sup> As referências completas estão no anexo 7.

QUADRO 15- DEPUTADOS ESTADUAIS COM MANDATO EM 1930:  
INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS

Nome	Local de nascimento/ano	Capitais Familiares/ Títulos Genealógicos
Caio Gracho Machado de Lima	Ponta Grossa (PR), 1885	Carrasco dos Reis (nascimento, Vol.I)
Dídio Iratym Affonso da Costa	Guarapuava (PR), 1881	Müller (nascimento, vol.VI)
Domingos de Freitas	Palmeira (PR), 1879	Família com chefes políticos municipais
Edmundo Mercer	Tibagi (PR), 1878	Mercer (nascimento, vol.VI)
Elbe Lauro Pospissil	Curitiba (PR), 1893	
Enéas Marques dos Santos	Curitiba (PR), 1883	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
Ermelino Beckert	Rio Negro (PR), 1873	
Ermelino Agostinho de Leão	Curitiba (PR), 1870	Rodrigues de França (nascimento, Vol.III)
Estevam Ribeiro do Nascimento Júnior	Curitiba (PR), 1891	Rodrigues de França (nascimento, Vol.III)
Francisco Fido Fontana	Curitiba (PR), 1883	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Campo Largo (PR), 1872	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
Genaro Régis Pereira da Costa	Paranaguá (PR), 1901	Pereiras (nascimento, Vol.VI)
Hernani Nogueira Zaina		Carrasco dos Reis (matrimônio, Vol.I)
Hildebrando César de Souza Araujo	Imbituva (PR), 1885	Alves (nascimento, Vol.V) Macedo (matrimônio, vol. VI)
João Antônio Xavier	Paranaguá (PR), 1852	Silva Pereira (nascimento, Vol.VI)
João Cândido de Oliveira	Almirante Tamandaré (PR), 1865	Família com chefes políticos municipais
João Fleury da Rocha	Ouro Preto (MG), 1889	Família com deputados na ALEP
João Leite de Paula e Silva	Piancó (PB), 1860	Góes de Siqueira (matrimônio, vol. V)
João Sampaio	Lapa (PR), 1864	Família com chefes políticos locais.
Leovigildo Barbosa Ferraz	Piracicaba (SP), 1885	
Lysandro Alves de Araujo	Palmeira (PR), 1878	Rodrigues de França (nascimento, Vol.II)
Manoel de Oliveira Franco	Curitiba (PR), 1894	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
Romualdo Antônio Baraúna	Santo Amaro (BA), 1872	Carrasco dos Reis (matrimônio, Vol.I)
Sylvano Alves da Rocha Loures	Palmas (PR), 1864	Carrasco dos Reis (nascimento, Vol.I)
Tasso da Silveira	Curitiba (PR), 1895	Azevedo de Macedo (nascimento, Vol.V)

Theóphilo Soares Gomes	Antonina (PR), 1894	Título Rodrigues França (matrimônio, Vol.III)
Vespasiano de Mello	Jaguariaíva (PR), 1886	Família com chefes políticos municipais
Wallace de Mello.	Laranjeiras (SE), 1872.	Família com chefes políticos municipais.

Fontes: NEGRÃO; OLIVEIRA, 2000, 1997; NICOLAS, 1984.

Dos 28 deputados estaduais com mandato na Assembleia Legislativa na ocasião da Revolução de 1930, 22 nasceram no Paraná (não foi possível localizar o local de nascimento do deputado Hernani Nogueira Zaina). Todos eles nasceram na região do Paraná Tradicional, de antiga ocupação. Destes 22 deputados paranaenses, 16 eram portadores de títulos genealógicos, seja através do nascimento ou do matrimônio, o que indica a longa duração da dominação e reprodução dos poderes políticos e sociais. Por sua vez, 5 deputados estaduais nascidos no Paraná tinham ligações de parentesco com chefes políticos dos seus municípios, desenvolvendo redes de contatos políticos coronelísticos. O único deputado paranaense que não possuía laços de parentesco com a elite política local era Elbe Lauro Pospissil, neto de Antônio Pospissil, imigrante alemão estabelecido no Brasil a partir de 1862, pioneiros da militância política operária no estado (TOURINHO, 1985, p.498).

Por sua vez, dos 5 deputados estaduais que nasceram fora do Paraná, 2 contraíram ligações familiares com a classe dominante local através do casamento e dois desenvolveram relações familiares que reproduziram poderes políticos nos municípios e no interior da Assembleia Legislativa. Desse modo, os “outsiders” se incorporaram a sociedade local e garantiram suas influências e possibilidades de ação.

O próximo quadro apresenta os capitais econômicos dos deputados estaduais que tiveram seus mandatos atravessados pela Revolução de 1930.

#### QUADRO 16- DEPUTADOS ESTADUAIS COM MANDATO EM 1930: CAPITAIS ECONÔMICOS

Nome	Capitais econômicos/sociais
Caio Gracho Machado de Lima	Grande propriedade de terras.
Dídio Iratym Affonso da Costa	Alto funcionalismo militar.
Domingos de Freitas	Propriedade de terras ligadas ao comércio, industrialização e exportação da erva-mate.
Edmundo Mercer	Propriedade de gado e terras na região de Castro (PR).
Elbe Lauro Pospissil	Alto funcionalismo público.

Enéas Marques dos Santos	Alto funcionalismo público.
Ermelino Beckert	Alto funcionalismo público.
Ermelino Agostinho de Leão	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a indústria. Alto funcionalismo público.
Estevam Ribeiro do Nascimento Júnior	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a indústria de erva-mate na região de Clevelândia.
Francisco Fido Fontana	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a indústria de erva-mate, com desenvolvimento de maquinário.
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Propriedade de terras ligadas ao comércio, industrialização e exportação da erva-mate. Propriedade de fontes de água mineral.
Genaro Régis Pereira da Costa	Alto funcionalismo público.
Hernani Nogueira Zaina	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a indústria de erva-mate.
Hildebrando César de Souza Araujo	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a indústria de erva-mate.
João Antônio Xavier	Grande propriedade de terras e indústrias no Litoral. Alto funcionalismo público.
João Cândido de Oliveira	Grande propriedade comercial.
João Fleury da Rocha	Alto funcionalismo público.
João Leite de Paula e Silva	Grande propriedade de terras. Alto funcionalismo público.
João Sampaio	Propriedade de terras ligadas ao comércio e produção de café.
Leovigildo Barbosa Ferraz	Propriedade de terras ligadas ao comércio, produção e exportação de café.
Lysandro Alves de Araújo	Grande propriedade industrial e comercial.
Manoel de Oliveira Franco	Grande propriedade de terras. Alto funcionário público e professor universitário.
Romualdo Antônio Baraúna	Grande propriedades de terras. Alto funcionalismo público.
Sylvano Alves da Rocha Loures	Grande propriedade de terras. Alto funcionário público e professor universitário.
Tasso da Silveira	Família intelectual, com escritores renomados.
Theóphilo Soares Gomes	Propriedade de terras ligadas ao comércio, industrialização e exportação da erva-mate.
Vespasiano de Mello	Comércio em Castro.
Wallace de Mello	Alto funcionalismo público.

Fontes: NEGRÃO; OLIVEIRA, 2000, 1997; NICOLAS, 1984

Na análise dos capitais econômicos e sociais dos 28 deputados estaduais com mandatos na ocasião da Revolução de 1930, assinalamos que 17 deles eram detentores de propriedades de terras ligadas à agricultura, ao comércio, à criação de gado e à indústria. Identificamos dois dos precursores da propriedade cafeeira, Leovigildo Barbosa Ferraz e João Sampaio, bem como grandes comerciantes, industriais e importadores de erva-mate, o principal produto da economia do período, com destaque aos nomes de Domingos de Freitas, Estevam Ribeiro do Nascimento Júnior, Francisco Fontana, Francisco Ribeiro de Macedo, Hernani Zaina, Hildebrando de Araújo, Theóphilo Gomes, entre outros, associados a famílias ervateiras do Paraná Tradicional, especialmente ao Litoral. Os

outros deputados estaduais eram ligados aos altos postos da sociedade paranaense através de profissões ligadas ao funcionalismo militar (Dídio Affonso da Costa) e público (Elbe Lauro Pospissil, Enéas Marques dos Santos, Ermelino Beckert, Genaro Régis Pereira da Costa, João Fleury da Rocha e Wallace de Mello). Também destacam-se os deputados estaduais com atuação no grande comércio e indústria (João Cândido de Oliveira, Lysandro Alves de Araújo e Vespasiano de Mello). Apenas Tasso Silveira não possui uma forte ligação com as classes proprietárias ou pertencentes à elite do funcionalismo público. No entanto, ele pertence a uma família intelectual com escritores renomados. Trata-se de uma grande rede de capitais políticos e econômicos reproduzidos através de relações e laços de parentesco em um grau relativamente homogêneo de organização da classe dominante paranaense.

O quadro a seguir tratará do perfil político dos deputados estaduais eleitos antes da Revolução de 1930, cujos mandatos foram atravessados pelo movimento revolucionário.

#### QUADRO 17 – CAPITAIS POLÍTICOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS COM MANDATO EM 1930

Nome	Formação	Cargos Políticos/períodos
Caio Gracho Machado de Lima	Ciência Política, Paris	Delegado Técnico do Ensino Público; Deputado Estadual 1908-1909; 1929-1930; 1935-1937. Juiz do Tribunal de Contas do Estado desde 1947;
Dídio Iratym Affonso da Costa	Engenharia Naval, RJ	Prefeito de Paranaguá, 1927-1930; Deputado Estadual, 1924-1925; 1926-1927; 1929-1930; 1930.
Domingos de Freitas		Prefeito de Palmeira; Deputado Estadual, 1924-1925;
Edmundo Mercer	Humanidades, PR	Prefeito de Tibagi; Deputado Estadual, 1929-1930
Elbe Lauro Pospissil		Deputado Estadual, 1896; Deputado Estadual 1930; Deputado Estadual 1935-1937;
Enéas Marques dos Santos	Direito, SP	Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1916-1918; Deputado Estadual, 1929-1930.
Ermelino Beckert	Magistério	Deputado Estadual, 1929-1930.
Ermelino Agostinho de Leão	Direito, SP	Deputado estadual, 1897-1898; 1889; 1897-1898; 1929-1930
Estevam Ribeiro do Nascimento Júnior	Secundário, PR	Prefeito de Clevelândia; Deputado estadual, 1929-1930;
Francisco Fido Fontana	Secundário, RJ	Chefe político em Ipiranga (PR); Deputado Estadual (1908-1911/1924-1930).
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Direito	Oficial de Gabinete de Vicente Machado; Deputado Estadual 1920-1923; Deputado Estadual, 1930;



Genaro Régis Pereira da Costa	Direito	Deputado Estadual 1929-1930
Hernani Nogueira Zaina	Militar	Deputado Estadual, 1926-1930. Apoiador da Revolução de 1930.
Hildebrando César de Souza Araujo	Secundário	Prefeito de Ipiranga; Deputado Estadual, 1916-1921; 1926-1930.
João Antônio Xavier	Direito	Procurador da Delegacia Fiscal do Tesouro, 1894; Deputado Estadual, 1900-1901; 1910-1911; 1922-1923; 1929-1930; Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba (1908); Prefeito Interino de Curitiba por duas ocasiões: 1912-1913 e 1920.
João Cândido de Oliveira	Primário, PR	Prefeito de Almirante Tamandaré; Deputado Estadual, 1912-1913; 1930.
João Fleury da Rocha	Direito (RJ)	Prefeito de Prudentópolis, 1928-1930; Deputado Estadual 1920-1921; 1924-1925; 1930.
João Leite de Paula e Silva	Direito (PE)	Chefe político em Tomazina; Deputado Estadual, 1896-1898; Deputado Federal pela Paraíba de 1903 a 1908; Deputado Estadual 1910-1915; 1929-1930
João Sampaio		Deputado Estadual, 1910-1930.
Leovigildo Barbosa Ferraz	Comércio, França	Deputado Estadual (1928-1930)
Lysandro Alves de Araujo	Escola Naval (RJ)	Prefeito em Ponta Grossa; Deputado Estadual (1928-1930)
Manoel de Oliveira Franco	Direito (SP)	Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1919; Secretário dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio; Deputado Estadual, 1922-1930.
Romualdo Antônio Baraúna	Engenharia Agrônoma (BA)	Deputado Estadual entre 1908 e 1930. Ocupou a presidência da casa em diversos momentos; Prefeito de Guarapuava, 1921-1924.
Sylvano Alves da Rocha Loures	Engenharia Agrônoma (SP)	Deputado Estadual, 1929-1930
Tasso da Silveira	Direito (RJ)	Deputado Estadual, 1929-1930
Theóphilo Soares Gomes		Prefeito de Antonina; Deputado Estadual, 1891; 1904-1905; 1924-1925; 1929-1930.
Vespasiano de Mello	Primário	Vereador em Castro. Prefeito de Castro; Deputado Estadual, 1930
Wallace de Mello	Medicina	Camarista em Curitiba; Deputado Estadual (1914-1915); 1930.

Fontes: NEGRÃO; OLIVEIRA, 2000, 1997; NICOLAS, 1984.

Na análise dos capitais políticos dos deputados estaduais que tiveram os seus mandatos atravessados pela Revolução de 1930, destaca-se o fato de que todos pertenciam ao Partido Republicano. No que se refere a formação destes 28 agentes, assinalamos que 9 se formaram em Direito, o que indica a aproximação entre os capitais jurídicos e a política brasileira no período analisado. Outras formações referem-se à Engenharia Agrônoma (2 deputados), à formação naval (2 deputados), às humanidades, ciência

política e ao magistério (3 deputados), à Escola de Negócios (1 deputado) e à Medicina (1 deputado). A formação em curso superior demonstra o grau de elitização desses deputados com mandato em 1930<sup>76</sup>.

Um conjunto de 3 deputados se formaram no secundário e 2 se formaram no primário. Não obtivemos informações de formação de 5 deputados estaduais do período. Apenas um deputado (Hernani Zaina, que inclusive foi um dos apoiadores da Revolução de 1930) tinha formação militar, o que contrasta com o cenário político pós-1930, que registra o crescimento da categoria na cena política.

Analisando a carreira política dos 28 deputados estaduais que tiveram o mandato atravessado pela Revolução de 1930, observamos que apenas dois tiveram continuidade em suas carreiras políticas. São eles: Caio Gracho Machado da Silva Lima e Elbe Lauro Pospissil.

Caio Gracho Machado da Silva Lima é filho do ex-presidente do Paraná, Vicente Machado da Silva Lima, e irmão de Antônio Jorge Machado da Silva Lima, deputado federal e senador pelo Paraná, dissidente do Partido Republicano Paranaense, ex-membro do Partido Democrático e apoiador da Revolução de 1930. Os irmãos Caio e Antônio Jorge são figuras de famílias tradicionais do estado e também associados a figura hegemônica de Vicente Machado na política paranaense, com grande poder e influência no legislativo e no executivo estadual. Porém, com o passar dos anos e a consolidação do Partido Republicano Paranaense, viram-se no ostracismo e na decadência de suas carreiras políticas, incrementadas apenas no final da década de 1920, com a ascensão de grupos de oligarcas dissidentes, e principalmente com a Revolução de 1930, que consolidou a carreira política de ambos. Caio Machado foi eleito deputado estadual para a constituinte de 1935 e nomeado juiz do Tribunal de Contas do Estado na ocasião de sua criação, no ano de 1947.

Já Elbe Lauro Pospissil é o único deputado estadual defensor da causa dos operários do Paraná. Sua atuação como deputado estadual começou em 1896, quando pertencia ao Partido Republicano Federal. Na última eleição legislativa antes da Revolução de 1930, foi eleito novamente para a Assembleia Legislativa. Mesmo com a cassação de todos os deputados estaduais pela revolução, Elbe Pospissil foi eleito novamente para exercer mandato a partir de 1935. Como deputado classista, atuava na Sociedade Protetora dos Operários e era redator dos jornais “O Proletário”, “O Trabalho”,

---

<sup>76</sup> José Murilo de Carvalho, citando Tobias de Macedo, assinala: “famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em Direito, Medicina e Engenharia” (CARVALHO, 2019, p.37).

“A Tribuna” e “Revista do Sul” (NICOLAS, 1984; GOULART, 2008). A trajetória de ambos indica a tendência a novos estilos políticos de atuação no período pós-1930, associados a organização política de oligarcas dissidentes.

Voltando a análise dos deputados estaduais do período pré-1930, assinalamos a atuação municipal de alguns deputados estaduais, decisivas no desenvolvimento de suas carreiras políticas na Primeira República. Destacamos a atuação de Dídio Affonso da Costa, em Paranaguá; Domingos de Freitas, em Palmeira; Edmundo Mercer, em Tibagi; Estevam Ribeiro do Nascimento Júnior, em Clevelândia; Francisco Fido Fontana, em Ipiranga; Hildebrando de Araújo, em Ipiranga, João Antônio Xavier, em Curitiba, João Cândido de Oliveira, em Almirante Tamandaré, João Fleury da Rocha, em Prudentópolis, João Leite de Paula e Silva, em Tomazina, Lysandro Alves de Araújo, em Ponta Grossa, Romualdo Antônio Baraúna, em Guarapuava, Theóphilo Soares Gomes, em Antonina e Wallace de Mello, em Curitiba. Destes 14 deputados estaduais, 10 combinaram suas atividades nos municípios com mais de um ou diversos mandatos na Assembleia Legislativa.

Tais atuações associavam-se ao fenômeno do coronelismo. Mônica Goulart (2015), embasando-se em Vitor Nunes Leal, assinala que o fenômeno ocorreu no Paraná a partir de uma relação de troca de favores entre os coronéis, representantes do poder privado, que controlavam os votos das populações rurais pobres em seus municípios, e os governantes estaduais, representantes do poder público. Os coronéis e chefes municipais estavam submetidos aos agentes públicos estaduais, que tiveram os seus poderes fortalecidos durante a Primeira República.

Já os deputados estaduais que tiveram mais de um ou muitos mandatos na ALEP sem exercerem mandatos em municípios se referem aos seguintes: Caio Gracho Machado da Silva Lima, Elbe Pospissil, Ermelino de Leão, Francisco Ribeiro de Macedo. Tratam-se de deputados com carreira na ALEP desassociadas dos municípios.

Combinaram suas carreiras com o exercício de cargos no secretariado do poder executivo os deputados Enéas Marques dos Santos e Manoel de Oliveira Franco. Nestes casos, não estamos tratando de coronéis e chefes municipais que alcançam o legislativo paranaense, mas agentes políticos altamente incorporados a elite política local nos poderes executivo e legislativo. Enéas Marques dos Santos era filho de Generoso Marques dos Santos, importante político do período imperial, presidente do estado no ano de 1891, deputado estadual e senador, cargo em que se manteve até 1926 (CARNEIRO; VARGAS, 1994). Enéas Marques dos Santos foi secretário do Interior, Justiça e Instrução

Pública no primeiro governo de Affonso Camargo, entre 1916 e 1918, além de deputado estadual. Já Manoel de Oliveira Franco era membro de uma das mais tradicionais famílias do Paraná, sendo portador do título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, 1927), exercendo cargos como as secretarias dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio. Na Assembleia Legislativa, se notabilizou como 1º secretário e líder da maioria.

Em linhas gerais, estas são as características centrais do padrão de carreiras desenvolvidas pelos deputados estaduais que tiveram seus mandatos atravessados pela Revolução de 1930.

Considerando os deputados federais e estaduais com mandato antes da Revolução de 1930, assinalamos que todos pertenciam ao Partido Republicano Paranaense. Na passagem do Império para a República, o processo foi conduzido pelos mesmos agentes políticos, detentores de privilégios, poder e propriedade, associados ao grupo militar em ascensão no início da República (SOUZA, 2001, p.166). Verificamos um momento de modernização conservadora na política brasileira que se reflete em âmbito local. Estruturava-se um sistema político oligárquico e liberal contraditório, que no discurso proclamava a ampliação da representação de novos setores sociais e, em contrapartida, praticava a exclusão destes mesmos grupos na arena política para o favorecimento e a reprodução do sistema monocultor, agrário e latifundiário predominante (SOUZA, 2001, p.169). O sistema político transferiu o foco do poder para os estados, dominados por oligarcas que controlavam os coronéis municipais, “condutores da massa eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político que lhes fora aberto com o regime representativo imposto pela Constituição de 1891” (SOUZA, 2001, p.185).

No Paraná, tal lógica se reproduziu desde o início da República, com a criação de duas legendas: o Partido Republicano Liberal, liderado por Vicente Machado e composto por antigos membros do Partido Conservador do Império, e a União Republicana, chefiada por Generoso Marques, agremiação composta antigos liberais e conservadores do Império que não obtiveram espaço político suficiente de atuação na legenda de Vicente Machado. Esses dois grupos políticos resolveram suas diferenças em 1908 com a Coligação Republicana, a responsável em uni-los em uma só legenda: o Partido Republicano Paranaense. Assim, toda tentativa de oposição era combatida para garantir a hegemonia do Partido Republicano, condição que permaneceu a mesma até a Revolução de 1930 (GOULART, 2004; DAGOSTIM, 2011).

Focos de resistência e questionamento a tal ordenamento político começaram a se intensificar na década de 1920, com novos movimentos de insurgência, como o tenentismo, e novas agremiações partidárias, como o Partido Democrático. Esse é o contexto no qual este conjunto de deputados federais e estaduais estão inseridos. No entanto, na análise da composição social deste conjunto de agentes do período pré-1930, verificamos que apenas um deputado (Elbe Pospissil, ligado a lutas operárias) era representante de um estrato social que diferia do hegemônico. Verificamos que a dinâmica política do período pré-1930 impede a ascensão de qualquer grupo contra-hegemônico. Para exemplificar tal afirmação, assinalamos o caso do candidato do Partido Democrático Paranaense a deputado federal, David Carneiro, que se desgastou política e pessoalmente com o não reconhecimento de sua vitória eleitoral, a despeito de seu prestígio e popularidade local, em especial com a classe empresarial.

Assinala-se que dos 28 deputados estaduais que tiveram o mandato atravessado pela Revolução de 1930, apenas dois conseguiram seguir suas carreiras políticas. Isso significa que o a política paranaense no período pós-1930 registrou uma renovação nos quadros dirigentes. A grande maioria dos agentes que tinham poder na Primeira República teve o esvaziamento de poder e o enfraquecimento dos capitais políticos. Em linhas gerais, o poder legislativo paranaense, no Senado, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, registrou um movimento de ruptura por consequência da Revolução de 1930. A partir de então, todos os agentes de poder tiveram a necessidade de reinventar suas práticas e reorganizar as relações políticas. Analisaremos como se reconfigurou o poder legislativo paranaense em momentos posteriores desta tese, identificando as rupturas e continuidades registradas.

A próxima seção analisará o poder judiciário no período anterior à Revolução de 1930, apontando o seu perfil social e suas conexões políticas, bem como as consequências que a Revolução de 1930 provocou nesse poder.

#### 4.2.5 O Poder Judiciário Paranaense no contexto da Revolução de 1930

Esta seção pretende traçar um perfil prosopográfico dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, com o recorte do contexto da Revolução de 1930.

Traçaremos o perfil dos sete desembargadores nomeados durante a Primeira República (1889-1930) que exerciam o cargo no ano de 1930.

Para pensarmos a Revolução de 1930, retomamos a ideia de modernização conservadora, no qual, no caso brasileiro, há o objetivo de reformar as instituições sociais e políticas do país, ao mesmo tempo em que se conservam as bases de estrutura de poder e dominação da primeira fase da república no Brasil, conhecida como “Primeira República” ou “República Velha”. Um dos propósitos do movimento era a moralização das instituições políticas e das práticas viciadas que as mesmas reproduziam, nas esferas de poder local e nos poderes executivo e legislativo. No entanto, quase nada se aborda a respeito do poder judiciário, tão intimamente ligado aos interesses das classes economicamente dominantes e intensamente atuante no interior do aparelho de Estado e na estrutura política.

Indagaremos quais foram as mudanças e permanências que ocorreram com o poder judiciário no Paraná através da análise prosopográfica dos desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) que estavam em exercício de suas atribuições durante a Revolução de 1930. Nossas perguntas se referem basicamente aos seguintes elementos: 1) Houve alguma destituição do cargo de desembargador para os membros do TJ durante a Revolução de 1930? 2) Quais eram as relações entre os membros do TJ e as frações de classe dominantes locais, em termos econômicos, políticos e sociais/familiares?

Outro ponto a ser destacado por esta seção é a figura do bacharel em Direito para o exercício de altos cargos durante a República no contexto da Revolução de 1930. Com a formação do Estado Brasileiro e a modernização de sua estrutura jurídico-política, a figura do “bacharel” em Direito passou a ser indispensável para a composição das frações de classe dominante.

Na análise do Poder Judiciário, retomaremos algumas características que definem como esse poder se estruturou historicamente no país. Essa reflexão é necessária, pois grande parte da produção acadêmica que se debruça sobre a política brasileira direciona o olhar aos cargos eletivos, às estruturas partidárias e aos poderes correspondentes ao executivo e ao legislativo. Os estudos sobre o poder judiciário são escassos. No entanto, esse poder se configura como uma base fundamental na política brasileira, revelando as lógicas de dominação legal que estão relacionadas e permitem as lógicas de reprodução dos poderes sociais, econômicos e políticos.

Historicamente, a tradição portuguesa inclina os bacharéis em Direito para o exercício dos altos cargos públicos, na administração e na política. Herdeiro deste modo

de organização, o Brasil, desde a sua independência, reproduz a tendência de privilegiar o bacharel para a ocupação de cargos e altas posições na burocracia estatal, com características conservadoras e senhoriais (HOLANDA, 2014, p.197).

Faoro (2001) argumenta que, para compreender o patronato político brasileiro, é necessário o retorno às origens do Estado português. Seu primórdio data de meados do século XI, período no qual a Coroa detinha o patrimônio de terras e de poder político. Nesse contexto, as necessidades pessoais e coletivas se confundiam, não havia distinção entre o que era bem público e o que era um bem privado, lógica que incrementava o mandonismo e a submissão do povo ao rei, detentor de poder político e econômico. O caráter patrimonial do Estado se assentava pelo predomínio absoluto do soberano sobre os súditos, ancorado pelo Direito e pelas normas jurídicas de proteção e defesa dos interesses da Coroa. Desse modo, as normas jurídicas defendem e reproduzem os interesses dos agentes que exercem domínio do Estado e detém a propriedade.

Os bacharéis e os membros do poder judiciário são filhos da ordem social e política brasileira, que criou a burocracia regulando a educação nas escolas de Direito de acordo com as exigências sociais ditadas pela dinâmica do patrimonialismo, do clientelismo e do estamento burocrático. Tal dinâmica favorece a reprodução e a concentração de poder, em uma lógica de subordinação da sociedade (FAORO, 2001).

As primeiras gerações de bacharéis formados no Brasil formavam os quadros políticos e burocráticos do Império. As principais academias de direito do país referiam-se aos seguintes centros de formação: (1) Faculdade de Direito do Recife/Olinda, divulgadora de correntes modernas da jurisdição, tendo como expoentes Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua e Martins Júnior, juristas ligados à ciência; (2) Faculdade de Direito de São Paulo, com perfil fortemente relacionado a elite econômica em ascensão, formadora de grandes políticos e burocratas de Estado, em contraste à formação para a ciência, fortemente arraigada na Academia de Recife (KAMINSKI, 2013).

Durante o século XIX, muitos bacharéis obtinham formação nas principais escolas de Direito do país e emigravam para o Paraná para compor as frações de classe dominante locais (OLIVEIRA, 2000, p.103).

Embora as academias de Direito assinalassem o viés liberal na formação do pensamento jurídico, o caráter conservador da manutenção dos privilégios da antiga ordem colonial, consolidada sob as bases da grande propriedade, da política por parentesco e da escravidão, mantiveram-se arraigados. Tratava-se de um liberalismo

conservador, antidemocrático e promotor do mandonismo de minorias hegemônicas. Com a modernização na estrutura política e jurídica do Estado Brasileiro, a dinâmica do regime colonial se reproduz, e o bacharel em Direito é um dos agentes dessa modernização conservadora e reacionária. O estamento burocrático possui como bases a valorização social do prestígio e do mandonismo político (KAMINSKI, 2011, FAORO, 2001).

No período que corresponde ao final do século XIX e o início do século XX, marcado pela transição do império para a República, o Brasil assiste a uma série de mudanças sociais associadas a urbanização, ao fortalecimento de demandas de setores sociais em expansão e ao crescimento da procura por profissionais liberais e funcionários públicos para compor os quadros burocráticos do Estado. Nesse sentido, a figura do bacharel era de suma importância nesse contexto de modernização. Conforme já assinalamos, tal agente é também estratégico para a manutenção de privilégios e poder de setores sociais dominantes. O saber específico que a academia de Direito proporciona aos bacharéis conferem-lhes legitimidade para a dominação de classe. Bourdieu demonstra que o saber jurídico monopolizado por um grupo de profissionais se apresenta como um saber científico, universal e normativo, criando fronteiras para aqueles que não dominam este saber. Não há equidade entre os especialistas e não especialistas e isso é uma relação de poder intencional (BOURDIEU, 2003), que confere aos seus portadores status de distinção frente aos demais.

Com a transição da monarquia para a república, o poder político da antiga burocracia imperial passava para a nascente burguesia regional, em um contexto que possibilitava autonomia federativa que permitia a dominação mais direta por parte das classes dominantes regionais (OLIVEIRA, 2000). Elas precisavam se legitimar, e isso passava pela qualificação de seus membros via formação superior em Direito.

Nesse contexto, Curitiba é uma capital que atrai um número considerável de bacharéis para compor o quadro político-burocrático dominante. A grande maioria era proveniente das escolas do Nordeste, membros de círculos de poder prestígio nas suas regiões de origem que, ao chegarem ao Paraná, se associavam com as famílias dominantes locais através do matrimônio (KAMINSKI, 2013; OLIVEIRA, 2000).

Luiz Carlos Pereira Tourinho (1990) assinala que, dos 29 desembargadores do Tribunal de Justiça de 1891 a 1929, 15 eram provenientes do Nordeste, 9 eram do Paraná, 4 eram de São Paulo e 1 tinha naturalidade desconhecida. Os jovens bacharéis do Nordeste e de São Paulo eram bem-vindos, mas a classe dominante local também



desejava que os quadros de bacharéis se formassem no estado. Para isso, era necessário que o Paraná tivesse uma Faculdade de Direito, concretizada com a inauguração da Universidade do Paraná, em 1912.

Partido da hipótese de que a Revolução de 1930 foi um momento de “modernização conservadora”, verificaremos quais foram as permanências e mudanças para o poder judiciário no Paraná, levando em consideração qual era a relação com a classe dominante tradicional que os seus membros tinham através dos laços de família, evidenciando suas conexões com o sistema de dominação política e social registrado nos períodos anteriores a 1930, ou seja, os períodos do Império e da República Velha. Também assinalaremos quais eram os padrões de recrutamento dos membros da elite judiciária do Paraná, levantando dados como local de nascimento, instituição de formação em Direito, cargos políticos e atuação intelectual destes agentes.

Nesse momento, analisaremos o perfil prosopográfico dos 7 desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná nomeados nos governos anteriores a Revolução de 1930<sup>77</sup>.

#### QUADRO 18- DESEMBARGADORES DO TJ COM CARGO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO DE 1930: PERFIS DE NOMEAÇÃO E FORMAÇÃO

Desembargador	Formação	Período no TJ-PR
Arthur da Silva Leme	Direito, Fac.de Dir. SP	(1929-1931)- Nomeado por Affonso Camargo (1932-1933)- Nomeado por Manoel Ribas
Benvindo Gurgel do Amaral Valente	Direito, Fac.de Dir. Recife, 1884	(1895-1931)- Nomeado por Francisco Xavier da Silva
Felinto Manoel Teixeira	Direito, Fac.de Dir. SP	(1904-1932)- Nomeado por Francisco Xavier da Silva
Clotário de Macedo Portugal	Direito, Fac.de Dir. SP, 1905	(1924-1947)- Nomeado por Caetano Munhoz da Rocha
Carlos Pinheiro Guimarães	Direito, Fac. Dir. RJ	(1924-1934) - Nomeado por Caetano Munhoz da Rocha
Antônio Martins Franco	Direito, Fac.de Dir. SP, 1909	(1926-1952) - Nomeado por Caetano Munhoz da Rocha
Eudoro Cavalcanti de Albuquerque	Direito, Fac.de Dir. Recife, 1903	(1929-1930)- Nomeado por Affonso Camargo (1932-1949)- Nomeado por Manoel Ribas

Fontes: Ver anexos. Quadro: Elaboração da autora.

Visualizamos neste quadro o perfil das formações e dos períodos de exercício do cargo de desembargador do Tribunal de Justiça dos membros que foram nomeados antes

<sup>77</sup> As referências completas estão no anexo 8.

da Revolução de 1930. Dos sete desembargadores em questão, quatro se formaram na Faculdade de Direito de São Paulo, dois na Faculdade de Direito do Recife e um na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e o início do século XX, período marcado pela transição do império para a república. Assinalamos o prestígio das tradicionais academias de Direito na formação destes agentes que compõem a elite do poder judiciário do Paraná, em especial à academia de Direito de São Paulo, que, conforme já pontuamos, possuía uma formação voltada a elite econômica em ascensão, preparada para a investidura de cargos na estrutura política e burocrática do Estado.

Também destacamos que, dos sete desembargadores em questão, cinco continuaram o exercício do cargo com a Revolução de 1930. Esse dado demonstra que a Revolução de 1930 não promoveu grandes rupturas na estrutura do poder judiciário do estado do Paraná, visto que seus quadros foram intocados, com exceção de dois nomes, depostos pela interventoria de Mário Tourinho: Arthur das Silva Leme e Eudoro Cavalcanti de Albuquerque.

Arthur da Silva Leme foi nomeado por Affonso Camargo como desembargador aos 53 anos de idade, tendo relações muito próximas ao presidente do estado deposto pela Revolução de 1930, tendo exercido os cargos de Procurador Geral da Justiça e Chefe de Polícia, ambos sob nomeação de Affonso Camargo. É provável que a seu prestígio junto à Affonso Camargo tenha contribuído pela sua deposição do cargo e pela sua prisão na ocasião da Revolução de 1930 no estado.

Outro desembargador deposto de seu cargo foi Eudoro Cavalcanti de Albuquerque. Assim como Arthur Leme, foi nomeado no ano de 1929, e tinha ligação familiar com Affonso Camargo, pois casou-se com a sua irmã, Amasília Coletta Alves de Camargo. Com o matrimônio, adquiriu capitais que o ligava diretamente às famílias Camargo, Rocha Loures e França, sobrenomes dos seus cunhados e sogros. Assinalamos que os dois desembargadores foram os únicos nomeados pelo governo de Affonso Camargo, daí a ligação quase automática de seus nomes à figura do presidente do Paraná deposto.

Apesar destas deposições no calor dos acontecimentos que marcaram a Revolução de 1930, tanto Arthur da Silva Leme quanto Eudoro Cavalcanti de Albuquerque foram reintegrados ao cargo de desembargador na interventoria de Manoel Ribas. Após a queda de Mário Tourinho da interventoria federal no Paraná, Manoel Ribas foi um dos agentes que mais promoveu a conciliação com os antigos grupos políticos depostos pelo movimento revolucionário. Com tais acontecimentos, assinalamos o caráter conservador

da Revolução de 1930, seja através da manutenção dos cinco desembargadores nomeados pelos governos dos presidentes Francisco Xavier da Silva e Caetano Munhoz da Rocha, como também pela conciliação promovida pelo interventor Manoel Ribas com a reintegração dos dois desembargadores depostos pela interventoria de Mário Tourinho.

O próximo quadro corresponde às informações de nascimento e genealogia dos sete desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná nomeados no período anterior à Revolução de 1930.

QUADRO 19- DESEMBARGADORES DO TJ COM CARGO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO DE 1930: PERFIS SOCIAIS E FAMILIARES

Desembargador	Local de nascimento/período da vida	Títulos Genealógicos
Arthur da Silva Leme	Areias (SP), 1876-1950	Rodrigues de França (Vol.III). (Matrimônio, associação com a família Nogueira)
Benvindo Gurgel do Amaral Valente	Aracati (CE), 1861-1934	Rodrigues de França (Vol.III). (Matrimônio de uma de suas filhas- associação com a família Pereira de Camargo)
Felinto Manoel Teixeira	Maranhão, 1867-1938	-----
Clotário de Macedo Portugal	Campo Largo, (PR), 1881-1947	Rodrigues Seixas (Nascimento) (Vol.II) Macedo (Nascimento) (Vol.VI)
Carlos Pinheiro Guimarães	Curitiba (PR), 1880-1967	Laynes (Vol. VI)
Antônio Martins Franco	Campo Largo, (PR), 1885-1968	Xavier Pinto (Vol. IV) (nascimento) Carrasco dos Reis (Vol.I) (Matrimônio, em associação com a família Munhoz)
Eudoro Cavalcanti de Albuquerque	Vitória (PE), 1880-1954	Carrasco dos Reis (Vol.I) (Matrimônio, em associação com a família Camargo)

Fontes: Ver anexos. Quadro: Elaboração da autora.

Este quadro demonstra o perfil social dos sete desembargadores do TJ Paraná nomeados pelos governos anteriores a Revolução de 1930. A análise da coluna sobre o local e o ano de nascimento demonstra que dos 7 desembargadores nomeados, 4 eram provenientes de outras regiões do país, sendo 3 destes nascidos na Região Nordeste. Tratam-se de jovens bacharéis, portadores de capitais sociais e familiares de suas regiões de origem, que emigraram ao Paraná para o desenvolvimento de suas carreiras jurídicas,

estabelecendo relações com a classe dominante local. Uma estratégia de incorporação à classe dominante local é o matrimônio. Dos 4 desembargadores não-paranaenses, 3 contraíram relações com as antigas famílias da alta sociedade local, ora através do casamento de seus filhos com membros da alta sociedade, como é o caso de Benvindo Gurgel do Amaral Valente, ora através do casamento com mulheres de famílias tradicionais, como é o caso de Arthur da Silva Leme e Eudoro Cavalcanti de Albuquerque.

Na análise dos desembargadores paranaenses Clotário de Macedo Portugal, Carlos Pinheiro Guimarães e Antônio Martins Franco, todos já eram membros da classe dominante tradicional paranaense por nascimento, sendo descendentes de famílias que atuaram na colonização, na ocupação e no desenvolvimento político-econômico da região desde o século XVIII. O primeiro destes citados, **Clotário de Macedo Portugal**, é um exemplo emblemático da classe dominante tradicional local. Natural de Campo Largo, é membro das famílias Azevedo Portugal e Macedo, que exercem poder político e econômico no Paraná desde o Império. A primeira atuou na conquista militar do estado, estabelecendo-se na região através de uma sesmaria, adquirindo extensas quantidades de terras e estabelecendo estâncias de criação. Já a segunda família se edificou a partir de grandes engenhos de erva-mate (KAMINSKI, 2013, p.182). Seus capitais familiares foram incrementados através do casamento com uma de suas primas, Anna de Azevedo Macedo Portugal, filha de João Ribeiro de Macedo, industrial de erva-mate e um dos presidentes da Associação Comercial do Paraná. Já **Carlos Pinheiro Guimarães** é curitibano e portador do título Laynes, casado com Djanira Dória Guimarães, também pertencente à família tradicional, sendo esta filha do Major Henrique de Menezes Doria (NEGRÃO, 1950, p.69). Os pais de Carlos Pinheiro Guimarães são Sebastiana Ansuatiguy Pinheiro Guimarães e Manoel Ricardo Guimarães, gerente na importadora Queiroz, Cunha e Cia, empresa proprietária de uma confeitaria em Curitiba e responsável por atividades que envolvem a refinação de açúcar. Carlos Pinheiro Guimarães é neto materno de Francisco Ferrer Pinheiro, exportador de erva-mate e importador de farinha de trigo na região litorânea, onde ocupou importantes posições políticas além de ter exercido os cargos de Deputado Provincial e Consul (NEGRÃO, 1950, p.68). Por sua vez, **Antônio Martins Franco** é filho de Maria Josephina de Souza Franco e do Capitão Evaristo Martins Franco, capitalista, alto funcionário do estado e grande proprietário de terras nas regiões do Cajuru e Santa Bárbara em Curitiba (NEGRÃO, 1929, p.341). Sua mãe, Maria Josefina de Souza Franco, é neta de Francisco Pinto de Azevedo Portugal, um

dos pioneiros do título Xavier Pinto. Através do seu casamento com Helvídia D’Arc Munhoz Franco, é portador do título Carrasco dos Reis, tendo como cunhados figuras da alta sociedade como Caetano José Munhoz, deputado provincial, ervateiro e pioneiro em utilizar o vapor como fonte de energia para a industrialização da erva-mate, e Francisca Munhoz Cavalcanti, casada com Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Paraná de 1912 a 1916.

Dos sete desembargadores nomeados no período anterior à Revolução de 1930 que tiveram o exercício dos seus cargos atravessados por tal evento, dois nasceram nos anos 1860, um nasceu nos anos 1870 e três nasceram nos anos 1880. Os mesmos tomaram posse no Tribunal de Justiça em idades que variam de 34 anos, como é o caso de Benvindo Amaral Valente, até 53 anos, como é o caso de Artur da Silva Leme. A faixa de idade mais recorrente de ingresso no TJ-PR era a dos 40 anos, como é caso de Clotário de Macedo Portugal, Carlos Pinheiro Guimarães, Antônio Martins Franco e Eudoro Cavalcanti de Albuquerque.

Em síntese, temos um perfil de desembargadores que assumiram o cargo relativamente jovens, contando com capitais familiares que os integram à classe dominante local, seja por nascimento ou casamento. Dos sete desembargadores analisados que foram nomeados no período anterior à Revolução de 1930, cinco eram portadores dos títulos genealógicos mais tradicionais e antigos em termos de dominação, prestígio e poder na sociedade paranaense desde meados do século XVIII (Títulos Carrasco dos Reis, Rodrigues de França e Rodrigues Seixas), enquanto um deles, Carlos Pinheiro Guimarães, era portador do Título Laynes, menos antigo, porém também prestigiado e presente na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão. Ao todo, esses seis desembargadores contraíram relações que os ligavam a outros títulos genealógicos, o que indica que eles estavam intrinsicamente ligados à grande rede familiar que compõe a classe dominante local que perpetua o seu poder e prestígio ao longo dos séculos (OLIVEIRA, 2000; OLIVEIRA, 2012). Apenas Felinto Manoel Teixeira, maranhense, não apresentou em sua trajetória uma ligação familiar com a classe dominante local. Tais dados indicam que as antigas famílias continuaram a exercer influência no Poder Judiciário do Paraná mesmo em um momento de inflexão política como a Revolução de 1930.

Assinalamos o caráter conservador da Reforma do Poder Judiciário do Paraná, tendo em vista que dos sete desembargadores que estavam em exercício no cargo em outubro de 1930, cinco continuaram no cargo. Não constatamos nenhuma ruptura no

Poder Judiciário no Estado do Paraná. Encontramos na obra de José Pereira de Macedo e Túlio Vargas (1982, p.83) a ideia a Revolução de 1930 tinha como objetivo a execução de medidas punitivas para a reestruturação da magistratura. Poucos expurgos foram feitos por Mário Tourinho, o que contrastou com a realidade dos outros estados, como Pernambuco, Maranhão e Pará, que cassaram boa parte dos desembargadores e juízes.

Em linhas gerais, identificamos que o poder executivo e o poder legislativo foram atingidos de maneira significativa pela Revolução de 1930 no Paraná. A maior parte dos seus agentes, eleitos ou nomeados para cargos no período anterior ao movimento revolucionário, foi cassada e afastada das altas posições de mando na política. Verificaremos nos próximos capítulos como a política paranaense se reconfigurou no período pós-1930 e quais foram as estratégias adotadas pelos agentes políticos, novos e remanescentes, para efetivar a recuperação de posições de poder.

Também assinalamos que esse processo ocorreu de forma diferenciada no âmbito do Poder Judiciário. Na análise dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, agentes que não passam por dispositivos eleitorais para a manutenção de suas posições, verifica-se que a Revolução de 1930 não provocou rupturas significativas, pelo contrário, trata-se de um poder com tendência conservadora, em detrimento das mudanças institucionais provocadas pelo contexto em questão.

O próximo capítulo analisará reconfiguração dos poderes na interventoria de Mário Tourinho, a partir da lógica da centralização política e das relações com as oligarquias dissidentes, com o empresariado e as classes dominantes locais no Paraná. Outra linha de investigação se refere ao poder militar no Paraná no período pós-revolucionário. Trata-se de uma força em ascensão que provocou a crise na interventoria de Tourinho. Somente o contexto da Revolução de 1930 permitiu essa nova lógica no poder, que operava com conexões diretas entre os agentes políticos locais e o governo federal.

## **5. A INTERVENTORIA DE MÁRIO TOURINHO E OS CONFLITOS POLÍTICOS LOCAIS NO CONTEXTO PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930**

Esse capítulo pretende analisar quais foram as principais mudanças políticas promovidas pelo Governo Provisório de Vargas após a Revolução de 1930. Investigaremos os primeiros atos da Revolução de 1930 a nível nacional, para assinalar as principais práticas e tendências políticas registradas a partir de outubro de 1930. Essa contextualização é importante, pois a política paranaense não se explica por si mesma sem a sua conexão com o poder federal. A lógica da centralização foi incrementada com o processo revolucionário, pois era uma pauta especialmente associada ao “tenentismo revolucionário”. Dessa forma, a análise sobre a interventoria de Tourinho é fortemente influenciada pelas suas relações com o governo federal. A ação política dos agentes de oposição à interventoria se realizou diretamente no Palácio do Catete, através de viagens e telegramas aos ministros e membros do governo, sem o intermédio do poder estadual. Isso se deve pela política de centralização, que reconfigurou as relações entre as forças políticas estaduais e o poder de barganha delas junto ao governo federal.

Em seguida, investigaremos as primeiras medidas da interventoria de Tourinho, identificando os principais agentes envolvidos com a jogo político paranaense, modificado a partir das novas regras e práticas institucionais. Tourinho tinha pela frente o objetivo de recuperar a economia paranaense, fortemente atingida no contexto posterior à crise mundial, especialmente porque o principal produto local, a erva-mate, registrava um declínio que marcaria a transição para o ciclo econômico cafeeiro/madeireiro. Nessa análise, elencaremos a relação entre as frações de classe dominante e a política paranaense.

A reforma administrativa promovida pela interventoria de Tourinho será objeto de investigação na seção subsequente, na qual identificaremos as nomeações para os cargos estratégicos da interventoria. O levantamento de biografias e capitais dos agentes será empreendido para a análise da configuração de forças no campo político paranaense. Investigaremos os membros do poder executivo, através dos capitais possuídos pelos secretários de estado, e do poder judiciário, identificando as nomeações dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. Em seguida, analisaremos o poder militar no Paraná e a organização das legiões revolucionárias como importantes canais de pressão política, na esfera estadual e na esfera federal. Com a forte tendência de centralização, essas organizações foram fundamentais para a operacionalização das novas

lógicas políticas colocadas pelo contexto pós-revolução de 1930. Nessa nova dinâmica, o setor militar foi o principal responsável pela crise política enfrentada pela interventoria de Mário Tourinho. Nesse capítulo, verificaremos quais foram as ações feitas por estes grupos que resultaram na exoneração de Mário Tourinho.

Como reação, o interventor procurou reunir forças de apoio para fazer frente à crescente oposição. Uma dessas organizações foi o Partido Liberal Paranaense, que reuniu oligarcas dissidentes históricos e alguns militares alinhados à liderança de Plínio Tourinho na Revolução de 1930. Analisaremos a criação desse partido, e a intensificação da crise política que atingiu o seu governo. Outra novidade do governo Vargas está relacionada à criação de Conselhos Consultivos nos estados. Analisaremos o perfil social e político dos conselheiros do Paraná, pois esses agentes possuíam uma importância muito significativa para a dinâmica política do período pós-1930.

## **5.1 A CENTRALIZAÇÃO COMO PRÁTICA POLÍTICA NO CONTEXTO PÓS-REVOLUCIONÁRIO**

A Revolução de 1930 é considerada como um evento histórico e social que questionou a autonomia política e administrativa dos estados e obrigou as classes dominantes tradicionais locais a se readaptarem à centralização estatal e às novas práticas políticas e eleitorais. Na presente tese, investigaremos as relações entre o poder local e a lógica centralizadora do poder, na qual as principais decisões políticas dos estados passavam pelo gabinete de Getúlio Vargas e sua equipe, especialmente no Ministério da Justiça.

A Primeira República se baseava na autonomia estadual e na política dos governadores. Esse modelo oligárquico esvaziava a esfera federal do conflito político, concentrado na esfera dos estados (LYNCH, 2014, p.91).

Por sua vez, o regime pós-1930, especialmente após o golpe de 1937, operou através da unificação e do questionamento das instituições partidárias, “intervindo nos estados e implementando extensa rede de órgãos burocráticos” (SOUZA, 1976, p.85). Outra característica vinculada à noção de modernização conservadora apontada pela autora é o fato de que boa parte dos novos chefes políticos eram provenientes do setor agrário, “identificando-se em boa medida com sua cultura e seus interesses políticos” (SOUZA, 1976, p.41).



Reiteramos que um dos principais legados da Revolução de 1930 foi a centralização do Estado nacional, no qual os novos e os antigos interesses foram cooptados pelo Estado. Essa ideia é compartilhada por boa parte da literatura que analisa a nova máquina estatal que inter-relaciona novos e velhos interesses. Desse modo, a organização econômica, social e política do país passou a ser atribuída à nação, e o “foco de poder político e administrativo irá se transferir para a União” (SOUZA, 2001, p.218). Nesse sentido, a fórmula política do regime pós-1930 se constituiu pela centralização do poder, com ênfase no executivo, com base na modernização institucional e no combate às oligarquias (SOUZA, 1976). Outra característica fundamental do processo político brasileiro pós-1930 foi a ampliação do poder do exército nos rumos do país (SOUZA, 1976).

A partir de novembro de 1930, novas regras do jogo foram instituídas pelo governo provisório no campo político. O Estado pós-1930 se caracterizou pela centralização e pelo intervencionismo, controlando o poder regional. Nesse processo, boa parte dos quadros oligárquicos e suas parentelas foram incorporados pela burocracia estatal. A política escapou do controle direto das oligarquias, passando a ser exercida nas assessorias e conselhos técnicos especializados (CAMARGO, 1983).

O programa do Governo Provisório consistia em pontos como a anistia aos revolucionários (ponto 1), a moralização administrativa e o combate à corrupção (ponto 2), a difusão do ensino público e da saúde, com a criação de um ministério de Instrução e Saúde Pública (ponto 3), a instalação de comissão de sindicância, para apurar a responsabilidade dos governos anteriores e seus agentes no gasto do dinheiro público (ponto 5). Para os militares que ofereceram suporte à revolução, o programa trazia o ponto 6, que consistia na remodelação do Exército. Outros pontos de destaque referem-se ao 7º e ao 8º, que tratavam da reforma do sistema eleitoral, garantindo o voto secreto, e da reorganização do poder judiciário (CARONE, 1974). A principal novidade para o aparelho administrativo do estado consistia no ponto 4, que previa a formação de Conselhos Consultivos, compostos indivíduos eminentes e integrados aos ideais revolucionários (CARONE, 1974). No que tange à questão social, o programa previa a instituição do Ministério do Trabalho, destinado a amparar os trabalhadores urbanos e rurais. Também previa a realização de uma reforma agrária, através da “extinção progressiva do latifúndio” com a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola”, da protegendo a pequena propriedade (CARONE, 1974, p.16-17).

A centralização operou através das cisões que dividiam as próprias elites. Seu processo ocorreu a partir do esvaziamento do poder oligárquico, destruindo a autonomia dos estados. Em contrapartida, a política interna de cada estado apresentava cisões internas tão agudas que tornara possível a centralização, em um esquema no qual as elites dos estados competiam pelos favores do governo central (CAMARGO, 1983). Nesta nova máquina política, os novos e os antigos interesses dominantes passam a ser “absorvidos e cooptados diretamente pelo Estado central” (FORJAZ, 1988, p.17).

Aspásia Camargo também destaca o caráter centralizador e intervencionista promovido pelo Estado a partir da Revolução de 1930, cabendo ao poder central a readaptação ou a substituição das “velhas máquinas oligárquicas da República Velha por outras, mais permeáveis aos novos objetivos nacionais, dentro de uma estratégia de centralização política” (CAMARGO, 1983, p.15).

Inaugura-se, no sistema republicano, a política propriamente nacional, em contraposição à política regional e autônoma dos estados característica do período anterior. Uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi a edição do Decreto do dia 11 de novembro de 1930, que tornou Getúlio Vargas detentor do poder Executivo e Legislativo, extinguindo temporariamente o Congresso Nacional. O decreto também previa a substituição do cargo de governador pelo de interventor, nomeado pelo chefe do Governo Provisório, sendo este também detentor de funções executivas e legislativas, podendo ser exonerado do cargo por vontade do presidente da república. O interventor, por sua vez, nomeava os prefeitos dos municípios de seu estado, podendo exonerá-los. O Decreto também estabelecia que nenhum interventor ou prefeito poderia nomear “parentes seus, consanguíneos ou afins, até o sexto grau, para cargo público, no Estado ou município, a não ser um, para cargo de confiança pessoal” (CARONE, 1973, p.20) e criava um tribunal para julgamento de crimes políticos e funcionais.

Tem-se como primeiras medidas, portanto, a centralização e a moralização dos costumes políticos. Estas medidas centralizadoras foram obtidas, segundo Maria do Carmo Campello de Souza, por via autoritária, através da criação de Departamentos Administrativos e o regime das interventorias, no qual o interventor, embora ligado aos grupos dominantes tradicionais do seu estado, não devia a estes grupos a sua permanência no cargo, e sim ao governo central (SOUZA, 1976, p.88). Por sua vez, os departamentos administrativos eram órgãos legislativos que controlavam os interventores, operando como um outro órgão de lealdade ao executivo federal (FORJAZ, 1988, p.26).

O processo de centralização sofreu oposição de elementos conservadores que defendiam a autonomia estadual na condução dos assuntos políticos e econômicos. Nesse sentido, a luta política no processo posterior a Revolução de 1930 inclui disputas entre ideais “liberais” que defendiam a retomada do regionalismo e da autonomia anterior a 1930 e os ideólogos “antiliberais”, que defendiam a centralização, com foco na ação do Estado Nacional.

### 5.1.1 Os primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a política de nomeações ministeriais

Esta seção pretende assinalar os primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Verificaremos as tendências registradas pelo cenário nacional, como a política de nomeações e a relação com os setores militares, cada vez mais poderosos na política em suas diferentes esferas. No cenário nacional, oligarcas dissidentes e tenentes uniram-se momentaneamente no processo revolucionário de outubro de 1930. No entanto, após a vitória do movimento, estes grupos distanciaram-se gradativamente, e se tornaram adversários políticos.

Enquanto os tenentes lutaram em prol da moralização política através de reformas e a ampliação da ação regeneradora que o movimento poderia proporcionar. Por sua vez, os aliancistas apenas desejavam a reorganização das estruturas políticas anteriores, concedendo aos tenentes algumas reivindicações, como a anistia aos rebelados dos anos 1920, o voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral (ANDRADE, 1988, p.55).

O governo central, especialmente a figura de Oswaldo Aranha, prestigiava os tenentes, em agradecimento a atuação protagonista quem os oficiais desempenharam para a vitória do movimento armado. No processo do governo revolucionário, os tenentes cobravam participação em cargos, exercendo grande influência nas esferas do poder.

Uma reivindicação tenentista praticada nos primeiros atos do governo provisório foi a criação do Tribunal Especial, instituição destinada a punir os políticos decaídos, também chamados de “carcomidos”. Receosos, muitos políticos depostos pela revolução partiram para o exílio, ou refugiaram-se em consulados e embaixadas estrangeiras, como foi o caso de Júlio Prestes. O Tribunal Especial investigou muitos apoiadores de Washington Luís e Júlio Prestes, como Antônio Azevedo, Cunha Vasconcellos, Gilberto Amado, João Mangabeira, Manoel Vilaboim, entre outros, e também não poupou

apoiadores da Aliança Liberal, como Arthur Bernardes e Epitácio Pessoa. Enquanto muitos políticos foram absolvidos, houve os que tiveram os direitos políticos suspensos por cinco anos (ANDRADE, 1988, p.56).

Nos estados, os tenentes pressionavam as interventorias federais para efetivar as investigações e punições aos elementos destituídos do poder pela Revolução de 1930. Empossado do cargo de chefe do governo provisório em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas montou a sua primeira equipe ministerial, levando em consideração as diversas forças envolvidas no processo político do período.

O quadro a seguir apresenta informações sobre a primeira composição ministerial do Governo Provisório, com os agentes empossados em novembro de 1930.

#### QUADRO 20- PRIMEIRA COMPOSIÇÃO MINISTERIAL DO GOVERNO PROVISÓRIO

Ministro	Pasta	UF
Almirante Isaías de Noronha (1874-1961)	Marinha	RJ
Oswaldo Aranha (1894-1960)	Justiça	RS
Francisco Campos (1891-1968)	Educação e Saúde Pública	MG
Assis Brasil (1857-1938)	Agricultura	RS
José Maria Whitaker (1878-1970)	Fazenda	SP
General Leite de Castro (1871-1950)	Guerra	RS
Afrânio de Mello Franco (1870-1943)	Relações Exteriores	MG
Juarez Távora (1898-1975)	Viação	CE
Lindolfo Collor (1890-1942)	Trabalho, Indústria e Comércio	RS

A primeira equipe de ministros nomeada pelo Governo Provisório demonstra uma composição que procurou agregar os estados cujas oligarquias dissidentes apoiaram a Revolução, não esquecendo de incluir a representação do Nordeste e de São Paulo.

Rio Grande do Sul e Minas Gerais, estados em que as oligarquias uniram-se para apoiar a composição da Aliança Liberal contra a hegemonia paulista, e ofereceram suporte à Revolução de 1930, foram os maiores beneficiados com cargos ministeriais. O Rio Grande do Sul foi o estado que mais ascendeu nos níveis econômicos, políticos e militares no processo da Revolução de 1930. Na primeira composição ministerial, passou

a ocupar quatro ministérios: da Justiça, da Agricultura, da Guerra e do Trabalho. Por sua vez, Minas Gerais ganhou duas pastas: da Educação e Saúde Pública e das Relações Exteriores.

Trata-se de um ministério majoritariamente conservador, que aglutinou membros das oligarquias políticas dissidentes nos estados. Não houve ênfase na nomeação de elementos propriamente tenentistas na equipe ministerial, somente oligarcas dissidentes próximos aos movimentos revolucionários, como é o caso de Oswaldo Aranha e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul. Apenas um membro do tenentismo histórico, Juarez Távora, fez parte do ministério, porém, não permaneceu na pasta, passando a ocupar a delegacia militar do Norte e do Nordeste, atuando junto às interventorias federais, em especial as tenentistas.

Uma importante característica da análise ministerial do Governo Provisório é a reforma administrativa verificada nas pastas. Os 7 ministérios existentes anteriormente (Marinha, Justiça, Agricultura, Fazenda, Guerra, Relações Exteriores e Viação e Obras Públicas) passaram a incluir duas pastas novas: o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho. Trata-se de importantes inclusões que evidenciam o caráter social e reformista do novo regime.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, considerado como “Ministério da Revolução”, representou um dos maiores avanços para que a questão social fosse efetivamente levada à sério como uma política de Estado. O primeiro titular da pasta, Lindolfo Collor, era assessorado pelos socialistas Joaquim Pimenta, Evaristo de Moraes e Agripino Nazareth (BANDEIRA, 2010, p.96). Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor foi um dos principais ideólogos do movimento de 1930, sendo o responsável pela redação da Plataforma da Aliança Liberal, divulgada em 20 de abril de 1930 (COLLOR, 2002). Lindolfo Collor foi uma indicação de Borges de Medeiros para a composição ministerial (LEVINE, 1980). A tradição positivista registrada nos governos de Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos, no que diz respeito ao amparo aos trabalhadores, ao invés da repressão, registrou-se como o começo da política de proteção ao trabalho que viria a ser desenvolvida pelo regime varguista. O programa do Partido Republicano Riograndense incluía a limitação da jornada de trabalho, proteção às mulheres e menores, além de direitos relacionados às férias, aposentadorias, greves e tribunais de arbitragem para solução de conflitos entre patrões e operários (MELLO, 1984). Essa tradição foi decisiva para as ações do Ministério do Trabalho, empreendidas por Lindolfo Collor.

A estrutura institucional criada pelo Ministério do Trabalho tinha como composição o Departamento Nacional do Trabalho, o Departamento Nacional da Indústria, o Departamento Nacional do Comércio, o Departamento de Propriedade Industrial e o Instituto de Tecnologia. Outras inovações referem-se à carteira profissional e as comissões mistas de conciliação e julgamento (MUNIZ, 1978). Os direitos trabalhistas instituídos nos primeiros anos da revolução referem-se à extensão da estabilidade no emprego, das pensões e aposentadorias aos empregados em serviços público, à limitação da jornada de trabalho a oito horas no comércio e na indústria, à regulamentação das condições de trabalho das mulheres e dos menores, às convenções coletivas de trabalho, entre outros direitos previstos pelo Ministério pelas gestões subsequentes (BANDEIRA, 2010).

O Ministério da Educação e da Saúde Pública teve como seu primeiro ocupante o oligarca dissidente Francisco Luís da Silva Campos. A nomeação de Francisco Campos fazia parte das exigências da oligarquia mineira dissidente que apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930 e dos setores conservadores da Igreja Católica, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima. No entanto, no decorrer de sua gestão, Francisco Campos se distanciou do Partido Republicano Mineiro, articulando posições favoráveis à Legião Revolucionária de Minas Gerais.

Para o Ministério da Justiça, o escolhido foi Oswaldo Euclides de Souza Aranha, um dos maiores articuladores da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. No período pós-revolucionário, foi um dos fundadores do Clube 3 de Outubro e da Legião Revolucionária, órgãos de orientação tenentista em que Aranha era mentor. Enquanto ministro, Aranha foi decisivo para a nomeação dos interventores federais nos estados, entre oligarcas dissidentes e tenentes. O nome de João Alberto para a interventoria de São Paulo pela influência de Aranha (SILVA, 1972b). Apesar de manter contato com os tenentes de maneira intensa e amistosa, Aranha também percebia a necessidade da organização dos grupos civis para que não se instaurasse um regime militar que desagregasse elementos unidos pelos ideais revolucionários. Essa preocupação foi demonstrada em uma carta para Borges de Medeiros, em março de 1931 (SILVA, 1972b).

Joaquim Francisco de Assis Brasil, membro do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, foi o escolhido para a pasta da Agricultura. Sua trajetória já foi analisada no capítulo 1, que abordou o Partido Democrático Nacional. Para a pasta das Relações Exteriores, o escolhido foi Afrânio Melo Franco, membro da mesma oligarquia da qual fazia parte Francisco Campos. Trata-se de uma pasta que ressaltou o caráter conservador

da Revolução de 1930. Os ânimos mais inflamados da Tribunal Revolucionário, instituição criada para investigar e punir membros do governo deposto, foram neutralizados por esta pasta. Afrânio de Melo Franco colocou a sua equipe a salvo das demissões convulsionadas pelo Tribunal (WIRTH, 1979, p.50). Já para a pasta da Fazenda, o escolhido foi José Maria Whitaker. A economia brasileira requeria confiança internacional. Para evidenciar a seguridade dos interesses cafeeiros e dos grandes setores da classe dominante paulista, Vargas procurou agradar ao Partido Democrático de São Paulo, optando pelo conservadorismo no campo econômico, na tentativa de conciliação com as classes dominantes brasileiras e com a alta cúpula econômica.

Além de Whitaker, Vargas concedeu outros cargos ao Partido Democrático e à classe dominante paulista no campo econômico, mesmo diante do fato de que o Partido Democrático de São Paulo ter apoiado a Aliança Liberal, mas não a Revolução de 1930. Paulo Prado foi nomeado presidente do Conselho Nacional do Café e Paulo Nogueira Filho foi nomeado presidente da Comissão Central de Compras (FORJAZ, 1988, p.143). Desse modo, o governo acalmou os ânimos internacionais, mantendo a estabilidade econômica e financeira para os investimentos no país. As maiores potências com que o Brasil tinha relações econômicas e diplomáticas mais estreitas reconheceram o novo governo, encarando-o com entusiasmo, pois as medidas de proteção ao café adotadas pelo governo Washington Luís também não eram vistas com agrado pelo mercado internacional (WIRTH, 1979, p.49).

Na área militar, José Isaías de Noronha assumiu o Ministério da Marinha. Nascido em 1873 na cidade do Rio de Janeiro, era membro de uma família militar, sendo o seu pai general do Exército. Isaías de Noronha desenvolveu carreira na Marinha e pertenceu a Junta Militar Provisória, pedindo demissão do cargo de ministro um mês depois da posse (DHBB CPDOC FGV<sup>78</sup>). Posteriormente, fez parte do “Gabinete Negro”, juntamente com Francisco Campos, João Batista Luzardo, Oswaldo Aranha e Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

O General Leite de Castro assumiu o ministério da Guerra. Nascido em 1871 na cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, era membro de família militar, era filho do marechal João Vicente Leite de Castro. Desenvolvendo carreira militar, em outubro de 1930 apoiou a Revolução de 1930, sendo designado ministro. Fez parte do “Gabinete

---

<sup>78</sup>DHBB CPDOC FGV. Verbete Isaías de Noronha. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-isaias-de-noronha>. Acesso em 17.mar.2020.

Negro”, considerado o embrião do Clube 3 de Outubro, organização destinada a pressionar Vargas pela manutenção do ideário tenentista (DHBB CPDOC FGV<sup>79</sup>).

### 5.1.2 A Instituição das Interventorias nos Estados

Entre 1930 e 1932, nenhum grupo de poder impôs integralmente suas decisões políticas frente ao Estado (WIRTH, 1979, p.44). Tratava-se de uma coalizão não coesa e não integrada que disputava no interior das interventorias e do governo central as posições e decisões políticas, muitas vezes em lutas tão intensas que provocavam sérias rupturas. Essa lógica fazia parte do processo de centralização registrado pelo Estado brasileiro no contexto pós-Revolução de 1930.

Uma ação crucial realizada pelo governo provisório foi a instauração do Decreto de 11 de novembro de 1930, embasado pela lógica da centralização política. O governo federal passou a concentrar todas as funções e atribuições no âmbito dos poderes executivo e legislativo, até a eleição de uma assembleia nacional que reestabelecesse a ordem constitucional no país (CARONE, 1974, p.18). A partir daquele momento, o todo o poder legislativo foi dissolvido. O funcionamento do poder judiciário foi mantido, exercendo as suas funções em conformidade com as legislações em vigência.

A ideologia política oficial predominante após a Revolução de 1930 preconizava o fortalecimento do Estado e do Poder Executivo e das práticas políticas de cunho técnico e modernizador, paralelamente ao questionamento do funcionamento dos partidos políticos, da realização de eleições, do sufrágio eleitoral e do funcionamento do Poder Legislativo, contaminados por interesses mesquinhos de clãs familiares e grupos oligárquicos. A centralização e o fortalecimento do poder sob o comando do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, faziam parte desta ideologia dominante a partir da década de 1930.

O Decreto de 11 de novembro de 1930 também instituiu o regime de interventorias, prevendo que cada estado tivesse um interventor federal nomeado pelo governo provisório. Este cargo atribuía ao seu detentor o exercício pleno dos poderes

---

<sup>79</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete Leite de Castro. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-fernandes-leite-de-castro>. Acesso em 17.mar.2020.



executivo e legislativo. Competia ao chefe do governo provisório a nomeação e a exoneração dos interventores (CARONE, 1974).

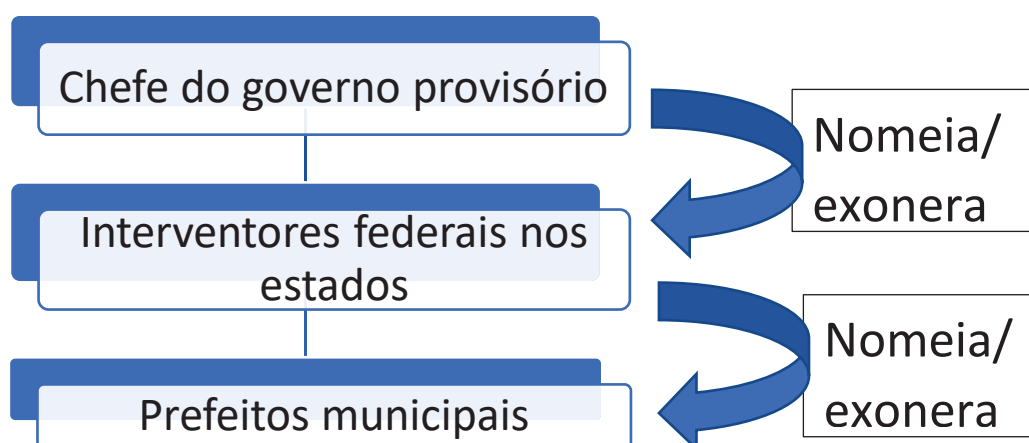
A centralização de poderes para o executivo federal é evidente neste ponto. A nomeação dos interventores por parte de Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, criava uma intensa relação de dependência e controle sobre as interventorias federais. Os interventores, por sua vez, deviam fidelidade ao chefe revolucionário, que tinha a prerrogativa de mantê-los ou não no cargo.

Por sua vez, os interventores federais tinham a prerrogativa de nomear um prefeito para cada município, ficando aos seus critérios a exoneração dos prefeitos nomeados. Os prefeitos, chefes do executivo municipal, também tinham atribuições legislativas (CARONE, 1974).

Nesse processo de centralização, os tenentes ganharam muito espaço político, e essa concentração de poderes “abalou profundamente as velhas oligarquias estaduais” (FORJAZ, 1983, p.489).

No entanto, conforme aponta Boris Fausto, a centralização foi facilitada pelas alterações institucionais que resultam no fim do sistema oligárquico, mas esse movimento não se confunde com o fim das oligarquias. Nesse processo, as oligarquias passaram a se subordinar ao poder central, com o aniquilamento do controle direto dos governos estaduais, que deram lugar às interventorias federais (FAUSTO, 1975, p.110).

FIGURA 1- HIERARQUIA DO PODER EXECUTIVO- DECRETO 11/11/1930



Neste esquema de nomeações e exonerações, os interventores federais deviam fidelidade ao chefe do governo provisório. A rede de dependência também era uma prática nos municípios, pois os prefeitos eram nomeados pelos interventores, devendo o cargo a eles.

A moralização da administração pública nos estados e municípios estava associada à proibição de nomeações a familiares. Conforme o parágrafo 5º do 11º artigo: “Nenhum interventor ou prefeito nomeará parentes seus, consanguíneos ou afins, até o sexto grau, para cargo público, no Estado ou município, a não ser um, para cargo de confiança pessoal” (CARONE, 1974, p.19-20). O decreto também previu a ação saneadora a ser promovida pelos tribunais especiais, órgãos destinados a investigar e julgar crimes políticos e funcionais.

O governo provisório exercia controle através dos recursos que poderia interpor em relação aos atos das interventorias nos estados. Além disso, importantes nomeações de funcionários eram realizadas pelo governo provisório.

Em resumo, as questões abordadas até o presente momento referem-se a um regime político da Primeira República caracterizado por muitos vícios, como o sistema oligárquico no qual apenas alguns grupos políticos comandavam os estados fazendo dos seus interesses hegemônicos frente aos demais, a corrupção eleitoral, a baixa participação de setores emergentes da população como o operariado, as classes médias urbanas, a burguesia industrial, entre outras.

O descontentamento de variados setores em relação às oligarquias regionais e seus privilégios começaram a vir à tona a partir da década de 1920, com o Movimento Tenentista, o surgimento de partidos políticos legais como o Partido Democrático e a Aliança Liberal. Os movimentos contestatórios listados anteriormente se aglutinaram em torno da candidatura de Getúlio Vargas para a presidência em 1930, derrotados nas urnas, mas encontrando êxito com a Revolução de 1930, que provocou mudanças no sistema político.

A Revolução de 1930 enfraqueceu a autonomia política e administrativa dos estados, questionando o domínio exclusivista que determinados grupos e frações de classe possuíam no interior dos mesmos, ao mesmo tempo em que questionou a concentração de poder para os estados economicamente mais fortes, como foi o caso de São Paulo. Fatores como divisionismo registrado entre as frações de classe dominante, a crise econômica mundial e o crescimento de grupos contestatórios, derrubaram rapidamente as bases do poder da República Velha.

Por outro lado, temos também o caráter continuísta que não rompeu com os antigos padrões de dominação política e econômica vigentes até então, apenas redefiniu-os, tendo como referência o conceito de “modernização conservadora” para a reflexão sobre a Revolução de 1930. As lutas internas dos antigos e novos interesses foram intensas sobretudo nos anos do Governo Provisório (1930-1934) e do Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937) e tiveram como desfecho o golpe do Estado Novo, em 1937, inaugurando um regime ditatorial que perdurou até 1945. Sabendo-se da contestação oligárquica e das mudanças político-institucionais promovidas pela Revolução de 1930, a presente tese pretende investigar o Paraná na referida conjuntura, que traz consigo rupturas, continuidades e realinhamentos em relação ao esquema oligárquico anterior.

Para isso, dedicaremos nossas atenções às primeiras medidas da interventoria de Mário Tourinho, procurando identificar quais foram as suas relações com o governo federal. A política pós-1930 é caracterizada pela ênfase de poder voltada aos chefes do poder executivo. Nesse sentido, a investigação sobre a interventoria deve ser perpassada pelo entendimento da relação de Mário Tourinho com o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. Outro cargo estratégico é o de Ministro da Justiça, então ocupado por Oswaldo Aranha. A partir dessa relação compreende-se o relacionamento entre esses chefes políticos e o fato de que o interventor devia satisfações prioritariamente ao governo central, e não aos grupos políticos locais. No decorrer desse capítulo, visualizaremos as pressões internas e externas sofridas por Mário Tourinho no decorrer de seu mandato, verificando as relações com as novas lógicas políticas inauguradas a partir de 1930.

## **5.2 AS PRIMEIRAS MEDIDAS DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO PARANAENSE**

Conforme já assinalamos, Plínio Tourinho foi o Comandante em Chefe das Tropas Revolucionárias do Estado do Paraná, estando presente em todos os momentos de preparação e organização do movimento de 1930. Quando a revolução estourou no dia 5 de outubro, Mário Tourinho assumiu o governo do Paraná em caráter provisório, convidado pelo irmão.

Na posse provisória de Mário Tourinho, estavam presentes as seguintes lideranças: o seu irmão, o major Plínio Tourinho, os majores Cícero Costard, Fausto

Garriga de Menezes, Sílvio van Erven, o tenente-coronel Pedro Scherer Sobrinho, e os capitães Arnaldo Marques Mancebo, Antônio Viégas da Silva, Carlos Amorety Osório e Vicente Mário de Castro. Entre os civis, estavam Joaquim Pereira de Macedo, Octávio Ferreira do Amaral, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, Antônio Jorge Machado da Silva Lima, João Ribeiro de Macedo Filho, Felinto Manoel Teixeira, Benjamin Lins de Albuquerque, Adriano Gustavo Goulin, Ulisses Vieira, Alfredo Dulcídio Pereira, Ivo Leão, João Cândido Ferreira, Fidelis Reginato, Alceu Ferreira, Tobias de Macedo Filho, Herculano Souza, Braulio Virmond de Lima, Atílio Bório, Acyr Guimarães e Paulo Tacla (IHGEPR, 1980, p.320).

As primeiras medidas do governo revolucionário foram as prisões do general Eduardo Monteiro de Barros, do general Maximino Barreto, do Coronel Castro Júnior e de Marins Camargo, irmão do presidente deposto (O DIA, 05 de outubro de 1930, p.1). O general Monteiro de Barros era conhecido pelo seu combate às revoltas tenentistas durante a década de 1930. Na ocasião do Levante de Copacabana, em julho de 1922, ocupava o cargo de diretor da Escola Militar do Realengo. Sua prisão representou uma grande conquista simbólica para o movimento revolucionário de 1930, herdeiro do Movimento Tenentista.

Com o decorrer dos dias, outras prisões foram decretadas, tais como as de Eurides Cunha e João Moreira Garcez (O DIA, 30 de outubro de 1930, p.1). O primeiro exercia o cargo de prefeito de Curitiba desde 1928 e o segundo havia sido prefeito de 1920 a 1928. O ex-presidente do estado, Caetano Munhoz da Rocha, apresentou-se à polícia e às autoridades revolucionárias no dia 11 de novembro de 1930, sendo preso temporariamente e liberado pelo chefe de polícia, o coronel Viégas da Silva, algumas horas depois (O DIA, 12 de novembro de 1930, p.1).

O maior procurado pelo governo revolucionário estadual era o ex-presidente Affonso Camargo, que estava foragido desde as primeiras horas do triunfo revolucionário, colocando-se em movimento rumo a São Paulo, via Guaraqueçaba, juntamente com o seu filho, Pedro Alípio Alves de Camargo, o tenente coronel Adolfo Guimarães e o major Euclides do Valle. Vários civis fizeram escoltas e vistorias nos sítios de Guaraqueçaba procurando o paradeiro de Affonso Camargo para efetuar a sua prisão (O DIA, 09 de outubro de 1930, p.1). No entanto, ela foi realizada em São Paulo somente em novembro de 1930. O major Couto Pereira, responsável pela sua prisão, também deteve Pinto Rebello, Pedro Alípio Alves de Camargo e Manoel Abreu e Mabio Palhano. Os mesmos foram levados a Curitiba, onde foram prestar depoimentos ao chefe de polícia,

o capitão Viegas da Silva, e ao Major Cícero Costard. Após tal interrogatório, Affonso Camargo foi solto, e embarcou para o Rio de Janeiro (O DIA, 23 de novembro de 1930, p.1).

Outros expurgos também foram verificados no Poder Judiciário, conforme já assinalamos no capítulo anterior. Dos sete desembargadores que exerciam a função na ocasião em que a Revolução de 1930 foi deflagrada, dois foram exonerados pela interventoria de Mário Tourinho: Arthur das Silva Leme e Eudoro Cavalcanti de Albuquerque. Arthur da Silva Leme foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça por Affonso Camargo aos 53 anos de idade, tendo relações muito próximas ao presidente do estado deposto pela Revolução de 1930. Antes dessa nomeação, Arthur Leme exerceu os cargos de Procurador Geral da Justiça e Chefe de Polícia, ambos sob nomeação de Affonso Camargo. É provável que a seu prestígio junto ao presidente deposto tenha contribuído pela sua deposição do cargo e pela sua prisão na ocasião da Revolução de 1930 no estado. Outro desembargador deposto de seu cargo foi Eudoro Cavalcanti de Albuquerque. Assim como Arthur Leme, foi nomeado no ano de 1929, e tinha ligação familiar com Affonso Camargo, pois casou-se com a sua irmã, Amasília Coletta Alves de Camargo. Com o matrimônio, adquiriu capitais que o ligava diretamente às famílias Camargo, Rocha Loures e França, sobrenomes dos seus cunhados e sogros. Assinalamos que os dois desembargadores foram os únicos nomeados pelo governo de Affonso Camargo, daí a ligação quase automática de seus nomes à figura do presidente do Paraná deposto.

O caráter moralizador do novo regime era visível nas ações militares, que emitiam boletins nos quais assinalavam-se a mudança de regime, a derrota das práticas em que um pequeno número de protegidos tinham benefícios pela defraudação dos cofres estaduais e federais (O DIA, 07 de outubro de 1930, p.3). A promessa da Revolução, dos militares e de Mário Tourinho, era fazer as oligarquias dominantes ruírem seus poderes, “libertando o povo paranaense” da “opressão e da miséria” (O DIA, 09 de outubro de 1930, p.1). A Revolução tinha como alvo o familismo dos governos anteriores, criticando as práticas de perpetuação de poder, transmitido de pais para filhos, genros, cunhados “e a toda uma parentela protegida” que monopolizava os cargos em proveito privado (O DIA, 13 de novembro de 1930, p.1). A ação moralizadora do Decreto 1938 é prevista no parágrafo 5º, artigo 11: “Nenhum interventor ou prefeito nomeará parente seu, consanguíneo ou afim, até o sexto grau para os cargos públicos ou municípios, a não ser um, em cargo de confiança pessoal” (O DIA, 13 de novembro de 1930, p.1)

O jornal “O Dia”, fundado por David Carneiro e identificado com as dissidências de oposição no Paraná durante a década de 1920, foi um dos periódicos que apoiaram a Revolução de 1930 no Paraná. A imagem negativa do governo anterior foi empreendida pelo periódico em várias situações de denúncia às “mazelas” praticadas por Affonso Camargo e sua equipe. Nos primeiros atos da Revolução, o governo descobriu que vários oficiais da Guarda Cívica estavam afastados das suas funções para atuar como jardineiros, copeiros, cozinheiros, entre outros, para fins particulares, nas casas de secretários de estado e de parentes de Affonso Camargo (O DIA, 09 de outubro de 1930, p.1).

O governo também foi apontado como praticante de criminosas negociatas, perdendo noções de responsabilidade, moralidade e decência, agindo em proveito privado na compra de terras devolutas que estavam em domínio público. A imoralidade administrativa e a improbidade do camarguismo eram estampadas nas manchetes do jornal, que assinalava o desequilíbrio financeiro do estado e as responsabilidades dos governos anteriores (O DIA, 14 de novembro de 1930, p.1).

Mário Tourinho tomou posse definitiva enquanto interventor no dia 18 de novembro de 1930, nomeado por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório. Conforme já assinalamos na seção sobre a centralização estatal empreendida pela Revolução de 1930, uma das novidades que o novo regime instaurou foram as interventorias federais nos estados. Segundo a interpretação de Maria do Carmo Campello de Souza, a “característica básica desse novo ‘invento’ estrutural foi o da sobreposição de elementos sem raízes políticas antigas nos estados (...) àquelas estruturas eleitorais coronelistas da Velha República” (SOUZA, 1976, p.41).

Na análise sobre o caso do Paraná, verifica-se que a família Tourinho não era isenta de elementos sem raízes políticas no estado, como aponta a autora, na sua análise geral sobre as interventorias federais. Tourinho possuía raízes no Paraná e boas relações com a classe dominante local. Seus atos devem ser analisados a partir das redes de poder construídas por ele em termos locais. Porém, como o movimento da política pós-1930 tendia a centralização, o alinhamento do interventor com as forças da política nacional tinha mais peso e importância.

A partir das diretrizes nacionais de moralização dos costumes políticos, as interventorias estaduais deveriam agir conforme a ideologia do movimento de 1930. Nesse sentido, medidas de caráter político e administrativo foram tomadas por Mário Tourinho. Todas as autoridades que exerciam cargos de confiança no governo Affonso Camargo foram depostas, o Congresso Legislativo foi dissolvido, assim como houve a

cassação de mandatos de todos os prefeitos municipais (TOURINHO, 1991, p.144). O discurso de que os novos prefeitos nomeados deveriam ser “idôneos e estranhos a politicagem” era assinalado por Getúlio Vargas, que também defendia a necessidade do governo “cercar-se de elementos de sua inteira e imediata confiança (...) é natural que vá buscar esses elementos entre as fileiras da Revolução” (O DIA, 29 de novembro de 1930, p.1). As nomeações feitas por Mário Tourinho nem sempre eram vistas com bons olhos pelas lideranças militares revolucionárias, alegando elas que muitos políticos que fizeram parte da Aliança Liberal não participaram das fileiras da revolução de outubro.

Nas próximas seções, demonstraremos a vinculação da equipe de Tourinho com a classe dominante tradicional paranaense, através da análise genealógica dos seus membros, pontuando, entretanto, que estes agentes estavam ligados às frações oligárquicas dissidentes que tiveram capitais políticos incrementados com o movimento revolucionário de 1930.

### **5.3 A INTERVENTORIA DE MÁRIO TOURINHO: MEDIDAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES COM A CLASSE DOMINANTE LOCAL**

O ano de 1931 começou com o objetivo de efetivar os propósitos da Revolução de 1930, enfatizando a moralidade administrativa e o fim das nomeações de “protegidos incapazes”, juntamente com a defesa do ‘regime das liberdades públicas sem o cerceamento das opiniões que contrariam os mandões’ (O DIA. A voz de carregar. 18.jan.1931, p.1).

Em paralelo a este processo, Mário Tourinho tinha o desafio de impulsionar a economia paranaense, em franco declínio. Para efetivar o desenvolvimento econômico, medidas econômicas foram praticadas para amparar a indústria do mate através da proteção do governo federal, contando com o apoio de Getúlio Vargas e Lindolpho Collor (O DIA. Ainda o problema do mate. 06.jan.1931, p.1). Vargas inclusive era o responsável pela negociação sobre a produção ervateira com a Argentina. O Itamaraty era uma das instituições nacionais que atuavam na defesa do mate paranaense. A defesa do mate e da madeira, produtos que representavam quase metade da arrecadação de rendas do tesouro estadual, era uma das marcas do novo governo, que se diferenciava das práticas dos governos anteriores, inertes quanto aos problemas econômicos apresentados pelo estado. Plínio Tourinho e Arthur Obino atuavam junto ao governo federal para a saída da crise,

lutando pela retomada do crescimento industrial comercial do Paraná (O DIA. O Ressurgimento das indústrias paranaenses. 10.jan.1931, p.1). Mário Tourinho despachava diretamente com o ministro das relações exteriores Afrânio de Mello Franco, para as negociações com a Argentina a respeito do mate (O DIA. Argentinos e brasileiros irmanam-se no estudo de um problema de interesse recíproco. 10.jan.1931, p.1).

O reerguimento da indústria ervateira foi associado à fusão dos institutos ervateiros do Paraná e de Santa Catarina. O emissário do Paraná escolhido pelo governo para representar os interesses do mate na capital federal foi o industrial Ivo Leão (O DIA. O problema do mate. 13.jan.1931, p.1). Outro produto em ascensão na economia do estado era o café, cujos interesses eram defendidos por Mário Tourinho quando se dirigia a Getúlio Vargas (O DIA. Os interesses do Paraná têm defensores de pulso. 16.jan.1931, p.1).

Segundo os revolucionários de 1930, a crise econômica que se verificava na agricultura, na indústria e no comércio paranaense foi provocada pela “camarilha governamental” e suas práticas políticas no período anterior à revolução (O DIA. Revolucionários do Paraná. 17.jan.1931, p.1). Na interventoria de Mário Tourinho, as “classes conservadoras” assinalavam a satisfação com as medidas tomadas em prol da economia local. A Associação Comercial do Paraná era uma das entidades em pleno diálogo e sintonia com o governo.

Podemos afirmar que a Revolução de 1930 no Paraná proporcionou o reconhecimento político das frações de classe em franca ascensão no Paraná. O contexto político anterior não colaborava para o desenvolvimento das frações de classe mais dinâmicas da economia paranaense. O caminho seguido por estes empresários foi a vinculação com as oligarquias dissidentes. Com a vitória do movimento revolucionário que questionou a hegemonia exclusiva de clãs oligárquicos na política, o empresariado industrial ervateiro e madeireiro, antes coadjuvantes na cena política, conseguiu impor o seu protagonismo.

O presidente da Associação Comercial do Paraná nesse contexto era Rivadávia Fonseca de Macedo. Ressalta-se que o clã Macedo é tradicionalmente ligado à burguesia comercial do Paraná. Um dos eventos mais importantes da afirmação desta classe foi a criação da Junta Comercial do Paraná, no ano de 1892, na qual o pai de Rivadávia, Tobias de Macedo, foi um dos seus fundadores. Conforme o já visto, a família contava com presidentes anteriores da ACP, como José Ribeiro de Macedo, incluído na lista de



comerciantes matriculados na Junta<sup>80</sup>, além de João Ribeiro de Macedo e José Ribeiro de Macedo Júnior. Muitos integrantes da família Macedo apoiaram a Revolução de 1930 e faziam parte do Diretório Revolucionário, o que pode ser conferido nas seções anteriores que trataram da Revolução de 1930 no Paraná.

Rivadavia Macedo pertencia a uma fração de classe da burguesia que viu os capitais políticos aumentarem com a Revolução de 1930, êxito não alcançado pelos seus parentes presidentes das gestões anteriores da ACP, analisados nos capítulos anteriores. Seus capitais sociais e econômicos eram volumosos, sendo empresário da Construção Civil, professor de Engenharia na Universidade do Paraná, proprietário de fazendas de café e criação de gado (ALMEIDA, 1968, p.187). Foi fundador do Graciosa Country Club e do Rotary Club de Curitiba (CARNEIRO, 1981, p.120).

Assinalamos a correspondência de interesses entre a interventoria de Mário Tourinho e a classe empresarial no Paraná. A diretoria da Associação Comercial do Paraná neste período era composta por nomes como Braulio Virmond de Lima, Fidelis Reginato, Flávio Guimarães, Arcésio Guimarães e Benjamin Lins (MONTEIRO, 2012, p.121). Estes nomes citados se repetem entre os integrantes do Diretório Revolucionário, os apoiadores da interventoria federal de Tourinho, a diretoria da Aliança Liberal, entre outras organizações oligárquicas dissidentes. Nesse sentido, a Revolução de 1930 no Paraná marcou a ascensão destes grupos, que puderam ter seus capitais políticos incrementados.

A correspondência entre os interesses do empresariado e as ações de Mário Tourinho a frente da interventoria é evidenciada nas ações de defesa da economia paranaense ante ao governo federal, envolvendo negociações com o mercado externo para a valorização da produção local.

Paralelamente a este processo, no decorrer do ano de 1931, medidas de austeridade para neutralizar a crise econômica foram feitas pela interventoria de Mário Tourinho, através do corte de despesas. Sua gestão conquistou o equilíbrio das contas públicas, zerando o déficit orçamentário do Paraná (TOURINHO, 1990, p.382).

Percebe-se que o interventor possuía prioridades em relação à sua gestão na interventoria, e o bom-relacionamento com as classes dominantes e a estabilização

---

<sup>80</sup> Um dos mais poderosos e influentes empresários brasileiros do seu tempo, o então presidente da Associação Comercial do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, também estava entre os fundadores da Junta Comercial do Paraná, bem como os futuros presidentes da ACP Zacarias de Paula Xavier e João Guilherme Guimarães. Para maiores informações, vide anexo dos comerciantes fundadores da Junta Comercial do Paraná.

econômica faziam parte de seu programa. Entretanto, Mário Tourinho era cobrado pela imprensa revolucionária em ser mais atencioso à política no Rio de Janeiro, como outros interventores. Ou seja, embora o interventor não dedicasse maiores investidas junto ao governo central, seu governo era tido como agregador de “gregos e troianos”, devido a sua adequada condução nas questões econômicas e financeiras (O DIA. Nós e os outros estados. 23.jan.1931, p.1). A partir desses dados, identificamos que uma das fragilidades de Mário Tourinho era a falta de prática política de negociações e diálogos junto ao governo federal. A barganha com o poder central era uma das principais práticas dos interventores para obter êxito nas suas gestões estaduais, característica recorrente no jogo político de centralização verificado no período pós-1930.

#### **5.4 AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E AS NOMEAÇÕES DA INTERVENTORIA DE MÁRIO TOURINHO**

A Revolução de 1930 trouxe consigo o propósito de moralização das práticas políticas, cumprindo a função “regeneradora” sobre o Estado brasileiro, combatendo o legado nefasto que a Primeira República tinha deixado. A moralização administrativa era uma promessa da Revolução de 1930 no Paraná, com atenção às nomeações para os cargos públicos (O DIA. A voz de carregar. 18.jan.1931, p.1).

As cobranças ao governo Mário Tourinho se intensificaram no decorrer dos meses que sucederam a revolução de 1930, principalmente ao que estava relacionado aos resultados das comissões de sindicância instauradas para apurar as irregularidades das administrações anteriores. Um tribunal especial foi instaurado no Paraná nos primeiros meses da revolução, com o objetivo de apurar os crimes políticos e comuns de quem detinha o poder público. As investigações das contas e atos ilícitos praticados eram funções do tribunal especial, bem como “as punições dos crimes praticados contra o patrimônio moral e material da pátria” (O DIA. O tribunal especial e o caso do Paraná. 09.jan.1931, p.1). No entanto, não se tinham notícias de casos que foram parar sob as responsabilidades do tribunal, tão pouco as sindicâncias, que, apesar do esforço de seus componentes, nada conseguiram apurar.

A moralidade administrativa foi propagada através de um decreto do interventor Tourinho que criava a Junta de Sansões no Paraná, composta por João Pernetta e Felinto Teixeira. Tal junta foi criada para julgar processos relativos às prefeituras e tomar

providências e sanções de ordem política, aplicando punições ao uso indevido de dinheiro público e apurando delitos administrativos (O DIA. A junta de sanções no Paraná. 08.abr.1931, p.1).

A interventoria de Mário Tourinho era conhecida pela calma e harmonia administrativa, em contraposição às interventorias de outros estados (O DIA. A interventoria do Paraná, 14.abr.1931, p.1). Sua administração era elogiada na capital federal em reuniões com as presenças de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Arthur Obino (O DIA. O governo central cerca de prestígio a administração Mário Tourinho. 22.abr.1931, p.1). Isso significa que o Paraná era visto com bons olhos ante ao governo federal, algo que era decisivo para a permanência do interventor no contexto de centralização política intensificada após a Revolução de 1930.

As frentes da interventoria de Mário Tourinho referiam-se à moralização dos costumes políticos, através de medidas administrativas, da efetivação das sindicâncias, do enxugamento da máquina pública e da realização de concursos públicos.

No campo do enxugamento da máquina pública, uma importante medida tomada pela interventoria foi o decreto que reduziu o número de desembargadores no Tribunal de Justiça (O DIA, 06.jan.1931, p.1). A reforma da magistratura era uma reivindicação constante na interventoria de Mário Tourinho.

A realização de sindicâncias contemplava comissões para investigar órgãos como o Porto de Paranaguá, secretarias de estado, entre outras instâncias. Para estas comissões, foram nomeados nomes como os de João Pernetta e Antônio Augusto Carvalho Chaves, que mais tarde foram nomeados secretários de estado (O DIA, Decretos do General Interventor Federal no Paraná, 12.dez.1930, p.2).

A partir do governo Vargas, intensificaram-se as reivindicações para o recrutamento de servidores públicos através de concursos. Na interventoria de Tourinho, realizou-se um concurso para o cargo de professor do Ginásio Paranaense. Esse modo de seleção fazia parte de um plano nacional de “regeneração” que a revolução de 1930 promovia, e o governo Tourinho tinha a missão de reconstruir o Paraná, abalado pela “politicagem de alguns decênios” (O DIA. Paralelo Honroso. 24 mar.1931, p.1).

Para montar a sua equipe, Mário Tourinho procurou nomear lideranças envolvidas no apoio à Revolução de 1930, especialmente as lideranças políticas civis que tinham um histórico de participação às agremiações oligárquicas dissidentes, como o Partido Democrático Paranaense, a Aliança Liberal e a Associação Comercial do Paraná.

As destituições das antigas lideranças do governo Affonso Camargo realizaram-se nos primeiros decretos do governo provisório, paralelamente a uma reforma administrativa, que unificou três secretarias (Fazenda, Indústria e Comércio; Interior, Justiça e Instrução Pública; Agricultura, Viação e Obras Públicas) em uma: a Secretaria Geral do Estado, que passou a ser ocupada por **João Ribeiro de Macedo Filho**. Trata-se de uma “supersecretaria”, cuja finalidade estava associada a dois objetivos da revolução: a centralização de poderes e o enxugamento da máquina pública.

O perfil do Secretário Geral do Estado era vinculado às classes empresariais, representadas pela Associação Comercial do Paraná, pois a família Macedo exercia grande poder junto à entidade, tendo como presidentes nomes como o de seu pai, José Ribeiro de Macedo, João Ribeiro de Macedo e Rivadávia Fonseca de Macedo. João Ribeiro de Macedo Filho era portador do título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, 1927) e era associado à grande propriedade da indústria ervateira. Suas atividades políticas anteriores à Revolução de 1930 resumiram-se na sua participação na Comissão Executiva da Aliança Liberal no Paraná e ao seu apoio à Revolução de 1930.

Em resumo, o perfil de uma das maiores figuras políticas da interventoria de Tourinho era associado às oligarquias dissidentes relacionadas à economia ervateira que se vincularam à Aliança Liberal e à Associação Comercial do Paraná, com grandes vínculos familiares com a classe dominante tradicional.

No entanto, tal redefinição organizacional não surtiu efeitos duradouros, visto que a secretaria geral foi desmembrada em duas no início do mês de dezembro de 1930. A justificativa para o Decreto nº 759, que desmembrou a Secretaria Geral em duas, era a de que ela não atendia às necessidades do serviço público.

Após o pedido de exoneração do titular da pasta, João Ribeiro de Macedo Filho, Tourinho nomeou **João David Pernetta** para a Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Obras Públicas, e **Antônio Augusto Carvalho Chaves** para a Secretaria dos Negócios, Fazenda e Indústria.

#### QUADRO 21- PERFIL DOS SECRETÁRIOS NOMEADOS POR MÁRIO TOURINHO

Nome	UF	Título Genealógico/ Conexões Familiares	Capital Econômico/Social	Filiações político-partidárias/cargos pré-1930	Cargos políticos pós-1930
João Ribeiro de	PR	Rodrigues Seixas	Grande Propriedade ervateira.	Membro da Aliança Liberal no Paraná. Apoiador da Revolução de 1930.	Secretaria Geral do Estado, 1930.

Macedo Filho		(NEGRÃO, 1927)	Associação Comercial do Paraná		
João David Pernetta	PR	Rodrigues de França (NEGRÃO, 1928)	Família de artistas e intelectuais	Deputado estadual entre 1906 e 1915 e deputado federal entre 1915 e 1920. Oligarca dissidente. Membro da Aliança Liberal no Paraná. Apoiador da Revolução de 1930.	Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Obras Públicas. Interventor Interino.
A. A. Carvalho Chaves	PB	Parentesco com o desembargador Eusébio da Motta	Profissional liberal.	Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública (1890-1900); Secretário de Finanças, Comércio e Indústria (1900-1904); deputado federal (1904-1914); Oligarca dissidente. Membro do Partido Democrático Paranaense.	Secretaria dos Negócios, Fazenda e Indústria. Deputado Estadual, PSD, 1935-1937; Interventor Interino, 1947.
Alceu Ferreira	PR	Filho de João Cândido Ferreira. Título Carrasco dos Reis (NEGRÃO, 1926)	Grande propriedade de terras- Lapa. Professor Universitário.	Oligarca dissidente. Apoiador da Revolução de 1930.	Diretor Geral de Saúde Pública
Benjamin Lins	PB	Família política paraibana	Profissional liberal. Professor Universitário.	Membro do Partido Democrático Paranaense. Oligarca dissidente. Apoiador da Revolução de 1930.	Diretor Geral de Ensino
Antônio Jorge Machado da Silva Lima	PR	Filho de Vicente Machado da Silva Lima. Título Carrasco dos Reis (NEGRÃO, 1926)	Grande propriedade de terras. Promotor Público. Diretor do jornal A Tarde	Oligarca dissidente. Membro da Concentração Republicana. Membro do Partido Democrático Paranaense. Apoiador da Revolução de 1930; Membro do PSD; Fundador do Partido Social Nacionalista, oposição a Ribas e apoio a Vargas.	Diretor Geral de Ensino; Conselho Consultivo (1932-1933); Deputado Federal, 1934; Senador, 1935; Auditor TCU

Quadro: Elaboração da autora. Fontes: Ver em Fichas Biográficas Anexo 9

O prestígio concedido por Mário Tourinho aos oligarcas dissidentes novamente se verificou na nomeação de João David Pernetta e Antônio Augusto Carvalho Chaves. Conforme já visualizamos na seção sobre a Aliança Liberal no Paraná, **João David Pernetta** era membro de uma família de artistas e intelectuais, vinculado à classe dominante tradicional paranaense através do casamento com Rosa Gutierrez Beltrão, irmã de Francisco Gutierrez Beltrão, que ocupou os cargos de secretário de Obras Públicas, Juiz e Deputado Estadual, e do Capitão Tenente Osman Gutierrez Beltrão, oficial da Guarda Nacional (NEGRÃO, 1928, p.316-317). Pernetta é outro exemplo de um oligarca que se tornou dissidente durante a Primeira República., pois exerceu o cargo de deputado estadual entre 1906 e 1915 e deputado federal entre 1915 e 1920, vinculando-se às

oligarquias dissidentes na década de 1920 e integrando a Aliança Liberal nas eleições de 1930. Apoiador da Revolução de 1930, foi nomeado secretário por Tourinho, permanecendo no cargo até a exoneração de Mário Tourinho, em dezembro de 1931. Em janeiro de 1932, ocupou interinamente a interventoria, até transmitir o cargo ao escolhido de Getúlio Vargas, Manoel Ribas.

Por sua vez, Antônio Augusto Carvalho Chaves também possuía vínculos com as oligarquias dissidentes. Conforme já visualizamos no perfil dos dirigentes do Partido Democrático Paranaense, Carvalho Chaves não pertencia à classe dominante tradicional paranaense, visto que era membro de uma prestigiada família do Rio Grande do Norte. Suas conexões familiares com a classe dominante tradicional ganharam volume através do casamento de uma de suas filhas, vinculando-se ao tronco descendente do desembargador Eusébio da Motta. Instalado no Paraná, Carvalho Chaves ocupou muitos cargos políticos durante a Primeira República, tais como o de secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, de 1896 a 1900, o de secretário de Finanças, Comércio e Indústria, de 1900 a 1904, o de deputado federal, de 1904 a 1914, concomitantemente ao cargo de deputado estadual. No entanto, não ocupou nenhum cargo político relevante entre 1915 e 1930, não possuindo espaço político para atuar. Vinculando-se à oligarquia dissidente, reencontrou espaço político na interventoria de Mário Tourinho.

Para a diretoria-geral de Saúde, Tourinho nomeou Alceu Ferreira e para a diretoria-geral de Ensino, o escolhido foi Benjamin Baptista Lins de Albuquerque. (PARANÁ, 1930).

Alceu Ferreira era um membro da classe dominante tradicional paranaense, sendo portador do título Carrasco dos Reis (NEGRÃO, 1926), possuindo grandes propriedades de terras na região da Lapa. Desenvolveu carreira como alto profissional liberal e professor universitário. Seu vínculo com a política dissidente é relacionado ao seu pai, João Cândido Ferreira, que juntamente com Ottoni Maciel, venceu as eleições para a presidência do estado em 1907, que não foi reconhecida pelo Congresso Legislativo. A partir desse episódio, ouve uma divisão no interior da classe política dirigente do Paraná durante todo o restante da Primeira República, conforme já visualizamos anteriormente.

Por sua vez, Benjamin Lins pertencia a uma tradicional família paraibana. Instalado no Paraná, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná. Não fazendo parte dos círculos políticos dominantes, sua atuação sempre foi no campo da oposição às oligarquias hegemônicas, sendo um dos fundadores do jornal O Dia, juntamente com

David Carneiro, com quem também dividiu as fileiras do Partido Democrático Paranaense.

Mário Tourinho substituiu Benjamin Lins por Antônio Jorge Machado da Silva Lima na Diretoria Geral de Ensino. Membro de uma tradicional família política paranaense, Antônio Jorge Machado era filho do ex-presidente do Paraná, Vicente Machado, cujas informações genealógicas podem ser conferidas na seção sobre o Partido Democrático, abordada anteriormente. Toda a carreira política de Antônio Jorge Machado vinculou-se às oligarquias dissidentes. Membro da Concentração Republicana, de Alencar Guimarães, não se vinculou aos clãs Camargo e Munhoz da Rocha, hegemônicos na Primeira República. Na década de 1920, vinculou-se ao Partido Democrático Paranaense, apoiando a Revolução de 1930 no Paraná. Na interventoria de Tourinho, foi nomeado Diretor Geral de Ensino. No entanto, no decorrer do processo político, afastou-se da interventoria de Tourinho, solicitando a sua exoneração. Com a interventoria de Manoel Ribas, foi nomeado ao Conselho Consultivo do Estado, cargo em que permaneceu até 1933. Eleito deputado federal pelo PSD, vinculou-se ao interventor e foi aclamado senador por seus colegas de bancada. No entanto, se afastou de Manoel Ribas e do PSD com a fundação do Partido Social Nacionalista no Paraná, tendo como correligionários os irmãos Tourinho. O programa político do partido apoiava o governo provisório e a gestão de Getúlio Vargas, porém exercia oposição ao PSD e ao interventor Manoel Ribas. A partir de 1940, Antônio Jorge Machado passou a exercer o cargo de auditor do Tribunal de Contas da União.

O prefeito revolucionário de Curitiba nomeado por Mário Tourinho foi **Joaquim Pereira de Macedo**, cargo que já tinha ocupado entre os anos de 1908 a 1912 (OLIVEIRA, 1997, CARNEIRO, 1981). Macedo também tinha vínculos genealógicos com a classe dominante tradicional, sendo portador do título Rodrigues Seixas. Filho de Manoel Ribeiro de Macedo (NEGRÃO, 1927), possuía parentesco com o secretário-geral do estado, João Ribeiro de Macedo Filho. Além dessa conexão, também era portador dos títulos Rodrigues de França (NEGRÃO, 1928) e Pletz (NEGRÃO, 1929). Possuía propriedades relacionadas à economia ervateira e vínculos políticos com as oligarquias dominantes, pois além de ter sido prefeito de Curitiba, ocupou o cargo de deputado estadual na primeira legislatura republicana. Conforme já analisamos na seção sobre o Partido Democrático Paranaense, Macedo tinha grande prestígio político no Império e no início da república, capitais que foram enfraquecidos ao longo das décadas posteriores, o que o vinculou com as oligarquias dissidentes, como o Partido Democrático Paranaense.

Com a Revolução de 1930, foi nomeado prefeito por Mário Tourinho, o que confirma a tendência do interventor em conceder altos cargos aos oligarcas dissidentes.

Conforme o já assinalado, a Associação Comercial do Paraná também era ocupada por um membro do clã Macedo, uma das principais famílias beneficiadas com a Revolução de 1930. Antes desse evento, esse clã familiar pertencia às dissidências oligárquicas, ocupando posições coadjuvantes no cenário político.

A família Macedo era tão influente a ponto de angariar um cargo federal. O paranaense Francisco Azevedo Ribeiro de Macedo foi nomeado para o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, materializando a influência da família Macedo, aliada à interventoria de Tourinho, junto ao Governo Provisório.

No Poder Judiciário, a principal instituição referia-se ao Tribunal de Justiça do Paraná. Com a exoneração de dois dos sete desembargadores que exerciam o cargo durante a Revolução de 1930, (Arthur da Silva Leme e Eudoro Cavalcanti de Albuquerque), abriram-se duas vagas. O próximo quadro apresenta informações sobre os desembargadores nomeados pela interventoria de Mário Tourinho, no que diz respeito à formação e período de exercício do cargo no Tribunal de Justiça do Paraná, bem como informações sobre o ano e o local de nascimento e os títulos genealógicos dos novos integrantes do Poder Judiciário do Paraná.

#### QUADRO 22- DESEMBARGADORES DO TJ NOMEADOS POR MÁRIO TOURINHO: PERFIS DE FORMAÇÃO, SOCIAIS E FAMILIARES

Desembargador	Formação	Período no TJ-PR	Local de nascimento/período da vida	Títulos Genealógicos
Octávio Ferreira do Amaral e Silva	Direito, Fac.de Dir. SP, 1889	(1931-1937)	Lapa (PR), 1869-1942	Carrasco dos Reis (Vol.I) (Nascimento)
João José Arruda	Direito, Fac.de Dir. Recife, 1907	(1931-1938)	Pau D'Alho (PE), 1875-1946	Carrasco dos Reis (Vol.I) (Matrimônio, em associação com a família Virmond).

Quadro: Elaboração da autora. Fontes: Vide Fichas biográficas, anexo 10

As informações dos quadros indicam duas trajetórias que revelam o perfil dos novos agentes do Poder Judiciário do Paraná em ascensão com a Revolução de 1930. O primeiro analisado é **Octávio Ferreira do Amaral e Silva**. Lapeano nascido no ano de



1869, tomou posse como desembargador aos 62 anos de idade. Formado em Direito pelo Largo São Francisco, sua carreira jurídica foi longa, exercendo os cargos de juiz, promotor e professor de Direito na Universidade do Paraná. Portador do Título Carrasco dos Reis por nascimento, era membro da classe dominante tradicional paranaense que exercia poder político e econômico desde meados do século XVIII. Filho do Coronel Seraphim Ferreira de Oliveira e Silva e de Júlia Moreira do Amaral e Silva, casou-se com Elisa Almeida Ferreira do Amaral, filha de José Rodrigues de Almeida, capitalista e grande proprietário. Entre os irmãos de Octávio Amaral, destacam-se: Victor Ferreira do Amaral e Silva, médico e um dos fundadores da Universidade do Paraná, Josepha do Amaral Ferreira, casada com João Cândido Ferreira, Maria da Glória Amaral, casada com Ottoni Ferreira Maciel, Joaquim Ferreira do Amaral e Silva, Prefeito de Rio Negro e vice-presidente do Estado (NEGRÃO, 1926). Um dos seus filhos, Ariel Ferreira do Amaral e Silva, foi voluntário na 5ª região militar e membro do Batalhão Voluntários da Pátria, em defesa da "Revolução Getulista" de 1930. Também foi Promotor Público em Araucária, Juiz em Colombo, Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais, Clevelândia, Santo Antônio da Platina e Curitiba. Em 1966, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, instituição onde exerceu o cargo de presidente, aposentando-se em 1977 (TJ PARANÁ<sup>81</sup>).

As conexões familiares de Octávio Ferreira do Amaral indicam sua proximidade com membros dissidentes da oligarquia tradicional, como um dos seus cunhados João Cândido Ferreira, vice-presidente do estado no governo de Vicente Machado e eleito para exercer a presidência do estado em 1907. No entanto, desistiu de tomar posse do cargo, alegando traições de correligionários do Partido Republicano e perseguições políticas. Outro cunhado seu era o coronel Ottoni Ferreira Maciel, eleito 1º vice-presidente do Estado do Paraná em 1907, juntamente com o seu cunhado, o já citado João Cândido Ferreira. Deputado estadual por diversas legislaturas, também era membro dissidente das oligarquias tradicionais do Paraná, envolvendo-se com os tenentes civis na década de 1920 e líder da Aliança Liberal no Paraná. Sua atuação conjunta com o coronel Francisco Sá e com o Marechal Mallet abriu caminho para os revolucionários no Sul do Paraná na ocasião da Revolução de 1930 (NICOLAS, 1984). Um dos sobrinhos de Octávio Ferreira do Amaral era Ovande Ferreira do Amaral, uma das lideranças da Revolução de 1930 no

---

<sup>81</sup> TJ PARANÁ. Des. Ariel Ferreira do Amaral e Silva. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-ariel-ferreira-do-amaral-e-silva/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-ariel-ferreira-do-amaral-e-silva/397262?inheritRedirect=false). Acesso em 02.fev.2019.

Rio Grande do Sul e importante membro da Aliança Liberal, inaugurando os comitês da agremiação nos municípios de Rio Negro (PR), Mafra (SC) e Itaiópolis (SC) (NICOLAS, 1984; NEGRÃO, 1926). A carreira política de Octávio Ferreira do Amaral é associada a luta pelo abolicionismo e pela república, exercendo o cargo de deputado estadual na legislatura de 1893 a 1895 e também a secretaria de interior, Justiça e Instrução Pública, na gestão de Francisco Xavier da Silva. Ocupou o cargo de juiz em Curitiba, mas pediu demissão no ano de 1919, alegando perseguições políticas (TJ PARANÁ). Após alguns anos no ostracismo político, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça pela interventoria de Mário Tourinho, nos acontecimentos do movimento revolucionário de 1930, período no qual membros de sua família participaram ativamente como colaboradores do novo regime.

Outro desembargador nomeado por Mário Tourinho é **João José Arruda Júnior**. Pernambucano nascido na cidade de Pau D'Alho no ano de 1875. Formado pela Faculdade de Direito de Recife em 1907 (PARANÁ, 1982), mudou-se aos 34 anos para o Paraná e fez carreira jurídica no estado, como muitos jovens bacharéis que se formavam nos grandes centros de Direito e desenvolviam suas atividades em diversas regiões do país. No Paraná, associou-se à classe dominante tradicional casando-se com Maria do Belém Virmond Arruda, tornando-se portador do título Carrasco dos Reis e vinculando-se às famílias Marcondes, Taques, Suplicy, entre outras (NEGRÃO, 1926). Exerceu o cargo de Juiz em Prudentópolis, Imbituva, Tomazina, Antonina e Curitiba até tornar-se desembargador do Tribunal de Justiça aos 56 anos de idade, cargo em que permaneceu até a sua aposentadoria, em 1938 (PARANÁ, 1982).

Em síntese, os desembargadores nomeados por Mário Tourinho são associados à velha classe dominante paranaense, mas possuem perfis de “outsiders”, seja no caso de Octávio Ferreira do Amaral, que liga-se às oligarquias dissidentes na sua trajetória política e familiar, como no caso de Arruda, que através do matrimônio associa-se à alta sociedade, somando-se com seus capitais jurídicos que o seu diploma de bacharel o confere.

Na análise das principais nomeações de Mário Tourinho, assinala-se a presença de membros das famílias das classes dominantes tradicionais que usufruíam de um notável poder nas primeiras décadas da república e viram as suas respectivas influências políticas decaírem, especialmente entre as décadas de 1910 e 1920. Isso fez com que estes mesmos agentes se vinculassem às oligarquias dissidentes, tais como o Partido

Democrático Paranaense e a Aliança Liberal do Paraná, e apoiassem a Revolução de 1930, recuperando capitais políticos durante a interventoria de Mário Tourinho.

Porém, o prestígio conferido a estes oligarcas dissidentes por parte do interventor gerou descontentamentos por parte de setores militares do estado, que passaram a exercer oposição ao interventor através de legiões revolucionárias, denunciando ao governo central grande parte dos seus atos de governo e suas políticas de nomeações.

## **5.5 O PODER MILITAR NO PARANÁ DURANTE A INTERVENTORIA DE MÁRIO TOURINHO**

A Revolução de 1930 proporcionou a expansão dos capitais políticos dos membros das forças armadas que possibilitaram a sua eclosão. Segundo Raymundo Faoro, um dos atores principais do novo modelo será o elemento militar, em especial o setor dinâmico dos tenentes (FAORO, 2001, p.777).

Os atores políticos pertencentes ao exército incrementaram seus espaços de atuação, passando a exercer grande influência junto ao governo central. Com a emergência da “Segunda República”, as Forças Armadas “se viram instaladas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira” (CARVALHO, 2019, p.95).

Alguns destes atores pertenciam ao movimento tenentista, inclinados a uma postura reformista e nacionalista, como foi o caso de nomes como Miguel Costa, Juarez Távora, João Alberto e Juracy Magalhães. Estes e outros militares foram responsáveis pela organização do movimento revolucionário, juntamente com lideranças políticas civis, como Batista Luzardo e Osvaldo Aranha.

A “Segunda República”, inaugurada com a Revolução de 1930, estruturou uma ordem política que integrava atores civis com atores militares. Em 1933, os gastos do governo com o exército e a marinha aumentaram para 24,9% (CARVALHO, 2019, p.133). Esse dado demonstra a robustez do poder militar no contexto político pós-1930.

Outra parte de membros do exército com papel ativo na Revolução de 1930 não se identificava com o movimento tenentista, como é o caso do general Góes Monteiro. Após a vitória do movimento revolucionário, este general impediu os expurgos em massa das fileiras do generalato, desejada pelos tenentes. Góes Monteiro foi um revolucionário de última hora, pois toda a sua carreira no exército se resumia na adesão às forças

oficialistas, sendo ele um dos responsáveis pela derrota militar da Coluna Prestes, como homem de confiança do general Mariante (SILVA, 1967, p.149) e mantendo-se fiel ao governo Washington Luís (YOUNG, 1979, p.16).

Góes Monteiro foi um agente contraditório quanto aos seus ideais revolucionários. Como principal liderança das Forças Armadas, precisou lidar com a polêmica das promoções aos tenentes que lutaram na Revolução de 1930. Com o histórico de participação nas revoltas de 1922, 1924 e na Coluna Prestes, muitos tenentes foram reprimidos ou enviados ao exílio. Para compensá-los, o Ministério da Guerra deveria conceder promoções a estes oficiais que foram prejudicados no desenvolvimento de suas carreiras no exército. Estes oficiais eram chamados de “picolés” porque foram “derretidos” dos anos 1920 e eram “frios” com os adesistas de última hora, tal qual Góes Monteiro. Em contraposição, os chamados “rabanetes” eram “vermelhos por fora” e “brancos por dentro”, pois haviam combatido os movimentos de 1920, não tiveram as carreiras prejudicadas e aderiram à revolução de 1930 perto de sua eclosão. Estes oficiais se sentiam prejudicados pela política de favorecimento em promoções concedidas aos tenentes após a Revolução de 1930. Góes Monteiro procurava mediar estes conflitos tentando não prejudicar carreiras de oficiais com mérito. Estes grupos lutavam entre si no interior do Clube 3 de Outubro. Uma das principais lideranças dos “picolés” era Miguel Costa, em contraposição ao líder dos “rabanetes”, Góes Monteiro, opositor à subversão da hierarquia militar (CONNIFF, 1979).

Na análise sobre o campo político no contexto da Revolução de 1930, torna-se necessária a investigação sobre o poder militar local, levando em consideração o fato das Forças Armadas serem organizadas a partir de uma perspectiva centralizada e nacional, cujas práticas são correspondentes aos diferentes contextos locais. Outro ponto importante refere-se à identificação da linha com mais influência no estado, seja ela mais vinculada ao passado oficialista, que se manteve fiel ao governo com a eclosão do movimento de 1930, ou oficiais que combateram aos movimentos tenentistas, defendendo o governo durante toda a década de 1920, que aderiram ao movimento outubrista às vésperas de sua realização.

Em contrapartida, a investigação sobre o poder militar no contexto pós-1930 também deve considerar as organizações tenentistas e legiões revolucionárias que se fortaleceram a partir do movimento de outubro. Muitos integrantes militares e civis passaram a exercer uma significativa influência sobre o Governo Provisório, especialmente em relação ao Ministério da Justiça, então ocupado por Oswaldo Aranha,

juntamente com a força de pressão exercida junto a interventoria local, liderada por Mário Tourinho.

Um cargo estratégico para o novo regime era o de chefe de polícia, ocupado pelo capitão Arnaldo Marques Mancebo. A partir do momento em que Mancebo foi nomeado governador provisório de Santa Catarina por Plínio Tourinho, o capitão Viégas da Silva assumiu a Chefatura de Polícia, sendo ele, além de uma liderança militar do movimento armado, uma importante figura que presidia o Centro Cívico 5 de outubro, organização de apoio à Revolução. Viégas da Silva também exercia influência junto aos círculos operários do Paraná. Viégas da Silva permaneceu no cargo de novembro de 1930 a março de 1931, sendo substituído por Catão Menna Barreto Monclaro. Este oficial ocupou a chefatura de polícia de março a outubro de 1931.

A partir dessas nomeações, observa-se a instabilidade desse setor no interior da interventoria de Mário Tourinho, algo que não se repetiu nas demais secretarias. Por sua vez, Cícero Costard, militar alinhado politicamente aos irmãos Tourinho, assumiu o cargo em outubro de 1931, permanecendo até a sua exoneração, em 31 de janeiro de 1932, no mesmo dia da posse de Manoel Ribas.

Cícero Costard era um homem de confiança de João Alberto na ocasião em que ele exercia o cargo de interventor federal em São Paulo. Com a criação da Delegacia Revolucionária da Ordem Política, João Alberto nomeou Cícero Costard ao posto, em janeiro de 1931 (DONATO, 2002, p.23). João Alberto, ligado às organizações tenentistas, sofreu grandes pressões da classe dominante paulista, descontente com o seu estilo de governo e com o seu alinhamento em relação às políticas de Vargas, acenando inclusive para o operariado. Além disso, as oligarquias decaídas e as oligarquias dissidentes exigiam a nomeação de um interventor “paulista e civil”. Cedendo às pressões oposicionistas, Vargas exonerou João Alberto, em 25 de julho de 1931. Cícero Costard foi convidado a exercer o cargo de chefe de polícia no Paraná alguns meses após a sua saída do posto ocupado na interventoria paulista.

As constantes trocas na chefatura de polícia não ocorreram por acaso na interventoria de Tourinho. Havia uma forte crise política interna ao seu governo, e ele vinha sofrendo oposições ligadas às organizações ligadas ao “tenentismo revolucionário” desde os seus primeiros meses.

As organizações que faziam parte do tenentismo revolucionário eram inéditas na política nacional, pois se tratam de grupos não-partidários semioficiais com grande influência e força de pressão sobre o governo central. Com a extinção dos partidos, novas

formas de organização política surgiram com a Revolução de 1930, o que fez com que os interventores passassem a não apenas intermediar as relações entre os grupos oligárquicos e as frações de classe dominante locais como também ter um bom relacionamento com estas organizações tenentistas, que tinham linha direta com o Palácio do Catete através de viagens ao Rio de Janeiro, telegramas e cartas enviadas ao presidente e à sua equipe.

Para entender a nova dinâmica de prática política do período pós-1930, dedicaremos nossas atenções dedicaremos nossas atenções ao surgimento das Legiões Revolucionárias.

### 5.5.1 O tenentismo pós-1930 e o surgimento das Legiões Revolucionárias

Com o sucesso da Revolução de 1930 e a comoção popular que registrava apoio ao movimento outubrista, grupos civis-militares que se auto identificavam enquanto defensores dos princípios revolucionários surgiram a partir da eclosão do movimento. Estes agrupamentos pretendiam combater o coronelismo e os regionalismos, centralizando a política em âmbito nacional. Desse modo, o Clube 3 de Outubro foi inaugurado e as legiões revolucionárias se espalharam por todo o Brasil. A construção de um “novo Brasil” era paralela à “transformação profunda da vida nacional”, que incluía a regeneração dos costumes políticos. Outras bandeiras dos movimentos tenentistas correspondiam à defesa do Estado forte, com característica nacional, e do fortalecimento do poder central.

A fundação do Clube 3 de Outubro reuniu civis e militares. Sua diretoria era composta por Pedro Ernesto (presidente), Góes Monteiro (1º vice-presidente), Hercolino Cascardo (2º vice-presidente) e Oswaldo Aranha (3º vice-presidente). Tratava-se de uma organização fechada que pressionava o governo para as demandas tenentistas (FORJAZ, 1988). O Clube 3 de Outubro também contava com os nomes de José Américo de Almeida, Abelardo Marinho, Domingos Velasco, Virgílio de Melo Franco e Temístocles Cavalcanti (DRUMMOND, 1986, p.223).

O Clube 3 de Outubro não possuía conexão direta com os movimentos tenentistas da década de 1920. A organização tinha em sua composição elementos civis com grande proximidade com os tenentes, como é o caso do seu presidente, Pedro Ernesto, defensor do movimento desde 1924, além de Oswaldo Aranha, político contrário ao tenentismo até 1926 que, no entanto, se aproximou do movimento nos anos finais da década de 1920. A

chefia da principal organização tenentista do período pós-1930 não estava interligada aos tenentes históricos, pois os seus dois maiores líderes, Prestes (adepto ao comunismo) e Siqueira Campos (morto em um acidente de avião), estavam ausentes (DRUMMOND, 1986). A diretoria do Clube 3 de Outubro incluía um oficial legalista, como é o caso de Goés Monteiro, o que alimentava fortes divergências internas entre os revolucionários históricos e os revolucionários de última hora.

Após a Revolução de 1930, o tenentismo possuía um contingente de civis maior do que de militares (FORJAZ, 1988, p.128), agregando muitos adeptos nos primeiros momentos do processo revolucionário. Porém, conforme já assinalamos, a vitória no movimento armado de 1930 trazia em seu interior a divisão do movimento tenentista, a começar pelo fato de que o comando militar da revolução ter sido liderado por Góes Monteiro, militar legalista que combateu os movimentos tenentistas da década de 1920. No processo político que sucedeu a Revolução de 1930, os tenentes viram-se subordinados por dois dos seus grandes inimigos históricos: os políticos oligarcas e os oficiais legalistas, grupos que se rebelaram apenas na ocasião do movimento de 1930, não relacionados aos movimentos tenentistas anteriores (DRUMMOND, 1986, p.208).

Paralelamente ao surgimento do Clube 3 de Outubro, as Legiões Revolucionárias se instalaram nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal, entre outubro de 1930 e o decorrer do ano de 1931. Essas organizações possuíam um caráter civil e militar. Com exceção ao Distrito Federal, governado por Adolfo Bergamini, membro do Partido Democrático Nacional, “todas tiveram cobertura oficial dos interventores federais para a sua fundação e seu funcionamento” (DRUMMOND, 1986, p.216). Os oligarcas dissidentes eram contrários à organização semi-oficial das legiões nos estados. Um exemplo dessa oposição foi a ação de Borges de Medeiros em barrar a instalação da Legião Revolucionária no Rio Grande do Sul, através de negociações diretas com Oswaldo Aranha. Quase todas as legiões revolucionárias eram tenentistas, exceto a legião mineira, composta exclusivamente de jovens integrantes das oligarquias dissidentes, tais como Francisco Campos (Ministro da Educação), Amaro Lanari (Secretário de Estado da Fazenda) e Gustavo Capanema (Secretário de Estado do Interior), apoiados pelo interventor Olegário Maciel (DRUMMOND, 1986, p.219).

Atuando como fiéis escudeiros do governo, os tenentes também atuavam “na identificação dos inimigos de Vargas em todo o país, montando conspirações para sua derrubada” (CONNIFF, 1979, p.146).

Segundo Peter Flynn (1979, p.85), as legiões foram criadas pela necessidade de organização política dos grupos que fizeram parte da Revolução de 1930. Desde 1929, a Aliança Liberal já apresentava cisões profundas, que se aprofundaram com o fortalecimento das tendências radicais e conservadoras, que se digladiavam entre si. Oswaldo Aranha, uma das estrelas civis da revolução, considerava os tenentes os verdadeiros organizadores do movimento de 1930, e incentivava a organização política tenentista através das legiões revolucionárias. Com o seu apoio, as legiões foram fundadas nos estados a partir de 1930, e consolidadas em 1931. Nesse processo, o relacionamento de Vargas se tornou dependente, a ponto do presidente consultar o Clube 3 de Outubro sobre nomeações e decretos importantes, que passavam por uma aprovação prévia dos tenentes (CONNIFF, 1979, p.146).

No dia 12 de novembro de 1930, a Legião Revolucionária de São Paulo foi inaugurada por João Alberto, Miguel Costa e Mendonça Lima. Trata-se de uma nova organização política que se associava à vitória da revolução de 1930 e aos “verdadeiros ideais” que lançaram o povo e os militares em armas, pela regeneração da nação.

O ministro da justiça, Oswaldo Aranha, era um dos principais ideólogos da Revolução. Em uma entrevista para o jornal Correio da Manhã, foi perguntado sobre qual era o programa que ele seguia. Sua resposta foi:

“Não tenho, pessoalmente, programa algum. O meu programa é o da revolução. Estou aqui como delegado do povo. Não farei nada contra este e obedecerei aos seus ditames. Até aqui, o povo obedecia aos programas dos governos; agora é o governo que vai obedecer ao povo. O povo quer o programa da revolução e é isto que nos compete fazer. O programa da revolução é moralizar e poupar, sob o ponto de vista administrativo. Hei de cumpri-lo. Serei inflexível contra tudo que for supérfluo e acabaremos com os esbanjamentos” (SILVA, 1972b, p.56).

Em Minas Gerais, a Legião de Outubro possuía características próprias, não se vinculando ao tenentismo. Nomes como Gustavo Capanema, Amaro Lanari e Francisco Campos possuíam inclinações fascistas e eram contrários a aproximações com o movimento operário. A legião foi incentivada pelo interventor Olegário Maciel<sup>82</sup>, porém

---

<sup>82</sup> Em agosto de 1931, Oswaldo Aranha tentou afastar Olegário Maciel da interventoria, não obtendo êxito. Aranha queria tirar o poder de Maciel na interventoria e também exercer o domínio sobre a única legião revolucionária civil do Brasil. Fracassado o golpe, Aranha pediu demissão do Ministério da Justiça no mês de setembro, o que só foi efetivado em dezembro de 1931 (CONNIFF, 1979, p.140). No entanto, Aranha estava certo quanto às suas desconfianças em relação ao interventor mineiro. Olegário Maciel e os oligarcas



era vista com desconfiança por grandes nomes do Partido Republicano Mineiro, como o do ex-presidente Arthur Bernardes. Com teor conservador, a legião mineira era próxima da Igreja Católica e foi precursora do integralismo (FLYNN, 1979).

No Rio Grande do Sul, estado com tradição de partidos políticos fortes, a legião revolucionária não se estabeleceu enquanto força política, tendência promovida por Borges de Medeiros, que endereçou uma carta para Oswaldo Aranha, solicitando ao seu conterrâneo para que não interferisse na política do Rio Grande do Sul (FLYNN, 1979).

Em linhas gerais, apenas nos estados com “oligarquias fortes” a legião revolucionária tenentista não se desenvolveu enquanto força política de notoriedade. No entanto, as oligarquias dissidentes de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, vitoriosas no movimento de 1930, estavam cada vez mais distantes de Vargas no decorrer do processo revolucionário. O ápice deste distanciamento verificou-se nas conspirações feitas por estes dois estados na preparação do levante constitucionalista de 1932, liderado por São Paulo. Estes três estados representavam grandes riscos ao governo Vargas, uma vez que as interventorias tenentistas não conseguiram se estabelecer nestas unidades da federação, que mantiveram a força oligárquica das máquinas eleitorais estaduais.

A literatura especializada em legiões revolucionárias também indica que em outros estados, como o Pará, Goiás, Santa Catarina e Paraná, as legiões revolucionárias seguiam uma disciplina revolucionária de apoio ao governo. No Rio de Janeiro elas chegaram a fazer parte da guarda pessoal do presidente, configurando-se como uma extensão do Ministério da Justiça (CONNIFF, 1979).

Segundo Peter Flynn (1979, p.116), as legiões revolucionárias possuíram o mérito de marcarem “uma das primeiras tentativas sérias de mobilização política nacional”. Porém, o cenário político da década de 1930 era fortemente marcado pelas velhas máquinas estaduais que impediam a efetiva organização política nacional. Nesse sentido, o único grupo genuinamente nacional era o exército, inadequado para a política, porém dotado de uma organização que mobilizou a política no contexto dos anos 30.

Outra pesquisadora que analisa a organização política dos tenentes é Maria Cecília Spina Forjaz. Sua visão a respeito das legiões revolucionárias possui um olhar crítico, dado o caráter elitista e autoritário dos tenentes em relação à política institucional, uma vez que eles eram distantes da mobilização das massas populares, sendo incapazes de

---

dissidentes apoiadores da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 estavam se inclinando para o apoio a reconstitucionalização do país, embalados pela liderança de São Paulo. No entanto, com a deflagração do conflito, Maciel manteve-se fiel ao governo.

organizarem-se em partidos políticos. A autora assinala que as legiões revolucionárias funcionavam como grupos de pressão junto ao poder central e às interventorias federais nos estados, agindo “sempre através da cúpula, sem tentar incluir as massas no processo revolucionário” (FORJAZ, 1983, p.488).

Na análise da Revolução de 1930, verificamos que os momentos posteriores à vitória de um movimento que modifica as lógicas de poder, as lutas entre os grupos passam a ser empreendidas entre os grupos revolucionários que participaram do momento de inflexão. Nesse sentido, a partir da vitória do movimento revolucionário de 1930, essa luta foi empreendida entre os tenentes e os oligarcas dissidentes. A criação de uma conciliação se dá a longo prazo e pactos de poder são ressignificados, em uma lógica na qual “muitas das estruturas do passado são mantidas com maior ou menor transformação, enquanto outras são substituídas” (ANDRADE, 1988, p.18).

A partir dessas análises sobre as legiões revolucionárias e as organizações tenentistas do período pós-1930, a próxima seção analisará como esses grupos se organizaram no Paraná. Também investigaremos quais são as suas relações com o interventor Mário Tourinho e os integrantes do seu grupo político.

### 5.5.2 Legiões Revolucionárias no Paraná e a oposição à interventoria de Mário Tourinho

No Paraná, as legiões revolucionárias tiveram seu início a partir de outubro de 1930, e desde então começaram as dissidências políticas em relação ao situacionismo. A organização política tenentista surgiu a partir da ação dos militares que atuaram no movimento armado de 1930 no estado do Paraná, reunindo também apoiadores civis do movimento tenentista da década de 1920 e da Aliança Liberal.

O primeiro grupo que surgiu a partir dessa linha foi o Centro Revolucionário 5 de Outubro, presidido pelo capitão Viégas da Silva, chefe de polícia do governo Tourinho. Em novembro de 1930 foi fundada a Legião Revolucionária do Paraná, tendo a liderança nacional do tenente-coronel João Alberto. A Legião Revolucionária definia-se como uma “corporação cívica dedicada a congregar todos os patriotas para consolidar e manter os resultados da revolução” (O DIA, 24 de novembro de 1930, p.1), defendendo a reforma dos costumes políticos e o reerguimento da nacionalidade. Uma liderança estadual era o capitão Vicente Mário de Castro, sendo seus fundadores Felinto Teixeira, Clementino

Paraná, Octávio Silveira, Francisco Teixeira de Carvalho, Gaspar Peixoto da Costa e João Garcez do Nascimento.

Em 4 de dezembro de 1930, uma carta para Oswaldo Aranha também incluiu José Moreira Lima, Ottoni Maciel, Paulo Rocha de Chueri como correligionários da Legião Revolucionária do Paraná (OA1930.12.4)<sup>83</sup>.

Em um depoimento de Mário Tourinho concedido a Francisco Negrão, o ex-interventor afirmou que as oposições ao seu governo começaram nas primeiras reuniões da Legião Revolucionária, que ocorriam nas dependências do Teatro Guaíra, com o seu consentimento (NEGRÃO, 1946, p.320).

Outra organização de revolucionários do Paraná consistiu-se no planejamento do Congresso de Revolucionários do Paraná, evento destinado a discutir questões de ordem política, social, econômica, financeira e administrativa do estado, tendo como norte a moralização dos costumes políticos (O DIA. Congresso de Revolucionários do Paraná, 15.jan.1931, p.1). O presidente do congresso foi o capitão Viégas da Silva, e a comissão do evento era composta por nomes como Gastão Buttell, Ary Telles, Cyro Silva e José Guérios, Christovam Vieira da Costa e Antônio Couto Pereira (O DIA. Congresso Revolucionário do Paraná, 21.jan.1931, p.1). Para as comissões por regiões do Paraná, foram eleitos os seguintes presidentes: Regional Norte: Moreira Lima; Sul: Henrique Stadler; Centro: Ayrton Plaisant; Litoral: Genaro Régis (O DIA. Congresso Revolucionário do Paraná: Eleições da mesa e comissões. 22.jan.1931, p.2).

Dissidências de algumas prefeituras uniram-se ao Congresso Revolucionário de Curitiba para realizar críticas a Mário Tourinho. O prefeito de Tomazina, Moreira Lima, apontava para a imprensa de São Paulo que o governo “não iniciou inquérito algum afim de apurar as responsabilidades” do governo anterior. Era necessário organizar meios para que o interventor não se afastasse das normas revolucionárias (O DIA. Com vistas ao sr. General Interventor. 25.fev.1931, p.2).

Em contrapartida, o governo também reuniu um grupo de revolucionários, composto por políticos e militares que foram ativos na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, tais como Plínio Tourinho, o coronel Ottoni Maciel, o major Vicente Mário de Castro, João Cândido Ferreira, Francisco Teixeira de Carvalho, Antônio Jorge Machado da Silva Lima, Catão Mena Barreto, Francisco Paula Soares Neto, Octávio da Silveira,

---

<sup>83</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OAcp1930.12.4. Correspondência a Oswaldo Aranha, sobre a situação política do estado do Paraná, e sobre perseguições políticas e necessidade de reconstrução do estado. São Paulo.

José Pereira de Macedo, capitão Amorety Osório, coronel Roberto Glasser, Francisco Pereira, Antônio Couto Pereira, Ivo Leão, Oscar Joseph Plácido e Silva, Francisco Guérios, José Cabezon e Nerval Silva (O DIA. Grande Reunião Política. 05.fev.1931, p.1).

Alguns destes apoiadores da interventoria de Mário Tourinho se afastaram da linha governista e passaram para a oposição no decorrer do ano, aderindo às legiões revolucionária. Intensificando as críticas à interventoria, a oposição se tornou cada vez mais forte e influente junto ao gabinete de Oswaldo Aranha, fazendo com que as críticas chegassem ao presidente Getúlio Vargas, que lidava com inúmeras crises nas interventorias dos estados.

Uma série de eventos provocaram a crise na interventoria de Tourinho. A oposição começou a ser organizada em dezembro de 1930, a partir da exoneração de Jorge Becher na Prefeitura de Ponta Grossa. Essa cidade foi estratégica para o avanço da Revolução de 1930, sendo escolhida como a primeira sede do governo provisório. Getúlio Vargas e seus oficiais lideraram o movimento instalados em Ponta Grossa. As legiões revolucionárias possuíam grande influência na cidade. Jorge Becher foi o prefeito nomeado por Mário Tourinho logo após a vitória da Revolução de 1930. Notabilizado por ser um dos chefes políticos da Aliança Liberal e por ser um comerciante local influente, Becher possuía o perfil mais ligado às oligarquias dissidentes e ao grupo de apoio ao interventor do que uma ligação com os militares e legionários que articularam o levante. Sua nomeação não agradou a estes grupos, o que fez com que Becher se afastasse do cargo em dezembro de 1930. A expectativa dos grupos tenentistas revolucionários era a de que Tourinho nomeasse alguém que representasse a eles mesmos, e não um prefeito ligado às oligarquias dissidentes, como era o perfil de Becher. No entanto, Mário Tourinho nomeou Ernesto Guimarães Vilela para a prefeitura de Ponta Grossa.

O novo prefeito possuía um perfil de aproximação com o interventor e com as oligarquias dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930. Membro de família tradicional, seu pai, Bonifácio Vilela, era um comerciante português que se instalou em Paranaguá e posteriormente em Ponta Grossa, na segunda metade do século XIX. Obteve o título de comendador na ocasião em que Dom Pedro II visitou Ponta Grossa, no ano de 1880. Casado com Placidina Gonçalves Guimarães, seus capitais familiares foram incrementados, pois o clã Guimarães possuía grande influência no Paraná Tradicional. Ernesto Vilela era portador do título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, 1927).

Ernesto Vilela exercia grande influência política na Primeira República. Morava em uma mansão, juntamente com sua esposa, Sophia Novaes do Canto e Silva, fruto de capitais herdados através do grande comércio da família. Exerceu a prefeitura de Ponta Grossa entre 1896 e 1908. Seus mandatos foram marcados pela construção de ferrovias nos trechos de São Paulo-Rio Grande, além da ferrovia Ponta Grossa-Porto União. Enquanto republicano convicto, os nomes de várias ruas que homenageavam o império foram substituídos por nomenclaturas que faziam referência ao novo regime. Vilela transmitiu a prefeitura da cidade para o seu irmão José Bonifácio Guimarães Vilela (DIÁRIO DOS CAMPOS<sup>84</sup>). Ernesto Guimarães Vilela ainda exerceu os cargos de deputado estadual e vice-presidente do estado (NEGRÃO, 1927).

A trajetória do prefeito nomeado pela “cidade revolucionária” revela a característica de modernização conservadora da Revolução de 1930 e da interventoria de Mário Tourinho, que prestigiava políticos ligados às oligarquias e ao coronelismo dos municípios.

As oposições a Mário Tourinho se espalhavam pelo Paraná. Um dos fazendeiros pioneiros de Cambará, município pertencente à região Norte do estado, Braulio Barboza Ferraz, enviava telegramas a Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, denunciando o interventor Mário Tourinho, que teria se contaminado com a “politiquice”. No município de Cambará, o prefeito foi acusado de cometer irregularidades, e a interventoria teria prometido que abriria um rigoroso inquérito. No entanto, isso não se concretizou e nenhuma autoridade foi afastada<sup>85</sup>. O município de Cambará estaria sendo governado por um elemento “não revolucionário” designado pelo interventor.

Os núcleos municipais da Legião Revolucionária Paranaense das diversas regiões do estado protestavam contra Mário Tourinho, solicitando a sua substituição para Vargas e Aranha. Um deles foi o de Paranaguá, retirando o apoio ao governo do estado, que estava agindo contrariamente ao “espírito da revolução”, quando afastou “oficiais revolucionários”. O telegrama foi assinado por Nelson Dias, presidente do diretório revolucionário do município<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ruas da História: Ernesto Vilela. Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/post/ernesto-vilela>. Acesso em 01.jul.2020.

<sup>85</sup> Arquivo Osvaldo Aranha. FGV CPDOC, OA cp 1930.03.23. Carta de Bráulio Barbosa Ferraz a Osvaldo Aranha, manifestando sua decepção pela atitude de Borges de Medeiros, e informando sobre movimentação militar em São Paulo, na fronteira com o Paraná. Cambará (PR).

<sup>86</sup> Telegrama de Mário Alves Monteiro Tourinho a Osvaldo Aranha comunicando ter enviado telegrama a Getúlio Vargas e ao Ministro da Guerra solicitando medidas a respeito da permanência de um exército em Foz do Iguaçu. Curitiba. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV CPDOC, OA1931.07.09.

Os elementos militares ligados às legiões e clubes revolucionários tenentistas se revoltaram com as práticas políticas da interventoria. Esses elementos revolucionários enviaram uma série de telegramas ao gabinete de Oswaldo Aranha, um dos principais articuladores do governo Vargas com as interventorias, com grande poder de negociação entre os tenentes revolucionários e os oligarcas dissidentes. O fato ocorrido no mês de dezembro de 1930 ecoou nos telegramas dos meses seguintes, que declaravam a retirada do apoio ao interventor pelo fato do mesmo não consultar o “interesse da coletividade” para escolher o novo prefeito de Ponta Grossa, em substituição a Jorge Becher. A diretoria política revolucionária de Ponta Grossa não foi consultada na nomeação de Ernesto Villela para a prefeitura (O DIA. O primeiro grito de oposição. 17.mar.1931, p.2). A cidade de Ponta Grossa reunia os maiores focos de oposição à interventoria de Mário Tourinho. Nesta cidade, ocorreram outros momentos críticos contrários à Tourinho, desencadeados ao longo do ano de 1931.

Desde então, descontentamentos foram cada vez mais recorrentes contra a interventoria, ecoando negativamente no governo federal. O Governo Provisório convivia com uma série de crises nas interventorias dos estados, fato que se repetia no Paraná. A convivência entre os oficiais e civis ligados ao tenentismo revolucionário, contrapostos aos oligarcas dissidentes, realizava-se com dificuldade nos estados, o que provocava profundas crises e trocas nas interventorias.

A crise na interna fez com que Mendonça de Lima, um dos líderes da Legião Revolucionária, escrevesse uma carta para Getúlio Vargas em favor da continuidade de Tourinho na interventoria federal (SILVA, 1972b). Esse movimento admite a existência de uma crise que poderia levar a uma profunda instabilidade política, algo que não era desejado por membros mais moderados do tenentismo revolucionário a nível nacional. O gaúcho Mendonça de Lima conhecia o Paraná, pois comandou o batalhão do 13º Regimento de Infantaria em Ponta Grossa e também pertencia aos quadros do Estado-Maior da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, na ocasião da Revolução de 1930.

Entretanto, os elementos mais radicais do tenentismo revolucionário deram continuidade a ofensiva ao interventor, no nível estadual. A Legião Revolucionária Paranaense, por intermédio do Capitão Manoel Nóbrega, enviava telegramas para Oswaldo Aranha, criticando as ações “não-revolucionárias” de Mário Tourinho. Primeiramente, Manoel da Nóbrega se apresentava a Aranha como um “verdadeiro revolucionário” pois, na ocasião da Coluna Prestes, comandou um destacamento em Itararé, em direção a Miguel Costa. Em um dos telegramas, Manoel Nóbrega denunciava

ao ministro da justiça que o promotor Nestor Ericksen e o professor Amarílio Oliveira foram exonerados porque eram apoiadores da Legião Revolucionária. Afirmava para Aranha as suas diferenças em relação ao governo: “nos momentos incertos do sacrifício fomos idealistas salvadores (...) agora na paz somos perturbadores da ordem”<sup>87</sup>.

Mário Tourinho, em depoimento a Francisco Negrão, relatou as perseguições sofridas por membros da oposição ao seu governo, através de “telegramas mentirosos”, “denúncias falsas” e “relatórios caluniosos” dirigidos a Getúlio Vargas, o que desgastava a sua imagem ante ao chefe do Governo Provisório (NEGRÃO, 1946, p.320).

Como consequência da crise, os rumores do afastamento de Mário Tourinho na interventoria registraram-se com intensidade no início de março de 1931. A imprensa, no entanto, assinalava que Getúlio Vargas prestigiava interventores alheios a competições políticas e partidárias, como era o caso de Tourinho, que também tinha um perfil conciliador, o que não o afastaria da interventoria (O DIA. Tranquelize-se o Paraná: liberto pelas suas próprias mãos, continuará a ser governado pelos seus próprios filhos. 04.mar.1931, p.1).

No entanto, as intrigas políticas que envolviam o Paraná avolumavam-se no gabinete do ministro Oswaldo Aranha. Algumas exonerações que ocorreram na interventoria tinham correspondência com as crises entre o governo e o setor militar, que em parte estava organizado em grupos autointitulados de “revolucionários” e guardiões do legado do movimento outubrista de 1930. A exoneração do capitão Viégas da Silva da Chefatura de Polícia exemplifica tais tensões, tendo o interventor nomeado o capitão Catão Menna Barreto Monclaro para substituí-lo (O DIA. O novo chefe de polícia. 05.mar.1931, p.1).

Essa troca na chefatura de polícia demonstra o fato de Tourinho ter, no setor militar de seu governo, inimigos políticos que conspiravam contra ele. Viégas da Silva era membro da Legião Revolucionária, e assinava, juntamente com outras lideranças, diversos telegramas endereçados a Getúlio Vargas e a Oswaldo Aranha, contendo reclamações contra o interventor.

Mas a troca de chefe de polícia não resolveu a crise interna na sua interventoria. A influência do tenentismo revolucionário era muito intensa no setor militar, algo que foi possibilitado pelo fato desses elementos não terem conexões com as oligarquias

---

<sup>87</sup> Telegrama de Manuel da Nóbrega a Oswaldo Aranha informando acerca das hostilidades promovidas por Mário Tourinho contra partidários da Legião Paranaense, e solicitando sua transferência da Guarnição do Paraná. Curitiba. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcP1931.07.22.

dissidentes locais. Ao contrário, muitos elementos militares não eram nascidos no estado, e viam na Revolução de 1930 uma possibilidade de ascensão política, pois ela unia os ideais de centralização estatal e moralização dos costumes políticos, bandeiras levantadas pelo tenentismo desde os anos 1920. A influência exercida por eles não possuía o filtro dos oligarcas locais, e era praticada diretamente no Palácio do Catete.

Menna Barreto, substituto de Viégas da Silva na chefatura de polícia, também era alinhado politicamente com os “tenentes revolucionários”. Lutou na Revolução de 1930 e angariou grande prestígio durante a sua trajetória militar. Permaneceu durante alguns meses na interventoria de Mário Tourinho.

No início de sua gestão, ocorreu um fato relevante para a demonstração de força dos irmãos Tourinho em relação ao setor militar instalado no Paraná. Em março de 1931, a guarnição militar do Paraná emitiu a Vargas um telegrama de apoio e solidariedade ao interventor Tourinho, criticando o envio de telegramas de civis e militares com julgamentos internos ao governo diretamente para o Rio de Janeiro. Nas palavras desse grupo de oficiais, os elementos militares que exerciam oposição a Tourinho dirigiam-se “às altas autoridades da nação, usando de títulos revolucionários, muitas vezes fictícios, passando por cima das autoridades intermediárias afim de conseguir prestígio e obter recompensas desmerecidas” (O DIA. A guarnição militar do Paraná declara ao sr. Getúlio Vargas que apoia o governo Tourinho. 10.mar.1931, p.2). Esse manifesto demonstra que os oficiais instalados no Paraná tinham orientações diversas e pontos de vista diferentes quanto à interventoria de Mário Tourinho. Ao que tudo indica, o foco de oposição centralizava-se em Ponta Grossa, e não refletia à percepção da totalidade dos oficiais. Porém, o grupo de Ponta Grossa possuía alta capacidade de mobilização local e influência junto ao governo federal.

A crise entre a interventoria e o setor militar se acentuou com o pedido de exoneração de Plínio Tourinho da Chefia do Estado-Maior da 5ª Região Militar para assumir a chefia do Serviço de Engenharia (O DIA. O Major Plínio Tourinho deixou a chefia do Estado Maior da Região. 13.mar.1931, p.2). Plínio Tourinho possuía grande prestígio junto aos oficiais da guarnição local, devido à liderança exercida na Revolução de 1930. Esse fato revela a existência de grandes disputas entre as chefias militares no âmbito nacional, pois a 5ª Região Militar é estratégica para o Exército Brasileiro. Em contrapartida, o cargo de chefe do Serviço de Engenharia também possuía notória importância, o que demonstra o reconhecimento do governo central em relação à família



Tourinho. No entanto, a influência exercida por Mário Tourinho quanto à guarnição militar local foi enfraquecida com a troca de cargo efetivada por Plínio Tourinho.

A oposição declarada ao interventor Mário Tourinho foi divulgada na imprensa a partir da metade de março de 1931. Ela foi orquestrada por um grupo de oficiais de Ponta Grossa, através do envio de telegramas encabeçado por Ayrton Plaisant para diversas autoridades, como o ministro da guerra, Goés Monteiro, o ministro da justiça, Oswaldo Aranha, e outras lideranças da revolução, como Lima Cavalcanti, o capitão Amorety Osório, o coronel João Alberto, o capitão Juarez Távora e o general Flores da Cunha.

Em contrapartida, declarações públicas de solidariedade ao interventor foram propagadas por diversas lideranças, como o ministro do trabalho, Lindolpho Collor, prefeitos, diretórios municipais revolucionários, associações empresariais e operárias, entre outras autoridades e instituições. A resposta de Getúlio Vargas às instabilidades política do Paraná ocorreu em uma conferência realizada em Petrópolis, sobre a situação econômica do Paraná, na qual estavam presentes o próprio presidente, Plínio Tourinho, Fidelis Reginato (ACP) e Arthur Obino (Chefe de gabinete, Ministério da Justiça). Nessa ocasião, Vargas reafirmou absoluto apoio e confiança em Mário Tourinho (O DIA. O Chefe da Nação...reafirma o seu absoluto apoio e integral confiança ao interventor. 20.mar.1931, p.1). Percebe-se que as bases de apoio ao interventor eram provenientes dos municípios (os prefeitos eram nomeados pelo interventor), das classes patronais (sobretudo a Associação Comercial do Paraná), e dos movimentos operários. A ideia de conciliação de classes pelo governo de Getúlio Vargas era também preconizada no Paraná, através do apoio de entidades de classe como a União Operária do Paraná ao governo Mário Tourinho (O DIA, 04 de dezembro de 1930, p.1). Na ocasião em que Lindolpho Collor, ministro do trabalho, visitou o Paraná, as sociedades operárias se organizaram para recepcioná-lo, sendo ele também recebido na Associação Comercial do Paraná (O DIA. O ministro Collor na terra paranaense 13.mar.1931, p.2). Lideranças militares nacionais como o já mencionado Arthur Obino informavam a Mário Tourinho que a interventoria paranaense continuava a merecer toda a confiança do governo central, com o apoio do Ministro da Guerra, Góes Monteiro.

No entanto, os ataques à interventoria continuaram. O setor militar entrava em contato com Oswaldo Aranha para denunciar elementos perrepistas no Norte do Paraná. A oposição entre os militares ligados ao tenentismo, arautos dos “ideais revolucionários” e a interventoria de Tourinho possuía como principal motivo o fato dos militares sentirem-se preteridos em relação aos oligarcas dissidentes. Muitos desses agentes políticos tinham

ocupado cargos na Primeira República e pertencido ao Partido Republicano Paranaense. Em um dado momento, alguns desses agentes aderiram às oligarquias dissidentes, apoiando o Partido Democrático Paranaense, a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porém, no ponto de vista do tenentismo revolucionário, esses elementos eram “perrepistas”, ou seja, tinham alinhamento com os políticos depostos e com os membros do governo Affonso Camargo.

Uma liderança da Legião Revolucionária Paranaense chamada Otto Campos também telegrafou a Oswaldo Aranha relatando que um grande número de perrepistas continuavam em cargos que ocupavam antes da revolução e outros elementos desse grupo foram nomeados depois do movimento de outubro de 1930. Tais práticas eram vistas como afrontas aos legionários e revolucionários paranaenses<sup>88</sup>.

Na análise das nomeações feitas por Mário Tourinho, observamos que o interventor prestigiava muito mais as oligarquias dissidentes do que os membros do tenentismo revolucionário. Dessa maneira, a oposição ao seu governo se intensificou, manifestando-se através das mais diferentes formas de ação, de telegramas e viagens ao Rio de Janeiro até a insuflação de greves e manifestações.

Em um telegrama datado de 27 de março de 1931, Moreira Lima, prefeito de Tomazina, informou ao ministro Oswaldo Aranha que a interventoria de Tourinho estava enfraquecendo os verdadeiros revolucionários. Para Moreira Lima, na nomeação do prefeito de Ribeirão Claro, Tourinho substituiu o delegado José Mattoso por um elemento ligado ao Partido Republicano. Moreira Lima solicitava a intervenção do governo federal para anular tal ato<sup>89</sup>. Esse telegrama indica a existência de prefeitos nomeados por Mário Tourinho que pertenciam à Legião Revolucionária Paranaense, crítica em relação ao seu governo. Seus membros conspiravam contra o interventor de maneira permanente.

Uma acusação constante à interventoria de Mário Tourinho referia-se à ineficiência quanto ao andamento dos inquéritos e investigações dos governos do Partido Republicano Paranaense. Os legionários, defensores dos ideais “saneadores” da Revolução de 1930, exigiam o levantamento de supostos casos de corrupção e imoralidade dos governos de Caetano Munhoz da Rocha e de Affonso Camargo. A punição dos agentes desses governos era um objetivo defendida pelo tenentismo

---

<sup>88</sup> Correspondência a Oswaldo Aranha, acerca da grave situação política no Estado do Paraná devido a atuação do interventor Mário Tourinho e familiares. Araranguá (SC), Porto Alegre. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcP1931.06.24/5.

<sup>89</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA cp 1931.03.27/2 . Telegrama de José Kenitz Lima a Oswaldo Aranha sobre nomeações de partidários do antigo governo no Paraná. Chavantes (PR).

revolucionário, que culpava a interventoria de Mário Tourinho em não agir com rigidez e firmeza. Essas reclamações eram enviadas para o gabinete de Oswaldo Aranha, considerado um aliado civil dos tenentes nos estados.

Diante das acusações de que a interventoria era mancomunada com os interesses do governo deposto, Oswaldo Aranha cobrava informações sobre o andamento das investigações referentes aos atos do período pré-1930. Mário Tourinho respondia que os antigos presidentes Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Camargo estavam sendo alvos de inquéritos para apuração de irregularidades. Em um telegrama, datado de 27 de março de 1931, Tourinho informou a Aranha que os bens de Marins Camargo foram interditados<sup>90</sup>. Assim que o interventor tinha ciência das críticas e acusações sofridas pelo seu governo, ele buscava oferecer satisfações aos membros do governo central, pois devia o seu cargo e posição a eles.

Em abril de 1931, novas reclamações ao interventor foram encaminhadas ao governo central. Francisco da Rocha Leite, um morador de Jaguariaíva, enviou uma carta a Oswaldo Aranha, com a data de 4 de abril, informando-o que o município de São José da Boa Vista, governado por perrepetistas despóticos, continuam no poder. Um “reacionário” chamado Benedito Correia de Vasconcellos, que lutou ao lado dos paulistas, foi nomeado prefeito da cidade, a despeito de sua ação contra as tropas revolucionárias. A política do Paraná era composta exclusivamente de elementos da situação deposta, que militaram ao lado de Munhoz da Rocha e Affonso Camargo. Segundo o telegrama, a interventoria de Tourinho perseguia os elementos revolucionários. Entre os verdadeiros homens comprometidos com a revolução, Leite citou o comandante Vicente Mário de Castro, o capitão Paulo Rocha Al-Chueyr, entre outros<sup>91</sup>. O telegrama de Francisco Leite está relacionado, portanto, à militância da Legião Revolucionária, visto que ele cita justamente membros dessa organização. Vicente Mário de Castro participou dos movimentos tenentistas dos anos 1920, apoiou a Aliança Liberal e foi uma das lideranças da Revolução de 1930. Após a vitória do movimento, vinculou-se à ala da esquerda revolucionária. O capitão Al-Chueyr foi uma das lideranças da Revolução de 1930, e foi nomeado prefeito de Siqueira Campos. Ele tinha uma atuação

---

<sup>90</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC OA cp 1931.04.08/1. Telegrama de Mário Alves Monteiro Tourinho a Oswaldo Aranha sobre remessa de processos, com o envolvimento do ex-presidente do estado, Munhoz da Rocha. Curitiba.

<sup>91</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA cp 1931.04.04/5. Carta de Francisco da Rocha Leite a Oswaldo Aranha denunciando que a maioria dos cargos políticos na cidade de São José da Boa Vista (PR) estavam sendo ocupados por contra-revolucionários. Jaguariaíva (PR).

crítica ao interventor Tourinho. Em linhas gerais, a oposição ao interventor era espalhada nos municípios do estado e também remetia as suas reclamações contra o interventor diretamente para o gabinete do ministro Oswaldo Aranha. As legiões revolucionárias espalhadas pelos estados eram consideradas como patrocinadas por Oswaldo Aranha. O ministro da justiça via com simpatia o movimento revolucionário legionário, que promoveria o “aperfeiçoamento da nacionalidade” e a elevação no nível moral e intelectual do processo revolucionário.

Os membros da Legião Revolucionária Paranaense viajavam ao Rio de Janeiro para reunirem-se com Oswaldo Aranha, debatendo o cenário político no estado. Em uma das cartas a Oswaldo Aranha, destacava-se o teor de algumas reuniões, datada do dia 7 de maio de 1931. Afirmava-se que a Legião Revolucionária era o “meio único de congregar valores, de disciplinar e orientar o pensamento e a ação” política do estado. Denunciava-se que o Diretório Revolucionário, comandado pela cúpula da interventoria estadual, transformou-se em uma “esdrúxula e injustificável corporação política”, na qual preponderavam os interesses pessoais, afastando os revolucionários<sup>92</sup>.

Oswaldo Aranha ouvia a Legião Revolucionária Paranaense para coletar informações a respeito da política local. Isso era uma característica fundamental da nova fase da república brasileira, inaugurada pela Revolução de 1930: a centralização do poder.

Quando perguntado sobre a sua opinião a respeito da Legião Revolucionária Paranaense, que direcionava telegramas ao seu gabinete ministerial, Aranha afirmava que o governo federal não apoiava e nem reprovava a organização no Paraná, chegando a telegrafar para Mário Tourinho para informa-lo que a Legião não tinha caráter político ou oficialista, e sim “instituições de ordem privada que merecem simpatias quando orientadas pelas altas finalidades da Pátria” (O DIA. A legião paranaense e o ministro Oswaldo Aranha. 25.jun.1931, p.8).

As divergências políticas internas que abalavam as interventorias nos estados eram sintomas da falta de da organização partidária que se verificava desde o início do governo provisório. A instabilidade interna também era aumentada com as relações diretas entre elementos civis e militares em relação ao governo central, através do envio de telegramas, da realização de reuniões nos palácios da capital federal e da

---

<sup>92</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA cp 1931.05.07/1 Carta de Stoll Nogueira a Oswaldo Aranha sobre a situação política no Paraná, e sobre o enfraquecimento do Diretório Revolucionário, propiciando a ocasião para a instalação oficial da Legião de Outubro. Curitiba.

desqualificação do governo estadual por parte de opositores com influência política junto às forças nacionais.

Nos regimes políticos democráticos, os partidos são órgãos essenciais para o equilíbrio e a organização política. O governo provisório possuía como diretriz a reorganização das instituições, e as organizações partidárias faziam parte deste pacote. Assim, as dissensões e discórdias políticas internas seriam neutralizadas por programas definidos, pela realização de assembleias, eleições de diretórios, disputas entre correntes, entre outras ações. No Paraná, a política estava dividida entre governistas, oposicionistas, perrepeistas, independentes e legionários, que não estavam devidamente organizados e muitos dos seus agentes estavam praticando ações que instabilizavam as relações entre o governo federal e a interventoria, através do fomento de intrigas e críticas. Algumas dessas desagregações era neutralizadas diretamente por Plínio Tourinho, irmão do interventor, junto ao presidente Vargas.

O discurso dos que defendiam o interventor era o de que ele não dependia de correntes políticas internas, e sim representava a “emanação direta do governo da união” e unicamente dele dependia.

As críticas à Tourinho não eram dirigidas exclusivamente à sua administração, mas sim à sua própria pessoa e à sua família. Os seus opositores assinalavam que Mário Tourinho não era revolucionário, pois combateu os tenentes em São Paulo no ano de 1924. Por sua vez, seu parente Diógenes Tourinho combateu as tropas comandadas por Isidoro Dias Lopes no Paraná. A ação militar de Tourinho no combate aos grupos tenentistas sempre foi lembrada pelos seus opositores no período de sua interventoria.

Um telegrama enviado para o jornalista tenentista gaúcho André Carrazzoni, em junho de 1931, oferecia detalhes sobre a interventoria no Paraná e a crise política que acometia o estado:

“aqui o ambiente político é por demais pesado, esperando-se grandes novidades para qualquer momento, devido os desmandos dos Tourinhos, estando no Rio uma comissão representando os autênticos revolucionários e de outro lado Plínio Tourinho e o general comandante desta região, que segundo se afirma foram chamados indo Plínio no lugar do irmão Mário, Interventor. O Interventor com seus amigos tem feito diversas reuniões secretas, dizendo-se cá fora, que trata-se de resistência no caso de ser substituído, com o apoio do P.D. de São Paulo e outros elementos, com alianças com os reacionários”<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA cp 1931.06.24/5 Correspondência a Oswaldo Aranha, acerca da grave situação política no Estado do Paraná devido a atuação do interventor Mário Tourinho e familiares. Araranguá (SC), Porto Alegre.

Esse telegrama foi enviado por membros da Legião Revolucionária para o aliado político André Carrazzoni, que exercia influência junto ao Palácio do Catete, devido à sua militância jornalística. O conteúdo dessa fonte evidencia a ida de opositores dos irmãos Tourinho para o Rio de Janeiro para criticar o cenário político paranaense, relacionando o governismo estadual como alinhado aos oligarcas do Partido Democrático de São Paulo.

Embora parte da guarnição federal do Paraná manifestasse a sua solidariedade ao interventor Mário Tourinho diante dos rumores de seu afastamento, no início de julho de 1931 essa dinâmica se inverteu, tendo algumas lideranças defendido sua destituição para Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. Estes opositores afirmavam que o Paraná uma dívida e um compromisso com aqueles que fomentaram a revolução em outubro de 1930, sendo a interventoria de Tourinho irreconciliável com as autodeclaradas oposições revolucionárias. A saída de Tourinho era também motivada pelo “pouco treino da atividade política” do interventor e pela falta de capacidade em resolver problemas domésticos (O DIA. Cartas na mesa. 09.jul.1931, p.1).

Diante da crise política, o interventor Mário Tourinho solicitou a transferência de alguns oficiais federais aquartelados no Paraná para outros estados. Todos os oficiais eram dissidentes, exercendo a oposição declarada ao governo Tourinho (O DIA. A pacificação violenta dos arraiais revolucionários. 10.jul.1931, p.1).

Tal atitude do interventor gerou um conjunto de desentendimentos com o Ministério da Guerra. Os oficiais relataram pessoalmente para o titular da pasta, o general Leite de Castro, que haviam sido removidos do Paraná por serem dissidentes e opositores a Tourinho, tratando-se de uma “tática política do governo para combater inimigos” (O DIA. O caso do Paraná. 29.jul.1931. p.1). O general Leite de Castro, solidarizando-se com os militares, tornou sem efeito as suas remoções. A intervenção do ministro não foi aceita pelo general Pereira de Vasconcellos, comandantes da 5ª Região Militar, que pediu a sua exoneração do cargo pela incompatibilização com o governo federal. Nesse momento, a permanência de Mário Tourinho foi seriamente comprometida, pois além da crise militar, econômica e política que o Paraná atravessava, suas relações com as pastas ministeriais do governo federal estavam enfraquecidas. Uma reconciliação geral das forças revolucionárias era fundamental para a estabilização do governo.

Como reação, diversas lideranças do Paraná enviaram telegramas a Getúlio Vargas manifestando solidariedade ou interventor Tourinho, entre elas o Instituto de

Engenharia do Paraná, a Ordem dos Advogados do Paraná, os industriais do Paraná, o Ginásio Paranaense, a os prefeitos municipais, sua equipe de secretários e diretores, etc.

As classes dominantes também demonstravam o apoio ao interventor Mário Tourinho. Em um telegrama, a Associação Comercial do Paraná reafirmava a Oswaldo Aranha a sua solidariedade ao interventor, apontando, no entanto, que o Paraná estava passado por uma crise econômica que necessitava do auxílio direto do tesouro da união aos cofres estaduais<sup>94</sup>.

Uma manifestação de apoio ao interventor Mário Tourinho ocorreu em Curitiba, saindo do Palácio do Governo para a residência de Plínio Tourinho, irmão do interventor. Sua mística foi utilizada para incrementar a imagem do governo, digno do “apoio do povo” paranaense. Sua representação “general, mentor e alma” da revolução no Paraná o identificava como “intérprete fiel de seus conterrâneos e do sentir da guarnição militar aquartelada”. (O DIA. A grande homenagem que hoje será prestada ao Gal. Mário Tourinho e ao Cel. Plinio Tourinho. 01.ago.1931, p.1). A manifestação contou com a presença de lideranças como Antônio Jorge Machado, Pinheiro Lima, Macedo Filho, o Padre Leopoldino Fernandes, Walfrido Piloto, Lúcio Ferreira e Gastão Chaves. Nesta ocasião, Mário Tourinho discursou:

“Não nos moveram inspirações de mando, nem ambições pessoais, nem sentimentos outros que não fossem (...) as convicções profundas de bem servir à terra dos nossos maiores, com a contribuição integral dos nossos trabalhos, na obra geral de regeneração política e administrativa da nossa pátria (...) Na moralização e o reajustamento do nosso regime financeiro tem-se consumido as energias (...) Ao cargo, a que nos trouxe a confiança do povo da nossa terra e, logo após, a do chefe da nação, não nos prendem laços de ambições, nem laivos de vaidade”. (O DIA. As manifestações de ontem. 02.ago.1931, p.1).

Plínio Tourinho discursou na presença de operários, agricultores, industriais, comerciantes, funcionários públicos e acadêmicos presentes na manifestação de apoio e solidariedade ao seu irmão Mário Tourinho. Além disso, ele também enviava telegramas para Getúlio Vargas assinalando que o Paraná foi uma das vanguardas da Revolução de 1930.

Mesmo com a demonstração de forças por parte da interventoria, a Legião Revolucionária Paranaense manteve a sua oposição ao governo Tourinho, divulgando manifestos de críticas ao governo, assinados pelo seu secretário-geral, Octávio da

---

<sup>94</sup> Telegrama de Paulo Tacla a Oswaldo Aranha comunicando que a situação do Paraná caracteriza-se pelo grave problema econômico, e comentando que Humberto Molleta é o único paranaense capaz de solucionar o caso do Paraná. Curitiba. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcP1931.07.28/7.

Silveira, juntamente com a diretoria composta por Walter Gastão Buttel, Francisco Guérios, Lindolfo Barbosa Lima e o capitão Viégas da Silva (O DIA. Legião Paranaense- Comunicado da secretaria geral. 15.ago.1931, p.4).

A permanência de Plínio Tourinho no comando da 5º Região Militar era posta em questionamento por oficiais que exerciam influência no gabinete de Getúlio Vargas. Essa crise militar ocorria desde janeiro de 1931. No entanto, esse afastamento pretendido por rivais de Tourinho nas Forças Armadas era dificultado pelo fato de que Plínio Tourinho havia sido o preparador e chefe do movimento de outubro no Paraná, assumindo a responsabilidade de dirigi-lo durante todo o processo. Por seu histórico, Tourinho era ídolo dos paranaenses, e seria injusto o Ministério da Guerra afastá-lo da 5º Região Militar<sup>95</sup>.

Na crise de agosto de 1931, Plínio Tourinho entrevistou pelo irmão através de telegramas, cartas e reuniões com Vargas. Em uma das cartas, Plínio ressaltava que tudo o que ocorria no Paraná não passava de boatos, e que o presidente sempre afirmava que não resolveria nada sem lhe pedir informações. Nesse sentido, Plínio Tourinho acusou o Major João Mendonça Lima de abusar da confiança do Ministro da Guerra, o general Goés Monteiro, a partir do momento em que o major afirmou aos oficiais revoltosos que o interventor Mário Tourinho seria demitido da interventoria, resolvendo, assim, a crise militar<sup>96</sup>. João Mendonça Lima, conforme já assinalamos, era um elemento de alto prestígio na Legião Revolucionária Paranaense, pois conhecia o Paraná e tinha uma militância pautada nos ideais tenentistas, centralizadores e nacionalistas.

Diante da crise, Mário Tourinho chegou a escrever uma carta que ensaiava a sua demissão da interventoria federal. Publicada pelo jornal “O Dia”, o conteúdo direcionava-se aos operários, agricultores, industriais e comerciantes do estado, bem como ao chefe do Governo provisório, assinalando a importância dos ideais do movimento revolucionário em prol da moralização dos costumes políticos e regeneração administrativa, colocadas em prática pelo seu governo em diversas ocasiões (NEGRÃO, 1946).

---

<sup>95</sup> Carta de João de Mendonça Lima a Getúlio Vargas solicitando a permanência de Plínio Tourinho no comando da 5º Região Militar, sediada no Paraná. São Paulo (Vol. II/7). Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.01.24.

<sup>96</sup> Carta de Plínio Alves Monteiro Tourinho a Getúlio Vargas enviando telegrama de Mendonça Lima contendo informações sobre a situação política no Paraná e sobre a substituição do Interventor. Curitiba (Vol. III 35). Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.08.29



Percebemos que a oposição a Mário Tourinho não era proveniente das classes dominantes locais, mesmo com a crise econômica na qual o estado passava, e também não tinha base nas oligarquias dissidentes. Esses dois grupos faziam parte das bases sociais que mantinham Mário Tourinho no poder. A oposição ferrenha contra a sua interventoria era originária das Forças Armadas e dos elementos aquartelados no Paraná, com influência nos gabinetes do governo federal e com organização a partir da Legião Revolucionária.

Tratava-se, portanto, de uma crise militar que questionava a legitimidade da interventoria de Tourinho no Paraná. Plínio Tourinho tentou neutralizar as oposições locais, deslocando elementos militares de oposição para outras localidades. Isso não foi bem recebido por lideranças militares nacionais, o que gerou oposições à Plínio Tourinho. Na próxima seção, analisaremos os elementos que agravaram a crise na interventoria de Mário Tourinho e as ações do governo central para a resolução de divergências.

## **5.6 OS DESAFIOS DA INTERVENTORIA DE TOURINHO E A PROCESSO DE CRISE POLÍTICA**

Enquanto o governo passava por uma crise política e militar, os problemas econômicos avolumavam-se no Paraná, tais como as questões de dívidas externas, os vencimentos atrasados dos funcionários e o crescimento dos juros das dívidas dos cofres públicos. Ante essa situação, o governo reuniu-se com a Associação Comercial do Paraná e os gerentes dos principais bancos instalados no estado para montar um plano financeiro que previa a criação de uma caixa de amortização, gerida com autonomia (O DIA. O Plano financeiro do governo do Estado. 02.ago.1931, p.1).

A ACP era um dos principais espaços para a defesa da interventoria de Mário Tourinho. Com os avanços oposicionistas, políticos situacionistas começaram a se organizar em partidos políticos revolucionários de apoio ao governo. A reunião de lançamento do Partido Liberal Paranaense (PLP) ocorreu na sede da Associação Comercial do Paraná, sendo presidido por Joaquim Pereira de Macedo, com a presença de Antônio Jorge Machado da Silva Lima, Roberto Glasser, Benjamin Lins, Oscar Joseph de Plácido e Silva e Antônio Couto Pereira (O DIA. A sessão plenária do PLP. 16.ago.1931, p.2).

O perfil do PLP era altamente governista, aliando o grupo oligárquico dissidente e as forças econômicas que apoiaram a Revolução de 1930 no Paraná. Conforme já vimos nos capítulos anteriores, esses grupos se confundiam nos anos 1920 e continuaram a atuar politicamente no período pós-1930. Joaquim Pereira de Macedo era prefeito de Curitiba, Antônio Jorge Machado era Diretor de Ensino, Roberto Glasser era membro da ACP, Couto Pereira era aliado militar de Plínio Tourinho e Benjamin Lins era sócio da Gazeta do Povo, juntamente com Plácido e Silva. É importante ressaltar que esse grupo era altamente homogêneo, pois o passado político de todos esses fundadores do Partido Liberal era integrantes da Aliança Liberal no Paraná.

A primeira convenção do Partido Liberal elegeu o diretório do partido, sendo escolhidos Joaquim Macedo, Ottoni Maciel, Antônio Jorge Machado, Benjamin Lins, o coronel Cícero Costard, Alceu Ferreira, o coronel Roberto Glasser, Arthur Obino e Antônio Couto Pereira. Os suplentes eleitos para o diretório foram: Fidelis Reginato, Wimond de Lima, José Pereira de Macedo, Djalma Lopes, Braulio W Lima, Durval Ferreira, Romário Fernandes e João Cabezon (O DIA. Organiza-se o Partido Liberal Paranaense. 16.ago.1931, p.2).

Na análise desses nomes, percebe-se a presença de oligarcas dissidentes históricos, tais como Ottoni Maciel, envolvido no episódio de não-reconhecimento da vitória de João Cândido Ferreira, em 1907, ocasião em que era vice-presidente do Paraná na chapa. O filho de João Cândido Ferreira, Alceu Ferreira, também era membro do Partido Liberal. Outros nomes, como Fidelis Reginato, José Pereira de Macedo, eram ligados às antigas oligarquias dissidentes e às organizações patronais, como a Associação Comercial do Paraná.

Mesmo com a reação governista, possíveis nomes para a substituição de Mário Tourinho começaram a circular no Rio de Janeiro, através de rumores de que o Major Mendonça Lima foi convidado por um grupo de militares da guarnição de Curitiba para assumir o cargo, que também teria sido oferecido para Felinto Muller, oficial de gabinete do ministro da guerra (O DIA. O caso do Paraná. 25.ago.1931, p.1).

O “caso do Paraná” era público e notório, uma vez que era eminente a substituição de Tourinho na interventoria. O jornal “O Dia”, de alinhamento governista, chegou a admitir que era necessário escutar as demandas e críticas da oposição para se chegar a um consenso:

“os opositoristas ao atual governo não são ambiciosos vulgares, destes que aspiram o poder pelo poder, pela sede de conquistas de posições e de cargos. Um Vicente Mário de Castro ou um Amorety Osório para citarmos apenas duas figuras primordiais da Revolução no nosso Estado, estão acima de qualquer suspeita de interesse subalterno” (O DIA. Caso do Paraná? Não, equivoco... 30.ago.1931, p.1).

A posição de Tourinho estava comprometida devido ao fato dele ser combatido justamente pelos agentes que o elevaram ao governo, membros da guarnição federal. (O DIA. Caso do Paraná? Não, equivoco... 30.ago.1931, p.1). Vicente Mário de Castro e Amorety Osório, membros da Legião Revolucionária, lutaram favoravelmente à Revolução de 1930 no Paraná, e seus nomes eram muito prestigiados entre os revolucionários, mas não entre os membros do governo. Para a neutralização de tais divergências, seria necessária a formação de uma frente única do situacionismo dominante em prol da pacificação política (O DIA. É o Paraná quem exige! 01.set.1931, p.1). Somente com a frente única seria possível manter Mário Tourinho na interventoria, algo que não se concretizou a partir da criação do Partido Liberal Paranaense.

A ação histórica da marcha comandada por Miguel Costa nos municípios de Mallet e Ponta Grossa foram essenciais para a vitória do movimento de outubro de 1930, conforme a narrativa revolucionária local. No entanto, segundo o que aponta um telegrama de Antônio Sá, cidadão de Mallet, escrevendo à Aranha e Vargas, os verdadeiros atores desse movimento foram esquecidos, tais como Ottoni Maciel, “grande espírito” aliancista e revolucionário. No Paraná, a inércia era evidente se comparado ao país, a caminho da constitucionalização. A interventoria nada tinha feito para moralizar os quadros políticos, pois conservava os inimigos que a revolução combateu, mantendo-os em suas posições e cargos<sup>97</sup>.

Um dos possíveis substitutos indicados pelos legionários aos telegramas do Arquivo Oswaldo Aranha foi o de Raul Munhoz, que reuniria “qualidades primordiais” para “harmonizar as correntes políticas divergentes” no Paraná<sup>98</sup>. Conforme já indicamos, outro nome prestigiado para a interventoria era o de Ottoni Maciel, uma das lideranças da Aliança Liberal no Paraná.

<sup>97</sup> Carta de Antônio Sá a Oswaldo Aranha afirmando que no Paraná os inimigos da moralidade conservaram seus postos em detrimento dos verdadeiros revolucionários como o coronel Otoni Maciel. Mallet (PR). Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcP1931.08.15/04.

<sup>98</sup> Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OA cp 1931.11.13/1. Telegrama da Legião Paranaense a Oswaldo Aranha protestando contra as ameaças de que eram vítimas seus correligionários. Curitiba.

Nesse sentido, alguns legionários criticavam a interventoria de Tourinho e indicavam nomes que poderiam ser mais viáveis para a aglutinação de forças políticas em disputa, em uma frente única. Raul Munhoz era membro do exército prestigiado pelas oligarquias dissidentes, sendo membro de uma família tradicional da classe dominante paranaense e portador do título Carrasco dos Reis (NEGRÃO, 1926, p. 241). Ottoni Maciel era a mais importante liderança oligárquica da Primeira República, autor do livro “Bastidores Políticos”, que retratou a inflexão política de 1907.

Outro nome da Legião Revolucionária, Paulo Tacla, indicava elementos com alta relação com os tenentistas revolucionários. Um desses nomes era o de Humberto Molleta para a interventoria, em substituição a Mário Tourinho<sup>99</sup>. Trata-se de um desconhecido na política paranaense, ligado à militância anticlerical nas escolas e à defesa dos direitos das mulheres (TOURINHO, 1985, p.299)<sup>100</sup>. Ele também pertenceu à Loja Maçônica Cardoso Junior<sup>101</sup>. Mais tarde, ele se tornou diretor da Petrobras<sup>102</sup>.

#### 5.6.1 A criação do Conselho Consultivo do Paraná

No limiar da crise política, medidas administrativas do governo federal buscaram modernizar o aparato administrativo das interventorias. O Código dos Interventores determinava regras para todos os delegados do governo federal nos estados, e discriminava que cada um deles possuísse um Conselho Consultivo, cujos agentes orientariam os interventores em suas ações administrativas (O DIA. Limites ao espírito revolucionário. 03.set.1931, p.1). A ideologia corporativa era evidenciada através da defesa da tecnocracia, da representação técnico-profissional e dos conselhos técnicos, elementos empreendidos pelo governo central.

Mas os Conselhos Consultivos não foram criados apenas com a intenção de modernizar a máquina administrativa. No decorrer do ano de 1931, o governo provisório percebeu que precisava neutralizar ainda mais o poder dos interventores federais. O

<sup>99</sup> Telegramas a Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha sobre o desembarque das forças armadas em Paranaguá, a fim de evitar manifestações pela memória de João Pessoa. Paranaguá, Curitiba (PR). Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAc1931.07.26/7.

<sup>100</sup> TOURINHO. Toiro Passante República Velha.

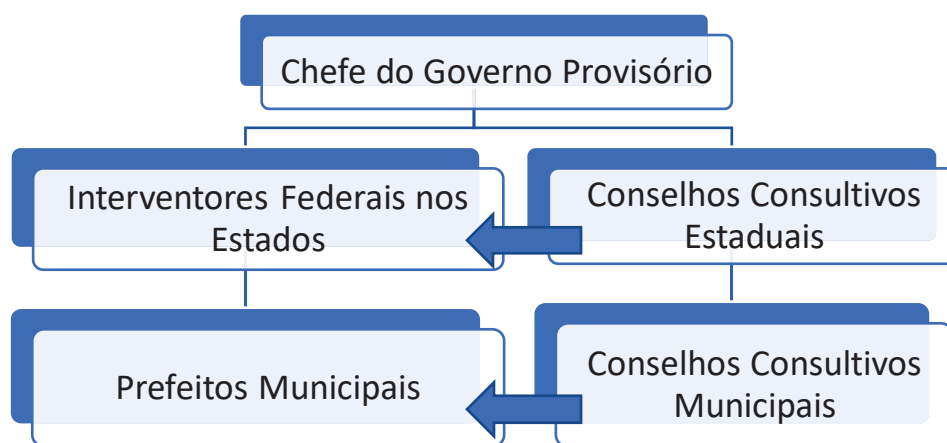
<sup>101</sup> MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0661\\_obreiros.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0661_obreiros.htm). Acesso em 09.jul.2020.

<sup>102</sup> BRASIL. Departamento. Administrativo do Serviço Público. Serviço de Documentação. Revista do Serviço Público, vol.96. Brasília: Imprensa Nacional, 1964.

gabinete de Vargas já exercia controle através dos recursos que poderia interpor em relação aos atos das interventorias nos estados. Além disso, importantes nomeações de funcionários eram realizadas pelo governo provisório. Porém, era necessário que o governo central concentrasse mais poder, dentro da lógica de centralização política. Para isso, surgiu o Código dos Interventores, uma normativa feita para neutralizar o poder dos tenentes-interventores, militares ou civis, que apresentavam dificuldades para a permanência no cargo, devido aos conflitos com as classes dominantes locais.

Segundo Edgard Carone, trata-se de uma vitória da ofensiva oligárquica junto à Vargas, com o propósito de restringir os poderes que os interventores tinham nos estados, através da criação dos Conselhos Consultivos Estaduais. O Código dos Interventores, decretado pelo governo provisório no dia 28 de agosto de 1931, designava, no artigo 2º, que cada conselho seria composto por “cinco ou mais membros, cidadãos brasileiros, de reputação ilibada, notoriamente idôneos, domiciliados na capital ou em lugar próximo e de fácil comunicação com esta” (CARONE, 1974, p.28). Não poderiam fazer parte do Conselho Consultivo os parentes de até o 3º grau de membros do mesmo governo, ou de outro membro do mesmo Conselho (CARONE, 1974, p.29). Competia aos Conselhos Consultivos a formação de reuniões públicas, a emissão de pareceres e opiniões sobre os atos dos interventores, oferecer sugestões convenientes à administração pública, zelar pela observância da lei, entre outras ações. Era vedado aos interventores a criação de impostos, a contração de empréstimos, a criação de cargos e o estabelecimento de concessões de minas e terras sem a prévia consulta do Conselho Consultivo (CARONE, 1974, p.30-31).

FIGURA 2: HIERARQUIA DOS PODERES A PARTIR DO CÓDIGO DOS INTERVENTORES, 28/08/1931



Os conselhos consultivos estaduais e municipais funcionaram paralelamente aos parlamentos sufragados pelas eleições de 1933, 1934 e 1935. Na prática, estes representantes dividiam a função de exercício do poder legislativo.

Na lógica de centralização e controle de poder, o papel do interventor era dificultoso, pois estava entre o controle do governo central e as coerções feitas pelas forças políticas dos estados pela manutenção de suas prerrogativas autônomas. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza (1976), o governo central procurou controlar as interventorias de duas maneiras: a primeira, através do “rodízio em algumas interventorias, a fim de dificultar o encastelamento político dos interventores”, e a segunda, por meio da “criação de órgãos paralelos de centralização administrativa” (SOUZA, 1976, p.95).

O Conselho Consultivo exerceria funções técnicas e legislativas de maneira independente, sendo os políticos “incompatibilizados para o cargo de conselheiros”. Juntamente com essa concepção, o código dos interventores proibia a nomeação para o Conselho por “funcionários públicos ou parentes até o 3º grau de membros do governo”. Na concepção do governo central, os Conselhos Consultivos estariam acima dos interventores, que escolheriam os seus membros. Possíveis nomes para as vagas de conselheiros foram divulgadas: Manoel de Alencar Guimarães, Euclides Bandeira, João Cândido Ferreira, Agostinho Ermelino de Leão Júnior, José Maria Pinheiro Lima e Enéas Marques (O DIA. Conselho Consultivo. 28.out.1931, p.1). Na visão do jornal “O Dia”, esses nomes eram de elite, e eles substituiriam o antigo congresso, composto de “múmias, ignorantes e analfabetos”. O desempenho técnico das funções do Conselho Consultivo passava pela apreciação dos atos do governo nas questões jurídicas, sugerindo planos de governo que envolviam a administração, as finanças, o orçamento e a tributação (O DIA. Quais os membros do Conselho Consultivo? 29.out.1931, p.1).

Após a especulação de nomes, os conselheiros nomeados definitivamente pelo Governo Provisório correspondem aos seguintes nomes: João Cândido Ferreira, Ivo Leão, Dimas Siqueira de Menezes, Manoel Lacerda Pinto, Rivadavia de Macedo e Pedro Virgínio Martins. O perfil do Conselho Consultivo pode ser conferido no quadro a seguir:

QUADRO 23: PERFIL SOCIAL E POLÍTICO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARANÁ

Nome	Capitais sociais e familiares	Capitais políticos
João Cândido Ferreira	Título Rodrigues Seixas. Parentesco com Diogo Antônio Feijó, regente do Império. Casado com Josepha do Amaral Ferreira, sua prima, sendo portador do Título Carrasco dos Reis.	Prefeito da Lapa, 1892. Chefe do Serviço Médico Militar em 1894, na ocasião do Cerco da Lapa. Deputado Estadual nos Biênios 1897-1898/1889. Deputado Federal, na legislatura 1900-1902. Vice-Presidente do Paraná, no governo de Vicente Machado. Eleito Presidente do Estado em 1907, renunciou ao cargo. Membro da Aliança Liberal Membro do Conselho Consultivo do Paraná, pediu exoneração após a saída de Mário Tourinho.
Ivo Leão	Industrial ervateiro e sócio da serraria. Presidente da ACP. Filho de Agostinho Ermelino de Leão Junior. Seu pai foi um dos fundadores da Gazeta do Povo. Portador do Título Rodrigues de França.	Ivo Leão e seu pai foram apoiadores de David Carneiro no Partido Democrático Paranaense. Membro do Conselho Consultivo do Paraná. Pediu exoneração do cargo em 09 de janeiro de 1932, dias após a saída de Mário Tourinho. Presidente do Banestado. Membro do PSD
Dimas Siqueira de Menezes	Militar. Estudou na mesma turma que Catão Menna Barreto Monclaro.	Lutou na Revolução de 1930 no Paraná, sob o comando de Plínio Tourinho.
Manoel Lacerda Pinto	Portador do título Rodrigues Seixas. Família da classe dominante tradicional do Paraná, com próceres membros do exército, medicina, indústria e política.	Deputado Federal Constituinte, 1934; Nomeado por Manoel Ribas Procurador Geral do Estado, 1937-1939; Secretário do Interior e Justiça, 1939-1941; Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, 1941; Presidente do Tribunal de Justiça, 1949-1952; 1959-1960; Membro do TRE-PR e presidente da instituição.
Rivadavia de Macedo	Portador do título Rodrigues de Seixas. Casou-se com Alice Vauthier de Macedo, que possuía parentesco com Manoel Ribas. Ligações empresariais (ACP).	Membro do Conselho Administrativo (1931-1932). Secretário da Fazenda e Obras Públicas no governo Manoel Ribas (1932-1934). Interventor provisório no Paraná. Presidente do Banestado.

Pedro Virgínio Martins	Engenheiro Civil, gaúcho.	Delegado federal do Serviço de Povoamento no Estado do Rio Grande do Sul governo Borges de Medeiros. Inspetor do Departamento Nacional de Povoamento, seção Paraná, 1931. Exonerou-se do cargo, a pedido, juntamente com Manoel Lacerda Pinto.
------------------------	---------------------------	--

Fontes: Ver Anexo 11

O perfil social e político do Conselho Consultivo do Estado sob a interventoria de Mário Tourinho revela a força dos capitais familiares e sociais para a ocupação de um cargo de alta notabilidade como o de Conselheiro, no contexto de reforma na máquina administrativa do Estado. Com exceção dos dois conselheiros, os demais eram portadores de títulos genealógicos de alto prestígio na sociedade paranaense (João Cândido Ferreira, Ivo Leão, Manoel Lacerda Pinto e Rivadávia de Macedo). O capital militar também era decisivo no contexto político pós-1930. Dimas Siqueira de Menezes possuía grande proximidade com os chefes da Revolução de 1930 no Paraná, como Plínio Tourinho, irmão do interventor Mário Tourinho, e Catão Menna Barreto Monclaro, que ocupou a chefia de polícia na interventoria Tourinho. Por sua vez, Pedro Virgínio Martins era um engenheiro civil gaúcho, com ligações com o Partido Republicano Riograndense. No seu estado natal, desempenhou o cargo de delegado federal do Serviço de Povoamento no Estado do Rio Grande do Sul, durante o governo de Borges de Medeiros.

Quanto aos capitais políticos, verificamos que todos os conselheiros pertenciam às oligarquias dissidentes, civis e militares. Destes oligarcas, apenas João Cândido Ferreira ocupou cargos eletivos na Primeira República. Conforme já destacamos, Ferreira protagonizou a divisão da política paranaense registrada a partir de 1907, com a sua eleição contestada pelos grupos dominantes do estado. Essas desavenças foram retratadas pelo livro *Bastidores Políticos*, escrito pelo candidato a vice-presidente do estado na ocasião, Ottoni Maciel. As lideranças políticas civis eram ligadas às principais organizações oligárquicas dissidentes da Primeira República: o Partido Democrático Paranaense, a Aliança Liberal, jornais como “O Dia” e a “Gazeta do Povo” e a decisiva atuação da Associação Comercial do Paraná em prol da defesa dos interesses empresariais com vinculação de protesto oligárquico. Com a Revolução de 1930, os capitais políticos de cada um desses membros citados foram incrementados.

Em linhas gerais, podemos assinalar que o Conselho Consultivo possuía uma atuação próxima à interventoria de Tourinho, que não sofria oposição política desses



agentes. Muitos deles, mais tarde, se revoltaram com a exoneração deste<sup>103</sup>. A crise sofrida pela interventoria era proveniente do setor militar, e não do setor político.

#### 5.6.2 A intensificação da crise na interventoria de Tourinho e o relatório de João Alberto

Embora o governo federal recebesse muitos telegramas de insultos a Mário Tourinho, o interventor continuava a ter prestígio junto ao governo federal, inclusive nos meios militares. Prova disso foi a ocasião em que o Ministério da Guerra exerceu influência para a nomeação do Major Cícero Costard como novo chefe de polícia do Paraná, alinhado politicamente ao governismo estadual (O DIA. O novo chefe de polícia do Paraná. 04.out.1931, p.1). Os irmãos Tourinho tentaram neutralizar a crise política no estado a partir da nomeação de Costard. Trata-se de um oficial paranaense com destacada atuação ao lado de Plínio Tourinho nos preparativos da revolução de 1930. Costard também era amigo do ex-interventor de São Paulo João Alberto<sup>104</sup> (O DIA. Major Cícero Costard. 04.nov.1931, p.1). O novo chefe de polícia havia pertencido à fundação do Partido Liberal Paranaense, agremiação de apoio ao interventor.

No entanto, o prestígio do interventor era enfraquecido com a crise comercial, industrial e financeira que passava o Paraná um ano após a sua posse. A noticiada caixa de amortização estadual não saiu do papel, o funcionalismo público estava com nove meses de atraso, e parecia que o governo estava acomodado ante os problemas que assolavam o estado. Uma assembleia realizada na Associação Comercial do Paraná clamou pelo reerguimento econômico e financeiro do estado foi realizada em novembro de 1931 (O DIA. Associação Comercial. 04.nov.1931, p.1). Nela, deliberou-se sobre os problemas econômicos e financeiros do estado e uma comissão integrada por João Macedo e Fidelis Reginato entregou um memorial a Mário Tourinho contendo um estudo sobre as responsabilidades do governo federal no estado do Paraná (O DIA. Em memorável assembleia a Associação Comercial do Paraná deliberou sobre os problemas econômico-financeiros do Estado. 05.11.1931, p.1).

---

<sup>103</sup> Houve um pedido conjunto de exoneração dos conselheiros a partir do momento em que Tourinho foi exonerado da interventoria. Vargas negou o pedido, informando aos conselheiros a importância de continuidade dos trabalhos. Apenas Manoel Lacerda Pinto e Pedro Virgínio Martins mantiveram suas decisões relativas ao afastamento do cargo no Conselho Consultivo Estadual.

<sup>104</sup> Embora João Alberto tivesse escrito o parecer desfavorável à interventoria de Mário Tourinho, o que demonstra alinhamento com os opositoristas do grupo tenentista revolucionário, o seu aliado Cícero Costard não demonstrou em suas ações o alinhamento com esse grupo opositorista.

Getúlio Vargas e lideranças do governo, tais como João Alberto, Goés Monteiro, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha receberam, no dia 03 de setembro de 1931, um telegrama contendo um abaixo-assinado solicitando a retirada de Mário Tourinho da interventoria do Paraná devido à sua incapacidade em resolver as questões de governo e à sua atitude de afastar os elementos revolucionários das fileiras da guarnição oficial do Paraná. Segundo o telegrama, os “verdadeiros amigos” da Revolução eram combatidos pelo próprio interventor, que deveria ser afastado. Assinavam o documento lideranças da Legião Revolucionária Paranaense, tais como Manoel da Nóbrega, Vicente Mário de Castro e Idálio Sardenberg<sup>105</sup>.

Com o aumento de rumores sobre a demissão de Mário Tourinho, o governo federal passou a ter uma preocupação maior com a interventoria paranaense. A prática do envio de emissários pessoais de Getúlio Vargas para os estados em que os titulares das interventorias estavam atravessando crises políticas era recorrente durante o governo provisório. Para o Paraná, o enviado foi João Alberto Lins de Barros<sup>106</sup>, ex-interventor no estado de São Paulo e agente de confiança do presidente. Mesmo após a sua exoneração da interventoria de São Paulo, o tenente continuou a exercer grande prestígio junto ao governo central. Nomeado chefe de polícia no Distrito Federal por Getúlio Vargas, João Alberto procurou fortalecer os tenentes e as legiões revolucionárias. A crescente reação do movimento conservador opositor aos tenentes provocou uma maior articulação tenentista nos estados.

O relatório sobre a situação política do estado foi entregue em 06 de outubro de 1931. Suas impressões gerais sobre o interventor Mário Tourinho era a de que ele era um homem probo, praticante de uma administração honesta, porém com pouco trato em relação aos elementos militares que participaram da revolução e cercado de elementos reacionários que faziam parte de sua equipe desde o início de sua gestão. O governo de Mário Tourinho era hostilizado pelos elementos militares que participaram da Revolução de 1930, descontentes com os rumos que a sua gestão vinha tomando:

“O Paraná, apontado como o ‘Estado Maior da gatunagem’, até agora não apurou responsabilidades. A célebre questão de terras dos Camargos só agora teve uma comissão de sindicância (...). Logo

---

<sup>105</sup> Abaixo-assinados a Getúlio Vargas e a Flores da Cunha solicitando a retirada do Interventor do Paraná. Curitiba (Vol. I/55 e 56). Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVC1931.09.03.

<sup>106</sup> João Alberto participou dos movimentos tenentistas e revelava-se uma figura que se inclinava para a esquerda e para a direita, dependendo do contexto em que se encontrava. Era parente de Goés Monteiro (CONNIFF, 1979).

começaram as dificuldades [com a] falta absoluta de espírito de conciliação do próprio interventor e o ambiente criado por alguns de seus auxiliares, empenhados a fundo em manter esta situação na esperança de ver afastados do Paraná os elementos contrários (...)<sup>107</sup>

Tais elementos contrários eram justamente os militares revolucionários da guarnição federal que foram afastados do Paraná pelas suas posições críticas ao governo. João Alberto afirmou a Vargas que a interventoria de Tourinho só se mantinha a partir do prestígio do governo federal, transferindo para este as antipatias populares que se avolumavam. Como parecer geral da sua missão no Paraná, João Alberto assinalou ao presidente que Tourinho deveria ser substituído por alguém de “real prestígio com os elementos revolucionários”, sugerindo um nome: o major Eduardo Gomes.

Segundo a narrativa de Plínio Tourinho, após a visita de Paulo Tacla e do capitão Viégas da Silva aos gabinetes ministeriais no Rio de Janeiro, Vargas enviou João Alberto como emissário no Paraná. No entanto, ele não agiu para harmonizar, “mas sim para que o interventor resigne o cargo afim de não entravar a administração [de Vargas]”<sup>108</sup>. Portanto, a missão de João Alberto estaria mancomunada com elementos de oposição no Paraná, colaborando com o aumento da instabilidade política, ao invés da conciliação. Nesse sentido, Plínio Tourinho manifestou a sua indignação em relação as ações de João Alberto no Paraná, debitando aos membros da Legião Revolucionária Paulo Tacla e Viégas da Silva a responsabilidade pelo aprofundamento das crises no Paraná. A missão de João Alberto estaria mancomunada, portanto, com elementos de oposição no Paraná, colaborando com o aumento da instabilidade política, ao invés da conciliação.

O relatório de João Alberto foi decisivo para o declínio do prestígio dos irmãos Tourinho no governo federal. João Alberto era uma das maiores lideranças do tenentismo nas décadas de 1920 e 1930, com grande influência nas legiões revolucionárias espalhadas pelo país. O nome que ele sugeriu, o de Eduardo Gomes, demonstra a pouca consideração que ele tinha com os agentes políticos do estado do Paraná. Seu passado recente foi marcado pelo rechaço das classes dominantes de São Paulo em relação à sua figura, vista como “estranha” e “de fora”. Na interventoria paulista, o pernambucano João Alberto sofreu todos os tipos de rejeição, sendo atingido inclusive por ataques xenófobos.

---

<sup>107</sup> Carta de João Alberto Lins de Barros a Getúlio Vargas enviando relatório sobre a situação política no Paraná, incluindo informações sobre a atuação do Interventor e seus auxiliares. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVC1931.10.06.

<sup>108</sup> Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVC1931.10.08. GV c 1931.10.08. Carta de Plínio Alves Monteiro Tourinho a Getúlio Vargas comentando a situação política do Paraná, afirmando que a crise foi criada no Rio de Janeiro e informando que o Interventor pedirá demissão. Curitiba (Vol. III/41)

A militância dos “tenentes” tinha mais desapego ao pré-requisito de nascer no estado para governá-lo. Eduardo Gomes<sup>109</sup> era natural de Petrópolis, e tinha grande prestígio entre os oficiais pela sua participação heroica na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, evento no qual foi gravemente ferido, mas sobreviveu. Também participou da revolta paulista de 1924 e foi preso na ocasião em que tentava participar da Coluna Prestes. Atuou na vitória da Revolução de 1930 e incrementou seus capitais ante ao governo. João Alberto indicou, portanto, um elemento com perfil adequado aos anseios da Legião Revolucionária do Paraná, e seu parecer afastou qualquer possibilidade de conciliação entre as forças políticas em conflito no estado.

A legitimidade de Mário Tourinho era questionada de maneira permanente. Mesmo assim, o governo central evitou ao máximo a sua saída do governo, pois não se cogitava a sua substituição e a sua imagem “não sofreu nenhuma diminuição de confiança por parte do chefe do governo provisório” (O DIA. A interventoria do Paraná. 10.nov.1931, p.1), mesmo diante de diversos ataques.

Plínio Tourinho intervia constantemente na crise política do Paraná. Em 08 de outubro de 1931, dois dias após o envio do relatório de João Alberto sobre o “caso do Paraná”, o irmão do interventor escreveu para Vargas que a crise militar havia sido criada e alimentada pelo Rio de Janeiro, nos corredores do Ministério da Guerra. Tourinho relata que Paulo Tacla, um negociante de fazendas no Paraná, tinha livre entrada em todos os ministérios apadrinhado pelo ministro da guerra, Goés Monteiro.

Paulo Tacla<sup>110</sup>, também conhecido pelo codinome Adib Tacla, era um dos principais agentes da Legião Revolucionária Paranaense. Jornalista e diretor do Correio do Paraná, foi Consul do México em Curitiba, no ano de 1929, e secretário do interventor de São Paulo Valdomiro Castilho de Lima, entre 1932 e 1933, ocasião em que estabeleceu contatos com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Seus capitais econômicos vinculavam-se ao comércio no ramo de armarinhos em Curitiba e fazendas no interior do estado (GOULART, 2020, p.170).

Outro conspirador correspondia ao Capitão Viégas, ex-chefe de polícia na interventoria de Tourinho que desempenhava funções na interventoria do Rio Grande do Sul. Plínio Tourinho afirmava que o capitão Viégas não possuía ligações com o Paraná,

---

<sup>109</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbetes Eduardo Gomes. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-eduardo>. Acesso em 09.jul.2020.

<sup>110</sup> Possuía parentesco com Mounif Tacla, proprietário da Tecelagem Imperial, com duas lojas em Curitiba. Atualmente, a família é proprietária de uma rede de shoppings no Paraná e outros estados, tais como o Palladium e o Jockey Plaza (GOULART, 2020, p.168).

preocupando-se em conspirar no Rio de Janeiro. Regressando ao Paraná, tais figuras afirmavam que conseguiram no Rio de Janeiro a demissão do interventor<sup>111</sup>.

Diante dos insultos promovidos por parte dos opositores, Mário Tourinho pediria a exoneração. Em um telegrama a Vargas, Plínio Tourinho, admitindo a demissão de seu irmão na interventoria, desejou uma “nova era de felicidade” para o Paraná “tão sacrificado, apesar de seu heroísmo, e de ter se libertado pelas próprias mãos, continua a ser alvo ambicionado de elementos estranhos, que não lhe tem amor”<sup>112</sup>.

Em resposta a estas movimentações, Vargas evitou a demissão de Tourinho, reafirmando a sua confiança no governo do Paraná, enviando uma mensagem para o interventor:

“V. Exa. me tem sobremaneira honrado, cumpre o indeclinável dever de relatar, com lealdade, em sucinta exposição, as principais ocorrências, nesse período, aqui sucedidas, bem como o estado dos múltiplos serviços afetos à Administração Pública Paranaense (...) (NEGRÃO, 1946, p.326)”

Neste trecho, é perceptível que Vargas tenta prestigiar a administração de Mário Tourinho, analisando, no decorrer da mensagem, a situação financeira e administrativa do Paraná, que vinha apresentando dificuldades, das quais a interventoria buscava superar, através de ações concretas, somadas à prestação de contas ao governo federal, de maneira “ética e leal”.

No entanto, estava evidente também que o poder de Tourinho estava prestes a ruir, pois as oposições ao seu nome eram cada vez mais crescentes, e a crise se intensificou pelo fato de que havia um cenário econômico e financeiro muito frágil.

O Paraná não era o único estado que passava por uma crise política e institucional. Ao final do ano de 1931, o governo provisório precisava resolver “casos” das interventorias de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, além de passar por uma recomposição ministerial que dificultava o alinhamento das ações. Os assuntos das interventorias passavam pelo Ministério da Justiça, ocupado por Oswaldo Aranha que, no entanto, foi para o Ministério da Fazenda (O DIA. Anuncia-se movimentada temporada política. 24.nov.1931, p.1).

<sup>111</sup> Carta de Plínio Alves Monteiro Tourinho a Getúlio Vargas comentando a situação política do Paraná, afirmando que a crise foi criada no Rio de Janeiro e informando que o Interventor pedirá demissão. Curitiba (Vol. III/41). Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.10.08.

<sup>112</sup> Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.10.08 (Carta citada acima).

Nesse cenário, as forças da oposição continuaram a mobilizar forças para a deposição de Mário Tourinho à frente da interventoria federal. A cidade de Ponta Grossa, que já havia registrado focos de tensão na ocasião de troca do prefeito, em março de 1931, voltou a insuflar o descontentamento com o interventor, através da Legião Revolucionária Paranaense.

Na nova ocasião, as tropas federais do exército instaladas em Ponta Grossa atacaram o quartel do destacamento policial do governo estadual. Estes elementos perturbadores foram afastados do Paraná por ordem de Mário Tourinho, o que gerou uma reação por parte destes militares descontentes. Em resposta, uma greve operária foi desencadeada contra a Companhia de Força e Luz. Começando por Ponta Grossa, ela se espalhou pela cidade de Curitiba. Segundo Mário Tourinho, em depoimento à Francisco Negrão, a greve não tinha um apelo genuinamente operário, pois foi liderada por oficiais militares para convulsionar o estado, sendo dirigida contra a pessoa do interventor. A principal liderança desse movimento foi Airton Plaisant, oficial que fez uma larga distribuição para a população de Ponta Grossa de boletins desrespeitosos ao governo e à Mário Tourinho (NEGRÃO, 1946).

Paralelamente a estes acontecimentos, deflagrou-se a greve dos ferroviários em Curitiba e Ponta Grossa, registrando-se cortes na comunicação telefônica entre as duas cidades. Na ocasião, um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas foi enviado ao Paraná para verificar a situação. Mário Tourinho relatou que esta greve foi artificial, uma vez que não houve adesão significativa dos ferroviários (NEGRÃO, 1946, p.351). Além disso, o prefeito de Ponta Grossa e aliado de Tourinho, Ernesto Villela, acusou a Airton Plaisant em liderar a greve na sua cidade e insuflar o movimento em Curitiba. Em Ponta Grossa, também se registrou a tentativa de invasão ao jornal “Diário dos Campos”, simpático ao interventor federal (NEGRÃO, 1946, p.354).

Nesse contexto, o governo federal não reagiu para punir os responsáveis pelos atos desordeiros. Mário Tourinho, em depoimento a Francisco Negrão, relatou que sentiu o vácuo na sua interventoria pela falta de apoio do governo federal nesta ocasião (NEGRÃO, 1946, p.321).

Com o enfraquecimento das forças políticas, Tourinho pediu exoneração do cargo de interventor após a realização de reuniões com o secretariado e seus auxiliares. Entre os motivos relatados por ele no telegrama de exoneração, enviado a Getúlio Vargas, ressaltam-se as cruentas competições e lutas por poder no estado, especialmente originárias do setor militar.

“(...) venho há mais de um ano cumprindo sacrificio [de] árdua missão [que] me foi delegada (...). Esse sacrificio seria compensado se não fosse [a] efervescência manifestada [pelos] grupos revolucionários em geral militares descontentes naturalmente [com a] minha atuação [no] governo. Intranquilidade [e] boatos alarmantes [de] toda sorte, perturbando [a] serenidade [de] qualquer administrador sem jamais se concretizarem definitivamente para sossego [da] família paranaense, exige [que] tome eu uma solução final. Sabe v.exa., pelo relatório apresentado [ao] sr. General Vasconcellos quais elementos então perturbadores e que daqui foram afastados (...)”

Esse trecho demonstra a insatisfação de Mário Tourinho com os elementos militares de oposição ao seu governo, os causadores da perturbação da ordem. Para proteger o Paraná da instabilidade, Tourinho afastou alguns elementos da guarnição federal do estado do Paraná, para estabilizar as tensões no interior de sua administração. No telegrama, Tourinho agradeceu a Vargas pela confiança depositada, e desejou ao Paraná tranquilidade e felicidade (NEGRÃO, 1946, p.352).

Com a substituição de Oswaldo Aranha pelo general Maurício Cardoso para o Ministério da Justiça, no dia 14 de dezembro de 1931, a ação do novo titular da pasta foi decisiva para a exoneração de Tourinho, pois o mesmo recebia constantemente os grupos de oposição ao interventor com moções de apoio. O novo ministro nutria rugas com os irmãos Tourinho, e o cenário não era positivo para a permanência do interventor.

Também se exoneraram de seus cargos o secretário da fazenda Antônio Augusto Carvalho Chaves, o Procurador Geral de Justiça. Felinto Teixeira, o capitão Custódio Raposo Netto e o tenente Wandick da Costa Adreira (O DIA. Demite-se da interventoria o general Mário Tourinho. 30.dez.1931, p.1).

No telegrama da exoneração, Tourinho indicou a Vargas que a efervescência de grupos revolucionários compostos de militares descontentes com o governo provocou a crise política que culminou na sua deposição. Tourinho indicou que a liderança deste movimento foi Ayrton Plaisant, multiplicador de ataques desrespeitosos ao governo na região de Ponta Grossa realizados através da cooptação de “um pequeno destacamento policial” que distribuía boletins de ataques à interventoria. Em resposta, Vargas agradeceu ao ex-interventor pelos relevantes serviços prestados e pelo patriotismo manifestado em sua gestão (O DIA. Os documentos da exoneração do sr. General Mário Tourinho. 03.jan.1932, p.1).

Em resposta, Vargas agradeceu a Tourinho aos serviços prestados, exercidos com patriotismo, e solicitou a João Pernetá, secretário do interior e justiça, a assumir a

interventoria interinamente, até a escolha de um novo nome para o Paraná (NEGRÃO, 1946, p.355). O chefe de polícia, major Cícero Costard, manteve-se no cargo.

A crise que culminou na exoneração de Tourinho foi detalhada posteriormente pelos depoimentos do prefeito de Ponta Grossa ao jornal “O Dia”. Conforme já apontamos, um dos momentos de inflexão foi a greve da Companhia Força e Luz, ocasião em que, segundo o governo, elementos perturbadores uniram-se para atacar o interventor, não se tratando propriamente de uma reivindicação operária, mas de uma pressão política com a liderança de Plaisant. Essa greve teve adesão dos ferroviários das regiões de Ponta Grossa e Curitiba. A cidade de Ponta Grossa era o principal foco de oposição a Mario Tourinho desde a nomeação de Ernesto Vilela para a prefeitura de Ponta Grossa, que gerou descontentamentos por parte dos grupos autodenominados revolucionários (O DIA. A troca de telegramas entre o ex-interventor e o sr. Getúlio Vargas. Um relatório do ex-prefeito de Ponta Grossa, sr. Ernesto Vilella, sobre os acontecimentos daquela cidade. 03.jan.1932, p.1).

A narrativa recorrente sobre a exoneração de Tourinho apontava que figuras inteiramente estranhas ao meio político paranaense interviam nos acontecimentos que provocaram a crise. A mesma foi intensificada pelos elementos da guarnição federal na região de Ponta Grossa, em correspondência aos ideais da Legião Revolucionária. Este modelo de crise não era uma especificidade do Paraná, repetindo-se em outros estados, configurando-se em um problema para o governo central: “a política dos revolucionários radicais, que formaram uma ala intransigente e intolerante, está criando sérias dificuldades ao Governo Provisório para lhes dar solução” (O DIA. Radicalismo Perigoso...05.jan.1932, p.1).

A tese de que a interventoria de Tourinho foi derrubada por elementos nacionais devido à nova lógica da centralização registrada pela política brasileira no período pós-revolucionário ganha força a partir das narrativas de agentes externos que faziam parte do governo federal. Isso é perceptível nas ações de Maurício Cardoso, Ministro da Justiça, no caso do Paraná.

A reação do Ministro da Justiça ao telegrama de exoneração enviado de Tourinho para Vargas foi divulgada a partir de uma coletiva à imprensa. Nesta ocasião, ele refutou os argumentos de Mário Tourinho no que se refere à ação conspiratória e perturbadora da ordem supostamente praticada por Ayrton Plaisant na região de Ponta Grossa. O general Maurício José Cardoso era comandante da 5ª Região Militar na ocasião da greve em Ponta Grossa, na qual houve um tiroteio entre algumas praças da polícia do estado e do



exército, confronto esse que terminou a partir da intervenção de Plaisant na resolução dos conflitos, ao contrário da narrativa de Mário Tourinho a Vargas. Quanto ao argumento de que a greve era motivada pela ação dos militares descontentes que influenciaram na eclosão das reivindicações operárias, Maurício Cardoso afirmou que “se os operários, em reunião feita no Quartel General, apresentaram os nomes dos oficiais para servirem de mediadores, foi porque neles tinham confiança”. Desse modo, os interesses dos operários e militares tinham confluência, e ambos estavam unidos pela causa revolucionária, não exercendo os operários em greve atos à serviço de interesses externos. Maurício Cardoso também afirmou que os oficiais da guarnição federal que servem no Paraná agiam em consonância com os ideais revolucionários. Quando entraram em confronto com os elementos estaduais governistas é porque estavam servindo aos interesses do governo central (O DIA. Sensacional entrevista do general Maurício Cardoso sobre o telegrama passado ao sr. Getúlio Vargas pelo General Mário Tourinho. 08 jan.1932, p.1).

Um ator-chave da crise na interventoria no Paraná, Ayrton Plaisant, concedeu uma entrevista aos Diários Associados oferecendo a sua versão aos acontecimentos. O chefe da Legião Revolucionária Paranaense assinalou que o governo era incapaz em resolver os problemas do Paraná, que eram inúmeros, passando por várias instâncias tais como os que envolviam os municípios e a situação financeira da indústria madeireira, da erva-mate, além da dívida externa que se avolumava. Segundo Plaisant, também no aspecto político Tourinho esteve errado, pois cercou-se “de espíritos formados no ambiente reacionário, viciados num período de renovação a obedecer aos métodos da Velha República, permitindo que a Revolução fosse apenas uma mudança de homens e não de ideias” (O DIA. O capitão Ayrton Plaisant concede uma entrevista aos Diários Associados. 15.jan.1932, p.1). Ainda segundo Plaisant, a improdutividade e a inércia da administração pública eram causadas por práticas políticas que envolviam o filhotismo, o emprego indevido do dinheiro público e o desenfreado desejo de mando que eram reproduzidas pelo governo Tourinho. Um ponto de inflexão da crise foi a nomeação de Ernesto Vilela à prefeitura de Ponta Grossa por razões que envolviam amizades com o governo estadual, sem que a Legião Revolucionária tivesse sido consultada. Tal evento foi decisivo para a exoneração de Tourinho. Ernesto Vilela havia sido nomeado há muitos meses, mas esse acontecimento não foi aceito pelo tenentismo revolucionário paranaense, que exerceu oposição até a deposição de Mário Tourinho.

Em linhas gerais, os fatores que não favoreceram a permanência Tourinho no cargo de interventor tiveram um considerável peso para a sua deposição. O primeiro

refere-se ao fato de Tourinho ser militar e não ter tido uma experiência política e partidária anterior ao movimento revolucionário de 1930. As relações com a classe política local foram dificultadas pela falta de manejo dos códigos próprios do jogo político por parte de Tourinho.

O segundo traço refere-se ao fato de ser um revolucionário de última hora, pois em toda a sua carreira combateu os movimentos revoltosos, chegando a ser comandante das tropas que reprimiram o movimento tenentista de 1924. Trata-se, portanto, de um interventor militar, porém não-tenentista, ao contrário da tendência de nomeações registradas em outros estados<sup>113</sup>. No decorrer dos meses de seu governo, Tourinho sofreu uma série de ataques políticos provenientes dos setores militares que participaram do movimento revolucionário. As legiões tenentistas do Paraná foram as principais insufladoras da crise política registrada no estado.

No próximo capítulo, analisaremos a reconfiguração de forças políticas no Paraná durante o início da interventoria de Manoel Ribas. Investigaremos a relação do novo interventor com as forças políticas civis, vinculadas às oligarquias dissidentes e não-dissidentes, juntamente com as relações com o governo central e os setores militares vinculados às legiões revolucionárias, fundamentais para a sua permanência no cargo.

---

<sup>113</sup> A tendência em privilegiar nomeações de militares, especialmente aqueles identificados com o tenentismo, foi uma prática que se intensificou nos primeiros meses do governo Vargas. Até dezembro de 1931, mais da metade dos estados era governado por interventores militares nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Assim, dos 22 estados, 12 tinham interventorias chefiadas por militares.

## **6. A INTERVENTORIA DE MANOEL RIBAS E O ALINHAMENTO COM O GOVERNO VARGAS**

Nesse capítulo, pretende-se abordar o cenário de poder do início de 1932, que possibilitou a nomeação de Manoel Ribas como interventor federal. Esse contexto estava marcado pela instabilidade política nos estados, divididos entre forças oligárquicas dissidentes e tenentes. O Paraná também vivenciava as contradições do regime pós-1930, mas não repetiu a tendência de substituição do chefe do executivo estadual ao longo do ano de 1932, ao contrário: Ribas permaneceu no cargo até 1945, tornando-se um dos governantes estaduais mais longevos da Era Vargas.

Para explicar esse sucesso, nos deparamos com alguns elementos da trajetória de Ribas que ajudam a possibilitar sua permanência no posto. Analisaremos quais são os capitais sociais e familiares desse agente supostamente “externo” à política paranaense.

Outro momento de suma importância para o incremento dos capitais políticos de Manoel Ribas é a sua posição frente à Revolta Paulista de 1932. Segundo Ricardo Costa de Oliveira (2003, p.34), em 1930, o Paraná apoiou os vencedores, e em 1932 essa mesma lógica se repetiu, o que demonstra a sintonia estratégica entre o Paraná e o governo federal. No decorrer desse capítulo, investigaremos a campanha do Paraná nas batalhas contra os rebelados paulistas e seus principais atores envolvidos, em grande parte pertencentes ao “tenentismo revolucionário” paranaense.

Também analisaremos o campo de poder local após a vitória sobre São Paulo, enfatizando o alinhamento ao governo federal em termos sociais, políticos e econômicos.

### **6.1 A NOMEAÇÃO DE MANOEL RIBAS PARA A INTERVENTORIA DO PARANÁ**

Os rumores da nomeação de Manoel Ribas para a interventoria começaram no início de janeiro de 1932. Com as características de civil e paranaense, Ribas correspondia aos pré-requisitos para assumir a função. A sinalização da indicação foi realizada pelo próprio presidente Getúlio Vargas, prestigiando o prefeito de Santa Maria e seu amigo pessoal.

Na lógica de centralização e controle de poder, o papel do interventor era dificultoso, pois estava entre o controle do governo central e as coerções feitas pelas

forças políticas dos estados pela manutenção de suas prerrogativas autônomas. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza (1976), o governo central procurou controlar as interventorias de duas maneiras: a primeira, através do “rodízio em algumas interventorias, a fim de dificultar o encastelamento político dos interventores”, e a segunda, por meio da “criação de órgãos paralelos de centralização administrativa” (SOUZA, 1976: 95).

A República Velha possuía como característica a estabilidade política e a baixa renovação de quadros com as mudanças registradas pela Revolução de 1930. As lógicas políticas foram modificadas, e os capitais portados pelos agentes foram ressignificados. A partir de 1930, os atributos sociais ligados aos clãs familiares dos detentores de poder no período anterior foram questionados.

Novos atributos passaram a ser valorizados pelo novo regime. Nesta tese, possuímos as seguintes indagações: os agentes em disputa pelo poder eram membros de oligarquias dissidentes? Eles apoiaram o movimento revolucionário de outubro? Qual era a posição ocupada pelos elementos militares que lutaram na Revolução de 1930?

Paralelamente à revisão dos valores atribuídos aos capitais portados pelos agentes políticos no contexto revolucionário, constata-se também a alta instabilidade nos postos de poder. As trocas de representantes eram recorrentes, no nível estadual e no nível federal.

Com a exoneração de Mário Tourinho, o Paraná entrou na lista dos estados que atravessavam a trocas de interventores. Ao que tudo indicava, o estado passaria por sucessivas instabilidades políticas, repetindo a tendência nacional registrada pelo contexto pós-revolucionário.

A tabela a seguir sintetiza a rotatividade do poder registrada no início do governo Vargas, informando a quantidade de ocupantes do cargo de interventor federal nos estados que tiveram trocas de nomes entre outubro de 1930 e dezembro de 1931<sup>114</sup>

TABELA 2: NÚMERO DE INTERVENTORES ATÉ DEZEMBRO DE 1931<sup>115</sup>

UF	PR	RS	SP	RJ	DF	ES	MT	MA	PI	CE	RN	AL	PB	BA
N.	2	3	3	4	2	2	2	4	3	3	3	3	2	4

<sup>114</sup> Nessa tabela são considerados apenas interventores que ficaram mais de 1 mês no cargo, pois houve casos em que o interventor foi substituído em dias, principalmente nos primeiros meses após outubro de 1930.

<sup>115</sup> Dados obtidos nos verbetes biográficos dos interventores federais nos estados, disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC-FGV).

A tabela mostra que em 14 estados houve troca de interventor federal até o mês de dezembro de 1931. Nestes 14 estados, houve 40 interventores nomeados, ou que assumiram interinamente, como foi o caso de João Pernetta no Paraná. Comparando esses dados com os mandatos da Primeira República, constata-se a alta rotatividade e instabilidade na política dos estados no contexto pós-revolucionário.

No contexto federal, as trocas ministeriais também eram constantes. Na comparação com o governo Washington Luís, verifica-se que a equipe ministerial do presidente derrubado por Vargas possuía uma equipe estável, considerando o tempo de permanência dos ministros nos seus respectivos cargos. Com exceção a Getúlio Vargas, todos os ministros escolhidos no início do mandato conservaram-se na pasta até o final do mandato presidencial<sup>116</sup>. Ou seja, dos 7 ministérios existentes, houve troca de ministro apenas na pasta da Fazenda (GRANATO, 2020). Por sua vez, a análise da primeira equipe de ministros nomeada pelo Governo Provisório demonstra uma composição que procurou agregar os estados cujas oligarquias dissidentes apoiaram a Revolução, com ênfase no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No entanto, essa agregação de forças não demonstrou estabilidade política e gerou inúmeros descontentamentos e desgastes nos primeiros meses do governo provisório. A primeira composição ministerial do Governo Provisório<sup>117</sup> foi substituída, em poucos meses, por novos integrantes, o que demonstra a alta rotatividade de poder após a Revolução de 1930 (GRANATO, 2020). A maior parte dos ministros não permaneceu até o primeiro momento de inflexão política, registrado na Revolta de 1932.

No processo político posterior à Revolução de 1930, verifica-se que Vargas nomeou muitos tenentes para desempenhar a função da interventoria federal na maior parte dos estados. A reação das oligarquias locais foi imediata na maioria dos estados, com exceção de Minas Gerais, cujo presidente Olegário Maciel manteve-se no cargo, devido ao seu apoio ao processo revolucionário. Outros civis que foram nomeados interventores foram Carlos Lima Cavalcanti e Flores da Cunha, lideranças

---

<sup>116</sup> Os dados dos ministros do governo Washington Luís e o tempo de permanência no cargo são os seguintes: Arnaldo de Siqueira Pinto da Luz, Marinha, 1926-1930, Augusto Viana do Castelo, Justiça, 1926-1930, Geminiano Lira Castro, Agricultura, 1926-1930, Getúlio Vargas, Fazenda, 1926-1927, Francisco Chaves de Oliveira Botelho, Fazenda, 1927-1930, Nestor Sezefredo dos Passos, Guerra, 1926-1930, Otávio Mangabeira, Viação e Obras Públicas, 1926-1930 e Vítor Konder, Viação e Obras Públicas, 1926-1930 (GRANATO, 2020).

<sup>117</sup> A primeira composição ministerial do Governo Provisório corresponde aos seguintes nomes: Almirante Isaías de Noronha (Marinha), Oswaldo Aranha (Justiça), Francisco Campos (Educação e Saúde Pública), Assis Brasil (Agricultura), José Maria Whitaker (Fazenda), General Leite de Castro (Guerra), Afrânio de Mello Franco (Relações Exteriores), Juarez Távora (Viação), Lindolfo Collor (Trabalho, Indústria e Comércio).

revolucionárias nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, respectivamente (CARONE, 1974, p.21). Vargas nomeava interventores de acordo com as indicações de Juarez Távora, nas regiões Norte e Nordeste, e Oswaldo Aranha, na região do Centro-Sul do país. O trio também decidia se os mesmos permaneceriam ou não no cargo, conforme as conveniências para o governo.

Os estados com “oligarquias fortes”, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não foram governados por tenentes. Neles, o situacionismo dominante permaneceu no poder após 1930, através da ação política das oligarquias dissidentes que tinham feito a revolução.

A ascensão dos tenentes civis e militares nas interventorias se intensificou a partir de 1931, com a nomeação nos estados do Piauí (maio de 1931), Rio Grande do Norte (julho de 1931), Bahia (agosto de 1931), Ceará (agosto de 1931), Maranhão (agosto de 1931), Amazonas (agosto de 1931), Distrito Federal (setembro de 1931), Alagoas (outubro de 1931) e Rio de Janeiro (dezembro de 1931). Em dezembro de 1931, 15 estados eram governados por tenentes e 3 estados eram totalmente favoráveis ao governo central, sendo eles os estados do Paraná, Mato Grosso e Paraíba. Os únicos estados sem influência tenentista na interventoria eram Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, ou as “oligarquias fortes” (FORJAZ, 1988).

O chefe do governo provisório consultava o Clube 3 de Outubro para a tomada de decisões quanto a nomeações e decretos e os tenentes, por sua vez, agiam com a aprovação prévia de Vargas, possuindo um relacionamento íntimo e dependente. Além disso, os tenentes atuavam na identificação dos inimigos de Vargas em todos os estados, montando conspirações para derrubá-los (CONNIFF, 1979)

Um exemplo emblemático é o do tenentista histórico João Alberto, que assumiu a delegacia militar de São Paulo no processo revolucionário. Por indicação de Oswaldo Aranha, passou a ocupar a interventoria. A rejeição ao seu nome pelos paulistas foi imediata, e tanto os oligarcas vinculados ao poder dominante na Primeira República quanto os oligarcas dissidentes, simpatizantes da Aliança Liberal e do movimento de 1930, viam João Alberto como um “forasteiro” que poderia prejudicar um estado próspero (WIRTH, 1979).

No cenário político em que o Paraná se encontrava, alguns atributos eram pré-requisitos ao novo interventor. O primeiro deles era uma boa relação com o tenentismo revolucionário, que tinham como focos de autuação as cidades de Ponta Grossa e Curitiba.

Ser paranaense também era um importante aspecto a ser considerado por Getúlio Vargas, na decisão sobre quem nomear. Com a exoneração de Mário Tourinho e a iminência da nomeação de um novo interventor, a imprensa conclamava que o Paraná deveria ser governado por um paranaense que conhecesse as suas necessidades e problemas. Tal requisito era um ponto de prioridade à escolha de um novo interventor (O DIA. A vontade do Paraná. 03.jan.1932, p.1).

Outro ponto importante era o bom relacionamento com Maurício Cardoso. O Ministério da Justiça era um cargo estratégico para as nomeações nas interventorias. Seu antecessor, Oswaldo Aranha, foi decisivo para a nomeação dos interventores federais nos estados, entre oligarcas dissidentes e tenentes. O ex-ministro foi um dos fundadores do Clube 3 de Outubro e da Legião Revolucionária, órgãos de orientação tenentista em que Aranha era mentor. Embora o relacionamento de Oswaldo Aranha em relação aos irmãos Tourinho fosse amistoso, as crescentes oposições à interventoria federal do Paraná foram decisivas para a queda de Tourinho, dada a proximidade do ministro com a Legião Revolucionária Paranaense.

Porém, o perfil do novo ministro tinha grandes diferenças em relação ao de Oswaldo Aranha. Um ponto de destaque em relação à Maurício Cardoso é o fato dele ter o apoio das oligarquias gaúchas que pressionavam Getúlio Vargas para a reconstitucionalização do país (CARONE, 1974, p.50). Membro do Partido Republicano Riograndense, tinha ligações com suas principais lideranças, como Borges de Medeiros, e afastamento em relação ao grupo tenentista, com uma trajetória que diferia de Oswaldo Aranha, que foi afastado do Ministério de Justiça pelo fato de ser um aliado civil dos tenentes e exercer grande influência no Clube 3 de Outubro. As ações de Maurício Cardoso no ministério visavam acelerar o texto do Código Eleitoral em prol das eleições para a Assembleia Constituinte.

Os grupos tenentistas revolucionários locais tinham um ponto em comum com o novo ministro: a rejeição à Mário Tourinho. Maurício Cardoso foi decisivo para efetivar a exoneração do interventor federal paranaense. Esse fato repercutiu, e o Centro Paraibano emitiu um telegrama a Vargas afirmando que se houvesse uma troca de interventor na Paraíba, tal qual ocorreu no Paraná, sob a interferência de Maurício Cardoso, isso seria encarado como uma humilhação, visto que o general Maurício Cardoso não merecia ocupar o cargo no ministério, pois “praticou os maiores desatinos contra o governo do imortal João Pessoa” (O DIA. O Centro paraibano, procurando intervir em assuntos particulares à vida interna do Paraná, dirige acrimonioso telegrama

ao sr. G. Vargas, cheio de diatribes contra o general Mauricio Cardoso. 07.jan.1932, p.1). Isso demonstra que o nome de Maurício Cardoso era contestado por lideranças associadas aos tenentes e aos aliados civis dos tenentes nos estados, juntamente com as “oligarquias fortes”, como é o caso da Paraíba.

Desse modo, a nomeação do novo interventor sob a influência de Maurício Cardoso tinha grandes possibilidades de desagradar a todos os grupos de apoio a Vargas no estado: as oligarquias dissidentes, que apoiavam a interventoria de Tourinho e viram o seu poder ruir, bem como o tenentismo revolucionário local, visto que as ações de Maurício Cardoso visavam fragilizar as organizações tenentistas nos estados.

Enquanto o novo interventor não fosse designado por Getúlio Vargas, os agentes políticos que integravam o governo Tourinho colocaram os seus cargos à disposição. Um telegrama do Conselho Consultivo do Paraná à Vargas assinado por Dimas Siqueira de Menezes, Manoel Lacerda Pinto, João Cândido Ferreira, Rivadavia de Macedo, Pedro Virgínio Martins e Ivo Leão tratava desse assunto. A resposta de Vargas foi a de que todos deveriam continuar o exercício de funções no governo (O DIA. O Conselho Consultivo do Estado e a inteira confiança do chefe do governo provisório. 06.jan.1932, p.1). Vargas não aceitou o pedido de exoneração coletiva dos membros do Conselho Consultivo, evitando que uma crise política de maiores proporções se alastrasse nas instituições paranaenses. Essa foi a única manifestação explícita dos agentes políticos locais no que diz respeito à reação à exoneração de Mário Tourinho. Em geral, essas lideranças mantiveram-se sem manifestar opiniões, com o intuito de preservar suas imagens e posições de poder (O DIA. Medo de dizer. 07.jan.1932, p.1).

A unidade política do Paraná dependia da simpatia e adesão do povo ao governo, juntamente com o respeito das correntes políticas e dos grupos organizados do estado, em prol da causa revolucionária (O DIA. O governo de amanhã. 07.jan.1932, p.1).

O mês de janeiro de 1932 foi caracterizado pelos rumores de qual seria o escolhido de Vargas para ocupar a interventoria no Paraná. Seria o major Eduardo Gomes, militar nascido no Rio de Janeiro que lutou nos levantes tenentistas nos anos 1920? Outros cotados eram os membros da Legião Revolucionária Paranaense, que provocaram a crise na interventoria de Tourinho. Os principais agentes civis e militares do tenentismo revolucionário eram Viégas da Silva, Ayrton Plaisant, Vicente Mário de Castro, Amorety Osório e Octávio da Silveira. Envolvidos com a preparação da Revolução de 1930 no Paraná, eles atuaram na oposição ao governo de Tourinho e lutaram pela sua exoneração. Neste contexto, os agentes políticos que tinham relação com o tenentismo tinham mais



chance de obter a nomeação para o cargo de interventor federal. Mas Vargas também poderia nomear algum membro das oligarquias paranaenses. O interventor interino, João Pernetta<sup>118</sup>, era cotado para assumir o cargo de maneira efetiva.

No entanto, o principal cotado para assumir o cargo era Manoel Ribas. Em entrevista, o pretendente ao cargo declarou: “Não sou político e não cuido de questões políticas. Entretanto, sou paranaense. E os anos que tenha vivido fora não me puderam esquecer a terra natal” (O DIA. Um candidato paranaense à interventoria. 03.jan.1932, p.1).

Manoel Ribas era amigo pessoal de Getúlio Vargas, com as missões de reorganizar econômica e administrativamente o estado e pacificar os conflitos políticos que provocavam a instabilidade na gestão. Sua experiência na Cooperativa dos Ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e na prefeitura de Santa Maria qualificavam a sua indicação ao cargo, visto com simpatia por parcelas significativas da população paranaense (O DIA. O novo interventor. 15.jan.1932, p.1).

Enquanto os políticos locais não se manifestavam, os grupos revolucionários emitiam declarações de que o novo interventor precisava atuar em três linhas de frente: a reorganização do funcionalismo, o equilíbrio econômico e o levantamento das receitas do estado. Essa era uma forma de pressão que as organizações tenentistas exerciam junto ao campo político paranaense. O manifesto dos legionários paranaenses era assinado por alguns dos responsáveis pela deposição de Mário Tourinho e outras lideranças do “tenentismo revolucionário paranaense”, tais como Manoel de Nóbrega, Ayrton Plaisant, Vicente Mário de Castro, Amorety Ozório, Paula Soares Neto, Agostinho Pereira Filho, Octávio da Silveira, Francisco Guérios, Manoel Stoll Nogueira e Lindolfo Barbosa Lima (O DIA. Ao povo os legionários paranaenses. 08.jan.1932, p.8).

Antes de assumir a interventoria, Manoel Ribas conferenciou com Maurício Cardoso no Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro. Nessas reuniões, também estavam presentes o chefe do governo, Getúlio Vargas, e o ministro da fazenda, Oswaldo Aranha, tendo como pautas os problemas econômicos, políticos e administrativos do Paraná. O principal argumento para a ocupação da interventoria por Ribas era a sua capacidade de gerir os negócios onde estava envolvido, seja na cooperativa dos ferroviários, ou na administração das suas fazendas de criação, sendo um grande estancieiro no Paraná. O prestígio de Manoel Ribas aumentava nos círculos políticos e econômicos da capital,

---

<sup>118</sup> João Pernetta era elogiado pela sua atuação em defesa interesses do Paraná no Conselho Nacional do Café (O DIA. O Paraná e o convênio do café. 14.jan.1932, p.1).

conferenciando também no Jockey Club. Após estas conversas, o nome de Manoel Ribas foi confirmado oficialmente como o novo interventor federal no Paraná.

Na sua análise clássica sobre o sistema político, explicitada na obra “Estado e partidos políticos no Brasil”, Maria do Carmo Campello de Souza assinala que uma das características das interventorias era a “sobreposição de elementos sem raízes políticas antigas nos estados (...) àquelas estruturas eleitorais coronelistas da Velha República” (SOUZA, 1976, p.41).

No estudo sobre o Paraná, observa-se que esta premissa não se aplicou integralmente para a nomeação de Mário Tourinho e também é questionável na nomeação de Manoel Ribas. Isso se deve ao fato de que embora Manoel Ribas tivesse desenvolvido sua carreira profissional e política fora do Paraná, suas raízes familiares possuíam grandes vínculos com as estruturas de dominação da Primeira República. Além desse período político anterior à Revolução de 1930, o clã familiar de Ribas também possuía ligações com o poder político dos séculos anteriores, vinculados à grande propriedade de terras.

É necessário assinalar também que, mesmo com a forte vinculação familiar entre o interventor e os clãs dominantes no estado, a carreira de Manoel Ribas se desenvolveu fora do estado do Paraná, sendo, por esta razão, desvinculado com a máquina partidária do Partido Republicano Paranaense. No entanto, seu relacionamento com as classes dominantes locais tinha aspecto conciliador e agregador, o que contribuiu para a estabilidade política no estado, fundamental para a sua manutenção no cargo de interventor.

As evidências genealógicas da família Ribas que confirmam estas afirmações serão abordadas na seção a seguir. Tratava-se de um agente político paranaense e civil, com fortes vínculos familiares com a classe dominante local, ao mesmo tempo em que era um agente político vinculado ao Rio Grande do Sul. Também demonstraremos a vinculação da equipe de secretários nomeados por Ribas com a classe dominante tradicional paranaense, através da análise genealógica dos seus membros.

## **6.2 AS CONEXÕES SOCIAIS E FAMILIARES DE MANOEL RIBAS E OS DESAFIOS DO CARGO DE INTERVENTOR FEDERAL**

Esta seção pretende analisar as origens sociais e familiares de Manoel Ribas, um dos interventores mais longevos do Brasil, cujo mandato durou cerca de 13 anos consecutivos. Nascido em Ponta Grossa, no ano de 1873, era filho de Augusto Ribas e

de Pureza de Carvalho Ribas. Realizando os seus estudos em Castro, em 1897 mudou-se com a sua esposa para a cidade gaúcha de Santa Maria, para organizar a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (CARNEIRO; VARGAS, 1994).

A fundação da Cooperativa dos Ferroviários ocorreu no ano de 1913, promovendo o desenvolvimento local através da ação nas áreas que envolviam a Escola de Artes e Ofícios, a Educação Feminina e o Hospital dos Funcionários da Viação Férrea. Além disso, a Cooperativa estendeu sua ação no comércio, na saúde, na indústria e na educação (FONTANA, 2015).

Com a proclamação da república, o seu pai, o Comendador Augusto Ribas perdeu capitais políticos, pois viu a diminuição do seu prestígio e liderança ante ao novo regime (FONTANA, 2015, p.41). A reconversão dos capitais econômicos, através de contatos com outros estados, foi fundamental para a manutenção das altas posições sociais da família.

Assim, durante 35 anos, dos 24 aos 59 anos, Ribas viveu no Rio Grande do Sul, estabelecendo vínculos políticos e econômicos com este estado. Seu cunhado, Gustavo Vauthier, já era gerente na empresa ferroviária belga que se instalara em Santa Maria, convidando Ribas para trabalhar nessa cidade. No decorrer dos anos, os irmãos de Manoel Ribas também se mudaram para Santa Maria e estabeleceram família (Augusto, Antônio, Francisca e Pureza Ribas), com exceção de José Ribas, que permaneceu no Paraná (FONTANA, 2015).

Em 1927, foi eleito prefeito de Santa Maria, apoiado pelo Partido Republicano Riograndense e pelo Partido Libertador. Neste período, Getúlio Vargas ocupava o cargo de governador do Rio Grande do Sul. Após se conhecerem e identificarem pontos em comum, tornaram-se amigos próximos, unidos por laços de confiança.

Em síntese, a trajetória profissional e política de Manoel Ribas pode ser conferida no quadro a seguir:

QUADRO 24: TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E POLÍTICA DE MANOEL RIBAS

Principais ocupações e cargos/local	Período
Fundador e chefe da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, a maior cooperativa do estado	1897-1927
Prefeito de Santa Maria, RS	1927-1930
Interventor Federal do Paraná	1932-1945

Fonte: CARNEIRO, VARGAS, 1994

Embora tenha desenvolvido carreira no Rio Grande do Sul, Manoel Ribas possuía intensas conexões genealógicas com a classe dominante tradicional paranaense. Além dessas conexões, o seu filho, Gustavo Ribas, já estava no Paraná cinco anos antes de Ribas assumir a interventoria (FONTANA, 2015, p.141).

Portador do título Rodrigues Seixas, Ribas era descendente de João Rodrigues Seixas, português que emigrou para o Paraná em meados do século XVII, sendo um dos primeiros povoadores de Curitiba, casando-se com Maria Maciel Barbosa. João Rodrigues Seixas foi escrivão da Câmara de Curitiba, na ocasião em que foram inaugurados os órgãos de justiça e governo da vila, em 29 de março de 1693 (NEGRÃO, 1927, p.91). Um dos tios de Manoel Ribas era o Comendador Augusto Lustoza de Andrade Ribas, casado com Pureza Maria da Conceição Branco de Carvalho. O comendador era um prestigiado chefe político em Ponta Grossa e no estado do Paraná, ocupando os postos de deputado provincial, camarista, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa (NEGRÃO, 1927, p.249). Outros tios de Manoel Ribas correspondem a João Baptista Lustoza Ribas de Andrade, deputado provincial, e Joaquina Lustoza Ribas, mãe de Maria Lustoza Ribas. Tal prima de Manoel Ribas era casada com o Coronel Ernesto Guimarães Vilela, capitalista e chefe político em Ponta Grossa, prefeito, deputado estadual e vice-presidente do estado (NEGRÃO, 1927, p.251-253).

Manoel Ribas tinha como avós Francisca Leocádia Lustoza de Andrade Ribas, casada em Curitiba com o Brigadeiro Manoel Ferreira Ribas, natural de Castro, deputado estadual nos biênios de 1874-1875; 1876-1877; 1878-1879, notabilizado como “um dos mais prestigiados chefes políticos do interior do Paraná”, além de ter exercido o cargo de Administrador dos Índios dos Campos Gerais (NEGRÃO, 1927, p.249). O Brigadeiro Manoel Ferreira Ribas era filho do sargento-mor Benedito Mariano Ribas e Maria Ferreira do Nascimento Ribas. Nascido em Castro, casou-se em Curitiba em 1844 com a avó de Manoel Ribas, Francisca Leocádia Lustoza de Andrade Ribas, filha do coronel Ricardo Lustoza de Andrade, oficial da Ordem da Rosa, e de Francisca das Chagas Silva Carrão. Francisca Ribas é neta pelo lado paterno do Sargento-Mor Ignácio Lustoza de Andrade e Maria Catharina de Moraes Cordeiro. Pelo lado materno, é neta do capitão Antônio José da Silva Carrão e Anna Maria Cortes (NEGRÃO, 1927, p.391). No tronco materno da sua árvore genealógica, Manoel Ribas era neto de Victor Mariano Ribas e Mariana Prestes, membros das famílias fundadoras de Pitanguy e Ponta Grossa (NEGRÃO, 1927, p.249).

Em síntese, Manoel Ribas era descendente das principais famílias que detinham a grande propriedade de terras nos Campos Gerais, somado ao prestígio social e domínio de exercício de importantes cargos políticos, reproduzidos por séculos na história paranaense.

Casado em primeiras núpcias com Zelinda Cândida da Fonseca Ribas, teve seis filhos<sup>119</sup>. Sua esposa era herdeira de grandes extensões de terras, que somavam milhares de hectares nos municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul e Castro (FONTANA, 2015, p.42).

Na relação de descendentes diretos de Manoel Ribas, identificam-se sobrenomes que correspondem aos mais poderosos círculos sociais do Paraná: Macedo, Martins, Lupion, Fontana, França, Tysot, Vauthier, Oliveira Franco, entre outras famílias que compõem a descendência. O círculo genealógico de Manoel Ribas estabeleceu conexões com as famílias Camargo, Ribeiro de Macedo, Guimarães, Amaral e Taques.

Entretanto, mesmo com a forte vinculação familiar entre o interventor e os clãs dominantes no estado, a carreira de Manoel Ribas se desenvolveu fora do estado do Paraná, sendo, por esta razão, desvinculado com a máquina partidária do Partido Republicano Paranaense, hegemônico durante boa parte da Primeira República. Nesse sentido, Ribas era um agente externo em relação aos agentes que hegemonizavam o campo político paranaense antes de 1930, devendo maiores satisfações ao chefe do governo provisório do que em relação às classes dominantes locais.

Em linhas gerais, os principais condicionantes para a nomeação de Manoel Ribas para a interventoria federal no Paraná são os seguintes: o fato de pertencer à classe dominante tradicional paranaense, através de laços genealógicos, somado a sua amizade com o chefe do poder executivo federal, Getúlio Vargas, a quem devia o cargo. Essa dupla condição possibilitou a Manoel Ribas assumir a interventoria federal sem dever a sua permanência aos círculos oligárquicos locais, visto que ele não pertencia ao esquema

---

<sup>119</sup> As três primogênicas eram mulheres: Odette Ribas Paternot, casada com Edgard Paternot, natural da Bélgica; Prudência Ribas, solteira, e Augusta Ribas de Macedo, casada com Francisco Rodrigues de Macedo, filho de Indalécio Rodrigues de Macedo, membro de uma tradicional família da classe dominante paranaense. Seu primeiro filho homem foi Gustavo Ribas, casado com Marina Martins Ribas, descendente de uma importante família dos Campos Gerais. Os filhos, sobrinhos e netos de Manoel Ribas casaram-se com outras famílias que concentravam capitais políticos e econômicos no Paraná, como é o caso de Maria Helena Ribas Lupion, casada com José Lupion Júnior, Thereza Cristina Ribas, casada com Francisco Fernando Fontana, Ana Cláudia Fontana França, casada com Aristides Alberto Tysot França, Alice Wauthier, casada com Rivadávia Macedo e Rosa Macedo de Oliveira Franco, casada com Adolpho de Oliveira Franco. As outras duas filhas de Manoel Ribas correspondem à Maria Ribas Curcio, casada com Luiz Curcio e Helena Ribas, casada com Édson Amazonas Almeida (NEGRÃO, 1927, p.249-250; ALBUQUERQUE, 1994).

partidário paranaense da Primeira República, pois sua carreira foi desenvolvida inteiramente no Rio Grande do Sul, estado em que conheceu e angariou amizade com Getúlio Vargas. Sua relação era direta com o governo federal e com o Ministério da Justiça, pasta ocupada por Maurício Cardoso, conhecido por Ribas pela política gaúcha. A lógica da centralização política tornou possível a nomeação de Ribas para a interventoria federal, transferindo-o do estado do Rio Grande do Sul para o Paraná. Reinstalado no estado, Ribas procurou diálogo entre os grupos tenentistas e os grupos oligárquicos, dissidentes e não-dissidentes, pois, a longo prazo, o interventor incentivou a reconciliação com muitos agentes de poder que foram destituídos pela Revolução de 1930<sup>120</sup>.

Em um contexto marcado pela instabilidade política e por constantes trocas de interventores nos estados, Ribas permaneceu à frente do poder executivo paranaense por 13 anos consecutivos (de 1932 a 1945), estabilidade alcançada apenas por outros dois estados: Goiás e Espírito Santo. O estado de Goiás foi governado por Pedro Ludovico Teixeira, civil e nascido em Goiás, era identificado com os tenentes e apoiou a Revolução de 1930. Seu mandato durou 15 anos, de 1930 a 1945. Outro interventor que governou por 13 anos consecutivos foi João Punaro Bley, militar, nascido em Minas Gerais, que governou o estado do Espírito Santo entre 1930 e 1943. Esses três interventores merecem ser investigados, pois governar por tantos anos seguidos em um contexto marcado pela instabilidade política foi uma proeza registrada por estas experiências. No caso desta tese, investigamos as características de Manoel Ribas, singulares no contexto paranaense, que atravessava por uma séria crise político-econômica.

No quadro a seguir, visualizamos os dados dos interventores e governadores dos estados durante toda a “Era Vargas”. Essas informações são importantes para a verificação do tempo de permanência dos chefes do poder executivo nos estados, a vinculação com as forças armadas e os movimentos tenentistas no período pós-1930 e o estado de nascimento dessas lideranças políticas.

#### QUADRO 25- INTERVENTORES NOS ESTADOS (1930-1945)

Estado	Interventores/ Governadores	Período	Militar	UF de nascimento
Paraná	Mário Tourinho	1930-1931	Sim	PR

<sup>120</sup> Esse foi o caso de desembargadores do Tribunal de Justiça que foram reintegrados aos seus cargos a partir da interventoria de Ribas, bem como o exemplo emblemático de Caetano Munhoz da Rocha, que se tornou presidente do Departamento Administrativo do Estado, durante o Estado Novo.

	João Pernetta	Jan.1932	Não	PR
	Manoel Ribas (eleito)	1932-1934 1935-1937 1937-1945	Não	PR
Santa Catarina	Ptolomeu De Assis Brasil	1930-1932	Sim	RS
	Rui Zobaran	1932-1933	Sim	RS
	Aristiliano Laureno Ramos	1933-1935	Não	SC
	Nereu Ramos (eleito)	1935-1945	Não	SC
Rio Grande do Sul	Oswaldo Aranha	Out.1930	Não	RS
	Sinval Saldanha	Nov.1930	Não	RS
	José Antônio Flores da Cunha (eleito)	1930-1937	Não	RS
	Manuel de Cerqueira Daltro Filho	1937-1938	Sim	RS
	Joaquim Maurício Cardoso	1938	Não	RS
	Oswaldo Cordeiro de Farias	1938-1943	Sim	RS
	Ernesto Dorneles	1943-1945	Sim	RS
São Paulo	João Alberto Lins de Barros	1930-1931	Sim	PE
	Laudo Ferreira de Camargo	1931	Não	SP
	Manuel Rabelo Mendes	1931-1932	Sim	RJ
	Pedro Manuel de Toledo	1932	Não	SP
	Valdomiro Castilho de Lima	1932-1933	Sim	RJ
	Manuel de Cerqueira Daltro Filho	1933	Sim	RS
	Armando de Salles Oliveira (eleito)	1933-1936	Não	SP
	Henrique Smith Bayma	1936-1937	Não	SP
	José Joaquim Cardoso de Melo	1937	Não	SP
	Francisco José da Silva Júnior	1938	Sim	CE
	Ademar Pereira de Barros	1938-1941	Não	SP
	Fernando de Sousa Costa	1941-1945	Não	SP
Minas Gerais	Olegário Dias Maciel	1930-1933	Não	MG
	Gustavo Capanema Filho	1933	Não	MG
	Benedicto Valladares Ribeiro (eleito)	1933-1945	Não	MG
Rio de Janeiro	Plínio de Castro Casado	1930-1931	Não	RS
	João de Deus Mena Barreto	1931	Sim	RS
	Pantaleão da Silva Pessoa	1931	Sim	RS
	Ary Parreiras	1931-1935	Sim	RJ
	Newton de Andrade Cavalcanti	1935	Sim	AL
	Protógenes Pereira Guimarães (eleito)	1935-1937	Sim	SC
	Ernâni do Amaral Peixoto	1937-1945	Não	RJ
Distrito Federal	Adolfo Bergamini	190-1931	Não	MG
	Pedro Ernesto Baptista (eleito)	1931-1936	Não	PE
	Henrique Dodsworth	1937-1945	Não	RJ
Espírito Santo	José Armando Ribeiro de Paula	1930	Não	RJ
	João Punaro Bley (eleito)	1930-1943	Sim	MG

	Jones dos Santos Neves	1943-1945	Não	ES
Goiás	Pedro Ludovico Teixeira (eleito)	1930-1945	Não	GO
Mato Grosso	Antonino Mena Gonçalves	1930-1931	Sim	RS
	Artur Antunes Maciel	1931-1932	Não	RS
	Leônidas Antero de Mattos	1932-1934	Não	MT
	César de Mesquita Serva	1934-1935	Não	MT
	Fenelon Müller	1935	Não	MT
	Mário Correia da Costa (eleito)	1935-1937	Não	MT
	Manuel Ari da Silva Pires	1937	Sim	RJ
	Júlio Strübing Müller	1937-1945	Não	MT
Acre	Francisco Paula Assis Vasconcelos	1930-1934	Não	
	José M. Brandão Castelo Branco	1934-1935	Não	RN
	Manuel Martiniano do Prado (eleito)	1935-1937	Não	SP
	Epaminondas de Oliveira Martins	1937-1941	Não	BA
	Oscar Passos	1941-1942	Sim	RS
	Luís Silvestre Gomes Coelho	1942-1945	Sim	CE
Amazonas	Álvaro Botelho Maia (eleito)	1930-1933/ 1935-1945	Não	AM
	Nélson de Melo	1933-1935	Sim	RS
Pará	Joaquim de Magalhães Cardoso Barata	1930-1935/ 1943-1945	Sim	PA
	Roberto Carneiro de Mendonça	1935	Sim	RJ
	José Carneiro da Gama Malcher (eleito)	1935-1943	Não	PA
Maranhão	José Maria dos Reis Perdigão	1930-1931	Não	MA
	Astolfo do Barros Serra	1931	Não	MA
	Joaquim de Aquino Correia	1931	Não	MA
	Lourival Seroa da Mota	1931-1933	Sim	BA
	Antônio Martins de Almeida	1933-1935	Sim	MG
	Aquiles de Faria Lisboa (eleito)	1935-1936	Não	MA
	Roberto Carneiro de Mendonça	1936	Sim	RJ
	Paulo Martins de Sousa Ramos	1936-1945	Não	MA
Piauí	Humberto de Areia Leão	1930-1931	Sim	PI
	Joaquim de Lemos Cunha	1931	Sim	RS
	Landry Sales Gonçalves	1931-1935	Sim	CE
	Leônidas de Castro Melo (eleito)	1935-1945	Não	PI
Ceará	Manuel do Nascimento Távora	1930-1931	Não	CE
	João da Silva Leal	1931	Sim	CE
	Roberto Carneiro de Mendonça	1931-1934	Sim	RJ
	Filipe Moreira Lima	1934-1935	Sim	PB
	Francisco de Menezes Pimentel (eleito)	1935-1945	Não	CE



Rio Grande do Norte	Irineu Joffily	1930-1931	Não	PB
	Aluísio de Andrade Moura	1931	Sim	RN
	Hercolino Cascardo	1931-1932	Sim	RJ
	Bertino Dutra da Silva	1932-1933	Sim	BA
	Mário Leopoldo Câmara	1933-1935	Não	RN
	Rafael Fernandes Gurjão (eleito)	1935-1943	Não	RN
	Antônio Fernandes Dantas	1943-1945	Sim	RN
Sergipe	Augusto Maynard Gomes	1930-1935/ 1942-1945	Não	SE
	Erônides Ferreira de Carvalho (eleito)	1935-1942	Não	SE
Alagoas	Hermílio de Freiras Melro	1930-1931	Não	SE
	Luís de França Albuquerque	1931/ 1932-1933	Sim	AL
	Tasso de Oliveira Tinoco	1931-1932	Sim	RJ
	Francisco Afonso de Carvalho	1933-1934	Sim	AL
	Temístocles Vieira de Azevedo	1934	Sim	
	Osman Loureiro (eleito)	1935-1945	Não	AL
Paraíba	José Américo de Almeida	1930	Não	PB
	Antenor de França Navarro	1930-1932	Não	PB
	Gratuliano da Costa Brito	1932-1934	Não	PB
	José Marques da Silva Mariz	1934-1935	Não	PB
	Argemiro de Figueiredo (eleito)	1935-1940	Não	PB
	Rui Carneiro	1940	Não	RJ
	Antônio Galdino Guedes	1940-1945	Não	PB
	Samuel Duarte	1945	Não	PB
Pernambuco	Carlos de Lima Cavalcanti (eleito)	1930-1937	Não	PE
	Amaro de Azambuja Vila Nova	1937	Sim	RS
	Agamenon de Godoy Magalhães	1937-1945	Não	PE
	Etelvino Lins de Albuquerque	1945	Não	PE
Bahia	Leopoldo Bastos do Amaral	1930-1931	Não	PA
	Artur Neiva	1931	Não	BA
	Raimundo Rodrigues Barbosa	1931	Sim	PA
	Juracy Montenegro Magalhães (eleito)	1931-1937	Sim	CE
	Antônio Fernandes Dantas	1937-1938	Sim	RN
	Landulfô Alves de Almeida	1938-1942	Não	BA
	Renato Onofre Pinto Aleixo	1942-1945	Sim	RJ

FONTES: Galeria de governadores nas páginas dos governos estaduais.

Neste quadro, nos deparamos com a alta instabilidade política nos estados, que registravam a constante troca de interventores. Muitos desses interventores/governadores eram militares e indivíduos nascidos fora do estado ao qual iriam exercer o poder, dado o caráter nacional e centralizador imprimido pelo processo político posterior a 1930.

Manoel Ribas, paranaense e civil, era fiel à pessoa de Getúlio Vargas, e foi nomeado interventor em 1932 devido às suas conexões familiares no Paraná, e sua credibilidade econômica e política alcançada no Rio Grande do Sul. Nas próximas etapas desta tese, perceberemos que Ribas angariou apoio do governo federal, dos tenentes revolucionários locais e das oligarquias paranaenses. Desse modo, ele conseguiu ser nomeado governador do Paraná, através de eleições indiretas. Durante todo o Estado Novo, Ribas desempenhou o cargo de interventor federal, tratando-se de três momentos políticos diferentes da Era Vargas que Manoel Ribas obteve prestígio e sucesso, adaptando-se a cada um deles, com astúcia e manejo político.

As próximas subseções irão tratar dos dois principais desafios a serem enfrentados pela interventoria de Ribas: a neutralização da crise política, especialmente com relação aos grupos tenentistas revolucionários, e a superação da crise econômica ao qual o estado atravessava.

### 6.2.1 O cenário político de 1932 e a composição da equipe de governo da interventoria Ribas

Manoel Ribas teria pela frente o desafio de superar a crise econômica atravessada pelo Paraná, neutralizar a crise política com os setores militares envolvidos com a Revolução de 1930 no Paraná e dialogar com as oligarquias locais para tornar possível um governo estável. O fato de ser civil e paranaense foi positivo para esse direcionamento.

A primeira entrevista de Manoel Ribas após a sua ida ao Rio de Janeiro tratou do tema da crise da economia paranaense. As diretrizes da sua gestão seriam de cortes nas despesas, juntamente com a união de agrupamentos antagônicos através da isenção do governo frente aos diferentes interesses. A interventoria de Manoel Ribas prometia colocar em prática os ideais revolucionários, combatendo as práticas de hipertrofia do poder pessoal e do familismo na política. Outra frente de atuação estava relacionada à efetivação das funções da comissão de sindicância, em atividade há quinze meses desde que o movimento de 1930 angariou sua vitória, cujas investigações não apuraram contra

“muitas das figuras representativas do velho PRP” (O DIA. Pelo bem e pelo progresso do Paraná. 19.jan.1932, p.2).

Outros problemas que demandavam a atenção do novo interventor eram as obras que ainda não estavam concluídas que eram essenciais para o desenvolvimento da economia paranaense, tais como a ferrovia para o Oeste, a rodovia para o nordeste do estado, a estrada de ferro para Guarapuava, a rodovia para a Ribeira e os ajustes no Porto de Paranaguá (O DIA. Os graves problemas do governo. 23.jan.1932, p.1).

Manoel Ribas também prometia que uma reforma na magistratura era necessária no Paraná, aumentando a remuneração dos juízes e revendo os afastamentos sumário de vários juízes realizados na interventoria de Mário Tourinho (O DIA. A anunciada reforma do Judiciário. 24.jan.1932, p.1). A imprensa também demandava de Manoel Ribas a escolha de prefeitos municipais que praticassem uma administração consciente e não alinhada aos interesses dos “coronéis analfabetos e politiqueros” (O DIA. Nas antevésperas de uma rude contraprova.27.jan.1932, p.1).

Antes da posse de Manoel Ribas, as suas características pessoais eram definidas da seguinte maneira: “seu perfil vem sendo traçado como o de um homem enérgico, rude mesmo nas ocasiões decisivas, desses pulsos de aço que sabem manejar rédeas por si, com força suficiente para dirigi-los conforme sua vontade” (O DIA. Manoel Ribas. 29.jan.1932, p.1).

Na transição de governo, no período em que o interventor interino era João Pernetta, o Conselho Consultivo do Estado sofreu duas baixas: os pedidos de exoneração de João Cândido Ferreira e Ivo Leão (O DIA. Conselho Consultivo: O dr. João Cândido pediu exoneração. 09.jan.1932, p.1). Esses dois agentes políticos eram provenientes das oligarquias dissidentes do Paraná. O primeiro protagonizou o momento de inflexão registrado pelas eleições de 1907, contestada pelas oligarquias hegemônicas. Esses eventos foram descritos no livro “Bastidores Políticos”, de Ottoni Maciel, o vice na mesma chapa de João Cândido Ferreira. Por sua vez, Ivo Leão era um apoiador histórico do Partido Democrático Paranaense. Na Associação Comercial do Paraná, exerceu ativamente o protesto político às oligarquias hegemônicas exclusivamente pelos clãs Camargo/Munhoz da Rocha.

No mesmo contexto em que Manoel Ribas estava dialogando com o governo federal para assumir a interventoria, a política brasileira estava em efervescência no debate sobre a constitucionalização do país, pauta defendida especialmente pelos oligarcas dissidentes que apoiaram a Aliança Liberal e não se viam representados e

prestigiados no governo provisório. Esse era o caso dos membros do Partido Democrático de São Paulo, que romperam com o governo Vargas em janeiro de 1932.

No Paraná, observamos o afastamento de alguns oligarcas dissidentes com relação à interventoria local e ao próprio governo provisório. No meio das lutas entre as organizações tenentistas e os oligarcas dissidentes, Vargas procurava atender às demandas de ambos os grupos, contrários entre si.

Nesse movimento, o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, foi assinado por Getúlio Vargas, representando um salto qualitativo nas instituições políticas brasileiras. O Código Eleitoral ampliou o direito ao voto, prevendo para todos os brasileiros alfabetizados maiores de 21 anos, independente do sexo (ARAÚJO, 2003, p.135). Na Primeira República, o voto era restrito aos homens, ainda que existissem alguns grupos de mulheres que lutavam pelo direito ao voto, muito contestado por agentes conservadores. A oposição ao voto feminino, nas décadas de 1920 e 1930, era embasada pelas teorias que enfatizavam a “incapacidade da mulher”, supostamente portadora de características “naturais”, como a emotividade e a instabilidade, que impossibilitariam tomadas de decisões racionais na política (BARBOSA; MACHADO, 2012, p.91). O Código Eleitoral foi uma inovação na política, em perspectivas jurídicas e sociais.

Manoel Ribas estava assumindo a interventoria no contexto marcado pelo Código Eleitoral, uma conquista fundamental no campo dos direitos políticos no Brasil. Juntamente com o Código Eleitoral, outra novidade para a política dos estados foi a edição do **Código dos Intervenores**. No discurso oficial, o código possuía a função de reintegrar o Brasil no regime da lei, garantindo o patrimônio e o direito dos cidadãos (O DIA. Resgatemos as injustiças. 27.jan.1932, p.1). Na prática, o código dos intervenores era uma forma de limitar o poder político dos representantes do governo federal nos estados. A escolha do nome de Manoel Ribas para o executivo paranaense se deu em um contexto em que Vargas tinha problemas em muitas interventorias, o que proporcionou a tomada de decisões que resultassem em maior controle político.

Na posse de Manoel Ribas, foram enfatizadas as frentes de governo que envolviam a reorganização da justiça e do funcionalismo público, uma maior atenção à instrução pública, além das pautas que envolviam a constitucionalização e a continuidade das obras públicas.

Além disso, a contenção de gastos era um dos pontos mais enfatizados por Ribas, que não permitiu que o Paraná operasse com uma nova secretaria, embora o Código dos Intervenores previsse esse direito ao estado.

O enxugamento da máquina pública e a racionalização política nos municípios fizeram parte do discurso e da imagem que o novo interventor estava construindo. Na entrevista que concedeu ao jornal O Dia na ocasião de sua posse, Ribas assinalou que as administrações dos municípios seriam realizadas “somente por pessoas absolutamente idôneas”, e que ele pessoalmente controlaria “os serviços dos governos locais, afim de tê-los sempre harmonizados” com o plano geral do governo estadual (O DIA. O novo interventor traça ao O DIA as linhas mestras de sua administração. 30.jan.1932, p.1).

Quanto aos ocupantes dos cargos no seu governo, Ribas afirmava que conhecia poucas pessoas do Paraná, portanto suas indicações não seriam políticas, ligadas a compromissos pessoais, e sim técnicas. Nas suas palavras, “não sendo eu político (...) cuido do valor pessoal de cada um, sem atenção a sua cor partidária. Julgo que todo o paranaense deve vir prestar-me o seu apoio, não por mim, mas pelo Paraná” (O DIA. O novo interventor traça ao O DIA as linhas mestras de sua administração. 30.jan.1932, p.1).

Nesse sentido, o discurso do novo interior previa uma moralização do poder executivo no nível municipal, através das nomeações de prefeitos, e no nível estadual, abrangendo a escolha do secretariado. O privilegiamento da técnica em detrimento da política seria aliado a uma ideia de que Ribas era um outsider da política paranaense, um agente “desenraizado” que não possuía conchavos e relações pessoais com os agentes políticos locais. Essa lógica estava interligada à imagem que Ribas pretendia angariar frente à população paranaense.

Na prática, Ribas possuía fortes laços de parentesco com a classe dominante tradicional paranaense, conforme o visto anteriormente, e também tinha boas relações com os grupos ligados ao “tenentismo revolucionário”. Uma das evidências que assinala tal proximidade corresponde ao fato de que assim que Ribas tomou posse, a Legião Revolucionária do Paraná o homenageou através das congratulações dos seus diretores Octávio da Silveira, Vicente Mário de Castro, Ayrton Plaisant, Victor Batista, Walter Gastão Buttell, entre outros. Esses agentes atuaram decisivamente na deposição de Mário Tourinho.

Além desses grupos tenentistas, membros do exército, da Associação Comercial do Paraná e da Justiça Estadual também prestigiaram a sua posse (O DIA. A chegada do novo interventor. 30.jan.1932, p.1).

As mudanças nos cargos e altas posições no executivo estadual ocorreram a partir da posse de Ribas. O jogo político de quem teria mais poder e capitais estava aberto a

negociações. Por outro lado, alguns agentes perderam posições e prestígio, com enfraquecimento de capitais políticos.

Uma das primeiras baixas foi a do major Cícero Costard, que solicitou a sua exoneração do cargo de chefe de polícia (O DIA. O dia oficial de ontem: a posse do novo interventor. 31.jan.1932, p.1). Costard foi um dos líderes militares na ocasião da Revolução de 1930 no Paraná. Desde o início da interventoria de Tourinho, pertenceu à base de apoio militar à gestão. Mesmo possuindo relações próximas ao grupo de militares ligados ao tenentismo revolucionário, Costard não se aliou a eles para conspirar contra os irmãos Tourinho. Sua afinidade com o tenentismo pós-1930 estava atrelada à figura de João Alberto, chegando a ocupar posições destacadas na interventoria paulista. No entanto, em relação aos grupos do tenentismo revolucionário paranaense, Costard não se engajou no projeto de poder e nas ambições políticas pretendidas pelos militares descontentes com a interventoria de Tourinho.

Os secretários estaduais que ocupavam as pastas na interventoria interina de João Pernetta também foram substituídos por agentes de confiança do novo interventor. As nomeações para o secretariado de Ribas ocorreram após reuniões com algumas lideranças locais alinhadas às diretrizes gerais da nova gestão.

O secretário do Interior, Justiça, Viação e Obras Públicas escolhido pelo governo foi **Clotário de Macedo Portugal**, que já tinha ocupado a chefatura de polícia e a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná. Para a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas, o escolhido foi **Rivadavia Macedo**, com uma extensa trajetória no comércio. Na Diretoria Geral de Ensino, o designado foi o psiquiatra **Octávio da Silveira**, “um técnico no posto de sua competência”, dada a sua experiência na diretoria da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. A Diretoria de Geral da Saúde Pública passou a ser ocupada por **Francisco Guérios**, sem experiência na área. Para a Procuradoria de Justiça o escolhido foi o juiz Isaías Bevilaqua. Para a chefatura de polícia, foi indicado o tenente **Vicente Mário de Castro**, da ala esquerdista revolucionária (O DIA. Os novos secretários. 05.fev.1932, p.1). Os novos secretários tomaram posse no dia 10 de fevereiro de 1932.

Percebe-se o prestigiamento de elementos ligados ao tenentismo revolucionário: Octávio da Silveira, Francisco Guérios e Vicente Mário de Castro. Eles eram membros do Centro Revolucionário 5 de Outubro, presidido por Viégas da Silva, um dos principais opositores do ex-interventor Mário Tourinho, e também da Legião Revolucionária Paranaense.

Também assinala-se a presença de elementos arraigados à classe dominante tradicional paranaense, como Clotário de Macedo Portugal e Rivadávia Fonseca de Macedo, cujos aspectos genealógicos serão analisados nos próximos parágrafos.

Após a designação dos secretários, Ribas começou a substituir os prefeitos municipais. O novo prefeito de Curitiba nomeado por Manoel Ribas foi **Jorge Lothario Meissner**, filho do deputado estadual Carlos Meissner, que participou da Assembleia Estadual Constituinte em 1892 (NICOLAS, 1984). Com descendência alemã, era irmão de Hilda Amorety Osório, casada com um dos comandantes da Revolução de 1930 no Paraná, o capitão Carlos Amorety Osório<sup>121</sup>. Formado em Engenharia Civil, Meissner executou ações de controle e planejamento sobre o crescimento da cidade, tendo uma administração vista como técnica (OLIVEIRA, 2016). Seu cunhado era membro do tenentismo revolucionário de oposição a Mário Tourinho, o que contribuiu para a sua nomeação ao cargo de prefeito, servindo como base de apoio ao interventor Manoel Ribas. Em síntese, o perfil do novo prefeito de Curitiba mesclava a ligação com grupos oligárquicos da Primeira República com o tenentismo revolucionário.

Mobilizações nos demais municípios começaram a se intensificar para a permanência ou substituição dos prefeitos. Algumas lideranças de Tibagi não concordavam com a permanência do prefeito Natalício Borges a frente do cargo, sendo substituído por Mário Guimarães. O Prefeito de Jaguariaíva, o coronel Joviniiano Lobo, continuou no cargo, devido a sua amizade de infância com o novo interventor. Outro prefeito que permaneceu foi Paulo da Rocha Al-Chueyr, de Siqueira Campos. Este prefeito permaneceu devido ao fato de que ele foi um dos líderes da Revolução de 1930 no Norte do Paraná, e também relacionado ao tenentismo revolucionário.

Nas prefeituras de Tomazina e Guarapuava, Joaquim Martins de Andrade e Arlindo Ribeiro não continuaram nos seus respectivos cargos (O DIA. Política e Políticos. 13.fev.1932, p.1). Por sua vez, os novos prefeitos de Cambará e Sertanópolis designados por Ribas foram Walter Pinheiro e João Ferraz (O DIA. Política e Políticos. 26.fev.1932, p.1). No decorrer do seu mandato, Ribas selecionou e designou prefeitos que estavam alinhados ao seu projeto de poder, e substituída de acordo com os

Em linhas gerais, os movimentos feitos pela interventoria Ribas quanto à nomeação de prefeitos seguiram a lógica de prestigiar os elementos ligados ao tenentismo

---

<sup>121</sup> No decorrer de sua trajetória, Amorety Osório lutou ao lado do governo Vargas contra o levante paulista de 1932, fundou o partido Socialista Brasileiro e também participou da Aliança Nacional Libertadora, no ano de 1935.

revolucionário, mantendo aqueles que faziam oposição a Mário Tourinho e substituindo os prefeitos não alinhados com os grupos tenentistas, ou aqueles que apoiavam o interventor anterior

O perfil político geral da equipe de Manoel Ribas pode ser conferido no quadro a seguir, contendo informações genealógicas, capitais econômicos, filiações político-partidárias e capitais políticos.

QUADRO 23- PERFIL DOS SECRETÁRIOS NOMEADOS POR MANOEL RIBAS

Nome/UF de nascimento	Título Genealógico/ Conexões Familiares	Capitais Econômicos/sociais/profissional	Filiações político-partidárias	Cargos políticos
Clotário de Macedo Portugal/PR	Rodrigues de Seixas (Vol.II). Parentesco com as famílias Macedo, Portugal e Azevedo, com membros na Associação Comercial do Paraná.	Grande propriedade nos ramos de terras, comércio e indústria ervateira. Professor da Universidade do Paraná.	Partido Social Democrático	Desembargador do Tribunal de Justiça (1924-1947). Secretário da justiça, 1932; Interventor federal, 1945.
Rivadavia Fonseca de Macedo/PR	Rodrigues de Seixas (Vol.II). Casado com Alice Vauthier de Macedo, sobrinha de Manoel Ribas.	Grande propriedade comercial. Presidente da ACP por várias gestões.	Partido Social Democrático	Secretário da Fazenda. Presidente do Banestado.
Octávio da Silveira/RS	-----	Professor da Universidade do Paraná.	Apoio ao Tenentismo; AL; Apoio à Revolução de 1930; Legião Revolucionária Paranaense (oposição à Tourinho); Partido Social Democrático (apoio à Ribas), Aliança Nacional Libertadora.	Diretor Geral do Ensino e Saúde Pública, 1932-1934; Deputado Federal, 1934-1936.
Francisco Guérios/PR	-----	-----	Membro da Aliança Liberal (oposição a Ottoni Maciel). Membro da Legião	Exonerado da Diretoria de Saúde por “convicções políticas



			Revolucionária Paranaense (oposição à Tourinho). Membro do Clube 3 de Outubro. Partido Social Nacionalista (oposição a Ribas)	extremadas”, em outubro de 1932.
Vicente Mário de Castro/PR	-----	Capitão do Exército	Apoio ao Tenentismo; AL; Apoio à Revolução de 1930; Legião Revolucionária Paranaense (oposição à Tourinho)	Chefe de polícia, 1932-1933.
Jorge Lothario Meissner/PR	Filho do deputado estadual Carlos Meissner.	Engenheiro Civil		Prefeito de Curitiba (1932-1937).

Fontes: Ver anexo 12.

O perfil social e genealógico dos primeiros membros nomeados por Manoel Ribas indica o privilegiamento dos membros da classe dominante tradicional paranaense, como é o caso de Clotário de Macedo Portugal e Rivadávia de Macedo. Ambos estavam conectados através do parentesco e através de relações econômicas, evidenciadas na Associação Comercial do Paraná.

Clotário de Macedo Portugal, natural de Campo Largo, é membro das famílias Azevedo Portugal e Macedo, que exercem poder político e econômico no Paraná desde o Império. A primeira atuou na conquista militar do estado, estabelecendo-se na região através de uma sesmaria, adquirindo extensas quantidades de terras e estabelecendo estâncias de criação. Já a segunda família se edificou a partir de grandes engenhos de erva-mate (KAMINSKI, 2013, p.182). Seus capitais familiares foram incrementados através do casamento com uma de suas primas, Anna de Azevedo Macedo Portugal, filha de João Ribeiro de Macedo, industrial de erva-mate e um dos presidentes da Associação Comercial do Paraná.

Antes de ser nomeado secretário de justiça por Manoel Ribas, Clotário Portugal havia sido nomeado desembargador do Tribunal de Justiça por Caetano Munhoz da Rocha, em 1924. Apoiador da Revolução de 1930, aproximou-se dos círculos de poder que desejavam a renovação dos costumes políticos, sendo prestigiado com uma secretaria na interventoria de Ribas, juntamente com outros membros da família Macedo,

incrementando os capitais da família nos círculos do poder no Paraná que aumentaram com a Revolução de 1930.

Outro membro da classe dominante tradicional paranaense que foi prestigiado com uma importante secretaria foi Rivadávia de Macedo, presidente da Associação Comercial do Paraná entre 1931 e 1933 e entre 1939 e 1946. Os capitais políticos dos quais Macedo era portador ultrapassaram os capitais dos seus parentes que haviam sido parentes presidentes das gestões anteriores da ACP, o que vincula o processo político pós-revolucionário com a ascensão das frações industriais e comerciais da entidade. Rivadávia de Macedo possuía capitais sociais e econômicos volumosos, sendo empresário da construção civil, professor de Engenharia na Universidade do Paraná, proprietário de fazendas de café e criação de gado (ALMEIDA, 1968, p.187). Foi fundador do Graciosa Country Club e do Rotary Club de Curitiba (CARNEIRO, 1981, p.120).

Os capitais familiares deste agente incrementaram-se ainda mais com o seu casamento com Alice Vauthier de Macedo, parente do interventor do Paraná, Manoel Ribas. Isto foi decisivo para que ocupasse o cargo de Secretário da Fazenda e Obras Públicas no governo Manoel Ribas (CARNEIRO, 1981, p.119), uma das duas secretarias existentes. Devido a este cargo, ocupou o cargo de Interventor provisório no Paraná. Ribas era o mais poderoso membro da classe dominante na política que caracteriza do período varguista no Paraná após a Revolução de 1930. Sua conexão familiar com este agente facilitou a ocupação de importantes cargos no período. Percebemos neste agente a real e efetiva participação empresarial nos círculos políticos dominantes, não mais restrita a dissidências e posições coadjuvantes ocupadas por esta fração de classe antes de 1930.

Macedo também exerceu a presidência do Banestado, sendo o responsável pela recuperação de suas finanças e pela abertura de 14 agências, entre elas o histórico edifício da Rua XV de novembro, esquina com a Rua Monsenhor Celso (CARNEIRO, 1981, p.120). Outros membros da família exerceram importantes cargos nesta nova fase do período republicano. Conforme já assinalamos, o interventor Mário Tourinho nomeou Joaquim Pereira de Macedo para a Prefeitura de Curitiba, na ocasião da Revolução de 1930. Outro membro do clã Macedo que foi prestigiado pelo cargo foi Oscar Borges de Macedo e Ribas, nomeado pelo interventor Manoel Ribas no ano de 1938 (OLIVEIRA, 2000, p.391). A atuação de Rivadávia Macedo enquanto empresário associava-se ao assistencialismo, sendo ele vice-presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA),

entidade da classe dominante muito influente no governo Vargas (ALMEIDA, 1968, p.187).

Em resumo, Ribas prestigiou antigos membros da classe dominante para assumir importantes cargos políticos no seu governo. Estes agentes eram associados às frações oligárquicas dissidentes na Primeira República, que se aproximaram aos propósitos reformistas da Revolução de 1930. A Associação Comercial do Paraná foi uma das principais instituições a defender um maior espaço político para os membros dos clãs Macedo e Guimarães, que tiveram grandes incrementações de capitais no período pós-1930. Ribas incorporou estes dois agentes políticos ao partido situacionista, o Partido Social Democrático. Após a ocupação do cargo na secretaria, Clotário Portugal ocupou o cargo de interventor interino e Rivadávia Macedo se tornou presidente do Banestado.

Outro padrão de nomeações de Manoel Ribas no secretariado é exemplificado pelos nomes de Octávio da Silveira, Francisco Guérios e Vicente Mário de Castro. Os três agentes citados foram centrais para a deposição de Mário Tourinho a frente da interventoria federal do Paraná. Estas nomeações associam Manoel Ribas à Legião Revolucionária Paranaense, evidenciando sua simpatia às organizações tenentistas no período pós-revolucionário.

Octávio da Silveira não possuía vínculos com a classe dominante tradicional local, sendo natural do Rio Grande do Sul. Estabelecendo-se no Paraná, tornou-se um prestigiado professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná. Simpatizante do movimento tenentista, apoiou a Revolução de 1930 no estado, distanciando-se, no entanto, da liderança dos irmãos Tourinho. Passou para a oposição nos primeiros meses do governo revolucionário, denunciando ações da interventoria paranaense ao governo central, através de cartas enviadas aos gabinetes de Oswaldo Aranha e de Getúlio Vargas, em nome da Legião Revolucionária Paranaense. Com a exoneração de Mário Tourinho, foi nomeado Diretor de Ensino pelo interventor Manoel Ribas, cargo em que permaneceu até 1934. Alinhado ao governo, filiou-se ao Partido Social Democrático, legenda em que se elegeu deputado federal, sendo o campeão de votos nas eleições de 1934, o que demonstra a grande popularidade de Silveira em relação ao eleitorado paranaense.

O vínculo com o tenentismo de Octávio da Silveira era tão intenso ao ponto de integrar-se à ala mais radical da esquerda do movimento. Identificado com os ideais de Luís Carlos Prestes e à ideologia comunista, o então deputado federal Octávio da Silveira vinculou-se à Aliança Nacional Libertadora, organização em que chegou a exercer a

presidência, a partir de julho de 1935. Após a sua prisão, interrompeu sua carreira política com o Estado Novo.

Outra liderança de esquerda prestigiada por Manoel Ribas foi Francisco Guérios, que também não possuía vínculos com a classe dominante tradicional local. Simpatizante do movimento tenentista na década de 1920, vinculou-se à Aliança Liberal do Paraná, exercendo oposição à Ottoni Maciel e às oligarquias dissidentes a ele identificadas. Tal qual Octávio da Silveira, apoiou a Revolução de 1930, passando para a oposição nos primeiros meses do governo revolucionário a nível local, denunciando ações da interventoria paranaense ao governo central, através da Legião Revolucionária Paranaense. Nomeado para a Diretoria de Saúde em fevereiro de 1932, foi exonerado do cargo em outubro de 1932, devido às suas “convicções políticas extremadas”. Diante de tal censura por parte da interventoria de Ribas, passou para a oposição, vinculando-se aos seus antigos desafetos, os irmãos Tourinho, na organização do Partido Social Nacionalista (Os Drs. Francisco Guérios e Ulysses Vieira partem em importante missão política. Correio do Paraná, 29.ago.1934, p.8).

Por sua vez, Vicente Mário de Castro também não possuía vinculação familiar com a classe dominante paranaense. O capitão do exército foi apoiador dos movimentos tenentistas na década de 1920, pertencendo à Aliança Liberal do Paraná e apoiando a Revolução de 1930 no estado. No entanto, com a interventoria de Mário Tourinho, passou para a oposição política, associando-se à Legião Revolucionária Paranaense. Com a ascensão de Manoel Ribas, tornou-se chefe de polícia, cargo em que permaneceu até 1933.

Em resumo, o perfil de nomeação de Manoel Ribas mesclou elementos vinculados às oligarquias dissidentes do período anterior à 1930, atrelados à classe dominante tradicional e à fração vinculada aos interesses da Associação Comercial do Paraná, juntamente com elementos sem conexões familiares com a classe dominante tradicional e sem conexão com os grupos oligárquicos dissidentes no período pré-1930. Esses agentes eram associados ao tenentismo e à oposição à Mário Tourinho, sendo estes também responsáveis pela exoneração do interventor, ocorrida em dezembro de 1931. A influência política exercida por eles devia-se à Legião Revolucionária Paranaense, organização tenentista com grande capacidade de pressão junto ao governo central.

## 6.2.2 As primeiras ações da interventoria de Manoel Ribas

Com as nomeações de agentes políticos de sua confiança, Ribas procurou responder a uma demanda prioritária na interventoria: a resolução da crise econômica e financeira que assolava o estado. A imagem de bom gestor construída por Ribas estava atrelada às representações de que ele resolveria os problemas econômicos do estado com o apoio aos setores produtivos, da agricultura à indústria, juntamente com a política de enxugamento da máquina pública.

As primeiras **medidas econômicas** do governo corresponderam a uma defesa mais incisiva da pecuária paranaense frente ao governo central, paralelamente aos esforços para a redução dos quadros do funcionalismo público estadual.

No campo da infraestrutura econômica, Ribas conferenciava recorrentemente com Vargas para angariar recursos ao estado, em prol da conclusão das obras no Porto de Paranaguá e a ferrovia para Guarapuava.

A fama de austeridade de “Maneco Facão” (seu apelido) foi construída desde os primeiros meses de seu governo, com os sucessivos cortes nos gastos públicos. Costumava chegar cedo nas repartições e visitar prefeituras e órgãos do governo com frequência, acompanhando de perto as ações desenvolvidas (FONTANA, 2015).

No entanto, uma das únicas áreas que o governo não cortava receitas era a instrução pública, que era um ponto de atenção especial no seu governo (O DIA. Vai ao Rio o sr. Manoel Ribas. 03.mar.1932, p.1). Trata-se de uma refinada construção da imagem política de um chefe de estado: Ribas é aquele que corta gastos públicos, mas preocupa-se com o social, também enxuga o funcionalismo público, ao passo em que incentiva a produção e promove a infraestrutura.

Além desses aspectos, Ribas aprimorava o discurso de que era um homem simples, que tratava pessoas de diferentes classes sociais da mesma forma, e que acompanhava cada região do Paraná com zelo e seriedade (FONTANA, 2015).

Construía-se, assim, a imagem de que Manoel Ribas seria um dos responsáveis pela instauração do “progresso no Paraná”. Um dos ideólogos do paranismo revisitado, Wilson Martins, assinalou que Ribas atuou em múltiplas frentes, abrindo estradas para o Norte, desenvolvendo a economia cafeeira, criando ferrovias e expandindo o Porto de Paranaguá (MARTINS, 1989, p.99).

A recuperação econômica do estado passava pelo incentivo aos produtos que poderiam ser promissores ao Paraná. As apostas da economia paranaense eram feitas na

região Norte do estado, onde estaria o futuro da produção no Paraná (O DIA. Olhemos para o Norte do Estado. 20.abr.1932, p.1). Manoel Ribas visitou o Norte do estado e assinalou que ações pela região seriam realizadas nos serviços estaduais e no sistema de integração e escoamento da produção.

Para incentivar a produção cafeeira, Ribas realizava reuniões com o governo federal de maneira recorrente, principalmente com as agências nacionais de proteção às atividades produtivas, como o Conselho Nacional do Café. Com o propósito de conseguir empréstimos ao estado, reunia-se com o diretor presidente do Banco do Brasil, Arthur de Souza Costa e também com Oswaldo Aranha. Após uma viagem ao Rio de Janeiro, voltou ao Paraná com os recursos do governo federal para o estado (O DIA. Nosso Estado, de parabéns. 12.mar.1932, p.1).

Outra pauta essencial ao governo era a integração das regiões do estado. A integração do Paraná era um objetivo a ser atingido há longa data. Na região Sudoeste, um dos desafios enfrentados pela interventoria de Mário Tourinho foi a “paranização” da região fronteira, caracterizada pela grande influência estrangeira. Tourinho nomeou para a prefeitura de Foz do Iguaçu o engenheiro civil e alto funcionário da Secretaria de Justiça, Othon Mader. No entanto, o mesmo não permaneceu no cargo. Durante a interventoria de Manoel Ribas, as mesmas dificuldades se colocaram: era preciso nacionalizar o Oeste, aumentando a quantidade de brasileiros na região para sobrepor a língua e a moeda brasileira em relação às influências dos países vizinhos. Uma das medidas do interventor para a região foi a abertura de uma unidade militar federal para Foz do Iguaçu, autorizada pelo Ministro da Guerra (O DIA. A Companhia da Fronteira de Foz de Iguassú. 08.jul.1932, p.1).

Após a mobilização de ações nos primeiros meses de governo, no segundo semestre de 1932 a economia paranaense demonstrou melhorias, sob a liderança de Manoel Ribas a frente da interventoria. O início dessa recuperação foi prestigiado pelas forças sociais do estado (O DIA. A situação das finanças paranaenses. 08.set.1932, p.1).

Quanto aos **assuntos políticos** que efervesciam a cena nacional, o interventor fazia questão de afirmar que não era político, e apenas defendia os interesses do Paraná:

“Não tomei conhecimento dos ‘casos’ da política nacional: vim tratar dos interesses do Paraná e regresso ao meu governo com a intenção de administrar modestamente mas honradamente, tudo fazendo em proveito e pelo povo paranaense” (O DIA. O Paraná de parabéns. 19.mar.1932, p.1).

Embora o seu discurso afirmasse uma imagem técnica em detrimento da política, Ribas articulava com os grupos de poder local e com as lideranças nacionais atreladas ao governo Vargas. Para ajudar a construção da imagem “técnica” de Manoel Ribas, a imprensa afirmava com recorrência que o interventor colocava o “bem público acima de tudo, até de sua própria pessoa” (O DIA. A visita do sr. Manoel Ribas à Associação Paranaense de Imprensa. 14.abr.1932, p.1).

A efervescência no debate sobre a constitucionalização do país era pauta defendida especialmente pelos oligarcas dissidentes que apoiaram a Aliança Liberal, que não se viam representados e prestigiados no governo provisório. Esse era o caso dos membros do Partido Democrático de São Paulo, que romperam com o governo Vargas em janeiro de 1932. O ponto de discórdia que a imprensa assinalava era o conflito entre os militares e os políticos em relação à constitucionalização do país.

Nesse cenário de debates sobre a constitucionalização, Ribas foi perguntado sobre qual era a sua opinião sobre esse tema, e o interventor afirmou que ele se desinteressava pela política, sendo o “movimento pró-imediata constitucionalização do país, é obra dos políticos, apeados do poder pela Revolução de Outubro” (O DIA. Entrevista com o interventor. 06.fev.1932, p.1).

Com essa declaração à imprensa, Ribas afirmava o seu lugar ao lado de Vargas e contra as oligarquias dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930 e passaram para a oposição ao regime, pois as mesmas que se sentiam desprivilegiadas na ocupação de postos de poder. Entre esses oligarcas ativos na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, que mudaram de posição política, encontravam-se os membros do Partido Democrático de São Paulo e alguns integrantes da Frente Única Gaúcha, como Borges de Medeiros.

Em contrapartida, as mudanças institucionais no cenário político no contexto pós-revolucionário ecoaram no Paraná, tendo em vista que estava prevista a realização de eleições em 1933. Movimentos em prol da moralização da política paranaense se intensificaram com a instalação do Tribunal Eleitoral do Paraná. O desembargador Carlos Guimarães foi designado para ser o presidente da instituição (O DIA. A instalação do Tribunal Eleitoral do Paraná. 10.jun.1932, p.1). As eleições tinham o objetivo de eleger uma nova constituinte. Nesse sentido, era necessário que a política paranaense se organizasse em partidos políticos, com programas articulados e nítidos. Essa condição deveria ser realizada de modo que o Paraná não apresentasse representantes com atuações vagas e indefinidas (O DIA. Partidos Paranaenses. 15.jun.1932, p.1).

A partir desse momento, Ribas mobilizou esforços para a organização do Partido Social Democrático (PSD), que serviria de base de apoio ao seu governo, a exemplo do que ocorria nas demais interventorias.

O PSD agregava os oligarcas apoiadores da Revolução de 1930, juntamente com os tenentes revolucionários, tais como Ayrton Plaisant, Francisco Paula Soares, Idálio Sardemberg e Raul Gomes Pereira, além do prefeito de Curitiba, Lothario Meissner, cunhado do capitão Amorety Osório.

Vários editores de imprensa filiaram-se ao PSD, tais como Caio Gracho Machado da Silva Lima (O Dia) e seu irmão Antônio Jorge Machado Lima (A Tarde), o diretor da Gazeta do Povo, Acyr Guimarães, o redator-chefe da Gazeta do Povo, Frederico Faria de Oliveira, entre outros (FONTANA, 2015, p.133).

A oposição também se organizou em outras agremiações políticas, em especial, em torno da liderança que os irmãos Tourinho exerciam junto aos políticos que atuaram na interventoria anteriormente. Essas questões serão esmiuçadas no próximo capítulo, com a abordagem das primeiras eleições que ocorreram após a Revolução de 1930.

Todas as ações da interventoria de Ribas eram perpassadas pela fidelidade ao governo federal e ao alinhamento com as forças militares que vinham acumulando poder no decorrer do processo político pós-1930. No início da interventoria, Ribas era prestigiado por toda a guarnição das forças armadas em exercício no Paraná (O DIA. Com quem ficará o Paraná na nova política nacional? Flores da Cunha e Getúlio Vargas são os dois polos entre os quais oscilamos no momento. 06.fev.1932, p.1). A posição de Manoel Ribas alinhada ao governo federal agradava aos militares e aos membros da Legião Revolucionária, do Clube 3 de outubro e da Legião Proletária do Paraná.

Em um manifesto das entidades do “tenentismo revolucionário”, afirmou-se o apoio ao governo no debate sobre a constitucionalização:

“A Constituição, como mais de uma vez temos acentuado, deverá vir a seu tempo. Somente depois de ter a Revolução cumprido integralmente a sua dura mas necessária missão, sanando, por inteiro, o ambiente nacional, é que se deve pensar em outorgar a Nação a sua Magna Carta de todo forrada a influência dos políticos profissionais, que é preciso implacavelmente destruir, custe o que custar” (O DIA. A legião paranaense ao povo. 06.fev.1932, p.4).

Uma importante relação estabelecida entre Ribas e o jogo político local correspondeu ao o Conselho Consultivo do Estado e a interventoria foram modificadas



pela surpreendente ação do Conselho dos primeiros dias do governo Ribas. As suas atribuições correspondiam justamente à limitação das atribuições legais do interventor e suas ações. No entanto, o Conselho Consultivo “à maneira dos Congressos da República Velha”, estava “abrindo mão de suas prerrogativas para deixar a solução de todos os casos e todas as questões ao livre alvedrio do chefe do executivo”, pois enquanto instituição, o Conselho não estava se opondo ou oferecendo um contraponto aos atos do interventor (O DIA. O Conselho Consultivo do Estado. 21.fev.1932, p.1).

Na prática, o Conselho Consultivo homologava todos os atos do interventor, apoiando a integralidade de suas decisões. Sua função de observar e intervir nas ações do governo estava relegada a segundo plano, tendo em vista que Manoel Ribas conseguiu estabelecer um espaço de harmonização política e entendimento com as forças de poder local, especialmente em comparação com a interventoria de Mário Tourinho.

Porém, com o passar dos meses, esse cenário se modificou. As primeiras baixas no governo Ribas ocorreram a partir de junho de 1932. Clotário Macedo Portugal exonerou-se do cargo de secretário do Interior e Justiça (O DIA. O desembargador Clotário Portugal exonerou-se do cargo de secretário do interior e justiça. 01.jun.1932, p.1). Tal evento ocorreu devido a ação que a frente revolucionária formada pelo Clube 3 de outubro e pela Legião Revolucionária em prol da sua retirada, aproveitando nomes como Idálio Sardemberg, Erasto Gaertner e Luiz Parigot de Souza (O DIA. O novo secretário. 02.jun.1932, p.1). A saída de Clotário Portugal é uma evidência de que o tenentismo revolucionário pressionava a interventoria e obtinha sucesso nos embates com os oligarcas membros das classes dominantes tradicionais locais.

Para a sua substituição na pasta, Manoel Ribas designou o Capitão **Catão Menna Barreto Monclaro**. Alheio a competições partidárias, exerceu interinamente a chefatura de polícia na interventoria de Mário Tourinho. Destacou-se como comandante do 15º Batalhão de Caçadores na fase mais delicada da Revolução de 1930 no Paraná, o que lhe conferiu alto prestígio entre as lideranças revolucionárias (O DIA. O capitão Catão Menna Barreto Monclaro é o novo secretário do Interior e Justiça do Paraná. 05.jul.1932, p.1). Segundo o jornal “O Dia”, o novo secretário se integrou ao estado do Paraná e era digno do cargo. Além disso, Monclaro lutou ao lado de Airton Plaisant na Revolução de 1930, possuindo simpatia do tenentismo revolucionário local.

Plaisant pertencia ao grupo de legionários de Ponta Grossa e liderou o movimento pela derrubada de Mário Tourinho. Com a interventoria de Manoel Ribas, seu prestígio aumentou frente às forças militares do estado e seu coroamento foi a sua nomeação como

novo comandante da Força Militar do Estado. Sua posse contou com a presença de Manoel Ribas e dos demais secretários de estado (O DIA. O novo comandante da Força Militar do Estado Coronel Ayrton Plaisant. 12.abr.1932, p.1).

Os grupos revolucionários continuaram em atividade na interventoria de Ribas como “zeladores” dos ideais da Revolução de 1930. Em março de 1932, a diretoria do Clube 3 de outubro foi redefinida, tendo como presidente estadual Francisco Martins Franco, o tenente Vicente Mário de Castro como 1º vice-presidente, Francisco Guérios como 2º vice-presidente, Mário Fernandes como 1º secretário, o tenente Pelágio de Noronha como 2º secretário e o tenente Thelon de Carvalho como tesoureiro (O DIA. As eleições de ontem no Clube 3 de outubro do Paraná. 24.mar.1932, p.1).

Assim como o Clube 3 de outubro, a Legião Revolucionária também se autodenominava “guardiã” dos ideais de outubro. No início da interventoria de Ribas, a diretoria da Legião Revolucionária Paranaense era composta por Idálio Sademberg, Raul Péricles, Luiz Parigot de Souza e Carlos Paula Soares (O DIA. Comunicado nº15. 14.abr.1932, p.1). Ambas organizações revolucionárias fundiram-se no Paraná, aumentando a influência política que ambas exerciam na política local.

Em síntese, os primeiros meses da interventoria de Manoel Ribas foram caracterizados pelo alinhamento ao governo federal e pela boa relação com as principais forças políticas do estado, aglutinando interesses dos setores produtivos, da classe dominante tradicional e do tenentismo revolucionário.

### **6.3 A REVOLTA PAULISTA DE 1932 E A AÇÃO DA INTERVENTORIA DE MANOEL RIBAS**

Os primeiros meses do governo Ribas foram marcados pelo debate sobre a constitucionalização e pela luta entre oligarcas dissidentes e o governo federal, ancorado pelas forças do tenentismo revolucionário e pelas interventorias.

Conforme já assinalamos, os desentendimentos entre os políticos oligarcas e os grupos tenentistas, organizados nas legiões revolucionárias e no Clube 3 de Outubro, foram recorrentes desde o início do governo provisório. Oligarcas dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930 viam-se desprestigiados nos espaços de poder ocupados pelos tenentes e revolucionários. No decorrer do período pós-1930, as forças políticas oligárquicas desejavam a volta da normalidade institucional e a realização de eleições,

apoderando-se da máquina que poderia facilmente ser manipulada por ela, tal qual ocorria antes de 1930, voltando, assim, aos principais postos de poder.

Os tenentes e revolucionários, por sua vez, somavam esforços para a missão de “regeneração” que a Revolução de 1930 prometeu, modernizando estruturas políticas e institucionais, através de reformas. Nesse sentido, era necessário que a revolução amadurecesse, não havendo a necessidade da realização de eleições imediatas, pois correria-se o risco dos oligarcas retomarem as velhas práticas da Primeira República.

Os embates entre os dois grupos se aprofundaram a partir do ano de 1932. O próprio governo, que incluía os aliados civis dos tenentes em seu interior, aprofundou a distância em relação aos grupos tenentistas. Um fato marcante desta fase foi o desligamento de Oswaldo Aranha do Clube 3 de Outubro, agrupamento que ajudou a fundar e passou a discordar das orientações (SILVA, 1967, p.47). Outro evento fundamental foi a criação da Frente Única Gaúcha, em março de 1932, aumentando a pressão das oligarquias junto a Getúlio Vargas. A organização política da oligarquia dissidente mineira também ganhou força neste contexto.

No caso de São Paulo, os embates foram mais intensos e geraram um distanciamento profundo que resultou em uma revolta sangrenta que mobilizou um considerável contingente de soldados, com apoio de lideranças civis da classe dominante econômica e política do estado.

Os membros do Partido Democrático de São Paulo se frustraram com o governo federal pois eles esperavam que ocupariam a maior parcela do poder político no estado. No campo econômico nacional, Vargas ofereceu importantes cargos aos membros do PD como o Ministério da Fazenda, ocupado por José Maria Whitaker e o Conselho Nacional do Café, presidido por Paulo Prado como presidente do Conselho Nacional do Café (FORJAZ, 1988, p.143). No entanto, na interventoria paulista, Vargas procurava exercer uma vigilância especial, pois se tratava do estado mais poderoso da federação, que ofereceu resistência armada ao movimento de 1930. Os oligarcas dissidentes do Partido Democrático não atuaram em prol da vitória da Revolução de 1930, e mesmo assim queriam toda o poder para si mesmos com o desfecho vitorioso do movimento.

Vargas designou João Alberto para a interventoria em São Paulo após a vitória da Revolução de 1930 no estado. A sua gestão procurava angariar os elementos militares e as lideranças do Partido Democrático (PD). No entanto, alguns meses depois, o PD rompeu com João Alberto.

A interventoria de João Alberto explicitou as diferenças entre o jogo político da tradicional classe dominante paulista com o estilo de governo de Vargas. Durante a interventoria de João Alberto, o tenentista revolucionário Miguel Costa foi designado chefe de polícia. Essas nomeações foram consideradas como uma provocação do governo federal em relação aos poderosos grupos políticos e econômicos paulistas. A hostilidade contra João Alberto era frequente, com o discurso de que o interventor não era civil e paulista.

Além dos inúmeros atritos entre as oligarquias e a interventoria de João Alberto, o tenente ainda enfrentou uma crise no interior do exército. Enquanto o 2º RM era chefiado por Isidoro Dias Lopes, tenentista com perfil conservador, a Força Pública era chefiada por Miguel Costa, tenente com inclinação de esquerda. Ambos entraram em conflito, que se intensificou com a aproximação de Miguel Costa com o movimento operário paulista, na tentativa de montar uma engrenagem política própria através de milícias. Em consonância com o grupo de Miguel Costa, João Alberto aproximou-se dos operários, através do aumento de salários e da redução da jornada de trabalho. Com tais medidas, o interventor pretendia coibir as greves operárias e aumentar a influência política no estado (WIRTH, 1979). A aproximação com o movimento operário também foi verificada com a permissão da organização do Partido Comunista em São Paulo, legenda da qual o irmão do interventor, Luís Gonzaga Lins de Barros, fazia parte. Desse modo, os comunistas conseguiram mobilizar comícios, o que provocou a fúria dos membros do Partido Democrático (FORJAZ, 1983, p.490; DRUMMOND, 1986, p.215).

Juntamente com a legalização do PCB no estado<sup>122</sup>, as classes dominantes paulistas viam com ojeriza outros atos do interventor, como a aproximação com o movimento operário, através de medidas de diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial e ameaças às fábricas que não obedecessem aos atos da interventoria. Nesse movimento, João Alberto preparou um plano em prol da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas do estado, juntamente com um programa que incluía a reforma agrária em fazendas arruinadas pela crise econômica, medidas que provocaram a ira de políticos e empresários de São Paulo (DRUMMOND, 1986, p.215).

As ações de João Alberto estavam alinhadas com as concepções do governo Vargas, que criou o Ministério do Trabalho, órgão destinado a implementar leis de

---

<sup>122</sup> João Alberto tinha um irmão comunista filiado ao PCB, Luís de Barros (BASBAUM, 1981).

proteção ao trabalhador e monitorar as Juntas de Conciliação e Julgamento entre patrões e empregados (MORAES, 2016).

A questão social em São Paulo era historicamente alarmante. Dados do Censo de 1920 demonstram que São Paulo era o estado com a maior produção industrial do país, responsável por 33,1% da produção nacional. No entanto, os salários dos operários de São Paulo situavam-se em número inferior do que a de estados como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Em São Paulo, as jornadas de trabalho variavam entre onze e doze horas, em condições higiênicas e de segurança calamitosas (GORENDER, 1981, p.48). Na indústria têxtil, o trabalho de menores e crianças era insalubre e não regulamentado. Segundo Jacob Gorender, no início do século XX:

“a idade mínima para o trabalho fabril era de... cinco anos! Numa das fábricas de Matarazzo, foram encontradas máquinas de proporções apropriadas ao manejo infantil. Pior ainda: os menores viam-se forçados a horários noturnos de onze horas e, com frequência, sofriam espancamentos dentro das fábricas. Não havia descanso semanal remunerado, férias remuneradas, seguro contra acidentes, previdência social, nada, enfim, que impusesse algum limite legal à taxa de exploração da força de trabalho” (GORENDER, 1981, p.48).

Neste cenário em que o empresariado paulista estava acostumado, as medidas de João Alberto na interventoria federal e as ações do Ministério do Trabalho na regulamentação dos direitos dos trabalhadores, foram encaradas como afrontas. Além destas questões, as classes dominantes paulistas estavam descontentes com as crescentes greves. Segundo os dados levantados por Boris Fausto, no ano de 1931, aproximadamente 31 fábricas pararam, totalizando cerca de 8.400 grevistas. No primeiro semestre de 1932, diversas categorias entraram em greve, como ferroviários, sapateiros, vidreiros, tecelões e padeiros. Durante a crise na interventoria de João Alberto, cerca de 30 mil trabalhadores entraram em greve (FAUSTO, 1975, p.107).

A ira da elite paulista aumentou com atos de aproximação entre a interventoria de João Alberto e a organização operária. O interventor era acusado de mancomunar com os comunistas, “humilhando” São Paulo em seus atos (FLYNN, 1979, p.103). O programa tenentista revolucionário continha alguns pontos que exaltavam os ânimos das classes dominantes paulistas.

O preconceito contra o interventor pernambucano aumentou com a diminuição do poder político de São Paulo ante a federação. A tese de doutorado defendida por João

Paulo Rodrigues (2009) analisou, entre variados materiais empíricos, o jornal “O Separatista”, publicado no contexto do levante paulista de 1932. Neste periódico, muitos estudantes publicavam artigos com um exacerbado regionalismo, acompanhado por discursos racistas e xenófobos, acusando indivíduos provenientes de outros estados de “sanguessugas das riquezas dos paulistas”. Os alvos mais recorrentes dos separatistas eram os gaúchos, pelo protagonismo exercido na Revolução de 1930, os mineiros, pela disputa política e econômica histórica, e os nordestinos, que ocupavam elevados cargos no estado, tais como o interventor federal, João Alberto Lins de Barros e o comandante da 2ª Região Militar do Exército, Góes Monteiro (RODRIGUES, 2009, p.72).

O momento crucial da cisão entre as oligarquias dissidentes e os tenentes no governo provisório foi o rompimento do Partido Democrático de São Paulo com João Alberto, em 24 de março de 1931. Mesmo ocupando secretarias na interventoria de João Alberto, os membros do PD se sentiam prejudicados e afrontados com os atos governamentais, o que também provocou a demissão coletiva do secretariado. Com a crescente oposição dos democráticos à sua interventoria, João Alberto chegou a aproximar-se do Partido Republicano Paulista (FORJAZ, 1983, p.490).

Os oligarcas dissidentes, insatisfeitos com o interventor, atacavam a Legião Revolucionária de São Paulo, chefiada por João Alberto. Segundo as lideranças do Partido Democrático, a legião tinha a finalidade real relacionada à reprodução perpétua das posições oficiais, à propaganda subversiva, à ditadura permanente e à guerra ao Partido Democrático (CARONE, 1974, p.25).

O manifesto de rompimento com João Alberto feita pelo Partido Democrático clamava pela constitucionalização do país, pois a revolução já havia cumprido o seu papel. Essa atitude é uma reação dos oligarcas dissidentes ao fato de perderem espaço político para os tenentes no decorrer do ano de 1931 e no início de 1932. A chamada “reconstitucionalização” angariaria mais cargos às oligarquias e esvaziaria o poder dos tenentes, que não possuíam a organização política necessária para o domínio das máquinas eleitorais nos estados.

No interior da legião revolucionária de São Paulo, foram recorrentes os conflitos entre João Alberto e Miguel Costa (FORJAZ, 1983), o que enfraquecia a organização. Em contrapartida, os tenentes reunidos no Clube 3 de Outubro eram contrários à reconstitucionalização imediata do país, preferindo discutir que tipo de constituição seria mais adequada para combater a corrupção e eliminar a miséria do povo brasileiro. Fiéis à Vargas, os tenentes afirmavam que as forças renovadoras eram asfixiadas pelos políticos

tradicionais, que não podiam ocupar cargos. Nesse sentido, o presidente “precisava de poderes ditatoriais para levar à frente as reformas necessárias ao país” (CONNIFF, 1979, p.139).

Nesse contexto, os tenentes defendiam o adiamento da realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, pois o foco de atuação prioritária deveria ser a realização de reformas sociais e econômicas que preparassem o povo ao exercício de direitos políticos (FORJAZ, 1983).

Entre as linhas moderadas e radicais, a ideologia tenentista defendia valores nacionalistas, propagando a unidade nacional, a centralização política e o combate aos regionalismos oligárquicos. Também fazia concessões aos operários, através da defesa dos direitos da classe trabalhadora, tais como o descanso semanal remunerado, férias, aposentadoria, jornada de oito horas, salário mínimo e regulamentação do trabalho feminino. Outros pontos referem-se à pauta socioeconômica, na defesa de formas cooperativistas de produção, priorizando a pequena propriedade, atacando os privilégios do café e promovendo a industrialização, através da intervenção do Estado na economia com o objetivo de combater o capitalismo predatório (FORJAZ, 1983).

A Legião Revolucionária de São Paulo, liderada por João Alberto e Miguel Costa, era composta por tenentes, das alas moderadas às radicais, revolucionários apoiadores do movimento de 1930, operários e desempregados. Após as pressões da classe dominante paulista e a crescente oposição à sua interventoria, João Alberto foi demitido em julho de 1931.

Como reação, a Legião Revolucionária de São Paulo simulou uma greve protestando a nomeação de Plínio Barreto, substituto de João Alberto na interventoria. Civil e paulista, como desejavam os mais poderosos membros da classe dominante do estado, o membro do Partido Democrático, no entanto, não assumiu o cargo, receoso das lutas populares (BASBAUM, 1981, p.39).

No lugar de Plínio Barreto, Vargas designou o magistrado Laudo Ferreira de Camargo para a interventoria, outro civil e paulista. Permaneceu no cargo de julho a novembro de 1931. O cenário político permaneceu instável, fazendo com que Vargas o substituísse pelo general Manoel Rabelo Mendes, comandante da 2ª Região Militar (BASBAUM, 1981). O general Manuel Rabelo Mendes permaneceu no cargo de novembro de 1931 a março de 1932, sofrendo hostilidades da elite por ser militar e fluminense. A maior concessão do governo central aos oligarcas dissidentes ocorreu em

março de 1932, com a nomeação de Pedro de Toledo, membro do PD, civil e paulista, para a interventoria de São Paulo, em março de 1932.

Mesmo com estes atos conciliatórios, a ofensiva da classe dominante paulista frente ao governo Vargas e aos tenentes não diminuiu. Escritórios da Legião Revolucionária foram invadidos e depredados. Miguel Costa, uma de suas principais lideranças, foi preso (FLYNN, 1979, p.105). Grupos como a Legião Revolucionária atemorizavam as elites locais, devido a capacidade de arregimentação popular que o projeto revolucionário possuía, unindo civis e militares que questionavam os privilégios das classes dominantes (BORGES, 1979, p.190).

Um momento decisivo para a organização das oposições foi a criação da Frente Única Paulista (FUP), em fevereiro de 1932. A FUP uniu os oligarcas derrubados pela Revolução de 1930, aglutinados no antigo Partido Republicano Paulista, com os oligarcas dissidentes, antigos inimigos dos membros dominantes do Partido Republicano, aglutinados no Partido Democrático de São Paulo. O manifesto de formação da FUP clamava pela reconstitucionalização do país e retomada da autonomia de São Paulo (CARONE, 1974, p.46). Na prática, a FUP era um movimento de revolta contra o governo Vargas e o processo de centralização empreendida no nível nacional, que uniu militares descontentes com a política de promoção de oficiais e agentes que combatiam com violência os movimentos operários e sindicais.

O descontentamento com a política de promoções no interior do Exército confundia-se com a figura de Getúlio Vargas, pois enquanto presidente de república, era detentor de “um poderoso instrumento para punir ou premiar oficiais superiores”, tendo o poder de promover um oficial para o posto de general (CARVALHO, 2019, p.100). Nesse sentido, as promoções eram recompensas pela lealdade política demonstrada pelos oficiais em relação ao Catete.

O clima de tensão aumentou no decorrer do ano de 1932. A situação de instabilidade foi aprofundada quando membros tenentistas do governo passaram a exercer oposição ao governo Vargas, como foi o caso de Isidoro Dias Lopes, cada vez mais próximo do grupo liderado pelo General Bertoldo Klinger, general antitenentista que articulou a rebelião paulista em 1932.

Klinger era propagador da intervenção militar na política, como uma espécie de “poder moderador”. Para ele, a direção do país era problema do Estado Maior. No periódico “A Defesa Nacional”, afirmou: “O Exército precisa estar aparelhado para sua



função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas” (CARVALHO, 2019, p.67).

Outro importante integrante deste contexto foi Euclides Figueiredo<sup>123</sup>, general que se recusou em exercer a chefia da Revolução de 1930 (LEVINE, 1980, p.24). Juntamente com Klinger, foi um dos fundadores do periódico “A Defesa Nacional”. Atuou na repressão aos movimentos contestatórios como a Guerra do Contestado e a Revolução de 1930.

O Brasil foi surpreendido pelas notícias relacionadas à eclosão do movimento revoltoso de São Paulo, em 9 de julho 1932. Em resposta, Vargas emitiu uma nota com as seguintes declarações: “Não me entregarei. Tenho elementos para resistir e estou disposto a fazê-lo até sucumbir como soldado da revolução na defesa dos ideais que nos levaram a ela” (O DIA. 11.jul.1932, p.1).

O interventor Pedro de Toledo demitiu-se da interventoria de São Paulo, em solidariedade ao movimento revoltoso que estava sendo preparado. Durante os meses de guerra, ele foi considerado o governador de São Paulo, conclamado pelas forças revoltosas. Outras lideranças como Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger, Francisco Morato e Pádua Salles, provenientes do Partido Democrático e do Partido Republicano Paulista, somavam esforços na Frente Única contra o governo.

O apoio de parte dos militares à Revolta Paulista foi motivado pela contestação à política de expurgos promovida pelos tenentes contra vários agentes políticos que exerceram hegemonia no período anterior à 1930. Um dos instrumentos da ofensiva tenentista foi o Tribunal Revolucionário, que pretendia descobrir práticas corruptas em instituições políticas, nas repartições públicas, nas Forças Armadas e no Poder Judiciário. Os tenentes pretendiam realizar demissões, prisões e aposentadorias. Isso foi mal visto por muitos generais, entre eles, o general Klinger, encarando tais ações como tentativas golpistas dos tenentistas para conseguir o controle da hierarquia do exército (WIRTH, 1979).

A crise hierárquica no interior do exército promovida pelo movimento político pós-revolucionário foi entendida como uma afronta para alguns oficiais. Nesse sentido, o

---

<sup>123</sup> Euclides Figueiredo é pai do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, presidente do Brasil entre os anos de 1979 e 1985, durante a ditadura militar. Informações biográficas encontradas no verbete Euclides Figueiredo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/euclides-de-oliveira-figueiredo>. Acesso em 18.fev.2021.

general Klinger foi um dos principais agentes de combate ao governo Vargas, atuando nos momentos de conspiração e sublevação.

Segundo as lideranças do movimento revoltoso, a Revolução de 1930 foi um “estelionato cívico” que afundou o Brasil em uma ditadura, daí a necessidade de um movimento constitucionalista, com o respaldo “moral e cívico” de São Paulo (NOGUEIRA FILHO, 1981, p.58-59).

De acordo com Paulo Nogueira Filho, um dos líderes do movimento de 1932, o estado de São Paulo era o “bastião da Democracia”, o “mais próspero” e o “mais culto” da república. Apesar disso, o governo central nivelou os estados por baixo, provocando a inconformidade dos paulistas (NOGUEIRA FILHO, 1981, p.60).

Longe de ser um movimento puramente constitucionalista, democrático e progressista, a revolta de 1932 visava a retomada da política liberal e federalista da República Velha, prevendo a autonomia dos estados. Segundo Michael Conniff, um brasileiro estudioso dos movimentos tenentistas do período pós-1930, os constitucionalistas pretendiam “depor Vargas, interromper as reformas e retornar a um sistema federal em que os principais estados dominassem o governo” (CONNIFF, 1979, p. 137).

Em decorrência da eclosão da revolta em 9 de julho de 1932, o movimento rebelado aguardou quais seriam os estados que apoiariam São Paulo contra o governo Vargas. Entretanto, a força das interventorias foi menosprezada por São Paulo, estado que supervalorizava o seu poder político ante à nação. Diante da notícia do início do movimento, vários telegramas dos interventores foram enviados a Vargas informando-o que estavam cumprindo medidas de repressão aos focos de revolta nos seus estados. Os interventores de Goiás, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Ceará, Alagoas, Pará, Paraná e Paraíba ofereceram tropas e armas para combater o movimento (SILVA, 1967, p.84-85).

Alguns focos de tensão estavam localizados nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Bahia (NOGUEIRA FILHO, 1981). Os estados que poderiam oferecer bases ao movimento paulista eram os que participaram ativamente da revolução de 1930, através de suas lideranças civis: Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

Na disputa entre os tenentistas e as lideranças oligárquicas estaduais, os oligarcas dissidentes, que inicialmente eram apoiadores da Revolução de 1930, afastaram-se do governo central e aproximaram-se dos seus antigos inimigos: os oligarcas que perderam poder político com o processo revolucionário. Em Minas Gerais, o Partido Republicano

Mineiro, liderado por Antônio Carlos e Arthur Bernardes, afastou-se de Olegário Maciel e da Legião Liberal Mineira.

Entre o segundo semestre de 1931 e o primeiro semestre de 1932, estabeleceram-se as “Frentes Únicas” em São Paulo e Rio Grande do Sul, com o objetivo de exercer oposição ao governo Vargas. O Partido Democrático de São Paulo aliou-se ao Partido Republicano Paulista, formando a mais poderosa frente de hostilidade ao governo, que se somou aos militares da alta cúpula contrários aos acontecimentos políticos provocados pelo movimento de 1930. O Partido Republicano Riograndense uniu-se ao Partido Libertador, passando ambos os partidos anteriormente situacionistas e pró-revolucionários a exercerem oposição ao governo Vargas, liderados pelas figuras de Borges de Medeiros e Raul Pilla.

Nesse período, diversos membros das oligarquias dissidentes que apoiavam Vargas se desgastaram com o governo, o que provocou diversas demissões nos ministérios e cargos em estatais, incluindo nomes como Lindolpho Collor, Assis Brasil, Maurício Cardoso, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura (LEVINE, 1980).

Em Minas Gerais, todos os grupos políticos conspiravam. Vargas contou com o apoio do interventor Olegário Maciel, dos membros da Legião de Outubro, chefiados por Francisco Campos e Amaro Lanari, além dos membros da ala jovem do Partido Republicano Mineiro. Nesse grupo, Virgílio Melo Franco tinha contatos com lideranças nacionais do Clube 3 de Outubro, tais como Oswaldo Aranha, Pedro Ernesto e Góes Monteiro. No entanto, as forças governistas precisavam combater os velhos chefes do PRM, os poderosos oligarcas Wenceslau Brás, Arthur Bernardes, Afrânio Melo Franco, Antônio Carlos e Mário Brandt, todos unidos a favor de São Paulo. A pressão oposicionista mineira foi tão grande que a força pública do estado não lutou contra São Paulo (SILVA, 1967). Um dos grandes motivos para a adesão destes velhos oligarcas à insurgência paulista foi o fato de muitos deles não conseguirem entendimento com os tenentes durante o governo provisório. Arthur Bernardes, ex-presidente, combateu ferozmente as revoltas tenentistas durante o seu governo, mantendo-se em oposição a esse movimento com o passar dos anos (SILVA, 1967).

No Rio Grande do Sul, alguns elementos reunidos no município de Vacaria sublevaram-se contra o governo central. Lideranças da Frente Única Gaúcha, composta de membros do Partido Republicano Riograndense e do Partido Libertador, anteriormente apoiadores da Revolução de 1930, sublevaram-se contra Vargas. Entre eles, destacavam-se Borges de Medeiros, Raul Pilla, João Batista Luzardo e Lindolpho Collor (NOGUEIRA

FILHO, 1981, p.393). A posição do interventor Flores da Cunha era de suma importância para o governo federal. Desde o início da sublevação, Vargas apelou pelo apoio de Flores da Cunha. Segundo Vargas, os paulistas estavam traindo a nação com a revolta, pois o governo atendeu a muitas solicitações da Frente Única Paulista, servindo-lhe cargos. Vargas afirmou: “não é a ditadura que está em jogo: é o país todo contra um estado rebelado” (O DIA. Um expressivo telegrama do sr. Getúlio Vargas ao sr. Flores da Cunha. 16.jul.1932, p.1).

Embora indeciso, Flores da Cunha optou por ficar ao lado do governo federal. Dominou o exército e as brigadas, controlou as estradas de ferro, telégrafos, estações de rádio e rotas de navegação (SILVA, 1967).

Além do forte movimento oposicionista gaúcho, a região Sul registrou outro foco de apoio a São Paulo: o estado de Santa Catarina (SILVA, 1967). É nesse cenário que analisamos a ação de Manoel Ribas frente ao Levante Paulista de 1932.

Destacamos que uma importante vitória do governo federal foi contar com o apoio incondicional do interventor do Paraná, Manoel Ribas, para o movimento opositor não se alastrar. O Paraná era um estado estratégico para a contenção do movimento contestatório em São Paulo, dada a sua localização geográfica que faz fronteira com o estado rebelado. Em nenhuma região do estado registrou-se apoio aos paulistas.

A adesão de Manoel Ribas ao governo federal foi imediata, enviando o interventor um telegrama de solidariedade a Vargas:

“Comunico parte guarnição capital São Paulo rebelou-se sob comando cel. Figueiredo. Trata-se movimento francamente reacionário. Apelo valorosa cooperação seu governo e forças federais guarnição, reunindo forças e tomando medidas” (O DIA. 11.jul.1932, p.1).

Uma das primeiras ações para combater a revolta paulista foi a marcha de tropas oficiais em direção a Itararé. O interventor Flores da Cunha telegrafou a Rivadávia de Macedo para avisá-lo que as tropas federais e estaduais do Rio Grande do Sul estavam em marcha para combater os rebelados (O DIA. O comunicado oficial do sr. Flores da Cunha ao sr. Rivadávia de Macedo. 11.jul.1932, p.1). Nesse processo, a força estadual de Santa Catarina também foi colocada à disposição da Região Militar, rumo à Itararé (O DIA. Do comando das forças militares em São Paulo, contra os rebeldes.13.jul.1932, p.1). Assim, tropas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná rumaram com facilidade em direção à São Paulo (O DIA. A ofensiva contra S.Paulo. 20.jul.1932, p.1).

Para combater a revolta em São Paulo, Manoel Ribas reuniu as forças militares e policiais do estado para realização de uma campanha oficial em defesa do governo provisório. O chefe da frente paranaense em front na Capela da Ribeira era o coronel Ayrton Plaisant. A artilharia montada era chefiada pelo capitão Amorety Osório (O DIA. O que vae pelo front, 26.jul.1932, p.1).

O espectro de uma guerra civil em marcha atemorizava o Brasil. Conforme o já assinalado, um dos focos de tensão estava no Rio Grande do Sul. O interventor Flores da Cunha tranquilizava Getúlio Vargas, afirmando que manteria a ordem no estado, ameaçada pelo município de Vacaria, no qual o prefeito, juntamente com Baptista Luzardo, estabeleceu confronto com o governo Vargas, em apoio aos paulistas revoltosos. (O DIA. As classes conservadoras do R.Grande querem a paz. 26.jul.1932, p.1). Receosas de confrontos, as “classes conservadoras” do Rio Grande do Sul, em nome da Associação Comercial de Porto Alegre, apelavam pela autoridade de Getúlio Vargas para a paz interna no estado.

Para mediar os conflitos, Flores da Cunha estabeleceu acordos para a deposição de armas dos rebelados, o que foi aceito pelos mesmos, pacificando a região de Vacaria (O DIA. O levante no R.Grande. 26.jul.1932, p.1).

Quanto à São Paulo, Góes Monteiro dirigiu um manifesto aos soldados de São Paulo lotados na 2º Região Militar. Nele, avisou que o estado estava totalmente isolado do resto do país e que todas as suas fronteiras estavam sitiadas pelas forças policiais e militares oficiais, apelando para a rendição: “Vossos atuais chefes são os únicos responsáveis diretos pela atitude que assumistes (...). Vossos chefes não vos falam francamente” (O DIA. O apelo do general Góes Monteiro aos soldados da 2º Região. 27.jul.1932, p.1). O tom do governo Vargas, nesse sentido, era conciliatório, não confrontando os soldados com ameaças ou punições. Diversos políticos faziam apelos públicos aos paulistas, entre eles, os mineiros Augusto de Lima e Francisco Campos.

Durante o processo de combate às tropas paulistas, a milícia estadual paranaense foi incorporada às tropas da 5º Região Militar, sob o comando de Ayrton Plaisant (O DIA. A milícia estadual paranaense foi incorporada às tropas da 5º Região Militar. 14.jul.1932, p.1).

No decorrer dos avanços das forças paranaenses, Manoel Ribas propagou uma mensagem para ufanar a heroica ação dos primeiros estados a lutar contra os rebelados de São Paulo. Segundo o interventor, o Paraná abriu as portas do estado às tropas vindas do Sul, provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representantes “da ordem,

da obediência e do respeito ao governo escolhido pelo povo brasileiro e pelas suas armas”. As tropas unidas do exército e da força militar paranaense, compostas de aproximadamente 5000 membros, exerceram a vanguarda no combate à ofensiva reacionária, em combates nas cidades de Itararé, Ribeira e Itapitanguí. Ribas enalteceu a conquista das eleições limpas e honestas, que estavam para acontecer em breve, reafirmando o seu apoio ao governo e aos ideais da Revolução de 1930 (O DIA. Vibrante mensagem do sr. Interventor Federal. 20.jul.1932, p.1).

A campanha dos soldados do Paraná na Capela da Ribeira foi elogiada publicamente pelo ministro da Viação, José Américo de Almeida (O DIA.O soldado do Paraná reafirmou seu padrão de patriotismo e bravura. 04.ago.1932). O comandante do destacamento, Ayrton Plaisant, venerava os triunfos dos soldados paranaenses ante as derrotas dos rebeldes. O jornal O Dia destacou o papel cumprido pelo Paraná na ocasião, pois o estado possuía uma localização geográfica estratégica para o triunfo das forças revolucionárias em outubro de 1930 e no combate aos rebeldes, em 1932, cumprindo a função de estabelecer barreiras à insurreição reacionária: “o coração do Paraná sente-se orgulhoso com a marcha impávida de seus filhos rumo à capital rebelada de São Paulo” (O DIA. Ao soldado de nossa terra. 04.ago.1932).

Ribas festejou a vitória paranaense na região do Rio Ribeira, com a prisão de vários rebeldes e oficiais, inclusive a do Tenente Coronel Azarias, todos escoltados para Curitiba e recolhidos no Corpo de Bombeiros. Na ocasião, foram recolhidas grande arsenal de munições e armas (NOGUEIRA FILHO, 1981, p.351).

Os avanços das tropas do Paraná, após a conquista da Ribeira, direcionaram-se para a região de Apiahy, em São Paulo, onde os rebeldes retiraram-se e o destacamento chefiado por Plaisant. Na ocasião, apreenderam-se dois canhões, quarenta caminhões, metralhadoras e munições dos rebeldes, o que gerou elogios do Major Sylvio Van Erven, assistente militar da interventoria Ribas: “felicitações aos valentes camaradas da Polícia do Paraná e do 4º Esquadrão do 5º RCD” (O DIA. A tomada de Apiahy. 04.ago.1932). Na região de Jacarezinho e Cambará, ocupada por rebeldes paulistas, o destacamento liderado pelo General João Francisco reconquistou as estradas de ferro e rodovias sob comando paulista. Mais de 500 soldados fugiram pelo rio Paranapoema, abandonando o território paranaense. Tal ação resultou em 2 mortos e 9 feridos (O DIA. A ocupação de Jacarésinho pelas forças do general João Francisco. 07.ago.1932, p.1).

Apesar do discurso de harmonia e estabilização dos grupos divergentes na política paranaense, a interventoria federal enfrentava resistências internas. As forças da oposição

à Getúlio Vargas e Manoel Ribas eram compostas pelos membros do antigo Partido Republicano, derrubados pelo movimento de outubro de 1930, e pelos revolucionários dissidentes de 1930, afastados do poder com a queda de Mário Tourinho. O seu principal expoente, Plínio Tourinho, emitiu um comunicado de exaltação aos paulistas:

“Quando em Outubro de 1930 o povo brasileiro chamava unanime contra a tyrania do governo, alistei-me com entusiasmo ao lado dos gaúchos para a vitória dos nossos ideaes. Hoje, embora sem compromissos, nem ligações de espécie alguma com os revolucionários paulistas, apenas coerente com o meu passado, a minha consciência de brasileiro me impede de concorrer para o aniquilamento do povo paulista, orgulho da nossa nacionalidade, tão digno do nosso affecto patriota” (O DIA. A atitude do tenente coronel Plínio Tourinho em face do movimento revolucionário de São Paulo. 07.ago.1932, p.1).

Esse comunicado era uma resposta ao general Waldomiro de Lima, que o convidou para dirigir o serviço de Engenharia das forças em operação no Sul para o combate aos paulistas. A resposta negativa de Plínio Tourinho indicou que ele estava ao lado dos paulistas, em oposição às forças legalistas (O DIA. A atitude do tenente coronel Plínio Tourinho em face do movimento revolucionário de São Paulo. 07.ago.1932, p.1). Isso se comprova com uma segunda carta de Plínio Tourinho para Waldomiro de Lima, que anteriormente definiu-o como um exaltador da revolução paulista. Nas palavras de Plínio Tourinho:

“Não fiz profissão de fé revolucionária paulista, mas, neste instante doloroso em que assisto à marcha de vinte interventores prontos para esmagar o laborioso povo paulista, tive necessária coragem cívica de não desejar concorrer para esse aniquilamento, quando me seria mais cômodo cobrir-me de glórias à custa de sangue de irmãos trabalhando no nosso Estado Maior. Alimento a convicção de que esta guerra fratricida cessaria sem desonra para ninguém, se porventura houvesse maior boa vontade por parte dos políticos e dirigentes da Nação” (NOGUEIRA FILHO, 1981, p.354).

Nesse sentido, o Levante de 1932 aprofundou as divergências no campo político paranaense. Alguns agentes tiveram capitais incrementados, e outros reconfiguraram posições, renovando discursos críticos ao governo federal e reafirmando oposição, como o caso de Plínio Tourinho. As consequências da Revolta Constitucionalista também ecoaram no relacionamento entre Vargas, o tenentismo revolucionário e as oligarquias locais. Nas próximas etapas da tese, o novo pacto de Vargas com os grupos dominantes locais será abordado de maneira mais detalhada.

Como premiação à sua atuação em combate às forças paulistas rebeladas, Ayrton Plaisant foi promovido a Major do Exército Brasileiro (O DIA. Major Ayrton Plaisant. 07.ago.1932, p.1). Ou seja, nesse momento de combate, os integrantes do tenentismo revolucionário assumiram protagonismo, e foram reconhecidos e prestigiados pelo governo federal e sua política de promoções<sup>124</sup>.

Enquanto os rebeldes paulistas resistiam, o ministro José Américo de Almeida emitia notas que apelavam pelo fim da “luta odiosa” que travou uma “guerra absurda” no país, com sérias consequências (O DIA. Abaixo as armas! 11.ago.1932, p.1).

A importância do Paraná no combate aos rebelados paulistas foi significativa. Além da localização geográfica estratégica para evitar o avanço das tropas paulistas, a atuação dos soldados paranaenses no front foi destacada pelo chefe das tropas do Sul, o General Waldomiro Lima, que também ocupava o comando da Região Militar do Paraná. Segundo o general, a maior parte dos oficiais em operação era do Paraná, estado que também enviou os membros da polícia, chefiados por Ayrton Plaisant, para o combate em São Paulo (O DIA. Vae o Paraná possuir uma Escola de Artes e Offícios e uma casa do operário. 21.ago.1932, p.1). As tropas paranaenses chegaram a ser bombardeadas por aviões paulistas. Tal evento não gerou nenhuma vítima legalista (O DIA. O avanço das tropas fieis ao governo. 31.ago.1932, p.1).

O apoio ao movimento por parte das classes dominante locais foi evidenciado com a ajuda material do comércio e da indústria paranaense para o combate aos rebelados paulistas. Enquanto o conflito se desenvolvia, Ribas não esquecia de solicitar ao governo central suporte aos setores da economia local, sobretudo aos interesses da erva-mate. Os setores assalariados da população paranaense que também apoiaram as ações militares do Paraná também foram prestigiados pela interventoria, que anunciou a criação de uma Escola de Artes e Offícios para a qualificação da classe trabalhadora local, além da construção da Casa do Operário, destinada a centralizar as sociedades operárias de Curitiba (O DIA. Vae o Paraná possuir uma Escola de Artes e Offícios e uma casa do operário. 21.ago.1932, p.1).

A ação militar do Paraná para o combate aos paulistas foi destacada pela imprensa nacional e prestigiada pela alta cúpula do governo federal. Manoel Ribas, em entrevista

---

<sup>124</sup> A vitória do tenentismo na Revolução de 1930 e na Revolta de 1932 acirrou os conflitos entre os tenentes e os oficiais superiores. Como os tenentes contribuíram para o projeto de poder varguista, eles foram rapidamente promovidos a postos mais altos na hierarquia militar (CARVALHO, 2019).



ao jornal “O Radical”, reafirmava o seu completo alinhamento e lealdade em relação à Getúlio Vargas e o processo político pós-1930:

“A atitude dos políticos de São Paulo, deflagrando a rebelião (...) depois de 40 anos de republicanismo deturpado foi, sob todos os aspectos, condenável e criminoso. São criminosos os políticos e não o povo paulista que, trabalhador como é, só deseja a paz, ao passo que aqueles, os políticos profissionais, foram levados a um tal crime de lesa pátria pelas suas ambições pessoais e saudosos das rendosas sinecuras que perderam com a revolução de Outubro de 30” (O DIA. O Paraná e o levante de 9 de Julho. 31.ago.1932, p.1).

O periódico também ressaltou a importância do Paraná para a contenção ao movimento rebelado, juntamente com a figura do seu interventor: “No presente momento da vida nacional, o sr. Manoel Ribas, interventor federal no Paraná, é um dos homens de maior responsabilidade (...). Ele é um homem de energia, de convicções e de fé” (O DIA. O Paraná e o levante de 9 de Julho. 31.ago.1932, p.1).

Os jornais cariocas também teceram elogios à ação de Manoel Ribas e Ayrton Plaisant em combate à rebelião paulista (O DIA. Os jornaes cariocas elogiam o sr. Manoel Ribas Ribas e o Cel. Plaisant. 13.set.1932, p.1).

Após o apaziguamento dos ânimos em São Paulo, o general Góes Monteiro propagou as suas ideias para o setor militar, relacionadas ao combate à política no interior do Exército, instituição que, segundo ele, teria como função principal a preparação para a guerra, não possuindo espaço para ambições político-pessoais de seus membros. Góes Monteiro também afirmou a importância de uma Constituição que substituísse o defasado texto de 1892, além da necessidade de nacionalizar São Paulo, pois o Brasil não poderia ser submisso aos seus interesses exclusivistas (O DIA. É necessário nacionalizar São Paulo. 08.set.1932, p.1). *JOSÉ MURILO DE CARVALHO*

Já do lado paulista, alguns líderes do movimento revoltoso passaram a propagar a necessidade de autocrítica em relação aos acontecimentos recentes. O mais proeminente deles foi Marrey Júnior, um dos dirigentes do Partido Democrático de São Paulo (O DIA. O repúdio de São Paulo à atitude do sr. Marrey Júnior. 20.out.1932).

Após os conflitos paulistas, Vargas procurou a conciliação entre as forças que lutaram contra o seu governo. Nos estados governados por interventores tenentes, houve a conciliação com as antigas oligarquias. Para a interventoria paulista, Vargas designou Armando de Salles Oliveira, membro de uma família proprietária de terras com atuação nos novos negócios (BASBAUM, 1981, p.62). Eleições para a Constituinte foram

marcadas para maio de 1933. Nos estados, as antigas oligarquias recuperaram grandes espaços de poder. A anistia geral aos acontecimentos de 1932 foi decretada pela Constituição de 1934, estendida aos comunistas.

No balanço sobre o movimento rebelde de 1932, a força do alinhamento entre as interventorias e o governo federal foi intensamente demonstrada. Todos os interventores demonstraram apoio e solidariedade a Vargas no combate aos paulistas. Na lógica da centralização, o chefe do governo provisório foi quem os nomeou para o cargo, nada mais justo do que essa demonstração de reciprocidade.

#### **6.4 A INTERVENTORIA DE MANOEL RIBAS APÓS A REVOLTA DE 1932**

Na sequência da elogiada campanha em São Paulo, a interventoria de Manoel Ribas voltou-se novamente para as suas questões internas. Uma delas referia-se ao combate às chamadas “extremadas convicções políticas” que alguns de seus membros de governo possuíam. Um deles era o Diretor Geral de Saúde Pública, Francisco Guérios, que solicitou a sua exoneração do cargo, aceita pelo governo (O DIA. A demissão do diretor da saúde pública. 13.out.1932, p.1).

Juntamente com a renovação na composição do governo, Ribas empreendeu nomeações ao Tribunal de Justiça que revelam alinhamento com a classe dominante tradicional paranaense. Os dois desembargadores nomeados por Ribas antes do Estado Novo referem-se a Hugo Gutierrez Simas e Júlio Abelardo Teixeira.

Hugo Gutierrez Simas nasceu em Paranaguá no ano de 1883. Era filho de Fernando Machado Simas, farmacêutico formado pela faculdade do Rio de Janeiro, exercendo esta profissão em Antonina e Paranaguá, onde foi propagandista do abolicionismo e da república, sendo um dos fundadores e diretores do periódico “Livre Paraná”. Com a República, foi eleito deputado federal constituinte pelo Paraná, exercendo, após o término do mandato, a profissão de farmacêutico no Rio de Janeiro, e também de naturalista no Jardim Botânico (NEGRÃO, 1928, p.321). Portador do título Rodrigues de França por parte de pai, pelo lado materno era descendente de Alexandre Gutierrez, cônsul do Uruguai e diretor dos Correios. Os irmãos de Hugo Simas eram destacados membros das forças armadas, entre os quais citamos o Major Otto Gutierrez Simas, oficial de artilharia e engenheiro civil; Capitão Tenente Raul Gutierrez Simas, oficial da Marinha de Guerra, 1º Tenente Loé Gutierrez Simas, oficial da armada

(NEGRÃO, 1928). Hugo Simas representa a continuidade do padrão de recrutamento para o Tribunal de Justiça em relação ao período da República Velha, tendo ele inclusive ocupado uma vaga na Assembleia Legislativa no biênio de 1918-1919.

Por sua vez, Júlio Abelardo Teixeira nasceu no Maranhão, se formou em São Paulo e tornou-se promotor do Ministério Público de Campo Largo e São José dos Pinhais entre 1896 e 1898. Foi juiz em Palmas, Palmeira e Ponta Grossa antes de assumir o cargo de desembargador a partir de 1934. Não possuía parentesco com a classe dominante tradicional.

Não visualizamos uma mudança no recrutamento da elite judiciária do Paraná causada pela Revolução de 1930<sup>125</sup>, nem mesmo uma reforma, como se ensaiou na interventoria de Mário Tourinho, que procurou privilegiar membros do judiciário ligados às oligarquias dissidentes que lutaram na Revolução de 1930 e também tentou expurgar do judiciário paranaense os membros com forte ligação em relação ao governo de Affonso Camargo. Um dos primeiros atos da interventoria de Manoel Ribas foi reconduzir ao cargo os desembargadores Arthur da Silva Leme e Eudoro Cavalvanti de Albuquerque, ambos nomeados por Affonso Camargo e exonerados por Mário Tourinho. Isso revela um compromisso entre Ribas e as oligarquias tradicionais do Paraná, inclusive no campo judiciário.

Após a campanha vitoriosa sobre a revolta paulista de 1932, efetivou-se o distanciamento de Ribas com parte dos elementos do tenentismo revolucionário, ligados à Legião Revolucionária Paranaense.

No decorrer do ano de 1933, algumas lideranças que foram decisivas para a derrubada de Mário Tourinho e a ascensão de Manoel Ribas foram afastadas da linha de influência política do situacionismo. Uma dessas lideranças era o capitão Amorety Osório, que lutou no *front* de batalha em 1930 e 1932 ao lado de Getúlio Vargas, e influenciou a nomeação do seu cunhado, Lothario Meissner, para a prefeitura de Curitiba.

Em 1933, o capitão Osório fundou o Partido Socialista Brasileiro no Paraná, com sede em Curitiba. A nível nacional, Amorety Osorio ocupava a posição de secretário-geral da legenda. No entanto, em julho de 1933, ele foi preso e a sede do PSB foi fechada (CORREIO DO PARANÁ. Fechada a sede do partido Socialista e preso o capitão

---

<sup>125</sup> Encontramos na obra de José Pereira de Macedo e Túlio Vargas (1982, p.83) a ideia a Revolução de 1930 tinha como objetivo a execução de medidas punitivas para a reestruturação da magistratura. Poucos expurgos foram feitos por Mário Tourinho, o que contrastou com a realidade dos outros estados, como Pernambuco, Maranhão e Pará, que cassaram boa parte dos desembargadores e juizes.

Amorety. 28.jul.1933, p.3). A imprensa vinculada aos irmãos Tourinho era solidária a Amorety Osório, cujas posições políticas tomadas por ele possibilitaram uma reaproximação com as lideranças que ele havia ajudado a exonerar, no decorrer do ano de 1931.

Francisco Guérios, outro nome da Legião Revolucionária Paranaense que colaborou para a deposição de Mário Tourinho, ocupou o cargo de Diretor de Saúde Pública na interventoria de Manoel Ribas e foi exonerado pelo mesmo oito meses após sua nomeação. Ironicamente, Guérios passou a apoiar o grupo político dos irmãos Tourinho, atuando como periodista do Correio do Paraná, em oposição à Manoel Ribas.

Em um dos artigos assinados por Guérios, ele reafirmou sua amizade por Amorety Osório e solidarizou-se com o Partido Socialista Brasileiro, fechado pelas forças militares da 5ª Região Militar. Amorety Osório permaneceu na prisão ao longo de 1933 e 1934, sofrendo castigos físicos. Sua prisão foi decretada pelo Ministro da Guerra, sob a acusação de que Osório não obedeceu aos “princípios disciplinares” do exército, sendo transferido para o Mato Grosso. A imprensa oposicionista cobria esses acontecimentos em tom crítico ao governo federal, especialmente porque Amorety Osório esteve na linha de frente para a vitória da Revolução de 1930 no Paraná, no mesmo front que Plínio Tourinho, o capitão Manoel da Nóbrega e outros militares que foram renegados pelo processo político posterior a outubro de 1930.

Mesmo sofrendo divergências internas, a nível nacional, o prestígio de Ribas estava em alta. O interventor viajava com frequência ao Rio de Janeiro para negociar com o governo federal através do seu estilo “sintético, enérgico e positivo de homem de negócios”. Sua pauta incluía pedidos de auxílio às questões econômicas do estado, tais como as necessidades relacionadas ao Porto de Paranaguá, a estrada para a Ribeira, a estrada de ferro para Guarapuava e a solução para a dívida do Paraná com o tesouro federal (O DIA. A viagem do sr.interventor federal ao Rio de Janeiro. 20.out.1932, p.1). O interventor também realizava conferências com o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, para angariar recursos econômicos ao Paraná.

Em uma de suas viagens, Manoel Ribas ameaçou deixar a interventoria se os seus pedidos não fossem atendidos pelo governo federal. Em resposta, o ministro da Viação e Obras Públicas autorizou o início dos trabalhos intensivos para a conclusão da estrada para Palmas e da rodovia Curitiba-São Paulo, via Ribeira (O DIA. Os frutos da viagem interventorial.05.nov.1932, p.1).

Na ocasião da viagem de Ribas para o Rio de Janeiro, em outubro de 1932, o interventor recomendou ao governo que as seguintes lideranças paranaenses fossem reconhecidas pela destacada atuação no combate aos rebeldes paulistas: Major João Marques da Cunha, Comandante-15º B.C; Capitão Catão Mena Barreto Monclaro, Secretário do Interior e Justiça; Major Ayrton Plaisant, comandante da Força Pública do Estado e ao primeiro Tenente Vicente Mário de Castro, revolucionário de 1922 a 1930, Chefe de Polícia do Estado e comandante do Batalhão João Pessoa. Outros destacados nomes do Paraná referiam-se ao Tenente Almir Mendes Mourão, Tenente Frederico Trota e ao 1º Tenente Francisco Paula Soares Neto (O DIA. A interventoria recomenda ao Governo Provisório os militares postos à sua disposição na campanha). Nomes como Amorety Osório não apareceram na moção de reconhecimento pela atuação em São Paulo.

O prestígio de Manoel Ribas ante ao governo federal era tão grande logo após a revolta paulista de 1932 que o seu nome chegou a ser cogitado para o Ministério da Agricultura. Para substituí-lo a frente da interventoria federal no Paraná, o nome do ex-chefe de polícia de São Paulo, o Major Cordeiro de Faria, era o mais provável cotado (O DIA. 10. nov.1932, p.1). No entanto, tais mudanças não ocorreram, e Ribas continuou no seu posto.

Em novembro de 1932, o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, foi recebido em Paranaguá, reafirmando o alto prestígio do interventor Manoel Ribas ante ao governo federal: “O sr. Manoel Ribas é um interventor teimoso e interessa-se verdadeiramente pelo Paraná. Vive e respira pelo seu Estado. Só fala nele e sabe advogar vitoriosamente à sua causa”. O ministro também lembrou a importância do Paraná para a vitória da Revolução de 1930 e para o combate aos rebeldes paulistas:

“O Paraná é um dos Estados de maior activo na Revolução de Outubro. Merece pela sua posição geographica e pelo valor de seus filhos a atenção efficaz do Governo Provisório. Foi um dos maiores elementos de êxito na última investida paulista. São dois Estados que exigem a solicitude do Governo Central: o Paraná aqui, no sul, e a Bahia, no norte. Elles terão a assistência que merecem” (O DIA. O ministro Oswaldo Aranha em Paranaguá. 18.nov.1932, p.1).

Se as relações com o governo federal estavam surtindo resultados positivos, na escala local a interventoria viu as oposições crescerem. O principal grupo de oposição estava unido em torno dos irmãos Tourinho, que vinham organizando o Partido Liberal

Paranaense, que tinha o “Correio do Paraná” como porta-voz de suas críticas ao interventor.

Um dos alvos do jornal era o Diretor de Instrução Pública da gestão de Ribas, Octávio da Silveira. O Diretor de Educação atacava os irmãos Tourinho sob o codinome de Ivo Belém na imprensa, tendo a “petulância de insultar homens e coisas da terra que o acolheu generosamente”. Segundo o Correio do Paraná, Silveira fazia parte do grupo de protegidos por paranaenses “sem escrúpulos”, que tornou possível a sua ascensão a uma posição “imerecida”. Octávio Silveira “achincalhava” os paranaenses para “destruir tudo o que é nosso”, através dos ataques aos irmãos Tourinho. Para a oposição, Ribas nomeava muitos gaúchos para os principais cargos na administração, o que desonrava o estado (CORREIO DO PARANÁ. O “Diário dos Campos” e os ataques aos generaes do Paraná. 28.out.1932, p.1).

O jornal oposicionista também afirmava que a interventoria só possuía boa vontade com prefeitos gaúchos, sob a influência de Octávio Silveira (CORREIO DO PARANÁ. Acabemos com a politicagem. 24.nov.1932, p.1). Convém assinalar que Octávio da Silveira também era um destacado membro da Legião Revolucionária Paranaense, com posições políticas voltadas à esquerda, que não se afastou de Manoel Ribas no decorrer dos primeiros anos de sua interventoria, ao contrário de outros legionários, como Francisco Guérios e os capitães Amorety Osório e Manoel da Nóbrega.

Convém assinalar que a relação com os membros da Legião Revolucionária Paranaense não era apenas um ponto de atenção do interventor Manoel Ribas. Outros agrupamentos políticos também viam os legionários como ameaças às posições de prestígio no campo político paranaense no contexto varguista. Um desses grupos era a União Republicana. Segundo o jornal “Correio do Paraná”, esse partido fez uma lista de inimigos a serem combatidos, onde figuravam os nomes de Amorety Osório, Barbosa Lima, Stoll Nogueira, Paulo Tacla, Raul Péricles, Luiz Parigot, Francisco Guérios e Octávio Silveira (CORREIO DO PARANÁ. A fallencia do governo, 17.ago.1934, p.1)

O Correio do Paraná protestava contra o fato de Plínio Tourinho, que chefiou o movimento ao lado de oficiais como Manoel da Nóbrega, Amorety Osório, Viégas da Silva, juntamente com civis como Francisco Guérios, Roberto Glasser e Couto Pereira, fazerem parte de um grupo que se encontrava no ostracismo na interventoria de Manoel Ribas (CORREIO DO PARANÁ. O Elephante que não era adesista. 07.set.1934, p.1).

## **7. O CAMPO POLÍTICO PARANAENSE DURANTE O PERÍODO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO (1933-1935)**

Nesse capítulo, pretendemos assinalar que a conciliação entre as forças tenentistas e as forças oligárquicas era fundamental para a manutenção dos interventores nos seus cargos. No ano de 1933, verificou-se o fortalecimento das oligarquias locais. Caberia aos interventores o estabelecimento de boas relações com esses grupos, de preferência organizando-os no interior de partidos políticos. O movimento mais recorrente foi a organização de seções estaduais do Partido Social Democrático, sob a liderança dos interventores federais.

No Paraná, Manoel Ribas conseguiu angariar as oligarquias e os membros do “tenentismo revolucionário”. Seu governo era composto por elementos da classe dominante tradicional, oligárquica e elitista, ao mesmo tempo em que agregava integrantes da esquerda revolucionária, que ajudaram inclusive a organização da Aliança Nacional Libertadora. O interventor também possuía ligações com elementos ligados ao integralismo. Na prática, a liderança de Ribas agregava a múltiplos e diversos grupos e atores políticos.

As próximas seções investigarão como Manoel Ribas organizou o PSD com sucesso no Paraná, mesmo encarando algumas dissidências políticas. Também demonstraremos como ocorreu a organização dos partidos políticos, de oposição ou apoio ao interventor. Serão analisados os perfis do Poder Legislativo paranaense no contexto pós-1930, através dos deputados federais e estaduais eleitos em 1933, 1934 e 1935. Paralelamente à essas análises, demonstraremos os reflexos da Ação Integralista Brasileira e da Aliança Nacional Libertadora no campo político paranaense.

### **7.1 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL DE 1933**

Com a derrota de São Paulo na Revolta de 1932, a relação entre Vargas e os interventores foi realinhada. Embora a ação dos grupos tenentistas tenha sido fundamental para combater as forças rebeladas, a vitória sobre as oligarquias paulistas não beneficiou o tenentismo nos anos posteriores.

Segundo Hélio Silva (1968, p.30), “quando os paulistas depuseram as armas, os verdadeiros derrotados foram os tenentes”. Essa afirmação é relacionada ao fato de que Vargas conseguiu acalmar os ânimos inflamados dos tenentes, intensificando o processo

de reconstitucionalização, que não agradava a parcelas mais radicais dos militares tenentistas. Após os acontecimentos de 1932, Vargas nomeou como interventor Armando de Salles Oliveira, civil e paulista, tal qual era a exigência das oligarquias locais.

Conforme o visto nos capítulos anteriores, o início do governo provisório foi marcado pela polarização entre tenentes e oligarcas dissidentes na disputa pela direção política. Os tenentes possuíam a vantagem de contar com a máquina das interventorias federais nos estados (GOMES, 1980, p.26).

Em linhas gerais, a **disputa entre os tenentes e as oligarquias** entre outubro de 1930 e 1932 é dividida em **três fases**. O primeiro semestre de 1931 foi caracterizado pelo equilíbrio instável entre as oligarquias dissidentes e o tenentismo. O segundo semestre de 1931 foi marcado pela ascensão tenentista e a defensiva oligárquica. Já o primeiro semestre de 1932 foi marcado pela reação oligárquica à ascensão tenentista (FORJAZ, 1988, p.119).

De acordo com Ângela Maria de Castro Gomes, a polarização entre a centralização, defendida pelos tenentes, e o federalismo, defendido pelos oligarcas que desejavam a autonomia dos estados para o controle do jogo político regional, marcou o debate a respeito da constitucionalização do país (GOMES, 1980, p.28).

Na prática, as oligarquias civis almejavam mais poder nos estados e os tenentes lutavam para que o processo de centralização se consolidasse, pois eram beneficiários dessa lógica política, especialmente no regime das interventorias.

O poder que os tenentes detinham no governo federal declinou a partir de 1932. Segundo John Wirth, um dos momentos cruciais para a efetivação deste declínio foi o assalto a um jornal do Rio de Janeiro por tenentes que estavam utilizando veículos públicos, em março de 1932. Isso acarretou uma crise ministerial que abalou o governo Vargas. Este passou a negociar com inimigos políticos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo em prol da aceleração do retorno ao governo constitucional (WIRTH, 1979).

Em resposta, Vargas isolou o Clube 3 de Outubro e as legiões revolucionárias, que perderam as condições semioficiais que detinham. Góes Monteiro revelou-se como o líder que disciplinou os tenentes, ao mesmo tempo em que o tenentismo fortemente absorvido pelo Estado (CAMARGO, 1983). Com o declínio do protesto militar, a hierarquia militar foi retomada, sem o divisionismo entre “picolés e rabanetes”.

Na recomposição de forças, alguns oligarcas se decaíram e outros se reafirmaram, formando novas alianças (FORJAZ, 1988; CAMARGO, 1983). Nesse processo, as



oligarquias se reorganizaram, formando novas composições e alianças nas eleições de 1933 e 1934 (FORJAZ, 1988). Esse movimento também foi acompanhado pela disciplinarização das oligarquias, excluindo do jogo político os oligarcas dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930 no primeiro momento e passaram para a oposição a Vargas, com o sentimento de que elas estavam sendo desprestigiadas pelo governo. Segundo Aspásia Camargo (1983, p.38), 1932 representou que “o marco depurador das antigas oligarquias e dos tenentes”, cenário no qual, gradualmente, velhas oligarquias foram substituídas por novas oligarquias:

“Muitos dos antigos "revolucionários”, no decorrer de lutas sucessivas, são alijados ou se afastam: Assis Brasil, Artur Bernardes, Epitácio Pessoa, João Neves, Lindolfo Collor, Flores da Cunha, Borges de Medeiros, José Américo, Carlos de Lima Cavalcanti, Pedro Ernesto, Mauricio de Lacerda, Virgílio de Melo Franco, Antônio Carlos, Juraci Magalhães, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Paulo Duarte, Djalma Pinheiro Chagas, Odilon Braga Outros permanecem: Cordeiro de Farias, João Alberto, Amaral Peixoto, Pedro Ludovico, Magalhães Barata, Nereu Ramos, Agamenon Magalhães, Francisco Campos, João Alberto, Góis Monteiro, Osvaldo Aranha. Outros ainda, em diferentes momentos, se reconciliam” (CAMARGO, 1983, p.39).

Apesar da existência de oposições de oligarcas nostálgicos com o período pré-1930 e dos revolucionários ressentidos de 1930, Manoel Ribas manteve a estabilidade política em seu governo.

A recomposição do domínio oligárquico foi verificada na retirada de vários tenentes das interventorias nos estados, excetuando-se aqueles que conseguiram dialogar com as classes dominantes regionais e com os chefes políticos oligarcas. Os tenentes também foram retirados dos ministérios e dos cargos mais altos do governo. Os ex-interventores João Alberto e Herculino Cascardo perderam influência junto ao poder central. Até mesmo Osvaldo Aranha, liderança civil dos tenentes e o maior articulador da Revolução de 1930, foi retirado da equipe ministerial, sendo conduzido para a “geladeira” e 1934, ocupando a embaixada do Brasil nos Estados Unidos. (LEVINE, 1980, p.29).

No Paraná, Manoel Ribas se manteve no cargo de interventor federal, estabilidade alcançada por poucos ocupantes do cargo nos estados. Esse fato merece uma análise aprofundada sobre as razões que levaram Ribas a permanecer na interventoria a despeito das crises e jogos de poder que derrubavam os interventores na lógica do regime de centralização.

Para analisar o caso de Ribas, nos reportamos a comparação com outros estados. Apenas alguns interventores aglutinavam forças de conciliação entre oligarquias e ideais tenentistas vinculados ao movimento de outubro de 1930. Hélio Silva cita os estados de Pernambuco, com a interventoria de Carlos Lima Cavalcanti, pernambucano, ex-deputado estadual, usineiro, diretor do Diário da Manhã, fundador da Aliança Liberal e apoiador da Revolução de 1930; além do estado da Bahia, com Juracy Magalhães (SILVA, 1969, p.41).

Além dessas interventorias, citamos o governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira, médico que unia civis e tenentes no estado de Goiás, permanecendo no cargo por 15 anos consecutivos.

Para Hélio Silva, o tenentismo entrou em declínio no momento em que as oligarquias recuperavam terreno, ora em “oposição aos governantes forasteiros, ou aliando-se a eles para absorvê-los e assimilá-los” (SILVA, 1969, p.41).

Em relação a este argumento, a trajetória de Juracy Magalhães merece um destaque a parte. Cearense, apoiou os levantes tenentistas e lutou a favor da Revolução de 1930 nos estados da Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, sendo nomeado interventor federal da Bahia em setembro de 1931, com apenas 26 anos. Sua nomeação não foi vista com bons olhos pela classe dominante baiana, que esperava um interventor civil e baiano. Para permanecer no cargo, ofereceu total apoio a Vargas no combate às oposições paulistas em 1932, reprimindo manifestações de estudantes favoráveis ao movimento constitucionalista de São Paulo, realizadas em Salvador. Também estabeleceu contatos políticos com coronéis do interior do estado, angariando apoio (DHBB CPDOC FGV. Verbete Juraci Magalhães<sup>126</sup>).

Juracy Magalhães foi eleito governador da Bahia pelas oligarquias no ano de 1933. Fundador do PSD, ajudou a eleição de muitos políticos tradicionais do estado, obtendo ao partido a marca de 18 dos 22 constituintes baianos. Nenhum deles era militar ou tenente (DRUMMOND, 1986, p.227). Em resumo, verifica-se que as oligarquias se restabeleceram nas eleições de 1933, que sufragaram os representantes da Assembleia Nacional Constituinte.

---

<sup>126</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete Juraci Magalhães. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>

## 7.2 O DEBATE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE PARTIDOS

Uma das principais frentes de atuação do Governo Provisório correspondia à realização da Constituinte. Sobre essa temática, o general Góes Monteiro declarava publicamente a necessidade de uma Constituição que acompanhasse a evolução social do país e do papel do Exército como guardião da segurança, da unidade política, da defesa nacional, da disciplina e do patriotismo (O DIA. Fala o general Góes Monteiro. 14,dez.1932, p.1).

Nesse sentido, o ano de 1933 começou com uma grande esperança no cenário político: a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Esse momento representava uma transição na república, uma vez que se revelava como “uma alternativa de reforma política na linha da liberal-democracia de estilo representativo” (GOMES, 2007, p.14).

A data de 03 de maio de 1933 foi estabelecida para a realização da escolha de deputados federais que comporiam a Câmara dos Deputados. Avanços democráticos foram registrados, cultivados desde fevereiro de 1932, na ocasião da aprovação do Código Eleitoral. Um dos momentos mais significativos foi a criação da Justiça Eleitoral, responsável pelo alistamento, apuração dos votos, além do reconhecimento e validação dos eleitos, impôs importantes restrições quanto à manipulação e fraudes registradas na república oligárquica (SILVA; SILVA, 2015, p.76). A moralização do sistema político brasileiro, promessa da Revolução de 1930 e do movimento tenentista, ganhou concretude nestas ações.

Com a iminência da realização de eleições em 1933, a organização de partidos políticos se intensificou no início do ano, para lançar candidaturas que tivessem apelo popular.

O Código Eleitoral de 1932 definiu que os partidos políticos deveriam ter uma organização nacional<sup>127</sup>, com o objetivo de neutralizar influências regionalistas e enfraquecer as oligarquias estaduais. Essa legislação fazia parte do processo de centralização característica da política brasileira no período pós-1930.

---

<sup>127</sup> Sobre a permanência de interesses regionais e particularistas das oligarquias, Octávio Ianni (1965, p.38-39) salienta que o período pós-revolução de 1930, e também o período pós-1945 mesmo com o dispositivo legal que permitisse a organização de partidos nacionais, os mesmos se rearticulam de acordo com os interesses regionais de cada estado.

Paralelamente à organização de partidos políticos, o debate antipartidarista também ganhava força no cenário político pós-revolucionário. O anti-partidarismo não era uma novidade na política brasileira. Este viés teve continuidade no período varguista, desde os primeiros atos do governo provisório. Os ideólogos do governo Vargas, e mais tarde, do Estado Novo, preconizavam convicções antiliberais e corporativistas, com influência de teorias europeias em ascensão.

O autoritarismo no Brasil já preconizava o anti-partidarismo e a necessidade de um Estado forte e centralizado nas obras de Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral.

Segundo a interpretação de Oliveira Vianna, os partidos políticos eram “inúteis” e “dispendiosos”, bem como o parlamento e o sufrágio, “falaciosos” no contexto brasileiro. Essas instituições estariam “contaminadas” pela influência dos partidos locais e da política de clã “em que o Estado ou a Administração é o *meio de vida e serviço dos amigos*” (VIANNA, 1974, p. 147, grifos no original). Os partidos cumpriam a função de exploração das vantagens do poder por parte dos clãs, “meras associações de interesses privados ou delegações de pequenas oligarquias politicantes” (SOUZA, 1976, p.67).

Francisco Campos, importante ideólogo do autoritarismo no Brasil, defendia esta prática que, segundo ele, seria “necessária” para a superação dos “erros” e “vícios” da antiga ordem. A Revolução de 1930 inauguraria a criação de um “Novo Estado” e de uma “nova ordem” para a nação, representada por um “líder predestinado”, como Getúlio Vargas. Este país “renovado” prezaria pelo interesse coletivo, em prol da “salvação nacional”. Dentro dessa lógica, Francisco Campos questionava os fundamentos da democracia política, como o funcionamento dos partidos, “simples massas de manobra e instrumentos mecânicos de manipulação eleitoral” (CAMPOS, 1983, p.118), o Parlamento, “órgão de inibição das iniciativas realmente úteis ou proveitosas aos interesses nacionais” (CAMPOS, 1983, p.123) e o sufrágio universal, impróprio dada a “incompetência” do eleitorado (CAMPOS, 1983, p.134). Como alternativa ao liberalismo e ao comunismo, o regime pós-revolucionário promoveria a “ordem”, harmonizando as relações sociais conflituosas, através das premissas do Estado forte, centralizador, unificador e garantidor dos interesses da nação.

Por sua vez, Azevedo Amaral era favorável à ampliação do poder executivo e questionava a divisão de poderes e o sufrágio universal, além da realização de eleições diretas, pois essas práticas seriam falhas devido à ação dos controladores da máquina política viciada que manipulava o “povo massa”, despreparado para opinar no jogo

político (ARAÚJO, 2006, p.65). Como solução a estes problemas, Azevedo Amaral preconizava a realização de eleições indiretas para os cargos legislativos e executivos.

A partir da década de 1930, intensificou-se a publicação de importantes obras de cunho corporativista. Gabriel Duarte Costaguta (2019), destaca quatro obras do contexto anterior ao Estado Novo. São elas: “República Syndicalista dos Estados Unidos do Brasil”, de Olbiano de Mello, publicado em 1931; “Organização profissional (corporativismo) e representação de classes, de Paim Vieira”, obra publicada em 1933; “No Limiar da Idade Nova”, de Alceu Amoroso Lima, publicado em 1935; e “O Estado Corporativo”, de Anor Butler Maciel, publicado em 1936. Sob o ponto de vista corporativo, os partidos eram inimigos da harmonia social e disseminavam ações de “políticos incompetentes”, ao invés de “técnicos especializados”. Campello de Souza (1976, p.66), referencia a obra de Paim Vieira para destacar a oposição aos partidos pelo corporativismo. Segundo Paim Vieira, os partidos eram compostos por indivíduos com interesses egoístas que disputavam entre si a posse do Estado para dirigi-lo de acordo com suas “exclusivas conveniências”, sem atender as necessidades da coletividade.

Desse modo, a política nacional se dividia entre os defensores do sistema pluripartidário, com organização nacional, e os ideólogos do autoritarismo, que desprezavam a democracia de partidos e questionavam a necessidade do poder legislativo.

### **7.3 O CENÁRIO POLÍTICO PARANAENSE NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 1933**

Para o ano de 1933, as diretrizes do governo provisório correspondiam à intensificação do ensino, à racionalização política e a eficiente colaboração entre o executivo e o legislativo (O DIA. Os novos rumos políticos do Brasil. 18.dez.1932, p.1). A realização de eleições para a constituinte era o principal evento político previsto para o ano.

A interventoria de Manoel Ribas deveria responder satisfatoriamente às diferentes demandas colocadas pelo cenário político. Seus principais focos de atuação correspondiam à área econômica e à área social. No setor econômico, o café e a madeira despontavam como os produtos que mais traziam recursos orçamentários ao estado.

No setor social, a saúde e a educação figuravam como prioridades do governo. Além da expansão do ensino e das matrículas na instrução básica e profissional, Ribas

concentrava esforços em construir uma rede hospitalar nas principais cidades do Paraná. Entre 1932 e 1941, o orçamento destinado a saúde pública aumentou um 220%. Paralelamente à expansão do atendimento ambulatorial, a interventoria trabalhava pelo desenvolvimento da infraestrutura destinada ao saneamento básico, com coleta de água e esgoto (FONTANA, 2015, p.175).

Ribas se revelava com um bom articulador com as forças políticas locais, ao mesmo tempo em que mantinha um ótimo relacionamento com o governo federal, centralizado na figura de Vargas e seus ministros.

Movimentos pela realização das eleições em maio de 1933 foram realizados no Paraná, que precisava se organizar politicamente. A organização de partidos políticos era um dos principais objetivos nessa conjuntura.

Nesse processo, a primeira legenda a surgir no Paraná foi o **Partido Social Democrático**. O interventor Manoel Ribas fundou e presidiu o PSD no Paraná<sup>128</sup>, ressaltando os propósitos da Revolução de 1930. Ideologicamente, Ribas escreveu ao Coronel Ottoni Maciel, um dos principais chefes civis das oligarquias dissidentes, que o PSD pretendia continuar o legado do movimento de outubro (O DIA. O PSD e o sr. Manoel Ribas. 02.abr.1933, p.1).

O PSD apresentou 4 candidatos à Assembleia Nacional Constituinte: Raul Munhoz, Antônio Jorge Machado da Silva Lima, Manoel Lacerda Pinto e Idílio Sardenberg, este último, membro da Legião Revolucionária Paranaense.

As bandeiras eleitorais da legenda referiam-se à defesa do Código do Trabalho, o seguro contra enfermidades, a proteção dos produtos paranaenses, a federalização do ensino superior e a escola primária adaptada à realidade nacional (O DIA. Eleitor! 28.abr.1933).

A Assembleia Nacional Constituinte foi eleita pelo pleito de 03 de maio. O alistamento eleitoral no Paraná chegou ao número de 34.435 eleitores para o pleito de 1933. (O DIA. Às urnas! 05.mai.1933, p.1). Foram eleitos os seguintes deputados federais constituintes: Idílio Sardenberg, Manoel Lacerda Pinto, Antônio Jorge Machado da Silva Lima e Plínio Tourinho. Com exceção a Raul Munhoz, todos os candidatos do

---

<sup>128</sup> Isso assinala a capacidade de Manoel Ribas como articulador político. Muitos interventores não conseguiram organizar as seções estaduais do PSD, como foi o caso do Capitão Carneiro de Mendonça, interventor tenentista, pediu exoneração do cargo, por não querer envolvimento com o Partido Social Democrático no Ceará (SILVA, 1968, p.9).

PSD foram eleitos. Apenas Plínio Tourinho obteve êxito entre os representantes da oposição.

A tabela a seguir trás os resultados oficiais das eleições de 1933 no Paraná.

TABELA 3: RESULTADO ELEIÇÕES 1933 NO PARANÁ

Candidato	Votos
Idálio Sardenberg (PSD)	14888
Plínio Tourinho (PL)	6480
Lacerda Pinto (PSD)	15259
Antônio Jorge Machado (PSD)	12962

Fonte: O DIA, 18.mai.1933, p.1. “Resultado oficial”

Na próxima tabela, apresentam-se os resultados eleitorais por localidade eleitoral, registrados até o dia 10 de maio de 1933, relatando a apuração parcial dos votos obtidos pelos partidos e pelos candidatos avulsos.

TABELA 4: RESULTADOS ELEIÇÕES 1933 POR CIDADE E PARTIDO

Localidade	PSD	PL	PR
Curitiba	2614	2279	419
Rio Branco	201	25	32
Bocaiúva	99	34	27
Araucária	257	34	33
Tamandaré	319	77	38
Campina Grande	148	18	35
Lapa	591	57	73
Piraquara	235	66	27
Rio Negro	661	209	40
Capivari	219	14	23
Guarapuava	704	25	60
União da Vitória	235	117	13
Antonina	169	417	57
Morretes	319	32	17
Paranaguá	582	161	33
Alexandra	186	44	9
Guaraqueçaba	100	16	0
Guaratuba	53	8	0
Irati	302	29	46
A.Rebouças	52	3	52

Palmas	243	9	35
TOTAL	8289	3659	1070

Fonte: O DIA. 11.mai.1933, p.1.

Na análise destes resultados, percebemos a **hegemonia eleitoral** contabilizada pelo **PSD no Paraná**, que elegeu três dos quatro deputados federais para a Assembleia Nacional Constituinte. Conforme o já visto, apenas uma vaga foi conquistada pela oposição, através da candidatura de Plínio Tourinho. Mesmo com a sua popularidade relacionada a vitória da Revolução de 1930 no estado, os seus três adversários contabilizaram mais do que o dobro de votos que ele obteve, o que demonstra a fragilidade da oposição a Manoel Ribas e a Getúlio Vargas no Paraná.

A segunda tabela, mesmo apresentando resultados parciais, demonstra novamente a força eleitoral do PSD nas eleições de 1933. O Partido Liberal Paranaense e o Partido Republicano, legendas de oposição ao governo, não angariaram votos de grande volume. Apenas o Partido Liberal conseguiu eleger um representante, crítico ao governo, porém associado à defesa dos ideais de 1930. Apenas Plínio Tourinho foi eleito pela legenda, o que não foi alcançado por Roberto Glasser, outro candidato do PL.

O **Partido Republicano**<sup>129</sup>, por sua vez, não possuía ligações ideológicas com o movimento revolucionário, reunindo decaídos do regime pré-1930. Este partido alcançou um número pífio de votos, concentrados em Curitiba, e era o mais fraco em termos eleitorais. Entre os seus candidatos, destacam-se Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, ex-delegado de polícia, derrotado nas urnas, Arthur Ferreira dos Santos e Hostílio César de Souza Araújo.

O quadro a seguir apresenta informações genealógicas da primeira leva de deputados federais eleitos após a Revolução de 1930.

#### QUADRO 25 - DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1933: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS

Nome	Local de nascimento/ano	Capitais Familiares/ Títulos Genealógicos
Idálio Sardenberg	Porto Alegre (RS), 1906	Família Militar
Manoel Lacerda Pinto	Lapa (PR), 1893	Rodrigues de França (nascimento, Vol.III)

<sup>129</sup> Mais tarde essa legenda se reorganizou como União Republicana Paranaense (URP).



Antônio Jorge Machado da Silva Lima	Ponta Grossa (PR), 1886	Carrasco dos Reis (nascimento, Vol.I)
Plínio Tourinho	Curitiba (PR), 1882	Alves (nascimento, Vol.V)

Fontes: Ver anexo 13.

Destes 4 deputados federais, 3 nasceram na região do “Paraná Tradicional” e 1 nasceu no Rio Grande do Sul: Idálio Sardenberg. Este deputado era membro de uma família militar, o que indica a importância desse capital no contexto político pós-1930. Os 3 deputados federais nascidos no Paraná eram portadores de títulos genealógicos, o que revela a dominação social e política de longa data, seja através do nascimento ou do matrimônio. Antônio Jorge Machado da Silva Lima era filho do ex-presidente do Paraná, Vicente Machado. Plínio Tourinho, o chefe do movimento de 1930 no Paraná, era irmão do ex-interventor federal, Mário Tourinho. Nesse sentido, o padrão de dominação e influência política desse conjunto de deputados se manteve após a Revolução de 1930.

O próximo quadro apresentará informações de capitais econômicos destes novos agentes detentores de poder político no contexto pós-1930.

#### QUADRO 26- DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1933: CAPITAIS ECONÔMICOS

Nome	Capitais econômicos/sociais
Idálio Sardenberg	Alto funcionalismo militar
Manoel Lacerda Pinto	Propriedade de engenhos de erva-mate
Antônio Jorge Machado da Silva Lima	Grande propriedade de terras
Plínio Tourinho	Alto funcionalismo público e militar

Fontes: Ver anexo 13

Na análise dos capitais econômicos e sociais dos deputados federais eleitos em 1933, assinalamos a ligação de 2 parlamentares com a grande propriedade de terras, especialmente no comércio e na indústria ervateira. Os outros dois deputados pertenciam ao alto escalão militar, o que reforça a força deste estrato no contexto político analisado. Poucas mudanças são observadas entre o perfil dos deputados federais que se elegeram antes da Revolução de 1930 em relação aos que se elegeram após 1930. Nesse sentido, o perfil destes 4 deputados assinala a continuidade dos padrões de dominação socioeconômica, em detrimento das mudanças políticas próprias do período.

Com a posse dos abriu-se a Comissão Constitucional. Outra novidade refere-se à eleição de representantes do povo e de deputados classistas, correspondendo à indústria, à agricultura, à pecuária e ao funcionalismo público<sup>130</sup>.

O próximo quadro oferecerá informações quanto aos capitais políticos e formativos dos deputados federais eleitos após a Revolução de 1930.

**QUADRO 27 – CAPITAIS POLÍTICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1933**

Nome	Formação	Cargos Políticos/períodos
Idílio Sardenberg	Militar, RJ	Apoiador da Revolução de 1930; Deputado Federal, 1933-1935; Membro do Partido Liberal, dissidente do PSD e opositor a Manoel Ribas. Membro do Conselho Administrativo (DASP), 1935-1937; Presidente da Petrobrás, governo JK, 1958; Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas a partir de 1971;
Manoel Lacerda Pinto	Direito, SP	Membro do Conselho Consultivo do Estado até 1932; Deputado Federal, 1933-1935.
Antônio Jorge Machado da Silva Lima	Direito, SP	Membro da diretoria do Partido Democrático Paranaense. Apoiador da Revolução de 1930; Diretor-geral do Ensino no Paraná, 1930-1932; Membro do Conselho Consultivo do Estado, 1932-1933; Deputado Federal, 1933; Senador, 1935-1937; Membro do Partido Liberal, dissidente do PSD e opositor a Manoel Ribas. Procurador do Departamento de Finanças Públicas, 1939 e Auditor do Tribunal de Contas da União, desde a década de 1940.
Plínio Tourinho	Engenharia Militar, RJ	Apoiador da Revolução de 1930; Chefe do Serviço de Engenharia Regional do Paraná, 1931; Deputado Federal de 1933 a 1937, pelo Partido Liberal. Nomeado novamente Chefe do Serviço de Engenharia Regional do Paraná, no ano de 1938.

Fontes: Ver Anexo 13

Na análise dos capitais políticos destes deputados federais, assinalamos a importância do apoio e a participação no movimento revolucionário de 1930 para a potencialização das suas carreiras políticas. Trata-se de uma classe política nova, visto que todos os deputados eleitos não haviam ocupado cargos políticos antes de 1930.

<sup>130</sup> A História da Câmara dos Deputados. A 2ª República. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a2republica.html>. Acesso em 27.mar.2020.

O PSD era hegemônico, visto que a legenda elegeu 3 dos 4 deputados federais constituintes, o que demonstra um amplo apoio ao governo e a interventoria de Manoel Ribas.

O único deputado que não pertencia ao PSD era Plínio Tourinho, que pertencia ao **Partido Liberal**. Esta legenda foi fundada por ele para agregar as forças políticas que se desgastaram com a crise que levou a destituição de Mário Tourinho da interventoria federal do Paraná. Trata-se de uma legenda de oposição a Manoel Ribas que foi reorganizada, mais tarde, no Partido Social Nacionalista.

Um ponto de recorrência percebido na análise as trajetórias destes deputados foi o fato de três deles terem pertencido aos novos órgãos de poder criados pelo Governo Provisório: o Conselho Consultivo e o Conselho Administrativo. Estes três deputados (Idálio Sardenberg, Manoel Lacerda Pinto e Antônio Jorge Machado da Silva Lima) pertenciam ao PSD, e possuíam orientação governista.

Outra força em ascensão no estado referia-se aos elementos da chamada “extrema esquerda radical do Paraná” que, segundo o jornal O Dia, angariava membros da Legião Revolucionária, que surgiu nos primeiros dias da Revolução de 1930 no Paraná (O DIA. A ala esquerda extremista. 09.mar.1933, p.1).

Os membros da **Legião Revolucionária Paranaense** tinham atividades políticas no interior do PSD, o partido do interventor Manoel Ribas. Para manter-se no cargo, as boas relações entre o interventor e este grupo eram de suma importância, visto que os legionários tinham uma forte linha de comunicação com o governo federal, através de viagens ao Rio de Janeiro e do envio de telegramas ao Ministério da Justiça.

Em resumo, verifica-se que as oligarquias se restabeleceram nas eleições de 1933, que sufragaram os representantes da Assembleia Nacional Constituinte.

#### **7.4 O CONSELHO CONSULTIVO DURANTE O ANO DE 1933**

Paralelamente à organização da classe política por partidos e legiões revolucionárias, o Conselho Consultivo manteve a sua influência no cenário de poder estadual. O próximo quadro refere-se ao perfil político e econômico dos membros do Conselho Consultivo no ano de 1933.

QUADRO 24- PERFIL DO CONSELHO CONSULTIVO EM 1933

Nome/UF de nascimento	Título Genealógico/ Conexões Familiares	Capitais Econômicos/sociais/profissão	Filiações político-partidárias	Cargos políticos
Francisco Martins Franco/PR	Irmão do deputado federal Artur Martins Franco e do desembargador Antônio Martins Franco. Título Xavier Lima, vol.IV. Casado com Rosa de Miranda Franco, filha de Guilherme Xavier de Miranda. Título Rodrigues de França, vol.III	Médico de grande renome em Curitiba. Família Proprietária de terras em Curitiba	PSD Médico das forças combatentes de 1930. Atuou no socorro às tropas de Vargas na Revolta de 1932. Considerando um tenentista civil. Presidente estadual do Clube 3 de Outubro. Base de apoio a Manoel Ribas	Membro do Conselho Consultivo (1932-1933) Diretor de Saúde Pública (1933) Secretário de Justiça (1933). Pediu Exoneração.
Roberto Glasser/RS	Seu pai foi deputado estadual no Biênio 1920-1921	Empresário nos ramos da pecuária, do comércio e da indústria. Secretário da Diretoria da ACP.	Fundador e membro da comissão executiva do Partido Liberal Paranaense (PLP), legenda de oposição ao PSD e a Manoel Ribas, interventor a partir de 1932;	Deputado Estadual no Biênio 1914-1915. Eleito deputado estadual em 1930, também participou da Revolução de 1930. Suplente de deputado constituinte Presidente do Conselho Administrativo do Estado; Senador da República pelo PSD de 1946 a 1955.
Braulio Virmond de Oliveira Lima/PR	Casado com Aurea Pessoa Virmond Lima, filha de Constança de Faria e Benjamin Pessoa (Título Rodrigues Seixas)	Guarda-livros e sócio da firma industrial David Carneiro e Cia. Industrial Ervateiro	-	Membro do Conselho Consultivo
Enéas Marques dos Santos	Casado com Juanita Bittencourt. Filho de Generoso Marques dos Santos (NEGRÃO, Vol.2), senador e vice-	Professor de Direito e Advogado	Oficial de gabinete de Alencar Guimarães. Seu pai, Generoso Marques dos Santos, rompeu com Affonso Camargo, e passou para a	Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, governo Affonso Camargo, 1916-1918; Deputado Estadual (1928-1930). Membro do Conselho Consultivo

	presidente do Paraná. Título Rodrigues Seixas.		oposição ao situacionismo.	
Álvaro Barroso Júnior		Tenente, atuou como delegado e representante da 5ª Região Militar, na ocasião da Revolução de 1930.	Atuou na Revolução de 1930	Membro do Conselho Consultivo
Hugo Mader	Filho do coronel Nicolau Mader. Título Rodrigues de França. Irmão de Othon Mader, prefeito, secretário de estado e senador.	Industrial e comerciante de erva-mate, sócio do seu pai, Nicolau Mader.		Deputado Estadual (1908-1909). Membro do Conselho Consultivo

Fontes: Ver Anexo 14

No perfil do Conselho Consultivo no período Ribas, constata-se a alta influência dos capitais familiares dos agentes que ocupavam o cargo: 5 dos 6 conselheiros possuíam conexões com as tradicionais famílias paranaenses que reproduziam seus capitais econômicos e políticos ao longo dos séculos. Apenas Álvaro Barroso Júnior, membro do tenentismo militar, não possuía conexões com a classe dominante histórica.

Quanto aos capitais econômicos dos membros do Conselho Consultivo, constata-se que eles possuíam vínculos com a grande propriedade, nos diferentes ramos: indústria, comércio, erva-mate, agricultura e pecuária. Francisco Martins Franco e Enéas Marques dos Santos (2 dos 6 conselheiros) conciliavam as atividades econômicas com o exercício de profissões liberais, como a medicina e a advocacia.

Em relação aos capitais políticos do Conselho Consultivo, destacamos que Roberto Glasser, Enéas Marques dos Santos e Hugo Mader (3 dos 6 conselheiros) desempenharam cargos políticos antes da Revolução de 1930, o que demonstra a continuidade desses atores na política paranaense.

Roberto Glasser foi deputado estadual no biênio 1914-1915, e vinculou-se aos irmãos Tourinho na ocasião da Revolução de 1930. Glasser pertencia à oposição ao grupo político de Manoel Ribas, sendo fundador do Partido Liberal Paranaense, legenda que agrupou correligionários do interventor deposto Mário Tourinho. Nesse sentido, faziam parte do Conselho Consultivo agentes de oposição ao interventor, algo recorrente no

regime de centralização do governo Vargas. Nessa lógica, membros do Conselho Consultivo inspecionavam as ações do interventor e prestavam contas ao Catete. A “independência” política que os conselheiros possuíam em relação ao interventor possibilitava ao chefe do executivo federal uma ferramenta adicional de vigilância e controle sobre as interventorias.

Enéas Marques dos Santos ocupou o cargo político de oficial de gabinete do senador Alencar Guimarães. A trajetória de Enéas Marques dos Santos está interligada com as dissidências oligárquicas da Primeira República, pois além de Alencar Guimarães, o seu pai, Generoso Marques dos Santos, rompeu com Affonso Camargo e os setores políticos hegemônicos do período. Enéas Marques ocupou o cargo de deputado estadual pelo Partido Republicano Paranaense, sendo deposto em 1930. Retornou à política institucional com o Conselho Consultivo.

Por sua vez, Hugo Mader ocupou o cargo de deputado estadual no biênio 1908-1909. Seu irmão, Othon Mader, foi nomeado prefeito de Foz do Iguaçu em 1930, durante a interventoria de Mário Tourinho. Em 1932, durante a administração de Manoel Ribas, Othon Mader foi nomeado prefeito de Ponta Grossa, reduto político do interventor. Mader também desempenhou os cargos de Secretário de Fazenda e Obras Públicas e Secretário de Agricultura no governo Ribas. Esses fatos demonstram a conexão entre a família Mader e Manoel Ribas, o que indica que Hugo Mader era um conselheiro alinhado com o interventor.

Convém assinalar a força do tenentismo pós-1930 no Conselho Consultivo. Francisco Martins Franco e Álvaro Barroso Júnior (2 dos 6 conselheiros) combateram na Revolução de 1930, ao lado de Vargas. Eles eram considerados membros do “tenentismo revolucionário”, sendo Franco um membro do “tenentismo civil” e Barroso um integrante do “tenentismo militar”. Esses dois conselheiros eram aliados de Manoel Ribas, outra evidência da aproximação entre o interventor e o tenentismo revolucionário.

Em linhas gerais, o Conselho Consultivo possuía aliados do interventor e também contava com vozes dissonantes que pretendiam agir com independência diante de Manoel Ribas, em um cenário marcado pela instabilidade por articulações políticas locais diretas com o governo federal.

No início do ano de 1933, a interventoria de Ribas se deparou com uma crise política que envolvia o Conselho Consultivo do Estado. O motivo de tais desentendimentos relacionava-se à aprovação do Decreto 2829 por parte do governo, instituindo novos impostos sem a anuência do Conselho, o que violava o artigo 10 do

Código dos Interventores. Em reação a tal ato, todos os conselheiros entregaram o cargo. Faziam parte do Conselho Consultivo Enéas Marques dos Santos, o Capitão Álvaro Barroso Júnior, Hugo Mader, Francisco Martins Franco, Braulio Virmond Lima e o Capitão Roberto Glasser. Para a resolução de tal crise, o governo revogou o Decreto 2829, para que os conselheiros retomassem aos seus postos normalmente (O DIA. Em crise o Conselho Consultivo do Estado. 24.jan.1933, p.1).

O conflito entre o interventor e o Conselho Consultivo do Estado demonstra que os agentes pertencentes às oligarquias dissidentes paranaenses que apoiavam o projeto revolucionário possuíam ressalvas em relação a Manoel Ribas.

Em fevereiro de 1933, uma nova crise assolou a interventoria de Ribas, surgindo inclusive rumores de que o titular renunciaria ao cargo, o que foi negado pelo mesmo (O DIA. O sr. Manoel Ribas desmentiu categoricamente boato de sua renúncia à interventoria do Paraná.04.fev.1933, p.1).

No jogo político de centralização, os Conselhos Consultivos dos estados exerciam funções essenciais nos estados. Para conhecer com profundidade os problemas nas interventorias, Getúlio Vargas enviava emissários para os estados com o objetivo de investigar as ações do governo e as reclamações das oposições. Isso ocorreu com o envio de João Alberto ao Paraná, durante a crise da interventoria de Mário Tourinho, vista anteriormente.

Uma estratégia consistia em fazer do Conselho Consultivo uma fonte de informações ao governo federal, além da função de desempenhar a vigilância sobre as ações da interventoria. Essa lógica de centralização é perceptível inclusive nas nomeações de Manoel Ribas para o Conselho Consultivo do Estado. Em um dos telegramas a Oswaldo Aranha, Ribas informava que nomearia Braulio Vimond para uma vaga<sup>131</sup>. Isso assinala que o interventor prestava explicações ao governo central em todas as decisões importantes no governo do Paraná.

Outro veículo de diálogo entre a interventoria e o governo federal era a escolha de emissários do Paraná ao Rio de Janeiro. Um escolhido por Ribas para tratar desses assuntos foi o capitão Catão Menna Barreto Monclaro. Este tratava diretamente com

---

<sup>131</sup> Carta de Manuel Ribas a Oswaldo Aranha apresentando Braulio Virmond, membro do Conselho Consultivo do Estado, que desejava audiência para tratar do imposto sobre loterias do Paraná. Curitiba. Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OAc1933.03.10.

Oswaldo Aranha os assuntos do Paraná<sup>132</sup>. Essas fontes demonstram o alinhamento entre as decisões da interventoria e o governo federal no processo de centralização estatal verificado a partir da Revolução de 1930, algo inédito na república brasileira. Os estados e seus interventores incorporaram em suas práticas a fidelidade ao governo Vargas para manterem-se nos cargos.

A despeito dos conflitos registrados entre a interventoria e o Conselho Consultivo, Ribas manteve-se no cargo, o que demonstra a sua força e capacidade de articulação política entre os agentes de poder dominantes do estado.

## **7.5 A ORGANIZAÇÃO DAS OPOSIÇÕES À MANOEL RIBAS**

O ano de 1933 foi marcado pela instabilidade política e queda de muitos interventores. Em várias interventorias, Vargas precisou direcionar suas atenções à resolução de problemas que explodiram no ano de 1935. Os estados do Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Sergipe e Espírito Santo sucessivas crises políticas ocorriam, em paralelo às questões econômicas e financeiras direcionadas ao Catete (SILVA, 1969, p.48-49).

Para ajudar Vargas, lideranças regionais como Juracy Magalhães agiam em prol da resolução dos “casos” estaduais. Magalhães ajudou a Punaro Bley enfrentar os opositores políticos no Espírito Santo, membros das oligarquias derrubadas pela Revolução de 1930. O interventor da Bahia também trabalhava para amenizar as situações vivenciadas pelos estados do Sergipe, governado por Maynard Gomes, do Ceará, governado pelo paraibano Moreira Lima, solicitando ações realizadas diretamente por Getúlio Vargas, indispensável para a estabilidade política (SILVA, 1969, p.86). Mesmo com a ajuda de Juracy Magalhães, ambos interventores foram depostos do cargo.

A interventoria de Manoel Ribas não escapou a este cenário de instabilidade vivenciada pelos estados. A oposição à interventoria de Manoel Ribas se intensificou ao longo do ano de 1933, a começar pelo Partido Social Democrático, legenda do interventor. Antônio Jorge Machado da Silva Lima, um dos deputados do PSD eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte, ao longo do ano de 1933 insuflou oposições

---

<sup>132</sup> Correspondência a Oswaldo Aranha sobre a política paranaense incluindo assuntos relativos ao PSD-PR, o afastamento do grupo revolucionário, e acusações contra o interventor Manuel Ribas. Curitiba. Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OAcP1933.03.23/1



internas à Manoel Ribas. O interventor e o seu grupo de apoio no PSD informaram o ministro Antunes Maciel sobre esse assunto através de um telegrama enviado em 18 de dezembro de 1933.

Em resposta a estas oposições, Ribas lamentava o fato de Antônio Jorge Machado menosprezar os compromissos assumidos com o partido, desrespeitando “normas do dever de lealdade para com o eleitorado de sua terra”, sendo ele um portador de um “nome tradicional na história paranaense”.

O telegrama afirmava que a maior parte do PSD do Paraná estava com Manoel Ribas, pela sua “eficaz administração reconstrutiva econômica e politicamente”, inexistindo o “**caso do Paraná**” que provocasse preocupações por parte do governo central. Assinavam o telegrama, juntamente com Ribas, os seguintes membros do PSD: Ayrton Plaisant, Francisco Franco, Vermond Lima, Eurípedes Garcez do Nascimento, Octávio da Silveira, Euclides Penteado de Almeida, Camilo Stellfeld e Carlos Paula Soares (AMcpmj1932.11.23).

Estes nomes que eram base de apoio a Manoel Ribas no PSD pertenciam aos grupos ligados à Legião Revolucionária Paranaense, como Ayrton Plaisant e Octávio da Silveira, e também oligarcas dissidentes, identificados com os ideais da Revolução de 1930 e com Manoel Ribas, como Francisco Franco e Camilo Stellfeld.

A oposição a Manoel Ribas cresceu durante o ano de 1933. Críticas ao interventor eram feitas diretamente para os integrantes do governo federal, como era o modus operandi do regime político pós-1930. O exportador de erva-mate, Eugênio La Maison, escreveu ao ministro da Justiça, Antunes Maciel, ataques a Ribas em setembro de 1933. Segundo La Maison, o interventor “carecia de predicados e compostura para chefe”, além de não ter os princípios ideológicos de moralização dos costumes políticos que levaram o Brasil a pegar em armas em outubro de 1930.

Segundo La Maison, quase todos que colaboraram com a Revolução de 1930 no Paraná foram colocados à margem por Manoel Ribas. La Maison indicou que os “verdadeiros elementos revolucionários” se encontravam organizados no Partido Liberal Paranaense, liderado pelo ex-interventor Mário Tourinho (AMcpmj1932.11.23).

O presidente do Partido Liberal Paranaense era o ex-prefeito de Curitiba Joaquim Pereira de Macedo. Esse partido também contava com simpatizantes do fascismo, como é o caso de Eugênio La Maison, o chefe da seção integralista no município de Rio Negro (OA1935.11.14).

Em linhas gerais, as forças políticas de oposição a Ribas concentravam-se no Partido Liberal Paranaense, que mais tarde se tornaria Partido Social Nacionalista. Estas legendas tinham como lideranças principais os irmãos Tourinho, destituídos do poder pelo grupo que ajudou a deflagrar a Revolução de 1930 no Paraná e passou para a oposição. Organizados em “legiões revolucionárias”, estes agentes mobilizaram estratégias para depor Mário Tourinho da interventoria. Com a ascensão de Manoel Ribas, parte destes “tenentes revolucionários” passou para a base de apoio do novo interventor. No entanto, outros grupos que deflagraram a Revolução de 1930, participando das lutas políticas anteriores, organizados no Partido Democrático Paranaense e na Aliança Liberal, foram excluídos do governo Ribas, o que aumentou as fileiras da oposição.

Neste quadro de instabilidade, aprofundaram-se as interferências do governo federal no Paraná. O pior momento de crise referiu-se aos acontecimentos registrados na cidade de Ponta Grossa. Em um telegrama para Manoel Ribas, datado de 03 de outubro de 1933, Antunes Maciel solicitou explicações sobre as prisões efetuadas pela interventoria local, após vários telegramas de denúncia enviados para Getúlio Vargas (AMcpmj1932.11.26).

Em resposta, Manoel Ribas escreveu a Antunes Maciel em 03 de novembro de 1933, um mês após o envio da carta do ministro. Segundo o interventor, as prisões foram efetuadas porque um pequeno grupo de Ponta Grossa tramava um movimento subversivo. Um dos seus líderes era **Miguel Quadros**<sup>133</sup>, descrito como um homem envolvido em “falcatruas e escândalos”, relacionados à utilização de dinheiro da Associação Beneficente dos operários para comprar um presente para a esposa de Oswaldo Aranha, com o propósito de obter favores do ministro da Fazenda, às custas dos trabalhadores (AMcpmj1933.09.13/2).

Nascido em 1886, Miguel Quadros era advogado formado na Faculdade do Rio de Janeiro e exercia atividades jornalísticas críticas à interventoria paranaense. No exercício de sua profissão, foi presidente da subseção pontagrossense da Ordem dos Advogados do Paraná. Era casado com Clorys Vianna de Quadros, cuja família era proprietária do grupo comercial Viana Chaves e Cia, localizado no Rio de Janeiro (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.315).

Estabelecido em Ponta Grossa, era sócio da família Oliveira Franco em um escritório de advocacia. A família Oliveira Franco exerce grande influência em diversos

---

<sup>133</sup> Miguel Quadros era tio de um dos futuros presidentes do Brasil, Jânio Quadros, que passou boa parte da sua infância e adolescência no Paraná.

setores da sociedade paranaense, nos campos político, econômico, cultural e jurídico. João de Oliveira Franco, membro da família, era um renomado advogado e chegou a ser secretário do governo Ribas. (SCHIMIDT; FRANCO JR, 2013, p.29)

No decorrer das décadas de 1920 e 1930, Miguel Quadros estabeleceu sociedade em escritórios de advocacia comandados por Luiz Gonzaga de Quadros, João Carlos Gutierrez e Marcelino Nogueira Sobrinho, residentes em Curitiba (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.318).

Luiz Gonzaga de Quadros era irmão de Miguel Quadros. Já João Carlos Hartley Gutierrez era um dos mais renomados advogados da capital, sendo proprietário de uma fazenda localizada no bairro Vista Alegre<sup>134</sup>. Nascido em Pernambuco, era filho de João Carlos Gutierrez, engenheiro civil responsável por várias estradas de ferro através do seu cargo de diretor da Companhia de Melhoramentos do Rio de Janeiro. No Paraná, desempenhou o cargo de diretor da Estrada de Ferro do Paraná. Estabeleceu importantes relações com a classe dominante tradicional paranaense, sendo portador do título Rodrigues de França (NEGRÃO, vol.3, p.312). Por sua vez, Marcelino Nogueira Sobrinho era neto de Leocádia Alves Pereira Nogueira e do coronel Marcelino José Nogueira, chefe político em São José dos Pinhais e empresário. Portador do título Rodrigues Seixas, Marcelino Nogueira era filho de Antônio Celso Alves Nogueira, promotor público em Ponta Grossa (NEGRÃO, vol.2, p.352).

Paralelamente à advocacia, outro ramo de atuação de Miguel Quadros refere-se a Empresa Paranaense de Mineração e Colonização, fundada em 1924 por Francisco Búrzio, médico, José Pedro da Silva Carvalho, exportador de madeira, fazendeiro e vereador em Ponta Grossa, e Ernesto Guimarães Vilela, chefe do Partido Republicano Paranaense, vereador em prefeito de Ponta Grossa, de 1896 a 1908 (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.317).

Percebe-se que Miguel Quadros exercia uma notável influência na política local, possuindo relações com importantes agentes de poder. Trata-se de um opositor de Manoel Ribas que acumulou capitais sociais e políticos suficientes para desestabilizar a sua interventoria, visto que a região de atuação de ambos se localizava em Ponta Grossa e Curitiba.

Desde os tempos de estudante, Quadros polemizava com importantes nomes da política paranaense, como foi o caso do senador Manoel de Alencar Guimarães, acusado

---

<sup>134</sup> Bosque Gutierrez. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/bosque-gutierrez/273>. Acesso em 05.fev.2021.

de ameaçá-lo de morte devido às desavenças políticas. Outro político de renome que entrou em conflito com Miguel Quadros foi Marins Camargo, irmão do então governador Affonso Camargo (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.316).

Mesmo diante das polêmicas envolvendo importantes nomes do poder local, Miguel Quadros estava emaranhado na política tradicional, sendo um dos porta-vozes do Partido Republicano Paranaense em Ponta Grossa (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.317).

Miguel Quadros também possuía relações com as classes populares locais. Em 1926, tornou-se presidente da empresa que construiu a vila operária de Ponta Grossa, composta por diversas casas de madeira que serviam de moradia aos trabalhadores (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.317).

A crise entre Miguel Quadros e Manoel Ribas teve origem nas sindicâncias abertas pela interventoria para investigar a administração do prefeito Victor Antonio Baptista, amigo de Miguel Quadros, que passou a ser seu advogado, defendendo-o das acusações do governo nas colunas da imprensa oposicionista. No decorrer dos embates de 1932, Miguel Quadros foi preso, permanecendo 8 dias no Corpo de Bombeiros de Curitiba, fato que provocou sua revolta e desejo de vingança (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.318).

Os conflitos não pararam nessa ocasião. No decorrer de 1933, a Associação 26 de Outubro, liderada por Miguel Quadros, enviou uma série de críticas ao interventor Manoel Ribas aos gabinetes do Palácio do Catete. Esse tipo de prática de linha direta com o governo federal desestabilizava todas as interventorias, e o Paraná já vinha sofrendo as consequências dessa dinâmica característica do processo de centralização desde a interventoria de Mário Tourinho.

O interventor Manoel Ribas se defendia das críticas através do envio de cartas a Antunes Maciel. Segundo o interventor, os companheiros de Miguel Quadros eram pessoas perversas, sem idoneidade moral e desrespeitosas ao governo. Desse modo, Ribas fazia questão de afirmar que se sentia honrado por Quadros ser seu opositor (AMcpmj1933.09.13/2).

Em uma outra carta a Antunes Maciel, Ribas citou os valores das “faturas falsificadas” pelos tesoureiros da Associação 26 de Outubro, de Ponta Grossa. O interventor definiu o seu posto no Paraná ao ministro da seguinte maneira:

“sabes que eu não queria vir para aqui, relutei tendo aceito, depois do Dr.Getúlio ordenar-me, vim, aceitar tudo de cadeira, vendo esta horda

tecendo em torno de mim, e nada fazer, deixaria de ser o que sou, agora aí no Rio existem pessoas que dizendo-se amigos meus tecem na sombra contra o Estado, o que desejam? (...) Abraça-te recomendando-se, O Amigo, Manoel Ribas” (AMcpmj1932.11.23).

Antunes Maciel e Manoel Ribas possuíam em comum o fato de terem pertencido ao jogo político gaúcho, com apoio à aliança que proporcionou as bases do poder varguista nas esferas estadual e federal. Ribas possuía intimidade com o ministro da justiça, e suas cartas possuíam tom de desabafo. Ao mesmo tempo, Ribas tinha o objetivo de neutralizar críticas de setores estratégicos do Paraná ao Catete, defendendo-se sempre que possível.

O embate entre Miguel Quadros e Manoel Ribas foi o momento mais crítico que a interventoria sofreu no decorrer do ano de 1933. Ribas mobilizou muitos esforços em combater as vozes dissonantes ao seu governo, descrevendo vários detalhes dos conflitos em Ponta Grossa através de cartas e telegramas. Uma das cartas a Antunes Maciel era datada do dia 07 de novembro de 1933, informando o ministro sobre os recentes acontecimentos no Paraná.

“Meu eminente amigo:

Confirmando minha carta anterior, em que informei detalhadamente a improcedência de reclamações dirigidas a V. Excia. e ao Senhor Chefe de Governo, contra a minha maneira de agir como interventor no Paraná. Sabe-o V. Excia. que não me interessa fazer carreira política e que meus interesses estão no Rio Grande do Sul.

Permanecendo à testa do governo do seu estado Natal onde fui levado pela confiança com que me honrou o nosso comum amigo Dr. Getúlio, venho empregando os mais decididos esforços em livrar o Paraná da difícil situação de insolvência em que se encontrava. Felizmente contei com a boa vontade do Senhor Chefe do Governo Provisório e seus dignos ministros e assim hoje o Paraná já pode olhar com mais confiança para o brilhante futuro que o espera (...) Fatos existem que a tal ponto deturpam a verdade obrigando-nos a uma reação. É o caso da Associação 26 de Outubro, composta de modestos ferroviários (...)” (AMcpmj1932.11.23).

Esta foi a maior crise de autoridade vivenciada por Manoel Ribas na interventoria do Paraná até então<sup>135</sup>. Trata-se de uma demonstração da pressão exercida por

---

<sup>135</sup> No ano seguinte (1933), um incidente envolveu Manoel Ribas e Miguel Quadros. O advogado de Ponta Grossa encontrou Manoel Ribas em um café em Curitiba e desferiu uma série de xingamentos e insultos (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.319). A inimizade entre ambos era pública, envolvendo rancores e promessas de vingança. Essas desavenças persistiram com o passar dos anos. O desfecho foi um grave acontecimento em 1937, no qual Miguel Quadros foi assassinado na sua chácara em Ponta Grossa, fato que causou uma grande comoção (OLIVEIRA; GOULART, 2018, p.320). Os inimigos que Miguel Quadros fez ao longo de sua trajetória fazem parte da explicação sobre os motivos do crime em que foi vítima.

agrupamentos políticos opositores locais que atacavam a interventoria diretamente às autoridades do governo central. Após essa crise, multiplicaram-se oposições e dissidências políticas em relação à figura de Manoel Ribas.

## 7.6 O PODER POLÍTICO PARANAENSE NO CONTEXTO DA CONSTITUINTE

Após as eleições de 1933, o poder legislativo foi recomposto e os congressistas conduziram Getúlio Vargas para a presidência do governo constitucional. Nas eleições indiretas para a escolha do presidente ocorreram no dia 17 de julho de 1934<sup>136</sup>, Vargas foi eleito com 175 votos, contra 59 votos de Borges de Medeiros e 4 votos de Góes Monteiro (LEVINE, 1980, p.26). O exercício de seu mandato presidencial estava previsto até o dia 03 de maio de 1938, ocasião em que se realizaria a primeira eleição direta para a presidência após a Revolução de 1930.

Segundo Maria do Carmo Campello de Souza (1976), o cenário que marcou a promulgação da Constituição de 1934 era marcado pelas divisões no interior do campo político. A autora aponta que a elite política dividia-se em cinco correntes, a saber:

“1) os ‘tenentes’ civis e militares que haviam participado do movimento revolucionário de 1930, e outros elementos militares que, se não haviam sido propriamente revolucionários, passavam a se identificar com alguns princípios ideológicos dessa corrente; 2) os comunistas e elementos que mais tarde se aliaram ao movimento da Aliança Nacional Libertadora em 1935; 3) os integralistas; 4) os grupos oligárquicos regionais que subiram ao poder nos estados logo após a revolução de 30, à exceção de São Paulo; 5) a política paulista formada por elementos da situação deposta (PRP) e do Partido Democrático” (SOUZA, 1976, p.69).

Os trabalhos na Constituinte expressavam o reformismo e o intervencionismo dos tenentes, voltados para a defesa da centralização política, em contraposição ao liberalismo e a autonomia das oligarquias, liderados por uma poderosa bancada paulista (CAMARGO, 1983, p.38).

Politicamente, Manoel Ribas fazia do Paraná um estado de apoio integral ao governo central, e não aos elementos militares que conspiravam internamente no governo

---

<sup>136</sup> A História da Câmara dos Deputados. A 2a República. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a2republica.html> . Acesso em 27.mar.2020.

para obtenção de mais poder a nível nacional. Este é outro fator que explica a permanência longeva de Manoel Ribas a frente do executivo estadual.

Entre abril e maio de 1934, uma conspiração no exército foi orquestrada para impedir as eleições presidenciais com o objetivo de uma implantação de uma ditadura militar. O chefe de tal movimento no governo federal era o general Goés Monteiro, que conflitava permanentemente com Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, que chefiou os interventores contrários ao movimento conspirador do setor militar.

Entre os interventores aliados a Flores da Cunha estava Juracy Magalhães, que informava em telegramas a Getúlio Vargas que o seu estado estava sendo alvo das conspirações, devido ao fato de algumas reuniões acontecerem no território baiano, com a presença de João Alberto, Simões e Cavalcanti de Melo. Juracy Magalhães solicitava a Vargas armamentos para defender o estado das ameaças militares: “Está em tempo de agir. O que se passa aqui é o mesmo que se passará no resto do país. Nenhuma providência tomarei, a não ser para evitar a eclosão do movimento”.

Flores da Cunha também contava com o apoio dos estados de Santa Catarina e do Paraná, chefiados, respectivamente, pelos interventores Aristiliano Ramos e Manoel Ribas.

Em contraposição, os militares possuíam como doutrina a desqualificação da política. O ministro da Guerra, Góes Monteiro afirmava que vários políticos praticavam uma atuação impatriótica e inconsistente em relação ao exército, que era completamente alheio às lutas político-partidárias.

Segundo Flores da Cunha, na carta enviada a Getúlio Vargas, um dos partidários de uma ditadura militar ou a eleição do general Góes Monteiro para a presidência era o coronel Estillac Leal, unido a líderes como os “generais Daltro, Mariante, Rabello e Deschamps”. O interventor do Rio Grande do Sul advertia Vargas sobre a possibilidade de perder o poder se não houvesse uma reação armada, indagando o presidente: “será possível que a ti venha caber a desonra de nos entregar de braços atados a esses canalhas?”<sup>137</sup>

Mais uma vez Manoel Ribas demonstrou a sua lealdade ante a Getúlio Vargas, oferecendo o seu apoio em momentos de instabilidade e conspiração. Segundo Robert Levine (1980, p.82), enquanto quase totalidade dos estados registrava sérios confrontos

---

<sup>137</sup> GVC1934.04.05. Correspondência sobre conspiração no exército, visando impedir as eleições presidenciais e constituinte, e a favor da implantação de uma ditadura militar. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVC1934.04.05

entre facções leais ao governo e os grupos de oposição, o Paraná, juntamente com Amazonas e Pernambuco, não registrava desordens, acatando as decisões do governo.

A próxima seção analisará o cenário político paranaense nas eleições de 1934 e os resultados obtidos pelos partidos concorrentes

#### 7.6.1 O Paraná e as Eleições de 1934

As eleições de 1934 para a escolha dos representantes do poder legislativo federal foram marcadas por um cenário crescente de greves e participação popular. Além disso, os candidatos se associavam a frentes populares, classistas e ideológicas. No Paraná, as frentes das eleições eram: Pró-Estado Leigo, Concentração Trabalhista, Consolidação Cívica, Ação Integralista, Reivindicador Proletário e Universitários Independentes.

Enquanto ocorria a campanha para o legislativo, Manoel Ribas reafirmou a sua permanência no Paraná, após rumores de que voltaria ao Rio Grande do Sul e abandonaria a interventoria. Com essa declaração, Ribas também assinalou que era candidato ao governo do Paraná pelo PSD. A gestão de Ribas foi caracterizada pela inauguração de estradas, escolas, a Escola Superior de Agricultura, o Liceu de Artes e Ofícios, melhorias no Porto de Paranaguá e a incrementação da agricultura (O DIA. 5 de Outubro. 05.out.1934, p.1).

Ribas também foi o único governante que visitou cidades que não haviam sido visitadas pelos antigos presidentes do Paraná. O objetivo de tais viagens era conhecer os problemas da terra paranaense, para propor ações e soluções.

Durante as eleições de 1934, Ribas enfrentou a dissidência política dentro do próprio PSD. O jornal “Gazeta do Povo”, que apoiou a Revolução de 1930, passou a dirigir a sua linha editorial simpatizante a esta facção no partido. Em novembro, no mesmo mês em que as eleições de 1934 se realizaram, um telegrama para o ministro da Justiça, Antunes Maciel, comunicava a retirada do apoio ao interventor por metade do diretório do PSD do Paraná, por motivos de “ordem política” e porque o Paraná merecia um governo “de acordo com sua cultura”. Assinavam o telegrama Catão Mena Barreto Monclaro, Antônio Jorge Machado da Silva Lima, Idálio Sardenberg e Paula Soares Neto (AMmpj1932.11.23).

Essa dissidência no PSD praticamente isolou Manoel Ribas, pois importantes nomes da legenda partiram para a oposição declarada ao interventor federal. Dois dos três deputados federais constituintes do PSD, Antônio Jorge Machado e Idálio Sardenberg,



retiraram o apoio a Ribas. Antônio Jorge Machado era um político com larga trajetória entre as oligarquias dissidentes, pertencendo ao Partido Democrático Paranaense, à Aliança Liberal e como base de apoio à Mário Tourinho, dissidente em relação a este interventor no decorrer do ano de 1931. Idálio Sardenberg, militar e gaúcho, pertencia à Legião Revolucionária Paranaense. Parte da ala militar do partido, composta por Catão Mena Barreto Monclaro e Paula Soares, combatentes na Revolução de 1930 e comandantes no combate aos revoltosos paulistas em 1932, também retirou apoio ao interventor. Monclaro havia sido integrante da equipe do governo de Ribas, atuando como Secretário dos Negócios do Interior e Justiça entre julho de 1932 e 1933, sendo substituído por Eurípedes Garcez do Nascimento. Paula Soares era membro da Legião Revolucionária Paranaense, com histórico dissidente.

Mesmo diante destas divisões, o PSD apresentou os seguintes resultados para o cargo de deputado federal nas eleições de 1934:

TABELA 5- RESULTADO ELEIÇÕES 1934- PSD

PSD	Votos
Flávio Guimarães	24014
Octávio da Silveira	24018
Paula Soares Neto	24691
Lauro Lopes	24437
Airton Plaisant	15410
Francisco Pereira	24107

Fonte: O DIA, 02.nov.1934, p.1.

Estes dados enfatizam a força eleitoral do PSD nas eleições de 1934, pois todos os seus candidatos foram eleitos para o cargo de deputado federal. Destaca-se que o campeão de votos pelo PSD foi **Octávio da Silveira**, um dos quadros do PSD mais alinhados ao interventor Manoel Ribas. Durante todo o período em que Ribas governou, Silveira ocupou o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, integrando o governo Ribas até licenciar-se do cargo, para concorrer às eleições de 1934. Conforme já assinalamos nos capítulos anteriores, Silveira também era membro da Legião Revolucionária Paranaense, exercendo uma notável liderança nacionalista com posicionamentos de esquerda.

Alinhado ao interventor Manoel Ribas, Octávio da Silveira acusado de favorecer políticos gaúchos, seus conterrâneos. O periódico “Correio do Paraná”, com orientação de oposição à Ribas, tecia críticas à Octávio da Silveira, um homem “sem escrúpulos” que ocupava um importante cargo sem ter o mérito de tal investidura, simplesmente por ser “protegido” do interventor. Segundo o jornal oposicionista, o Diretor de Instrução Pública possuía a “petulância de insultar homens e coisas da terra que o acolheu generosamente”. Octávio da Silveira “achincalhava” os paranaenses através da “destruição de tudo o que é nosso”, e era um dos muitos gaúchos que ocupavam altos cargos na interventoria de Ribas, a despeito das lideranças paranaenses (CORREIO DO PARANÁ. O “Diário dos Campos” e os ataques aos generais do Paraná. Curitiba, 28.out.1932).

Mesmo com tantos ataques, a popularidade de Octávio da Silveira era robusta, e se manteve com o passar dos anos da interventoria de Ribas. Um dos principais empreendimentos do projeto varguista no Paraná era o aumento de gastos públicos com o setor social, especialmente nas áreas de saúde e educação. A expansão do ensino público começou a ter um maior impulso durante a gestão de Octávio da Silveira a frente da Diretoria de Instrução Pública. Esse indicador está disponível no Relatório do governo sob a administração de Manoel Ribas apresentado a Getúlio Vargas, sobre os dados correspondentes ao período de 1932 a 1939 (PARANÁ, 1940).

Entre os anos de 1932 e 1941, o orçamento com educação aumentou de 3% para 21%. O resultado desse aumento no orçamento foi a expansão do número de grupos escolares, da quantidade de alunos e da diversificação da oferta de ensino, priorizando a Educação Profissional. Entre obras importantes, destacam-se a Escola de Aprendiz e Artífices (cuja fachada atual encontra-se nas dependências do prédio da UTFPR, localizado na esquina das ruas Sete de Setembro e Desembargador Westphalen) e a Escola de Trabalhadores Rurais, que contava com dez unidades (FONTANA, 2015).

Outro agente político alinhado a Manoel Ribas que obteve um número notável de votos foi Flávio Carvalho Guimarães. A análise sobre o perfil dos “campeões de votos” pelo PSD aponta alguns fatores interessantes que ajudam a explicar o jogo político parananense. O ponto em comum com Silveira era o fato de ter sido membro da equipe de governo de Ribas, exercendo o cargo de Secretário da Fazenda. Porém, o que diferenciava essas duas lideranças era a origem social (Silveira era natural do Rio Grande do Sul e Guimarães membro de uma tradicional família da classe dominante paranaense)

e os posicionamentos políticos (Silveira era membro civil do tenentismo revolucionário e Guimarães integrante da oligarquia dissidente).

Lauro Lopes Sodré, Ayrton Plaisant e Francisco Pereira também pertenciam a base de apoio à Manoel Ribas no PSD, o que demonstra que a luta política interna no partido tinha como setor hegemônico aquele que era interligado ao interventor.

A única exceção entre os deputados eleitos pelo PSD que não apoiavam integralmente a linha política de Manoel Ribas era Francisco Paula Soares Neto, que pertencia à ala dissidente.

A próxima tabela apresenta os dados sociais e genealógicos dos deputados federais eleitos pelo PSD nas eleições de 1934<sup>138</sup>.

#### QUADRO 28- DEPUTADOS FEDERAIS DO PSD NAS ELEIÇÕES DE 1934: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS

Nome	Local de nascimento/ano	Capitais Familiares/ Títulos Genealógicos
Francisco de Paula Soares	Rio Grande (RS), 1901	Família Militar
Lauro Sodré Lopes	Curitiba (PR), 1898	
Octávio da Silveira	Tupanciretã (RS), 1895	
Ayrton Plaisant	Curitiba (PR), 1890	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
Francisco Ferreira Pereira	Curitiba (PR), 1899	Pereiras (nascimento, Vol. VI)

Fontes: Ver Anexo 15.

Verifica-se que dos 5 deputados federais do PSD, 2 pertenciam às famílias tradicionais paranaenses. Ayrton Plaisant era portador do título Rodrigues Seixas, sendo filho de Eugênia Guimarães e do major do exército Alcebíades Plaisant (NEGRÃO, vol.II, p.520). Já Francisco Ferreira Pereira era portador do título Pereiras, sendo filho de Lúcio Leocádio Pereira, comerciante da firma David Carneiro e de outras indústrias ervateiras. Casado com Esther Pereira Tourinho, Francisco Pereira era cunhado de Plínio Tourinho (NEGRÃO, vol.VI, p.251). Já Francisco de Paula Soares pertencia a uma família militar. Dois representantes do PSD não pertenciam à famílias tradicionais: Lauro Sodré Lopes e Octávio da Silveira

O próximo quadro apresentará informações de capitais econômicos dos membros do PSD detentores de poder político no contexto pós-1930.

<sup>138</sup> Nesta tabela, não está contemplado o deputado Flávio Carvalho Guimarães, pois este, juntamente com Antônio Jorge Machado da Silva Lima, foi escolhido para desempenhar o cargo de senador pelo Paraná, a partir do ano de 1935.

QUADRO 29 - DEPUTADOS FEDERAIS DO PSD NAS ELEIÇÕES DE 1934: CAPITAIS ECONÔMICOS

Nome	Capitais econômicos/sociais
Francisco de Paula Soares	Alto funcionalismo público
Lauro Sodré Lopes	Alto funcionalismo público
Octávio da Silveira	Alto profissional liberal e professor universitário
Airton Plaisant	Alto funcionalismo público
Francisco Ferreira Pereira	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a industrialização da erva-mate.

Fontes: Ver Anexo 15.

Na análise dos capitais econômicos e sociais dos deputados federais do PSD, assinalamos a ligação com o alto funcionalismo público e a grande propriedade de terras, comércio e indústria. Todos pertenciam às altas rodas da sociedade paranaense, nos campos econômicos e sociais. Poucas mudanças são observadas entre o perfil dos deputados federais que se elegeram antes da Revolução de 1930 em relação aos que se elegeram após 1930.

O próximo quadro oferece informações quanto aos capitais políticos e formativos dos deputados federais eleitos pelo PSD em 1934.

QUADRO 30: CAPITAIS POLÍTICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELO PSD EM 1934

Nome	Formação	Cargos Políticos/períodos
Francisco de Paula Soares Neto	Medicina, RS	Membro da Aliança Liberal. Apoiador da Revolução de 1930; Opositor a Mário Tourinho. Membro da Legião Revolucionária Paranaense. Combateu a Revolta de 1932. Deputado Federal, 1935-1937. Membro do Partido Liberal, dissidente do PSD e opositor a Manoel Ribas.
Lauro Sodré Lopes	Direito, PR	Apoiador da Revolução de 1930; Chefe de Polícia, Deputado Federal 1935-1937; Deputado Federal, 1946-1954. Desembargador do TJ.
Octávio da Silveira	Medicina, RS	Apoiador dos Movimentos Tenentistas. Membro da Aliança Liberal. Apoiador da Revolução de 1930; Opositor a Mário Tourinho. Membro da Legião Revolucionária Paranaense. Diretor-Geral de Instrução Pública, interventoria Manoel Ribas; Deputado Federal 1935-1937; Líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Paraná.

Airton Plaisant	Militar	Apoiador da Revolução de 1930; Opositor a Mário Tourinho; Membro da Legião Revolucionária Paranaense. Combateu a Revolta de 1932. Secretário de Justiça, governo Ribas. Deputado Federal 1935-1937.
Francisco Ferreira Pereira	Engenharia Civil	Apoiador da Revolução de 1930, Deputado Federal 1935-1937.

Fontes: Ver Anexo 15.

O quadro explicita a formação superior ou militar obtida por todos os deputados do PSD eleitos em 1934. Outro dado relevante corresponde ao fato de todos os deputados terem apoiado a Revolução de 1930. Esse histórico era muito importante para a afirmação enquanto liderança política destes agentes. Os 5 deputados do PSD nunca exerceram mandatos ou cargos no período anterior a 1930, o que indica uma desvinculação com as oligarquias dissidentes da Primeira República.

Entre os deputados federais do PSD, assinalamos a importância do **pertencimento à Legião Revolucionária Paranaense**. Francisco Paula Soares Neto, Octávio da Silveira e Ayrton Plaisant pertenciam a esta organização tenentista e possuíam um histórico alinhamento em relação a este grupo. Estes três agentes foram decisivos para a deposição de Mário Tourinho da interventoria federal.

Em relação a Manoel Ribas, apenas Paula Soares Neto passou para a oposição ao interventor. Os demais deputados eleitos continuaram a apoiar Manoel Ribas, inclusive Francisco Ferreira Pereira, cunhado de Plínio Tourinho, um dos principais opositores de Ribas no Paraná. Octávio Silveira, o campeão de votos no Paraná, se afastou de Manoel Ribas no decorrer de 1935, na ocasião em que vinculou-se à Aliança Nacional Libertadora.

As próximas tabelas apresentam os resultados eleitorais obtidos pelos candidatos do Partido Social Nacionalista. Apenas os primeiros das listas, Plínio Tourinho e Arthur Santos, foram eleitos.

TABELA 6: RESULTADO ELEIÇÕES 1934- PSN

PSN	Votos
<b>Plínio Tourinho</b>	<b>10557</b>
João Cândido Ferreira	9900
Roberto Glasser	11536

Francisco Martins Franco	9655
Marcelino Nogueira	10137
Pereira de Macedo	9079

Fonte: O DIA, 02.nov.1934, p.1.

TABELA 7: RESULTADO ELEIÇÕES 1934- URP

URP	Votos
<b>Arthur Santos</b>	<b>9285</b>
Hostílio Araújo	10060
José de Azevedo Macedo	9170
Pe. Leopoldino Fernandes	9169
Marins Camargo	9127
Milton Munhoz	9266

Fonte: O DIA, 02.nov.1934, p.1.

As tabelas mostram o desempenho eleitoral das legendas de oposição a Manoel Ribas no Paraná. Com as regras do Código Eleitoral de 1932, os votos avulsos dos candidatos eram somados aos votos do partido, o que explica a não elegibilidade de candidatos que obtiveram mais votos do que os eleitos.

O **Partido Social Nacionalista** reunia os políticos de oposição a Manoel Ribas, que integravam o grupo de apoio à interventoria de Mário Tourinho, tais como os candidatos Plínio Tourinho, João Cândido Ferreira, Roberto Glasser, Francisco Martins Franco, Marcelino Nogueira e Joaquim Pereira de Macedo. Plínio Tourinho, chefe militar da Revolução de 1930 no Paraná, foi reeleito deputado federal e o único candidato do PSN vitorioso nas eleições de 1934.

O PSN era o sucessor do Partido Liberal no Paraná. Plínio Tourinho, chefe da Revolução de 1930 no Paraná, assinalava que as revoluções deveriam resolver os problemas econômicos e sociais. No entanto, o processo pós-revolucionário estava gerando descontentamento popular, e isso tornava possível o apoio da opinião pública para o PSN. Plínio Tourinho votou contra a eleição e Getúlio Vargas à presidência do Brasil e discordava das práticas de repressão aos comícios e atos públicos, afirmando a

necessidade da efetivação do direito à reunião. Outra bandeira defendida por Tourinho era o Estado Laico (O DIA. O momento nacional e a acção do PSN. 14.set.1934, p.1).

Observa-se o seguinte perfil dos membros do PSN que não obtiveram a vitória eleitoral em 1934: João Cândido Ferreira era um oligarca dissidente deste 1907, na ocasião em que a sua vitória eleitoral à presidência do estado foi anulada pelo Congresso Legislativo. Roberto Glasser já havia ocupado o cargo de deputado estadual na Primeira República, e passou para a dissidência. Foi membro da Aliança Liberal no Paraná e apoiou a Revolução de 1930. Marcelino Nogueira era deputado estadual em 1900. Viu-se no ostracismo político na Primeira República. Joaquim Pereira de Macedo era membro da política oligárquica dissidente, pertencendo ao Partido Democrático Paranaense. Apoiador da Revolução de 1930, foi nomeado prefeito de Curitiba. Todos esses agentes estão ligados com a dissidência oligárquica da Primeira República e não possuíam ligações com o grupo dos “tenentes revolucionários” do Paraná. Membros de famílias tradicionais decadentes na política oligárquica, eles se identificavam com os ideais da Revolução de 1930, mas eram críticos quanto aos rumos que o movimento de 1930 vinha tomando. Eles se aglutinaram no PSN para fazer oposição a Manoel Ribas e a estes grupos em ascensão no Paraná. Apenas Francisco Martins Franco foi membro interventoria de Manoel Ribas, assumindo o cargo de Diretor de Higiene e Saúde Pública a partir de abril de 1933. Afastado da posição, passou para a oposição ao interventor.

Já a **União Republicana Paranaense** reunia os políticos destituídos pela Revolução de 1930, membros de famílias tradicionais que tinham a ambição de recuperar o poder político anterior, fazendo oposição à interventoria de Manoel Ribas.

Nas eleições de 1934, a campanha da URP embasava-se na defesa da tradição para guiar os rumos da política paranaense. Também colocava-se contrária ao fato de elementos não nascidos no Paraná exercerem influência na política do estado, pois isso seria um atentado à sua autonomia. Votar nos candidatos da URP seria um ato de colaboração para “integrar o Paraná no domínio de si mesmo”. A Comissão Executiva da URP era composta pelos seguintes membros: Caetano Munhoz da Rocha, Marins Alves de Camargo, João Moreira Garcez, Luiz de Albuquerque Maranhão, Arthur da Silva Leme, Manoel de Oliveira Franco, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, Arthur Ferreira dos Santos, Dídio Iratym Afonso da Costa, Vespasiano Carneiro de Mello e Plínio Marques (O DIA. Palavras à mocidade acadêmica. 27.set.1934, p.3).

Apenas Arthur Ferreira dos Santos foi eleito deputado federal pela URP. Sua trajetória política o associa às oligarquias tradicionais que monopolizavam a política

paranaense entre os complexos familiares Camargo/ Munhoz da Rocha. Arthur Ferreira dos Santos era oficial de gabinete de Affonso Camargo, na ocasião em que ele foi destituído pela Revolução de 1930. Outros integrantes da URP referem-se à Hostílio Araújo, José de Azevedo Macedo, o Padre Leopoldino Fernandes, Marins Camargo e Milton Munhoz, membros dos clãs dominantes na Primeira República.

Em síntese, o perfil social e econômico dos representantes da oposição à interventoria de Manoel Ribas pode ser conferido no quadro a seguir.

**QUADRO 31- DEPUTADOS FEDERAIS DE OPOSIÇÃO A MANOEL RIBAS: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS E CAPITAIS ECONÔMICOS**

Nome	Local de nascimento/ano	Capitais Familiares/ Títulos Genealógicos	Capitais econômicos/sociais
Plínio Tourinho PSN	Curitiba (PR), 1882	Alves (nascimento, Vol.V)	Alto funcionalismo público e militar
Arthur Ferreira dos Santos URP	Curitiba (PR), 1894	Xavier Pinto (nascimento, Vol.IV)	Grande comércio e indústria. Alto funcionalismo público.

Fontes: Ver Anexo 15.

Ambos os representantes da oposição pertenciam às famílias tradicionais, conforme indicam os seus títulos genealógicos. Também possuíam capitais econômicos de notoriedade vinculados ao alto funcionalismo e à grande propriedade. O próximo quadro apresenta informações quanto à carreira política destes representantes da oposição.

**QUADRO 32 – CAPITAIS POLÍTICOS DOS DEPUTADOS FEDERAIS DE OPOSIÇÃO A MANOEL RIBAS**

Nome	Formação	Cargos Políticos/períodos
Plínio Tourinho	Engenharia Militar, RJ	Apoiador da Revolução de 1930; Chefe do Serviço de Engenharia Regional do Paraná, 1931; Deputado Federal de 1933 a 1937, pelo Partido Liberal e pelo Partido Social Nacionalista. Nomeado novamente Chefe do Serviço de Engenharia Regional do Paraná, no ano de 1938.
Arthur Ferreira dos Santos	Direito, SP	Oficial de Gabinete, 1º gestão de Affonso Camargo; Deputado Federal 1935-1937.

Fontes: Ver Anexo 15.



Esses dados demonstram que Plínio Tourinho vinculou-se à política dissidente no decorrer do governo Vargas, ensaiando uma reaproximação com Vargas após o Estado Novo. Já Arthur Ferreira dos Santos não efetivou uma carreira política após o Estado Novo ou após a democratização de 1945.

Os deputados federais constituintes eleitos em 1933 e os deputados federais eleitos em 1934 escolheram os senadores do Paraná. Os dois mais votados foram **Antônio Jorge Machado da Silva Lima e Flávio Carvalho Guimarães**. O perfil de Antônio Jorge Machado da Silva Lima já foi analisado no capítulo sobre a interventoria de Mário Tourinho, na qual foi Diretor de Ensino.

Já a trajetória de Flávio Carvalho Guimarães indica um alto grau de pertencimento em relação às classes dominantes tradicionais e empresariais. Nascido em Ponta Grossa, no ano de 1891, é filho de Flávio Teodoro Carneiro Guimarães e Balbina Carvalho Guimarães, sendo membro de uma família estabelecida no Paraná desde meados do século XVIII, detentora dos títulos genealógicos Cardoso de Lima e Rodrigues de França (OLIVEIRA, 2000, p.390). Seu pai foi Prefeito de Ponta Grossa, no ano de 1895.

Flávio Guimarães casou-se com Anita Miró Guimarães, filha de José Miró (OLIVEIRA, 1997, p. 54), coronel da região do município de Palmeira. O casal teve filhos influentes<sup>139</sup>, tais como José Theodoro Miró Guimarães, Engenheiro Civil, Secretário de Agricultura de 1966 a 1967 e Secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, no governo Paulo Pimentel. Ministro do Tribunal de Contas do Paraná, a partir de 1969. Outro destacado filho do casal é Plauto Miró Guimarães, prefeito de Ponta Grossa, Secretário do Interior e Justiça, durante o governo interino de Algacyr Guimarães. Plauto Guimarães casou-se com Leoni Slavieiro (GOULART, 2016), integrante de uma destacada família empresarial no Paraná. Outra filha influente de Flávio Guimarães é

---

<sup>139</sup> A geração dos netos de Flávio Guimarães também é influente na política paranaense contemporânea, o que demonstra a transmissão de partes consideráveis de capitais políticos e sociais. Seu neto, Plauto Miró Guimarães Filho, é Deputado Estadual, eleito consecutivamente nas eleições de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014, desempenhando papéis de destaque dentro da Assembleia Legislativa e exercendo grande influência nos círculos de poder na região de Ponta Grossa (GRANATO, 2017). A família do senador Flávio Guimarães possui outras figuras influentes, como Alô Ticoulat Guimarães, senador em 1955; (OLIVEIRA, 2000, p.390), tendo ocupado os seguintes cargos: Prefeito de Curitiba, Vice-presidente do Conselho Administrativo do Estado do Paraná entre 1946 e 1947, secretário de Saúde e Assistência Social, no governo de Moisés Lupion (1947-1951), Secretário do Interior e Justiça em 1951 (DHBB CPDOC FGV). Alô Guimarães era irmão de Acyr Guimarães, deputado federal pelo Paraná de 1946 a 1948 (IPARDES, 1987). Outro político influente da família é Algacyr Guimarães, presidente do Banestado e Conselheiro do Tribunal de Contas. (OLIVEIRA, 2000, p.390). Secretário da Fazenda, governo Ney Braga (1961-1965), governador interino do Paraná, 1965, Diretor-Geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), nomeado por Castello Branco, em fevereiro de 1966 (GRANATO, 2016).

Eunice Guimarães Cordeiro, fundadora do Rotary Club Ponta Grossa (GRANATO, 2017).

A família Guimarães, além de contar com notório capital econômico (demonstrado também com a presença de membros na Associação Comercial do Paraná), político (conforme o visto nos principais cargos ocupados por membros da família), ainda possuía capital cultural. Flávio Guimarães se formou em Direito, na Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1916. Era latifundiário na região dos Campos Gerais. Pertenceu à Academia Paranaense de Letras e ao Centro de Letras do Paraná (DHBB CPDOC FGV<sup>140</sup>).

Flávio Guimarães teve destacada carreira política no período pós-1930. Exerceu o cargo de Secretário da Fazenda e Obras Públicas do Paraná em 1934 e foi membro do Conselho Administrativo. Foi ainda diretor da Caixa Econômica Federal do Paraná, de 1938 a 1945, diretor-presidente Caixa Econômica Federal em 1945 (DHBB CPDOC FGV). Foi eleito senador do Paraná, pelo PSD, de 1945 a 1955.

Antes de ser eleito deputado federal e senador, Flávio Guimarães sofreu oposição política por parte do “tenentismo revolucionário paranaense”. Um dos veículos que propagavam as críticas ao então secretário da Fazenda era o Correio do Paraná. Os legionários apontavam para os perigos do “perrepismo” assumir posições destacadas na interventoria de Manoel Ribas, em detrimento de quem lutou pela Revolução de 1930 no Paraná. Um dos elementos “perrepistas” mais citados era o secretário Flávio Guimarães.

Tanto Antônio Jorge Machado quanto Flávio Guimarães possuíam um perfil social ligado às oligarquias dissidentes, com grande tradição na classe dominante paranaense. No jogo de forças entre “tenentes e oligarcas” no Paraná, as oligarquias ganharam mais espaço com as eleições de 1933, e a expressão dessa dinâmica se verificou na eleição desses dois agentes para o Senado.

## **7.7 FORÇAS EM ASCENSÃO: A AIB E A ANL**

Na transição entre a etapa oligárquica para a etapa democrática, caracterizada pela realização de eleições livres e idôneas, observa-se a abertura política às demandas de setores sociais diversificados.

---

<sup>140</sup> DHBB CPDOC FGV. Flávio Carvalho Guimarães. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flavio-carvalho-guimaraes>

Juntamente com essa expansão, verifica-se a organização de agrupamentos ideológicos como a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932 por Plínio Salgado, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em 1935 sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e o Partido Comunista Brasileiro.

A propagação dessas ideologias políticas ocorreu após o declínio das legiões tenentistas nos estados, o que permitiu que seus remanescentes se dirigissem a diferentes grupos e partidos, no contexto de constitucionalização.

Nesse cenário, Manoel Ribas afirmava que possuía discordâncias em relação ao integralismo e ao comunismo:

“Apresso-me a dizer-lhes que já fui apontado com o inimigo número um do integralismo, título aliás que muito me honra. Ao mesmo tempo, não admito pruido comunista em terras do Paraná” (RIBAS, 1935, in FONTANA, 2015, p.134).

Mesmo que o discurso governista negasse a presença de ideias integralistas e comunistas no Paraná, na prática essas ideologias estavam presentes em amplos aspectos da política paranaense, inclusive no interior do próprio governo e nos partidos políticos. Analisaremos essas forças no Paraná nas próximas subseções.

#### 7.7.1 A Ação Integralista Brasileira e seus reflexos no Paraná

O integralismo foi uma das forças que surgiram com a decadência das legiões revolucionárias tenentistas, que perderam espaço no decorrer do Governo Provisório de Vargas. Com o lema “Deus, Pátria e Família”, seu símbolo era um sigma do alfabeto grego e sua saudação era o braço levantado e a mão aberta, seguido do grito de guerra tupi: Anauê (SILVA, 1969, p.38).

A Ação Integralista Brasileira surgiu em 1932, através da ação da intelectualidade conservadora de São Paulo, liderada por Plínio Salgado. O integralismo unia aspirações fascistas em prol de uma política disciplinada e de uma sociedade autoritária, com grande interesse pelo passado nacional e pelo resgate das culturas indígenas (LEVINE, 1980, p.51).

Seu programa resumia-se na proposição de uma nova moralidade, resgatando o homem em sua plenitude e integridade, de uma organização econômica anti-liberal e de uma democracia corporativa com harmonia entre as classes. No final de 1934, a AIB

contava com cerca de 180.000 membros. As células da AIB tinham os próprios depósitos de armas, leves e pesadas<sup>141</sup>.

O primórdio do integralismo no Paraná foi marcado pela publicação do artigo “Introdução ao Integralismo”, de autoria de Brasil Pinheiro Machado, no periódico “Diário dos Campos”, de Ponta Grossa (MARCHETTE, 2010), cidade na qual o integralismo possuía grande vitalidade.

Membros da União Republicana Paranaense, tais como João Braga e Caetano Munhoz da Rocha, faziam declarações de simpatia ao fascismo italiano. Em uma dessas ocasiões, o ex-presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, declarou: “Não me esqueci, um instante, do que observei e anotei na Itália de Mussolini. O Brasil só criará juízo, só será feliz, quando o fascismo dominar” (CORREIO DO PARANÁ. A fallencia do governo, 17.ago.1934, p.1).

Uma conferência foi organizada para receber Plínio Salgado em Curitiba, com a presença de líderes da Ação Integralista Brasileira (AIB), organizados nos estados, com os seguintes nomes: Antônio Figueiredo (AIB-SP), Miguel Reale (AIB-SP), Vieira de Alencar (AIB-PR), Rocha Loures Sobrinho (AIB-PR), João Alves da Rocha Loures (AIB-PR), entre outros (O DIA. Chegará hoje a esta capital Plínio Salgado, o chefe do integralismo nacional. 18.set.1934). Promoveu-se um comício, com início na sede da Ação Integralista Brasileira no Paraná, localizada na Rua Barão do Rio Branco, e prosseguiu até o “Grande Hotel Moderno”. O discurso público de Plínio Salgado foi aplaudido por uma multidão. O jornal O Dia o descreveu da seguinte maneira:

“Foi uma longa, vibrante, eloquentíssima oração, em que, estudando a situação do Brasil em face do Capitalismo estrangeiro e da propaganda comunista, mostrou a beleza e a oportunidade da aplicação dos princípios que vem pregando para a realização de uma pátria melhor fortalecida para a união de seus filhos e pela exata consciência de sua missão histórica” (O DIA. Curityba recebeu triunfalmente Plínio Salgado, o chefe do integralismo nacional. 19.set.1934, p.2).

O integralismo possuía como premissas o antipartidarismo e o antiliberalismo, pois ambos operavam a partir da lógica dos interesses individuais, danificando a democracia. Como alternativa, esta ideologia preconizava o sistema de representação corporativa e sindical, oposta aos partidos que representavam os interesses regionais, em

---

<sup>141</sup> Plínio Salgado só aboliu as milícias após a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935 (LEVINE, 1980). Tal medida foi preventiva, pois a polícia perseguia os comunistas com mais intensidade, especialmente nas regiões com mais atividades operárias.

detrimento da coletividade e da nação. A AIB como uma reação à participação das classes médias e populares no cenário político, dado o elitismo dos princípios integralistas (SOUZA, 1976, p.75).

Conforme já assinalamos, o integralismo foi uma das forças que surgiram com a decadência das legiões tenentistas. Uma das lideranças da Legião Revolucionária Paranaense, o ervateiro Eugênio La Maison, era chefe da AIB no município de Rio Negro. Segundo Rafael Atháides (2012, p.115), Rio Negro era o segundo maior núcleo integralista do Paraná, atrás apenas de Ponta Grossa. La Maison conseguiu angariar recordes de filiações em Rio Negro (800 membros para uma população de 19.500 habitantes), São Matheus do Sul e Piên (ATHÁIDES, 2012, p.117).

Alguns autores associam o movimento integralista à ação política dos imigrantes e seus descendentes. Segundo Robert Levine (1980, p.51), a União Central dos Poloneses do Brasil, com sede em Curitiba, organizava reuniões de fascistas poloneses.

Frente a este cenário, os governadores combatiam a AIB através da invasão de comícios e células integralistas, agindo de maneira independente. Esse foi o caso de Juracy Magalhães, na Bahia, Benedito Valladares, em Minas Gerais, Aristiliano Ramos e Nereu Ramos em Santa Catarina<sup>142</sup> e Manoel Ribas, no Paraná (LEVINE, 1980). Mesmo com ações de contenção ao movimento, o integralismo prosperou nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas (LEVINE, 1980, p.145).

Especialmente nos estados de Santa Catarina e Paraná as medidas anti-integralistas eram de suma importância, devido ao crescimento vertiginoso do movimento (LEVINE, 1980).

A Ação Integralista Brasileira chegou a ter 10 mil filiados no Paraná, no ano de 1935 (ATHÁIDES, 2012, p.14). Esse fenômeno de crescente filiação ao integralismo era nacional. Segundo Robert Levine (1980), ao final do ano de 1934, a AIB contava com aproximadamente 180 mil inscritos. A grande infiltração integralista nas Forças Armadas também era evidente. A Marinha chegou a ter 75% dos seus membros filiados à AIB. O integralismo também possuía aliados na Igreja Católica.

Outro grupo que se organizava para retomar os seus postos de prestígio era o antigo bloco republicano, com alguns de seus membros afastados do poder dominante com a Revolução de 1930. Agremiaram-se na União Republicana Paranaense (URP). Não

---

<sup>142</sup> Para mais detalhes, ver HACKENHAAR, Clayton. O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938. Tese. Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2019. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199531/001101983.pdf?sequence=1>

por um acaso, alguns políticos republicanos tradicionais associaram-se ao integralismo, disseminando as ideias de líderes fascistas como Benito Mussolini.

O professor Brasil Pinheiro Machado e outras lideranças do integralismo paranaense, como João Alves da Rocha Loures Sobrinho, eram entusiastas das teorias que envolviam a noção de superioridade da sociedade em relação aos indivíduos, destacando que os irracionalismos dos indivíduos seriam neutralizados pela consciência coletiva que amalgamaria as emoções e sentimentos dos componentes das massas (ATHAÍDES, 2012, p.15).

A disseminação da ideologia integralista foi concretizada através do periódico “A Razão”, publicado em Curitiba a partir de 1935. Artigos de Plínio Salgado eram publicados com direcionamento aos operários e aos católicos, enaltecendo a importância destes grupos para a nação brasileira. O periódico também publicava artigos com críticas à democracia liberal, propondo uma nova organização social do Brasil (ATHAÍDES, 2013). O integralismo agregou uma parte da intelectualidade, reunindo professores da Universidade do Paraná, incluído também juristas e jornalistas.

Os professores integralistas correspondiam a Brasil Pinheiro Machado, Vieira de Alencar e Waldemar Grummt (ATHAÍDES, 2012, p.153). Nomes da intelectualidade como Oliveira Franco Sobrinho, Jorge Lacerda e Ernani Santiago de Oliveira também prestigiavam as ideias fascistas (ATHAÍDES, 2012, p.177).

Brasil Pinheiro Machado era sobrinho de Flavio Carvalho Guimarães, senador pelo PSD. Portador do Título Cardoso Lima, era filho de Brasil Ribas Pinheiro Machado e Maria Eugênia Guimarães Pinheiro Machado (NEGRÃO, vol.V, p.153). As conexões políticas da família Guimarães já foram elencadas na análise da trajetória de Flávio Guimarães. Nascido no ano de 1907 na cidade de Ponta Grossa, bacharelou-se em Direito no Rio de Janeiro, no ano de 1930. Em 1932, foi nomeado Prefeito de Ponta Grossa pelo interventor Manoel Ribas. Desde então, passou a militar nas fileiras do PSD (CARNEIRO; VARGAS, 1994). A trajetória de Pinheiro Machado indica a aproximação de membros próximos a Ribas com o integralismo, militando em duas organizações ao mesmo tempo: o PSD e a AIB.

Parte significativa da classe política aderiu ao integralismo. Esse foi o caso do deputado constituinte Raul Munhoz, membro do PSD que se desfilou do partido após desentendimentos com Manoel Ribas. Outro nome que foi considerado integralista foi Plínio Tourinho (ATHAÍDES, 2012, p.178). No entanto, Plínio Tourinho possuía

atividades políticas isentas, registrando em alguns momentos apoio e solidariedade à Aliança Nacional Libertadora, como veremos adiante.

João Alves da Rocha Loures Sobrinho era a principal liderança integralista no Norte do Paraná. Secretário do Departamento Universitário, João Loures era um dos defensores da federalização da Universidade do Paraná. O jovem integralista era um grande entusiasta das ideias do filósofo José Ortega y Gasset, ministrando aulas de História e Sociologia na sede da AIB (ATHAÍDES, 2012, p.153).

João Alves da Rocha Loures era filho de Jesuino Alves da Rocha Loures e de Francisca Ferreira de Siqueira Loures. Nascido em Palmeira no ano de 1900, era portador do Título Carrasco dos Reis (NEGRÃO, vol.1, p.463). Seu irmão, Josino Alves da Rocha Loures, foi deputado federal pelo Partido Republicano entre 1954 e 1958. Também possui parentesco com Vespertino Ferreira Pimpão e Nilson Ribas, deputados estaduais pelo PR em legislaturas posteriores (PIERUCCINI, 1995). Todos os membros citados possuem parentesco com o ex-presidente do Paraná Affonso Camargo, deposto pela Revolução de 1930.

João Loures se formou em Direito, exercendo a magistratura em Clevelândia e Palmas, sendo transferido para Curitiba por intermédio de Marins Camargo<sup>143</sup>, irmão do então presidente do Paraná Affonso Camargo. Combateu a Coluna Prestes ao lado das forças comandadas por Rondon. Na década de 1930, tornou-se professor de Direito na Universidade do Paraná e em 1951 foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça.

Juntamente com João Alves da Rocha Loures, muitos políticos republicanos possuíam atividades integralistas. Essa vinculação era muito explorada pelo periódico Correio do Paraná, jornal de apoio às oposições de Ribas, sejam elas vinculadas aos irmãos Tourinho ou atreladas ao tenentismo revolucionário<sup>144</sup>. Segundo o periódico, entre os simpatizantes do fascismo, encontravam-se Caetano Munhoz da Rocha, Ivo Leão e João Braga. Atribui-se ao ex-presidente Munhoz da Rocha a seguinte frase: “Não me esqueci, um instante, do que observei e anotei na Itália de Mussolini: O Brasil só criará juízo, só será feliz, quando o **fascismo** dominar” (CORREIO DO PARANÁ. A fallencia do governo. 17.ago.1934, p.1, grifos no original).

---

<sup>143</sup> TJ Paraná. Des. João Alves da Rocha Loures. Disponível: [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-joao-alves-da-rocha-loures/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-joao-alves-da-rocha-loures/397262?inheritRedirect=false). Acesso em 19.fev.2021.

<sup>144</sup> Entre os nomes que o Correio do Paraná propagava solidariedade, encontram-se Amorety Osório, Barbosa Lima, Stoll Nogueira, Paulo Tacla, Raul Péricles, Luiz Parigot, Gamaliel de Carvalho, Francisco Guérios e Octávio Silveira (CORREIO DO PARANÁ. A fallencia do governo. 17.ago.1934, p.1).

A composição do núcleo da Ação Integralista Brasileira em Ponta Grossa ocorreu a partir de 1932, e o maior líder da organização, Plínio Salgado, visitou a cidade em setembro de 1934. O crescimento registrado pela AIB no Paraná foi vertiginoso, espalhando vários núcleos pelo estado (MARCHETTE, 2010).

Um núcleo integralista de notabilidade no estado era o de Paranaguá, que contava com cerca de 700 filiados, entre eles, imigrantes italianos e alemães, além de maçons (ALVES; CAVANNA, 2016).

Para parte do empresariado local, como o grupo Todeschini, Agostinho de Leão Júnior, João Prosdócimo, entre outros, a adesão à Ação Integralista Brasileira foi robusta. Esses empresários incentivavam a publicação do jornal *A Razão* através de patrocínios (ATHAÍDES, 2012, p.173).

A gestão de Manoel Ribas sofria críticas dos integralistas locais, que acusavam o governador de privilegiar elementos gaúchos em detrimentos dos paranaenses. A xenofobia era recorrente nos discursos integralistas no estado. Um dos alvos principais era Octávio da Silveira, Diretor de Educação na interventoria Ribas e conhecido por suas posições de esquerda.

A AIB alastrou-se pelo Paraná, contando com cerca de 53 mil membros. Seu desempenho eleitoral foi notável, elegendo muitos membros das câmaras dos vereadores e dois prefeitos.

Em resposta a este crescimento, Manoel Ribas combateu os integralistas com a proibição de símbolos como o sigma e a camisa verde, ordenando o fechamento de núcleos, sendo um dos governadores que mais combateu a AIB. O governador também abriu sindicâncias entre os policiais do estado “à caça de integralistas na corporação” (ATHAÍDES, 2012, p.207).

Manoel Ribas justificava suas ações com o argumento de que era necessário combater atividades subversivas com estoques de armas praticadas pelos integralistas. Os membros da AIB, por sua vez, acusavam Ribas de perseguição. Em maio de 1936, o jornal integralista “*A Offensiva*” acusou Manoel Ribas de ser conivente e mancomunado com a ideologia comunista, pois teve atitudes dúbias em relação à Intentona Comunista, mantendo contato com líderes do levante (ATHAÍDES, 2012, p.206).

Em um contexto marcado pelas disputas entre organizações comunistas e integralistas, a cidade de Ponta Grossa concentrava um número muito maior de integralistas, e associava o movimento com uma proposta intelectual que visava preparar a juventude para a atuação política (MARCHETTE, 2010).



Ribas tinha atenção especial a esta cidade, pois Ponta Grossa era um dos seus redutos eleitorais. Sua família exercia influência econômica e política nessa região ao longo dos séculos, e sua hegemonia era ameaçada diante dos movimentos fascistas praticados por seus conterrâneos.

#### 7.7.2 A Aliança Nacional Libertadora e a esquerda paranaense

Conforme já assinalamos, as divisões internas no tenentismo se verificaram nas eleições de 1930, e se intensificaram com a Revolução de 1930. O grupo de tenentes que colaborou com a Aliança Liberal era composto por Siqueira Campos, Estillac Leal, João Alberto e Juarez Távora. Eles participaram de negociações com os membros civis extremados da Aliança Liberal, tais como João Neves, Flores da Cunha, Afrânio Melo Franco e Virgílio de Melo Franco (FRANCO, 1980, p.120). Em contraposição, Luís Carlos Prestes, líder da Coluna tenentista que levou o seu nome, não aderiu ao movimento de outubro, denunciando a fragilidade de sua ideologia: “A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal” (PRESTES, 1986, p.226).

Com a vitória do movimento de 1930, muitos tenentes que participaram da Revolução de 1930 passaram para o governo. O grupo de Juarez Távora e João Alberto era composto de tenentes mais conservadores, próximos a Góes Monteiro.

Outro grupo de tenentes com notabilidade política era composto de críticos a Vargas, que conspiraram na Revolta de 1932. Esse foi o caso de Isidoro Dias Lopes e Herculano de Carvalho e Silva, que se uniram a Bertoldo Klinger para combater o Governo Provisório através das armas.

No espectro da esquerda tenentista crítica ao governo Vargas, figuravam Luís Carlos Prestes, Miguel Costa e Herculino Cascardo. Prestes era a maior liderança tenentista de todos os tempos, sua fama de estrategista militar era internacionalmente reconhecida, e seu prestígio popular era notório. Miguel Costa<sup>145</sup>, seu companheiro na Coluna Prestes, apoiou o Movimento de 1930 e atuou como Secretário de Segurança na interventoria de João Alberto no estado de São Paulo. Presidente da Legião Revolucionária, foi preso na ocasião da Revolta de 1932. A sua volta à política foi marcada pela sua atuação na construção da Aliança Nacional Libertadora 1935. Herculino

---

<sup>145</sup> CPDOC FGV. Miguel Costa. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/miguel\\_costa](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/miguel_costa). Acesso em 10.fev.2021.

Cascardo<sup>146</sup> era outro velho conhecido de Prestes, desde os levantes tenentistas de 1924. Na ocasião do movimento de outubro de 1930, atuou ao lado das tropas rebeldes contrárias à Washington Luís. Fundador do Clube 3 de Outubro, foi nomeado por Vargas para a interventoria federal no Rio Grande do Norte. Afastado do cargo por motivos pessoais, voltou a arena política combatendo as tropas rebeladas de São Paulo, na ocasião da Revolta de 1932. Após esse evento, aproximou-se das ideias de esquerda, sendo um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro. Foi designado por Vargas a sondar a União Soviética sobre um reatamento das relações diplomáticas entre os países. Em 1935, foi um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora.

Conforme já assinalamos, em 1933, assistiu-se à reorganização das oligarquias. Em São Paulo, Frente Única Paulista, união do Partido Democrático e do Partido Republicano Paulista, obteve a maior parte dos votos nas eleições de 1933. Em Minas Gerais, o compromisso com as oligarquias aumentava com a interventoria de Olegário Maciel. No Rio Grande do Sul, um processo similar ocorreu, com a interventoria de Flores da Cunha.

Nos estados com interventores tenentes, os ataques das oligarquias foram duros, resultando na demissão ou afastamento de seus ocupantes. No Rio Grande do Norte, Herculino Cascardo e Bertino Dutra eram combatidos pelas oligarquias. No Ceará, Sá Carneiro de Mendonça também sofria oposição oligárquicas. Na Bahia, Juracy Magalhães oscilava entre acordos com as oligarquias e as reformas (HERNANDEZ, 1985, p.21).

Após a demissão de vários interventores tenentes, o enfraquecimento do poder político dos tenentes no governo Vargas foi escancarado. Como resposta, a ala mais radical dos militares ligados ao tenentismo tentou se organizar em agremiações partidárias, algo que era novidade na prática política desses agentes, visto que estavam acostumados a organização por levantes, clubes militares e legiões revolucionárias.

O ex-interventor federal em São Paulo João Alberto chegou a formar uma frente composta por anarquistas, comunistas, operários e membros da baixa classe média para exercer pressão política frente ao governo. Com o amadurecimento desta proposta, o Partido Socialista Brasileiro foi fundado, com um programa socialista que inicialmente contava com a simpatia de Juarez Távora, Pedro Ernesto, Herculino Cascardo e Miguel Costa. No entanto, essa agremiação enfraqueceu, com a adesão de vários militares a dois

---

<sup>146</sup> CPDOC FGV. Herculino Cascardo. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/hercolino\\_cascardo](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/hercolino_cascardo). Acesso em 10.fev.2021.

grupos: ou integrando a Aliança Nacional Libertadora, ou através do retorno do apoio integral ao governo Vargas (ALEXANDER, 1979).

No Paraná, as maiores lideranças nacionalistas radicais eram **Carlos Amorety Osório** e **Octávio da Silveira**. Ambos foram fundamentais para a organização nacional das agremiações que surgiram no decorrer da década de 1930. Ao longo dessa seção, suas trajetórias serão analisadas com mais detalhes.

O início da organização de esquerda no estado ocorreu a partir da realização do I Congresso Nacional Revolucionário, em novembro de 1932. Um dos seus membros foi o capitão **Amorety Osório**. Como desfecho desse congresso, foi fundado o Partido Socialista Brasileiro (CPDOC FGV<sup>147</sup>).

Amorety Osório era membro da Legião Revolucionária do Paraná e uma das principais lideranças de oposição a Mário Tourinho durante a sua interventoria. Ganhou popularidade ao participar ativamente dos desfechos do movimento de outubro de 1930, ao lado de Vicente Mário de Castro. Ambos pertenceram ao movimento tenentista da década de 1920. Amorety Osório atirou no major Correia Lima, a única vítima fatal da Revolução de 1930 no Paraná.

Com a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Amorety Osório se tornou secretário-geral da agremiação. Na ocasião do fechamento da sede desse partido, Osório foi preso no Quartel General da Região Sul (CORREIO DO PARANÁ. Fechada a sede do Partido Socialista e preso o capitão Amorety. 28.jul.1933, p.1).

Mesmo com tal acontecimento, seu antigo companheiro da Legião Revolucionária Paranaense, Francisco Guérios, emitiu uma declaração pública de solidariedade e apreço ao capitão Amorety Osório, que era líder da ala esquerda do Clube 3 de Outubro, de orientação tenentista. Juntamente com Guérios, outra liderança do tenentismo revolucionário paranaense, Paulo Tacla, também declarou apoio a Amorety Osório. Segundo Tacla, a Revolução estava desconfigurada, e a “figura máscula” de Amorety Osório resgatava a espada dos revolucionários de 1930 e os canhões do 9º Regimento (CORREIO DO PARANÁ. 22.mai.1934, p.2).

A trajetória de Amorety Osório indica o distanciamento de Manoel Ribas em relação às lideranças do tenentismo revolucionário paranaense com o passar dos anos de sua interventoria. A sua prisão foi um evento que marcou a ruptura entre o interventor e as lideranças de Amorety Osório, Francisco Guérios e Paulo Tacla.

---

<sup>147</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete Partido Socialista Brasileiro (PSB- 1932- 1937). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialista-brasileiro-psb-1932-1937>.

A criação do PSB está relacionada a organização de uma notável organização política que surgiu no período democrático vivenciado pelo Brasil: a **Aliança Nacional Libertadora (ANL)**. A maior tentativa de aproximação entre o movimento tenentista e as massas populares foi colocada em prática por essa agremiação. Composta de tenentes históricos, tais como Luís Carlos Prestes, André Trifino Correia, Silo Meirelles, Carlos da Costa Leite, Carlos Amorety Osório, Herculino Cascardo, Roberto Sisson, Agildo Barata, Francisco Moésias Rolim, João Cabanas e Miguel Costa, a este grupo se juntou um número expressivo de jovens oficiais radicais (DRUMMOND, 1986, p.263). Em menos de quatro meses, a Aliança Nacional Libertadora fundou 1500 núcleos, 500 deles no Rio de Janeiro (HERNANDEZ, 1985, p.48). Seções estaduais surgiram no Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul (SILVA, 1969, p.197).

O crescimento das atividades da ANL intensificou-se com a Caravana Libertadora, que percorreu o Norte e o Nordeste através de comícios com lideranças tenentistas, como João Cabanas e Roberto Sisson. Greves eram organizadas voluntariamente pela população, aumentando a adesão popular aos comícios (VIANNA, 2011, p.172).

O programa da ANL era definido pelos seguintes pontos: a luta anti-imperialista com suspensão das dívidas do país, a nacionalização, a proteção aos pequenos e médios produtores, o direito ao exercício de liberdades e a constituição de um governo popular (SOUZA, 1976, p.74).

O presidente da ANL de São Paulo era Miguel Costa, tendo como vice, Caio Prado Júnior. Miguel Costa, ex-presidente da Legião Revolucionária de São Paulo, direcionava grandes esforços na organização operária. Com o declínio do tenentismo, seu espaço político diminuiu, o que o levou para uma reaproximação com Prestes, aderindo a ANL.

Com o declínio do poder político dos interventores-tenentes, verificável entre os anos de 1932 e 1933, as cisões no movimento tenentista se intensificaram, encaminhando tais lideranças a diferentes correntes políticas. Herculino Cascardo, interventor no Rio Grande do Norte entre os anos de 1931 e 1932, é um exemplo desse movimento. Em uma carta a Getúlio Vargas, datada de 12 de julho de 1933, o ex-revolucionário de 1924 explicou ao chefe do governo provisório que lutaria pela libertação do povo, contrária a situação dominante que antecedia uma constituição. Segundo Cascardo, a Constituinte retomaria o sistema política anterior à Revolução de 1930 (SILVA, 1968, p.200).

Hercolino Cascardo atuou no levante tenentista de 1924 e participou da Coluna Prestes. Suas origens sociais revelam o vínculo com o pensamento de esquerda. Seu pai, italiano e socialista, introduziu o pensamento social e progressista na sua criação (LEVINE, 1980, p.107). Tendo grande influência no Clube 3 de outubro, foi prestigiado com a interventoria no Rio Grande do Norte.

O segundo grupo político que ajudou a constituir a Aliança Nacional Libertadora era composto pelos deputados de oposição ao governo, conhecida como “Minoria Parlamentar”. Suas principais bandeiras defendiam a anistia e a ampliação do espaço democrático. Entre seus integrantes, destacavam-se Abguar Bastos e Octávio da Silveira (VIANNA, 2011, p.130). Abguar Bastos Damasceno, natural de Belém, estado do Pará, participou da Revolução de 1930 no seu estado natal, tornando-se chefe de gabinete do interventor Magalhães Barata, posto em que permaneceu até 1931. Elegeu-se deputado federal pelo Partido Liberal do Pará nas eleições de 1934. Em março de 1935, antes da posse do seu mandato, tornou-se membro da Aliança Nacional Libertadora (DHBB CPDOC FGV. Verbete Abguar Bastos<sup>148</sup>).

**Octávio da Silveira** é o representante do Paraná que foi peça chave na organização da ANL. Como deputado federal, lutou ativamente para apoiar o direito à organização da agremiação, redigindo requerimentos que questionavam a expulsão dos capitães Carlos da Costa Leite e Trifino Correia das fileiras do exército, pelo fato de se filiarem à ANL (SILVA, 1969, p.174).

O início da Aliança Nacional Libertadora data do segundo semestre de 1934, quando a organização foi planejada pelas suas lideranças. Sua fundação foi oficializada em 17 de janeiro de 1935 (VIANNA, 2011, p.139).

O Diretório Nacional da ANL era composto de 17 membros, dos quais 8 eram militares e 9 eram aliados civis dos tenentes. Entre seus membros, destacam-se Hercolino Cascardo, comandante da Marinha e presidente da ANL, Carlos Amorety Osório, vice-presidente da ANL, e Roberto Sisson, comandante da Guerra.

A partir de outubro de 1934, a ala esquerda do Clube 3 de Outubro passou a se direcionar à ANL. Um dos locais onde se realizavam as reuniões era o apartamento de Octávio da Silveira. Ele foi um dos fundadores da organização, juntamente com Moésias Rolim, Nemo Canabaro Lucas, Luís Marques Bareto Viana, Trompowsky Tolois, Valter Pompeu, Antônio Rolemberg e Trifino Correa. Nos meses que se sucedera, Hercolino

---

<sup>148</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete Abguar Bastos Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abguar-bastos-damasceno>

Cascardo e Carlos da Costa Leite aderiram ao movimento, juntamente com membros do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Socialista Brasileiro e do Partido Social Democrático, todos em igualdade de condições. Tratando-se de uma frente antifascista, anti-imperialista e anti-latifundiária, ganhou a adesão de sindicatos de trabalhadores, organizações femininas e estudantis (SILVA, 1969, p.197).

## **7.8 AS ELEIÇÕES DE 1935 E AS FORÇAS POLÍTICAS EM DISPUTA NO CAMPO POLÍTICO PARANAENSE**

Em linhas gerais, o governo Manoel Ribas passou pelas disputas políticas e eleitorais dos anos de 1933 e 1934 mantendo a força e a legitimidade entre os grupos em disputa, mesmo atravessando por momentos de desgaste e oposição. Nesse cenário, as eleições de 1935 ocorreriam para a população escolher os representantes do poder legislativo estadual.

O pleito de 1935 ocorreu em um contexto marcado pela Constituição de 1934. Ela designou que deveriam ser realizadas eleições classistas, em que os deputados estaduais seriam eleitos por representação de profissionais liberais, empregadores e empregados.

Além dessas novidades previstas pela legislação, as eleições ocorreriam em um momento de grande polarização política. A ANL e a AIB eram forças políticas presentes nas instituições e partidos, e suas ideologias estavam emaranhadas nas disputas eleitorais.

Nesse contexto, as ameaças em deixar o governo por parte de Manoel Ribas eram recorrentes, o que demonstram as cartas e telegramas enviados a Getúlio Vargas e aos ocupantes do cargo de Ministro da Justiça. Em uma carta para Vargas, datada de 12 de março de 1935, Ribas relembra ao presidente a sua vontade em não permanecer como ocupante do posto de governador do Paraná devido à demora em se resolver questões econômicas e administrativas, muitas vezes relacionadas a falta de apoio do governo federal. Ribas informou que poderia retirar-se do governo a qualquer momento, voltando aos seus negócios (LV1935.03.12).

Em resposta, Vargas escreveu a Ribas no dia 16 de março de 1935, afirmando que sempre julgou conveniente a sua permanência no governo. Quanto à sua reclamação referente à demora em resolver os problemas, Vargas solicitou que Ribas esclarecesse com mais detalhes sobre o que se tratava, pois ele não sabia de nada a respeito (LV1935.03.12).

As relações entre os grupos adversários de Manoel Ribas e o governo federal eram dignas de preocupação por parte do interventor. Um telegrama de Manoel Ribas para Getúlio Vargas indica a insatisfação do governo do estado quanto à escolha de indicados para o Instituto de Aposentadorias dos Comerciários do Paraná, que não tiveram a consulta da interventoria, e sim de Paulo Al-Chueyr<sup>149</sup>.

Paulo Rocha de Al-Chueyr, um dos líderes da Revolução de 1930 no Norte do Paraná, ligado à Legião Revolucionária. Devido a esta ligação com o tenentismo revolucionário, foi um dos únicos prefeitos que não foram substituídos, na ocasião em que Ribas assumiu a interventoria no lugar de Mário Tourinho. Na ocasião, era prefeito de Siqueira Campos.

Esse evento demonstra que o tenentismo revolucionário paranaense era uma força autônoma a Manoel Ribas, e por vezes, angariava poder de influência ante ao governo federal sem passar pela interventoria, algo que desagradava a Ribas. Por sua vez, o interventor não deixava de reclamar e manifestar suas angústias aos gabinetes ministeriais do governo federal.

Apesar desses desencontros, o ano de 1935 registrou a eleição para deputados estaduais no Paraná em que o **Partido Social Democrático**, legenda do interventor federal Manoel Ribas, conquistou um robusto desempenho eleitoral e político. Os próximos quadros informarão quais são os perfis sociais e familiares dos deputados estaduais eleitos após a Revolução de 1930, verificando quais as novidades que o novo processo fomentou na política paranaense. Eles estarão divididos por partidos políticos. O primeiro e maior deles é o PSD, partido de sustentação do interventor Manoel Ribas e situacionista. O segundo partido é a União Republicana Paranaense, agremiação composta de chefes políticos remanescentes do período pré-1930, atuando em oposição ao interventor Manoel Ribas e ao PSD. O terceiro é o Partido Social Nacionalista, integrado por agentes atuantes na Revolução de 1930 que passaram a exercer a oposição as políticas e aos atos posteriores à Revolução (OLIVEIRA, 1997, p.51).

#### QUADRO 33- DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSD ELEITOS EM 1935: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS

Nome	Local de nascimento/ano	Capitais Familiares/ Títulos Genealógicos
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Macaíba (RN), 1875	Rodrigues de Seixas (nascimento, Vol.II)

<sup>149</sup> Telegrama de Pantaleão da Silva Pessoa a Getúlio Vargas transcrevendo telegrama de Manoel Ribas, governador do Paraná, Arquivo Luiz Vergara, FGV CPDOC, LVc1935.03.23

Acyr Guimarães	Curitiba (PR), 1896	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
Adalberto Scherer	Palmeira (PR), 1893	Macedo (matrimônio, Vol.VI)
Agostinho Pereira Alves Filho	Paranaguá (PR), 1903	Pereiras (nascimento, Vol.VI)
Alceu Ferreira	Lapa (PR), 1889	Carrasco dos Reis (nascimento, Vol.I)
Augusto Santos	(BA), 1874	
Brasil Pinheiro Machado	Ponta Grossa (PR), 1907	Cardoso de Lima (nascimento, Vol.V)
Caio Gracho Machado de Lima	Ponta Grossa (PR), 1885	Carrasco dos Reis (nascimento, Vol.I)
Camilo Stellfeld	Curitiba (PR), 1902	Kalckmann (nascimento, Vol.VI)
Djalma Rocha Al-Chueyr	São Paulo (SP), 1904	Família Militar
Erasto Gaertner	Curitiba (PR), 1900	Família religiosa
Frederico Faria de Oliveira	Lapa (PR), 1893	Nascimento de Farias (nascimento, Vol.VI)
Helvídio da Silva Pereira	Curitiba (PR), 1883	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
João Theophilo Gomy Júnior	Curitiba (PR), 1887	Rodrigues de Seixas (matrimônio, Vol.II)
José Manoel Ribeiro dos Santos	Sete Lagoas (MG), 1894	
Linneu Madureira Novais	Castro (PR), 1908	Carrasco dos Reis (nascimento, Vol.I)
Mário Erichsen	Curitiba (PR), 1892	Rodrigues de França (nascimento, Vol.III)
Nelson José Corrêa	Rio Negro (PR), 1902	Teixeira de Coelho (nascimento, Vol.IV)
Oscar Borges de Macedo Ribas	Palmeira (PR), 1894	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
Ovande Ferreira do Amaral e Silva	Rio Negro (PR), 1900	Carrasco dos Reis (nascimento, Vol.I)
Raul Gomes Pereira	Curitiba (PR), 1903	
Alfredo Venske	Curitiba (PR)	Muller (vol.VI).

Fontes: Ver Anexo 16.

O primeiro grupo analisado corresponde aos membros do PSD, partido fundado pelo interventor Manoel Ribas, que oferece as bases de apoio ao governo Vargas. Ele corresponde a maioria na Assembleia Legislativa, somando 22 deputados. Na observação do perfil social e genealógico de deputados, destacamos que 18 deles são nascidos na região do Paraná Tradicional. Destes 18 deputados, 15 são portadores de títulos genealógicos adquiridos através do nascimento ou do matrimônio, o que revela o



pertencimento aos grupos que dominam os campos da política, da sociedade e da economia paranaense ao longo dos séculos.

O fenômeno a imigração e do desenvolvimento econômico é perceptível na trajetória de Alfredo Veske. Filho do comerciante de armarinhos e descendente de alemães Gustavo Venske e de Anna Muller, outra integrante de família alemã, com negócios no ramo da metalurgia, Venske simboliza a ascensão da fração imigrante junto à classe dominante tradicional.

Na análise sobre os capitais familiares dos deputados estaduais eleitos pelo PSD, identifica-se que não houve, portanto, ruptura com os antigos padrões de dominação verificados no período anterior a revolução de 1930 e nem aos séculos da história política passada.

Dos 4 deputados nascidos fora do Paraná, um era portador do título Rodrigues Seixas, e um era de família militar. Não obtivemos informações biográficas de Augusto Santos e José Manuel Ribeiro dos Santos. O próximo quadro tratará dos capitais econômicos dos deputados estaduais do PSD eleitos após a Revolução de 1930.

#### QUADRO 34- DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSD ELEITOS EM 1935: CAPITAIS ECONÔMICOS

Nome	Capitais econômicos/sociais
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Alto funcionalismo público.
Acyr Guimarães	Grande propriedade de terras. Alto funcionalismo público.
Adalberto Scherer	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a industrialização de erva-mate e madeira.
Agostinho Pereira Alves Filho	Alto funcionalismo militar.
Alceu Ferreira	Grande propriedade de terras (Lapa, PR). Alto profissional liberal e professor universitário.
Augusto Santos	Comércio em Tibagi (PR)
Brasil Pinheiro Machado	Alto funcionalismo público. Professor universitário.
Caio Gracho Machado de Lima	Grande propriedade de terras.
Camilo Stellfeld	Grande comércio farmacêutico.
Djalma Rocha Al-Chueyr	Alto funcionalismo militar.
Erasto Gaertner	Alto profissional liberal e professor universitário
Frederico Faria de Oliveira	Comércio (Lapa, PR).
Helvídio da Silva Pereira	Alto profissional liberal e funcionário público.
João Theophilo Gomy Júnior	Alto profissional liberal e funcionário público.
José Manoel Ribeiro dos Santos	Alto profissional liberal.

Linneu Madureira Novais	Alto profissional liberal. Propriedade de terras na região de Castro, PR.
Mário Erichsen	Alto profissional liberal.
Nelson José Corrêa	Alto profissional liberal e funcionário público.
Oscar Borges de Macedo Ribas	Grande propriedade de terras. Comércio de madeira (Castro, PR)
Ovande Ferreira do Amaral e Silva	Alto profissional liberal e funcionário público.
Raul Gomes Pereira	Alto funcionário militar e professor universitário.
Alfredo Venske	Proprietário de uma indústria de fitas e tecelagem

Fontes: Ver Anexo 16.

Dos 22 deputados do PSD eleitos após a Revolução de 1930, cinco eram proprietários de grandes extensões de terras, o que indica a permanência da influência desta propriedade para o volume de capitais para os seus agentes e suas famílias. Apenas um deles (Adalberto Scherer) tinha propriedade rural vinculada à erva-mate, o que indica um declínio deste setor da economia paranaense, se comparado a outros momentos da história local. Vale destacar também que esse mesmo deputado, Adalberto Scherer, estava também vinculado a um setor em expansão na economia: o madeireiro, setor no qual o deputado Oscar Borges de Macedo Ribas atuava. Visualizamos a modernização da antiga propriedade em novos ramos. A indústria e o comércio também são as propriedades de atuação de outros 4 deputados. A recorrência de altos funcionários públicos, sejam eles civis ou militares, também é visível na composição dos deputados do PSD, às vezes somados a propriedade de terras e meios de produção ou ao acúmulo de capitais intelectuais, como é o caso de professores universitários. Ao todo, são 10 deputados do PSD que se enquadram nestas categorias. Às vezes concomitantes ao funcionalismo público, destacamos a presença de 9 profissionais liberais de notável atuação nos seus municípios, o que garante uma quantidade considerável de capitais para a reprodução social.

O próximo quadro indicará as informações genealógicas dos deputados estaduais da **União Republicana Paranaense**.

#### QUADRO 35- DEPUTADOS ESTADUAIS DA URP ELEITOS EM 1935: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS

Nome	Local de nascimento/ano	Capitais Familiares/ Títulos Genealógicos
Caetano Munhoz da Rocha	Antonina (PR), 1874	Carrasco dos Reis (nascimento, Vol.I)

Alcides Pereira Júnior	Paranaguá (PR), 1901	Góes de Siqueira (nascimento, vol.V).
Carlos Ribeiro de Macedo	Campo Largo (PR), 1893	Rodrigues Seixas e Oliveira Cardoso (nascimento, vol. II e IV)
Laertes de Macedo Munhoz	Curitiba (PR), 1900	Carrasco dos Reis e Rodrigues Seixas (nascimento e matrimônio, Vol.I e II)
Lindolpho Pessoa da Cruz Marques	Bananeiras (PB), 1882	Carrasco dos Reis (matrimônio, vol.I)

Fontes: Ver Anexo 16.

Na análise da composição social dos cinco deputados da União Republicana Paranaense, assinalamos que quatro deles eram nascidos no Paraná, sendo estes quatro deputados membros da classe dominante tradicional e portadores de títulos genealógicos por nascimento. Apenas Lindolpho Pessoa era paraibano, o que não impede, porém, a sua integração com a classe dominante tradicional, sendo ele portador do título genealógico Carrasco dos Reis e possuindo estreitas relações com a classe política e economicamente hegemônica no período pré-1930. O próximo quadro indicará os capitais econômicos destes deputados da URP.

#### QUADRO 36- DEPUTADOS ESTADUAIS DA URP ELEITOS EM 1935: CAPITAIS ECONÔMICOS

Nome	Capitais econômicos/sociais
Caetano Munhoz da Rocha	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a industrialização de erva-mate.
Alcides Pereira Júnior	Grande comércio. Alto funcionalismo público.
Carlos Ribeiro de Macedo	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a industrialização da erva-mate e da madeira. Alto profissional liberal.
Laertes de Macedo Munhoz	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a industrialização de erva-mate.
Lindolpho Pessoa da Cruz Marques	Alto profissional liberal e funcionário público.

Fontes: Ver Anexo 16.

Os cinco deputados da bancada da URP são membros da classe economicamente dominante, seja através do comércio, das altas profissões liberais ou da grande propriedade de terras. Três deles eram diretamente ligados a propriedade de comércio e industrialização da erva-mate, o principal produto da economia do Paraná entre o final do século XIX e o início do século XX. Um deles, Carlos Ribeiro de Macedo, estava

vinculado a propriedade em expansão, a relacionada à madeira. O próximo quadro trata das informações genealógicas dos deputados estaduais do **Partido Social Nacionalista**.

QUADRO 37- DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSN ELEITOS EM 1935: INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS

Nome	Local de nascimento/ano	Capitais Familiares/ Títulos Genealógicos
Antônio Couto Pereira	Baturité (CE), 1896	Cardoso de Lima (matrimônio, vol.V)
Joaquim Pereira de Macedo	Porto de Cima (PR), 1858	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II) Xavier Pinto (matrimônio, vol. IV)
Jorge Becher		
Manoel de Alencar Guimarães	Buenos Aires (ARG), 1865	Rodrigues Seixas (nascimento, Vol.II)
Ulysses Falcão Vieira	Curitiba (PR), 1885	

Fontes: Ver Anexo 16.

Dos cinco deputados da bancada do Partido Social Nacionalista, três eram portadores de títulos genealógicos de longa duração, o que revela a correspondência com a classe dominante tradicional. Dois deles por nascimento e um por matrimônio, como é o caso de Antônio Couto Pereira, cearense casado com uma mulher da classe dominante local. Por sua vez, Jorge Becher possuía grande influência na sua base eleitoral, Ponta Grossa, como comerciante, e Ulysses Falcão Vieira como professor universitário e alto servidor público. O próximo quadro trata dos capitais econômicos dos membros da bancada do PSN.

QUADRO 38- DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSN ELEITOS EM 1935: CAPITAIS ECONÔMICOS

Nome	Capitais econômicos/sociais
Antônio Couto Pereira	Grande comércio em Curitiba
Joaquim Pereira de Macedo	Propriedade de terras ligadas ao comércio e a industrialização da erva-mate e do trigo.
Jorge Becher	Grande comércio em Ponta Grossa
Manoel de Alencar Guimarães	Grande propriedade de terras. Alto funcionalismo público.
Ulysses Falcão Vieira	Alto funcionalismo público. Professor Universitário.

Fontes: Ver Anexo 16.

A partir do quadro, constatamos que os três portadores de títulos genealógicos possuíam grandes propriedades ligadas ao comércio, a agricultura e a indústria da erva-

mate. Assinalamos que todos os membros da bancada do PSN tinham altas posições sociais e econômicas, incrementando os seus capitais políticos.

No próximo quadro, visualizaremos as informações de formação e carreiras políticas dos deputados estaduais eleitos após a Revolução de 1930.

QUADRO 39– CAPITAIS POLÍTICOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSD ELEITOS EM 1935

Nome	Formação	Cargos Políticos/períodos
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Direito (SP)	Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, governo de Francisco Xavier da Silva; Secretário de Finanças, Comércio e Indústria, 1900-1904; Deputado federal, 1904- 1914 Acumulou o cargo de deputado estadual em alguns anos deste período. Membro da diretoria do Partido Democrático Paranaense. Apoiador da Revolução de 1930. Secretário da Fazenda, Comércio e Indústria de 1930 a 1931, nas interventorias de Mário Tourinho e João Perneta; Deputado estadual em 1934. Interventor interino entre junho e julho de 1935; Membro do Conselho Administrativo (DASP) a partir de 1937.
Acyr Guimarães	Secundário	Apoiador da Revolução de 1930. Deputado estadual, 1935-1937. Deputado Federal (PSD) 1946-1948.
Adalberto Scherer	Primário	Deputado Estadual, 1935-1937
Agostinho Pereira Alves Filho		Apoiador da Revolução de 1930. Deputado Estadual, 1935-1937 Participou da Aliança Nacional Libertadora.
Alceu Ferreira	Medicina (RJ)	Diretor Geral da Saúde Pública do Paraná; Diretor da Saúde de Curitiba; Deputado Estadual, 1935-1937
Augusto Santos		Deputado Estadual, 1935-1937
Brasil Pinheiro Machado	Direito (RJ)	Prefeito de Ponta Grossa, 1932-1935 Deputado Estadual, 1935-1937; Procurador Geral do Estado a partir de 1939; Interventor do Paraná, 1947; Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado a partir de 1947; Deputado Federal (PSD), 1947-1951.
Caio Gracho Machado de Lima	Ciência Política (Paris)	Delegado Técnico do Ensino Público; Deputado Estadual 1908-1909; 1929-1930; 1935-1937. Juiz do Tribunal de Contas do Estado desde 1947;
Camilo Stellfeld	Farmácia (PR)	Deputado Estadual, 1935-1937.

Djalma Rocha Al-Chueyr	Economia (SP)	Apoiador da Revolução de 1930. Deputado Estadual, 1935-1937. Participou da Aliança Nacional Libertadora; Crítico do Estado Novo, abandonou a política e mudou-se para o Rio de Janeiro.
Erasto Gaertner	Medicina (RJ)	Apoiador da Revolução de 1930. Deputado Estadual, 1935-1937; Com o final do Estado Novo, foi um dos fundadores da UDN e Deputado Constituinte de 1946; Deputado Federal, UDN, 1946-1951. Secretário da Fazenda do Paraná em 1951; Nomeado Prefeito de Curitiba pelo governador Bento Munhoz da Rocha.
Frederico Faria de Oliveira	Secundário	Apoiador da Revolução de 1930. Deputado Estadual, 1935-1937.
Helvídio da Silva Pereira	Direito (PE)	Procurador-Geral da Fazenda (RJ), no gabinete do Dr. Francisco de Sá Filho; Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937.
João Theophilo Gomy Júnior	Direito (PR)	Vereador e presidente da Câmara Municipal de União da Vitória; Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937; Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, governo Lupion
José Manoel Ribeiro dos Santos	Medicina (PR)	Deputado Estadual, 1935-1937; Diretor da Saúde Pública, Deputado Estadual, 1947-1950;
Linneu Madureira Novais	Medicina (PR)	Deputado Estadual, 1935-1937; Deputado Estadual, 1947-1950.
Mário Erichsen	Engenharia Civil (PR)	Prefeito de Antonina, 1933; Deputado Estadual, 1935-1937; Chefe do Departamento de Águas em Jacarezinho até 1945.
Nelson José Corrêa	Odontologia (PR)	Deputado Estadual 1935-1937.
Oscar Borges de Macedo Ribas	Direito (PR)	Deputado Estadual, 1935-1937; Secretário da Fazenda, 1937-1938; Secretário do Interior e Justiça, 1938; Prefeito Municipal de Curitiba, 1938; Presidente do Conselho Deliberativo do Estado (DASP); Deputado Federal, 1948-1949;
Ovande Ferreira do Amaral e Silva	Medicina (RJ)	Apoiador da Revolução de 1930; Deputado Estadual, 1935-1937; 1947-1948. Presidente da ALEP.
Raul Gomes Pereira	Contabilidade (PR)	Deputado Estadual, 1935-1937; Secretário geral do Território do Iguaçu, 1944-1946.
Alfredo Venske	Tecelagem Alemanha	Deputado Estadual, 1935-1937.

Fontes: Ver Anexo 16.

Nas eleições de 1935, o Partido Social Democrático elegeu a maior bancada para a Assembleia Legislativa, fazendo com que o interventor Manoel Ribas obtivesse um amplo apoio no estado. Dos 32 deputados eleitos, 23 pertenciam à bancada do PSD.

O perfil de formação dos deputados do PSD se configura da seguinte maneira: 5 deputados eram formados em Direito, 5 em Medicina, 3 possuíam o primário e secundário e 6 em cursos superiores diversos. Não obtivemos informações de formação de 4 deputados estaduais.

Dos 23 deputados da bancada do PSD, 7 atuaram decisivamente em prol da Revolução de 1930, sendo eles: Antônio Augusto Carvalho Chaves, Acyr Guimarães, Agostinho Pereira Alves Filho, Djalma Rocha Al-Chueyr, Erasto Gaertner, Frederico Faria de Oliveira e Ovande Ferreira do Amaral e Silva. Deste grupo de apoiadores, houve dissidências críticas em relação aos rumos que a revolução tomou. Nesse sentido, destacamos as atuações de Agostinho Pereira Filho e Djalma Al-Chueyr, membros da Aliança Nacional Libertadora. Também assinalamos a atuação de Erasto Gaertner, um dos críticos locais do Estado Novo e fundador da União Democrática Nacional.

Quanto a análise da carreira política destes deputados, verificamos que apenas 3 dos 23 deputados estaduais tinham cargos ou mandatos políticos antes da Revolução de 1930. Isso indica uma classe política nova, ainda que a mesma seja ligada às velhas classes dominantes através do parentesco. Os três deputados referem-se a Caio Gracho Machado de Lima, Elbe Pospissil e Antônio Carvalho Chaves. O primeiro, conforme o visto na seção anterior, era familiarmente ligado a grupos de oligarcas dissidentes no período pré-1930. O segundo era uma importante liderança operária, eleito pela representação classista. Já o terceiro, Antônio Augusto Carvalho Chaves, era um dos dirigentes e fundadores do Partido Democrático Paranaense, dissidência oligárquica que surgiu no estado no ano de 1927. Sua carreira política é de longa duração, ocupado secretarias de governos da República Velha e das interventorias do período pós-1930, além de exercer os cargos de deputado federal e estadual. Seu prestígio político foi consolidado com o Estado Novo, quando passou a ocupar uma vaga no Conselho Administrativo (DASP), a partir de 1937 (DAGOSTIM, 2011; DHBB CPDOC FGV; CARNEIRO; VARGAS, 1994, GOULART, 2008).

Dos 23 deputados do PSD, 4 exerceram cargos em municípios, sendo eles: Brasil Pinheiro Machado, em Ponta Grossa, João Theophilo Gomy Júnior, em União da Vitória, Mario Erichsen, em Antonina e Oscar Borges de Macedo Ribas, em Curitiba.

Isso indica uma redução da influência da municipalidade e dos chefes políticos locais na ocupação de cargos no legislativo estadual. Outro fenômeno observado corresponde a recorrência de deputados do PSD que ocuparam mais de um mandato no legislativo estadual ou federal. Dos 23 deputados listados, 9 se enquadram nesta categoria.

O quadro a seguir oferece informações a respeito dos capitais formativos e políticos da bancada da União Republicana Paranaense.

**QUADRO 40 – CAPITAIS POLÍTICOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA URP ELEITOS EM 1935**

Nome	Formação	Cargos Políticos/períodos
Caetano Munhoz da Rocha	Medicina (RJ)	Deputado Estadual, de 1904 a 1917. Prefeito de Paranaguá, 1908-1912; 1912-1915. Vice-presidente do Paraná, 1916-1920; Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas (Governo Affonso Camargo), Presidente do Paraná, 1920-1928, Senador, 1928-1930. Afastado pela Revolução de 1930, foi eleito deputado estadual pela União Republicana Paranaense (reunião de políticos do período anterior à 1930), cassado em 1937. Presidente do Departamento Administrativo do Estado de 1939 a 1940.
Alcides Pereira Júnior	Direito (PR)	Deputado Estadual, 1935-1937; Procurador Geral do Estado, 1946; Deputado Estadual, 1947-1950; Procurador Fiscal do Tribunal de Contas do Estado.
Carlos Ribeiro de Macedo	Medicina (PR)	Prefeito de Teixeira Soares; Deputado Estadual, 1935-1937;
Laertes de Macedo Munhoz	Direito (PR)	Prefeito de Teixeira Soares; Deputado Estadual, 1935-1937; Deputado Estadual, 1947-1950; Deputado Estadual, 1950-1954;
Lindolpho Pessoa da Cruz Marques	Direito (PE)	Delegado de Polícia de Curitiba, governo Vicente Machado; Chefe de Polícia, governo Affonso Camargo; Deputado Federal, 1921; Deputado Estadual, 1935-1937.

Fontes: Ver Anexo 16.

Todos os cinco deputados estaduais da União Republicana Paranaense possuíam formação superior. Três deles em Direito e dois em Medicina. Quanto a carreira política dos mesmos, três começaram a ocupar cargos após a Revolução de 1930. Eles se referem a Alcides Pereira Júnior, Carlos Ribeiro de Macedo e Laertes de Macedo



Munhoz. Dois deles ocupavam cargos políticos na Primeira República. São eles: Caetano Munhoz da Rocha e Lindolpho Pessoa da Cruz Marques.

A URP é um partido que surgiu no Paraná para exercer oposição a Manoel Ribas e ao PSD. Seu presidente era Caetano Munhoz da Rocha, um dos mais importantes chefes políticos estaduais do período pré-1930, presidente do Paraná por dois mandatos. Na análise do perfil social dos seus integrantes, visualizamos membros de famílias dominantes no Paraná no período pré-1930 e agentes políticos que tiveram seus capitais fortemente abalados com a Revolução de 1930. No entanto, os mesmos ressignificaram seus capitais políticos no período pós-1930, angariando importantes cargos e dando continuidade as suas trajetórias, inclusive no período posterior ao Estado Novo. A presença de membros da URP, identificados com os anseios dos grupos dominantes da Primeira República, no contexto da política pós-1930 é mais um traço que assinala o fenômeno da modernização conservadora na política paranaense.

O próximo quadro oferece informações sobre os capitais políticos e de formação da bancada estadual do Partido Social Nacionalista.

QUADRO 41– CAPITAIS POLÍTICOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSN ELEITOS EM 1935

Nome	Formação	Cargos Políticos/períodos
Antônio Couto Pereira	Militar	Apoiador da Revolução de 1930. Deputado Estadual, 1935-1937.
Joaquim Pereira de Macedo		Nomeado pela Princesa Isabel coronel comandante superior da Guarda Nacional no município de Palmeira; Delegado de polícia, prefeito e vice-prefeito em Palmeira; Deputado constituinte, vice-governador do Paraná, deputado estadual na primeira legislatura republicana e presidente da Assembleia Legislativa; Fundador e dirigente do Partido Democrático Paranaense. Apoiador da Revolução de 1930. Vereador e Prefeito de Curitiba em duas legislaturas: de 1908 a 1911 e de 1930 a 1932 (Prefeito Revolucionário). Deputado Estadual, 1935-1937;
Jorge Becher		Vice-Presidente da Câmara dos Vereadores de Ponta Grossa, em 1916 e 1924. Apoiador da Revolução de 1930, Prefeito de Ponta Grossa, nomeado por Mário Tourinho; Deputado Estadual, 1935-1937.
Manoel de Alencar Guimarães	Direito (PE)	Secretário de estatística, deputado estadual em 1892, deputado federal em 1894,

		reelegendo-se em 1900. Presidente interino do estado, 1908; Senador por cinco legislaturas; Fundador e dirigente do Partido Democrático Paranaense; Deputado Estadual, 1935-1937.
Ulysses Falcão Vieira	Direito (PR)	Fundador e dirigente do Partido Democrático Paranaense; Deputado Estadual, 1935-1937

Fontes: Ver Anexo 16.

O Partido Social Nacionalista surgiu como uma legenda de oposição ao governo Manoel Ribas, composto de apoiadores da Revolução de 1930 que não se sentiam representados com os rumos adotados pela interventoria de Ribas. Seus membros eram ligados a figura do antigo interventor do Paraná, Mário Tourinho, nomeado durante os acontecimentos de outubro de 1930, muito em parte devido à influência do seu irmão, Plínio Tourinho, na preparação e eclosão do movimento.

Os dados biográficos indicam que seus membros fazem parte e exemplificam o processo de modernização conservadora do estado. Três dos cinco integrantes eram membros do principal partido que reunia os oligarcas dissidentes, o Partido Democrático Paranaense. Além disso, Joaquim Pereira de Macedo, Jorge Becher e Manoel de Alencar Guimarães ocupavam cargos políticos no período pré-1930. Os outros dois deputados estaduais, Couto Pereira e Ulysses Falcão, começaram as suas carreiras política no período pós-1930.

Reconfigurado o poder legislativo paranaense, uma instituição que passou a ter outras funções foi o Conselho Consultivo. A partir da Constituição de 1934, o Conselho Consultivo se transformou em Conselho de Estado. Seus membros eram escolhidos a partir de um acordo entre Manoel Ribas e a Assembleia Legislativa, que elegia 7 conselheiros, proporcionalmente às bancadas. O Conselho tinha a função de observar as ações do poder executivo e do poder legislativo do estado (FONTANA, 2015).

Recorrentemente, eram nomeados alguns conselheiros que faziam parte da oposição a Vargas e Ribas, tais como Caetano Munhoz da Rocha, Marins Alves Camargo, Manoel Alencar Guimarães e João Cândido Ferreira. Políticos dissidentes a Ribas (como Idálio Sardemberg) também compuseram o Conselho Consultivo (FONTANA, 2015, p.120).

As assembleias legislativas estaduais também sufragaram os nomes dos governadores dos estados, que consolidou o predomínio das oligarquias estaduais e provocaram o expurgo dos tenentes interventores que restavam, com exceção aqueles que tiveram sucesso na política conciliatória com os oligarcas locais, como Juracy Magalhães, na Bahia e Punaro Bley, no Espírito Santo (FORJAZ, 1983).

Mesmo diante de algumas instabilidades, Manoel Ribas manteve-se no poder e elegeu-se governador constitucional do Paraná pelos deputados estaduais sufragados no pleito de 1934, mantendo sua intensa identificação com a política federal (SOUZA, 1976, p.93).

## **7.9 A ALIANÇA NACIONAL LIBERADORA E A AÇÃO DOS MILITANTES DO PARANÁ**

Nos primeiros meses de 1935, a polarização entre integralistas e aliancistas se intensificou (VIANNA, 2011, p.167). A ANL angariou importantes adeptos ao longo do ano de 1935. Suas principais lideranças incluíam nomes como Luís Carlos Prestes, Miguel Costa e João Cabanas, heróis do movimento tenentista, Herculino Cascardo, tenente carioca que foi interventor do Rio Grande do Norte entre 1931 e 1932, Abgaur Bastos, Domingos Velasco e Octávio da Silveira, deputados federais, Maurício de Lacerda, aliado civil dos movimentos tenentistas e líder político no Rio de Janeiro, Agildo Barata, tenente, ex-secretário de Juarez Távora e membro do PCB e Gregório Bezerra, oficial que também pertencia ao PCB. Com exceção a Luís Carlos Prestes, todos participaram ativamente da Revolução de 1930, ocupando cargos nos primeiros momentos, passando para a oposição ao governo. A secretaria-geral da ANL era ocupada por Roberto Sisson, tenente e posterior membro do PCB. A ANL também contava com Pedro Ernesto, prefeito do Distrito Federal e apoiador do movimento tenentista, Magalhães Barata, interventor tenentista do Pará.

Barata estava revoltado com as oposições que sofria das oligarquias paraenses. Os laços de solidariedade entre os tenentes tornaram possível a sua adesão à ANL, através do convite feito pelo seu velho companheiro, Roberto Sisson (SILVA, 1969, p.202).

João Alberto foi convidado por Prestes a aderir à Aliança Nacional Libertadora, porém o mesmo não aceitou a proposta enviada pela carta do ex-companheiro (SILVA, 1969, p.174).

No dia 8 de junho de 1935, a ANL lançou um manifesto à Nação, difundindo a adesão de Luís Carlos Prestes ao movimento. No dia seguinte, ocorreu o comício da ANL em Petrópolis, com a presença de Roberto Sisson. Tiros da sede da Ação Integralista Brasileira foram lançadas à multidão, causando o ferimento de milhares de pessoas e a morte de um operário. Em protesto, a ANL convocou uma greve geral, e Sisson acusou o desvio de armas das Forças Armadas aos integralistas (VIANNA, 2011, p.171).

A oposição da imprensa se registrou intensamente com as matérias do jornal O Globo, sob a editoria de Roberto Marinho. Uma campanha de acusações que envolviam a ANL, associando-a ao movimento comunista internacional, liderado pela União Soviética, que conspirava no país através de atos “terroristas”, quarteladas e raptos de oficiais (VIANNA, 2011, p.188).

Em resposta às acusações, Herculino Cascardo, presidente da ANL afirmava que a organização agia de acordo com a Constituição e do programa tenentista. A ANL possuía propostas anti-imperialistas, contrárias ao latifúndio, apoiando ações que garantissem a melhoria das condições de vida do povo e a ampliação da democracia (VIANNA, 2011).

A repressão contra a ANL se aprofundou após a publicação do Manifesto de Luís Carlos Prestes, que convocava o povo para a instauração de um governo popular nacional revolucionário:

“(...) Brasileiros!  
 Todos vós que estais unidos pelo sofrimento e pela humilhação em todo o Brasil! Organizai vosso ódio contra os dominadores, transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução Brasileira! Vós que nada tendes para perder e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil das garras do imperialismo e de seus lacaios! Todos à luta pela libertação nacional do Brasil!  
 Abaixo o fascismo!  
 Abaixo o governo odioso de Vargas!  
 Por um governo popular nacional revolucionário!  
 Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora! (SILVA, 1969, p.188)”.

Esse manifesto foi divulgado no dia 5 de julho de 1935, data em que Miguel Costa aderiu ao movimento através de um anúncio realizado em um comício na capital paulista, contando com aproximadamente 10 mil pessoas (VIANNA, 2011).

Nesse cenário de repressão, a ANL precisou ser reorganizada quando o seu presidente, Herculino Cascardo, foi transferido para Santa Catarina e o seu vice, **Amorety Osório**, para o Pará. Osório precisou prestar informações ao Ministério da Guerra, que

questionava o seu comparecimento em reuniões e representações políticas, perguntando se também participou do comício da ANL em Petrópolis, no dia 5 de julho. Em resposta, Amorety Osório escreveu:

“Ao sr. Chefe do TPE. Em cumprimento a vossa circular 548 informo: a) que compareci a todas as reuniões públicas realizadas nesta capital pela ANL, em traje civil e sem declarações de posto ou cargo, função ou comissão exercida, em pleno gozo dos direitos políticos e individuais que me são assegurados pela Constituição da República em seus artigos 108 e 113, n<sup>os</sup> 2, 4 e 11; b) não compareci à reunião da ANL em sua sede à Rua Almirante Barroso, 1, salas 1 e 2, no dia 5 do corrente, por estar vedado acesso à mesma pela grande massa popular que se comprimia na porta de entrada da referida sede” (SILVA, 1969, p.189-190)

O deputado federal **Octávio da Silveira** assumiu a presidência da ANL a partir de julho de 1935 (VIANNA, 2011, p.201). Octávio da Silveira leu o Manifesto da Aliança Nacional Libertadora na tribuna da Câmara dos Deputados. Como reação ao crescimento que o movimento registrava e a repercussão que o manifesto teve, Vargas editou o Decreto n<sup>o</sup> 229, de 11 de julho de 1935, decretando o fechamento de todos os núcleos da ANL, espalhados pelo território nacional, quatro meses após a sua fundação<sup>150</sup>. Após tais acontecimentos, o fechamento da ANL foi assinado no dia 11 de julho, e várias lideranças foram presas no dia 12 de julho de 1932 (VIANNA, 2011, p.192).

A direção da ANL entrou com um mandado de segurança contra o fechamento da agremiação, solicitando a apresentação das provas de que a entidade possuía “planos subversivos mancomunados” com Moscou (VIANNA, 2011, p.201).

Mesmo na ilegalidade, as caravanas da ANL angariavam multidões de apoiadores no Brasil, em especial na região Nordeste (VIANNA, 2011, p.202). Tratava-se de um programa que previa a reforma social para o país e combatia a ofensiva fascista em crescimento, especialmente nos estados do Centro-Sul do País. Os integralistas perseguiram os aliancistas e comunistas no território, sem sofrer as repressões do governo federal, com base na Lei de Segurança Nacional.

Um dos momentos de maior inflexão ocorreu na invasão do Congresso, na ocasião da prisão de quatro deputados que pertenciam ao bloco pelas liberdades públicas, sendo

---

<sup>150</sup> A História da Câmara dos Deputados. A 2a República. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a2republica.html>. Acesso em 27.mar.2020.

eles: Abguar Bastos, Domingos Velasco, João Mangabeira e Octávio da Silveira, além do senador Abel Chermond (LEVINE, 1980, p.199). Octávio da Silveira<sup>151</sup> exercia a presidência da ANL, e sua prisão foi inconstitucional.

Após estes acontecimentos, alguns governadores aliados de Vargas passaram para a oposição, como foi o caso de Juracy Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti (LEVINE, 1980, p.217).

Em São Paulo, a frente anti-fascista contou com a chefia de Miguel Costa. Neste estado, Prestes depositava grande confiança para reunir membros descontentes com o governo Vargas que lutassem em prol do programa da ANL.

No Paraná, o deputado federal Plínio Tourinho exerceu sua oposição ao governo federal. Manifestando-se novamente contra Vargas, o dissidente revolucionário colaborou com 50 oficiais do exército e da polícia paranaense que estavam em contato com cerca de 1000 legionários maçons para combater o fascismo na região (VIANNA, 2011, p.238). Com a aprovação da Lei de Segurança Nacional pelo Congresso Nacional, instituiu-se o novo sistema de repressão aos crimes políticos. Em resposta, Plínio Tourinho constituiu o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, juntamente com os deputados Café Filho, Domingos Velasco, Rodolfo Mota Lima, Júlio Novais, Freire de Andrade, Genaro Ponte Sousa, José Patrocínio, Abílio de Assis, Fenelon Perdigão, Demócrito Rocha, Antônio Carvalhal, Alípio Costallat, Mário Chermont, Plínio Pompeu, Crisóstomo de Oliveira, Martins e Silva, Paula Soares, Martins Veras, Augusto do Amaral Peixoto e Aldemar Rocha Este grupo parlamentar defendia as liberdades constitucionais, como a liberdade de organização. Afirmava o fechamento da AIB, ou, por equidade, a suspensão da repressão à ANL (SILVA, 1969, p.261-262).

O ano de 1935 registrou inúmeros momentos de instabilidade para o governo Vargas. No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha levou toda a bancada para a oposição ao governo, ressentido de não ter o reconhecimento de Vargas na ocasião em que este se manteve fiel às forças federais contra a ofensiva paulista de 1932. As oligarquias gaúchas tentavam arregimentar os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro contra Vargas (VIANNA, 2011, p.200).

---

<sup>151</sup> Após os acontecimentos de 1935, Octávio da Silveira retornou à carreira política no Partido Comunista Brasileiro, como candidato à deputado federal. Entretanto, não se elegeu, sendo expulso do partido em 1946 (MONTEIRO, 2013, p.50)

Em São Paulo, Armando de Salles Oliveira foi eleito governador com amplo apoio das oligarquias políticas e das classes economicamente dominantes, que exerciam o seu domínio no comércio e na indústria.

A maior crise do ano foi manifestada em novembro. Com a eclosão do conflito no Rio Grande do Norte, o interventor Mário Câmara, antes perseguido por opositores, aliou-se a eles para combater o “perigo comunista”. No entanto, o levante de Natal foi uma sublevação de cabos, sargentos, operários e funcionários públicos, que não faziam ideia do comunismo (SILVA, 1969, p.279-280). A ação da ANL remetia-se aos ideais tenentistas, resgatando os anseios populares da Revolução de 1930.

Com o decreto que instituiu o Estado de Sítio, a repressão ao movimento aliancista foi severa. Felinto Muller e o Capitão Miranda Correia foram treinados na Gestapo, incorporando métodos nazistas para o “combate ao comunismo” (SILVA, 1969, p.307). Houve uma infiltração de espiões treinados na Gestapo dentro do PCB para denunciar os levantes em andamento (SILVA, 1969). O jornal francês L’Humanité declarou que cerca de 17 mil militantes foram presos após as repressões à ANL (LEVINE, 1980).

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa tese, analisamos como ocorreu a formação de oligarquias dissidentes na Primeira República e como a crise dos anos 1920 foi decisiva para o desencadeamento da Revolução de 1930. Nosso foco foi centrado na movimentação de atores e partidos envolvidos no campo político paranaense nesse contexto.

Com a Revolução de 1930, houve uma redefinição da estrutura de poder. O executivo passou a ser centralizado na esfera federal e o legislativo foi extinto provisoriamente. Com o código dos interventores, o governo central passou a controlar todos os estados.

Consideramos a Revolução de 1930 como um momento de modernização conservadora. Esse fato histórico marcou um ponto de inflexão em relação ao jogo político anterior, caracterizado por um liberalismo frágil, por uma falsa democracia e por privilegiamento de interesses sociais dos setores oligárquicos hegemônicos.

A Revolução de 1930 também apresentou um aspecto conservador, no qual antigos grupos reconfiguraram seus capitais para firmarem-se no jogo político com novas ideologias e organizações partidárias.

Parte da historiografia do Paraná tenta silenciar as estruturas de poder e as formas de dominação presentes na sociedade paranaense ao longo dos séculos. Reagindo criticamente a esta interpretação, Ricardo Costa de Oliveira cita um dos expoentes do discurso dominante de “terra sem passado”. Trata-se do professor Brasil Pinheiro Machado, que chegou a afirmar que o Paraná era “uma terra sem especificidade, uma terra sem história” (OLIVEIRA, 2003, p.33).

As lacunas deixadas pelas narrativas que minimizam a importância política do contexto da Revolução de 1930 no Paraná ainda precisam ser preenchidas com pesquisas que se dediquem à problemática com mais profundidade. Esta tese procurou identificar quais foram os principais grupos e organizações oligárquicas que não se sentiam contempladas pelo jogo político hegemônico na última década da Primeira República, e as suas formas de atuação. Analisamos a tendência dos grupos empresariais envolvidos com a erva-mate em vincularem-se às organizações de classe e aos partidos políticos que direcionavam seus programas às propostas que questionavam o predomínio exclusivo das oligarquias hegemônicas. Nesse sentido, a Associação Comercial do Paraná, analisada a partir da composição da sua diretoria, está relacionada ao Partido Democrático



Paranaense. Os principais nomes dessas agremiações eram David Carneiro e João Guilherme Guimarães. As oligarquias dissidentes ganharam força a partir dessas organizações. Um momento de notável união entre as forças oligárquicas dissidentes e o protesto tenentista dos anos 1920 foi a formação da Aliança Liberal do Paraná. Embora os aliancistas tenham sido derrotados nas eleições de 1930, com o registro de uma massiva votação de Júlio Prestes no Paraná, o processo desenrolado entre março e outubro de 1930 pelos atores políticos locais foi de extrema importância para o sucesso da Revolução de 1930. As oligarquias dissidentes, aliadas ao tenentismo revolucionário, passaram a ocupar o aparelho estatal com protagonismo na interventoria federal de Mário Tourinho.

No entanto, o negligenciamento da análise sobre as disputas políticas e os grupos sociais em conflito chegou ao ponto de afirmar que o Paraná não possuía oligarquias. Na comparação com o estado de Santa Catarina, Brasil Pinheiro Machado (1989, p.10) afirmou que as oligarquias catarinenses, compostas pelos clãs Ramos e Konder-Borhausen, eram institucionalmente fortes e organizadas. Elas resistiram a todo o período getuliano. Na interpretação de Machado, esse fenômeno não ocorreu no Paraná: “A oligarquia dos Camargo, que era da Velha República, tinha sido dissolvida completamente, assim como a dos Munhoz da Rocha, que também fazia parte do Camarguismo” (MACHADO, 1989, p.11).

Para a análise das ações desses atores, nos detemos aos períodos dos governos de Mário Tourinho (1930-1931) e de Manoel Ribas (1932-1935). Esses anos foram atravessados pela criação do Conselho Consultivo e pelos regimes de interventorias federais. Para analisar o poder executivo estadual, investigamos as equipes de secretários desses governos, bem como os componentes do Conselho Consultivo. Com o Código Eleitoral de 1932, estavam previstas as eleições legislativas para a escolha da Constituinte. Através da realização desses pleitos, investigamos o perfil dos deputados federais e estaduais eleitos em 1933, 1934 e 1935. Assim, obtivemos um panorama geral da classe política paranaense no período democrático do governo Vargas, identificando suas lutas, disputas e ideologias. Identificamos que as oligarquias se mantiveram no poder após o movimento revolucionário, especialmente aquelas atreladas às organizações dissidentes.

As antigas oligarquias hegemônicas reconstruíram os seus capitais com o passar dos anos, adaptando-se à nova lógica do jogo político. Não é possível indicar a “dissolução completa” das oligarquias no Paraná, ao contrário, observa-se um movimento de mudanças que conservaram o poder da classe dominante tradicional no estado.

A abordagem reducionista, atrelada aos discursos comprometidos com uma historiografia que privilegia as narrativas produzidas pela classe dominante tradicional paranaense, prefere ocultar a existência de oligarquias na Primeira República e no período pós-1930.

Nesse sentido, investigamos as reconversões das oligarquias no período pós-1930. Elas existiam na Primeira República e mantiveram-se no poder após o movimento de outubro. A diferença entre os dois períodos reside na mudança das lógicas do jogo político, agora centralizado no governo federal. Os agentes locais precisavam equacionar suas disputas no interior da política paranaense, ao mesmo tempo em que prestavam contas ao executivo federal, especialmente na liderança de Vargas e seus ministros.

Outra novidade posta ao campo político corresponde ao incremento dos capitais políticos dos militares e membros do chamado “tenentismo revolucionário”, algo que foi decisivo para provocar crises ou impulsionar a estabilidade das interventorias.

Esta tese possuiu como recorte sócio-histórico a formação das oligarquias dissidentes e sua ação na década de 1920 e a configuração do jogo de poder político-partidário nos anos democráticos da Era Vargas. Eles correspondem ao período do Governo Provisório (1930-1934) e ao período do Governo Constitucional (1934-1937). Novos atores foram incorporados ao jogo político pós-1930, entre eles os membros do chamado “tenentismo revolucionário”. Na análise das duas interventorias atravessadas por esse período, assinalamos que tanto Mário Tourinho como Manoel Ribas precisavam de uma boa relação com esses agentes, pois eles eram os responsáveis ora pela estabilidade, ora pelo movimento de crise instaurada para depor o interventor. As relações entre esses agentes e o Governo Federal ocorriam sem o intermédio da interventoria no estado, através de conexões diretas com o gabinete de Vargas e com o Ministério da Justiça. Essa lógica fazia parte do processo de centralização, afetando o jogo político nos estados. Nesta tese, pretendeu-se articular as práticas dos agentes políticos com o processo de modernização conservadora que caracteriza a Revolução de 1930. Este movimento tem importância crucial na sociedade e na política brasileira, marcando um “divisor de águas” na história republicana, especificamente no que se refere à centralização e à modernização política e administrativa que tornaram possíveis o fim da política estritamente local a nível dos estados, fazendo com que as classes dominantes locais se adaptassem à nova ordem institucional. O foco dessa pesquisa foi a análise do campo político paranaense no contexto desses fatos históricos.

Analisamos o campo político paranaense nos governos dos interventores Mário Tourinho e Manoel Ribas. O estudo dessas duas gestões se debruçou sobre os capitais dos agentes sociais envolvidos no contexto em questão, juntamente com os aspectos de conservação e mudança social.

Após o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo, todos os representantes do poder legislativo foram depostos e o parlamento foi fechado, juntamente com todos os partidos políticos existentes.

Com o cancelamento dos mecanismos tradicionais de representação política, “as antigas e novas oligarquias foram absorvidas ou encurraladas num sistema que tinha como fulcro as interventorias, acopladas a órgãos burocráticos subordinados ao DASP” (SOUZA, 1976, p.86). Nos estados, o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) era subordinado ao Presidente da República. O chefe do governo controlava, portanto, o poder dos interventores e dos DASPs, aprimorando o controle e a centralização do poder.

No entanto, nosso recorte não correspondeu ao período do Estado Novo, pois a nossa investigação estava focada nas estratégias praticadas pelas oligarquias dissidentes em prol de mudanças no esquema político oligárquico da Primeira República. Com a vitória da Revolução de 1930, investigamos quais foram as movimentações e acontecimentos políticos decisivos para as reconversões das oligarquias e as ações dos “tenentes revolucionários”, elementos essenciais para a compreensão do contexto analisado.

Na análise das duas interventorias do período, percebemos a instabilidade permanente no governo de Mário Tourinho, que resultou na sua queda, e a manutenção de Manoel Ribas a frente do executivo paranaense por um longo período, a despeito das crises atravessadas pela sua gestão.

Destacamos que a figura política de Manoel Ribas se construiu a partir do alinhamento com Getúlio Vargas e o governo federal em diversos momentos, da Revolta Paulista de 1932 à organização do PSD no Paraná. Ribas estabeleceu alianças com agentes políticos da classe dominante tradicional (na qual ele mesmo era um membro), ao mesmo tempo em que articulava relações com o tenentismo revolucionário. Seu mandato também foi atravessado pelo acirramento do debate ideológico em torno de duas organizações em ascensão (a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira), cujos membros estavam imersos no recém-criado sistema político pluripartidário. Diante desse cenário, Ribas manteve o seu alinhamento com Vargas,

neutralizou oposições, trabalhou pela hegemonia do PSD nas eleições e construiu os alicerces para manter-se no poder ao longo do Estado Novo, proeza alcançada apenas por outros dois interventores na Era Vargas (Punaro Bley, no Espírito Santo e Pedro Ludovico Teixeira, em Goiás).

Manoel Ribas permaneceu no cargo de interventor devido à sua astúcia política, algo que se aproxima da “profissionalização da política” incrementada no Brasil a partir da década de 1930. Esse agente soube ler as “regras do jogo” e se adaptar às lógicas de funcionamento do campo político nacional e local.

O estudo da Revolução de 1930 nos estados é de suma importância para a compreensão da política republicana, avaliando a sua trajetória a partir da identificação de avanços e permanências registrados. Esta tese procurou desvendar o campo político paranaense nesse contexto, marcado pela incorporação de diferentes atores e grupos sociais no jogo do poder e pela tentativa do estabelecimento de uma moderna democracia, caracterizada pela organização partidos políticos e pela realização de eleições não manipuladas. Esse modelo contrasta com a Primeira República e as suas práticas elitistas, excludentes, regionalistas, fraudulentas e não abertas às demandas de diversos grupos sociais e ideologias em ascensão. Ainda que o processo político pós-1930 não tenha eliminado essas práticas, a abertura da política brasileira às demandas sociais foi efetivada a partir do movimento revolucionário, e os seus reflexos são percebidos até os dias de hoje.

## 9. REFERÊNCIAS

ALEP. Conheça os deputados. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/conheca>. Acesso em 25.jan.2020.

ALVES, Alessandro Cavassin. A Província do Paraná (1853-1889): A classe política. A Parentela no Governo. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2014.

ALVES, Luiz Fellipe; CAVANNA, Federico Alvez. Integralismo e Ação em Paranaguá (1932-1938). In: Anais do XV Encontro Regional de História. Curitiba, UFPR, 26 a 29 de julho de 2016.

ALVES, Luiz Antônio. A grande nação: Tibiriçá. São Paulo, EST edições, 2003.

ANDRADE, Manoel Correia. A Revolução de 30: Da República Velha ao Estado Novo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

ARAÚJO, Cleiton dos Santos. Matrizes do pensamento político autoritário no Brasil republicano: 1889-1964. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília, 2006.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte e a participação das mulheres na política. Estudos Avançados, v.17, n. 49, pp 133-150. 2003.

ATHAIDES, Rafael. As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos. Tese. Doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2012.

ATHAIDES, Rafael. Um jornal fascista se olha no espelho: a imagem social do Integralismo no jornal A Razão (Curitiba, 1935). In: Anais do VI Congresso Internacional de História. 25 a 27 de setembro de 2013.

ATLAS FGV. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/>. Acesso em 25.jan.2020.

AUTORIDADES. Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades\\_PR/GOIndPR902\\_918-Benjamin\\_Lins.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/GOIndPR902_918-Benjamin_Lins.htm). Acesso em 10 abr.2018

AXT, Gunter. O Governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p. 119-139.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961- 1964). São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964). São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.45, p. 89-100, 2012.

BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República: de 1889 a 1930. São Paulo: Alfa Ômega, 1997.

BASBAUM, Leôncio. História sincera da república: de 1930 a 1960. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

BERTAUX, Daniel. Destinos pessoais e estrutura de classe: Para uma crítica da antroponomia política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BEVILAQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife: edição comemorativa do sesquicentenário da instauração dos cursos jurídicos no Brasil, 1827-1977. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1977.

BIOBIBLIOGRAFIA. Academia Paranaense de Letras: Organizado por Túlio Vargas, Valério Hoerner Júnior, Wilson Bóia. - ed. rev. por Albino Freire, Ernani Buchmann e Valério Hoerner Júnior. Curitiba: Academia Paranaense de Letras, 2011

BONDARIK, Roberto. Confrontos armados da Revolução de 1930 no Paraná: o combate de Quatiguá. IV Congresso Internacional de História, 9 a 11 de setembro de 2009, Maringá, Paraná, pp.1413-1422.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e muitos desenganos. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

BOURDIEU, Pierre. "O campo político". In Revista Brasileira de Ciência Política, nº5, Brasília, jan-jul de 2011, pp.193-216.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Lisboa, DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: A revolução de 30: Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

CAMPOS, Francisco. “Diretrizes do Estado Nacional”. In: CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional e outros ensaios. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CANÊDO, Leticia Bicalho de. Caminhos da Memória: Parentesco e Poder. Textos de História. Vol.2, nº3, 1994, pp.85-122.

CARNEIRO, David. Fismas Estruturais da Economia do Paraná. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.

CARNEIRO, David. Perfil histórico da Associação Comercial do Paraná e Galeria dos Presidentes. Curitiba: Reproset, 1981.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. História biográfica da república no Paraná. Curitiba: BANESTADO, 1994.

CARNEIRO, Newton. Um precursor da justiça social: David Carneiro e a economia Paranaense. Curitiba, 1965.

CARONE, Edgard. A Segunda República (1930-1937). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CARONE, Edgard. O Tenentismo: acontecimentos- personagens- programas. São Paulo: DIFEL, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. São Paulo: Todavia, 2019.

CASA CIVIL. Manoel de Alencar Guimarães. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45> . Acesso em 12 abr.2018.

CASA CIVIL. Vicente Machado da Silva Lima. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36> . Acesso em 12 abr.2018.

CASALECCHI, José Ênio. O Partido Republicano Paulista: Política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CELLARD, André. “A análise documental”. In: POUPART, Jean; etall; A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CELLARD, André. “A análise documental”. In: POUPART, Jean; etalli; A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CLUB LITTERARIO. Relatório do Presidente do Club Litterario de Paranaguá commendador João Guilherme Guimarães, lido em sessão de posse a 1º de janeiro de 1912. Paraná: Borio, 1912. 24 p.

COLLOR, Lindolpho. Manifesto da Aliança Liberal, redigido por Lindolfo Collor (20 abril 1930). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (orgs.). Textos Políticos da História do Brasil (Volume 4). Brasília: Senado Federal, 2002.

CORRÊA, Amélia Siegel. “Imprensa e política: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX”. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006.

CORREIA, Manuel Francisco Ferreira. Estado do Paraná em 1920. Curitiba: A. Guimarães, 1920.

CORRÊIA, Amélia Siegel. Imprensa e Política no Paraná: uma prosopografia dos redatores republicanos. Clio- Revista de Pesquisa Histórica, n. 24, 2006

COSTA, Odah Regina Guimarães . Ação empresarial do Barão do Serro Azul. Curitiba: Grafipar, 1981.

COSTA, Samuel Guimarães da. A erva-mate. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

COSTA, Samuel Guimarães da. História Política da Assembléia Legislativa do Paraná. Volume I. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994.

COSTAGUTA, Gabriel Duarte. Corporativismo(s) entre luzes e sombras: Perspectivas de um debate sociopolítico no horizonte brasileiro dos anos 1930/37. Dissertação. Mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2019.

CPDOC FGV. Dossiê A Era Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>. Acesso em 17.mar.2020.

CPDOC FGV. Verbete Antônio Carlos. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-ribeiro-de-andrada-1>. Acesso em 01.mar.2020.

CPDOC FGV. Verbete Artur Bernardes. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-silva-bernardes>. Acesso em 01.mar.2020.

CPDOC FGV. Verbete Euclides Figueiredo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/euclides-de-oliveira-figueiredo>. Acesso em 18.fev.2021.

CPDOC FGV. Verbete Francisco Campos. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-luis-da-silva-campos> . Acesso em 17.mar.2020.

CPDOC FGV. Verbete Juarez Távora. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juarez-do-nascimento-fernandes-tavora> . Acesso em 17.mar.2020.



CPDOC FGV. Verbete Lindolfo Collor. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lindolfo-leopoldo-boekel-collor>. Acesso em 17.mar.2020.

CPDOC FGV. Verbete Osvaldo Aranha. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-euclides-de-sousa-aranha> . Acesso em 03.mai.2020.

CPOR Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.cporpa.eb.mil.br/index.php/patrono>>. Acesso em 26.nov.2020.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. A república dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite paranaense (1930-1947). Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

DECCA, Edgar Salvadori de. 1930: O silêncio dos vencidos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KÉRISIT, Michele. “O delineamento de pesquisa qualitativa”. In: POUPART, Jean; etalli; A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

DHBB CPDOC FGV. Verbete Afrânio de Melo Franco. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-afranio-de-melo> Acesso em 17.mar.2020.

DHBB CPDOC FGV. Verbete Assis Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>. Acesso em 30.nov.2018. Verbete assinado por Regina da Luz Moreira.

DHBB CPDOC FGV. Verbete Isaías de Noronha. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-isaias-de-noronha> . Acesso em 17.mar.2020.

DHBB CPDOC FGV. Verbete José Maria Whitaker. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/whitaker-jose-maria>. Acesso em 17.mar.2020.

DHBB CPDOC FGV. Verbete Leite de Castro. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-fernandes-leite-de-castro> . Acesso em 17.mar.2020.

DIAS, Emerson dos Santos. Os registros fotográficos do movimento tenentista em Foz do Iguaçu (1924-1925). Anais do III Encontro Nacional de Estudos da Imagem, Londrina-PR, 03 a 06 de maio de 2011.

DICIONÁRIO CPDOC FGV. Verbete Antônio Augusto de Carvalho Chaves. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-augusto-de-carvalho-chaves>. Acesso em 12 abr.2018.

DICIONÁRIO CPDOC FGV. Verbete Antônio Jorge Machado Lima. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-antonio-jorge-machado> Acesso em 12 abr.2018.

DONATO, Hernâni. História da Revolução Constitucionalista de 1932: comemorando os 70 anos do evento. São Paulo: IBRASA, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DULLES, John Foster. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Boris. (orgs.), O Brasil republicano. (vol. 2). (Coleção: História Geral da Civilização Brasileira). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: Historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FGV. CPDOC. A Revolução de 1930 e seus antecedentes. Coletânea de Fotografias organizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Gênese Regional da Revolução de 1930. Estudos Econômicos, São Paulo, v.29, n.1, 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. Trabalho apresentado em 2004 na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD13\\_2004\\_fonseca.pdf](https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD13_2004_fonseca.pdf). Acesso em 28.abr.2020.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precursores do desenvolvimentismo no Brasil. Artigo publicado na Revista Pesquisa e Debate, vol.15, n.2,pp. 225-256, 2004.

FONTANA, Francisco Fernando. Desvendando Manoel Ribas: o homem, a obra, o mito. Curitiba: SESC PR, 2015.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930). São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1978.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Revolução de 30. In: UFRGS (org.). Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: Erus, 1983.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1974.

FRANCO, André Luiz dos Santos. As armas de outubro: militares e políticos no movimento belicista de 1930 no Sul do Brasil. Dissertação. Mestrado em História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2010.

FRANCO, Virgílio de Melo. Outubro, 1930. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FUNDADORES do Graciosa Country Club. Disponível em: <http://www.graciosa.com.br/sobre/fundadores/>. Acesso em 08.abr.2018.

GAZETA DO POVO. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90-anos/independencia/meu-pai-foi-severo-mas-generoso-beaoayfw1e3sjk08j1i5rc5q>. Acesso em 10 abr.2018.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano, vol.10: Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro; ABREU, Martha. Apresentação In: A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. Revista Tempo-UFF, 19 (35): 1-14, 2009.

GOMES, Sandro Aramis Richter. Composição social e desempenho eleitoral de uma agremiação oposicionista na Primeira República: o caso do Partido Autonomista (Estado do Paraná, 1919-1921). Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.178-215, 2019.

GOMES, Sandro Aramis Richter. Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (Paraná, c.1853-c.1926). Tese. Doutorado em História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2017.

GOMES, Sandro Aramis Richter. Transição política e formação de um partido estadual de oposição: a composição social do núcleo dirigente e o desempenho eleitoral da União Republicana (Estado do Paraná, 1890-1895). Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, 2020.

GORENDER, Jacob. A burguesia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. A dança das cadeiras: Análise do Jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa paranaense (1889-1930). Tese. Doutorado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Coronelismo e poder local no Paraná, 1880-1930. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *Sagy Naked, uma tragédia anunciada: a violência política em Prudentópolis de 1930*. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (orgs). *Família, política e etnicidade*. São Paulo: Liberars, 2020.

GRANATO, Natália Cristina. *O Partido Democrático Paranaense de 1927 a 1930: um estudo dos capitais familiares e sociais de seus dirigentes*. REVISTA NEP - NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES DA UFPR, v. 4, p. 36, 2018.

GRANATO, Natália Cristina. *O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes*. Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

GRANATO, Natália Cristina. *O Poder Legislativo Paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo dos capitais familiares e políticos dos deputados federais e estaduais (1930-1937)*. REVISTA NEP - NÚCLEO DE ESTUDOS PARANAENSES DA UFPR, v. 5, p. 1-39, 2019.

GRANATO, Natália Cristina. *Os senadores do Paraná no contexto da Revolução de 1930: capitais políticos e familiares*. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.1, p. 46-63, maio 2017.

GRUNER, Clóvis. *Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da Belle Époque*. Revista de História Regional 14(1): 76-104, Verão, 2009.

HELLER, Milton Ivan. *De Catanduvas ao Oiapoque: o martírio de rebeldes sem causa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

HELM, Cecília Maria Vieira. *José Rodrigues Vieira Netto: A vida e o trabalho de um grande mestre*. Curitiba: OAB Paraná, 2013.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 29/09/16.

HERNANDEZ, Leila. *Aliança Nacional Libertadora: Ideologia e Ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

HISTEDBR UNICAMP. *Verbete Reforma Educacional Francisco Campos, de 1931*. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_reforma\\_francisco\\_campos\\_1931.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_reforma_francisco_campos_1931.htm). Acesso em 17.mar.2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, Octávio. 1965. *Processo Político e Desenvolvimento Econômico*. In IANNI, Octávio (org.). *Política e Revolução Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octávio. Processo Político e Desenvolvimento Econômico. In IANNI, Octávio (org.). Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IHGEP. Cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

JOÃO Guilherme Guimarães. Disponível em: <http://msinstituto.blogspot.com.br/2016/07/joao-guilherme-guimaraes.html> Acesso em 12 abr.2018.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos. Petrópolis: Vozes, 2017.

KAMINSKI, Henry Levi. Elites e parentesco no sistema judicial paranaense. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. Raposas e outsiders no futebol paranaense: um estudo sobre relações de poder e genealogia. Tese. Doutorado em Sociologia. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2016.

LAUERHASS JÚNIOR, Ludwig. Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVINE, Robert. O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEWIN, Linda. Politics and Parentela in Paraíba: A Case Study of Family-Based Oligarchy in Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. A verdade sobre a Revolução de Outubro-1930. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Notas sobre uma especificidade do mate paranaense no século XIX. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses-UFPR), Curitiba, v.3, n.2, p. 78-91, junho 2017.

LIMA, Valentina da Rocha. Getúlio: uma história oral. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LOVE, Joseph. A Revolução de 1930 e o Regionalismo Gaúcho. In: UFRGS (org.). Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: Erus, 1983..

LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro. (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014.

MACEDO, José Pereira; VARGAS, Túlio. O juiz integral: Edição comemorativa do centenário do desembargador Clotário de Macedo Portugal. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte e Associação dos Magistrados do Paraná, 1982.

- MACHADO, Brasil Pinheiro. Entrevista. In: IPARDES (org). Sobre política paranaense. Curitiba: IPARDES, 1989.
- MACHADO, Daiane Vaiz O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro. Dissertação. Mestrado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.
- MACIEL, Ottoni. Bastidores políticos. Minha atividade política. Subsídios para a história republicana no Paraná. Curitiba, 1925.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº87, jan./abr., 1996, p.131-148.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas. O integralismo na trajetória do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado na década de 30. In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo/ II Simpósio da LAHPS- Ideias e experiências autoritárias no Brasil contemporâneo. 10 a 13 de maio de 2010.
- MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 em Perspectiva: Estado, Estrutura de Poder e Processo Político. In: A revolução de 30: Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- MARTINS, Wilson. Entrevista. In: IPARDES (org). Sobre política paranaense. Curitiba: IPARDES, 1989.
- MAYER, Arno. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MAYER, Arno. Dinâmica da contra-revolução na Europa, 1870-1956: Uma estrutura analítica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MELLO, José Octávio de Arruda. A Revolução estatizada: Um estudo sobre a formação do centralismo em 30. João Pessoa: Fundação Guimarães Duque, 1984.
- MICELI, Sérgio. “Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris; GOMES, Ângela Maria (direção). História Geral da Civilização brasileira. Tomo 3: O Brasil republicano. Volume 10: Sociedade e Política, (capítulo 11). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MILLS, Charles Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MONTEIRO, Cláudia. Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947). Tese. Doutorado em História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013.
- MONTEIRO, José Marciano. A Política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, 2016.
- MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? Pensamento Plural. Pelotas, nº14, jan-jun.2014, pp.11-21.

MONTEIRO, Nilson. Pedacos de muita vida: a história dos 122 anos da Associação Comercial do Paraná. Curitiba: Edições do autor, 2012.

MOORE JÚNIOR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Martins Fontes, 1975.

MORAES, Francisco Quartim de. O Levante de 1932: Fatores econômicos e políticos. Dissertação. Mestrado em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

MUNIZ, Heitor. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. In: Estudos Avançados, 33 (96), 2019.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 1º. Curitiba: Impressora Paranaense, 1926.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 2º. Curitiba: Impressora Paranaense, 1927.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 3º. Curitiba: Impressora Paranaense, 1928.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 4º. Curitiba: Impressora Paranaense, 1929.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 5º. Curitiba: Impressora Paranaense, 1946.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 6º. Curitiba: Impressora Paranaense, 1950.

NICOLAS, Maria. 130 anos de vida parlamentar paranaense: 1854-1984. Curitiba: Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, 1984.

NICOLAS, Maria. Cem Anos de Vida Parlamentar. deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

NICOLAS, Maria. O Paraná na Câmara dos deputados (1853-1977). Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1977.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. Ideais e lutas de um burguês progressista: A guerra cívica- 4º volume: Resistência Indômita. 2º tomo- mobilização épica. São Paulo: Usina Açucareira Ester S/A, 1981.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. Sociologias [online]. 2007, n.18, pp.150-169.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Na teia do nepotismo. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). A Construção do Paraná Moderno:

Políticos e Política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. Revista de Sociologia e Política, nº9, 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Terra, cultura e poder: a arqueologia de um estado. Curitiba, 1 a 5 de dezembro de 2003. Cadernos Paraná da Gente, nº4.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Jânio Quadros: genealogia e conexões paranaenses. Revista NEP, Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.4, n.2, dez.2018.

ORTIZ, Renato. “A procura de uma sociologia da prática”. In BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu: sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

PARANÁ. Diário Oficial do Estado. Curitiba, 14 de Outubro de 1930. Ano I, Vol.I.

PARANÁ. Relatório apresentado a sua excelência, o sr. Dr. Getúlio Vargas, m.d. Presidente da República, pelo Sr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1940. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano\\_1932\\_1939\\_MFN\\_825.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1932_1939_MFN_825.pdf). Acesso em 08.set.2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. História do Poder Judiciário no Paraná. Curitiba: Ind. Gráfica Serena, 1982.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREIRA, José Carlos. Formação industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Hucitec, 1984.

PIERUCCINI, Maria Cristina. Os Rocha Loures: uma família paranaense em 300 anos de história. Curitiba: Posigraf, 1995.

PILOTO, Valfrido. Quando o Paraná se levantou como uma Nação. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982.

PIRES, Murilo José de Souza. As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro-sul de Goiás. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Campinas: Unicamp, 2008.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, vol.40, nº 3, julho-setembro de 2009, pp.411-424.

POULANTZAS, Nicos. “As classes sociais”. Estudos CEBRAP, nº 3, 1973, pp.6-39. Disponível em:



[http://www.cebrap.org.br/v2/files/uplod/biblioteca\\_virtual/as\\_classes\\_sociais.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/uplod/biblioteca_virtual/as_classes_sociais.pdf). Acesso em 08.abr.2018.

POULANTZAS, Nicos. A noção de Estado em Marx. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. *Política & Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto de Maio (29 Maio de 1930). In: BASTOS, Abgaur. *Prestes e a Revolução Social: fatos políticos, condições sociais e causas econômicas de uma fase revolucionária do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

RODRIGUES, João Paulo. *O Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*. Tese. Doutorado em História. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2009.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SAES, Décio. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T.A Queiroz, 1989.

SAES, Décio. *Democracia e capitalismo no Brasil: balanços e perspectivas*. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.6 e 7, p.129-147, jun/nov.1996.

SAINT-MARTIN, Monique de. *Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França*. Tomo. São Cristóvão, Sergipe, n°13, jul./dez. 2008, pp.43-73.

SAINT-MARTIN, Monique de. *Reconversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França*. *Análise Social*, vol XXX (134), 1995, pp.1023-1039.

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do Tenentismo*. 3° ed. São Paulo: Alfa-Ômega,

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Moraes. *Poder e intervenção estatal: Paraíba, 1930-1940*. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

SCHMIDT, Walter Werner; FRANCO JR, Adolpho de Oliveira. *Adolpho de Oliveira Franco- Advogado do Paraná*. Curitiba: W.A Editores Ltda, 2013.

SENADO FEDERAL. *Publicação e Documentação. Anais da República*. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/RP\\_AnaisRepublica.asp](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/RP_AnaisRepublica.asp). Acesso em 04/10/16

- SILVA, Hélio. 1930: A Revolução Traída. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972a.
- SILVA, Hélio. 1931: Os tenentes no poder (O ciclo de Vargas- volume IV). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972b.
- SILVA, Hélio. 1932: A guerra paulista (O ciclo de Vargas- volume IV). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SILVA, Hélio. 1933: A crise do tenentismo (O ciclo de Vargas- volume VI). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SILVA, Hélio. 1935: A revolta vermelha (O ciclo Vargas- Volume VIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SILVA, Hélio. O fim da Primeira República: 1927-1930. São Paulo: Editora Três, 2004.
- SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1935. Revista de Sociologia e Política, v.23, n.56, p.75-106, dez. 2015.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SODRÉ, Nelson Werneck. O Tenentismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O Processo Político-Partidário na Primeira República". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo: DIFEL, 2001.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política [online], 2011, vol.19, n.39, pp.115-137.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, vol.19, n.39, 2011
- TJ PARANÁ. Des. Benjamin Américo de Freitas Pessoa. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-benjamin-americo-de-freitas-pessoa/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-benjamin-americo-de-freitas-pessoa/397262?inheritRedirect=false) Acesso em 10 abr.2018
- TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Toiro Passante (Volume III: Tempo de República Velha). Curitiba: Gráfica Editora Rocha Ltda, 1990.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira; LEMOS, Higino de Barros. O cinquentenário da Revolução de Trinta no Paraná. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

TOURINHO, Luiz Carlos. Toiro Passante- Tempo de república getuliana- vol.IV. Curitiba: Litero Técnica, 1991.

VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 1935: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIANNA, Marly. Política e rebelião nos anos 30. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Universidade do mate: história da UFPR. Curitiba: Edição da APUFPR, 1983.

WEFFORT, Francisco. “Política de massas”. In IANNI, Octávio (org.). Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

WIRTH, John D. O Tenentismo na Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). Os militares e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YOUNG, Jordan. “Aspectos Militares da Revolução de 1930”. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). Os militares e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ZICMAN, Renné Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. In Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados de História. Vol.4, 1985, pp.89-102.

#### Fontes jornalísticas

A GRÉVE dos conductores de vehiculos. O Dia. Curitiba, 26.set.1923.

À MARGEM do Natal entre os operários do sr. David Carneiro. O Dia. Curitiba, 25.dez.1923.

A POSSE solemne da nova directoria da Associação Commercial. O Dia. Curitiba, 15.jul.1923.

A SITUAÇÃO do commercio no Paraná. O Dia, Curitiba, 25.mai.1924.

FALLANDO Claro. O Dia. Curitiba, 25.set.1923.

MANIFESTO- O Partido Democrático Paranaense ao Povo Paranaense. Diário da Tarde: Curitiba, 28.jan.1927.

MINORIAS e opposições. O Dia. Curitiba, 14.fev.1924.

- O BANQUETE ao presidente da Associação Commercial. O Dia, Curitiba, 03.mai.1924.
- O DESENVOLVIMENTO do programma da Associação Commercial do Paraná. O Dia. Curitiba, 12.dez.1923.
- O PROCESSO do sr. Lysimacho Costa. O Dia. Curitiba, 25.jan.1924.
- PALAVRAS do sr. David Carneiro ao “O Dia”. O Dia. Curitiba, 14, jul.1923.
- UMA HISTÓRIA em páginas tipografadas. Gazeta do Povo, Curitiba: 02 fev.2009. Reportagem de Mariana Sanchez. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90-anos/independencia/uma-historia-em-paginas-tipografadas-beaefc2diq53h5as1a6xpld8u> . Acesso em 07.abr.2018.
- O DIA. Desfazendo infâmias. 02.fev.1930, p.1.
- O DIA. O caso do sr.Ottoni Maciel com a Alliança Liberal. 04.jan.1930.
- O DIA. O manifesto do sr. Getúlio Vargas. 04.jun.1930, p.1.
- O DIA. Queremos é a prestação de contas. 08.jan.1930, p.1.
- O DIA. A Hora do Paraná: Nomes que valem por uma bandeira, por um programa. 05 de outubro de 1930, p.1.
- O DIA. O Brasil reintegra-se no regimen da moralidade republicana. 07 de outubro de 1930, p.1
- O DIA. Boletim do 9º R.A.M no dia 05 de outubro. 07 de outubro de 1930, p.3.
- O DIA. E a confiança ilimitada do povo nos salvadores da dignidade paranaense. 09 de outubro de 1930, p.1
- O DIA. O desvio dos guardas civis em serviços particulares. 09 de outubro de 1930, p.1.
- O DIA. E o sr. Affonso Camargo? Por onde andará o ex-presidente do Estado? 09 de outubro de 1930, p.1.
- O DIA. Vinte de outubro. 20 de outubro de 1930, p.1.
- O DIA. O General Getúlio Vargas no Convívio da Capital Paranaense. 21 de outubro de 1930, p.1
- O DIA. O festival de ontem em beneficio dos soldados da revolução. 21 de outubro de 1930, p.4.
- O DIA. A homenagem da Universidade do Paraná ao generalíssimo da Revolução. 22 de outubro de 1930, p.2.
- O DIA. Os presos políticos. 30 de outubro de 1930, p.1.
- O DIA. O Rio Grande do Sul heróico homenageia o Paraná. 09 de novembro de 1930, p.1.
- O DIA. Apresentando-se a polícia. 12 de novembro de 1930, p.1.
- O DIA. A extinção do filhotismo político. 13 de novembro de 1930, p.1.

O DIA. Os escândalos do governo camarguino: inacreditáveis patifarias nas célebres compras de terras devolutas. 14 de novembro de 1930, p.1.

O DIA. O Sr. Affonso Camargo, desiludido do Paraná, embarcou para o Rio. 23 de novembro de 1930, p.1.

O DIA. Legião Revolucionária. 24 de novembro de 1930, p.1.

O DIA. O caso de Piraquara. 29 de novembro de 1930, p.1.

O DIA. A organização do operariado em sindicatos de classes. 04 de dezembro de 1930, p.1.

O DIA. A história da Revolução contada por Oswaldo Aranha. 09.dez.1930, p.1.

O DIA, Decretos do General Interventor Federal no Paraná, 12.dez.1930, p.2

O DIA. A voz de carregar. 18.jan.1931, p.1.

O DIA. Ainda o problema do mate. 06.jan.1931, p.1

O DIA. O Ressurgimento das indústrias paranaenses. 10.jan.1931, p.1

O DIA. Argentinos e brasileiros irmanam-se no estudo de um problema de interesse recíproco. 10.jan.1931, p.1

O DIA. O problema do mate. 13.jan.1931, p.1

O DIA. Os interesses do Paraná têm defensores de pulso. 16.jan.1931, p.1

O DIA. Revolucionários do Paraná. 17.jan.1931, p.1

O DIA. Nós e os outros estados. 23.jan.1931, p.1

O DIA. O tribunal especial e o caso do Paraná. 09.jan.1931, p.1

O DIA. A junta de sanções no Paraná. 08.abr.1931, p.1

O DIA. A interventoria do Paraná, 14.abr.1931, p.1

O DIA. O governo central cera de prestígio a administração Mário Tourinho. 22.abr.1931, p.1

O DIA. Paralelo Honroso. 24 mar.1931, p.1

O DIA. Congresso de Revolucionários do Paraná, 15.jan.1931, p.1

O DIA. Congresso Revolucionário do Paraná: Eleições da mesa e comissões. 22.jan.1931, p.2

O DIA. Com vistas ao sr. General Interventor. 25.fev.1931, p.2

O DIA. Grande Reunião Política. 05.fev.1931, p.1

O DIA. O primeiro grito de oposição. 17.mar.1931, p.2

O DIA. Tranquelize-se o Paraná: liberto pelas suas próprias mãos, continuará a ser governado pelos seus próprios filhos. 04.mar.1931, p.1

- O DIA. O novo chefe de polícia. 05.mar.1931, p.1
- O DIA. A guarnição militar do Paraná declara ao sr. Getúlio Vargas que apoia o governo Tourinho. 10.mar.1931, p.2
- O DIA. O Major Plínio Tourinho deixou a chefia do Estado Maior da Região. 13.mar.1931, p.2
- O DIA. O ministro Collor na terra paranaense 13.mar.1931, p.2
- O DIA. A legião paranaense e o ministro Osvaldo Aranha. 25.jun.1931, p.8
- O DIA. Cartas na mesa. 09.jul.1931, p.1
- O DIA. A pacificação violenta dos arraiais revolucionários. 10.jul.1931, p.1
- O DIA. O caso do Paraná. 29.jul.1931. p.1
- O DIA. A grande homenagem que hoje será prestada ao Gal. Mário Tourinho e ao Cel. Plinio Tourinho. 01.ago.1931, p.1
- O DIA. As manifestações de ontem. 02.ago.1931, p.1
- O DIA. Legião Paranaense- Comunicado da secretaria geral. 15.ago.1931, p.4
- O DIA. O Plano financeiro do governo do Estado. 02.ago.1931, p.1
- O DIA. A sessão plenária do PLP. 16.ago.1931, p.2
- O DIA. Organiza-se o Partido Liberal Paranaense. 16.ago.1931, p.2
- O DIA. Caso do Paraná? Não, equivoco... 30.ago.1931, p.1
- O DIA. É o Paraná quem exige! 01.set.1931, p.1
- O DIA. Limites ao espírito revolucionário. 03.set.1931, p.1
- O DIA. Conselho Consultivo. 28.out.1931, p.1
- O DIA. Quais os membros do Conselho Consultivo? 29.out.1931, p.1
- O DIA. O novo chefe de polícia do Paraná. 04.out.1931, p.1
- O DIA. Major Cícero Costard. 04.nov.1931, p.1
- O DIA. Associação Comercial. 04.nov.1931, p.1
- O DIA. Em memorável assembleia a Associação Comercial do Paraná deliberou sobre os problemas econômico-financeiros do Estado. 05.11.1931, p.1
- O DIA. A interventoria do Paraná. 10.nov.1931, p.1
- O DIA. Anuncia-se movimentada temporada política. 24.nov.1931, p.1
- O DIA. Demite-se da interventoria o general Mário Tourinho. 30.dez.1931, p.1
- O DIA. Os documentos da exoneração do sr. General Mário Tourinho. 03.jan.1932, p.1
- O DIA. A troca de telegramas entre o ex-interventor e o sr. Getúlio Vargas. Um relatório do ex-prefeito de Ponta Grossa, sr. Ernesto Vilella, sobre os acontecimentos daquela cidade. 03.jan.1932, p.1

O DIA. Radicalismo Perigoso...05.jan.1932, p.1

O DIA. Sensacional entrevista do general Maurício Cardoso sobre o telegrama passado ao sr. Getúlio Vargas pelo General Mário Tourinho. 08 jan.1932, p.1

O DIA. O capitão Ayrton Plaisant concede uma entrevista aos Diários Associados. 15.jan.1932, p.1

#### Fontes Documentais

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.01.24. Carta de João de Mendonça Lima a Getúlio Vargas solicitando a permanência de Plínio Tourinho no comando da 5ª Região Militar, sediada no Paraná. São Paulo (Vol. II/7).

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.08.29 Carta de Plínio Alves Monteiro Tourinho a Getúlio Vargas enviando telegrama de Mendonça Lima contendo informações sobre a situação política no Paraná e sobre a substituição do Interventor. Curitiba (Vol. III 35).

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.09.03. Abaixo-assinados a Getúlio Vargas e a Flores da Cunha solicitando a retirada do Interventor do Paraná. Curitiba (Vol. I/55 e 56).

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.10.06. Carta de João Alberto Lins de Barros a Getúlio Vargas enviando relatório sobre a situação política no Paraná, incluindo informações sobre a atuação do Interventor e seus auxiliares. Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.10.06.

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC. GVc1929.08.02/4. Carta de Getúlio Dornelles Vargas a João Neves comentando encontro com Artur Caetano e as informações que este lhe deu sobre a situação política, econômica e financeira de São Paulo, e sobre a possibilidade de apoio do Paraná. Porto Alegre.

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC. GVc1931.01.24. Carta de João de Mendonça Lima a Getúlio Vargas solicitando a permanência de Plinio Tourinho no comando da 5ª Região Militar, sediada no Paraná. São Paulo (Vol.II/7).

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC. GVc1931.08.29. Carta de Plínio Alves Monteiro Tourinho a Getúlio Vargas enviando telegrama de Mendonça Lima contendo informações sobre a situação política no Paraná e sobre a substituição do interventor.

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC. GVc1931.09.03. Abaixo-assinados a Getúlio Vargas e a Flores da Cunha solicitando a retirada do Interventor do Paraná.

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC. GVc1931.10.06. Carta de João Alberto Lins de Barros a Getúlio Vargas enviando relatório sobre a situação política no Paraná (...)

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC. GVc1931.10.08. Carta de Plínio Alves Monteiro Tourinho a Getúlio Vargas comentando a situação política do Paraná, afirmando que a

crise foi criada no Rio de Janeiro e informando que o interventor pedirá demissão. Curitiba (Vol.III/41).

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC. GVc1934.04.05. Correspondência sobre conspiração no exército, visando impedir as eleições presidenciais e constituinte, e a favor da implantação de uma ditadura militar.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC OA cp 1931.04.08/1. Telegrama de Mário Alves Monteiro Tourinho a Oswaldo Aranha sobre remessa de processos, com o envolvimento do ex-presidente do estado, Munhoz da Rocha. Curitiba.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA cp 1931.04.04/5. Carta de Francisco da Rocha Leite a Oswaldo Aranha denunciando que a maioria dos cargos políticos na cidade de São José da Boa Vista (PR) estavam sendo ocupados por contra-revolucionários. Jaguariaíva (PR).

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA cp 1931.05.07/1 Carta de Stoll Nogueira a Oswaldo Aranha sobre a situação política no Paraná, e sobre o enfraquecimento do Diretório Revolucionário, propiciando a ocasião para a instalação oficial da Legião de Outubro. Curitiba.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OAcp1930.12.4. Correspondência a Oswaldo Aranha, sobre a situação política do estado do Paraná, e sobre perseguições políticas e necessidade de reconstrução do estado. São Paulo.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC,. OA cp 1931.03.27/2 . Telegrama de José Kenitz Lima a Oswaldo Aranha sobre nomeações de partidários do antigo governo no Paraná. Chavantes (PR).

Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OA cp 1930.03.23 . Carta de Bráulio Barbosa Ferraz a Oswaldo Aranha, manifestando sua decepção pela atitude de Borges de Medeiros, e informando sobre movimentação militar em São Paulo, na fronteira com o Paraná. Cambará (PR).

Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OA cp 1931.11.13/1. Telegrama da Legião Paranaense a Oswaldo Aranha protestando contra as ameaças de que eram vítimas seus correligionários. Curitiba.

Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcp1931.06.24/5. Correspondência a Oswaldo Aranha, acerca da grave situação política no Estado do Paraná devido a atuação do interventor Mário Tourinho e familiares. Araranguá (SC), Porto Alegre.

Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcp1931.07.22. Telegrama de Manuel da Nóbrega a Oswaldo Aranha informando acerca das hostilidades promovidas por Mário Tourinho contra partidários da Legião Paranaense, e solicitando sua transferência da Guarnição do Paraná. Curitiba.

Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcp1931.07.26/7. Telegramas a Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha sobre o desembarque das forças armadas em Paranaguá, a fim de evitar manifestações pela memória de João Pessoa. Paranaguá, Curitiba (PR).



Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcp1931.07.28/7. Telegrama de Paulo Tacla a Oswaldo Aranha comunicando que a situação do Paraná caracteriza-se pelo grave problema econômico, e comentando que Humberto Molleta é o único paranaense capaz de solucionar o caso do Paraná. Curitiba.

Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcp1931.08.15/04. Carta de Antônio Sá a Oswaldo Aranha afirmando que no Paraná os inimigos da moralidade conservaram seus postos em detrimento dos verdadeiros revolucionários como o coronel Otoni Maciel. Mallet (PR).

## 10. APÊNDICES

### DOCUMENTO 1- MANIFESTO DE 1908, DE OTTONI MACIEL<sup>152</sup>

Aos meus concidadãos;

Em face dos graves acontecimentos políticos que afastaram, por meio de um verdadeiro golpe de estado, da cadeira presidencial o magistrado eleito para dirigir os destinos do Paraná, no quadriênio a iniciar-se, devo uma explicação aos meus patrícios, e, vou daí-a com inteira verdade, reconstituindo os factos, que em relação a minha candidatura a vice-presidência possam influir, mais tarde, nas investigações da história.

Pondo de parte qualquer preocupação de estilo e fina tecnologia que aprimora as belezas de nossa língua, começarei por afirmar, com a máxima lealdade, que jamais fez parte de minhas aspirações a elevada investidura, que pelo sufrágio dos paranaenses recebi no dia 20 de Outubro último, e que o Congresso do Estado, violando a lei, acaba de declarar nula e insubsistente.

Efetivamente, nesse eclipse formidável do dever, o estandarte da lei caiu por terra; a lealdade política e os deveres partidários rolaram ao peso de ambições inconfessáveis, não para salvar o direito em perigo, ou evitar a subversão do reglmen, como é bem de ver, mas para falsear a grandeza do sistema republicano e conspurcar a verdade eleitoral.

Ha quase perto de vinte anos que me encontro na atividade politica, e, apraz-me dizer-o, mercê de Deus, nunca me foi preciso solicitar uma sequer, das posições oficiais que ocupei no seio da sociedade que me acolhe, e, patriota animado do mais puro e sincero civismo, quer na vida pública, quer na vida particular, jamais. desviei-me do itinerário da honra, pautando meus atos sempre pela mais resoluta firmeza e enérgica independência. Servi ao meu partido como soldado trabalhador e dedicado, prestando-lhe o melhor concurso de minha atividade e inteligência. Isto posto, cabe-me dar os prodromos de minha eleição.

No dia 15 de setembro do ano passado tive uma missão política junto aos chefes governistas da cidade de Ponta Grossa, vindo de Curitiba, onde me achava em gozo de licença.

---

<sup>152</sup> A ortografia foi atualizada para as normas vigentes.

Enquanto dava cumprimento a comissão que me levava a bela cidade da vizinha comarca, na capital, alguns políticos se lembraram de indicar a minha candidatura, não fazendo parte desse movimento um só dos membros da minha família.

No meu regresso, logo depois que cheguei, fui procurado pelo ilustre coronel Theophilo Soares, que não só me informou do ocorrido, como ainda insistiu na justificativa de minha inclusão na chapa como candidato a 1º vice-presidente do Estado. Sem falsa modéstia declarei que não aceitava, compreendendo desde logo perfeitamente os inconvenientes todos dessa escolha, inclusive o que dizia respeito aos meus interesses particulares, o que na hipótese, era o de menor monta.

O coronel Luiz Xavier, senhor de minha confiança e da mais desinteressada estima, constituiu-se o arauto de minha candidatura e foi o seu mais aferrado defensor. Na reunião do diretório central já tudo estava preparado e o dr. João Candido, posto que inteiramente contrário, foi vencido, depois de acalorada discussão.

Eu estava tranquilo e não esperava semelhante resultado por isso fiquei verdadeiramente sucumbido quando fui inteirado da verdade, não por que tivesse o descortino preciso para prever, mas porque, modesto, nunca fascinei-me pelo poder, nem senti jamais deslumbramento pelas responsabilidades do governo.

À noite em um banquete na casa do meu velho e respeitável amigo monsenhor Alberto Gonçalves, dizia-me o altivo e ilustre Dr. Benjamin Pessoa:

“Meu caro, os fautores de sua candidatura não são seus amigos, por isso permita, sincero como sou, que não o felicite”. E o coronel Luiz Xavier, ouvindo, revoltou-se, travando forte discussão com o Dr. Pessoa. Esse fato teve assistentes e sem dúvida dele muitos se hão de lembrar.

Na manhã seguinte parti com a família para esta cidade e da estação de Araucária expedi os seguintes despachos telegráficos:

“Coronel Luiz Xavier;

Quanto mais penso tanto mais acredito não dever aceitar elevada investidura, que excede minha competência e aspirações. Rogo poupar-me penoso sacrificio”.

“Coronel Joaquim Monteiro;

Peço impedir minha candidatura. Não a desejo e sinto-me incapaz”.

“No mesmo dia, entretanto, a “Republica” publicava a chapa e eu tinha as seguintes respostas:

“Indicação vosso nome 1º vice-presidente representa fundadas e legítimas aspirações partido a que pertencemos e Justo reconhecimento vossa dedicação em prol do engrandecimento do Estado, que tanto vos deve e tanto espera do vosso patriotismo. É este o sentir do diretório central que neste momento represento. Cordeais saudações. Luiz Xavier”.

“Não foi atendido. Saudações. J. Monteiro”.

Eis aí como se recebeu meu apelo, que com certeza não visava a formação da suposta oligarquia, cuja queda se se urdiu na treva, mas que sem dúvida representava o pensamento desinteressado e franco do político sincero e patriota.

Além das muitas manifestações que recebi, muitas das quais propagadas de alguns que vitoriavam o “grande exemplo cívico” dado pela coligação, convém fazer conhecida a carta seguinte, escrita por pessoa insuspeita, senão pelo fator principal do movimento conspirador:

“Curitiba, 26 de setembro de 1907.

Meu caro amigo coronel Ottoni. - Saudações. Não tenho nenhum constrangimento em dirigir-lhe as minhas melhores e mais sinceras felicitações pela merecida distinção com que o honrou o diretório central do nosso Partido indicando-o para o lugar de 1º Vice-Presidente do Estado no quadriênio próximo.

Confio bem nos seus antecedentes e estou certo que a sua ação política no elevado posto que lhe é designado se afirmará sempre por um fecundo, incessante e inteligente trabalho em proveito do progresso e desenvolvimento do nosso Estado, e da conseqüente fortaleza e prestígio do nosso valoroso partido.

Isso basta para que eu me sinta bem saudando efusivamente o meu ilustre amigo. Com os votos que faço por sua felicidade pessoal (...) Manoel de Alencar Guimarães”.

Aí está como foi apreciada a minha candidatura, a pedra de toque da temível oligarquia, a formar-se pelo valoroso chefe dissidente, que mascarando os seus intuitos, vem de fazer a anarquia no seio de nossa existência política e talhar a mortalha do pujante partido, que cinco vezes seguidas o mandou a Câmara dos Deputados.

Vê-se, pois, pelo exposto, que não me fiz candidato e nem partiu a ideia de qualquer um dos meus parentes.

Não se justifica o falso pretexto, havendo uma razão inculta, e esboroa-se o castelo arquitetado apelos próprios campeões da nova situação.

O motivo público, confessável, não resiste a razão e ao bom senso e por isso mesmo não pode contestar essa união híbrida, acúmulo mendaz de interesses heterogêneos, incapaz de promover o progredimento do Paraná e a felicidade do povo.

De resto, nesse particular, dispenso-me de mais largas considerações, aguardando tranquilo o julgamento do futuro. E passando para outra ordem de considerações vejamos sob o ponto de vista legal, a procedência dos argumentos de que se servia o Congresso para anular a minha eleição.

É tão pobre e falho de procedência jurídica o parecer assignado pela comissão especial, encarregada de estudar a eleição e são tão escassos de justiça os seus argumentos, que, força é confessar, nessa luta tremenda de ambições sem limites, foi sacrificada a lei e aniquilado o direito para vencer a ditadura legislativa, violando a soberania do voto popular.

A essência do regímen, a mais bela conquista das democracias, sobrepôs-se o interesse de ocasião, superior por certo aos créditos da República.

A minha eleição não foi anulada com fundamento em lei, mas porque sendo inelegíveis para o Congresso os empregados públicas, nos termos de lei 131 de 27 de Dezembro de 1894, embora o legislativo não incluísse expressamente esse caso de inelegibilidade entre os que estabeleceu para os cargos de presidente e vice-presidente do estado, naturalmente por julgar “ocioso”, se tornou extensiva e aplicável aquela incompatibilidade ao meu caso, sem outro argumento, além da força de maior razão.

A constituição política do Estado não estabeleceu semelhante incompatibilidade e não o estabeleceram por sua vez as leis eleitorais posteriores como se pode, pois, inventar uma analogia que não existe e interpretar uma lei restritiva, ampliando a casos que nem são análogos?

Interpreta-se expondo o verdadeiro sentido de uma lei, que é obscura ou ambígua, e nos casos das leis positivas que assentam nos princípios da Moral e do Direito Natural essa interpretação deve ser entendida no sentido mais liberal.

Na hipótese vertente, porém, não se trata de uma lei sujeita à interpretação, mas de um texto constitucional claro e positivo, incapaz de controvérsia sancionado mesmo pelo nosso direito consuetudinário.

E em verdade assim é, porquanto é facto incontestado e notório que o sr. coronel Joaquim Monteiro, vice-presidente do Estado com as responsabilidades do poder, é empregado público demissível independente de processo e não há quem não saiba que o Dr. Victor do Amaral foi eleito vice-governador e como tal reconhecido, acumulando as funções de Diretor Geral da Instrução Publica, emprego também demissível independente de sentença.

A vista disso, os próprios antecedentes condenam o monstruoso atentado de que fui vítima e que estou certo merecerá a condenação das consciências puras e redás. O ato violento do Congresso, mais avulta quando se considera que o Congresso deixou de aplicar o texto lidimo e positivo da lei n. 131 em relação a diversos deputados incompatíveis, e aplicou em relação a mim o mesmo texto de lei de excepção por analogia!!!

Dou-me por satisfeito, e se me faltar a justiça dos homens, conto seguro com a inflexível reparação da história.

Palmeira, 20 de fevereiro de 1908.

Otoni Ferreira Maciel.

Fonte: NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense: vol.2. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927. pp.558-563.

DOCUMENTO 2- MANIFESTO DE LANÇAMENTO DA CANDIDATURA DE DAVID CARNEIRO, PELO PARTIDO DEMOCRÁTICO PARANAENSE<sup>153</sup>.

**O Partido Democrático Paranaense ao Povo Paranaense**

O Partido Democrático Paranaense, organizado pela convenção municipal de 15 do corrente, pelo seu Diretório Central, apresenta ao eleitorado do Estado, aos seus correligionários e amigos, o sr. Cel. David Antônio da Silva Carneiro, indicado pela convenção referida para pleitear um dos lugares de deputado na representação federal do Paraná.

A nova organização política, formada com os elementos que se separaram dos antigos partidos militantes, por motivos de princípios republicanos e discordâncias na sua atuação; unidos a elementos novos que resolveram tomar parte na atividade partidária, em virtude da decadência dos costumes políticos, do falseamento da democracia, da necessidade de defesa dos princípios que garantem aos homens, com a ordem na vida, os amplos e desassombrados movimentos da liberdade; não podia encontrar no momento uma individualidade mais representativa da índole liberal dos seus elementos, na sua fé sincera na república e na democracia.

Sua atividade nos recontros de opiniões, sua decisão e firmeza notabilizaram-se quando, no ano de 1919, o fermentar de certas paixões, o relevo de certos interesses que davam o fâceis da situação política dominante, aconselharam-no a, juntamente com outros, fundar a “Gazeta do Povo”, jornal destinado a servir de centro de coordenação das opiniões divergentes, de órgão das queixas e defesa dos interesses do povo, em geral, e especialmente das indústrias e do comércio.

Desde então, o sr. David Carneiro enfrenta, estuda e procura resolver as questões mais oportunas e que mais interessam a vida pública, que mais de perto falam aos interesses populares. Possuidor, em sociedade, e gerente de uma das mais vultuosas fábricas de erva-mate do Estado, as suas relações com os seus operários levaram-no a estudar o problema destes na sua dupla face: econômica e moral, e das suas observações resultou a solução que deu ao problema em seu estabelecimento; solução fundamentalmente humana, que levou a identificação dos operários com os patrões, de modo a não sentirem-se ali, os efeitos das greves que, de quando em vez, sacodem o

---

<sup>153</sup> A ortografia foi atualizada para as normas vigentes.

capital com as reivindicações do trabalho injustiçado. Em quando em outras organizações industriais aparecem discordâncias, é sempre um nome evocado pelos próprios operários, como o árbitro capaz de trazer a solução procurada, como um homem no qual os sentimentos de equidade espontaram e se desenvolveram pelo contacto contínuo entre os interesses opostos, infundindo-lhe no espírito e no coração a convicção da importância de um e outro.

## X

Esses trabalhos, a princípio obscuros, desenvolvendo-se no meio stricto de sua classe, no âmbito da sua indústria, tornaram-se, afinal, notórios, e, se bem que a princípios contraditados, penetraram no conhecimento do comércio em geral, que o elegia seu presidente, elegendo-o para este posto na Associação Comercial. Elevado a esta altura pela pressão do seu próprio merecimento, o seu estímulo de saber, de se elevar, de ser útil aos seus concidadãos, aumentou de intensidade, e os problemas mais numerosos, mais complexos, que teve de estudar revelou-lhe, em sua parte geral, as leis fundamentais que regem as relações humanas, deu-lhe a perceber como a política partidária local, as injustiças dos governos para com os produtores, desviam o Brasil, em geral, da linha da sua evolução natural, retirando-lhe a marcha, secando-lhe as suas fontes de vida, causando desconforto nas classes conservadoras e liberais, porque a preocupação exclusivamente partidária eleva aos postos mais altos da administração e da política homens que se colocam fora do contacto do povo e dos negócios, alheados de suas necessidades atuais, sem sentir as grandezas do seu suto e sem conhecer o prejuízo resultantes das suas decepções e desenganos.

Sentindo que ali vem se entrecruzar todos os dados do problema da nossa vida e que o início invertido da nossa formação prossegue no curso do nosso desenvolvimento, tornando a solução do problema da vida dependente da solução do problema político, eis que se lhe deparou que a atuação das classes conservadoras na política nacional seria único caminho seguro de encaminhar a democracia na linha de seu triunfo. Nessa ordem de ideias, compreendeu reunir as classes do Estado em um pacto de solidariedade, pelo qual resolvessem a, mesmo com sacrifícios transitórios de sua fazenda, sair do indiferentismo a que se tem entregue; desse quietismo egoísta, para entrarem num trabalho de organização e amor pelas cousas públicas, de modo a poderem levar aos selos dos parlamentos homens independentes e probos, que sintam a vida real, nas suas grandezas como nas suas misérias; que por isso queiram e possam, pelo seu prestígio pessoal, pela análise e aplicação honesta de nossos recursos, amenizar a vida do povo,



tornar a pobreza suportável, incentivar o trabalho, fazer de cada brasileiro um amigo de seus pais, um amigo das instituições nacionais.

E assim é que o vimos, naquele posto, organizando conferências na Associação Comercial, por meio das quais pudessem os industriais e comerciantes, em rápidas palestras, perceber a necessidade de sua organização coletiva, a função de sua classe diante dos governos, os limites dos seus sacrifícios e os direitos do gozo plácido do produto do seu trabalho; e em sentido inverso, as perturbações resultantes dos governos sem orientação, dos parlamentos escravizados ao poder executivo, das assembleias necessitadas de competências, formadas na base da imoralidade política e nas fraudes à lei mágoa que rege o país. Com esse intuito, entrou a organizar Centros de Indústria e Comércio, unindo-se à Associação Comercial, de modo que esta, ou melhor, as classes conservadoras pudessem constituir um grande centro de atividade política, com intuítos práticos, em estado de defensiva permanente, tornando-se capazes de levar aos grandes centros em que se jogam as vidas da Federação, do Estado e dos Municípios, novos elementos para a renovação sadia, captados no seio do povo, entre homens de trabalho, que formam o cerne da democracia.

## X

Dessa posição em que, por designação dos seus companheiros de classe, reiteradamente feitas, conseguiu descortinar e sentir onde latejam as nossas prementes necessidades; sentindo o acabrunhamento do povo pela carestia crescente da vida, o círculo vicioso que fica a questão operária, que fica cada vez mais aguda, sem encontrar pontos fixos para a solução sucessiva no equilíbrio móvel de nossa evolução; querendo, entretanto, adquirir saber só DE EXPERIÊNCIAS FEITO, viajou e estudou pelos países mais cultos da Europa, onde a vida mais intensa se conjuga com as civilizações mais antigas, e eles que constatou tesouros de trabalho, que vêm-se impondo, apesar de obstados pelos prejuízos seculares de outras idades; eis que observou que a riqueza daquelas regiões é infinitamente menor que a nossa, que o operariado sofre mais, muito mais que o nosso, mas que as reivindicações são mais violentas, mais amplas e mais combinadas; que, entretanto, a moral política e administrativa é também muito superior à nossa, sobretudo porque os parlamentos vão buscar o que de mais precioso têm, na independência dos grandes proprietários, na independência dos grandes industriais, na independência do grande comércio e na independência revolucionária das classes trabalhadoras. E então o que mantém aqueles países é, em última análise, a ordem moral na política, porque sente-se e pensa-se mesmos nas monarquias, que o povo é realmente

o senhor e tem o direito de ser tratado como tal, que esse povo é composto de várias classes, entre as quais os interesses comuns e a solidariedade social aconselham transações, composições, condescendências e compromissos, que minorando as sobrecargas, evitam a explosão dos ressentimentos e das cóleras que conduzem aos motins e às revoluções. O espetáculo d'ali e o espetáculo daqui, fazem ver que, enquanto aquelas sociedades equilibram as suas possibilidades e tendências, disciplinando suas paixões pela ordem moral na política, para evitar a desagregação pelas revoluções, aqui, o rompimento com a política com a ordem moral, a carga enorme que os brasileiros suportam, as injustiças resultantes dos descasos dos amargurados, da compressão constante dos poderes políticos sobre os cidadãos livres, da perseguição sistemáticas das classes produtoras pelos impostos, pelo encarecimento dos produtos, para a satisfação dos gozos e vaidades dos detentores do poder, vão conduzindo o povo aos ressentimentos, à descrença, à pobreza, e finalmente, às más paixões e aos ódios, que são as fagulhas subversivas dos Estados.

## X

De volta desse aprendizado prático, continuou o seu trabalho para o presente, e para o futuro, estudando as deficiências do nosso sistema de viação ferroviária, incentivando a concorrência da rodovia; estudando o sistema tarifário, defendendo as indústrias e o comércio dos excessos das empresas da viação, lançando assim a semente da resistência pacífica para assegurar a vida das indústrias e do comércio; incentivando a manutenção de empresas jornalísticas independentes para que possam chegar bem claras e bem vivas aos ouvidos dos magnatas as queixas bem fundadas do povo paranaense.

## X

Fundado o Partido Democrático em São Paulo, e trazida aqui a semente daquela grande agremiação, o seu movimento foi de imediata e completa solidariedade; procurou assimilar sua doutrina ao seu vasto plano de organização nacional, encontrando ali, em grande, e nas linhas abstratas dos princípios políticos, as mesmas ideias e sentimentos que o impeliram na tentativa de organização das classes conservadoras.

A sua intimidade com as classes conservadoras, a sua intimidade com os operários, as suas tendências para o povo, a sua confiança nas forças vivas do nosso Estado e do nosso país, são magnífico penhor dos seus sentimentos democráticos, os seus problemas de ordem política são igualmente um penhor vivo da sua solidariedade com os sofrimentos do povo paranaense, os seus trabalhos de arregimentação eleitoral, por tão logo espaço de tempo empreendidos, são um penhor indubitável de sua combatividade, a

sua oposição ininterrupta aos governos que se tem sucedido, é uma demonstração eloquente do seu amor à liberdades públicas, a sua pertinácia na mesma orientação, isto é, a solidariedade do seu presente com o seu passado, evidencia a sua vontade tenaz, o seu caractere inamolgável, o seu denodo nos combates, mostra a nobreza e a elegância de suas atitudes.

O nosso partido, pois, entre os amigos e correligionários dignos por muitos títulos do representa-lo, defender e fazer triunfar seu programa, podia encontrar outros que se lhe equiparassem, certamente não encontraria quem lhe excedesse em merecimento, e nem encontraria mãos mais nobres e fortes para confiar a bandeira que ora desfralda, chamando o povo paranaense ao combate que se vão ferir pelas liberdades públicas.

Vamos, pois, concidadãos, iniciar o nobre e grande trabalho de catequese cívica para democratizar a República!

Curitiba, 18 de janeiro de 1927.

João Guilherme Guimarães

A.A. Carvalho Chaves

Benjamin Lins

F.X. Teixeira de Carvalho

Antônio Jorge Machado Lima

Ângelo Guarinello

Fidelis Reginato

Fonte: Diário da Tarde, 28. Jan. 1927, p.3

### DOCUMENTO 3- MANIFESTO DA ALIANÇA LIBERAL AO POVO PARANAENSE<sup>154</sup>

A Aliança Liberal do Paraná sente, nesse momento vibrante de sua história, em que se ergue a Segunda República todo o peso das responsabilidades e dos compromissos assumidos perante esse povo glorioso.

Passada a refrega sanguinolenta que pôs a prova, mais uma vez, o civismo e a bravura de nossa gente, tem a Aliança Liberal que conduziu ao triunfo (...) a 20 de setembro de 1929, o dever de realizar as suas promessas, de velar pela constante execução das reformas que hão de transformar esta república ao sonho dos patriotas. É velho e sabido que destruir, desorganizar, é muito mais fácil de que organizar e construir um monumento político. Se a primeira modalidade da atividade humana depende da negligência ou impulso de um indivíduo que consiga, numa desnorante emergência, manejar, a seu talento, a força que se oferece, a segunda requer o esforço persistente, coordenado de agremiações programadas, com raízes na tradição e nas aspirações populares.

De que o seu programa assegurava a continuidade dessa tradição e encerrava as medidas reformativas reclamadas pelo povo, para a sua felicidade, teve a Aliança Liberal do Paraná certeza absoluta, na irresistível impetuosidade do movimento liberal revolucionário, que arrastou um regime oligárquico, despótico, imoralíssimo.

De que ainda conta com o indestrutível apoio deste povo brioso, tem a Aliança Liberal certeza na decisão com que colabora na solidificação das conquistas revolucionárias, na sofreguidão com que acompanha a marcha da transformação político-administrativa do Estado, na convicção manifestada de que o programa da Revolução é o mesmo que arregimentou em torno das urnas em 1º de março.

Amparada pela opinião pública, a Aliança Liberal continuará a pugnar pela efetivação do programa que sagrou com o sangue dos correligionários ilustres, manter-se-á sempre fiscalizando a execução das reformas que lhe deram vida, lutando pela perpetuidade do regime de respeito à livre manifestação do pensamento, de moralidade, na arrecadação e no emprego do dinheiro público, de integridade da justiça, do respeito à autonomia municipal, bater-se-á pela eleição livre e respeitada, pelo voto secreto, pela transformação

---

<sup>154</sup> A ortografia foi atualizada para as normas vigentes.

dos impostos, em obras de utilidade coletiva, pela Justiça absolutamente autônoma, com atribuições para interferir no processo eleitoral em qualquer de suas fases, pela não reeleição de ninguém e pela regulamentação da provisão dos cargos administrativos, de modo a impedir a praga do profissionalismo político.

A realização dessas reformas que consubstanciam as aspirações paranaenses, exige que os elementos da Aliança Liberal do Paraná se mantenham coesos, organizados em partido, com diretório central e diretórios municipais- que sejam o expoente do seu valor eleitoral- composto cada um de sete membros, dos quais um presidente, um secretário e um tesoureiro, cooperando todos para a manutenção e fortalecimento da caixa do partido, pois é o ponto de honra não permitir que a renda dos impostos seja empregada em serviços eleitorais.

Só assim, organizando-se, prestigiando-se mutualmente, agremiando-se sob a bandeira que alçaram vitoriosa nas urnas e nas trincheiras, os liberais conterrâneos poderão cumprir a sua gloriosa missão histórica, para o progresso do Paraná futuroso e para a felicidade dos filhos da terra “ungida pela oração dos pinheiros”.

Curitiba, 9 de novembro de 1930

Benjamin Baptista Lins D’Albuquerque, Joaquim Pereira de Macedo, Ottoni Ferreira Maciel, Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, Antônio Jorge Machado Lima, Octávio da Silveira, Roberto Glasser.

Fonte: O Dia, 9 de novembro de 1930

## 11. ANEXOS

### ANEXO 1: FICHAS BIOGRÁFICAS DOS PRESIDENTES DA ACP

#### LISTA

Ildefonso Pereira Correia  
 José Ribeiro de Macedo  
 João Ribeiro de Macedo  
 Zacharias de Paula Xavier  
 David Antônio da Silva Carneiro  
 João Phamphilo de Assumpção  
 João Guilherme Guimarães  
 David Antônio da Silva Carneiro

Nome	Ildefonso Pereira Correia
Local de nascimento/ano	Paranaguá, PR, 1849
Formação	Secundário
Atuação	Industrial e exportador de erva-mate
Capitais Econômicos	Fundador da Sociedade Propagadora da erva-mate. Proprietário de fábricas de beneficiamento de erva-mate em Antonina, Paranaguá e Curitiba. Desenvolveu negócios referentes à serraria de madeiras
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Francisco Correia Júnior e Francisca Pereira Correia.</p> <p>Seu pai foi uma “expressiva figura da autonomia político-administrativa do Paraná”, além de ter sido chefe do Partido Conservador e proprietário de engenhos de erva-mate em Porto de Cima (COSTA, 1981, p.16). Sua mãe era filha do último capitão-mor de Paranaguá, Manoel Francisco Pereira (COSTA, 1995, p.65). Fundador e 1º Presidente do Clube Curitibano e da ACP Portador dos títulos “Ordem da Rosa” e “Barão do Serro Azul”.</p> <p>Um dos irmãos de Ildefonso era Manoel Francisco Correia, Ministro do Exterior, em 1873 e Senador do Império, em 1877.</p> <p>O tio de Ildefonso era Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nacar, chefe político e ervateiro no litoral paranaense, deputado geral e presidente da província do Paraná (COSTA, 1981, p.16).</p> <p>Irmão Major José Fernandes Correia, juiz de paz em Morretes e Deputado Provincial;</p> <p>Cunhado: José Leocádio Correia</p> <p>Francisca Correia, irmã de Ildefonso, casou com Antônio Alves de Araújo, era sobrinha do líder conservador Manoel Eufrásio Correia (p.247), deputado provincial</p>

	Outros membros: Francisco Ferreira Correia, presidente de Santa Catarina. Família Histórica da classe dominante tradicional paranaense, com atuação no litoral desde o fim do século XVIII. Título Rodrigues de França.
Capitais Políticos/ Cargos ocupados	No Império, pertencia ao Partido Conservador. Juiz de paz da Vila de Antonina Vice-presidente da província (1888), deputado provincial (1888-1889); Presidente da Câmara Municipal de Curitiba (1887)

Fontes: CARNEIRO, 1981, p.92; COSTA, 1981, p.16; ALVES, 2014, p.187-188, 203, 292; NICOLAS, 1954, p.144; GOULART, 2008, p.227

Nome	José Ribeiro de Macedo
Local de nascimento/ano	Porto de Cima, PR, 1840
Formação	Secundário
Atuação	Industrial da erva-mate
Capitais Econômicos	Presidente da ACP; Presidente do Centro dos Industriais do Mate. Foi um dos maiores exportadores ervateiros do seu tempo Um dos fundadores da Associação Comercial do Paraná Presidente do Centro dos Industriais da Erva-Mate. Proprietário das empresas Macedo e Filho, e das marcas “José”, “Lindolfo”, “Carro de Indústrias”, as preferidas do Chile e do Peru
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Manoel Ribeiro de Macedo e Francisca Pereira de Macedo. Portador do Título de Comendador da Ordem da Rosa. Irmão do ex-deputado provincial, em 1876/77, coronel Antônio Ribeiro de Macedo. Sua sobrinha Virgínea de Macedo casou com o deputado liberal (1886-1887) João Tobias Pinto Rebello, bisneto do sargento mor de Curitiba, Ignácio Lustosa de Andrade. (p.285). Casado com Laurinda Rosa Loyola de Macedo, com quem teve 11 filhos Portador do título genealógico Rodrigues de Seixas
Capitais Políticos	Juiz de paz eleito em 1873 em Porto de Cima, PR, p.476, Vereador em Porto de Cima, PR, 1883, 1877, Presidente da Câmara de Porto de Cima; Deputado Provincial por várias legislaturas, Chefe local do Partido Conservador, Vice-Presidente da Província. Inspetor Escolar e chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório
Capitais Intelectuais	Colaborador da imprensa, Presidente do Clube de Leitura de Porto de Cima e da Sociedade de Imigração. Editor do jornal “A flor do Porto”, juntamente com Rocha Pombo e Antônio Ribeiro de Macedo

Fontes: NICOLAS, 1954, p.161; ALVES, 2014, p.284, 483; CARNEIRO, 1981, p.80; OLIVEIRA, 2000, p.280, 420; MONTEIRO, 2012, p.64

Nome	Zacharias de Paula Xavier
Local de nascimento/ano	Campo Largo, PR, 1854
Formação	Secundário
Atuação	Comerciante e Industrial da erva-mate
Capitais Econômicos	Fundador da primeira fábrica de louças do Brasil (Fábrica Colombo); Proprietário de um engenho de erva-mate no Centro de Curitiba, exportador para a Argentina, Paraguai e Uruguai.
Capitais Familiares/Sociais	Filho do Major Antônio de Paula Xavier (juiz de paz e capitão e vereador em Campo Largo) e Francisca de Paula Xavier (Filha do Brigadeiro Franco). Portador do Título de Coronel . Irmão de Narcisa de Paula Xavier, casada com Caetano José Munhoz, industrial e exportador ervateiro, pertencente ao Partido Conservador, ocupando cargos como Juiz municipal em Curitiba e deputado provincial. Neto paterno do Sargento Mor Francisco de Paula Xavier e Rita Ferreira Bueno PARENTESCO COM O DEPUTADO JOAQUIM DE PAULA XAVIER (Primeira Legislatura Republicana), juiz de paz em Vila do Príncipe Parentesco com Guilherme de Paula Xavier: Juiz de paz em Campo Largo, 1877-1880. Parentesco com o Tenente Francisco de Paula Xavier, Juiz de paz em Campo Largo, 1880, p.485 Portador do título genealógico Carrasco dos Reis Casamento com Joaquina Ramira de Macedo Xavier, filha de Portador do título genealógico Rodrigues de Seixas
Capitais Políticos	Membro do Partido Republicano Federal. Deputado estadual por várias legislaturas (1892).

Fontes: NICOLAS, 1954, p.194; GOULART, 2008, p.514, ALVES, 2014, p.373; 468, 481; CARNEIRO, 1981, p.87; OLIVEIRA, 2000, p.420

Nome	David Antônio da Silva Carneiro
Local de nascimento/ano	Iguape, SP, 1853
Formação	Começou seus estudos de latinidade, mas não prosseguiu-os
Atuação	Industrial da erva-mate
Capitais Econômicos	Sócio do Barão do Serro Azul. Diretor da fábrica de Antonina, na qual observou o progresso técnico do processo industrial da erva-mate, como a introdução dos locomóveis a vapor como fontes de energia, trituradores, peneiras mecânicas, misturadores automáticos, etc . Sócio da Baronesa do Serro Azul, e diretor responsável pela organização dos negócios da família Pereira, como as marcas “Impressora Paranaense”, “Serrarias São Sebastião”, “Volteio” e “Seis de Agosto”



Capitais Familiares/Sociais	Filho de David Carneiro e Ana Dionísia de Mendonça Carneiro Seu pai era administrador da Mesa de Rendas de Antonina . Casado com Olimpia da Costa Carneiro. Entre seus filhos, David Carneiro casou-se com Alice Monteiro, filha do coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, e Maria Augusta Carneiro casou-se com José Guilherme Loyola. A família Carneiro é portadora do título genealógico Carrasco dos Reis
Capitais Políticos	Pertencia ao Partido oposicionista ao situacionismo liderado por Vicente Machado organizado no Partido Republicano Federal.

Fontes: GOULART, 2008, p.324; MONTEIRO, 2012, p.73, 75; CARNEIRO, 1981, p.89, 90, 92, OLIVEIRA, 2000, p.420

Nome	João Ribeiro de Macedo
Local de nascimento/ano	Morretes, PR, 1850
Formação	Secundário
Atuação	Industrial ervateiro
Capitais Econômicos	Ervateiro, exportador e proprietário de engenhos de erva-mate Proprietário da Fonte mineral Ouro Fino
Capitais Familiares/Sociais	Irmão do ex-presidente da ACP, o Comendador José Ribeiro de Macedo Portador do título de Coronel. Filho de Manoel Ribeiro de Macedo e Francisca Pereira de Macedo. Portador do título genealógico Rodrigues de Seixas Parentesco: João Ribeiro de Macedo Filho: reitor da Universidade do Paraná
Capitais Políticos	Coronel e chefe político local dos ervais da linha Sul do 2º Planalto, no município de Teixeira Soares Vereador em Campo Largo (1887-1890).

Fontes: GOULART, 2008, p.109, ALVES, 2014, p.493; CARNEIRO, 1981, p.82, 84; OLIVEIRA, 2000, p.420

Nome	João Phamphilo de Assumpção
Local de nascimento/ano	Curitiba, PR, 1945
Formação	Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, no ano de 1889.
Atuação	Advogado
Capitais Econômicos	Jurista e advogado
Capitais Familiares/Sociais	Filho do Coronel Manoel Eufrásio D'Assunção, organizador da polícia militar do Paraná provincial e de Germina Veloso d'Assumpção. Casado com a pintora Maria Amélia de Barros Mota Assumpção. Portador do título genealógico Rodrigues de Seixas
Capitais Políticos	Consultor Jurídico do Estado
Capitais Intelectuais	Doutorou-se em 1897, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Autor de vários livros de Direito e assíduo

	<p>colaborador de revistas de jurisprudência. Catedrático da Universidade do Paraná desde o ano de 1912, data de sua fundação.</p> <p>Fundador e Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná</p> <p>Fundador e Presidente da Seção Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>Membro da Academia de Letras do Paraná</p>
--	---

Fontes: CARNEIRO, 1981, p.96, GRUNER, 2009; OLIVEIRA, 2000, p.420.

Nome	João Guilherme Guimarães
Local de nascimento/ano	Paranaguá, PR, 1857
Formação	Secundário
Atuação	Industrial ervateiro
Capitais Econômicos	Proprietário de engenhos de erva-mate e comerciante
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho do Visconde de Nácar e de sua segunda esposa (irmã da primeira), Rosa Narcisa Correia</p> <p>Casou-se, no ano de 1883, com uma de suas primas, Clotilde Miró Guimarães.</p> <p>Portador do título genealógico Rodrigues de França</p> <p>Membros ilustres da família:</p> <p>Senadores: Flávio Carvalho Guimarães e Alô Ticoulat Guimarães</p> <p>Presidentes da ACP: Arcésio Guimarães e Noel Lobo Guimarães</p> <p>Presidente do Banestado-presidente do TCE: Algacyr Guimarães</p> <p>Deputado Estadual- Plauto Miró Guimarães</p>
Capitais Políticos	<p>Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá. Na ocasião em que foi Prefeito de Paranaguá, indispsôs-se com o chefe político local, Vicente Machado, na qual o mesmo solicitou a remessa de uma boa quantidade de dinheiro de Paranaguá para os cofres do Estado. Negando tal pedido, abandonou a prefeitura</p> <p>Fundador do Partido Democrático Paranaense</p>
Capitais Intelectuais	Presidente do Clube Literário de Paranaguá por vinte anos. Tal instituição teve seu edifício construído por recursos de João Guilherme Guimarães.

Fontes: CARNEIRO, 1981, p.99, 100; OLIVEIRA, 2000, p.420, CLUB LITTERARIO

Nome	David Antônio da Silva Carneiro
Local de nascimento/ano	Antonina, PR, 1879
Formação	Secundário, Ateneu Paulista. Superior incompleto
Atuação	Industrial
Capitais Econômicos	Proprietário industrial ervateiro
Capitais Familiares/Sociais	Filho de David Antônio da Silva Carneiro e Olympia da Costa Carneiro.

	<p>Afilado de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul</p> <p>Fundador do Tiro Rio Branco, juntamente com João Gualberto.</p> <p>Casado com Alice Monteiro, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva e Maria do Belém Bueno Monteiro. O Coronel Joaquim Monteiro era um político da facção oposta a David Carneiro, seu pai, pois Monteiro era Partidário de Vicente Machado, chegando a ocupar a presidência do estado por 45 dias, na ocasião em que Vicente Machado morreu em exercício do cargo</p> <p>Seu filho, David Carneiro Júnior, casou-se com Marília Suplicy de Lacerda, o que liga a família ao título genealógico Rodrigues de França, e sua filha, Josephina carneiro, casou-se com João Cândido da Silva Muricy, o que liga a família ao título genealógico Carrasco dos Reis</p> <p>Fundador do Graciosa Country Club</p>
Capitais Políticos	<p>Membro do Partido Autonomista (oposição ao PRP), fundado em 1920 e candidato à Câmara Municipal de Curitiba. Candidato à presidência do Paraná nas eleições de 1927, pelo Partido Democrático. Fundador e Presidente do Partido Democrático.</p>
Capitais Intelectuais	<p>Participou da fundação do jornal Gazeta do Povo e O Dia, jornais opositores ao governo estadual.</p>

Fontes: NICOLAS, 1954, p.311; GOULART, 2008, p.336-337-338; OLIVEIRA, 2000, p.420; CARNEIRO, 1981, p.104, 110, 111

## ANEXO 2- PARTIDO DEMOCRÁTICO PARANAENSE

## LISTA

João Guilherme Guimarães

David Antônio da Silva Carneiro Júnior

Antônio Augusto de Carvalho Chaves

Benjamin Pessoa

Manoel de Alencar Guimarães

Joaquim Pereira de Macedo

Ulysses Falcão Vieira

Benjamin Lins

Francisco Xavier Teixeira de Carvalho

Antônio Jorge Machado da Silva Lima

Ângelo Guarinello

Fidélis Manoel Reginato

Nome	João Guilherme Guimarães- Ver anexo 1
------	---------------------------------------

Nome	David Antônio da Silva Carneiro Júnior- Ver anexo 1
------	---

Nome	Antônio Augusto de Carvalho Chaves
Local de nascimento/ano	Macaíba (RN), 1875
Formação	Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito de São Paulo, 1895
Atuação	Promotor público em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo (CPDOC FGV; CARNEIRO; VARGAS, 1994).
Capitais Econômicos	Alto Funcionalismo Público
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Joaquim Gonçalves Chaves Filho e Francisca de Carvalho Chaves. Em 1883, sua família transferiu-se para o Paraná (DHBB), contraindo contatos com a classe dominante local, sendo os descendentes desta família paraibana portadores do título genealógico Rodrigues de Seixas (NEGRÃO VOL2, 2004, p.469). Seu pai foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Recife (BEVILAQUA, 1977).

	<p>Foi casado com Rosa de Carvalho Chaves.</p> <p>Filho: Eduardo de Carvalho Chaves, militar, nomeado por João Goulart a exercer a chefia do Estado-Maior do Exército em 1963 e do Departamento Geral de Pessoal do Exército entre 1963 e 1964, ocasião em que foi deposto pelo golpe e substituído pelo general Valdemar Levi Cardoso. Passou então para a reserva, sob a patente de Marechal, exercendo por muitos anos a docência no curso de Engenharia na Universidade Federal do Paraná (DHBB).</p>
Capitais Políticos	<p>Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, governo de Francisco Xavier da Silva;</p> <p>Secretário de Finanças, Comércio e Indústria, 1900-1904;</p> <p>Deputado federal, 1904- 1914 (CPDOC FGV; CARNEIRO; VARGAS, 1994). Acumulou o cargo de deputado estadual em alguns anos deste período, chegando a ser vice-presidente da Assembleia Legislativa em 1910 (GOULART, 2008, p. 520);</p> <p>Apoiador da Revolução de 1930. Presidente da Comissão de Sindicância do Paraná (DHBB).</p> <p>Secretário da Fazenda, Comércio e Indústria de 1930 a 1931, nas interventorias de Mário Tourinho e João Pernetá;</p> <p>Deputado estadual em 1934. Entre os anos de 1935 e 1937 ocupou a presidência da Assembleia Legislativa (CARNEIRO; VARGAS, 1994);</p> <p>Interventor interino entre junho e julho de 1935;</p> <p>Membro do Conselho Administrativo (DASP) a partir de 1937 (CARNEIRO; VARGAS, 1994);</p> <p>Líder e presidente do PSD antes e após o Estado Novo;</p>
Capitais Intelectuais	

Fontes: CPDOC FGV; CARNEIRO; VARGAS, 1994; NEGRÃO VOL2; BEVILAQUA, 1977; GOULART, 2008.

Nome	Benjamin Pessoa
Local de nascimento/ano	Bananeiras (PB), 1858
Formação	Alto Funcionalismo Público
Atuação	Juiz nos municípios de Campo Largo e de Antonina. Também ocupou o cargo de auditor de guerra no 5º Distrito Militar do Paraná.

Capitais Econômicos	Alto Funcionalismo Público
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Antônio Targino de Freitas Pessoa e Francisca da Cruz de Freitas Pessoa. Seu pai foi juiz de paz em Bananeiras (SOUZA, 1998). A família Targino e a família Pessoa são tradicionais no estado da Paraíba (MONTEIRO, 2016), acumulando capitais sociais, políticos, econômicos e jurídico.</p> <p>Título Rodrigues Seixas, casado com Constança de Faria, filha de Joaquim de Almeida Faria Sobrinho. Uma das filhas do casal, Aurea Pessoa Virmond Lima, casou-se com Braulio Virmond de Oliveira Lima, guarda-livros e sócio da firma industrial David Carneiro e Cia, integrante do Conselho Consultivo (Interventoria Manoel Ribas).</p> <p>Outra filha do casal, Anyole Pessoa, casou-se com Dermeval Soares Pereira, filho de Clodomira de Macedo Pereira.</p> <p>Entre membros destacados da família Macedo Pereira/Portugal Macedo, destacamos um tio-avô de Dermeval Pereira, Clotário de Azevedo Macedo Portugal, juiz, Procurador Geral da Justiça do Paraná, chefe de polícia e professor da Universidade do Paraná. Outro tio-avô de Dermeval Pereira é o Coronel João Ribeiro de Macedo, industrial, comerciante de ervamate, chefe político em Campo Largo.</p>
Capitais Políticos	A partir do ano de 1894, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Exerceu o cargo de deputado na Assembleia Legislativa entre os anos de 1897 e 1914, no qual ocupou o cargo de 1º vice-presidente da ALEP por 3 anos, de 1904 a 1907

Fontes: SOUZA, 1998; MONTEIRO, 2016; TJ PARANÁ<sup>155</sup>; GOULART, 2008.

Nome	Manoel de Alencar Guimarães.
Local de nascimento/ano	Buenos Aires (ARG), 1865
Formação	Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito de Recife.
Atuação	Juiz municipal e chefe de polícia
Capitais Econômicos	Herdeiro de propriedades industriais ervateiras
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Manoel Antônio Guimarães, e neto de Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nacar (NICOLAS, 1984). Manoel Antônio Guimarães era casado com

<sup>155</sup> Des. Benjamin Américo de Freitas Pessoa. [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-benjamin-americ-de-freitas-pessoa/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-benjamin-americ-de-freitas-pessoa/397262?inheritRedirect=false)

	<p>Bárbara de Alencar Guimarães, filha do senador José Martiniano de Alencar, notável escritor proveniente de tradicionais famílias do Nordeste. (ALVES, 2014, p.354) Um dos seus tios, Manoel Eufrásio Correia, foi presidente do estado de Pernambuco, e também deputado geral e provincial (ALVES, 2014, p.22).</p> <p>Título Rodrigues Seixas, vol.II.</p>
Capitais Políticos	<p>Secretário de estatística, deputado estadual em 1892, deputado federal em 1894, reelegendo-se em 1900 (NICOLAS, 1984; ALEP).</p> <p>Presidente interino do estado, 1908;</p> <p>Senador por cinco legislaturas;</p> <p>Líder da dissidência do Partido Republicano Paranaense, conhecida como “Coligação Republicana”, rompendo com a liderança do então presidente do estado Carlos Cavalcanti e o colocando-se como opositor a Affonso Camargo (CASA CIVIL). Sua carreira política declinou com essa posição tomada;</p> <p>Tesoureiro da Comissão do Centenário da Independência, a convite do presidente Epitácio Pessoa, no ano de 1922.</p> <p>Inspetor Consular para a América do Sul e Sul da África, governo Washington Luís;</p> <p>Deputado Estadual</p> <p>Líder do PSN na ALEP</p>
Capitais Intelectuais	

Fontes: CASA CIVIL<sup>156</sup>; NICOLAS, 1984; OLIVEIRA, 1997

Nome	Joaquim Pereira de Macedo
Local de nascimento/ano	Porto de Cima (PR), 1858
Formação	
Atuação	Industrial ervateiro
Capitais Econômicos	Industrial da erva-mate e proprietário de um moinho de trigo

<sup>156</sup> CASA CIVIL. Disponível em:

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>. Acesso em 18. Abr.2018.

Capitais Familiares/Sociais	Filho do comerciante Manoel Ribeiro de Macedo e Francisca Pereira de Macedo. Pertencente ao clã Macedo. Título Rodrigues Seixas. Vol. II, p. 342.  Casado com Adelaide de Azevedo Müller de Macedo. Título Xavier Pinto (NEGRÃO, vol.IV, p.347).
Capitais Políticos	Superintendente do ensino em Porto de Cima. Tinha notoriedade no Império, sendo nomeado pela Princesa Isabel para o cargo de coronel comandante superior da Guarda Nacional no município de Palmeira.  Delegado de polícia, prefeito e vice-prefeito em Palmeira (NICOLAS, 1954).  Deputado constituinte, vice-governador do Paraná, deputado estadual na primeira legislatura republicana e presidente da Assembleia Legislativa;  Presidente da Aliança Liberal e Prefeito Revolucionário de Curitiba  Vereador e Prefeito de Curitiba em duas legislaturas: de 1908 a 1911 e de 1930 a 1932.  Presidente Honorário do PSN.
Capitais Intelectuais	

Fontes: NICOLAS, 1984, p.186; OLIVEIRA, 1997, NEGRÃO

Nome	Ulisses Falcão Vieira
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1885
Formação	Direito, Universidade do Paraná
Atuação	Promotor Público em Rio Negro, professor e delegado de polícia.
Capitais Econômicos	Alto funcionalismo público
Capitais Familiares/Sociais	Filho de José Rodrigues Vieira e Cecília Falcão Vieira.  Foi presidente do Clube Curitibano  Seu filho, José Rodrigues Vieira Netto, foi deputado estadual pelo PCB, eleito em 1947. Advogado e Professor de Direito na Universidade do Paraná. Seu primeiro casamento foi com Irmina Carneiro, bisneta do Visconde de Nacar.  Vieira Netto foi membro da Aliança Liberal e líder do PCB em Curitiba (MONTEIRO, 2013, p.233).



Capitais Políticos	Deputado Estadual, 1935-1937
Capitais Intelectuais	Professor de Direito na Universidade do Paraná. Foi um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras e do Centro de Letras do Paraná. Diretor do jornal Diário da Tarde.

Fontes: NICOLAS, 1984, p.326; NEGRÃO, 1926, BIOBIBLIOGRAFIA, 2011.

Nome	Benjamin Baptista Lins D'Albuquerque
Local de nascimento/ano	Paraíba, 1876.
Formação	Faculdade de Direito do Recife
Atuação	Desde 1907 se instalou em Curitiba, abrindo um escritório de advocacia em sociedade com Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, em uma das salas da residência de Benjamin Lins
Capitais Econômicos	Alto Profissional Liberal.
Capitais Familiares/Sociais	Filho do Capitão João Lins de Albuquerque Júnior e de Anna Carolina Baptista Lins de Albuquerque (AUTORIDADES <sup>157</sup> ), pertencia a uma tradicional família paraibana, pelo tronco Albuquerque (MONTEIRO, 2016). Embora seus descendentes afirmem o pertencimento deste agente às classes mais baixas <sup>158</sup> , sua trajetória revela uma herança de capitais sociais e acadêmicos de relevância local. Título Rodrigues Seixas através do casamento com Hermínia de Faria (NEGRÃO, 1927, p.449). A irmã de Hermínia, Maria Constança de Faria Pessôa era casada com Benjamin Pessoa, outro membro do Partido Democrático.
Capitais Políticos	Durante o governo de Luiz Xavier, foi Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Membro do Partido Democrático. Na interventoria de Mário Tourinho, foi Diretor geral da Educação do Estado Na interventoria de Manoel Ribas, foi Procurador Regional da República, de 1933 a 1934.
Capitais Intelectuais	Grande Oriente e do Supremo Conselho do Paraná; Fez parte da fundação do jornal "O Dia".

<sup>157</sup> Disponível em:

[http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades\\_PR/GOIndPR902\\_918-Benjamin\\_Lins.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/GOIndPR902_918-Benjamin_Lins.htm)

<sup>158</sup> "A família de papai era muito pobre. Desde cedo ele teve de trabalhar para pagar o colégio e depois a faculdade. Naquele tempo, muitos "bacharéis do Norte" vinham para o Sul em busca de progresso e faziam sucesso porque eram cultos e inteligentes. Havia até o ditado: "São Paulo exporta café, o Norte exporta talentos." Meu pai foi severo, mas generoso" Entrevista com Enólia Lins de Loyola e Silva, filha de Benjamin Lins. Gazeta do Povo, 2.2.2009. Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/90-anos/independencia/meu-pai-foi-severo-mas-generoso-beaoayfw1e3sjk08j1i5rc5q>

Fontes: NEGRÃO, 1927, AUTORIDADES<sup>159</sup>; MONTEIRO, 2016.

Nome	Francisco Xavier Teixeira de Carvalho
Local de nascimento/ano	Curitiba
Formação	
Atuação	Advogado
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Integrante do Partido Democrático; Membro do conselho pró-Vargas e da Aliança Liberal. Com a Revolução de 1930, foi nomeado membro da força militar do estado (e fiscal das agências dos bancos nacionais e estrangeiros estabelecidos em Curitiba)
Capitais Intelectuais	

Fontes: O DIA, 24.10.1930

Nome	Antônio Jorge Machado da Silva Lima
Local de nascimento/ano	Ponta Grossa (PR), 1886
Formação	Direito, pela Faculdade de Direito de São Paulo, 1907
Atuação	Promotor público em Palmeiras e Antonina entre 1908 e 1909 e procurador fiscal e consultor jurídico da Fazenda Nacional na Delegacia Fiscal do Paraná, de 1909 a 1930. Fundou e dirigiu o jornal A Tarde, em 1928, opositor dos governos estadual e federal e amplo divulgador da Aliança Liberal no Paraná.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Vicente Machado da Silva Lima e Maria Antônia Machado Lima.  Seu pai foi Deputado Provincial (de 1886 a 1889), Deputado Estadual (de 1891 a 1892, de 1896 a 1903), Senador pelo Paraná (1895-1902) e presidente do Paraná (1893-1894 e 1904-1907), um dos mais notáveis políticos do período pré-1930 (GOULART, 2008; OLIVEIRA, 2000; ALEP ; CASA CIVIL ).  Membro de uma família estabelecida no Paraná desde meados do século XVIII, sendo descendente de Mateus Leme (CORRÊIA, 2004, p.244), um dos povoadores de

<sup>159</sup> Disponível em:

[http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades\\_PR/GOIndPR902\\_918-Benjamin\\_Lins.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Autoridades_PR/GOIndPR902_918-Benjamin_Lins.htm)

	<p>Curitiba e possuidora do título genealógico Carrasco dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p.391).</p> <p>Antônio Machado era casado com Zaira Abreu Machado, filha do senador Cândido Ferreira de Abreu</p> <p>Irmão com influência política:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Caio Graccho Machado Lima, deputado estadual, de 1908 a 1909 e de 1930 a 1931. Foi um dos fundadores do PSD na década de 1930 (DAGOSTIM, 2011; GOULART, 2008). Fez parte do Conselheiro do Departamento Administrativo do Estado do Paraná de 1940 a 1941, e de 1946 a 1947;</li> <li>-Ranulfo Pinheiro Lima, deputado federal em São Paulo, eleito no ano de 1935 (ALVES, 2003, p.229).</li> </ul> <p>Tios com influência política:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-José Machado Pinheiro Lima, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (OLIVEIRA, 2000, p.391) e presidente desta mesma instituição em 1903;</li> <li>-Benigno Augusto Pinheiro Lima, coronel, deputado estadual de 1906 a 1907 e chefe político em Antonina (CORRÊIA, 2006, p.245; ALEP).</li> </ul>
Capitais Políticos	<p>Membro da dissidência liderada pelo senador Alencar Guimarães, exercendo oposição aos políticos dominantes, a partir do ano de 1914.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Liderança civil da Aliança Liberal, secretário geral e presidente do diretório revolucionário no estado.</li> <li>-Diretor- geral do Ensino no Paraná, na interventoria do general Mário Tourinho (1930-1932), integrante do Conselho Consultivo do estado, na interventoria de Manuel Ribas (1932-1935). Fundador do PSD, em 1933, eleito deputado federal constituinte no mesmo ano.</li> </ul> <p>Os deputados federais do Paraná que faziam parte da Assembleia Nacional Constituinte de 1934 escolheram o seu nome para ocupar o cargo de Senador a partir de 1935 (DHBB CPDOC FGV<sup>160</sup>).</p> <p>Membro do Departamento Administrativo do Paraná, 1939.</p> <p>Procurador do Departamento de Finanças Públicas, em 1939 e Auditor do Tribunal de Contas da União, desde a década de 1940 (DHBB CPDOC FGV).</p>
Capitais Intelectuais	Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

<sup>160</sup> DHBB CPDOC FGV. Verbete Antônio Jorge Machado Lima. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-antonio-jorge-machado>

Fontes: GOULART, 2008; OLIVEIRA, 2000; ALEP<sup>161</sup> ; CASA CIVIL<sup>162</sup>; GOMES, 2018.

Nome	Ângelo Guarinello
Local de nascimento/ano	Pindamonhangaba (SP), 1876.
Formação	Faculdade de Direito de São Paulo
Atuação	Poeta, Fabulista e Advogado
Capitais Econômicos	Profissional Liberal
Capitais Familiares/Sociais	Título Oliveira Cardoso (NEGRÃO, 1929, p.566). Casado com Eleonora Gaissler, filha de Leocádia de Souza Gaissler e do coronel Paulo Emília Gaissler, capitalista de Curitiba.
Capitais Políticos	Membro do Partido Democrático
Capitais Intelectuais	Integrante do Centro de Letras do Paraná e da Academia Paranaense de Letras.

Fontes: NEGRÃO, 1929, BIOBIBLIOGRAFIA, 2011.

Nome	Fidélis Manoel Reginato
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	Empresário
Capitais Econômicos	Membro da diretoria da Associação Comercial do Paraná.
Capitais Familiares/Sociais	Título Oliveira Cardoso (NEGRÃO, 1928, p.364). Casado com Antônia Peixoto Reginato.
Capitais Políticos	Membro do Partido Democrático. Apoiador da Revolução de 1930.
Capitais Intelectuais	

Fontes: NEGRÃO, 1928.

<sup>161</sup> ALEP. <http://www.alep.pr.gov.br/deputados>

<sup>162</sup> CASA CIVIL. Vicente Machado da Silva Lima. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>

### ANEXO 3- MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DA ALIANÇA LIBERAL DO PARANÁ

#### LISTA

Otoni Ferreira Maciel

Roberto Glasser

João Cândido Ferreira

Francisco de Paula Soares Netto

Antônio Couto Pereira

João Ribeiro de Macedo Filho

João David Pernetta

Octávio da Silveira

Vicente Mário de Castro

Oscar Joseph de Plácido e Silva

Nome	Otoni Ferreira Maciel
Local de nascimento/ano	Palmeira (PR), 1870
Formação	Estudou no Colégio Partenon
Atuação	Apesar de não ter se diplomado em Direito, exerceu a profissão de advogado na sua cidade natal. Foi tenente coronel da Guarda Nacional na Revolução Federalista  Promotor Público em Palmeira (NEGRÃO, 1926, p.431)
Capitais Econômicos	Fazendeiro e agropecuarista
Capitais Familiares/Sociais	Título Carrasco dos Reis, através do casamento com Maria da Glória Amaral, filha de Serafim Ferreira de Oliveira e Silva e Júlia Moreira do Amaral e Silva (NEGRÃO, 1926, p.431); Cunhado de prestigiados nomes na sociedade paranaense, como: João Cândido Ferreira, eleito presidente do estado em 1907; Victor Ferreira do Amaral, médico e um dos fundadores da Universidade do Paraná, ocupando altos cargos na administração pública como secretário de estado e deputado federal; Octávio Ferreira do Amaral e Silva, republicano e abolicionista, deputado estadual e Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

	<p>Outras linhagens destacadas na política associadas à família de sua esposa correspondem a sobrenomes como Marcondes, Pimpão, Westphalen, Suplicy, entre outros. Filho de Pedro Ferreira Maciel, deputado estadual nas legislaturas de 1888-1889, 1891-1892, líder político em Palmeira e proprietário rural e Margarida Ferreira Maciel (NEGRÃO, 1926, p.431);</p> <p>Por nascimento, é portador do título Rodrigues Seixas, (NEGRÃO, 1927). Filho de Margarida Ferreira Maciel e do Coronel Pedro Ferreira Maciel, deputado provincial de 1887 a 1889.</p>
Capitais Políticos	<p>Membro da Coligação Partidária na ocasião em que João Cândido Ferreira renunciou ao cargo de presidente</p> <p>Participou do Movimento Tenentista Civil</p> <p>Presidente da Câmara Municipal de Palmeira por vários períodos (NEGRÃO, 1926, p.431);</p> <p>Deputado Estadual na Assembleia Constituinte de 1892 (renunciou ao mandato) e nos Biênios de 1897-1898, 1889, 1900-1901, 1914-1915.</p> <p>Eleito 1º vice-presidente do Estado do Paraná em 1907, inelegível juntamente com João Cândido Ferreira.</p> <p>Líder da Aliança Liberal no Paraná. Com o auxílio do coronel Francisco Sá e do Marechal Mallet, abriu caminho para os revolucionários no Sul do Paraná.</p> <p>Membro do Conselho Administrativo do Paraná em 1931. Pediu exoneração do cargo em 09 de janeiro de 1932, alguns dias após a saída de Mário Tourinho.</p> <p>Conselheiro do Estado no Governo Manoel Ribas em 1933, permanecendo no cargo por 5 meses</p> <p>Partidos Políticos: Partido Republicano Paranaense, Aliança Liberal e Partido Social Democrático.</p>
Capitais Intelectuais	<p>Delegado Literário da 3ª Circunscrição Escolar do Estado, evento realizado em 1893</p> <p>Colaborador dos jornais "Diário da Tarde" e "Gazeta do Povo", além de ser co-fundador do jornal "O Dia"</p>

Fontes: GOULART, 2004, p.108, 124, NICOLAS, 1984; DAGOSTIM, 2011, p.41; NEGRÃO, 1926.

Nome	Roberto Glasser
------	-----------------

Local de nascimento/ano	Canguçu (RS), 1878
Formação	
Atuação	Participou da Revolução Federalista; Membro da Liga de Defesa Nacional do Paraná Secretário geral da Associação Comercial do Paraná
Capitais Econômicos	Empresário nos ramos da pecuária, do comércio e da indústria
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Abraão Glasser e de Ismênia Coutinho da Rocha Glasser. Seu pai foi deputado estadual no Biênio 1920-1921 Roberto Glasser foi um dos fundadores do Tiro de Guerra Rio Branco
Capitais Políticos	Deputado Estadual no Biênio 1914-1915 . Eleito deputado estadual em 1930, também participou da Revolução de 1930 Fundador e membro da comissão executiva do Partido Liberal Paranaense (PLP), legenda de oposição ao PSD e a Manoel Ribas, interventor a partir de 1932.); Suplente de deputado constituinte Presidente do Conselho Administrativo do Estado; Senador da República pelo PSD de 1946 a 1955, opondo-se à Constituição de 1937 ,
Capitais Intelectuais	Fundador e presidente do Centro Cultural Inter Americano de Curitiba Fundador da revista "Oito de Dezembro"

Fontes: DICIONÁRIO<sup>163</sup>; DAGOSTIM, 2011; NICOLAS, 1984

Nome	João Cândido Ferreira
Local de nascimento/ano	Lapa (PR), 1864- 1948
Formação	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1888) (C)
Atuação	Médico, professor universitário e escritor (C)
Capitais Econômicos	Fazenda do Taboão (C)

<sup>163</sup> DICIONÁRIO Histórico- Biográfico Brasileiro. Verbete Roberto Glasser. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/glasser-roberto>. Acesso em 13. Jun.2018.

Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de João Cândido Ferreira e Ana Leocádia Ferreira Maciel.</p> <p>Título Rodrigues Seixas Volume II, sendo também descendente do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto;</p> <p>Parentesco com Diogo Antônio Feijó, regente do império.</p> <p>Casado com Josepha do Amaral Ferreira, sua prima, sendo portador do Título Carrasco dos Reis.</p>
Capitais Políticos	<p>Prefeito da Lapa, 1892. (C). Chefe do Serviço Médico Militar em 1894, na ocasião do Cerco da Lapa.</p> <p>Deputado Estadual nos Biênios 1897-1898/1889 (N)</p> <p>Deputado Federal, na legislatura 1900-1902 (T)</p> <p>Vice-Presidente do Paraná, no governo de Vicente Machado (C)</p> <p>Eleito Presidente do Estado em 1907, renunciou ao cargo por desavenças políticas em 1908.(C)</p> <p>Segundo Francisco Negrão (vol.2, p.565), Ferreira renunciou ao cargo devido a uma rebelião de seus correligionários, que anteriormente tinham o aclamado como chefe do partido por acreditar que ele obedeceria ao jogo dominante estabelecido. No entanto, houve uma coligação entre os antigos partidos políticos em oposição e a grande exclusão de políticos que não se adequaram a esse novo esquema dominante.</p> <p>Membro da Aliança Liberal.</p> <p>Retornou à política como membro do Conselho Consultivo do Estado.</p>
Capitais Intelectuais	<p>Professor e um dos fundadores da Universidade do Paraná, exercendo a função de Diretor da Faculdade de Medicina na mesma instituição.</p>

Fontes: CARNEIRO; VARGAS; NICOLAS; TOURINHO, NEGRÃO, vol.2, p.564-565.

Nome	Francisco de Paula Soares Netto
Local de nascimento/ano	Rio Grande (RS), 1901
Formação	Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1920
Atuação	Médico do Exército e Professor (D)
Capitais Econômicos	



Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Oscar Paula Soares e de Celina Obino Soares.</p> <p>Primo de Salvador César Obino, militar que exerceu os cargos de chefe do Estado-Maior do Exército em 1946, chefe do Estado-Maior Geral entre 1946 e 1951 e comandante da Zona Militar Sul de 1951 a 1952 (D).</p> <p>Casado com Aura Partichelli Soares, com quem teve 11 filhos (D)</p> <p>Presidente da Federação Paranaense de Futebol. (D)</p>
Capitais Políticos	<p>Delegado de Segurança Pública, Interventoria Tourinho.</p> <p>Deputado Federal pelo PSD, 1934-1937. Dissidente do grupo do interventor Manoel Ribas. (D).</p> <p>Secretário da Fazenda do Paraná, 1945 (D)</p> <p>Diretor do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1953. Presidente da Junta Administrativa deste órgão de 1959 até a década de 1970. (D)</p> <p>Diretor-presidente do Banco do Estado do Paraná em 1954;</p> <p>Presidente da seção regional da UDN a partir de 1955</p>
Capitais Intelectuais	Professor de Medicina da Universidade do Paraná.

Fontes: DICIONÁRIO; PILOTO, 1982.

DICIONÁRIO Histórico- Biográfico Brasileiro. Paula Soares. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-paula-soares-neto>. Acesso em 14.jun.2018.

Nome	Antônio Couto Pereira
Local de nascimento/ano	Baturité, CE, 1896
Formação	
Atuação	Presidente do Clube Coritiba de 1927 a 1928; 1931-1934; 1937-1945
Capitais Econômicos	

Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho do Coronel Lindolfo Pereira Lima e Maria Couto Pereira. Uma de suas irmãs, Francisca de Lima Pereira, era proprietária da fazenda O Touro, localizada na cidade de Itapiúna (CE).</p> <p>Casou-se com Laura Barros Alves, filha de Joaquim José Alves Junior e de Joaquina Barros Alves (Título Cardoso de Lima, vol.5, p.54), sendo esta também descendente do comendador Antônio de Barros e Thereza de Lima Barros (Título Rodrigues de França) (NEGRÃO, vol.3, p.58); Casou-se em segundas núpcias com Odette Pereira Correia.</p>
Capitais Políticos	<p>Tornou-se Major por ocasião da Revolução de 1930, devido as suas relações com o General Plínio Tourinho, comandante da Revolução no Paraná.</p> <p>Delegado de Capturas, Interventoria Tourinho.</p> <p>Deputado Estadual em 1933.</p>
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP; LAIBIDA, 2016, p.83, 92; PILOTO, 1982.

Nome	João Ribeiro de Macedo Filho
Local de nascimento/ano	Paraná
Formação	Direito
Atuação	Professor Universitário
Capitais Econômicos	Família de industriais ervateiros
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Joaquim Pereira de Macedo e Adelaide Muller de Macedo.</p> <p>Seu pai foi Prefeito de Curitiba.</p> <p>Outros membros da família: José Ribeiro de Macedo e João Ribeiro de Macedo, presidentes da ACP.</p>
Capitais Políticos	<p>Secretário de Justiça de 5.10.1930 a 11.12.1930 (S).</p> <p>Secretário do interventor Clotário de Macedo Portugal. (C).</p>
Capitais Intelectuais	Reitor da Universidade do Paraná.

Fontes: CARNEIRO; NEGRÃO; SEJU<sup>164</sup>; GALERIA<sup>165</sup>

<sup>164</sup> SEJU. Galeria de Secretários de Justiça. Disponível em:

<http://www.justica.pr.gov.br/galeria/30/349/Joao-R-de-Macedo-Filho-.html>. Acesso em 15.mai.2018.

<sup>165</sup> SEJU. Galeria de Secretários de Justiça. Disponível em:

<http://www.justica.pr.gov.br/galeria/30/349/Joao-R-de-Macedo-Filho-.html>. Acesso em 15.mai.2018.

Nome	João David Pernetta
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1874 (C)-1933
Formação	Engenharia Civil, Escola Politécnica do Rio de Janeiro. (M)
Atuação	Professor Universitário
Capitais Econômicos	Alto Funcionário Público
Capitais Familiares/Sociais	<p>Pertence a família Pernetta, cujos membros destacados referem-se a nomes como Emiliano, Evaristo, Manoel e Júlio Pernetta.</p> <p>Participou da Coligação Republicana, em defesa de João Cândido Ferreira, rompendo com a situação dominante das oligarquias políticas locais. (C)</p> <p>Secretário do governo Mário Tourinho.</p> <p>Assumiu interinamente a interventoria do Paraná, na ocasião da renúncia de Mário Tourinho.</p> <p>Casado com Laura Beltrão Pernetta, filha de Rosa Gutierrez Beltrão e Francisco da Cunha Machado Beltrão Título Rodrigues de França. Entre os irmãos de Laura Beltrão, destacam-se: Francisco Gutierrez Beltrão, Secretário de Obras Públicas, Juiz e Deputado Estadual; Capitão Tenente Osman Gutierrez Beltrão, oficial da Guarda Nacional (NEGRÃO, vol.3, p.316-317);</p>
Capitais Políticos	<p>Deputado Estadual nos Biênios de 1806-1807/ 1900-1901/ 1904-1905/ 1908-1909/ 1910-1911/ 1912-1913/ 1914-1915.</p> <p>Deputado Federal nas legislaturas 1915-1917/ 1918-1920, exercendo a função de 1º secretário da Câmara.</p> <p>Secretário de Estado do Interior e Obras Públicas (1930-1932)</p>
Capitais Intelectuais	<p>Positivista, discípulo de Auguste Comte, conviveu com Benjamim Constant. Fundador do Centro de propaganda do Positivismo do Paraná.</p> <p>Publicou os livros "Idade Moderna", em 1903, e "Os dois Apóstolos", em 1927, obra biográfica sobre os fundadores da Igreja Positivista do Brasil, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. (G)</p>

	<p>Defensor dos princípios do positivismo como a harmonia coletiva, organização da família (sobretudo a proletária) e a estabilidade social. (M, p.312).</p> <p>Professor catedrático da Faculdade de Engenharia do Paraná (N)</p>
--	--

Fontes: CARNEIRO; VARGAS; NICOLAS; TOURINHO; GLOSSÁRIO<sup>166</sup>, NEGRÃO, vol.3, p.317; MACIEL, 1925.

Nome	Octávio da Silveira
Local de nascimento/ano	Tupanciretã (RS), 1895.
Formação	Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1915
Atuação	Médico. Diretor do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	<p>Apoiador dos levantes Tenentistas de 1922, 1924 e da Coluna Prestes.</p> <p>Membro do destacamento João Alberto, lutou na Revolução de 1930 (MONTEIRO, 2013, p.83)</p> <p>Foi indicado Secretário da Educação e Cultura no governo Manoel Ribas. (T)</p> <p>Diretor Geral do Ensino e Saúde Pública</p> <p>Deputado Federal 1935-1937 (PSD);</p> <p>Líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Paraná.</p> <p>Presidente da Aliança Nacional Libertadora (1935).</p> <p>Integrante do Diretório Central da ANL no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.</p> <p>Exerceu a oposição parlamentar ao governo Vargas. Na tribuna da Câmara dos Deputados, leu, no dia 06 de julho de 1935, o Manifesto de Luís Carlos Prestes, “Todo poder à ANL”, que conclamava à insurreição popular. Como resposta, Vargas decretou o fechamento da organização.</p>

<sup>166</sup> GLOSSÁRIO. Verbete João Pernetta. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_joao\\_david\\_pernetta.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_joao_david_pernetta.htm) . Acesso em 15.jun.2018.

	<p>Presidente da ANL e companheiro de militância de Francisco Mangabeira, Abguar Bastos, Maurício de Lacerda, Filipe Moreira Lima, Roberto Sisson, membros da organização Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, que substituiu a ANL.</p> <p>Opositor às arbitrariedades cometidas por Getúlio Vargas contra o Levante Comunista de 1935.</p> <p>Preso em 1936 juntamente com os deputados Domingos Velasco, Abguar Bastos e João Mangabeira e o senador Abel Chermont. Depois do término da sua pena, Otávio da Silveira voltou a desempenhar suas funções legislativas, interrompidas com o golpe de 1937.</p> <p>Expulso do Partido Comunista em 1946 (MONTEIRO, 2013, p.173).</p>
Capitais Intelectuais	<p>Pioneiro da neurologia no Estado do Paraná. (T)</p> <p>Professor na Faculdade de Medicina do Paraná. (T)</p> <p>Fundador da Sociedade Psiquiátrica do Paraná. (T)</p> <p>Colaborador do jornal “Diário da Tarde”</p> <p>Sua atuação foi decisiva para a federalização da Universidade do Paraná.</p>

Fontes: DHBB<sup>167</sup>; TEIVE, 2008; MONTEIRO, 2013.

Nome	Vicente Mário de Castro
Local de nascimento/ano	
Formação	Militar
Atuação	Capitão do Exército
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	<p>Tenente Histórico.</p> <p>Membro da Diretoria da Aliança Liberal.</p> <p>Lutou na Revolução de 1930.</p> <p>Membro da Legião Revolucionária Paranaense. Opositor de Mário Tourinho.</p>

<sup>167</sup> DICIONÁRIO. Verbete Otávio da Silveira. Autoria: Vilma Keller. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silveira-otavio-da>. Acesso em 15.jun.2018.

	Chefe de Polícia nomeado por Manoel Ribas, 1932
Capitais Intelectuais	

Fontes: PILOTO, 1982

Nome	Oscar Joseph de Plácido e Silva
Local de nascimento/ano	Maceió (AL), 1892
Formação	Direito
Atuação	Jurista, Professor e Jornalista
Capitais Econômicos	Proprietário de escritório de advocacia, foi um dos fundadores do jornal Gazeta do Povo, periódico do qual também foi seu editor.
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Francisco Manoel da Silva e Senhorinha Plácido da Silva.
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	Primeiro aluno da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Fontes: MILLARCH, 1992<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> MILLARCH, Aramis. Os cem anos de Plácido e Silva merecem intensas comemorações. Artigo originalmente publicado em 14 de janeiro de 1992. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/os-cem-anos-de-placido-silva-merecem-intensas-comemoracoes>. Acesso em 15.jun.2018.

#### ANEXO 4: FICHAS BIOGRÁFICAS DOS MEMBROS DA EQUIPE AFFONSO CAMARGO

José Pinto Rebello Filho

Francisco Gutierrez Beltrão

Lysimaco Ferreira da Costa

Nome	José Pinto Rebello Júnior
Local de nascimento/ano	Curitiba, 1888-1931
Formação	Direito
Atuação	Advogado
Capitais Econômicos	Membro de família proprietária na região de Curitiba
Capitais Familiares/Sociais	Título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, 1927). Filho do coronel José Pinto Rebello e de Francisca dos Santos Rebello. Neto de Joaquim Pinto Rebello. Título Cardoso Lima (NEGRÃO, 1946). Sua irmã, Etelvina Pinto Rebello de Camargo, era casada com o presidente do Paraná, Affonso Camargo. Outra irmã, Celmira Pinto Rebello da Cruz Marques, era casada com o também membro do Partido Republicano, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques.
Capitais Políticos	Deputado Estadual entre 1922 e 1927;  Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Fugiu do Paraná na deflagração da Revolução de 1930. Juntamente com Affonso Camargo, apresentou-se à Delegacia Revolucionária de São Paulo em 10 de novembro.
Capitais Intelectuais	Colaborador do jornal A República

Fontes: ALEP<sup>169</sup>; NEGRÃO, 1927, 1946; IHGPR

Nome	Francisco Gutierrez Beltrão
Local de nascimento/ano	Paranaguá, 1875-1939
Formação	Engenharia Civil

<sup>169</sup> ALEP. Conheça os deputados. Disponível em:

<http://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/jose-pinto-rebello-junior>. Acesso em 26.jan.2020.

Atuação	Engenheiro Civil
Capitais Econômicos	Grande Propriedade. Juiz de Terras.
Capitais Familiares/Sociais	Título Rodrigues de França. Filho de Rosa Gutierrez Beltrão e Francisco da Cunha Machado Beltrão, advogado, juiz e desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Deputado Estadual em 1899, reeleito em 1891, presidiu a mesa diretora. Uma de suas filhas, Laura Beltrão Pernetta, foi casada com João David Pernetta, deputado estadual e secretário do interventor Mário Tourinho.
Capitais Políticos	Secretário de Estado de Obras Públicas e Colonização. Deputado estadual entre 1900 e 1905.
Capitais Intelectuais	

Fontes: OLIVEIRA, 2000; NEGRÃO, 1928, p.316.

Nome	Lysimaco Ferreira da Costa
Local de nascimento/ano	Curitiba, 1883-1941
Formação	Estudou no Ginásio Paranaense e nas escolas militares do Rio de Janeiro, com forte influência do positivismo. Foi expulso da Escola Militar do Brasil (ABREU, 2007). Engenharia pela Universidade do Paraná
Atuação	Professor da Universidade do Paraná. Em 1926, é nomeado Inspetor Geral da Faculdade de Engenharia.
Capitais Econômicos	Família Proprietária. Grande funcionalismo público.
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Antônio Ferreira da Costa Filho e Francisca Ribeiro da Costa.  Casado com Esther Martins Franco, filha do Coronel Evaristo Martins Franco, com quem teve 11 filhos. Viúvo, casou-se em segundas núpcias com uma das irmãs de Esther, Maria Ângela Martins Franco, com quem não teve filhos. Título Xavier Pinto (NEGRÃO, 1929, p.342).  Genro de Arthur Martins Franco, deputado estadual por várias legislaturas, comissário de terras, deputado federal e Secretário de Finanças do Paraná. Genro de Leonor Monteiro de Carvalho Franco, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, vice-presidente do Paraná,



	<p>industrial e diretor do Banco de Curitiba (NEGRÃO, 1929, p.341).</p> <p>Os filhos do seu primeiro casamento tornaram-se médicos, engenheiros e professoras normalistas, além de um advogado. Muitos entraram na política, sendo eles: (1) Plínio Franco Ferreira da Costa, Diretor: DER, 1947-1951, Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE de 1951 a 1955; Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER de 1955 a 1958; Secretário de Estado da Fazenda de 1958 a 1960; Diretor da Rede Ferroviária Federal, Rio de Janeiro, 1960-1962; Deputado federal (PSD), 1963-1966; Presidente da TELEPAR (1971-1972); Pró-reitor administrativo, UFPR, 1974-1980; (2) Antônio Ferreira da Costa, Secretário da Fazenda, Desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e (3) Alberto Franco Ferreira da Costa, deputado federal, ARENA, 1967-1975</p>
Capitais Políticos	<p>Em 1925, foi nomeado Diretor Geral do Ensino do Estado do Paraná, substituindo o então diretor, Prieto Martinez.</p> <p>Em 1927 tornou-se Delegado do Estado do Paraná no Convênio dos Estados Cafeeiros.</p> <p>De 1928 a 1930, assumiu o cargo de Secretário da Fazenda, Indústria e Comércio.</p> <p>Em 1929, participou do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Paraná.</p> <p><b>Preso pela Revolução de 1930.</b></p> <p>Após a Revolução de 1930, reassumiu o cargo de professor no Ginásio Paranaense e na Universidade do Paraná.</p>
Capitais Intelectuais	Professor Catedrático do Ginásio Paranaense e diretor da instituição

Fontes: IHGEP, 1980, p.320; ABREU, 2007; GRANATO, 2019, NEGRÃO, 1929

ANEXO 5- SENADORES DO PARANÁ ELEITOS ANTES DA REVOLUÇÃO DE 1930

Nome	Carlos Cavalcanti de Albuquerque
Local de nascimento/ano	Rio de Janeiro, DF, 1864
Formação	Escola de Cadetes de Porto Alegre, RS,1879. Chefe do Estado-Maior da 1ª Região Militar e comandante do 1º Regimento de Infantaria da Vila Militar. Professor catedrático de Economia Política da Faculdade de Engenharia do Paraná.
Atuação	Chefe do Estado-Maior da 1ª Região Militar. Família Militar. Professor da Faculdade de Engenharia do Paraná.
Capitais Econômicos	Alto funcionário. Família Proprietária
Capitais Familiares/Sociais	<p>Família estabelecida no Paraná desde meados do século XIX</p> <p>Título Carrasco dos Reis (NEGRÃO,1926).</p> <p>Filho de Inocêncio José Cavalcanti de Albuquerque (militar, combatente e morto na Guerra do Paraguai) e Joaquina da Mota Cavalcanti de Albuquerque. Casado com Francisca Munhoz da Rocha (irmã de Caetano Munhoz da Rocha). Tio: General José de Almeida Barreto (participou da Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, em 1848, combatente na Guerra do Paraguai, de 1866 a 1868, participante ativo da Proclamação da República, em 1989, eleito senador pela Paraíba, em 1890, aliado de Deodoro da Fonseca, opositor de Floriano Peixoto. Membro do Partido Autonomista, na Paraíba, e do Partido Democrata, na capital federal, Ministro do Supremo Tribunal Militar.).</p> <p>Outros familiares importantes: Eudoro Cavalcanti de Albuquerque, desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, casado com Amasília Camargo, irmã de Afonso Camargo (OL, 2000, p.387). Promotor público nas cidades de Cerro Azul, Tibagi, Santo Antônio da Platina, Campo Largo, Ribeirão Claro, São Mateus e Tomazina. Nomeado desembargador em 1929, exonerado pela Revolução de 1930, retomando ao cargo anos depois e aposentado em 1949.</p> <p>Casado com Francisca Munhoz da Rocha, irmã de Caetano Munhoz da Rocha</p>
Capitais Políticos	Deputado Federal, Paraná, 1900-1905 e 1909-1911; Presidente do Paraná, Partido Republicano, 1912-1916 (venceu oposições internas ao seu vice, Affonso

	Camargo, lideradas por Alencar Guimarães e Generoso Marques dos Santos, seu governo foi atravessado pela Guerra do Contestado); Senador, Paraná, 1921-1930
Capitais Intelectuais	Professor Universitário

Fontes: NEGRÃO, 1926; NICOLAS, S/D, OLIVEIRA, 2000

Nome	Marins Alves Camargo
Local de nascimento/ano	Guarapuava, PR, 1882.
Formação	Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1903. Membro e presidente do IHG Paraná, maçonaria. Grão Mestre do Grande Oriente e Supremo Conselho do Paraná, de 01/02/1913 a 02/1914. Co-fundador e diretor do Ginásio Curitibano.
Atuação	Advogado e Promotor
Capitais Econômicos	Alto funcionário. Família Proprietária
Capitais Familiares/Sociais	<p>Família estabelecida no Paraná desde meados do século XIX Título Carrasco dos Reis e Título Moreira da Rocha.</p> <p>Filho de Pedro Alves da Rocha Loures e de Francisca de Paula Camargo Loures. Casado com: Etelvina Pinto Rebelo de Camargo.</p> <p>Outros familiares importantes: Antônio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava); Padre José Antônio de Camargo Araújo (deputado provincial) (OLIVEIRA, 2000, p.387).</p> <p>Era casado com Alcina Alves de Camargo, filha do Coronel Francisco de Paula Camargo; Irmão de Affonso Alves de Camargo, advogado, deputado estadual de 1898-1899; 1900-1901; 1908-1909; 1912-1913; 1914-1915; vice-presidente do Paraná, presidente do Paraná de 1916 a 1920, senador do Paraná, líder do Partido Republicano e presidente do estado a partir de 1928.</p> <p>Sobrinho-neto: Afonso Alves de Camargo Neto, senador do Paraná, de 1979 a 1995, Ministro dos Transportes, governo José Sarney, deputado federal desde 1995.</p>
Capitais Políticos	Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 1912 (Governo Carlos Cavalcanti de Albuquerque); Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 1913 (Governo Carlos Cavalcanti de Albuquerque). Secretário Geral do Estado, 1920-1922 (Governo Caetano Munhoz da Rocha).

	<p>Presidente do Diretório Regional do Partido Republicano. Deputado Estadual, 1920, Presidente da ALEP, 1920</p> <p>Senador de 1928 à 1930. Vice-Presidente do Estado de 25.02.1924 à 25.02.1928.</p>
Capitais Intelectuais	Professor Universitário

Fontes: NEGRÃO, 1926; NICOLAS, S/D, OLIVEIRA, 2000

Nome	Caetano Munhoz da Rocha
Local de nascimento/ano	Antonina, Paraná, 1879.
Formação	Medicina, Faculdade Nacional de Medicina, Rio de Janeiro, 1902.
Atuação	Médico na Santa Casa de Misericórdia e Inspetoria de Saúde dos Portos e Ervateiro. Pertenceu ao Círculo dos Estudos Bandeirantes e ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sendo presidente em 1919.
Capitais Econômicos	Família de Ervateiros
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Bento Rocha e Maria Leocádia Munhoz Carneiro. Casado com Olga de Souza. Segunda núpcia com Domitila Almeida, filha do Coronel Alfredo Xavier de Almeida e Maria Lúcia Grein de Almeida (GOULART, p.197). Terceira núpcia com Sílvia Lacerda Braga, filha do Coronel Antonio da Cunha Braga e Vitória de Lacerda Braga (GOULART, 2008, p.197).</p> <p>Teve, ao todo, 21 filhos. Filho: Bento Munhoz da Rocha Neto (casado com Flora Camargo Munhoz da Rocha, filha de Afonso Camargo, aliado de Caetano Munhoz da Rocha), deputado federal constituinte em 1946, governador do Paraná, pelo Partido Republicano, de 1951 e 1955, ministro da Agricultura, governo Café Filho, 1955, e deputado federal de 1959 a 1962, pelo Partido Republicano.</p> <p>Outros familiares na política: Sua irmã, Francisca Munhoz da Rocha, casou-se com Carlos Cavalcanti de Albuquerque (presidente do Paraná) (OLIVEIRA, 2000, p.392).</p> <p>Família estabelecida no Paraná desde meados do século XVIII, quando o espanhol Bento Antônio Munhoz e sua esposa Michielina Assumpção se estabeleceram no Paraná</p> <p>Através do casamento entre Florêncio José Munhoz (filho de Bento Antônio Munhoz) com Luízia Licia de Lima (descendente de Mateus Leme e Baltazar Carrasco dos Reis), a família se torna integrante dos herdeiros dos primeiros povoadores de Curitiba (OLIVEIRA, 2000, p.392).</p>

	Título Carrasco dos Reis (OLIVEIRA, 2000; NEGRÃO, 1926).
Capitais Políticos	Deputado Estadual, Partido Republicano, de 1904 a 1917. Prefeito de Paranaguá, Paraná, 1908-1912; 1912-1915. Vice-presidente do Paraná, 1916-1920 (Governo Affonso Camargo), Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas (Governo Affonso Camargo), Presidente do Paraná, 1920-1928, Senador, 1928-1930. Afastado pela Revolução de 1930, eleito deputado estadual pela União Republicana Paranaense (reunião de políticos do período anterior à 1930), cassado em 1937.  Foi convidado a exercer a presidência do Departamento Administrativo do Estado de 1939 a 1940.
Capitais Intelectuais	Membro do Círculo de Estudos Bandeirantes e do IHG do Paraná

Fontes: NEGRÃO, 1926; NICOLAS, S/D, OLIVEIRA, 2000, GOULART, 2008

## ANEXO 6: DEPUTADOS FEDERAIS DO PARANÁ ELEITOS ANTES DA REVOLUÇÃO DE 1930

Plínio Marques

Artur Franco

João Moreira Garcês

Eurides Cunha

Nome	Plínio Gonçalves Marques
Local de nascimento/ano	Antonina (PR), 1893
Formação	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
Atuação	Médico. Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia.
Capitais Econômicos	Seu pai era um grande capitalista.
Capitais Familiares/Sociais	Filho de João Eugênio Gonçalves Marques e de Josefina de Lacerda Marques. Portador do Título Gonçalves Marques, por ser descendente do português João Gonçalves Marques, próspero comerciante em Paranaguá e um dos mais importantes povoadores da cidade (NEGRÃO, vol.6, p.161)  Casado com Maria Henriqueta de Carvalho Marques (NEGRÃO, vol.2, p.256). Maria Henriqueta é filha de Maria Christina Lustoza de Carvalho e neta do Tenente-Coronel Antônio Ricardo Lustoza de Andrade, um importante povoador de Curitiba. O casal teve 5 filhas: Maria Marques, casada com o engenheiro Oscar de Mendonça, Vera, Heloísa, Lydia e Zélia Marques, casada com o seu primo Ennio Marques Filho, sócio da firma industrial João Eugenio & Cia. Título Rodrigues Seixas.
Capitais Políticos	Deputado Estadual, legislaturas de 1916-1917; 1918-1919; 1920-1921.  Deputado Federal, 1921-1930.  Vice-presidente da Câmara dos deputados, legislatura de 1921.
Capitais Intelectuais	

Fontes: DHBB<sup>170</sup>; ALEP

<sup>170</sup> DHBB. Verbete Plínio Marques. Autoria: Luciana Pinheiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARQUES,%20PI%C3%ADnio.pdf>. Acesso em 31.jan.2019.

Nome	Artur Martins Franco
Local de nascimento/ano	Campo Largo (PR), 1876
Formação	Engenharia Geográfica e Engenheiro Civil, Escola Politécnica de São Paulo.
Atuação	Engenheiro na Câmara Municipal de Curitiba e Comissário de Terras.
Capitais Econômicas	Seu pai era um grande proprietário de terras em Curitiba.
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho do capitão Evaristo Martins Franco e de Maria Josephina de Souza Franco (Título Xavier Pinto).</p> <p>Seu avô paterno é o Capitão Evaristo Martins Franco, filho do comendador Antônio Martins Franco e de sua primeira mulher Maria Ângela Alves de Araújo, sendo o comendador Antônio Martins Franco alto funcionário do estado, um grande capitalista e proprietário de extensas terras no Cajuru e em Santa Bárbara, localizadas no município de Curitiba. Título Xavier Pinto (NEGRÃO, vol.4, p.341).</p> <p>Arthur Franco é bisneto do Coronel Diogo Pinto Portugal, um dos conquistadores de Guarapuava (OLIVEIRA, 2000).</p> <p>Entre as irmãs de Artur Martins Franco, destacam-se as que contraíram relações com a família Macedo (Ernestina Franco de Macedo, casada com Agostinho Ribeiro de Macedo Filho, serventuário de São João do Triunfo, Jovina Franco de Souza, casada com Frederico de Macedo Souza, comerciante em Curitiba- Família portadora do Título Rodrigues Seixas NEGRÃO, vol.2, p.348). Além da Família Macedo, citamos Maria Ângela Franco da Costa, casada com o seu cunhado Lysimaco Ferreira da Costa, professor do Ginásio Paranaense e Diretor Geral do Ensino no governo Caetano Munhoz da Rocha, Euzínia Franco Teigão, casada com o Capitão José Alves Teigão, tesoureiro da Secretaria Geral do Estado, Euridyce Franco, casada com Leônidas Ferreira da Costa, irmão de Lysimaco Ferreira da Costa.</p> <p>Entre os irmãos de Artur Martins Franco, destacamos Antonio Martins Franco, juiz de Direito em Curitiba, procurador-geral do estado, desembargador do Tribunal de Justiça, Francisco Martins Franco, médico e docente na Universidade do Paraná. Filha do industrial Guilherme Xavier de Miranda, que ocupou o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Curitiba (NEGRÃO, vol.4, p.342-344).</p> <p>Casado com Leonor Monteiro de Carvalho Franco, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, vice-</p>

	presidente do Estado, industrial e diretor do Banco de Curitiba (NEGRÃO, vol.2, p.348).
Capitais Políticos	Comissário de terras do 7º e do 2º comissariado, de 1902-1905 (Paraná); Engenheiro-chefe da seção técnica da Câmara Municipal de Curitiba (1905-1907); Engenheiro-chefe da comissão do núcleo "Cruz Machado", em Guarapuava (1910-1912); Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado do Paraná, de 1912 a 1916; Deputado estadual, 1920-1923; Deputado federal de 1923 a 1930;
Capitais Intelectuais	Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, lecionando também nas faculdades de Filosofia e Ciências e Letras; Diretor do Museu Paranaense; Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1952-1953); Presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes (1934-1937).

Fontes: NICOLAS; ALEP<sup>171</sup>;

Nome	João Cid Moreira Garcez
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1885
Formação	Engenharia Civil, Escola Politécnica de São Paulo, 1910.
Atuação	Engenheiro na Companhia Mogiana de Estrada de Ferro.
Capitais Econômicos	Seu pai foi um abastado comerciante em Curitiba.
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Teófilo Moreira Garcez e de Filomena Viana Garcez. Casado com Leonor da Motta Garcez, filha do Desembargador, juiz e político Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Como vice-presidente do estado, ocupou interinamente a presidência do estado por diversas vezes. Título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, vol.2, p.474) Tronco familiar: Macedo, Ribeiro, Rebelo, entre outras famílias. Título Cardoso de Lima (NEGRÃO, vol.V, p.574).

<sup>171</sup> ALEP. Arthur Martins Franco. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/476-arthur-martins-franco> . Acesso em 31.jan.2019.



Capitais Políticos	<p>Diretor de Obras Públicas do estado, 1912-1919 (Governos Cavalcanti de Albuquerque e Affonso Camargo);</p> <p>Engenheiro chefe da Comissão Geográfica do Paraná; Secretário de Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, 1919;</p> <p>Delegado na Comissão Demarcadora dos Limites entre Paraná e São Paulo;</p> <p>Prefeito de Curitiba, 1920-1928. Sua gestão foi caracterizada pela urbanização e modernização da cidade, através da pavimentação de ruas e aprimoramento do serviço de água e esgoto.</p> <p>Presidente da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande; Deputado Federal pelo Paraná (1928-1930), reeleito em 1930;</p> <p>Prefeito de Curitiba, 1938-1940;</p> <p>Como prefeito, foi o responsável pela construção do 1º arranha-céu de Curitiba.</p>
Capitais Intelectuais	<p>Professor da Faculdade de Engenharia do Paraná;</p> <p>Membro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) do Paraná e do Conselho de transportes do Diretório Regional de Geografia do Paraná;</p> <p>Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Instituto de Engenharia do Paraná.</p>

Fontes: DHBB<sup>172</sup>, NEGRÃO, 1927; 1946.

Nome	Eurides Cunha
Local de nascimento/ano	Campo Largo (PR), 1872-1955
Formação	Faculdade de Direito de São Paulo, 1892
Atuação	Fazendeiro e pecuarista.
Capitais Econômicos	Grande proprietário de uma chácara em Curitiba.
Capitais Familiares/Sociais	Filho do Coronel Domingos Cunha (chefe político de Campo Largo) e de Maria Núncia Portela Cunha.
Capitais Políticos	Entrou na política através do seu pai e do grupo político do antigo chefe do Partido Liberal, Generoso Marques dos

<sup>172</sup> DHBB. Verbetes Moreira Garcez. Assinado por Luciana Pinheiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GARCEZ,%20Jo%C3%A3o%20Moreira.pdf> Acesso em 31.jan. 2019.

	<p>Santos. Pertenceu à União Republicana, agremiação de oposição a Vicente Machado;</p> <p>Eleger-se deputado estadual em 1895, mas não tomou posse por protesto às falhas do processo de candidaturas e reconhecimento de chapas da eleição. Em 1910, foi eleito deputado, reelegendo-se até 1918.</p> <p>Seu cargo de Deputado Estadual foi concomitante ao cargo de Prefeito de Jaguariaíva (1912-1920);</p> <p>Na ocasião da dissidência de Alencar Guimarães e Generoso Marques, ficou ao lado de Affonso Camargo;</p> <p>Vice-presidente do estado, gestão Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924), assumindo o cargo interinamente em 1923, na ausência de Munhoz da Rocha;</p> <p>Deputado Federal, 1925-1928;</p> <p>Prefeito de Curitiba, 1928-1930; Deposto pela Revolução de 1930;</p> <p>Caetano Munhoz da Rocha, Lindolfo Pessoa e Albuquerque Maranhão tentaram fazer com que Eurides Cunha aceitasse a se candidatar a deputado nas eleições de 1934, o que foi recusado por Eurides Cunha, pela sua rejeição em voltar à política.</p>
Capitais Intelectuais	

Fontes: OLIVEIRA, 2000, p.374; CASA CIVIL<sup>173</sup>.

<sup>173</sup> CASA CIVIL. Eurides Cunha. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=107> Acesso em 31.jan.2019.

ANEXO 7: DEPUTADOS ESTADUAIS DO PARANÁ ELEITOS ANTES DA  
REVOLUÇÃO DE 1930

Aramis Athayde

Caio Machado

Dídio Iratym Affonso da Costa

Domingos de Freitas

Edmundo Mercer

Elbe Lauro Pospissil

Enéas Marques dos Santos

Ermelino Beckert

Ermelino de Leão

Estevam Ribeiro do Nascimento Júnior

Francisco Fido Fontana

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo

Genaro Régis Pereira da Costa

Hernani Nogueira Zaina

Hildebrando César de Souza Araujo

João Antônio Xavier

João Cândido de Oliveira

João de Aguiar

João Fleury da Rocha

João Leite de Paula e Silva

João Sampaio

Leovigildo Barbosa Ferraz

Lysandro Alves de Araujo

Manoel de Oliveira Franco

Romualdo Antônio Baraúna

Sylvano Alves da Rocha Loures

Tasso da Silveira

Theóphilo Soares Gomes

Vespasiano de Mello

Wallace de Mello

Nome	Aramis Taborda de Athayde
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1900-1971
Formação	Medicina, Universidade do Paraná, 1924
Atuação	1º tenente médico da Polícia Militar do Paraná e médico do exército. Fundador do Hospital da Cruz Vermelha Paraná.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho do capitão Aristides Athayde e de Benedicta de Jesus Taborda Athayde; Pelo lado paterno, é portador do Título Rodrigues de França. Seu pai, o capitão Aristides de Souza Athayde, era veterinário do Regimento de Segurança do Estado (NEGRÃO, vol.3, p.216). Pelo lado materno, é portador do título Rodrigues Seixas. Sua mãe, Benedita de Jesus Taborda Ribas é filha do Capitão Joaquim Taborda Ribas e de Paulina Francisca de Assis (NEGRÃO, vol.2, p.163) Casado com Maria Zorah da Rocha Ataíde
Capitais Políticos	Deputado estadual, 1928-1930; Deputado federal constituinte, PSD, 1946-1951; Secretário do Interior e Justiça, Secretário de Educação e Saúde, governo Bento Munhoz da Rocha; Ministro da Saúde, governo Café Filho, 1954-1955;
Capitais Intelectuais	Colaborador nos jornais "A República", "Diário da Tarde" e "Gazeta do Povo". Autor de trabalhos na área da Medicina. Professor da faculdade de Medicina na Universidade do Paraná. Autor de livros na área da

	medicina. Colaborador nos jornais A República, Diário da Tarde e Gazeta do Povo.
--	--

Fontes: ALEP<sup>174</sup>; DHBB<sup>175</sup>; NEGRÃO, vol.2 e vol.3

Nome	Caio Gracho Machado de Lima
Local de nascimento/ano	Ponta Grossa (PR), 1885-1954
Formação	Ciência Política, Paris (França)
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Maria Antônia Machado Lima e Vicente Machado, presidente do Paraná (1893-1894; 1904-1906) e chefe político da ALEP;  Título Carrasco dos Reis (NEGRÃO, vol.1)
Capitais Políticos	Delegado Técnico do Ensino Público;  Diretor de Estatística e do Arquivo Público do Estado;  Membro da Coligação Republicana (1908);  Deputado Estadual (1908-1909), (1929-1930); (1935-1937). Na Constituição Estadual de 1935, foi autor de projetos em prol da assistência social e da higiene pública, além da criação do Departamento de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná e do Departamento Estadual da Criança;  Juiz do Tribunal de Contas do Estado desde 1947;
Capitais Intelectuais	Jornalista e Diretor do jornal "O Dia"; atuando também nos jornais "Folha da Manhã", "A Noite" e nos periódicos cariocas "O Nacional" e "Gazeta da Bolsa".  Organizador de mostruários nas Exposições de Bruxelas e Paris (1928);  Chefe da delegação do Estado do Paraná na Exposição Internacional de Milão, realizada no ano de 1952.

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; ALEP<sup>176</sup>

<sup>174</sup> Aramis Athayde. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/aramis-athayde> Acesso em 05.fev.2019.

<sup>175</sup> Aramis de Ataíde. Verbete assinado por Lorenzo Aldé. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/aramis-taborda-de-ataide> Acesso em 05.fev.2019.

<sup>176</sup> Caio Machado. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/caio-machado> Acesso em 04.fev.2019.

Nome	Dídio Iratym Affonso da Costa
Local de nascimento/ano	Guarapuava (PR), 1881
Formação	Escola naval do Rio de Janeiro
Atuação	Capitão de Corveta da Marinha, viajando pelo mundo através do ofício. Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado do Paraná. Ajudante de ordens do Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Superintendente de Navegação. Ajudante de ordens do Ministro da Marinha e chefe do Estado Maior da Armada.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Julia Guilhermina Caillot Affonso da Costa e do Capitão do Exército, José de Santa Elias Affonso da Costa, Telegrafista Chefe do Paraná e descendente direto de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadella, e também descendente do Conde da Cunha, que foi o 2.º vice-rei do Brasil (NEGRÃO, vol.6, p.444). Pelo lado materno, é portador do título Müller (NEGRÃO, vol.6, p.444). Casado com Olívia de Faria Affonso da Costa, filha do Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e de Joaquina da Silva Faria.
Capitais Políticos	Prefeito de Paranaguá, a partir de 1927; Deputado Estadual, 1924-1925; 1926-1927; 1928-1929; 1930 (PRPr)
Capitais Intelectuais	Autor de produções técnicas para as seguintes publicações: Boletim do Clube Naval, Revista Marítima Brasileira, Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, A República, Diário da Tarde e O Dia. Em Paranaguá, escreve para os periódicos Diário do Comércio e O Itiberê. No Rio Grande do Sul, para o Diário do Rio Grande.

Fontes: NEGRÃO; NICOLAS

Nome	Domingos Theodorico de Freitas
Local de nascimento/ano	Palmeira (PR), 1879
Formação	
Atuação	Industrial de erva-mate e exportador para a Argentina.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho do capitão João Estevão de Freitas e de Ursulina T. de Freitas

Capitais Políticos	Prefeito de Palmeira; Presidente do Diretório do Partido Republicano de Palmeira; Deputado Estadual (1924-1925) Deputado Estadual (1930); Coronel em Palmeira (PR) GOULART, p.107.
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>177</sup>

Nome	Edmundo Mercer
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	Comissário de Terras
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Parentesco com Leopoldo Mercer, Coronel em Tibagi
Capitais Políticos	Deputado Estadual, PRPr, 1928-1930
Capitais Intelectuais	

Fontes: GOULART, 2008, p.497; NICOLAS

Nome	Elbe Lauro Pospissil
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1893-1943
Formação	
Atuação	Tipógrafo e alto funcionário da Prefeitura de Curitiba. Atuou na Sociedade Protetora dos Operários
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Antônio Pospissil Júnior e de Margarida Schleder Pospissil. Seu pai pertenceu ao partido oposicionista a Vicente Machado em 1905, juntamente com Generoso Marques dos Santos, Emygdio Westphalen, David Antonio da Silva Carneiro, Manoel Correia de Freitas, João de Menezes Dória, Ermelino Agostinho de Leão, Percy

<sup>177</sup> Domingos de Freitas. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/domingos-de-freitas> . Acesso em 07.fev.2019.

	Witters, Iphigenio Ventura de Jesus. (GOULART, 2008, p.324). Seu avô, Antonio Pospissil, imigrou da cidade de Hamburgo , para o Paraná no ano de 1862. TOURINHO, p.498).
Capitais Políticos	Político classista defensor dos operários; (Partido Operário);  Elbe Pospissil é um descendente de alemães pioneiro em defender a causa operária. (TOURINHO, vol.3, p.498)  Deputado Estadual, 1896; Partido Republicano Federal;  Deputado Estadual (1930);  Deputado Estadual (1936-1937);
Capitais Intelectuais	Fundou os seguintes jornais: "O Proletário", "O Trabalho", "A Tribuna" e a "Revista do Sul". Membro da Loja Maçônica <sup>178</sup> .

Fontes: ALEP<sup>179</sup>; GOULART, 2008; TOURINHO, 1991

Nome	Enéas Marques dos Santos
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR)
Formação	Direito
Atuação	Advogado
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Casado com Juanita Bittencourt. Filho de Generoso Marques dos Santos (NEGRÃO, Vol.2), senador e vice-presidente do Paraná
Capitais Políticos	Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, governo Affonso Camargo, 1916-1918;
Capitais Intelectuais	Professor.

Fontes: NICOLAS, 1984; GOULART, 2008; NEGRÃO, Vol.2

Nome	Ermelino Beckert
------	------------------

<sup>178</sup> Museu Maçônico. Fundadores da Loja Dario Velozzo . Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/1213\\_Fundadores.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/1213_Fundadores.htm) . Acesso em 15.fev.2019.

<sup>179</sup> Elbe Lauro Pospissil. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/elbe-lauro-pospissil> Acesso em 07.fev.2019.



Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	Professor
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: NICOLAS, 1984; GOULART, 2008, p.498.

Nome	Ermelino Agostinho de Leão
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1870-1932
Formação	Direito, Faculdade de Direito de São Paulo, 1893.
Atuação	Promotor Público em Palmeira e Tibagi (PR). Atuou como sargento da Guarda Nacional nas tropas legalistas que combateram os revoltosos federalistas em 1894. Nessa ocasião, protestou contra a morte do Barão do Serro Azul e responsabilizou Vicente Machado pela inoperância diante dos acontecimentos. Industrial da erva-mate.
Capitais Econômicos	Fundou, em 1898. A Leão, Correia & Fontana, em Antonina. Diretor da empresa Ermelino Agostinho de Leão & Cia, localizada em Curitiba.
Capitais Familiares/Sociais	Filho do desembargador Agostinho Ermelino de Leão e de Maria Bárbara Correia de Leão. Provedor da Santa Casa de Antonina.
Capitais Políticos	Deputado estadual, 1897-1898; Deputado estadual, 1889; Deputado estadual, 1897-1898; Deputado estadual, 1928-1930; Pertenceu ao Partido Republicano e ao Partido dos Independentes;
Capitais Intelectuais	Diretor do Instituto Curitibano, sendo sócio de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo.

	Redator do jornal Diário da Tarde; Diretor do Museu Paranaense; Autor de diversos livros, entre eles "Sete Quedas" e "Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná".
--	---

Fontes: ALEP<sup>180</sup>; NEGRÃO

Nome	Estevam Ribeiro do Nascimento Júnior
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	Fazendeiro e ervateiro em Clevelândia
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Prefeito de Clevelândia
Capitais Intelectuais	

Fontes: NICOLAS, 1984

Nome	Francisco Fido Fontana
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1883-1946
Formação	Secundário, Colégio Abílio, Rio de Janeiro.
Atuação	Empresário da erva-mate e aprimorador de máquinas industriais do produto
Capitais Econômicos	Presidente das Fábricas Fontana. Presidente da Associação Comercial do Paraná; Arrendatário do Teatro Guaíra e um dos responsáveis pela sua reforma;
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Francisco Fasce Fontana e de Maria Dolores Leão. Consul da Bélgica no Paraná; Presidente do "Graciosa Country Club"; Diretor regional do Touring Club do Brasil; Membro do Rotary Club do Paraná;

<sup>180</sup> Ermelino de Leão. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/ermelino-de-leao>  
Acesso em 07.fev.2019.

Capitais Políticos	Deputado Estadual (1908-1911/1924-1930); Chefe político em Ipiranga
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>181</sup>, GOULART, 2008, p.499, NICOLAS, 1984

Nome	Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo
Local de nascimento/ano	Campo Largo (PR), 1872
Formação	Direito
Atuação	Procurador Geral da Justiça
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de João Ribeiro de Macedo e de Anna Maria de Azevedo Portugal.  Membro do Clube Curitibano
Capitais Políticos	Oficial de Gabinete do presidente do Paraná Vicente Machado;  Responsável pela reforma do ensino no governo Carlos Cavalcanti, com a elaboração de um código de ensino correspondente ao período de 1916 a 1931;  Responsável pela elaboração de leis para os códigos do Processo Civil, Comercial e Penal, além da Lei de Organização Judiciária, a pedido de Affonso Camargo;  Deputado Estadual (1920-1923);  Deputado Estadual (1930);
Capitais Intelectuais	Fundou o "Instituto Curitibano", juntamente com Ermelino de Leão;  Professor na Escola Normal de Curitiba e no Ginásio Paranaense;  Foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, lecionando na instituição por mais de três décadas;  Escreveu o Hino do Paraná;  Publicou diversos livros na área do Direito;

Fontes: ALEP<sup>182</sup>, NICOLAS, 1984.

<sup>181</sup> Francisco Fontana. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/francisco-fido-fontana> Acesso em 07.fev.2019.

<sup>182</sup> Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/francisco-ribeiro-de-azevedo-macedo>. Acesso em 07.fev.2019.

Nome	Genaro Régis Pereira da Costa
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: SEM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Nome	Hernani Nogueira Zaina
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Deputado Estadual, 1926-1930;
Capitais Intelectuais	

Fontes: SEM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Nome	Hildebrando César de Souza Araújo
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	Comerciante e ervateiro
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Prefeito de Ipiranga (PRPr); Deputado Estadual, 1916-1921/1926-1930;

Capitais Intelectuais	Jornalista

Fontes: NICOLAS, 1984, GOULART, 2008, p.501

Nome	João Antônio Xavier
Local de nascimento/ano	Paranaguá (PR), 1852
Formação	Direito
Atuação	Tipógrafo, professor, advogado, comerciante, fazendeiro e industrial agrícola.
Capitais Econômicos	Sócio no escritório de advocacia de Tertuliano Teixeira de Freitas e Affonso Camargo.
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Manoel Antônio Xavier e de Anna Fernandes Xavier. Filho- João Antônio Xavier Filho, deputado estadual, 1912-1913;
Capitais Políticos	Oficial-maior do Congresso Legislativo do Paraná, 1890-1891; Procurador da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal, 1894; Eleito deputado estadual no governo Vicente Machado, recusou-se a tomar posse; Deputado Estadual (1900-1901; 1910-1911; 1922-1923; 1928-1930); Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba (1908-); Prefeito Interino de Curitiba por duas ocasiões: 1912-1913 e 1920. Foi reconhecido por Wallace de Mello, Jayme Balão, Adolpho Guimarães, Constante de Souza Pinto, Francisco Guimarães, Domingos Duarte Velloso e Generoso Borges como um bom administrador; Como Prefeito, João Antônio Xavier sancionou a lei nº 448, de 30 de julho de 1917, que determinava o fechamento dos estabelecimentos comerciais às 17 horas, o que foi apoiado pelos trabalhadores;
Capitais Intelectuais	Trabalho para os periódicos "Paraná" e "Dezenove de Dezembro". Fundou o periódico "Paranaense", com a direção de Justiniano de Mello e Silva.

Fontes: ALEP<sup>183</sup>, NICOLAS, 1984

<sup>183</sup> João Antônio Xavier. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/joao-antonio-xavier>. Acesso em 07.fev.2019.

Nome	João Cândido de Oliveira
Local de nascimento/ano	Almirante Tamandaré (PR), 1865
Formação	
Atuação	Coronel e delegado de polícia
Capitais Econômicos	Comerciante
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Cândido Machado de Oliveira e de Gertrudes de Moura Oliveira.
Capitais Políticos	Prefeito de Almirante Tamandaré. Deputado Estadual (1912-1913; 1930) Membro do Conselho Consultivo e delegado de Polícia de Almirante Tamandaré;
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>184</sup>; GOULART, 2008, p.502; NICOLAS, 1984

Nome	João de Aguiar
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: SEM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Nome	João Fleury da Rocha
Local de nascimento/ano	
Formação	

<sup>184</sup>João Cândido de Oliveira. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/joao-candido-de-oliveira> Acesso em 07.fev.2019.

Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: SEM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Nome	João Leite de Paula e Silva
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: SEM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Nome	João da Silva Sampaio
Local de nascimento/ano	Lapa (PR), 1864-1951
Formação	
Atuação	Comerciante e industrial no ramo da torrefação de café
Capitais Econômicos	Proprietário do jornal “A República” e sócio de uma empresa de artes gráficas
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Joaquim da Silva Sampaio e de Anna Angelina Sampaio.
Capitais Políticos	Deputado Estadual (1910-1930). Ocupou o cargo por 20 anos consecutivos.
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>185</sup>; NICOLAS, 1984

<sup>185</sup> João Sampaio. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/joao-sampaio> Acesso em 07.fev. 2019.

Nome	Leovigildo Barbosa Ferraz
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: SEM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Nome	Lysandro Alves de Araujo
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: SEM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Nome	Manoel de Oliveira Franco
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1894
Formação	Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito de São Paulo
Atuação	Promotor Público em Ponta Grossa,
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho do capitão Adolpho Ribas de Oliveira Franco e de Anna Garcez de Oliveira Franco.  Neto do brigadeiro Manoel de Oliveira Franco.



Capitais Políticos	Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1919  Secretário dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio. Deputado Estadual, 1922-1930, ocupando o cargo ininterruptamente;  Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Paraná;
Capitais Intelectuais	Fundou o jornal “O Estado do Paraná”, juntamente com Arthur Martins Franco, João de Oliveira Franco e Leovigildo Barbosa Ferraz, além os periódicos "Folha Rósea" e “O Progresso”. Professor de Direito na Universidade do Paraná.

Fontes: ALEP<sup>186</sup>; NICOLAS, 1984

Nome	Romualdo Antônio Baraúna
Local de nascimento/ano	Santo Amaro (BA), 1872-1937
Formação	Engenharia Agrônoma, Escola Agrícola da Bahia
Atuação	Engenheiro em Guarapuava. Delegado de Terras no município de Camamú, na Bahia; inspetor do Telégrafo Nacional, Fiscal da concessão Caiacanga, da empresa South Brazilian Railway Company, no Paraná; comissário de Terras em Guarapuava e fiscal da Estrada de Ferro Oeste Paraná.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Antônio Lázaro do Sacramento Baraúna e Maria Joaquina Baraúna.
Capitais Políticos	Deputado Estadual entre 1908 e 1930.  Prefeito de Guarapuava (1921-1924).  Presidente da ALEP 1922-1925; 1928-1929; 1930;
Capitais Intelectuais	Redator dos periódicos “O Guaíra” e “Guarapuavano”. Fez parte do

Fontes: ALEP<sup>187</sup>; NICOLAS, 1984

<sup>186</sup> Manoel de Oliveira Franco. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/manoel-de-oliveira-franco> Acesso em 07.fev.2019.

<sup>187</sup> Romualdo Antônio Baraúna. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/romualdo-antonio-barauna> Acesso em 07.fev.2019.

Nome	Sylvano Alves da Rocha Loures
Local de nascimento/ano	Palmas (PR), 1864
Formação	Engenharia Agrônoma, na Escola Agronômica Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP, 1915
Atuação	Engenheiro da Secretaria de Obras Públicas do Paraná; Presidente da Associação de Agrônomos e Médicos Veterinários do Paraná;  Representante do Ministério da Agricultura
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Jesuíno Alves da Rocha Loures e de Francisca Ferreira da Rocha Loures.
Capitais Políticos	Chefe do Serviço de Economia Rural no Paraná; Deputado Estadual
Capitais Intelectuais	Professor da Escola Agronômica do Paraná;  Publicou diversos livros na área de Agronomia;  Diretor do jornal "Renovação" e colaborador no jornal "Diário da Tarde".

Fontes: ALEP<sup>188</sup>; NICOLAS, 1984

Nome	Tasso da Silveira
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1895-1968
Formação	Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Manoel da Silveira Netto e de Amélia Alcântara da Silveira.
Capitais Políticos	Deputado Estadual, 1930
Capitais Intelectuais	Publicou diversos livros de poemas e novelas, além do ensaio "Romain Rolland", em que foi premiado pela Academia Brasileira de Letras;

<sup>188</sup> Sylvano Alves da Rocha Loures. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/sylvano-alves-da-rocha-loures> Acesso em 07.fev.2019.

	<p>Fundou as revistas de artes e letras "Fanal" e "Athenéia", de Curitiba. No Rio de Janeiro, fundou as revistas "Os Novos" e "América Latina".</p> <p>Colaborou para os periódicos "Brasilea" e o "Diário da Tarde"</p>
--	--

Fontes: ALEP<sup>189</sup>; NICOLAS, 1984

Nome	Theóphilo Soares Gomes
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: SEM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS

Nome	Vespasiano de Mello
Local de nascimento/ano	Jaguariaíva (PR), 1886-1960
Formação	
Atuação	Comerciante e membro da Guarda Nacional
Capitais Econômicos	Proprietário do Cinema de Castro
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Pedro de Mello. Presidente das sociedades "União e Progresso", "Jóquei Clube Castrense" e "Caramuru Esporte Clube".
Capitais Políticos	Vereador em Castro; Prefeito de Castro por 13 anos Presidente da Câmara de Castro; Delegado de Polícia em Castro; Deputado Estadual

<sup>189</sup> Tasso da Silveira. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/tasso-da-silveira>  
Acesso em 07.fev.2019

Capitais Intelectuais	
-----------------------	--

Fontes: ALEP<sup>190</sup>; NICOLAS, 1984

Nome	Wallace de Mello
Local de nascimento/ano	Laranjeiras (SE), 1872-1947
Formação	
Atuação	Funcionário na Prefeitura de Curitiba. Trabalhou como agente da estação da Estrada de Ferro do Paraná.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Justiniano de Mello e Silva e de Thereza Paiva de Mello e Silva.  “Apesar de exaltado e nervoso, possuía alma compreensiva”.
Capitais Políticos	Deputado Estadual (1914-1915); 1930
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>191</sup>; NICOLAS, 1984

<sup>190</sup> Vespasiano de Mello. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/vespasiano-de-mello> Acesso em 07.fev.2019

<sup>191</sup> Wallace de Mello. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/wallace-de-mello>. Acesso em 07.fev.2019.

ANEXO 8: FICHAS BIOGRÁFICAS DOS DESEMBARGADORES NOMEADOS PELOS GOVERNOS DA REPÚBLICA VELHA

Nome	Arthur da Silva Leme
Local de nascimento/ano	Areias (SP), 1876-1950
Formação	Direito, Faculdade de Direito de São Paulo
Atuação	Juiz municipal das cidades de Cerro Azul, Morretes, Tibagi e Clevelândia. Procurador Geral da Justiça, nomeado em 1928 Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, nomeado em 1929. Preso na ocasião da Revolução de 1930 (IHGEP, 1980, p.320). Exonerado em 4 de janeiro de 1931. Em 30 de março de 1932 foi reintegrado ao Judiciário, aposentando-se em 1933. ( <b>Governo Manoel Ribas</b> ).
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Gabriel da Silva Leme e de Vergínia Olympia D'Avila Leme. Título Rodrigues de França devido ao seu casamento com Sara Nogueira Leme. Os irmãos de Sara Nogueira Leme eram figuras da alta sociedade, exercendo profissões ligadas ao comércio da erva-mate, à medicina, ao exército, entre outros. Genealogia Paranaense, volume 3º, p.224, (localização: 7-12).
Capitais Políticos	Chefe de Polícia, governo Affonso Camargo
Capitais Intelectuais	Patrono do Fórum de Ibiporã e do Fórum Eleitoral de Andirá.

Fontes: IHGEP, 1980; PARANÁ, 1982; NEGRÃO, 1928.

Nome	Benvindo Gurgel do Amaral Valente
Local de nascimento/ano	Aracati (CE), 1861-1934
Formação	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, 1884
Atuação	Juiz em Silveiras (SP), 1886, Palmeiras (CE), Cerro Azul (PR), Palmeira (PR).
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Eduardo Gonçalves Valente e de Izabel Gurgel do Amaral Valente. Casado com Honorina Gurgel do Amaral Valente.</p> <p>Genealogia Paranaense, volume III, p.66, 8-3. Título Rodrigues de França devido ao casamento de uma de suas filhas, Maria do Carmo Gurgel Valente, com o Capitão Tenente da Armada, Affonso Pereira de Camargo. O capitão é filho de Ernestina Pereira Alves de Camargo, casada com o Coronel Affonso de Camargo Penteado, negociante em Paranaguá, proprietário de refinaria de açúcar e de uma confeitaria, filho de João Camargo Penteado e de Franklina Arruda Camargo. Os irmãos de Affonso Pereira de Camargo eram figuras da alta sociedade de Paranaguá.</p>
Capitais Políticos	<p>Desembargador do Tribuna de Justiça desde 1895.</p> <p>Presidente do Superior Tribunal de Justiça por três mandatos, entre 1920 e 1928.</p> <p>Aposentou-se a pedido, em 1931.</p> <p>Manteve-se no cargo com a Revolução de 1930</p>
Capitais Intelectuais	

Fontes: PARANÁ, 1982; NEGRÃO, 1928

Nome	Felinto Manoel Teixeira
Local de nascimento/ano	Maranhão, 1867- 1938
Formação	Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo
Atuação	Promotor Público de Paranaguá, 1892, juiz substituto em Paranaguá, nomeado Chefe de polícia em Curitiba no ano de 1893 e juiz de direito em Curitiba, no ano de 1895
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Joaquim Jose Teixeira e Flora Teixeira Casou-se com a Sra. Maria Joana Cunha Teixeira.
Capitais Políticos	Desembargador do Tribunal de Justiça desde 1904. Eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em dezembro de 1928; Manteve-se no cargo com a Revolução de 1930; Aposentou-se a pedido em 1932.
Capitais Intelectuais	

Fontes: PARANÁ, 1982

Nome	Clotário de Macedo Portugal
Local de nascimento/ano	Campo Largo (PR), 1881-1947
Formação	Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, 1905.
Atuação	Promotor Público em Tibagi de 1906 a 1911; Juiz em União da Vitória; Promotor público em Jaguariaíva, Palmas, Rio Negro e Curitiba; Procurador-geral do Ministério Público do Paraná, de 1916 a 1918, e novamente em 1921.
Capitais Econômicas	Descendente e herdeiro de famílias proprietárias
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Jayme Pinto de Azevedo Portugal e de Anna Rosa de Macedo Portugal. Jayme Pinto de Azevedo é neto materno do Tenente Coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso e de sua mulher Anna Joaquina. Neto paterno do Coronel Diogo Pinto de Azevedo e de sua segunda mulher Rita Ferreira de Oliveira Bueno. Sua avô paterna é filha do Sargento-Mor. Francisco Xavier Pinto, natural da Alfandega da Fé, do bispado de Braga, e de sua mulher Rita Ferreira Bueno; (Genealogia Paranaense, volume II, p.329).</p> <p>Casou-se com a prima, Sra. Anna de Azevedo Macedo Portugal. Anna Macedo Portugal é filha do Coronel João Ribeiro de Macedo, industrial e comerciante de erva-mate, um dos presidentes da Associação Comercial do Paraná, e de Anna Maria de Azevedo Macedo.</p> <p>Entre seus irmãos, destacam-se João Ribeiro de Azevedo Macedo, um dos fundadores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Manoel de Azevedo Macedo, industrial e diretor de engenho de erva-mate, Flávio de Azevedo Macedo, comerciante em Curitiba, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, professor, procurador do Estado, deputado e professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (Genealogia Paranaense, volume II, p.337; 7-8.).</p>
Capitais Políticos	Desembargador do Tribunal de Justiça desde 1924; Primeiro Corregedor-geral da Justiça do Paraná (1925-1926); Presidente do Tribunal de Justiça, 1929; 1933-1945, 1946; Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, 1945. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública e Interventor Federal no Paraná, 1945;
Capitais Intelectuais	Professor da Universidade do Paraná, cadeira de Direito Penal, substituindo Emiliano Pernetá.

Fontes: PARANÁ, 1982; NEGRÃO, 1927.



Nome	Carlos Pinheiro Guimarães
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1880-1967
Formação	Bacharel em Direito, Largo do Machado (RJ),
Atuação	Promotor Público em Antonina, 1907; Juiz em Morretes, 1908; Juiz em União da Vitória, 1916; Juiz em Curitiba, 1920;
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Manoel Ricardo Guimarães e Sebastiana Pinheiro Guimarães.  Casado com Djanira Dória Guimarães.  Genealogia Paranaense, volume VI, p.69, 70.
Capitais Políticos	Desembargador do Tribunal de Justiça desde 1924; Presidente do Tribunal de Justiça 1930-1931; Fundador e primeiro presidente do Tribunal Regional Eleitoral, em 1932; Sub-procurador da Justiça do Estado. Aposentadoria em 1934. Manteve-se no cargo com a Revolução de 1930;
Capitais Intelectuais	Participou da fundação da Universidade do Paraná, 1912, sendo professor de Direito na mesma instituição;

Fontes: PARANÁ, 1982; NEGRÃO, 1950.

Nome	Antônio Martins Franco
Local de nascimento/ano	Campo Largo (PR), 1885
Formação	Faculdade de Direito de São Paulo, 1909
Atuação	Promotor do Ministério Público em Imbituva (PR), 1910; Promotor do Ministério Público e Inspetor Escolar em Palmeira (PR), 1911; Juiz em São João do Triunfo, Palmeira, São Mateus, Rio Negro, Lapa e Curitiba (1914-1926);
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Evaristo Martins Franco e Josefina de Souza Franco. Casado com Helvídia D'Arc Munhoz Franco, filha do Comendador Alfredo Caetano Munhoz e de Ritta de Assis de Oliveira Munhoz. (Genealogia Paranaense: Volume I, p.242, 6-6); Seu segundo casamento foi com Liony Hintz Franco.</p> <p>Através do primeiro matrimônio, detentor do título Carrasco dos Reis (Volume I, p.242, 6-6). Entre os irmãos de Helvídia, destaca-se Caetano José Munhoz, deputado provincial, ervateiro e pioneiro em utilizar o vapor como fonte de energia para a industrialização da erva. São descendentes de Caetano José Munhoz nomes como Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná e seu filho Bento Munhoz da Rocha Neto. Outra irmã de Helvídia é Francisca Munhoz Cavalcanti, casada com Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Paraná de 1912 a 1916.</p> <p><b>Irmãos:</b>          -Arthur Martins Franco, engenheiro da Câmara Municipal de Curitiba, Deputado Estadual por diversas legislaturas, Juiz de terras, Secretário de Finanças do Paraná e Deputado Federal. Casado com Leonor Monteiro de Carvalho Franco, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, industrial e diretor do Banco de Curitiba, que também exerceu o cargo de primeiro vice-presidente do estado;          -Maria Ângela Franco da Costa, professora, casada com seu ex-cunhado, o também professor Lysimaco Ferreira da Costa, que exerceu os cargos de inspetor geral de ensino (governo Caetano Munhoz da Rocha) e secretário da fazenda (governo Affonso Camargo);          -Ernestina Franco de Macedo, professora normalista, casada com Agostinho Ribeiro de Macedo Filho, filho do Coronel Agostinho Ribeiro de Macedo;          -Euzinia Franco Teigão, casada com o Capitão José Alves Teigão, tesoureiro da Secretaria Geral do Estado;</p>

	<p>-Euridyce Franco, professora normalista, casada com Leônidas Ferreira da Costa, serventuário público e irmão de Lysimaco Ferreira da Costa;</p> <p>-Francisco Martins Franco, médico e professor na Universidade do Paraná, casado com Maria Rosa Miranda Franco, filha do grande industrial Guilherme Xavier de Miranda;</p> <p>-Jovina Franco de Souza, professora normalista casada com Frederico Carlos Franco de Souza, filho do Coronel Frederico Carlos de Souza (NEGRÃO, vol.IV, pp.341-344);</p>
Capitais Políticos	<p>Oficial de gabinete dos governos de Carlos Cavalcanti de Albuquerque e Affonso Camargo;</p> <p>Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná desde 1926;</p> <p>Procurador-geral de Justiça desde 1929;</p> <p>Presidente do Tribunal de Justiça, 1928-1933;</p> <p>Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;</p> <p>Vice-presidente do Tribunal de Justiça em 1941;</p> <p>Manteve-se no cargo com a Revolução de 1930. Aposentou-se do TJ em 1952.</p>
Capitais Intelectuais	<p>Participou da fundação da Universidade do Paraná, 1912, sendo professor de Direito na mesma instituição, nas disciplinas de Direito Penal, Direito Civil e Introdução à Ciência do Direito, exercendo a docência até a aposentadoria, em 1952.</p>

Fontes: PARANÁ, 1982; NEGRÃO, 1926; NEGRÃO, 1929.

Nome	Eudoro Cavalcanti de Albuquerque
Local de nascimento/ano	Vitória (PE), 1880-1954
Formação	Faculdade de Direito de Recife, 1903
Atuação	Promotor do Ministério Público em Cerro Azul, 1904; Promotor em Tibagi, 1905; Juiz em Santo Antônio da Platina, 1906; Juiz em Campo Largo, 1907; Juiz em Ribeirão Claro, 1911 e 1916. Juiz em Tomazina, 1915;
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Manoel Cavalcanti de Albuquerque e Henriqueta Silveira Cavalcanti de Albuquerque.  Casado com Amasília Coletta Alves Cavalcanti. - Genealogia Paranaense, volume I, p.460 (8-8). Amasília é filha de Pedro Alves da Rocha Loures e Francisca de Paula França (Título Carrasco dos Reis). Entre os irmãos de Amasília, destacam-se Affonso Alves de Camargo e Marins Alves de Camargo.
Capitais Políticos	Desembargador do Tribunal de Justiça nomeado em 1929;  Exonerado do cargo na Revolução de 1930, no sai 5 de janeiro de 1931;  Reverteu a exoneração voltando ao seu cargo e aposentando-se em 1949
Capitais Intelectuais	

Fontes: PARANÁ, 1982; NEGRÃO, 1926.

## ANEXO 9- EQUIPE INTERVENTORIA MÁRIO TOURINHO

## LISTA

João Ribeiro de Macedo Filho

João David Pernetta

Antônio Augusto Carvalho Chaves

Alceu Ferreira

Benjamin Lins

Antônio Jorge Machado da Silva Lima

Nome	João Ribeiro de Macedo Filho- VER ALIANÇA LIBERAL
------	---

Nome	João David Pernetta- VER ALIANÇA LIBERAL
------	--

Nome	Antônio A. Carvalho Chaves - VER PARTIDO DEMOCRÁTICO
------	--

Nome	Alceu Ferreira
Local de nascimento/ano	Lapa (PR), 1889
Formação	Medicina, Faculdade do Rio de Janeiro, 1915
Atuação	Médico
Capitais Econômicos	Família médica
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de <b>João Cândido Ferreira</b> (Médico atuante no Rio de Janeiro) e de Josepha do Amaral Ferreira. Casado em primeira núpcia com Cecília dos Santos Ferreira, e em segunda núpcia com Emília dos Santos Ferreira, ambas filhas do Doutor Claudino dos Santos.</p> <p>Presidente do Clube Curitibano.</p> <p>São irmãos de Alceu Ferreira:</p> <p>Leônidas do Amaral Ferreira, médico oculista casado com Odah Cecília Munhoz da Rocha, filha do Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha;</p> <p>Agenor do Amaral Ferreira, engenheiro eletricitista formado nos Estados Unidos;</p>

	João Cândido Ferreira Filho, engenheiro agrônomo; Celso do Amaral Ferreira, médico oculista; Julia do Amaral Ferreira Pereira, casada com Francisco da Cunha Pereira, Juiz de Direito em Curitiba;  Título Carrasco dos Reis
Capitais Políticos	Diretor Geral da Saúde Pública do Paraná; Inspetor escolar em Palmeira; Diretor da Saúde de Curitiba; Chefe do Serviço Médico da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina
Capitais Intelectuais	Professor de Medicina da Universidade do Paraná.

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; ALEP<sup>192</sup>; NEGRÃO, vol. 1 P.429-430

Nome	Benjamin Lins- VER PARTIDO DEMOCRÁTICO
------	--

Nome	Antônio Jorge Machado - VER PARTIDO DEMOCRÁTICO
------	---

<sup>192</sup> Alceu Ferreira. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/alceu-ferreira> Acesso em 04.fev. 2019.

## ANEXO 10- DESEMBARGADORES DO TJ NOMEADOS POR MÁRIO TOURINHO

## LISTA

Octávio Ferreira do Amaral e Silva

João José Arruda Júnior

Nome	Octávio Ferreira do Amaral e Silva
Local de nascimento/ano	Lapa (PR), 1869-1942
Formação	Faculdade de Direito de São Paulo, 1889
Atuação	Promotor do Ministério Público em Curitiba (PR), 1889; Promotor do Ministério Público em São Paulo (SP), 1890-1892; Juiz em Curitiba, 1904. Pediu demissão em 1919, devido a perseguições políticas (PARANÁ, 1982)
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho do Coronel Seraphim Ferreira de Oliveira e Silva e Júlia Moreira do Amaral e Silva. Portador do título genealógico Carrasco dos Reis, NEGRÃO, Volume I, p.430 (7-5);  Casado com Elisa Almeida Ferreira do Amaral, filha de José Rodrigues de Almeida, capitalista e proprietário, e de sua primeira mulher, Gertrudes da Silva Almeida.  Entre os irmãos de Octávio Amaral, destacam-se: Victor Ferreira do Amaral e Silva, médico e um dos fundadores da Universidade do Paraná, Josepha do Amaral Ferreira, casada com João Cândido Ferreira, Maria da Glória Amaral, casada com Ottoni Ferreira Maciel, Joaquim Ferreira do Amaral e Silva, Prefeito de Rio Negro e vice-presidente do Estado (NEGRÃO, Volume I).  Filho: Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, voluntário na 5ª região militar, e membro do Batalhão Voluntários da Pátria, em defesa da "Revolução Getulista" de 1930. Foi Promotor Público em Araucária, Juiz em Colombo, Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais, Clevelândia, Santo Antônio da Platina e Curitiba. Em 1966, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, instituição onde exerceu o cargo de

	presidente, aposentando-se em 1977. Foi um dos fundadores e professores de Direito da Universidade Católica do Paraná (TJ PARANÁ).
Capitais Políticos	Deputado estadual, 1893-1895; Procurador Geral do Estado, 1900; Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, gestão Francisco Xavier da Silva, 1900; Desembargador do Tribunal de Justiça, 1931-1937. Aposentou-se do cargo diante do dispositivo da Constituição de 1937.
Capitais Intelectuais	Abolicionista e republicano, era colaborador em diversos periódicos em Curitiba. Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná a partir de 1919, onde também exerceu o cargo de diretor

Fontes: PARANÁ, 1982; TJ PARANÁ<sup>193</sup>; NEGRÃO, 1926.

Nome	João José Arruda Júnior
Local de nascimento/ano	Pau D'Alho (PE), 1875-1946.
Formação	Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, 1907.
Atuação	Juiz em Prudentópolis (PR), 1909; Juiz em Imbituva (PR), 1914; Juiz em Tomazina (PR), 1917; Juiz em Antonina (PR), 1918; Juiz em Curitiba (PR), 1924, permanecendo no cargo até 1931;
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de João José Arruda e Margarida Angélica Coutinho Arruda. Casado com Maria do Belém Virmond Arruda. Portador do Título Genealógico Carrasco dos Reis (Genealogia Paranaense, volume I, p.409, 9-3).

<sup>193</sup> TJ PARANÁ. Des. Ariel Ferreira do Amaral e Silva. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset\\_publisher/V8xr/content/des-ariel-ferreira-do-amaral-e-silva/397262?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/des-ariel-ferreira-do-amaral-e-silva/397262?inheritRedirect=false) Acesso em 09.mar.2019.



	Maria Virmond Arruda é filha de Frederico Ernesto Virmond e Nincia Bandeira Virmond. Frederico Ernesto Virmond é filho de Frederico Guilherme Virmond que veio para o Brasil por volta de 1818 e se estabeleceu no Rio de Janeiro como comerciante de ferragens. Após 11 anos, estabeleceu-se no Paraná, e possui descendentes vinculados às famílias Marcondes, Taques e Suplicy, etc.
Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: PARANÁ, 1982; NEGRÃO, 1926.

## ANEXO 11- CONSELHO CONSULTIVO MÁRIO TOURINHO (1931)

João Cândido Ferreira- Ver Anexo 3

Ivo Abreu de Leão

Dimas Siqueira de Menezes

Manoel Lacerda Pinto

Rivadavia de Macedo- Ver Anexo 9

Pedro Virgíneo Martins

Nome	João Cândido Ferreira- VER ALIANÇA LIBERAL
------	--

Nome	Ivo Abreu de Leão
Local de nascimento/ano	Curitiba, 1898
Formação	Engenharia Civil, Universidade do Paraná.
Atuação	Sócio da firma Leão Junior S.A e Presidente da empresa.
Capitais Econômicos	Industrial ervateiro e sócio da serraria. Presidente da ACP
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Agostinho Ermelino de Leão Junior e de Maria Clara Abreu de Leão. Seu pai foi um dos fundadores da Gazeta do Povo, jornal de orientação oligárquica dissidente. Também foi diretor da ACP nas gestões de David Carneiro (1923-1927) e Pamphilo de Assumpção (1927-1931).  Pelo lado paterno era neto do desembargador Agostinho de Leão e sobrinho do historiador Ermelino de Leão. Pelo lado materno era bisneto do Visconde de Nácar e sobrinho de Cândido de Abreu, que foi prefeito de Curitiba.  Título Rodrigues de França (NEGRÃO, Volume III)
Capitais Políticos	Ivo Leão e seu pai foram apoiadores de David Carneiro no Partido Democrático Paranaense.  Membro do Conselho Consultivo do Paraná. Pediu exoneração do cargo em 09 de janeiro de 1932, dias após a saída de Mário Tourinho.  Presidente do Banestado.  Membro do PSD

Capitais Intelectuais	
-----------------------	--

Fontes: MONTEIRO (2012); CARNEIRO, 1981; NEGRÃO, Volume III.

Nome	Dimas Siqueira de Menezes
Local de nascimento/ano	
Formação	Escola Militar do RJ, na mesma turma de Catão Menna Barreto Monclaro
Atuação	Militar
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Lutou na Revolução de 1930 no Paraná, sob o comando de Plínio Tourinho.  Membro do Conselho Administrativo, 1931-1932
Capitais Intelectuais	

Fontes: DAGOSTIM, 2011.

Nome	Manoel Lacerda Pinto
Local de nascimento/ano	Lapa (PR), 1893-1974
Formação	Faculdade de Direito de São Paulo, 1917
Atuação	Advogado em Curitiba (PR),
Capitais Econômicos	Profissional Liberal
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Manoel Rodrigues Pereira Pinto e de Rita de Lacerda Pinto. Casado com Esther Lacerda Pinto, sua prima. Esther é filha do Coronel Manoel José Corrêa de Lacerda e de Alice Maria Supplicity. Esther é neta de Frederico Guilherme Virmond e bisneta do Dr. João Maurício Virmond, Médico e portador do título Rodrigues Seixas (Vol I). (Genealogia Paranaense-vol.III, p.552, 7-7);  Família da classe dominante do Paraná Tradicional, em especial, em Curitiba, Lapa e Paranaguá, com próceres membros do exército, medicina, indústria e política.

	Irmãos destacados: Flávio Supplicity de Lacerda, Marília Supplicity de Lacerda, casada com David Carneiro Junior, filho do capitalista e industrial Coronel David Antônio da Silva Carneiro Junior e de sua mulher Alice Monteiro Carneiro;
Capitais Políticos	Nomeado por Mário Tourinho como membro do Conselho Consultivo do Estado; Deputado Federal Constituinte, 1934; Nomeado por Manoel Ribas Procurador Geral do Estado, 1937-1939; Secretário do Interior e Justiça, 1939-1941; Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, 1941; Presidente do Tribunal de Justiça, 1949-1952; 1959-1960; Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e presidente da instituição;
Capitais Intelectuais	Professor da Universidade do Paraná na cátedra de Ciência Política no Curso de Ciências Sociais e da cátedra de Direito Comercial na Faculdade de Direito. Professor da Universidade Católica do Paraná; Colaborador de revistas e um dos fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes e Membro da Academia Paranaense de Letras

Fontes: PARANÁ, 1982; NEGRÃO, 1926.

Nome	Rivadavia Fonseca de Macedo
Local de nascimento/ano	Curitiba, PR, (1892-?)
Formação	Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1916. Fez o secundário no Ginásio Paranaense, sendo aluno de professores como Teixeira de Freitas, Álvaro Jorge, Emiliano Pernetá, Dário Veloso, entre outros.
Atuação	Comerciante e Professor
Capitais Econômicos	Comerciante
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Tobias de Macedo, comerciante, e de Rosa Fonseca. Fundador do Graciosa Country Club. Membro fundador do Rotary Club de Curitiba Casou-se com Alice Vauthier de Macedo, que possuía parentesco com o interventor do Paraná, Manoel Ribas. Portador do título genealógico Rodrigues de Seixas
Capitais Políticos	Membro do Conselho Administrativo (1931-1932) Secretário da Fazenda e Obras Públicas no governo Manoel Ribas (1932-1934). Interventor provisório no Paraná. Presidente do Banestado.
Capitais Intelectuais	Professor da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná.

Fontes: CARNEIRO, 1981, p.119-120. FUNDADORES; OLIVEIRA, 2000, p.420.

Nome	Pedro Virgíneo Martins
Local de nascimento/ano	Santana do Livramento, RS
Formação	Engenharia Civil
Atuação	Engenharia
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Delegado federal do Serviço de Povoamento no Estado do Rio Grande do Sul governo Borges de Medeiros.  Inspetor do Departamento Nacional de Povoamento, seção Paraná, 1931.  Exonerou-se do cargo, a pedido, juntamente com Manoel Lacerda Pinto
Capitais Intelectuais	

Fontes: DAGOSTIM, 2011

## ANEXO 12 FICHAS EQUIPE MANOEL RIBAS (1932-1937)

Clotário de Macedo Portugal- ver TJ. ANEXO 8

Rivadavia Macedo- Ver Conselho Consultivo. ANEXO 11

Octávio da Silveira- Ver Aliança Liberal. ANEXO 3

Vicente Mário de Castro- Ver Aliança Liberal. ANEXO 3

Francisco Guérios- Diretor Saúde Pública

Francisco Martins Franco- Ver Conselho Consultivo

Jorge Lothário Meissner

Airton Plaisant

Catão Menna Barreto Monclaro

Eurípedes Garcez do Nascimento

Flávio Carvalho Guimarães

Othon Mader

Oscar Borges de Macedo Ribas

Gaspar Duarte Veloso

Nome	Francisco Guérios
Local de nascimento/ano	Curitiba
Formação	Médico em Curitiba
Atuação	
Capitais Econômicos	Profissional Liberal.
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Membro da Aliança Liberal (oposição a Ottoni Maciel). Membro da Legião Revolucionária Paranaense (oposição à Tourinho). Membro do Clube 3 de Outubro. Partido Social Nacionalista (oposição a Ribas). Exonerado da Diretoria de Saúde por “convicções políticas extremadas”, em outubro de 1932.
Capitais Intelectuais	Autor da Tese: Aleitamento. Curitiba : [s.n.], 1922. (These apresentada a Faculdade de Medicina do Paraná).

Fontes: O DIA; GANZ, 1996.

Nome	Jorge Lothário Meissner
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1895-1951
Formação	Engenharia Civil
Atuação	Engenheiro Civil
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho do deputado estadual Carlos Meissner, que participou da Assembleia Estadual Constituinte em 1892 (NICOLAS, 1984). Com descendência alemã, era irmão de Hilda Amoretty Osório, casada com um dos comandantes da Revolução de 1930 no Paraná, o capitão Carlos Amoretty Osório
Capitais Políticos	Prefeito de Curitiba (1932-1937). Como prefeito, construiu o quartel do Bacacheri e o Hospital Militar de Curitiba. Secretário de Obras Públicas
Capitais Intelectuais	

Fontes: NICOLAS, 1984; O DIA; OLIVEIRA, 2000.

Nome	Airton Plaisant
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1890- 1959
Formação	Escola Militar de Porto Alegre
Atuação	Major do Exército e Comandante da Força Militar do Paraná.
Capitais Econômicos	Membro de família tradicional
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Eugenia Guimarães Plaisant e do Major reformado do exército Alcebiades Cezar Plaisant (natural de Paranaguá, filho do Comendador Carlos Augusto Cezar Playsant, alto funcionário da fazenda). Título Rodrigues Seixas. Casado com Scylla Ladeira (NEGRÃO, vol.2, p.520).
Capitais Políticos	Combateu a Coluna Prestes. Lutou a favor da Revolução de 1930, em Ponta Grossa. Membro do Congresso Revolucionário do Paraná (1931). Membro da Legião Revolucionária Paranaense. Foi um dos oficiais que provocaram a crise no governo Tourinho (OLIVEIRA, 1997); Comandante da Polícia Militar do Paraná (1932-1934). Seu destacamento foi importante para o combate às tropas revoltosas de São Paulo, na Revolução Constitucionalista. Membro do PSD. Deputado Federal (1935-1937).
Capitais Intelectuais	

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; NEGRÃO, vol.2, p.520; ROSA FILHO, 2000; O DIA

ROSA FILHO, João Alves da. Episódios da História da PMPR. Curitiba: Edição da Associação da Vila Militar; 2000.

Nome	Catão Menna Barreto Monclaro
Local de nascimento/ano	Porto Alegre (RS), 1897
Formação	Escola Militar do Rio de Janeiro
Atuação	Capitão do Exército. Comandante do 15º Batalhão de Caçadores.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Casado com Zélia Vieira da Costa A Família Menna Barreto possui ligações familiares com título genealógico Corrêa Bittencourt, (NEGRÃO, vol.5. p.377), sendo muitos pertencentes a altas patentes no Exército Brasileiro (BARRETO, 1950).
Capitais Políticos	Atuou no movimento armado de outubro de 1930. Chefe de polícia, interventoria Mário Tourinho, substituindo Viégas da Silva. Tinha o prestígio do tenentismo revolucionário paranaense. Secretário do Interior, Justiça, Viação e Obras Públicas, 1932-1934. Passou para a oposição a Manoel Ribas, filiando-se ao PSN.
Capitais Intelectuais	

Fontes: NEGRÃO, vol.V; BARRETO, 1950; DAGOSTIM, 2011

Nome	Eurípedes Garcez do Nascimento
Local de nascimento/ano	Curitiba, PR, 1888
Formação	Medicina, RJ
Atuação	Médico. Atuou no combate à gripe espanhola e à febre tifoide.
Capitais Econômicos	Alto profissional liberal. Presidente do Aero Clube do Paraná.
Capitais Familiares/Sociais	Tenente-coronel do Exército, médico da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros. Sua irmã, Maria Rosa do Nascimento Bittencourt era casada com Theodorico Camargo Bittencourt, membro do Conselho Administrativo do Estado. Casado com Maria Antonieta Lopes Garcez, neta do fundador da imprensa no Paraná, Cândido Lopes.
Capitais Políticos	Diretor de Saúde Pública (1916-1917); Secretário do Interior, Justiça, Viação e Obras Públicas, 1933-1937. Deputado Estadual Classista;



	Médico que ajudou as tropas da Revolução de 1930. Membro do Conselho Consultivo Fundador do PSD.
Capitais Intelectuais	Trabalhou pela federalização da Universidade do Paraná.

Fontes: DAGOSTIM, 2011; FONTANA, 2015.

Nome	Flávio Carvalho Guimarães
Local de nascimento/ano	Ponta Grossa, PR, 1891.
Formação	Direito, Faculdade de Direito de São Paulo, 1916.
Atuação	Advogado
Capitais Econômicos	Latifundiário.
Capitais Familiares/Sociais	<p>Família estabelecida no Paraná desde meados do século XVIII.</p> <p>Título Cardoso de Lima, Título Rodrigues de França (OLIVEIRA, 2000, p.390; NEGRÃO, vol 5, 1926).</p> <p>Filiação/ Familiares na política: Flávio Teodoro Carneiro Guimarães e Balbina Carvalho Guimarães. Pai: Prefeito de Ponta Grossa, 1895;</p> <p>Casado com Anita Miró Guimarães, filha de José Miró (OLIVEIRA, 1997, p. 54), coronel da região do município de Palmeira.</p> <p>Filho: José Theodoro Miró Guimarães, Engenheiro Civil, Secretário de Agricultura de 1966 a 1967 e Secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, no governo Paulo Pimentel. Ministro do Tribunal de Contas do Paraná, a partir de 1969. Filho: Plauto Miró Guimarães, prefeito de Ponta Grossa, PR, Secretário do Interior e Justiça, governo Ney Braga, casado com Leoni Slavieiro. Filha: Eunice Guimarães Cordeiro, fundadora do Rotary Club Ponta Grossa</p> <p>Neto: Plauto Miró Guimarães Filho (Deputado Estadual, legislaturas de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014).</p> <p>Outros familiares na política: Alô Ticoulat Guimarães, senador em 1955; (OLIVEIRA, 2000, p.390), tendo ocupado os seguintes cargos: Prefeito de Curitiba, Vice-presidente do Conselho Administrativo do Estado do Paraná entre 1946 e 1947, Secretário de Saúde e Assistência Social, no governo de Moisés Lupion (1947-1951), Secretário do Interior e Justiça em 1951 (DHBB). Alô Guimarães era irmão de Acir Guimarães, deputado federal pelo Paraná de 1946 a 1948.</p> <p>Algacyr Guimarães, presidente do Banestado e Conselheiro do Tribunal de Contas. (OLIVEIRA, 2000, p.390). Secretário da Fazenda, governo Ney Braga (1961-1965), governador interino do Paraná, 1965, Diretor-Geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), nomeado por Castello Branco, em fevereiro de 1966 (CASA CIVIL)</p>

	Influências na economia: Arcésio Guimarães, Presidente da Associação Comercial do Paraná 1933, bisneto do Visconde de Nacar, vereador em Curitiba, presidente da Câmara Municipal, (LAIBIDA, 2016, p.98). Noel Lobo Guimarães, Presidente da Associação Comercial do Paraná 1966; (OLIVEIRA, 2000, p.390) e Secretário de Estado do Interior, governo Jayme Canet
Capitais Políticos	Secretário de Fazenda e Obras Públicas (1934-1935). Membro do Conselho Administrativo. Diretor da Caixa Econômica Federal do Paraná, de 1938 a 1945, diretor-presidente Caixa Econômica Federal em 1945, Senador do Paraná (PSD), de 1945 a 1955.
Capitais Intelectuais	Pertenceu à Academia Paranaense de Letras e ao Centro de Letras do Paraná.

Fontes: DHBB<sup>194</sup>; LAIBIDA, 2016; OLIVEIRA, 2000; NEGRÃO, vol.V,

Nome	Othon Mader
Local de nascimento/ano	Paranaguá (PR), 1895
Formação	Engenharia Civil e Geografia, Universidade do Paraná, 1919.
Atuação	Engenheiro Civil
Capitais Econômicos	Industrial da erva-mate e comerciante.
Capitais Familiares/Sociais	Pai: Nicolau Mader. Deputado Estadual entre 1908 e 1921. Coronel e industrial ervateiro, era descendente de suíços, sendo portador do título Bley (NEGRÃO, 1950, p.496). Irmão de Hugo Mader, membro do Conselho Consultivo, interventoria Manoel Ribas. Casado com Olívia de Abreu Mader, portadora do título Teixeira Coelho, seu sogro era o empresário Manoel Martins de Abreu, Presidente da Junta Comercial de Curitiba (NEGRÃO, 1929).
Capitais Políticos	Prefeito de Foz do Iguaçu, 1931; Diretor do Departamento de Terras e Colonização. Prefeito de Ponta Grossa, 1932; Secretário de Fazenda e Obras Públicas (1935-1936). Secretário de Agricultura; Senador, UDN, 1951-1959; Deputado federal, UDN, 1959-1963.
Capitais Intelectuais	

Fontes: DBBB<sup>195</sup>; NICOLAS, 1984; SENADO; NEGRÃO, 1950, NEGRÃO, 1929; FONTANA, 2015.

<sup>194</sup> DHBB. Verbetes Flávio Carvalho Guimarães. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flavio-carvalho-guimaraes>. Acesso em 04.jun.2020.

<sup>195</sup> DHBB. CPDOC-FGV. Othon Mader Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oton-mader>>. Acesso em: 05.jun.2020.

Nome	Oscar Borges de Macedo Ribas
Local de nascimento/ano	Palmeira (PR), 1894
Formação	Direito, Universidade do Paraná, 1918
Atuação	Industrial Ervateiro
Capitais Econômicos	Proprietário de indústrias e engenhos de erva-mate.
Capitais Familiares/Sociais	Filho do industrial ervateiro José Borges de Macedo Ribas e de Maria Miró Alves Ribas. Seu pai foi Deputado Estadual (1906-1908) pelo Partido Republicano Federal.
Capitais Políticos	Secretário de Fazenda e Obras Públicas (1936-1937) Deputado Estadual, PSD, 1935-1936; Secretário do Interior e Justiça, 1937 Prefeito interino de Curitiba (1938). Membro do Conselho Administrativo do Estado (1945)
Capitais Intelectuais	Membro da Academia Paranaense de Letras

Fontes: DAGOSTIM, 2011; NICOLAS, 1984

Nome	Gaspar Duarte Veloso
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1903
Formação	Direito, Universidade do Paraná
Atuação	Jornalista
Capitais Econômicos	Profissional Liberal
Capitais Familiares/Sociais	Casado com Leila Pernetta
Capitais Políticos	Diretor de Instrução Pública (1934-1938). Diretor do o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Paraná. Secretário de Educação, governo Moysés Lupion; Vereador em Curitiba, PSD; Suplente Senador, 1956-1963, PSD; Procurador do Tribunal de Contas
Capitais Intelectuais	Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Centro Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

Fontes: DHBB<sup>196</sup>

<sup>196</sup> DHBB. Verbete Gaspar Veloso. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gaspar-duarte-veloso>. Acesso em 04.jun.2020.

## ANEXO 13: DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1933

Idálio Sardenberg

Manoel Lacerda Pinto- VER ANEXO 11

Antônio Jorge Machado da Silva Lima- VER ANEXO 2

Plínio Tourinho

Nome	Idálio Sardenberg
Local de nascimento/ano	Porto Alegre (RS), 1906-1987
Formação	Aspirante a oficial de Arma e Artilharia pela Escola Militar do Realengo, 1927
Atuação	Militar. General do Exército.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Militar com familiares curitibanos (NICOLAS). Filho de Olinto Nunes Sardenberg, oficial do Exército, e de Etelvina Maria Sardenberg. Casado com Ivone Faria Sardenberg
Capitais Políticos	Membro da Aliança Liberal e combatente revolucionário na região de Sengés (PR); Combatente legalista na Revolução Constitucionalista. Suplente de Deputado Federal na vaga do General Raul Munhoz (PSD), que renunciou ao cargo; Pré-candidato ao governo do estado em oposição dentro dos quadros do PSD ao interventor Manoel Ribas; Apoiador da candidatura presidencial de Armando Sales de Oliveira, em 1937; Presidente do Diretório da União Democrática Brasileira (Sessão Paraná); Membro do Conselho Administrativo (DASP), 1935-1937 Presidente da Petrobrás, governo JK, 1958.

	Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas a partir de 1971;
Capitais Intelectuais	Fez parte da fundação da Escola Superior de Guerra, em 1949.

Fontes: DAGOSTIM, 2011, p.87; DHBB<sup>197</sup>

Nome	Plínio Tourinho
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1882
Formação	Na Escola Militar do Brasil (DF), formou-se em ciências físicas e matemáticas e engenharia militar.
Atuação	Professor e Militar
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Francisco Antônio Monteiro Tourinho, engenheiro militar, e de Maria Leocádia Alves Tourinho.</p> <p>Seu irmão, Mário Tourinho, foi interventor do Paraná no período revolucionário.</p> <p>Casado com Ester Pereira Tourinho, com quem teve 9 filhos.</p> <p>Pai de Airton Pereira Tourinho, comandante militar da Amazônia de 1967 a 1968 e comandante da Escola Superior de Guerra de 1976 a 1978. Também chefiou o Departamento Geral de Pessoal do Exército e o Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército em 1978.</p> <p>Pai do general Luís Carlos Pereira Tourinho, deputado federal pelo Paraná de 1955 a 1959 e um dos autores do Plano Rodoviário do Paraná</p>
Capitais Políticos	<p>Apoiador da Revolução de 1930.</p> <p>General de Brigada na Revolução de 1930.</p> <p>Nomeado Chefe do Serviço de Engenharia Regional do Paraná em 1931.</p>

<sup>197</sup> DHBB. Verbete Idálio Sardenberg. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sardenberg-idalio> Acesso em 11.fev.2019.

	<p>Filiação ao Partido Liberal e ao Partido Social Nacionalista.</p> <p>Constituinte de 1934 e Deputado Federal de 1935 a 1937, pelo Partido Liberal.</p> <p>Nomeado novamente Chefe do Serviço de Engenharia Regional do Paraná, no ano de 1938.</p>
Capitais Intelectuais	<p>Um dos fundadores da Universidade do Paraná, onde foi professor de Engenharia.</p> <p>Membro do Instituto dos Engenheiros do Paraná e do Clube Militar do Rio de Janeiro.</p>

Fontes: DHBB<sup>198</sup>; NEGRÃO.

---

<sup>198</sup> DICIONÁRIO Histórico- Biográfico Brasileiro. Verbete Plínio Tourinho. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-alves-monteiro-tourinho>. Acesso em 15.jun.2018.

ANEXO 14- MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO-  
INTERVENTORIA MANOEL RIBAS (1932-1933)

Francisco Martins Franco

Roberto Glasser- Ver Anexo 3

Braulio Virmond de Oliveira Lima

Enéas Marques dos Santos- Ver Anexo 7

Álvaro Barroso Júnior

Hugo Mader

Nome	Francisco Martins Franco
Local de nascimento/ano	Curitiba
Formação	Medicina, Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, 1918
Atuação	Médico
Capitais Econômicos	Médico de grande renome em Curitiba. Família Proprietária de terras em Curitiba
Capitais Familiares/Sociais	Irmão do deputado federal Artur Martins Franco e do desembargador Antônio Martins Franco. Título Xavier Lima, vol.IV. Casado com Rosa de Miranda Franco, filha de Guilherme Xavier de Miranda. Título Rodrigues de França, vol.III.
Capitais Políticos	Médico das forças combatentes de 1930. Atuou no socorro às tropas de Vargas na Revolta de 1932. Considerando um tenentista civil. Presidente estadual do Clube 3 de Outubro. Base de apoio a Manoel Ribas. Membro do Conselho Administrativo (1932-1933) Diretor de Saúde Pública (1933) Secretário de Justiça (1933). Pediu Exoneração.
Capitais Intelectuais	Professor de Medicina na Universidade do Paraná

Fontes: DAGOSTIM, 2011; NEGRÃO, 1928; NEGRÃO, 1929.

Nome	Braulio Virmond de Oliveira Lima
Local de nascimento/ano	Paraná

Formação	
Atuação	Guarda-livros e sócio da firma industrial David Carneiro e Cia
Capitais Econômicos	Industrial Ervateiro
Capitais Familiares/Sociais	Casado com Aurea Pessoa Virmond Lima, filha de Constança de Faria e Benjamin Pessoa (Título Rodrigues Seixas, vol.II).  Família tradicional de Guarapuava. Parentesco com Eduardo Virmond Lima, fundador da Associação Médica do Paraná.
Capitais Políticos	Membro do Conselho Consultivo na interventoria de Manoel Ribas
Capitais Intelectuais	

Fontes: NEGRÃO, 1927, p.176; FONTANA, 2015.

Nome	Álvaro Barroso de Souza Júnior
Local de nascimento/ano	
Formação	Auxiliar no Serviço de Engenharia do Exército.
Atuação	Tenente, atuou como delegado e representante da 5ª Região Militar, na ocasião da Revolução de 1930. Esteve com Amorety Osório no incidente que resultou no assassinato do Major Correia Lima.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Membro do Conselho Consultivo.
Capitais Intelectuais	

Fontes: IHGPR, 1980, p.166; TOURINHO, 1985, p.576.

Nome	Hugo Mader
Local de nascimento/ano	Paraná
Formação	
Atuação	Sócio do pai, Nicolau Mader
Capitais Econômicos	Industrial e comerciante de erva-mate



<p>Capitais Familiares/Sociais</p>	<p>Filho do coronel Nicolau Mader.</p> <p>Casado com Maria da Luz Abreu Mäder Título Rodrigues de França.</p> <p>Irmão de Othon Mader, Prefeito de Foz do Iguaçu (1930-1931); Prefeito de Ponta Grossa (1932); Secretário de Fazenda e Obras Públicas (1935-1936). Senador (1951-1959) e deputado federal (1959-1963).</p>
<p>Capitais Políticos</p>	<p>Deputado Estadual (1908-1909). Membro do Conselho Consultivo.</p>
<p>Capitais Intelectuais</p>	

Fontes: NEGRÃO, 1928, p.162; DHBB<sup>199</sup>.

<sup>199</sup> DHBB. Verbete Othon Mader. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oton-mader>. Acesso em 08.jan.2021.

## ANEXO 15: DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS EM 1934

Francisco de Paula Soares- Ver Anexo 3

Lauro Sodré Lopes

Octávio da Silveira- Ver Anexo 3

Airton Plaisant- Ver Anexo 12

Francisco Ferreira Pereira

Plínio Tourinho- ver anexo 13

Arthur Ferreira dos Santos

Nome	Lauro Sodré Lopes
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1898
Formação	Direito, Universidade do Paraná
Atuação	Promotor Público em Curitiba
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Grão Mestre da Ordem Maçônica (NEGRÃO, vol.5, p.248)
Capitais Políticos	Chefe de Polícia após a Revolução de 1930; Deputado federal, 1935-1937 Membro do PSD
Capitais Intelectuais	

Fontes: NEGRÃO, vol.5; OLIVEIRA, 1997, p.51;

Nome	Francisco Ferreira Pereira
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1899
Formação	Engenharia Civil
Atuação	Engenheiro e Construtor
Capitais Econômicos	Família de engenheiros.
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Esther Ferreira Pereira e Lucio Leocádio Pereira, comerciante e gerente da firma David Carneiro & Cia e outras indústrias de erva-mate. Também trabalhou na Cia. Estrada de Ferro no Departamento da Caixa de Aposentadorias e Pensões.

	Casado com Dinorah Soares Gomes Pereira. Uma de suas irmãs é Esther Pereira Tourinho. Cunhado de Plínio Tourinho, chefe militar da Revolução de 1930 no Paraná. Título Pereiras, vol.6, p.251.
Capitais Políticos	Deputado federal, 1935-1937  Membro do PSD
Capitais Intelectuais	Professor de Engenharia da Universidade do Paraná

Fontes: NEGRÃO, vol.6, p.251.

Nome	Arthur Ferreira dos Santos
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1894
Formação	Direito, SP
Atuação	Advogado e Professor Universitário
Capitais Econômicos	Grande comércio e indústria. Alto funcionalismo público.
Capitais Familiares/Sociais	Xavier Pinto (nascimento, Vol.IV)
Capitais Políticos	Oficial de Gabinete, 1º gestão de Affonso Camargo; Chefe de Polícia do Estado, 1927 Deputado Federal 1935-1937 (URP).  Deputado Federal 1951-1955 (UDN)  Senador, 1946-1951 (UDN)
Capitais Intelectuais	Professor de Direito na Universidade do Paraná

Fontes: NEGRÃO, vol.IV; IAP<sup>200</sup>

<sup>200</sup> IAP. Instituto dos Advogados do Paraná. Arthur Ferreira dos Santos . Disponível em: <http://iappr.org.br/site/1932-2/>. Acesso em 14.fev.2021.

## ANEXO 16: DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS EM 1935

Bancada do PSD

Antônio Augusto de Carvalho Chaves- Ver Anexo 2

Acyr Guimarães

Adalberto Scherer

Agostinho Pereira Alves Filho

Alceu Ferreira- Ver Anexo 9

Augusto Santos

Brasil Pinheiro Machado

Caio Gracho Machado de Lima- Ver Anexo 7

Camilo Stellfeld

Djalma Rocha Al-Chueyr

Erasto Gaertner

Frederico Faria de Oliveira

Helvídio da Silva Pereira

João Theophilo Gomy Júnior

José Manoel Ribeiro dos Santos

Linneu Madureira Novais

Mário Erichsen

Nelson José Corrêa

Oscar Borges de Macedo Ribas- Ver Anexo 12

Ovande Ferreira do Amaral e Silva

Raul Gomes Pereira

Alfredo Venske

Bancada da URP

Caetano Munhoz da Rocha- Ver Anexo 5

Alcides Pereira Júnior

Carlos Ribeiro de Macedo

Laertes de Macedo Munhoz

Lindolpho Pessoa da Cruz Marques

Bancada do PSN

Antônio Couto Pereira- Ver Anexo 3

Joaquim Pereira de Macedo- Ver Anexo 3

Jorge Becher

Manoel de Alencar Guimarães- Ver Anexo 2

Ulysses Falcão Vieira- Ver Anexo 2

Bancada do PSD

Nome	Acyr Guimarães
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1896- 1948
Formação	Curso incompleto de Engenharia na Universidade do Paraná
Atuação	Jornalista redator do jornal A República e colaborador de revistas literárias. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.
Capitais Econômicos	Família Proprietária
Capitais Familiares/Sociais	Filho do General Teodorico Gonçalves Guimarães e de Estela Ticoulat Guimarães. Título Rodrigues Seixas, vol.II, p. 519. Bisneto do Visconde de Nácar Família Guimarães: Membros do Partido Democrático Paranaense: João Guilherme Guimarães (Presidente da ACP, vereador, presidente da Câmara de Paranaguá e Prefeito de Paranaguá) e Manoel Alencar Guimarães. Acyr Guimarães casou-se com Alcina Macedo, filha do Coronel Joaquim Pereira de Macedo. Seu irmão, Alô Ticoulat Guimarães, ocupou os cargos de deputado federal pelo Paraná de 1954 a 1955 e senador de 1955 a 1963. Outros membros da família: -Flávio Carvalho Guimarães, senador; -Arcésio Guimarães e Noel Lobo Guimarães, presidentes da ACP; -Algacyr Guimarães, Presidente do Banestado e presidente do TCE;

	-Plauto Miró Guimarães, Deputado Estadual.
Capitais Políticos	Fundador da Confederação dos Tinguís, grupo apoiador dos princípios da Revolução de 1930.  Tendo como padrinho o interventor Manoel Ribas, entrou na política sendo eleito para o cargo de deputado estadual pelo PSD na legislatura de 1935-1937.  Deputado Federal (PSD) 1946-1948.
Capitais Intelectuais	Fundador e diretor do jornal Gazeta do Povo. Presidente da Associação Paranaense da Imprensa. Participou do grupo de intelectuais formado por Rodrigo Júnior, Andrade Muricy, Leônidas Loyola, Tasso da Silveira, Brasília da Cunha Luz, Oscar Martins Gomes, José Guahyba, Affonso Costa, Rubens Assumpção, Lacerda Pinto, Alexandre Beltrão, entre outros (N).

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; DHBB<sup>201</sup>; NICOLAS, 1984; ALEP<sup>202</sup>

Nome	Adalberto Scherer
Local de nascimento/ano	Palmeira (PR), 1893- 1943
Formação	
Atuação	Industrial e Comerciante
Capitais Econômicos	Comerciante e sócio da Souza Araujo & Cia, dedicando-se à exportação da erva-mate. Trabalhou na empresa Tobias de Macedo & Cia Ltda, foi diretor-gerente da S.A. Mármore do Paraná Ltda, gerente da Companhia Interestadual de Propaganda S.A e diretor-gerente da fábrica de Caixas Laminadas A Madeireira Ltda, localizada em Palmeira. Também exerceu o cargo de Presidente do Sindicato da Indústria de Extração de Madeiras do Paraná.
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Adalberto Aloys Scherer e de Frederica Montepolliciano Scherer. Membro da diretoria do Clube Curitibano. Casado com Ignez de Castro Scherer. Título Macedo (NEGRÃO, vol. 6, p.32). O sogro de Adalberto Scherer é o Major Vicente Ferreira de Castro, republicano histórico, chefe de polícia em Ponta Grossa e líder político em Palmeira

<sup>201</sup> DHBB. Acir Guimarães. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/guimaraes-acir> . Acesso em 04.fev.2019.

<sup>202</sup> Acir Guimarães. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/acyr-guimaraes> Acesso em 04.fev.2019.

Capitais Políticos	
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>203</sup>; NEGRÃO, vol.6, p.32.

Nome	Agostinho Pereira Alves Filho
Local de nascimento/ano	Paranaguá (PR), 1903
Formação	Escola Militar do Realengo
Atuação	Como Tenente, participou do levante de 1922. Foi um ativo revolucionário de 1930.
Capitais Econômicos	Família Militar
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Agostinho Pereira Alves e Alzira Vidal (Título Pereiras, NEGRÃO, vol.6, p.266).
Capitais Políticos	Membro do PSD. Deputado Estadual, 1935-1936. Participou da Aliança Nacional Libertadora. Preso, teve o seu posto de oficial e seu mandato na Assembleia cassados em 1936
Capitais Intelectuais	

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; CPDOC FGV<sup>204</sup>; NICOLAS, 1984; NEGRÃO, vol. VI

Nome	Augusto Santos
Local de nascimento/ano	(BA), 1874
Formação	
Atuação	Comerciante em Tibagi (PR)
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	

<sup>203</sup> Adalberto Scherer. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/adalberto-scherer>. Acesso em 04.fev. 2019.

<sup>204</sup> CPDOC FGV. Verbete Agostinho Pereira Alves Filho. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alves-filho-agostinho-pereira>

Capitais Intelectuais	
-----------------------	--

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51

Nome	Brasil Pinheiro Machado
Local de nascimento/ano	Ponta Grossa (PR), 1907
Formação	Bacharel em Direito, Universidade do Rio de Janeiro
Atuação	Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade Nacional de Direito, do Rio de Janeiro.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho do Coronel Brasil Ribas Pinheiro Machado e de Maria Eugênia Pinheiro Machado.  Família Ribas  Pelo lado materno, Título Cardoso de Lima. Sua mãe, Maria Eugênia Pinheiro Machado, é filha de Coronel Theodoro Carneiro Gonçalves Guimarães, natural de Castro (NEGRÃO, vol.5, p.152);
Capitais Políticos	Prefeito de Ponta Grossa (1932-1935), nomeado pelo interventor Manoel Ribas;  Deputado Estadual Constituinte (PSD), 1935-1937;  Procurador Geral do Estado a partir de 1939;  Interventor do Paraná, 1947;  Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado a partir de 1947;  Deputado Federal (PSD), 1947-1951;
Capitais Intelectuais	Professor de História do Brasil na Universidade do Paraná.

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; ALEP<sup>205</sup>; NEGRÃO, vol.5, p.152

Nome	Camilo Stellfeld
------	------------------

<sup>205</sup> Brasil Pinheiro Machado. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/brasil-pinheiro-machado> . Acesso em 04.fev. 2019.



Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1902
Formação	Farmácia, Universidade do Paraná, 1923.
Atuação	Farmacêutico, foi sócio-fundador da Associação Paranaense de Farmacêuticos; sócio-gerente da Farmácia e Drogeria Stellfeld e dos Laboratórios Reunidos Paraná Ltda.
Capitais Econômicos	Membro da Federação do Comércio do Paraná e da Confederação Nacional do Comércio do Rio de Janeiro. Foi delegado representante do Brasil na Conferência da Câmara Internacional de Comércio, realizada em Viena (Áustria).
Capitais Familiares/Sociais	Filho de filho de Edgard Stellfeld e de Alvina Stellfeld. Seu pai foi Major e farmacêutico, vereador por várias legislaturas e Presidente da Câmara Municipal. Por esta condição, foi prefeito municipal interino em algumas ocasiões. Exerceu o cargo de deputado estadual por várias legislaturas. O pai de Edgard foi fundador da Farmácia Alemã, em 1857 (NEGRÃO, vol.6, p.558-559);  Presidente dos seguintes órgãos de classe: Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Curitiba (de 1934 a 1952), do Conselho Regional do SESC (de 1949 a 1953) e do Conselho Regional do SNACT, atual SENAC (1949-1953).  Título Kalckmann (NEGRÃO, vol.6, p.451). O pioneiro desta família é o alemão Guilherme Henrique Kalckmann, estabelecido em Curitiba.
Capitais Políticos	Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937.
Capitais Intelectuais	Professor de química industrial farmacêutica na Universidade do Paraná.

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; ALEP<sup>206</sup>; NEGRÃO, vol.6;

Nome	Djalma Rocha Al-Chueyr
Local de nascimento/ano	São Paulo (SP), 1904
Formação	Economia, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro.
Atuação	Major do Exército e agricultor no Norte do Paraná.
Capitais Econômicos	

<sup>206</sup> Camilo Stellfeld. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/camilo-stellfeld> . Acesso em 04.fev. 2019

Capitais Familiares/Sociais	Filho do major Jorge P. Chueyr e de Ernestina Rocha Chueyr.  Parente de Paulo Rocha Al-Chueyr, liderança influente no governo Vargas, a despeito de Manoel Ribas.
Capitais Políticos	Participou ativamente do movimento revolucionário de 1930, sendo um dos fundadores da Aliança Liberal.  Na Revolução de 1930, foi ferido em combate enquanto era subcomandante do destacamento militar Siqueira Campos.  Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937.  Participou da Aliança Nacional Libertadora;  Crítico do Estado Novo, abandonou a política e mudou-se para o Rio de Janeiro  Suplente de deputado federal, UDN, 1950;  Chefe do Serviço de Imigração e Colonização.
Capitais Intelectuais	Escreveu o livro "Organização Racional das Prefeituras Municipais do Brasil" e foi co-autor do livro "Organização e Racionalização dos Serviços das Secretarias de Fazenda".

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; ALEP<sup>207</sup>

Nome	Erasto Gaertner
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1900-1953
Formação	Medicina, Universidade do Rio de Janeiro, 1925
Atuação	Funcionário dos Correios e Telégrafos. Diretor do Departamento Médico-Legal do Estado do Paraná, do Leprosário São Roque e do Instituto de Medicina e Criminologia do Paraná. Foi pioneiro no emprego da radioterapia no Paraná. Membro da Associação Médica do Paraná, da Associação Argentina de Cirurgia e do Colégio Internacional de Cirurgiões.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Luís Gaertner e de Maria Tertuliana Fagundes dos Reis Gaertner. Seu avô paterno era pastor luterano e fundador da Igreja Evangélica do Paraná.  Casado com Anita Merhy Gaertner

<sup>207</sup> Djalma Rocha Al- Chueyr. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/djalma-al-chueyr> . Acesso em 04.fev. 2019

	Não localizado na Genealogia Paranaense- Ver Tese Professor Ricardo
Capitais Políticos	<p>Participou ativamente da Revolução de 1930 no Paraná;</p> <p>Na Revolução Constitucionalista de 1932, participou como médico-coronel dos combatentes nas tropas legalistas;</p> <p>Deputado Estadual, 1935-1937. Membro do Diretório do PSD. Foi o deputado estadual mais votado nas eleições de outubro de 1934;</p> <p>Com o final do Estado Novo, foi um dos fundadores da UDN e Deputado Constituinte de 1946;</p> <p>Deputado Federal, UDN, 1946-1951. Uma das suas defesas foi pela reintegração do território do Iguazu ao estado do Paraná;</p> <p>Suplente de deputado federal na legislatura de 1950;</p> <p>Nomeado secretário da Fazenda do Paraná em 1951, no mandato de Bento Munhoz da Rocha Netto;</p> <p>Nomeado Prefeito de Curitiba pelo governador Bento Munhoz da Rocha, atuando pelo aprimoramento da urbanização da capital, incrementada pelas comemoração do centenário da emancipação política do estado e pelas obras no Centro Cívico;</p>
Capitais Intelectuais	Professor da Universidade do Paraná. Catedrático na cadeira de urologia na Universidade de São Paulo. Colaborador da Gazeta do Povo.

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.51; DHBB<sup>208</sup>

Nome	Frederico Faria de Oliveira
Local de nascimento/ano	Lapa (PR), 1893
Formação	Curso incompleto de Engenharia, Universidade do Paraná
Atuação	Jornalista, foi diretor de “O Dia” durante a Revolução de 1930, além de exercer o cargo de redator-chefe da Gazeta do Povo e do periódico “A Tarde” por um longo período.
Capitais Econômicos	Diretor-secretário da Junta Comercial do Paraná
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Joaquim Américo de Oliveira e de Joaquina Faria de Oliveira.

<sup>208</sup> Erasto Gaertner. Verbete DHBB. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gaertner-erasto> Acesso em 04.fev. 2019.

	<p>Título Nascimento de Farias, cujo fundador foi o gaúcho José Henrique de Faria, negociante na então chamada Villa do Príncipe (Lapa).</p> <p>Pelo lado materno, é neto do Alferes José Maximiano de faria, coletor de rendas e monarquista (NEGRÃO, vol.6, p.238)</p> <p>Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Paranaense de Futebol.</p>
Capitais Políticos	<p>Membro do Batalhão João Pessoa, foi revolucionário no movimento de 1930;</p> <p>Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937.</p>
Capitais Intelectuais	Membro do Centro de Letras do Paraná.

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.52; ALEP<sup>209</sup>; NEGRÃO, vol.6

Nome	Helvidio da Silva Pereira
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1883
Formação	Direito, Universidade do Recife, 1912
Atuação	Juiz e Diretor-Presidente da Companhia Cervejaria Adriática. Redator nos periódicos “A República” e “Diário da Tarde”. Escriturário da Delegacia Fiscal em Recife. Juiz em Ponta Grossa. Advogado do Banco do Brasil e do Banco Nacional do Comércio;
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho do Major Jesuíno da Silva Pereira, casado com Maria Cândida dos Reis.</p> <p>Título Rodrigues Seixas.</p> <p>Casado com Hermelinda de Barros Pereira, filha do Comendador Manoel Honorato de Barros e de sua mulher Maria Menezes de Barros. (NEGRÃO, vol.2, p.456);</p> <p>Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e da União Brasileira de Juristas;</p>
Capitais Políticos	<p>Advogado da Prefeitura de Curitiba;</p> <p>No Rio de Janeiro, foi Procurador-Geral da Fazenda, atuou no gabinete do Dr. Francisco de Sá Filho;</p> <p>Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937.</p>

<sup>209</sup> Frederico Faria de Oliveira. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/frederico-faria-de-oliveira> . Acesso em 04.fev. 2019

Capitais Intelectuais	Atuou como escritor e jornalista. Presidente da Ordem dos Advogados; Membro da Academia Paranaense de Letras.
-----------------------	--

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol.2;

Nome	João Teófilo Gomy Júnior
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1887
Formação	Direito, Universidade do Paraná, 1917
Atuação	Advogado. Foi promotor público em União da Vitória, Palmeira, Foz do Iguaçu e Catanduvas (PR). Em Santa Catarina, foi promotor público em Porto União. Foi advogado em União da Vitória.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de João Theóphilo Gomy, empregado ferroviário e de Clotilde Caillet Dellez Gomy. Pelo casamento com Annita de Macedo, é portador do Título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, vol.2, p.372).
Capitais Políticos	Entrou para a política através de Otoni Maciel. Vereador e presidente da Câmara Municipal de União da Vitória; delegado regional de Polícia dos municípios de Mallet, União da Vitória, Palmas, Clevelândia e Foz do Iguaçu. Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937. Era líder do PSD na ALEP Membro do Diretório do PSD; Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, governo Moysés Lupion ???
Capitais Intelectuais	Colaborador nos periódicos "Diário da Tarde", "Correio do Paraná" e "O Dia" e redator do "Estado do Paraná". Professor normalista

Fontes: ALEP<sup>210</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52

Nome	José Manuel Ribeiro dos Santos
Local de nascimento/ano	Sete Lagoas (MG), 1894

<sup>210</sup> João Theophilo Gomy Júnior. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/joao-theophilo-gomy-junior> Acesso em 04.fev. 2019.

Formação	Medicina, Universidade do Paraná
Atuação	Médico em Jaguariaíva
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de João Manoel dos Santos e de Anna Ribeiro dos Santos.
Capitais Políticos	Chefe político em Jaguariaíva (PR); Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937; Diretor da Saúde Pública, interventoria de Brasil Pinheiro Machado Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1947-1950;
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>211</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52

Nome	Lineu Madureira Novais
Local de nascimento/ano	Castro (PR), 1908-1953
Formação	Medicina, Universidade do Paraná, 1928
Atuação	Médico em Pirai e Castro
Capitais Econômicos	Sua família era proprietária de grandes extensões de terras no Paraná
Capitais Familiares/Sociais	Filho do Coronel Otávio Novais e de Anna Placedina Madureira de Novais. Pela linhagem materna, é portador do título Carrasco dos Reis. Sua mãe é filha de Ernestina Madureira e do Coronel Rodolpho Ribas (NEGRÃO, vol.1, p.418)
Capitais Políticos	Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937; Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1947-1950;
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>212</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol.1;

<sup>211</sup> José Manoel Ribeiro dos Santos. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/jose-manoel-ribeiro-dos-santos> Acesso em 04.fev. 2019

<sup>212</sup> Linneu Novais. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/linneu-novais> . Acesso em 04.fev. 2019

Nome	Mario Erichsen
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1892-1945
Formação	Engenharia Civil, Universidade do Paraná, 1919
Atuação	Atuou em diversos cargos técnicos em Engenharia no Nordeste brasileiro. Também atuou como engenheiro civil em Tomazina.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho do Desembargador Conrado Ericksen e de Etelvina de França Martins Erichsen. Título Rodrigues de França (NEGRÃO, vol.3). São irmãos de Mario Erichsen, personalidades como:  Conrado Erichsen Filho, engenheiro geógrafo na Câmara Municipal de Curitiba, Secretário de Obras Públicas de Mato Grosso na administração do seu primo, o general Caetano Manoel de Faria de Albuquerque. Casado com Lucia Miró Erichsen; Emília Erichsen Guimarães, casada com Ozorio Ribas Guimarães, engenheiro civil; Anna Margarida Erichsen Correia, casada com Leocádia Correia, engenheiro agrônomo e alto funcionário da Secretaria Geral do Estado, filho do ex-deputado Leocádio José Correia; Francisca Henriqueta Erichsen Carneiro, casada com o Dr. Abdon Petit Carneiro; Etelvina Erichsen Ribas, casada com José Lustoza Ribas, filho do Comendador Augusto Lustoza de Andrade Ribas;
Capitais Políticos	Prefeito de Antonina (1933);  Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937;  Chefe do Departamento de Águas em Jacarezinho até 1945
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>213</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol.3

<sup>213</sup> Mário Erichsen. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/mario-erichsen> Acesso em 04.fev. 2019

Nome	Nelson José Corrêa
Local de nascimento/ano	Rio Negro (PR), 1902
Formação	Odontologia, Universidade do Paraná, 1926
Atuação	Dentista
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Antônio José Corrêa e de Adélia de Almeida Corrêa. Título Teixeira de Coelho (NEGRÃO, vol. 4, p.378); Seu pai, o Coronel Antônio José Corrêa, foi Deputado Estadual, coletor de rendas do estado em Paranaguá, Antonina e Foz do Iguaçu, também exercendo a chefia da fiscalização e arrecadação de rendas do estado. Sua mãe era filha do Major Fortunato José de Almeida.  Foi Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado, e fundador/diretor da Cooperativa Dentário do Paraná  Presidente da Sociedade Operária União Juvevê;  Conselheiro do Clube Curitibano;
Capitais Políticos	Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937;  Presidente do Diretório Municipal do Partido Social Progressista e dirigente estadual da mesma agremiação.
Capitais Intelectuais	Professor de Odontologia, Universidade do Paraná

Fontes: ALEP<sup>214</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol. 4

Nome	Oscar Borges de Macedo Ribas
Local de nascimento/ano	Palmeira (PR), 1894-1981
Formação	Direito, Universidade do Paraná, 1918
Atuação	Empresário do setor madeireiro e fazendeiro em Castro (PR).
Capitais Econômicos	Industrial em Castro e advogado em Ponta Grossa.
Capitais Familiares/Sociais	Filho de José Borges de Macedo Ribas e de Maria Eugênia Miró Alves.

<sup>214</sup> Nelson José Corrêa.



	<p>Seu pai é descendente de José Borges de Macedo, o primeiro prefeito de Curitiba, em substituição aos capitães-mores, no ano de 1883. Título Rodrigues Seixas. (NEGRÃO, vol.2).</p> <p>Pelo lado materno, é portador do Título Cardoso de Lima. Sua mãe, Maria Eugênia Miró Alves, é filha de Guilhermina Miró Alves e do Comendador Joaquim José Alves (NEGRÃO, vol.5, p.53) Casado com Nadyr Junqueira;</p> <p>Fundador do Centro de Comércio e Indústria de Ponta Grossa (PR). Conselheiro do Jóquei Clube Paranaense.</p> <p>Sua filha Nícia Borges casou-se com o general José Nogueira Pais, comandante militar do Planalto de 1964 a 1966 e da Amazônia na década de 1970;</p>
Capitais Políticos	<p>Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937;</p> <p>Secretário da Fazenda, 1937-1938, interventoria Manoel Ribas;</p> <p>Secretário do Interior e Justiça, 1938, interventoria Manoel Ribas;</p> <p>Prefeito Municipal de Curitiba, 1938;</p> <p>Presidente do Conselho Deliberativo do Estado (DASP);</p> <p>Deputado Federal, 1948-1949;</p> <p>Caixa Econômica Federal do Paraná.</p>
Capitais Intelectuais	Jornalista e poeta

Fontes: ALEP<sup>215</sup>; DHBB<sup>216</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol.2 e vol.5

VER DAGOSTIM

Nome	Ovande Ferreira do Amaral
Local de nascimento/ano	Rio Negro (PR), 1900-1943
Formação	Medicina, Faculdade do Rio de Janeiro, 1923

<sup>215</sup> Oscar Borges de Macedo Ribas. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/oscar-borges-de-macedo-ribas> Acesso em 04.fev.2019.

<sup>216</sup> Verbete Oscar Borges. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oscar-borges-de-macedo-ribas> . Acesso em 04.fev.2019.

Atuação	Médico do Hospital Bom Jesus e diretor da Maternidade de Rio Negro. Responsável por diversas obras em Rio Negro.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Joaquim Ferreira do Amaral e Silva e de Elvira dos Santos Amaral. Título Carrasco dos Reis. Seu pai era engenheiro civil, Prefeito de Rio Negro, defensor do território paranaense frente à Santa Catarina e vice-presidente do estado. Sua mãe, Elvira dos Santos Amaral, é filha do comendador Antônio Ricardo dos Santos (NEGRÃO, vol.1, p.432)  Chefe da Cooperativa dos Ferroviários; Chefe do serviço de Assistência Social;
Capitais Políticos	Foi uma das lideranças da Revolução de 1930 no Rio Grande do Sul e importante membro da Aliança Liberal. Inaugurou o comitê da AL nos municípios de Rio Negro, Mafra e Itaiópolis;  Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937;  Presidente da ALEP por várias legislaturas.
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>217</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol.1;

Nome	Raul Gomes Pereira
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1903
Formação	Contabilidade, Instituto Comercial do Paraná; Engenharia Agrônoma, Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná.
Atuação	Tenente do Exército
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	Filho de Francisco Eugênio Gomes Pereira e de Verônica Maria Gomes Pereira.
Capitais Políticos	Foi uma das lideranças da Revolução de 1930 e combateu ao lado de Vargas na Revolução Constitucionalista;

<sup>217</sup> Ovande Ferreira do Amaral e Silva. Disponível em:

<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/ovande-ferreira-do-amaral-e-silva> Acesso em 04.fev.2019.

	Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937; Secretário geral do Território do Iguacu, 1944-1946;
Capitais Intelectuais	Professor e diretor da Escola Superior de Agronomia e Veterinária do Paraná. Colaborador na Gazeta do Povo

Fontes: ALEP<sup>218</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52

Nome	Alfredo Venske
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR)
Formação	Estudou tecelagem na Alemanha e na Suíça, retornando ao Brasil em 1913.
Atuação	Industrial e comerciante
Capitais Econômicos	Sócio de fábricas de tecelagem e armarinhos, juntamente com seus parentes da família Venske e as famílias Muller e Scherrer. Nos anos 20 e 30, a família Venske se tornou sócia majoritária dos negócios, vendendo produtos para diversos estados do país
Capitais Familiares/Sociais	Filho do comerciante de armarinhos e descendente de alemães Gustavo Venske e de Anna Muller, outra integrante de família da imigração alemã com negócios no ramo da metalurgia.
Capitais Políticos	Sua base eleitoral corresponde aos teuto-brasileiros instalados no Paraná.
Capitais Intelectuais	

Fontes: OLIVEIRA, 1997, p.52; OLIVEIRA JÚNIOR, 2000

#### Bancada da URP

Nome	Alcides Pereira Júnior
Local de nascimento/ano	Paranaguá (PR), 1901
Formação	Direito, Universidade do Paraná, 1929
Atuação	Promotor Público em União da Vitória, Tibagi e Irati
Capitais Econômicos	

<sup>218</sup> Raul Gomes Pereira. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/raul-gomes-pereira>  
Acesso em 04.fev.2019.

Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho do coronel Alcides Augusto Pereira e de Aurora Vespertina Pereira, sua prima. (NEGRÃO, vol.5, p.249);</p> <p>Seu pai, o Tenente-Coronel Alcides Augusto Pereira, dedicou-se ao comércio e foi sócio do Coronel Theodorico dos Santos. Foi prisioneiro durante a Revolução Federalista, e também exerceu a função de chefe de polícia no governo do coronel Theophilo Soares Gomes.</p> <p>Irmão: Alcidino Pereira, Doutor em Filosofia, padre e deputado estadual entre 1922 e 1929 (NEGRÃO, vol.5, p. 250)</p> <p>Título Góes de Siqueira.</p>
Capitais Políticos	<p>Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937;</p> <p>Procurador Geral do Estado, 1946</p> <p>Deputado Estadual (Assembleia Nacional Constituinte), 1947-1950, Presidente da Comissão Constitucional e da Comissão de Constituição e Justiça, sendo líder da bancada;</p> <p>Procurador Fiscal do Tribunal de Contas do Estado.</p>
Capitais Intelectuais	

Fontes: ALEP<sup>219</sup>, OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol.V.

Nome	Carlos Ribeiro de Macedo
Local de nascimento/ano	Campo Largo (PR), 1893
Formação	Medicina, Universidade do Paraná
Atuação	Médico em Tomazina, Teixeira Soares e Ponta Grossa. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho de Agostinho Ribeiro de Macedo e de Gabriela de Souza Macedo.</p> <p>Pelo lado materno, Título Oliveira Cardoso, filha do tenente-coronel Carlos José de Oliveira e Souza e de Rita de Azevedo e Souza (NEGRÃO, vol.4, p.564);</p>

<sup>219</sup> Alcides Pereira Júnior. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/alcides-pereira-junior> Acesso em 04.fev.2019.

	<p>Pelo lado paterno, Título Rodrigues Seixas. Seu pai nasceu em Porto de Cima e residiu em Campo Largo, sendo industrial e comerciante de erva-mate e madeira. Também expandiu seus negócios para Curitiba. Exerceu os cargos de vereador e prefeito em Campo Largo (1887), inspetor municipal e Tesoureiro do Estado, a partir de 1900. Também foi nomeado Coronel Comandante da Guarda Nacional, na comarca de Campo Largo. (NEGRÃO, vol.2, p.338)</p> <p>Casado com Emma Constantino de Macedo, filha do engenheiro Francisco Constantino, italiano, e de Evangelina Constantino.</p>
Capitais Políticos	<p>Prefeito de Teixeira Soares</p> <p>Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937;</p>
Capitais Intelectuais	Professor na Escola Normal de Ponta Grossa

Fontes: ALEP<sup>220</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol.2

Nome	Laertes de Macedo Munhoz
Local de nascimento/ano	Curitiba (PR), 1900-1967
Formação	Direito, Universidade do Paraná
Atuação	Advogado-geral do Estado, jornalista e escritor, foi Promotor Público em Palmeira e Curitiba.
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho do Coronel Alcides Munhoz e de Iphigênia Macedo Munhoz.</p> <p>Pelo lado materno, é portador do Título Rodrigues Seixas. Sua mãe é filha do Coronel Manoel Ribeiro de Macedo e de Benedita França de Macedo.</p> <p>Pelo lado paterno, é portador do Título Carrasco dos Reis (NEGRÃO, vol.1).</p> <p>Alcides Munhoz foi Oficial da Secretaria de Finanças do Estado; Diretor Geral da Secretaria da Fazenda; Diretor</p>

<sup>220</sup> Carlos Ribeiro de Macedo. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/carlos-ribeiro-de-macedo> Acesso em 05.fev.2019.

	<p>Geral da Secretaria Geral do Estado, e Secretário Geral do Estado. Intelectual, foi membro do Centro de Letras do Paraná, do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e Presidente da Academia de Letras do Paraná (NEGRÃO, vol.2, p.264).</p> <p>Casado com Heloisa de Souza Munhoz, filha de José Conrado de Souza e de Carlota de Quadros Souza (NEGRÃO, vol.2, p.266).</p>
Capitais Políticos	<p>Prefeito de Teixeira Soares;</p> <p>Deputado Estadual (Assembleia Constituinte), 1935-1937;</p> <p>Deputado Estadual, 1947-1950;</p> <p>Deputado Estadual, 1950-1954;</p>
Capitais Intelectuais	<p>Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná. Integrante do Centro de Letras do Paraná. Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Professor de Direito na Universidade do Paraná. Ocupou a cadeira 31 na Academia Paranaense de Letras, cujo patrono é seu pai, o coronel Alcides Munhoz. Autor de diversos livros na área do Direito.</p>

Fontes: ALEP<sup>221</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52; NEGRÃO, vol.1 e vol.2

Nome	Lindolfo Pessoa da Cruz Marques
Local de nascimento/ano	Bananeiras (PB), 1882-1940
Formação	Direito, Faculdade do Recife (PE), 1904
Atuação	Promotor Público em São José da Boa Vista (PR) e de Curitiba (PR); Juiz de Direito em Imbituva, Campo Largo, Palmas, Guarapuava e Curitiba;
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	<p>Filho do coronel Antônio Tertuliano da Cruz Marques e de Leonilla Pessoa da Cruz Marques.</p> <p>Casado com Celmira Pinto Rebello, cunhada de Affonso Camargo. Título Carrasco dos Reis (Vol.II).</p>

<sup>221</sup> Laertes de Macedo Munhoz. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/laertes-de-macedo-munhoz> Acesso em 05.fev.2019.

	Seu Irmão, Leonel Pessoa da Cruz Marques, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça em 1937 (TJ PARANÁ)
Capitais Políticos	Delegado de Polícia de Curitiba, governo Vicente Machado; Chefe de Polícia, governo Affonso Camargo; Deputado Federal, 1921
Capitais Intelectuais	Professor de Direito, Universidade do Paraná

Fontes: ALEP<sup>222</sup>; OLIVEIRA, 1997, p.52;

#### Bancada do PSN

Nome	Jorge Becher
Local de nascimento/ano	
Formação	
Atuação	Comerciante em Ponta Grossa
Capitais Econômicos	
Capitais Familiares/Sociais	
Capitais Políticos	Prefeito de Ponta Grossa, nomeado por Mário Tourinho; Chefe da Aliança Liberal. (IHGPR) Membro da bancada do PSN na Assembleia Constituinte, eleito em 1935
Capitais Intelectuais	

Fontes: TOURINHO, 1991, p.162; OLIVEIRA, 1997, p.52

<sup>222</sup> Lindolpho Pessoa da Cruz Marques. Disponível em:  
<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/lindolpho-pessoa> Acesso em 05.fev.2019.